

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

THYELES MORATTI PRECILIO BORCARTE STRELHOW

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO,
AS CONCEITUAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E A OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO SOCIAL

São Leopoldo

2018

THYELES MORATTI PRECILIO BORCARTE STRELHOW

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO,
AS CONCEITUAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E A OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO SOCIAL

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação

Orientador: Valério Guilherme Schaper

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S915i Strelhow, Thyeles Moratti Precilio Borcarte
A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho : as conceituações sobre a deficiência e a ocupação do espaço social / Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow ; orientador Valério Guilherme Schaper. – São Leopoldo : EST/PPG, 2018.
373 p. : il. ; 31 cm

Tese (doutorado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Pessoas com deficiência - Emprego. 2. Trabalho. 3. Trabalho (Teologia). 4. Integração social. I. Schaper, Valério Guilherme, orientador. II. Título.

THYELES MORATTI PRECILIO BORCARTE STRELHOW

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO, AS
CONCEITUAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO
SOCIAL**

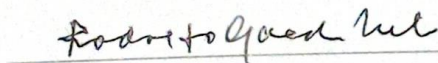
Tese de Doutorado
Para a obtenção do grau de
Doutor em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação

Data de Aprovação: 31 de julho de 2018

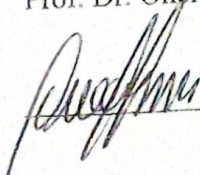
Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper (Presidente)



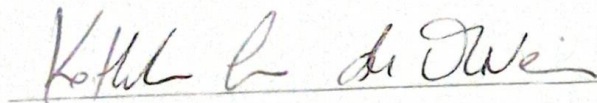
Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto (EST)



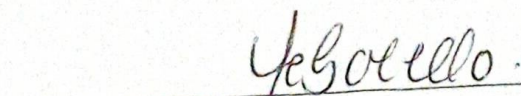
Prof. Dr. Oneide Bobsin (EST)



Prof.^a Dr.^a Kathlen Luana de Oliveira (IFRS)



Prof.^a Dr.^a Luciana Garcia De Mello (UFRGS)



AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que participaram das entrevistas narrando suas vidas e por confiarem suas histórias sob meus cuidados para que esta pesquisa fosse viável.

Agradeço ao professor, orientador e amigo Valério Guilherme Schaper pela paciência, pelos risos, pela disposição e pelas reflexões com que me incentivou e orientou ao longo desta caminhada de quatro anos, acreditando no potencial da pesquisa e sua articulação proposta.

Agradeço à minha família pelo incentivo nos momentos difíceis, pela doação para que eu pudesse seguir em frente e por acreditarem em mim, sustentando meus passos nesta longa caminhada.

Agradeço à minha esposa Daniela e às minhas filhas Maria e Cecília pela paciência e carinho nos momentos de tensão e apoio cotidiano contínuo.

Agradeço a todos os amigos e todas as amigas que contribuíram para esta pesquisa pudesse ser realizada, indicando caminhos, proporcionando reflexões, corrigindo formulações e formatações equivocadas e mostrando que a vida se faz em conjunto.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa com bolsa de crédito e manutenção.

RESUMO

O mundo do trabalho apresenta-se como uma dimensão ampla e diversa que tem como ideia central a percepção de que o trabalho está alocado na vida concreta assumindo um papel importante que constrói o ser humano enquanto ato criativo, mas pode também apresentar-se por meio de relações de exploração na sua faceta enquanto emprego. Perceber esta diferenciação do trabalho e emprego possibilita compreender as relações imbricadas na inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho que se misturam entre a construção do ser social e suas relações que se apresentam enquanto castigo. Neste sentido, a partir da compreensão da deficiência como construção histórica é possível perceber que práticas cotidianas em direção à pessoa com deficiência como eliminação, caridade, segregação e integração foram construindo o conceito de deficiência de forma negativa, englobando as pessoas com deficiência numa grande maioria de pessoas marginalizadas. Na busca de uma ressignificação que compreenda o reconhecimento bidimensional da pessoa com deficiência como sujeito de direitos capaz de exercer cidadania, a ocupação do espaço social torna-se um instrumento pertinente, pois possibilita a sua presença profético-pedagógica na constituição de relações sociais pautadas por práticas que proporcionem o convívio e a sua participação nos diversos espaços sociais, entre eles, o trabalho. Desta forma, a Pedagogia da Visibilidade, observada a partir da ação profético-pedagógica de Jesus, tem um valor significativo na proposição da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, pois indica um processo de transformação das estruturas de exclusão desde a margem com as pessoas que ali ocupam. Este movimento que se constrói com as pessoas vítimas de exclusão, no caso desta pesquisa as pessoas com deficiência, tem como princípio tornar as relações sociais acessíveis que possibilitem o movimento de centralidade da margem, com ações concretas que vislumbrem a participação das pessoas com deficiência como sujeitos capazes na construção de uma sociedade pautada pela inclusão substantiva. Assim, a análise de conteúdo das narrativas de vida das pessoas com deficiência participantes do mundo do trabalho, articulada com análise bibliográfica de pesquisas sobre o tema, possibilitou compreender que a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, a partir da ocupação do espaço social, constitui-se como uma alternativa histórica na ressignificação da construção negativa da deficiência.

Palavras-chave: Trabalho. Deficiência. Espaço social. Inclusão.

ABSTRACT

The work world presents itself as a broad and diverse dimension which has, as its central idea, the perception that work is allocated in concrete life taking on an important role which constructs the human being as a creative act, but it can also present itself through relations of exploitation in its facet as employment. Perceiving this differentiation between work and employment makes it possible to understand the relations which are embedded in the inclusion of the person with deficiency in the work world which get mixed up between the construction of the social being and their relations which present themselves as punishment. In this sense, based on the understanding of deficiency as a historical construction it is possible to perceive that daily practices toward the person with deficiency such as elimination, charity, segregation and integration were constructing the concept of deficiency in a negative way, encompassing people with deficiency in a great majority of marginalized people. In the quest for a re-signification which comprehends the bidimensional recognition of the person with deficiency as a subject with rights able to exert citizenship, the occupation of the social space becomes a pertinent instrument, since it makes possible the person's prophetic-pedagogical presence in the constitution of social relations guided by practices which propitiate communal interaction and their participation in various social spaces, among them, the work area. In this way, the Pedagogy of Visibility, observed from the perspective of the prophetic-pedagogical action of Jesus, has a significant value in the proposition of the inclusion of the person with deficiency in the work world, since it indicates a process of transformation of the structures which exclude those who occupy the space of the margin. This movement which is constructed with the people who are victims of exclusion, in the case of this research the people with deficiency, has as its principle to make the social relations accessible which make possible the movement from the centrality of the margin, with concrete actions that visualize the participation of people with deficiency as capable subjects in the construction of a society guided by substantive inclusion. Thus the analysis of content of the life narratives of people with deficiency who are participants in the work world, articulated with a bibliographic analysis of research on the theme, made it possible to comprehend that the inclusion of a person with deficiency in the work world, based on the occupation of the social space, constitutes itself as a historical alternative in the re-signification of the negative construction of deficiency.

Keywords: Work. Deficiency. Social space. Inclusion.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
2 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS DIVERSAS FACETAS: O TRABALHO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	31
2.1 O mundo do trabalho: algumas especulações hermenêuticas.....	32
2.1.1 O trabalho como castigo.....	33
2.1.2 O trabalho como fruto do pecado	40
2.1.3 O trabalho como exploração	48
2.1.4 O trabalho como neg-ócio	56
2.2 As relações do trabalho e a pessoa com deficiência.....	65
2.2.1 O trabalho e a natureza humana.....	66
2.2.2 O trabalho e a construção do ser social	74
2.2.3 O trabalho e a ocupação do espaço social.....	82
2.2.4 O trabalho e a pessoa com deficiência.....	90
3 REMEXENDO OS SULCOS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA DEFICIÊNCIA	101
3.1 Os caminhos históricos da deficiência	102
3.1.1 A deficiência entre a sorte dos deuses e a caridade cristã.....	103
3.1.2 Perambulando entre hospícios e manicômios.....	123
3.2 A deficiência e suas discussões conceituais	144
3.2.1 A deficiência e seus paradigmas.....	144
3.2.2 A deficiência e a perspectiva do reconhecimento	154
3.2.3 A deficiência e suas concepções no mundo do trabalho.....	164
4 ESPAÇO SOCIAL: OCUPAÇÃO, TRABALHO E INCLUSÃO.....	179
4.1 A ocupação do trabalho como espaço social: a concretude do corpo e a estética capitalista	180
4.1.1 O corpo e a ocupação do espaço social do trabalho.....	181
4.1.2 A estética capitalista: a dimensão do belo na ocupação do espaço social do trabalho	200
4.2 A ocupação do trabalho como espaço social: a construção dos sujeitos de direitos e a materialidade da inclusão.....	218
4.2.1 Os direitos, os sujeitos e o espaço social.....	219

4.2.2 A materialidade da inclusão na ocupação do espaço social do trabalho	236
5 A PEDAGOGIA DA VISIBILIDADE: UMA CONSTRUÇÃO PROFÉTICO-PEDAGÓGICO	257
5.1 A encarnação contextual da ação profético-pedagógica de Jesus.....	260
5.1.1 A opção de Jesus pelas pessoas pobres.....	261
5.1.2 A leitura hermenêutica dos relatos evangélicos de cura	270
5.1.3 A ação profético-pedagógica de Jesus: Deus dentro da História	280
5.2 Transformar estruturas de morte em estruturas de vida em abundância: desafios comunitários da Pedagogia da Visibilidade.....	293
5.2.1 A virada paradigmática: um novo mundo possível.....	294
5.2.2 A Pedagogia da Visibilidade	300
5.2.3 A Pedagogia da Visibilidade: algumas trilhas para uma inclusão substantiva.....	308
6 CONCLUSÃO	329
REFERÊNCIAS	341

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“[...] a solidariedade do especialista com o proletariado – eis o início dessa clarificação – só pode ser uma solidariedade mediada. Os ativistas e os representantes da nova objetividade podem comportar-se como quiserem: lhes é impossível eliminar do mundo o fato de que mesmo a proletarização dos intelectuais quase nunca cria um proletário. [...] por esta razão, é absolutamente correto quando Aragon declara, em outro contexto: ‘o intelectual revolucionário aparece primeiro, e acima de tudo, como traidor de sua classe de origem’. [...] quanto mais ele estiver ciente de seu posto no processo de produção, menos se apresentará como ‘representante do espírito’ (Geistiger). O espírito que se torna perceptível em nome do fascismo tem de desaparecer. O espírito que enfrentará o fascismo confiando em sua própria força milagrosa vai desaparecer. Pois a batalha revolucionária não se dá entre o capitalismo e o espírito, mas entre o capitalismo e o proletariado”.*¹

Não posso afirmar com Maublanc que vim de uma classe burguesa, pelo contrário, de família camponesa, tive a oportunidade de estudar por meio de várias bolsas de estudo desde a graduação até aqui, porém, isso talvez seja a semelhança, educado por uma educação burguesa, mas por alguns e algumas intelectuais proletarizados/as que me auxiliaram a compreender a dimensão concreta do significado de ser classe trabalhadora no sistema capitalista. Desta forma, não precisei trair minha classe, no entanto, manter-me lúcido, atento aos significados e sacrifícios epistemológicos que a produção científica exige para que possa fazer parte dos iniciados/as. Talvez mais do que oportunidades, estava eu no lugar e tempo certos, contrariando a lógica e as discussões daqueles/as que ainda compreendem que são merecedores/as dos espaços sociais que ocupam.

Esta compreensão individual da pesquisa que justifica egos e promove transtornos enormes àqueles/as que por inúmeros motivos não chegam a serem os/as primeiros/as (há espaço apenas para um/a no primeiro lugar)², é refutada por

¹ BENJAMIN, Walter. **Ensaio sobre Brecht**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 98-99.

² ORSI, Carlos. **Existe algo tóxico no mundo da pós-graduação. Mestres e doutores que se cuidem**. 06/06/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/existe-algo-toxico-no-mundo-da-pos-graduacao-mestres-e-doutores-que-se-cuidem-5m7gse13pzmbye6y2h4bypk9q>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

este pesquisador que lhes escreve, pois percebe na sua formação, como na construção desta pesquisa, que este é o resultado de muitas mãos que só tem sentido se for entendido na sua dimensão coletiva e para ser também utilizado por ela. Além disso, reconhecer-se como trabalhador/a, mesmo que te identifiquem como “aquele/a que só estuda”, faz parte de perceber as influências da precarização do trabalho também num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento dos meios de produção: a pesquisa. Neste sentido, compreender que não se está isolado/a num mundo de ideias com *qualis* elevado, é entender-se como sujeito histórico.

O que vocês verão ao longo destas próximas páginas é uma tentativa mediada de perceber um mundo tratado como paralelo que ainda é muito pouco percebido pelas pessoas no cotidiano. Meus limites intelectuais de alguém que também é construído historicamente e, assim, por natureza limitado, proporcionam apenas uma visão fragmentada deste mundo, mas com uma tentativa de amplitude global, engajada com um imenso grupo de marginalizados. Este é o mundo das pessoas com deficiência que tem sempre a impressão de deslocamento, de incômodo, de não pertencer. É por este mundo que esta pesquisa é mediada e se apresenta para mediar outras pessoas. Neste sentido, o objeto desta pesquisa é a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e sua relação na construção dos conceitos sobre a deficiência e sua ocupação do espaço social do trabalho.

O texto é apresentado ainda está muito preso a estruturas formais, mais do que se pretendia, pensando numa leitura agradável em seu caráter discursivo-criativo. A pesquisa tem como objetivo *compreender* a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e em que medida a estrutura do mundo do trabalho interfere nas concepções sobre a deficiência e na ocupação do espaço social. Esta não é uma tarefa fácil, mas, proporcionou achados extremamente gratificante e que são compartilhados ao longo destas páginas, com o desejo que estes instiguem a vocês como me instigou ao longo de sua construção e da possibilidade de construção de novas investigações. Sendo repetitivo, e me desculpe por isso, possivelmente, o maior ganhador em todo este processo é quem lhes escreve estas páginas, pois este proporcionou compreender o mundo de forma diversa, para além de um binarismo.

Os demais objetivos que são compreendidos como necessários para alcançar este objetivo geral estão elencados ao longo dos capítulos em suas palavras iniciais como forma de contextualizar a leitura. Sendo assim, tais objetivos são: *contextualizar* a construção histórica do conceito de deficiência; *averiguar* como a pessoa com deficiência entende a sua inclusão no mundo do trabalho; *analisar* como o trabalho pode ser interpretado frente seu entendimento diverso e qual a sua importância para a pessoa com deficiência; *verificar* como acontece a ocupação do espaço social pela pessoa com deficiência no mundo do trabalho; *estimular* a percepção teológica da inclusão das pessoas com deficiência a partir da estratégia de visibilidade presente na prática profético-pedagógica de Jesus como contribuição para as discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

A proposta deste estudo surge a partir da pesquisa de mestrado realizada na Faculdades EST na qual foram analisadas as características significativas para o atendimento da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) que respeitavam a dignidade humana da pessoa com TEA na perspectiva dos familiares. Percebeu-se grandes entraves para que as pessoas com TEA pudessem ocupar os espaços sociais e, em se tratando do mundo do trabalho, esta ocupação era quase nula. Em geral, as grandes barreiras apontadas pelos familiares eram a falta de conhecimento da sociedade sobre o transtorno, falta de atendimento especializado e globalizado e a falta de profissionais capacitados. Desta forma, engendrou-se questionar sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho buscando entender seus desafios e a importância na ocupação do espaço social do trabalho.

Além dos achados da pesquisa de mestrado, como destacado no parágrafo anterior, o debate sobre o trabalho na centralidade da vida humana tem valor fundamental como será fundamentado ao longo desta pesquisa. Tanto o é que os desempenhos econômicos de uma boa gestão pública se medem pela quantidade de pessoas desempregadas, especialmente, porque o trabalho na forma do emprego, uma das facetas do mundo do trabalho, possibilita aos indivíduos manterem-se vivos por meio da troca de mercadorias mediadas pelo dinheiro. Outro fator que levou a esta opção com relação ao mundo do trabalho reflete o fato do pesquisador atuar na área da educação, na qual, sistematicamente é desafiada a buscar alternativas que proporcione a inclusão das pessoas com deficiência de

forma a atendê-las em suas necessidades específicas. Desta forma, a busca por uma área diversa vislumbra a compreensão de um processo complementar à formação educacional entendendo a pessoa com deficiência como um ser humano em seu desenvolvimento integral.

O foco amplo generalizado como “pessoas com deficiência” tem como compreensão a ideia de destaque de pesquisa a uma classe de pessoas sistematicamente deixadas às margens sociais. A diferenciação específica das pessoas com deficiências em seus tipos de deficiência poderia apresentar algumas nuances especiais de determinados grupos específicos. No entanto, como perceber-se-á ao longo da pesquisa, a ideia de incapacidade, estigma construído sobre a deficiência, alcança os diversos tipos de deficiência. Desta forma, o processo de transformação dos processos de exclusão da deficiência também deve compreender uma tarefa que abrange todas as pessoas com deficiência, como também, a sociedade como um todo, de tal forma, que todas as pessoas possam participar equanimemente dos espaços sociais, dentre eles, o mundo do trabalho.

O fato de considerar que a deficiência é parte do ser humano, por si, torna relevante a discussão da temática proposta por esta pesquisa.³ Porém, outros dados justificam esta pesquisa. Por exemplo, o último censo realizado em 2010 apontou um dado que merece ser observado: 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Em termos numéricos está se falando de aproximadamente 45 milhões de pessoas.⁴ Este dado é importante porque mostra que quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira necessita de alguma adequação social que atenda às suas necessidades específicas. A partir disso, ao verificar qual é a proporção de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho foi possível constatar que apenas 325,3 mil pessoas com deficiência estavam empregadas, o que representa “0,70% do total dos vínculos empregatícios”.⁵

³ WHO (World Health Organization); The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Trad. Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. p. 3. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COM_PLETO.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2018.

⁴ SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). **Cartilha do censo 2010 – pessoas com deficiência**. Brasília: SDH/PR/SNPD, 2012. p. 20. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

⁵ SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). **Dados do último Censo indicam que 23,92% da população brasileira possui algum tipo de deficiência**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/pesquisas-demograficas>>. Acesso em: 02 mai. 2018. MINISTÉRIO DO TRABALHO. *RAIS cotas PcD*.

O dado de 0,70% é um número extremamente baixo de pessoas com deficiência incluídas, considerando o universo de pessoas com deficiência no contexto brasileiro. Se fosse considerar a ocupação de todas as vagas pelas pessoas com deficiência que compreende a lei de cotas, Lei 8.213/1991, não chegaríamos nem à metade das vagas ocupadas.⁶ E isto que ainda nem se problematizou o fato das cotas garantirem o trabalho como direito, o que pode ser discutido em outra oportunidade, pois como mesmo colocou uma pessoa entrevistada “eu fui já em várias entrevistas e eu chegava assim, e eles, não, mas esta vaga não é para deficiente, sim, mas eu não quero a vaga de deficiente, eu quero a outra, não pode ser?” (E13). Estas informações demonstram que a discussão da temática é extremamente relevante e necessária para que as pessoas com deficiência possam ocupar o espaço social do mundo do trabalho e com uma proporção quantitativamente maior.⁷

Desta forma, parte-se para a pesquisa suspeitando que talvez um dos entraves para a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho fosse as conceituações (produtivas, éticas e estéticas) sobre a deficiência em si. Isto porque, percebe-se a existência de conceituações da deficiência no pensamento cultural brasileiro que qualificam as pessoas com deficiência como incapazes, ineficientes, carentes e improdutivas.⁸ Além disso, as conjugações de um belo capitalizado poderiam corroborar para uma idealização do/a profissional que não inclui as pessoas com deficiência. Assim, seria possível que os pré-conceitos construídos principalmente sobre o estigma do não-eficiente a respeito das pessoas com deficiência contribuiriam para sua dificuldade em acessar o mundo do trabalho.⁹ O

08/12/2017. PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/dados-pcd-por-cota>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁶ EBC – AGÊNCIA BRASIL. **Empresas destinam apenas 49% das vagas para pessoas com deficiência, diz estudo**. 13/12/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-12/empresas-cumprem-apenas-49-das-vagas-para-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

⁷ UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Guiding principles on business and human rights**. ONU: Nova York/Genebra, 2011. p. 13. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2018.

⁸ CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. Concepções de deficiência: as formas de ver a deficiência e suas consequências no trabalho. In: CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. **Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá, p. 237-252, 2010. p. 238-246. O estudo identifica seis concepções sobre a deficiência construídas no decorrer da história.

⁹ LEAL, Débora Ribas; MATTOS, Gisele Domingues de; FONTANA, Rosane Teresinha. Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. **Revista Brasileira de**

que virtualmente influenciaria em como estas pessoas são indicadas a assumirem postos de emprego que não ocupam a centralidade daquele ambiente, constituindo-se assim, numa visibilidade invisível.

Em relação a isto, é plausível aventar que as pessoas com deficiência acabavam sendo contratadas por “bondade” das empresas, como uma forma de caridade, o que remonta às práticas de cuidado cristão implementadas a partir do exemplo profético-pedagógico de Jesus testemunhado pelos evangelhos, do que por uma explícita convicção da empresa nas capacidades profissionais das pessoas com deficiência. Assim, associadas a uma tendência nos últimos anos de ideias vinculadas à sustentabilidade e ao politicamente correto, tornou-se fato que as empresas que não vislumbrassem estas questões acabariam por perder valor frente ao mercado de consumo. Logo, não ter espaço para as pessoas com deficiência seria uma forma visível e escancarada de demonstrar que a empresa não estaria preocupada com questões atuais, a saber, a inclusão e respeito à diversidade.

Além disso, seguindo esta linha de pensamento, suspeita-se que as pessoas com deficiência eram excluídas mesmo com a política de cotas. Esta ideia pôde ser aventada a partir de um olhar rápido para a Lei 8213/91 que estipulou uma cota mínima de pessoas com deficiência no mundo do trabalho e, mesmo assim, conforme visto anteriormente, estas ainda são um número extremamente reduzido no mercado de trabalho ou ainda não ocupam todas as vagas que lhes são destinadas por direito. Passados duas décadas desde a promulgação da lei, ao invés de se pensar o avanço para políticas públicas que substituam as cotas, os dados mostram, que apenas uma pequena parcela das pessoas com deficiência atua no mundo do trabalho formal. Além disso, como mostra o estudo de Neves-Silva, Prais e Silveira, há diferentes barreiras que engessam a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.¹⁰

Há a impressão de que a formalidade dos direitos da pessoa com deficiência está, em geral, vinculada a uma metafísica legalista que redundam em alguns ecos na realidade presente da ocupação do espaço social. Neste nível, é possível aventar dois elementos relacionados à inclusão da pessoa com deficiência no mundo do

Enfermagem, Brasília, v. 66, n. 1, p. 59-66, 2013. p. 61-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v66n1a09.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

¹⁰ NEVES-SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes, SILVEIRA, Andréa Maria. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2549-2558, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2549.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

trabalho: a construção do direito enquanto práxis é uma relação de tensão com limites profundos ao que se constitui o direito no sistema capitalista burguês e a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho é uma autorização do mercado. A primeira suposição está relacionada ao fato de que é possível que a pessoa com deficiência faz parte de um grande grupo de marginalizados(as), sendo novamente preterida por outras pautas. A segunda suposição ventila que o acesso ao trabalho pela pessoa com deficiência pode contribuir para a maior exploração da classe trabalhadora.¹¹

Relacionado à ideia anterior, um dos argumentos para a não inserção de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho é a falta de qualificação. É evidente que a não-concretização de acessos a elementos básicos da Constituição Federal, a saber, a educação, contribuiu para que as pessoas com deficiência se mantivessem com um déficit de profissionalização. Entretanto, não é totalmente descartável vislumbrar que a partir das práticas históricas de segregação e invisibilidade construiu-se conceitos de que as pessoas com deficiência possuem limitações que não condizem com a ideia mercadológica de trabalho, verificável através do lucro máximo. Desta maneira, se a política de cotas estabelecida fosse concretizada seriam disponibilizadas no Brasil em torno de 700 mil vagas de empregos formais para pessoas com deficiência que apenas perto da metade são ocupadas.

Neste sentido, é possível que a reflexão teológica acerca da deficiência proposta pelos evangelhos que narra a prática profético-pedagógica de Jesus frente às pessoas com deficiência possa contribuir para a concretização de uma realidade social inclusiva. Não num sentido proselitista, mas na perspectiva de uma ação que ouve, encontra, traz para o meio e transforma a vida, é possível estabelecer balizas para um caminho que aprofunde a inclusão substantiva da pessoa com deficiência na sociedade como um todo, e no específico desta pesquisa, no mundo do trabalho. A asserção didática de Jesus é direta e propõe um olhar que viabilize e visibilize o convívio da pessoa com deficiência com sua realidade religiosa, social, econômica,

¹¹ VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Brasília, v. 35, n. 121, p. 41-52, 2010. p. 48. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/RBSO_121.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018. “Nos dias de hoje, a figura do ‘trabalhador-padrão’ continua sendo utilizada como forma de controle e aumento da produtividade. É interessante observar que se uma pessoa com deficiência tem boa produtividade no trabalho, termina cumprindo esta função simbólica do ‘bom trabalhador’”.

cultural e política. Desta forma, a proposta profético-pedagógica de Jesus aponta para uma dimensão de transformação das estruturas que produzem vítimas de exclusão.

A compreensão da reflexão teológica como alternativa propositiva não a exime do seu papel histórico também como parte do processo de construção e reforço dos conceitos estigmatizantes construídos ao longo do tempo. Poder-se-á verificar, ao longo da pesquisa, sem fugir deste debate paradoxal, que as práticas de caridade, importante no desenvolvimento da humanidade, em alguns momentos, contribuíram para perpetuar a ideia da deficiência como incapacidade, reforçando assim, o estereótipo negativo da pessoa com deficiência. No entanto, ao olhar para a História é necessário compreender com um olhar contextualizado, e não acusador, como estas práticas foram construídas. Desta forma, é imperativo ter acuidade para não promover uma postura de julgamento moral que, em si, não contribuiria na construção desta pesquisa.

Ao se discutir a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho as primeiras considerações dizem respeito à legislação que garante o acesso ao trabalho formal. É possível verificar o trabalho como direito na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.¹² Também é na Constituição Federal de 1988 que institui em seu artigo 6º o trabalho como parte dos direitos sociais e no artigo 7º os direitos dos/as trabalhadores/as, que no específico do inciso 31 afirma que é proibida “qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.¹³ Além disso, a Lei 8213/91 estabelece em seu artigo 93 uma porcentagem de vagas destinadas às pessoas com deficiência.¹⁴ E, por fim, aprovado recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei

¹² ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Texto adotado e proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. No seu artigo 23, inciso 1º, declara que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”

¹³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

¹⁴ BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018. “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência”

13.146/2015, que no seu capítulo VI trata especificamente sobre o direito ao trabalho.¹⁵

A nomenclatura pessoa com deficiência tem base legal no decreto nº 6949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York/2007). Nesta convenção, em seu artigo 1º define-se que:

[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.¹⁶

Neste sentido, na atualidade, a definição de pessoa com deficiência parte de uma perspectiva de relacionamento social. Esta ideia faz parte de uma transição entre o modelo biomédico¹⁷ que vinculava a deficiência como uma característica estritamente individual que precisava ser recuperada para um modelo social no qual a deficiência é entendida e caracterizada a partir de convenções sociais, e não unicamente por causa dos corpos individuais.¹⁸

A discussão das conceituações sobre a deficiência remonta a um desenvolvimento histórico, que ocorre de forma não-linear, que a partir de práticas relacionadas ao cuidado às pessoas com deficiência vai se definindo os espaços sociais que as pessoas com deficiência vão ocupando e construindo o conceito da

¹⁵ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

¹⁶ BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 maio. 2018.

¹⁷ AMIRALIAN, Maria et al. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000. p. 98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018. Os autores e as autoras apresentam que de acordo com o CID-10 (X Revisão da Classificação Internacional de Doenças) a deficiência é a “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão”. E está relacionada ao termo incapacidade que é a “restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano”. Também, junto a este, está o termo desvantagem caracterizado como “prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais”.

¹⁸ WHO (World Health Organization); The World Bank, 2012, p. 4. MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Inclusão e sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011. p. 45-46.

deficiência.¹⁹ Estas mudanças prático-conceituais apresentam desafios éticos que as sociedades de diversas épocas tiveram que enfrentar. As formas como o diferente é conceituado e visto pelas lentes culturais de cada época articula-se com as práticas de seu tempo. Não foi incomum a existência de formas distintas de caracterizar e valorar os(as) marginalizados(as) e que, em geral, se caracterizava de uma forma negativa.²⁰ A título de exemplo, pode-se verificar que a pessoa com deficiência era abandonada à sua própria sorte, ao exercício de mendicância ou ao entretenimento exótico em circos.²¹

Em termos de elucidação, na tradição cristã, pode-se salientar alguns momentos em que a deficiência esteve protagonizando uma conceituação vinculada com a diversidade humana. São atos que destoam de uma contextualização prática na qual as pessoas com deficiência estavam à margem. Tamez aponta que a deficiência considerada como uma enfermidade era conjurada como um castigo divino. Nesta perspectiva a pessoa com deficiência era culpada e pagava pelo seu pecado ou dos pecados de sua mãe e de seu pai.²² Nos exemplos bíblico-evangélicos encontram-se várias passagens sobre o contato de Jesus com alguém com deficiência (Mc 8.2-26; Lc 17.11-19; Mt 9.18-26 etc). Nestes relatos, o encontro de Jesus com as pessoas com deficiência sempre tem como movimento a transição da margem para o centro; uma mudança paradigmática que propõe uma transformação social.²³

¹⁹ PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 29-42, 2012. p. 30-32. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4611/3091>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

²⁰ OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004. p. 287-289. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista10numero3pdf/3omote.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2018.

²¹ FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011. p. 134. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018. PICCOLO; MENDES, 2012, p. 32-33.

²² TAMEZ, Elsa. Gracia y rechazo: reflexión bíblico-teológica desde los sujetos con discapacidades funcionales. COLLOT, Noel Fernandez; MENESES, Alexandra (Coord.). **Primera consulta latinoamericana sobre teología y discapacidad**. Quito: CLAI, p. 74-82, 2008. p. 78.

²³ RASCH, Norberto. La gracia de Dios y la discapacidad. Un camino de Inclusión. COLLOT, Noel Fernandez; MENESES, Alexandra (coord.). **Primera consulta latinoamericana sobre teología y discapacidad**. Quito: CLAI, p. 83-90, 2008. p. 85-86. O autor destaca que visualizando em direção à graça de Deus só é possível constatar que “deberemos generar la inclusión de todas las personas a la comunicad sin restricciones de ningún tipo. No importará su color, idioma, cultura ou condición. Y dentro de la condición de discapacidad se deberá incluir todas”.

Seguindo este caminho é possível se falar em três paradigmas que ilustram um pouco as concepções sobre a deficiência. O primeiro é o paradigma da institucionalização no qual a sociedade lidava com a deficiência destinando-a para instituições especializadas.²⁴ Era um processo de invisibilização das pessoas com deficiência que, afastadas da sociedade, tinha como objetivo o cuidado social.²⁵ Adiante manifestam-se as vozes contra o paradigma de institucionalização e motivados por interesses da nova classe burguesa e por teóricos/as que visavam a participação social das pessoas com deficiência, parte-se para uma perspectiva de normalização. Nesta concepção encontra-se o paradigma do serviço que nada mais é que a busca da pessoa com deficiência para se integrar ao convívio social através de mudanças sociais, ela tenta “normalizar-se”.²⁶

É sob o princípio da busca pela normalização da pessoa com deficiência que surge, então, as entidades que instigavam as pessoas com deficiência a desenvolverem atividades laborais que agregassem algum valor econômico.²⁷ Por fim, destaca-se o chamado paradigma do suporte²⁸ que vinculado com o segundo paradigma sustenta as ideias de inclusão. A concepção deste paradigma é uma via de mão dupla. Se por um lado a pessoa com deficiência desenvolve habilidades para o convívio social e laboral, por outro lado, a sociedade se adéqua às necessidades das pessoas com deficiência auxiliando-as a superarem as barreiras sociais, tornando-as assim, incluídas na realidade social.²⁹ O princípio de normalização presente neste paradigma diz respeito à possibilidade de todas as pessoas usufruírem de forma igualitária dos bens sociais disponíveis na realização humanitária.³⁰

²⁴ ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. p. 164-165. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademico_paradigma_s.pdf>. Disponível em: 24 abr. 2018.

²⁵ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961. p. 16-17.

²⁶ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. p. 31.

²⁷ ARANHA, 2001, p. 167-170.

²⁸ SASSAKI, 2010, p. 35-40.

²⁹ SASSAKI, 1997, p. 40.

³⁰ ARANHA, 2001, p. 170-172; Também em SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-68, 2003. p. 56. “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Assim, as conceituações das pessoas com deficiência têm um caráter de construção histórica a respeito do(a) outro(a) denotando um conhecimento pré-concebido (pré-conceito) que se tem sobre o(a) outro(a) pautado por práticas de cuidado, de caridade, exclusão e de segregação. São as imagens construídas de forma prática que retratam nas elaborações teóricas ou no senso comum, o conhecimento prévio apreendido pela convivência.³¹ Não é uma imagem estática, mas que vai se moldando à medida que se aproxima de forma concreta do(a) outro(a). Estas imagens são utilizadas para qualificar e caracterizar o(a) outro(a), de forma a dar continuidade à ocupação dos espaços sociais existentes no convívio social.³² As conceituações são utilizadas de forma sistemática no dia a dia e podem ser utilizadas para uma pessoa ou um coletivo, como partes de uma grande maioria de pessoas marginalizadas.

Neste papel de continuidade das práticas de exclusão, as conceituações são significativas porque tendem a interferir indicativamente como se dará o contato do eu com o(a) outro(a). De acordo com Gusmão as formas como são construídas as imagens do/a diferente reforçam como os papéis sociais são distribuídos e ocupados pelos sujeitos sociais.³³ Neste sentido, o estudo de Vasconcelos aponta que as pessoas com deficiência têm uma variabilidade de conceituações que tendem tanto para uma construção positiva quanto para uma visão negativa destas. Em seu estudo ele mostra que são destacadas imagens das pessoas com deficiência correlacionando-as à figura do(a) bom(a) trabalhador(a) (empenhado(a), superação de limites) ou sob a acusação de que a deficiência é uma virtude para facilitar o acesso ao trabalho (cotas), de acordo com a intencionalidade em utilizá-las.³⁴

Avançando, faz-se necessário explicar rapidamente sobre o conceito de acessibilidade,³⁵ conforme prevê a Lei 10098/00.³⁶ Neste sentido, entende-se que o

³¹ Neste caso, senso comum é entendido como o conhecimento que se tem sem elaborações teórico-reflexivas profundas. Não se tem a intenção de mensurar esta forma de conhecer, nem de qualificá-la pejorativamente.

³² OMOTE, 2004, p. 291. O autor argumenta que a perspectiva da pessoa com deficiência é sobretudo negativa por se tratar de um desvio da normalidade.

³³ GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Editora Biruta, p. 83-105, 2003. p. 86-87.

³⁴ VASCONCELOS, 2010, p. 41-52.

³⁵ NETO, Luiz Baggio; GIL, Marta. **Acessibilidade, humor, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 2. ed. atualizada. 2007. p. 03-21. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/acessodehumor/cartilha-acesso-humor-2007.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

conceito acessibilidade é a facilidade de acessar a lugares, objetos ou pessoas e de exercer cidadania.³⁷ É a forma de superar e contrapor a constituição de barreiras de variados níveis e especificidades que impedem qualquer pessoa e, neste caso, as pessoas com deficiência, de participarem ativamente do convívio social, político, cultural, econômico, cidadão.³⁸ Assim, o termo acessibilidade é entendido por uma concepção ampla que sobrepõe a ideia de barreiras físicas. Também é importante salientar que em acessibilidade está implícito o movimento da sociedade para a inclusão das pessoas com deficiência, adequando-se às suas necessidades específicas.³⁹ A falta de acesso a qualquer bem social não pode ser justificado pela deficiência.⁴⁰

É importante salientar ainda, mesmo que de forma introdutória, o entendimento que se tem a respeito do termo mundo do trabalho que será utilizado ao longo da apresentação dos resultados desta pesquisa. Neste momento pensa-se em todas as faces que se relacionam com as diversas facetas do trabalho. Está imbricado desde a compreensão do ato que relaciona o ser com a natureza e com os seres sociais,⁴¹ até onde as tarefas profissionais são realizadas, bem como, todas as instalações usufruídas pelos/as trabalhadores/as: banheiro, alojamento, local de refeições, cozinha, lavanderia, área de lazer etc. Passa pelos elementos que constituem a formalidade do trabalho na sua distinção entre emprego e trabalho e suas relações com o sistema econômico, social, político, cultural e religioso. Assim, o mundo do trabalho abarca uma relação ampla de constituição do ser social e seus diversos entrelaçamentos.

Assim, para atender os objetivos propostos por esta pesquisa conjuga-se dois modelos específicos de recolhimentos de dados. O primeiro modelo, que corresponde a todo o processo de pesquisa, com valor fundamental na fase inicial,

³⁶ BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 04 maio. 2018.

³⁷ UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2011, p. 14. O documento da ONU defende que as empresas, em determinadas situações, devem considerar a construção de regras adicionais que facilitem a inclusão de pessoas que pertencem a grupos específicos, no específico deste, pessoas com deficiência.

³⁸ SASSAKI, 1997, p. 68.

³⁹ OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Niterói, v. 18, n. 55, p. 961-984, 2013. p. 976. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

⁴⁰ LEAL; MATTOS; FONTANA, 2013, p. 62-63.

⁴¹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 135-146.

diz respeito à pesquisa bibliográfica na qual foram investigadas a fundamentação teórica teológico-filosófica que pretende identificar os conceitos e formulações a respeito da deficiência, pessoa com deficiência, acessibilidade, inclusão, emprego e trabalho, quer dizer, a dimensão dos conhecimentos já construídos a respeito da temática, a fim de enriquecer e direcionar a caminhada realizada ao longo da pesquisa. Dada a complexidade do estudo, como também, a sua amplitude da temática, perceber as diferentes formas de tratar o assunto permitiu ao pesquisador selecionar as teorias que melhor o auxiliasse nesta tarefa.

A outra parte da pesquisa, que tem valor de supra importância por compreender a percepção prática da vida cotidiana, recolhe os dados empíricos. O modelo para o recolhimento de tais dados articula-se no método de histórias de vida. Nesta etapa então verifica-se como as pessoas com deficiência se percebem no mundo do trabalho, suas relações interpessoais, os espaços que ocupam, suas concepções sobre a deficiência, a importância do trabalho nas suas vidas, o processo pessoal de inclusão no mundo do trabalho etc. Os dados recolhidos são analisados de forma qualitativa. Desta maneira, é possível compreender a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, bem como a sua influência na construção das concepções acerca da deficiência e na ocupação do espaço social, objetivo principal desta pesquisa.

De acordo com Laville & Dionne a história de vida “pode ser definida como a narração, por uma pessoa, de sua experiência vivida”.⁴² Ela conta sobre fatos que aconteceram na biografia da pessoa, tornando o discurso da narrativa contada protagonista do processo de construção da pesquisa, no momento em que, a sua fala tem função de autoria do processo de pesquisa, tornando-se assim uma ação co-participativa. Sua profunda ligação com a experiência de fatos vividos possibilita “trabalhar os trajetos pessoais no contexto das relações pessoais e definir-se como relatos práticos das relações sociais”.⁴³ Ela também garante que se possa cobrir um espaço maior da vida da pessoa que narra sua história, rebuscando fatos que, com perguntas estanques, poderiam ficar de fora do discurso, promovendo assim o enriquecimento do material coletado.⁴⁴

⁴² LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 158.

⁴³ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 96.

⁴⁴ SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 188-191.

Para a realização do recolhimento das narrativas da história de vida das pessoas entrevistadas, foram seguidos os seguintes procedimentos: na primeira etapa foi estabelecida a partir de uma apresentação geral do projeto de pesquisa para que o/a narrador/a pudesse se sentir à vontade de falar sobre suas experiências. Na segunda etapa foi realizada a narração da pessoa entrevistada com o auxílio de gravador de áudio. Para tanto, a assertiva inicial era: “- *Fale-me de sua vida como pessoa com deficiência e trabalhadora*”. Durante a narrativa, se o pesquisador considerasse pertinente alguma interferência, esta aconteceria por meio de especulações interpelativas para evidenciar fatos presentes no depoimento ou esclarecer eventuais elementos na fala da pessoa entrevistada. A última etapa organizou-se de forma que a pessoa entrevistada, em considerando necessário, realizaria alterações em sua narrativa.

Para que se pudesse ser o máximo fidedigno com as narrações contadas, o registro das histórias de vida foi realizado por meio de gravação de áudio (gravador de voz). Este instrumento de armazenamento possibilitou a apreensão literal e autêntica dos depoimentos, o que também demonstrou à pessoa entrevistada e aos resultados da pesquisa o cuidado do pesquisador com as palavras proferidas pelo/a narrador/a, tendo em vista que estes contêm a própria vida narrada. Queiroz chama esta forma de captação do material de pesquisa de “informação viva”. Para ela, a gravação também tem a função de dar voz àquelas pessoas que não têm acesso ao discurso, possibilita a descoberta de novas facetas relacionadas com o tema da pesquisa, pode desmistificar outros tipos de técnicas fechadas de recolhimento de dados e permite que o pesquisador faça uma autocrítica do seu conhecimento prévio.⁴⁵

Para realizar a pesquisa de campo proposta por este estudo, a amostra dos agentes sociais foi limitada considerando o seu envolvimento com o problema em estudo, a ocupação do espaço epistemológico pesquisado e o capital simbólico que dispõem.⁴⁶ Assim, por questões éticas e a possibilidade de liberdade da exposição de sua narrativa, a amostra selecionou voluntários/as, compreendendo as pessoas com deficiência que se sentiram à vontade para a participação por sua livre

⁴⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 73-80.

⁴⁶ LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo**. Brasília: Liber Livro, 2010. p. 41.

aceitação.⁴⁷ Para esta seleção foram definidos alguns critérios como: residir no Vale dos Sinos/RS; ter vínculo a um emprego formal; ser maior de 18 anos. Estes critérios se ativeram ao limite de recursos da pesquisa e por compreender que os objetivos propostos por este estudo têm como foco a pessoa com deficiência e sua inclusão no mundo do trabalho, compreendendo assim, a necessidade da experiência empregatícia.

Em relação à amostra, como uma forma de aproximar do/a leitor/a um panorama geral das pessoas que participaram da pesquisa: foram entrevistadas 15 pessoas com deficiência. Na posição geopolítica, 13,33% morava na cidade de Novo Hamburgo, 60% morava em São Leopoldo e 26,66% em Sapucaia. Com relação às suas ocupações 60% atuavam no setor de serviços, 13,33% trabalhava na área da educação, 13,33% na área de comunicação e 13,33% na área administrativa. Com relação ao quesito de idade 46,66% tinham entre 18-30 anos, 46,66% tinham entre 31-50 anos e 6,66% tinha entre 51-60 anos. Como este estudo não propunha identificar as classificações das deficiências de cada pessoa entrevistada, compreendendo que o foco da pesquisa tinha como horizonte a inclusão da pessoa com deficiência de uma forma globalizada, não se considerou esta variante na seleção da amostra.

Optou-se pelo modelo qualitativo por compreender elementos do universo do significado.⁴⁸ A compreensão inicial tinha como perspectiva que, para alcançar de forma satisfatória os objetivos propostos pela pesquisa,⁴⁹ o discurso das pessoas com deficiência era de suma importância, pois se tratava de dar voz àquelas pessoas que vivenciam no seu cotidiano a experiência de conviver com a invisibilidade, preconceitos e inacessibilidades. É a partir desta experiência cotidiana que se confrontou as necessidades e possibilidades que compreenderam toda a problemática proposta por esta pesquisa. Ao mesmo tempo, para o alcance dos objetivos deste estudo, é importante cuidar para que a subjetividade do pesquisador não influencie nos resultados da pesquisa empírica, forçando-os às hipóteses

⁴⁷ LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 170.

⁴⁸ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 23. A autora destaca que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

⁴⁹ RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2009. p. 79-80.

preliminares,⁵⁰ comprometendo-se à fidedignidade das narrativas das pessoas que participaram da pesquisa.

A análise dos dados é relacionada ao longo de todo o relatório, compreendendo uma breve *caracterização da amostra* selecionada, com base nos critérios estabelecidos para a participação, e assim, aproximar os dados aos sujeitos participantes da pesquisa. O segundo passo é a organização em forma de *categorias analíticas*, aglutinadas a partir da conjugação temática presente nos depoimentos como respostas similares, fatos isolados ou características importantes e que estão dispostos ao longo dos capítulos deste relatório. Esta forma de classificação possibilitou a análise dos dados compreendendo as narrativas de forma globalizadas, conjugando as vivências práticas ao conhecimento teórico presente em outros estudos. Por fim, as categorias foram associadas a *padrões e tendências* presentes nas entrevistas e que auxiliaram no entendimento da problemática proposta desta pesquisa.

Ao longo do texto é percebido assim quatro categorias analíticas encontradas nas entrevistas realizadas e que são conceituadas da seguinte maneira: *trabalho*, que compõe a percepção de elementos vinculados a assuntos relacionados a mercado, ambiente, descanso e salário. A segunda categoria é identificada como *deficiência*, que é associada a temas como ser, pessoa, concepções e incapacidade. A terceira categoria elencada é constituída como *espaço social* e está associada a local de trabalho, empresa, corpo e cargos. E por fim, à quarta categoria coube, ao que é designado como *inclusão* que está vinculada à acessibilidade, cotas, visibilidade e cuidado. Por opção que pretende proporcionar uma melhor fluidez do texto apresentado, estas categorias estão distribuídas ao longo da pesquisa compondo as argumentações e reflexões pertinentes aos objetivos apresentados em cada capítulo.

Com estas páginas iniciais pode-se perceber que há informações que já apresentam a temática, bem como, algumas informações iniciais pertinentes sobre a estrutura da produção escrita desta pesquisa. Como um mapa, estas considerações iniciais procuraram aguçar os sentidos epistemológicos para que se possa colocar frente ao texto de forma aberta à discussão aqui apresentada, compreendendo que a problemática abordada compreende a vida de milhões de pessoas no Brasil que

⁵⁰ MINAYO, 1994, p. 24.

nem sempre são vistas e percebidas. Após estas palavras iniciais que procurou apresentar um panorama das reflexões que estão elaboradas ao longo deste relatório, fica o desejo de que a leitura deste possa encantar na perspectiva de sua temática e contribuir para a construção de um olhar que consiga identificar as invisibilidades visíveis em nosso cotidiano.

2 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS DIVERSAS FACETAS: O TRABALHO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Viva a preguiça de Deus
Que criou a harmonia,
Que criou o mundo e a vida,
Que criou tudo o que cria!*⁵¹

Ao iniciar este capítulo, a principal questão que se quer deixar claro é o entendimento sobre mundo do trabalho. Percebe-se que a dimensão do mundo do trabalho apresenta uma dimensão ampliada da diversidade de manifestações sobre seu entendimento. É pertinente que, ao tratar a temática, tenha a percepção que o trabalho está ancorado nos diversos âmbitos da vida. Nesse ponto de vista, o trabalho assume um caráter decisivo na vida humana. É por ele que o ser se realiza enquanto ser co-criador que se constrói à medida em que realiza o processo de trabalho. É nessa perspectiva que se elaborará o mundo do trabalho e suas facetas ao longo desta pesquisa, como se estrutura a sua organização e suas relações. Por abarcar uma grandeza imensa, tem a capilaridade de definir espaços, ser, conhecimento, conceitos e compreensões. O mundo do trabalho define a vida.

O objetivo que se quer alcançar neste primeiro capítulo é *analisar* como o trabalho pode ser interpretado frente seu entendimento diverso e qual a sua importância para a pessoa com deficiência. Para tanto, entender que o trabalho envolve uma dimensão ampla de conceituações e por influenciar na vida das pessoas de forma decisiva é que se opta nesse momento por esta definição. É comum falar-se em “mundo do trabalho”, e entende-se que quando se trabalha com esse termo vincula-se o trabalho com a vida da práxis. É na vida prática que o trabalho se materializa e suas formas de entendê-lo e organizá-lo influenciará diretamente na vida das pessoas. O trabalho é a força motriz na qual a realidade social é organizada. É do trabalho que surge o valor de troca e o mais-valor. É pelo trabalho que se submete o ser humano à exploração e, do trabalho social, produz-se riqueza.⁵²

⁵¹ SUASSUNA, Ariano. **Farsa da boa preguiça**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1974. p. 181.

⁵² MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 25.

Também é compreensível que esse primeiro capítulo não tem a pretensão de esgotar as definições do entendimento do trabalho. É fundamental deixar explícito que serão exploradas algumas das interpretações sobre o conceito de trabalho. Nesse sentido, o mundo do trabalho está imbricado desde a compreensão do ato que relaciona o ser com a natureza e com os seres sociais, até onde as tarefas profissionais são realizadas, como, as instalações usufruídas pelos(as) trabalhadores(as): banheiro, alojamento, local de refeições, cozinha, lavanderia, área de lazer etc. Passa pelos elementos que constituem a formalidade do trabalho e suas relações com o sistema econômico, social, político, cultural e religioso. Assim, o mundo do trabalho abarca uma relação ampla de constituição do ser social e seus mais remotos entrelaçamentos.

2.1 O mundo do trabalho: algumas especulações hermenêuticas

Para que se faça um debate sobre o mundo do trabalho, é importante ter em vista que não se trata de um tema uníssono e de compreensões que se acomodam à medida que se discute o tema. Pelo contrário, quanto mais se aprofunda a temática, mais amplia-se as concepções e compreensões do tema. Sem dúvida, compreender que o trabalho corresponde a um mundo amplo e complexo é dispender a compreensão respeitosa de que se trata de uma tarefa com muitos emaranhados, não-respostas e compreensões. Nesse sentido, tem-se o entendimento de que é impossível adentrar de tal modo no assunto a ponto de esgotá-lo por completo. Por isso, que nesta primeira parte deste capítulo far-se-á a apresentação de algumas especulações hermenêuticas que dê a amplitude necessária para um panorama geral sobre o mundo do trabalho no qual girará a temática da pessoa com deficiência proposta pela pesquisa.

Nessa lógica, o trabalho não pode ser concebido fora da história. Além da escolha teórica que sustenta esta visão, existem diferenças cruciais na interpretação do trabalho nos diferentes sistemas de desenvolvimento econômico. Também há que se ter em vista que esse desenvolvimento histórico não necessariamente significa uma evolução linear da história, mas muito mais pautada pela movimentação das forças ativas que a direcionam de acordo com os interesses diversos (políticos, econômicos, culturais, sociais etc.). Nesse sentido, mesmo em sociedades consideradas capitalistas, encontrar-se-á organizações em torno do

trabalho que remontam a eras anteriores ao sistema capitalista.⁵³ Essas contradições fazem parte do mundo do trabalho e constituem as diversas formas de compreender os sentidos do trabalho no desenvolvimento da vida humana.

2.1.1 O trabalho como castigo

O enunciado deste primeiro ponto a ser tratado neste capítulo tem uma dimensão até certo grau pejorativo. Isso, porque na medida em que se entende como uma afirmação, algumas pessoas podem assimilar que o autor de tal frase seja uma pessoa preguiçosa. E, quando se fala em preguiça ou de quem a tem o que soa aos ouvidos não é um sujeito confiável, mas, pelo contrário, alguém que não merece. Por outro lado, ao entender o enunciado como uma pergunta é possível que se reconheça no interlocutor alguém que é considerado como uma pessoa trabalhadora. Nesse sentido, poder-se-ia compreender a afirmação como ironia na qual o trabalho não é um castigo, mas, pelo contrário, um parâmetro, que vinculado com a ideia pejorativa de preguiça, seja inquestionável e irremediável, uma afirmação da vida produtiva do ser humano.

Todavia, ainda há a possibilidade de entender o enunciado como pergunta vinculada a uma construção crítica do sentido do trabalho. Sem causar surpresa, vincular-se-ia o castigo do trabalho com a exploração do mais-valor e todas as consequências sociais e econômicas que vem a roldão. Logo, com facilidade, se qualificaria tal indivíduo como possível sindicalista que tem em vista o beneficiamento do trabalhador e da trabalhadora. Talvez, ambas as afirmações possuam o seu fundo de verdade, por mais contrariedade que se mostre frente cada uma das afirmações. No entanto, certamente o que é perceptível é que em muitos dos casos as significações da palavra trabalho nem sempre compreenderam uma

⁵³ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 40. O autor trabalho com a dimensão de que no sistema capitalista não é possível se falar numa classe homogênea de trabalhadores, pois estes se dimensionam de diversas formas. Linden então afirma que “em primeiro lugar, existem amplas e complexas 'áreas cinzentas', repletas de graus intermediários entre trabalhadores assalariados 'livres', escravos, trabalhadores autônomos e lumpemproletários. Em segundo lugar, a quase totalidade dos trabalhadores subalternos pertence a famílias que praticam diversos modos de trabalho. Em terceiro lugar, os trabalhadores subalternos, individualmente, também podem acumular diferentes formas de trabalho, tanto sincrônica quanto diacronicamente. E, por fim, a distinção entre os diferentes tipos de trabalhadores subalternos não é nítida”.

valorização positiva para o ser humano. Principalmente, quando da divisão social do trabalho, que transformou o trabalhador e a trabalhadora como peças de máquinas.

O leitor e a leitora que iniciam a caminhada da investigação deste estudo pode se perguntar pelo sentido dessas palavras iniciais. Parta-se diretamente para o aprofundamento da pesquisa, contudo, o centro da reflexão desta pesquisa está no entendimento que os conceitos são disputados constantemente quanto à sua definição. Esse, será o tom que perpassará esta tese e também aqui na interpretação do conceito de trabalho. Nesse sentido, o grande impacto da divisão social do trabalho está na sua relação de desintegração do ser humano com o mundo e consigo mesmo. É a partir do momento em que o trabalho deixa de ser constitutivo da vida para ser composição de uma possibilidade de sobrevivência é que o ser humano domestica sua capacidade criativa e exerce funções que são direcionadas pela máquina ou pelo patrão/senhor. Nesse momento ele é expulso do paraíso.

Considerando a tradição judaico-cristã é possível perceber que após a transgressão humana uma das consequências foi sua separação da vida plena a qual viviam no paraíso. Não se pretende encontrar o momento inicial do trabalho como castigo, mas elucidar que, o trabalho que desintegra o ser humano, que subjuga a vida, tem sua narrativa construída como um castigo, fruto do pecado. Vincular o trabalho como castigo, ao entendimento de que foi Javé quem definiu dessa forma, como uma punição impetrada arbitrariamente por Javé é o mesmo que dizer que Javé é um burguês capitalista. Quando se tem o foco no trabalho como punição, as influências no pensamento judaico-cristão justificam a exploração do(a) trabalhador(a), ignorando totalmente as referências do Evangelho. Entender o trabalho apenas como castigo reduz a vontade de Javé à vontade do patrão/senhor.

Resgatar a possibilidade hermenêutica de interpretar o trabalho como parte da constituição criativa do ser humano é fundamental, pois compreende que o testemunho bíblico é amplo e diverso, como também é o relato da criação. Além disso, as formas de interpretar o mundo do trabalho terão influência inevitavelmente direta na compreensão da relação que o ser humano implementa junto à criação, ao Criador e ao semelhante. Ao aprofundar os primeiros passos, um dos primeiros elementos a ser considerado é a relação que se estabelece nos dois relatos da

criação.⁵⁴ Brevemente, é possível apontar que a primeira narrativa é de tradição sacerdotal (Gn 1-2,4a) e a segunda remonta a tempos muito mais antigos, anteriores ao primeiro escrito (Gn 2.4b-24), possivelmente javista. Essa diferenciação entre os dois relatos aponta para concepções diferentes de mundo.

Westermann, fazendo uma diferenciação entre os dois relatos destaca que a narração mais antiga (Gn 2.4b-24) transmite em sua redação a cosmovisão de um mundo configurado a partir da realidade humana, baseada, principalmente, em culturas primitivas em que o trabalho no campo se configurava como a materialização última das pessoas. Pode-se afirmar a partir dos estudos de Westermann que o primeiro relato tem como contexto o campo. Já no escrito sacerdotal, percebe-se uma formulação mais tardia que remonta ao período de exílio babilônico, portanto, bem posterior ao escrito mais antigo e por isso também melhor elaborado literariamente.⁵⁵ Em certa medida, poder-se-ia afirmar que o contexto está voltado para as cidades-estados constituídas e, dessa forma, com instituições já arraigadas como o templo, o exército e o reinado.

Outro destaque importante a ser feito é que os dois textos apresentam a criação do ser humano⁵⁶ de forma diferente. Na tradição mais antiga, o ser humano é criado a partir do pó da terra. Já na tradição sacerdotal, esse fato não é mencionado, o que novamente reforça a ideia de que o relato tardio estava identificado com uma realidade urbana, enquanto que relato mais antigo vinculado com a relação com a agricultura.⁵⁷ Wolff tem acordo com Westermann sobre a criação do ser humano, mas diverge quanto à interpretação da originalidade do texto, ao qual ele destina à tradição javista. Wolff ressalta ainda que a relação do ser humano com a terra é bastante evidente, pois o texto não se refere a qualquer terra,

⁵⁴ Neste momento interessa fazer uma breve contextualização das diferenças entre os relatos da criação. Não se aprofundará nesta temática, mas focar-se-á no específico relacionado ao trabalho. Contudo, a temática da criação é desenvolvida com mais detalhes no estudo STRELHOW, Thyeles M. P. B. **Autismo e cotidiano**: um olhar para as experiências familiares. Paco Editorial: Jundiá, 2016. p. 71-78.

⁵⁵ WESTERMANN, Claus. **O livro do Gênesis**: um comentário exegético-teológico. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; Faculdades EST, 2013. p. 29-39.

⁵⁶ CROATTO, Severino. **El hombre en el mundo**. Crear y amar en libertad: estudio de Génesis 2:4-24. Buenos Aires: La Aurora, v. 2, 1986. p. 27. O autor destaca o caráter mítico da histórica da criação do ser humano. Na perspectiva de Croatto, o humano retratado em Gênesis não corresponde a um ser humano concreto, mas é um arquétipo, que representa as diversas experiências humanas. Compreendendo desta forma evidenciar-se-á melhor as colocações refletidas neste tópico.

⁵⁷ WESTERMANN, 2013, p. 34-35.

mas aquela que serve de campo, a terra cultivada. Logo, o ser humano não é criado de uma terra qualquer, mas daquela da qual ele retira seu próprio sustento.⁵⁸

Schwantes salienta que a criação do ser humano coincide com uma ideia de relação com a criação e o Criador.⁵⁹ E Kliever avança ao afirmar que a utilização da natureza pelo ser humano se constitui numa manutenção mínima da vida humana, quer dizer, utiliza-se o necessário para manter a vida, e não para acumular. A vontade inconsequente do ser humano pela exploração e usurpação da natureza constitui-se como uma forma de esterilizar a vida.⁶⁰ Wolff, porém, discorda da afirmação de Kliever e sustenta que a tarefa destinada ao ser humano, está muito mais vinculada à conquista e multiplicação, o que se aproximaria com muito mais força das palavras utilizadas literalmente no texto.⁶¹ Wolff articula que a conquista está articulada com uma tarefa responsável do ser humano frente à criação, contudo, essa defesa vem acompanhada de um profundo antropocentrismo descartado por Kliever.

Delimitando diretamente a questão do trabalho e de sua relação a partir dos relatos da criação, Westermann destaca que esse tema faz parte de um agrupamento nomeado como maldição que seria um desdobramento da punição pela desobediência, ao qual coube a expulsão do jardim (Gn 3.20-24). Dentro desse agrupamento determinado como maldição está o castigo que se refere à serpente, à mulher e ao homem. Westermann deixa claro que novamente é possível perceber que a relação que se faz com o texto bíblico está fundamentalmente ligada à cotidianidade da tradição que a representa. O autor apresenta que a inimizade entre a serpente e o ser humano fazia parte da vida daquela tradição, bem como, as dores do parto e o trabalho duro para a manutenção do sustento.⁶² Dessa forma, as diversas agruras do cotidiano definiam a sua visão de mundo.

Westermann ainda lembra que é possível que a terra não fosse muito fértil na região, o que colaboraria para que esse detalhe estivesse bem descrito no texto. Desse modo, ocorreria uma exigência maior de esforço para a produção. Além disso, o autor salienta que todas as dificuldades sofridas estavam em relação à

⁵⁸ WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. Trad. Antônio Steffen. São Paulo: Loyola, 1975. p. 211-215.

⁵⁹ SCHWANTES, Milton. **Ensaio sobre uma Teologia do Antigo Testamento**: questões abertas e Gn 1-11. São Leopoldo. Mimeografado, 1980. p. 131-135.

⁶⁰ KLIEVER, Gerd Uwe. O Deus criador e o homem consumidor. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 29-40, 1980. p. 29-35.

⁶¹ WOLFF, 1975, p. 216.

⁶² WESTERMANN, 2013, p. 42-44.

transgressão/pecado, por isso, o ser humano foi afastado da convivência com Deus e essas são as consequências.⁶³ Em relação a isso Wolff traz uma contribuição que complementa significativamente. O autor identifica três momentos que se referem ao tema do trabalho. O primeiro momento é em Gn 2.5 em que, após criar a vegetação da estepe, ainda faltava criar a chuva e o ser humano. Ora para a estepe a chuva basta, mas para as plantas de terra cultivada faltava o ser humano, dessa forma, cabe-lhe a tarefa de cultivar o campo.⁶⁴

O segundo momento ele relaciona essa tarefa com a tradição sacerdotal (Gn 1.26, 28) de reinar sobre os animais e submeter a terra. E a terceira característica é a que se encontra em Gn 2.15, ao qual cabe ao ser humano a tarefa de servir e proteger a terra, pois toda a criação é dádiva de Deus confiada ao ser humano. Wolff estranha que as mesmas palavras utilizadas em Gn 2.5 têm uma conotação de castigo. No entanto, olhando para o contexto, ele argumenta que a maldição não diz respeito ao trabalho em si, mas ao campo de difícil manejo e à cansaça e fadiga do lavrador.⁶⁵ O elemento do castigo pautado pelo contexto é respeitável, pois como constata Wolff “é importante ver que aqui o trabalho aparece como a única finalidade do homem e que nesse ponto ele não é visto em nenhum outro contexto do que aquele da criação”.⁶⁶ Quer dizer, o trabalho é parte da criação.

Esse detalhe que Wolff apresenta é interessante, pois denota a possibilidade de uma interpretação diferente, para além da relação de castigo.⁶⁷ Isso, porque tende a retomar uma característica importante do ser humano no cuidado e serviço com a criação/natureza. E, principalmente, o fato de que o trabalho é parte constitutiva do ser humano, para o qual foi criado, porém, a fadiga e o cansaço seriam as consequências do pecado. Em decorrência do pecado o ser humano é separado do contato com seu Criador. O trabalho que explora e torna o ser humano escravo não é fruto da criação, mas do pecado. Logo, essa distinção é fundamental tendo em vista que diferencia diversos tipos de trabalho. Aquele trabalho baseado

⁶³ WESTERMANN, 2013, p. 42-44.

⁶⁴ WOLFF, 1975, p. 173-174.

⁶⁵ WOLFF, 1975, p. 174.

⁶⁶ WOLFF, 1975, p. 172.

⁶⁷ LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Kairós, 1980. p. 15. O autor destaca a forte relação do trabalho com o sofrimento, associando esta ideia ao contexto religioso. Assim escreve: “Thiers, na Comissão da Instrução Primária de 1849, dizia: 'Quero fazer com que a influência do clero seja todo-poderosa, pois conto com ele para propagar essa boa filosofia que ensina ao que, pelo contrário, diz a esse mesmo homem: Divirta-se!' Nesse momento, Thiers estava formulando a moral da classe burguesa, cujo egoísmo feroz e curta inteligência ele encarnava”.

especialmente na exploração da força de trabalho, nos moldes capitalistas, de exploração do mais-valor é fruto do pecado.

Esse tipo de trabalho, nada tem a ver com a capacidade de servir e vigiar ao qual o ser humano foi incumbido na criação. Também a própria exploração acumulativa e destruidora da criação/natureza, nada tem a ver com a tarefa destinada ao ser humano a propósito de sua criação. Desse modo, toda e qualquer forma de exploração é resultado do pecado, daquilo que afasta a criatura da relação com seu Criador. Nesse sentido, é importante resgatar a dimensão do projeto de vida em relação ao projeto de morte. Schwantes faz essa diferenciação de classificação a partir do trecho de Gênesis 2 e 3, que provavelmente datam do século 8 a.C, como visto anteriormente. Em sua análise o autor deixa claro que, no seu entendimento, existem dois projetos que estão em conflito nesse trecho de Gênesis, na opinião de Schwantes há uma tensão por base na construção do testemunho bíblico.⁶⁸

Em primeiro lugar, o projeto de vida é marcado pela relação do ser humano/roceiro com a terra/roça.⁶⁹ A proximidade e reciprocidade são tão grandes que ao roceiro se destina a tarefa de nomear os animais que conviviam com ele e o Criador cogita encontrar uma parceira para o homem dentre os animais. A mulher é parte do homem e estão numa relação de igualdade, na qual, ambos são responsáveis pelo cuidado e cultivo do jardim/roça.⁷⁰ Por outro lado, o projeto que contraria a vida é o projeto de morte que se encontra em Gn 3. Nessa relação entre o ser humano, a criação e o criador, insere-se uma nova personagem: a serpente. Schwantes está convencido de que a serpente, nesse contexto, está designando o poder do estado/cidade. As pesquisas arqueológicas apontam descobertas como selos e carimbos que traziam a imagem da serpente (Gn 34.18).⁷¹

Além disso, o culto mediado pela figura da serpente era conhecido na região de Canaã e muitos governos representavam suas governanças a partir de animais, como a serpente, também encontrado no mundo cultural egípcio (faraó) e até mesmo nos serafins do templo (Is 6). Assim, o trabalho que antes era para o sustento do(a) trabalhador(a), agora é alienado e o mais-valor encaminhado para

⁶⁸ SCHWANTES, Milton. **Gênesis 1-11: vida, comunidade e Bíblia**. São Leopoldo: CEBI, 2007. p. 59-62.

⁶⁹ SCHWANTES, Milton. **Projetos de esperança: meditações sobre Gênesis 1-11**. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1989. p. 76.

⁷⁰ SCHWANTES, 2007, p. 59-62.

⁷¹ SCHWANTES, 2007, p. 63-65.

sustentar o templo/elite/cidade e o exército. Se antes o trabalho era utilizado para sustentar a vida, agora o(a) roceiro(a) remexe tanto o pó que ele(a) mesmo(a) se torna pó. O trabalho sob o domínio da serpente faz com que a única possibilidade para quem trabalha seja a morte. Até mesmo o parto, passagem para vida, torna-se uma dor insuportável, pois à medida que são necessários mais suplementos para manter a máquina do estado (exército), mais se deve procriar (cultos de fertilidade).⁷²

É interessante observar que também em Schwantes, como em Wolff, o problema não é o trabalho como castigo⁷³, mas as relações de trabalho. Se anteriormente, pode identificar-se essa diferença a partir do pecado, algo amplo e relativo, agora tem uma figura representante: serpente-estado. Esse detalhe é extremamente relevante, porque traz para o âmbito das relações concretas a perspectiva do castigo. O castigo do cansaço materializa-se a partir das relações de exploração do mais-valor produzido pelo(a) trabalhador(a). O trabalho na perspectiva de Gn 2 é colaborativo, criativo e serve ao sustento do(a) trabalhador(a), dá sentido e dignifica⁷⁴ o ser humano.⁷⁵ Porém, o trabalho que explora e aliena do(a) trabalhador(a) o mais-valor, transformado em lucro para o enriquecimento do patrão, não dignifica o ser humano e leva o(a) trabalhador(a) apenas para o buraco da morte.⁷⁶

⁷² SCHWANTES, 2007, p. 65-67

⁷³ WÉNIN, André. **De Adão a Abraão ou as errâncias do humano**: leitura de Gênesis 1.1 – 12.4. Trad. João Carlos Nogueira. São Paulo: Loyola, 2011. p. 102-121. É importante destacar que a compreensão do trabalho não como um castigo é uma opção teórica que se convença a partir dos argumentos apresentados pelos autores. Em outros casos, como o de Wénin, a interpretação do trabalho como castigo é literal e concebe uma hermenêutica do relato de Gênesis com Deus como juiz, amoroso por apontar o erro humano, mas fiel no cumprimento das sentenças à serpente, à mulher e ao homem.

⁷⁴ LAFARGUE, 1980, p. 25-26. “Os filantropos proclamavam benfeitores da humanidade aqueles que, enriquecendo-se sem nada fazer, davam trabalho aos pobres; era melhor semear a peste e envenenar as fontes que erigir uma fábrica no meio de uma produção rústica. Introduzia-se aí o trabalho nas fábricas e nas fábricas e adeus alegria, saúde, liberdade: adeus a tudo aquilo que faz a vida bela e digna de ser vivida”.

⁷⁵ CUNHA, Rogério I. de Almeida. **Trabalho**: um caminho para Deus. São Paulo: Loyola, 1991. 19-23. O autor defende que o trabalho não é o castigo, mas justamente a pobreza que é produzida a partir da acumulação do mais-valor. BURIN, Aguielo. O sábado, descanso do trabalho. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 76-82, 1986. p. 76.

⁷⁶ SCHWANTES, 1989, p. 78. “A terra é trabalhada para dar alimento. No jardim, há trabalho. O versículo 15 afirma-o expressamente. A pessoa está no jardim 'para o cultivar e o guardar'. 'Guardar' designa a função de proteção que o lavrador realiza em relação a plantas e árvores. 'Cultivar' expressa a dimensão produtiva, porque o verbo hebraico usado designa em sua forma substantiva o 'escravo'. 'Guardar' se relaciona, pois às necessidades da própria natureza. 'Cultivar' tem a ver com o atendimento das necessidades do próprio lavrador. Em ambas as direções, o trabalho junto à terra é criativo. Não é alienado, pois tem diante de si o resultado e dele usufrui. Usufriui do alimento e da beleza de uma natureza, uma terra, plantas e árvores bem cuidadas”.

Até aqui, traçou-se um pequeno esboço da elaboração da criação para perceber as relações possíveis do trabalho como castigo. Percebeu-se que o testemunho bíblico de Gênesis aponta para uma dimensão de castigo, porém, sem uma definição imediata de que o trabalho é o castigo. Nesse bojo não é possível afirmar, com convicção, que o trabalho é entendido como castigo, pelo contrário, os autores apontam para uma direção que pretende perceber as relações que compreendem a constituição do trabalho, não como castigo, mas enquanto constituidor do ser humano. Nesse sentido, é possível afirmar que o castigo não é o trabalho, mas as relações pautadas pela exploração da força de trabalho que desagregam do convívio com o Criador e com toda a criação. Em seguida, pretender-se-á discutir dentro do mundo do trabalho a faceta do trabalho como fruto do pecado.

2.1.2 O trabalho como fruto do pecado

Até o momento caminhou-se sobre a trilha que procurou demonstrar que no mundo do trabalho há uma faceta que aponta para o trabalho como castigo, a partir da perspectiva do imaginário judaico-cristão, mas com um foco maior nas relações de trabalho marcadas pela exploração. No entanto, simploriamente, é possível aventar que nos dias atuais, o senso comum compartilha a ideia de castigo, basta observar os comentários sobre a obrigação de trabalhar. O detalhe desse caráter de obrigatoriedade do trabalho está na ausência da identificação pontual da motivação que acarreta o trabalho como castigo. É perceptível, como visto, que os autores concordam que a questão do trabalho como castigo não está no trabalho em si, mas nas relações que mediam o trabalho. Nesse sentido, o trabalho como castigo tem como ponto de partida o trabalho como fruto do pecado que tratar-se-á neste ponto.

De acordo com a Confissão de Augsburgo, somos todos e todas herdeiras do pecado original que consistiu na queda de Adão da sua relação com Deus a partir do Éden. Nesse sentido, o pecado nasce com o ser humano e é impossível que ele próprio possa chegar até Deus por seu próprio temor ou própria fé.⁷⁷ Em Cristo, o

⁷⁷ COMISSÃO INTERLUTERANA DE LITERATURA. **Livro de Concórdia**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Trad. Arnaldo Schüler. 5. ed. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal. 1997. p. 64. "Ensinam também que depois da queda de Adão todos os homens propagados segundo a natureza nascem com pecado, isto é, sem temor de Deus, sem confiança em Deus, e com concupiscência, e que essa enfermidade ou vício original verdadeiramente é

ser humano, pecador, é resgatado das garras da morte, por graça, e conduzido pela fé, na obra salvífica do Cristo. Nesse sentido, o trabalho como fruto do pecado é sugerido nesse ponto como um processo de sofrimento e ruptura da intimidade com Deus presente no paraíso. Dessa forma, com esta ruptura causada pelo pecado construiu-se a partir de Gn 3 uma ideia do trabalho com uma roupagem de dor e suplício. Portanto, com esse entendimento, é possível simplesmente compreender o trabalho como fruto do pecado?

Ao retomar o ponto de vista de Croatto é importante observar que uma das mediações do trabalho, apresentada pelo autor, é a situação da terra ao qual o ser humano é designado a trabalhar. Croatto até propõe que seria possível ventilar que o relato pode ter sua origem na Mesopotâmia, tendo em vista que, o tipo de vegetação descrita é típico dessa região. Nessa relação com a terra, duas questões são importantes: falta de chuva e ausência do ser humano (homem). É possível supor que a falta de chuva era uma característica da região, haja vista, pelo relato Gn 2.5 destacando textualmente que, antes de Javé tê-la criado, havia apenas um vapor que subia da terra e que regava a terra (Gn 2.6). Também em Gn 3.18 relata-se que a terra produziria espinhos e abrolhos e a alimentação do ser humano seria ervas, por exemplo, sem a menção a frutas ou alguma alimentação que lembre florestas ou bosques.⁷⁸

Quanto ao ser humano, Croatto também defende que a sua criação não foi apenas um acontecimento de qualquer humano, mas, pelo contrário, há uma ligação específica da criação do ser humano com sua identificação com o cultivo da terra (Gn 2.7).⁷⁹ Dentro dessa perspectiva, o ser humano também pode ser caracterizado como artesão.⁸⁰ Logo, o humano criado está em relação com esta terra e tem que produzir seu sustento junto aos espinhos. Tendo essa perspectiva em vista, Croatto sugere alguns pontos interessantes para entender o relato de Gn 3.14-19 que trata

pecado, que condena e traz morte eterna ainda agora aos que não renascem pelo batismo e pelo Espírito Santo”.

⁷⁸ CROATTO, 1986, p. 36.

⁷⁹ WOLFF, 1975, p. 172. O autor defende que o trabalho faz parte das funções do ser humano. OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 11. É possível aventar que a narrativa relatada em Gênesis aponte para as dimensões de uma organização pautada pelas comunidades tribais. Neste sentido, Oliveira ajuda ao descrever que nas comunidades tribais “a terra é o meio básico para o funcionamento das comunidades tribais: é propriedade comum (pertence a toda a comunidade), inclusive dos mortos. A principal atividade econômica é a agricultura, juntamente com a criação de animais de corte e de tração; a caça e a pesca são atividades subordinadas”.

⁸⁰ CROATTO, 1986, p. 41. CUNHA, 1991, p. 18.

diretamente do ser humano com a relação do trabalho. Para ele, está claro que as designações que são destinadas à serpente, à mulher e ao homem tem uma relação intrínseca ao modelo de vida da época e sua condição sócio-histórica.⁸¹ Assim, a visão do humano é conectada com a transgressão do preceito divino, com o pecado.⁸²

Partindo desse ponto, é possível perceber que não há nenhuma garantia que o ser humano vivia numa realidade junto ao paraíso diferente daquela depois do relato de pecado. Nas palavras do autor: “é fútil deduzir que o homem e a mulher antes não sofriam, e que o seu sofrimento atual é o ‘castigo’ por sua desobediência” (tradução livre).⁸³ O que muda então na vida do ser humano a partir do pecado? Para Croatto a resposta dessa pergunta está no conhecimento. Fruto que o ser humano comeu, mostrou que ele se encontrava nu. É interessante observar que não se fala em conhecer o bem ou o mal, mas conhecer a sua situação de nudez. Um elemento interessante: apenas o Criador tem o poder de desnudar o que é bom e o que é mal, não a serpente. O papel que a serpente assume, de intermediadora do conhecimento, é usurpação.⁸⁴

Nesse sentido, usurpar o poder do Criador, do conhecimento entre o bem e o mal, tem a consequência de comer o pó da terra. Croatto sugere que ao usar a astúcia, pretendia-se a bênção, ao contrário, gerou a maldição. Logo, a serpente não está associada literalmente ao animal, mas ao povo de Israel, que se colocando acima do Criador, teria definido o que é bom ou mal. Israel, ao transgredir, estava fadado a comer o pó da terra.⁸⁵ Seguindo esse raciocínio, é possível sugerir que o

⁸¹ OLIVEIRA, 1987, p. 13-14. O autor afirma que nas comunidades primitivas “as relações de parentesco determinavam toda a atividade produtiva individual dentro da comunidade, desde o direito de exploração do solo até as obrigações inerentes e resultantes do direito de exploração. O domínio da estrutura de parentesco reproduz-se na formação de princípios políticos internos, que fixam privilégios latentes de autoridade política e religiosa. a combinação economia-parentesco não se apresenta como relação externa, mas como relação interna, sem que as relações econômicas entre parentes se confundam com suas relações políticas, sexuais etc”.

⁸² CROATTO, 1986, p. 138.

⁸³ CROATTO, 1986, p. 138. “es fútil deducir que el hombre y la mujer antes no sufrían, y que sus sufrimientos actuales son el ‘castigo’ por su desobediencia”.

⁸⁴ CROATTO, 1986, p. 138.

⁸⁵ CROATTO, 1986, p. 140. O autor elabora uma informação importante sobre o sentido de comer o pó. “Em primer lugar, es usada en el lenguaje político – como en las cartas de Amarna, remitidas a los faraones por príncipes cananeos – para indicar la sumisión y humillación de los enemigos vencidos [...] Y esto nos introduce en la segunda observación semántica. La que había propuesto a la mujer ‘comer’ del árbol de la sabiduría, es destinada ahora a ‘comer’ del polvo de la tierra [...] así, pues, la serpiente, que prometía ser fuente de bendición a través de su astucia, termina siendo maldecida en su modo de ser. La que advertía sobre cómo conocer lo bueno y lo malo para el ser humano, es competencia divina para hablar, debe escuchar el veredicto de Yahvé, de quien se había erigido en oponente”.

trabalho duro⁸⁶ não é decorrência do pecado, mas sim comer com sofrimento. Como visto anteriormente, a realidade do paraíso era a realidade do trabalho do camponês, quer dizer, um trabalho duro em si, mais ainda relacionado com uma região de solo seco.⁸⁷ Parece que, se trabalhar duro fosse fruto do pecado, o humano não se lembraria da transgressão, visto que a realidade do trabalho campesino é dura.⁸⁸

Porém, ao situar o ato de comer com sofrimento como fruto do pecado⁸⁹, vincula-se diariamente à lembrança arquetípica do ser humano o ato de transgressão que foi comer do fruto da árvore do conhecimento. Como destaca Croatto “se o homem transgrediu o mandamento comendo a fruta proibida, o gesto diário e imprescindível de comer será sua memória permanente da desobediência (tradução livre)”.⁹⁰ Ademais, cabe ainda destacar que o ser humano não foi amaldiçoado⁹¹, mas a serpente e o solo, contudo, ambas incidem permanentemente sobre o ser humano. Tanto o é que, o homem como a serpente, recebem sentenças comuns: remetem ao ato em si, começam com uma maldição, utilizam o termo campo, falam da comida, dizem que esta comida será assim todos os dias de suas vidas. Além de reinterpretar uma culpabilização histórica sobre a mulher.⁹²

⁸⁶ CUNHA, Rogério I. de Almeida. Era uma vez o trabalho... Deus é criar, o mundo é Deus criando, nós somos o mundo. In.: CUNHA, Rogério I. de Almeida (org.). **Criação de um outro mundo: Gênesis 1-11: nossa criação de um outro mundo possível**. São Leopoldo/Belo Horizonte: CEBI/CEBI-MG, 2007. p. 45. Situando principalmente no texto produzido no exílio, o autor salienta que, o fato de Deus ser um trabalhador no ato da criação, possibilitava dignidade ao povo em meio ao trabalho escravo.

⁸⁷ SCHWANTES, Milton. “Seis dias trabalharás e farás toda tua obra” – iniciação à temática do trabalho e do trabalhador na Bíblia. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 6-21, 1986. p.6.

⁸⁸ CROATTO, 1986, p. 146.

⁸⁹ LUTERO, Martinho. Gênesis 3. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Geraldo Korndörfer. v.. 12. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, p. 166-251, 2014. p. 226. Lutero condena os costumes de sua época, que na sua visão exageram. Na sua percepção o ato de comer como fruto do pecado requer uma alimentação que não esbanje e que se vincule apenas o que a terra produz, produzindo assim corpos que pudessem ser saudáveis, como ele mesmo diz: “Não crês que o nosso pai Adão, se retornasse agora, não se admiraria com esta gula insana entre seus filhos? Ele evitaria aquilo que comemos e bebemos com prazer como se fosse veneno e preferiria nabos ou cevadinha com água fria a todas as nossas delícias. Portanto, nesta passagem é louvada a frugalidade na alimentação. Mostra-se que os primeiros pais estavam privados de todos os outros alimentos; restavam-lhes apenas as ervas para comer”.

⁹⁰ CROATTO, 1986, p. 146. “si el hombre transgredió el mandamiento comiendo la fruta prohibida, el gesto diario e imprescindible de comer será su memoria permanente de la desobediencia.” E o autor continua “el relato por tanto no subraya la dificultad del trabajo del campesino (que sin duda está sobreentendida) cuanto el aspecto conscientizador del acto de comer. El sufrimiento del hombre está en el comer: con sufrimiento, con sudor, si es que no debe contentarse con la hierba del campo”.

⁹¹ CROATTO, 1986, p. 149. Ao ser humano continua valendo a afirmação de Gn 1.28.

⁹² CROATTO, 1986, p. 149.

Parece ser interessante o que Cunha apresenta como possibilidade hermenêutica sobre o trabalho e pecado, pois como o autor defende, o trabalho perpassa os escritos bíblicos e mais, está presente desde o primeiro relato da criação. A ação de Javé é de trabalho.⁹³ O ato criador constitui-se como trabalho, isso é perceptível no instante em que, após seis dias de trabalho árduo, Javé descansa. Outro elemento que o autor destaca é que o trabalho é cansativo, desgastante das forças de trabalho. O que não necessariamente deve ser entendido como jugo, pois tem a perspectiva da criação, logo, dá satisfação ao trabalhador e à trabalhadora. Dessa forma, ao compreender o trabalho para além do pecado é preciso ter em vista que o próprio Javé é um trabalhador e vislumbra o trabalho como forma de condição de vida, contrapondo as relações de exploração do trabalho.⁹⁴

Por outro lado, contrariando os argumentos até aqui apresentados, Lutero é categórico ao afirmar que o sofrimento proporcionado pelo trabalho é fruto do pecado. E, ele ainda acrescenta, que as próprias tarefas que no seu entender são destinadas ao homem cumprem com um castigo que sobrevém por causa do pecado. No seu entendimento, na medida em que Adão peca, toda sua vida transforma-se em dor e fadiga e vai além, a terra também é amaldiçoada e se antes ela produzia de forma rápida e bons frutos, agora só produz ervas daninhas. O trabalho empregado pelo homem passa a ser a forma dele conseguir sustento para si e sua casa, mas tendo que sistematicamente conviver com a maldição da terra que ele mesmo causou. Porém, Lutero destaca que mesmo com todo o processo de maldição provocada pelo pecado, ainda resta a esperança da semente, dando a possibilidade à vida.⁹⁵

Lutero ao entender o trabalho como fruto do pecado, ainda faz uma breve distinção entre os tipos de trabalho. Em sua concepção, é inviável conceber que o suor do rosto do qual o agricultor tira seu sustento seja comparado com o suor do

⁹³ SCHWANTES, 1986, p.6.

⁹⁴ CUNHA, 2007, p. 36.

⁹⁵ LUTERO, 2014, p. 219-221. “[...] assim o marido carrega o castigo na economia, quando administra, com dificuldade e trabalho penoso, a casa e sustenta a família. Pois por causa dele o campo foi amaldiçoado. Antes do pecado, nenhuma parte da terra era infecunda ou inferior, mas toda ela era maravilhosamente fértil e produtiva. Agora, não só a terra é infecunda em muitos lugares, mas também as áreas férteis são desfiguradas por joio, inço, espinhos e cardos. Esta é a grande desgraça que, merecidamente, levaria Adão e a todos nós ao desespero, mas é mitigada pela promessa da semente, quando o castigo da morte eterna, que é infinitamente maior, é abolido”. (p. 221).

rosto dos magistrados ou dos doutores da Igreja. Ele defende que o trabalho apologético da fé cristã é muito mais difícil do que o trabalho braçal. Não em uma perspectiva física, mas justamente numa concepção do esforço. Para ele, o esforço que se faz para defender a Igreja em um dia é considerado como um mês de trabalho do agricultor. Nesse sentido, o dízimo e os tributos são pagos para a garantia do trabalho daqueles que compõe o Estado e a Igreja. É importante ressaltar que Lutero condena o clero, que em sua opinião, por não contribuírem com os trabalhos da Igreja, são apenas usurpadores preguiçosos que não deveriam receber seus salários.⁹⁶

Encaminhando-se para a parte final deste ponto, um destaque necessário para discutir o trabalho como pecado é o que Weber aponta como perspectiva que o protestantismo fomentou ao que ele chamou de “espírito” do capitalismo.⁹⁷ Weber entende que o desenvolvimento do capitalismo se deu pelo panorama favorável, que ele conceitua como *ethos*. Nesse ethos, o protestantismo teve uma forma importante de promover o “espírito” do capitalismo, pois indicou elementos que proporcionaram uma forma diferente de pensar da religiosidade até então. Um dos aspectos desse rompimento está “à disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo - como ‘vocação’”.⁹⁸ Quer dizer, no entendimento de Weber, o trabalhador e a trabalhadora que tenham como foco a sua disposição para o trabalho é imprescindível para o aprofundamento do capitalismo.⁹⁹

⁹⁶ LUTERO, 2014, p. 227-231. Lutero cita textos como 1Co 9.14, 1Co 9.9, Lc 10.5-7 para justificar o trabalho dos magistrados e doutores da Igreja. Desta forma ele afirma que “essas e passagens semelhantes mostram claramente que o suor do rosto é variado. O primeiro é dos agricultores ou dos administradores da casa [i.é, dos pais de família], o segundo, dos magistrados, o terceiro, dos doutores da Igreja. Entre essas ordens, a condição melhor é a dos agricultores, como também diz o poeta: 'extremamente felizes seriam os agricultores, se conhecessem sua [boa] ventura'. Embora eles exerçam um trabalho árduo, este é suavizado por um prazer singular, à medida em que eles têm, diariamente, diante dos seus olhos novas e maravilhosas criaturas. Na política e na Igreja, por seu turno, além dos perigos diários, apresentam-se inúmeras dificuldades, se desejas executar o teu ofício com fidelidade. Não estamos falando aqui de pessoas preguiçosas, que não reconhecem esses castigos do pecado, mas visam apenas a satisfazer sua ambição. Mas deixemos esses epicuristas entregues à inclinação. Estamos falando das pessoas que fazem com seriedade aquilo que devem fazer. Estes trabalham e suam em um único dia o que o agricultor sua em um mês todo, se considerares a grandeza do trabalho deles e seus vários perigos”. (p. 228).

⁹⁷ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 57. Na compreensão de Weber o “espírito” do capitalismo é designado como “aquela disposição que nas raias de uma profissão de forma sistemática ambiciona o ganho [legítimo e racional], tal como ilustrado no exemplo de Benjamin Franklin, isso se deve à razão histórica de que aquela disposição encontrou sua forma mais adequada na empresa capitalista [moderna], e a empresa capitalista, por sua vez, encontrou nela sua força motriz espiritual mais adequada”.

⁹⁸ WEBER, 2004, p. 54.

⁹⁹ WEBER, 2004, p. 44-56.

Weber também aponta para uma dimensão da modificação do entendimento do próprio empresário, porém, com um distanciamento da religião, pois apreende uma necessidade de racionalização que, no seu entender, a religião não proporciona.¹⁰⁰ Dessa forma, Weber defende que o capitalismo só se desenvolveu e se aprofundou por uma renovação de seu “espírito”. Em sua compreensão, portanto, isso só foi possível com uma reformulação das qualidades éticas que virtuosamente apontaram para novos tempos, novas formas de compreender a realidade sistêmica, a racionalização, que, de forma simplória, apregoa uma ética de ganhar dinheiro. Para Weber no caso do trabalhador e da trabalhadora, o fervor vocacional ao trabalho; do empresário, a ampliação do lucro; e para ambos, a intensificação do lucro. Estas qualidades, então, rompem com o tradicionalismo.¹⁰¹

É interessante observar que os achados de Bobsin sobre a relação entre a religião e a ética do trabalho junto a trabalhadores protestantes urbanos, especificamente junto ao grupo de trabalhadores luteranos, apontam para uma reinterpretação no sentido do trabalho que se encontra alocado na religião, contrariando em certa medida a afirmação de Weber. De acordo com a suspeita do autor, a frase “no suor do teu rosto comerás o teu pão” (Gn 3.19) indica não para uma justificação do trabalho pelo embasamento bíblico, mas justamente para a dimensão de suportar as relações de exploração do trabalho que se constituem como reais.¹⁰² Nesse sentido, o trabalho como fruto do pecado está vinculado com as relações que transformam o trabalho, não como um elemento que constitui o ser humano¹⁰³, porém, transforma o ato criador do trabalhador num fardo que o oprime ao pó.¹⁰⁴

Dentro disso, qual é a relação da concepção do trabalho como fruto do pecado? Lembrando que para Weber, as ideias protestantes preparam o terreno

¹⁰⁰ WEBER, 2004, p. 64-67. Weber justamente aponta para a condenação da usura, que no seu entender, não é possível coadunar como o “espírito” do capitalismo, pois este obstinadamente quer o lucro.

¹⁰¹ WEBER, 2004, p. 60-69.

¹⁰² BOBSIN, Oneide. **Trabalhadores protestantes urbanos**: religião e ética do trabalho. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. p. 108-110. O autor ainda escreve “a religião fornece ao trabalho um sentido que lhe é externo. Parece ser essa função da religião neste caso específico” (p. 108).

¹⁰³ SILVA, Valmor. O trabalho como festa. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 22-31, 1986. p. 25. “O trabalho inerente ao homem não decorre do pecado, pois já antes, no paraíso, Javé colocou o homem ‘para o cultivar e o guardar’ (Gn 2.15). Trata-se de um trabalho direto de co-criação, cultivando o jardim do Pai e embelezando esta obra-prima”.

¹⁰⁴ É interessante observar que a reflexão de Bobsin indica que desta relação de aprofundamento do lucro, para o trabalhador e para a trabalhadora restam apenas espinhos e cardos. Logo, para o trabalhador e para a trabalhadora o tal “espírito” do capitalismo é um falso.

para que o “espírito” do capitalismo pudesse se desenvolver. Pode-se dizer que há uma reviravolta. A relação está no deslocamento do eixo da concepção monástica de vida que agrada a Deus, para uma vida de cumprimento dos deveres civis e o trabalho como forma de servir ao próximo, reinterpretando o trabalho como fruto do pecado. Nesse sentido, nada mais plausível que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem seguir suas vidas, crentes que agradam a Deus, pois não identificando a dimensão do pecado, deveriam seguir sua profissão como uma vocação irrestrita, como “cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir”.¹⁰⁵

Essa é a contribuição da Reforma Luterana para o “espírito” do capitalismo de Weber. Em Lutero não se encontra ainda o “espírito” do capitalismo, pois sua compreensão vocacional da profissão está vinculada com uma missão dada por Deus e que deve ser aceita de veras sem ser questionada, desde que não provoque o pecado. Weber reconhece em Lutero uma aproximação muito maior com o tradicionalismo, excetuando o rompimento com uma ideia de vida de devoção monástica. Pelo contrário, como é possível identificar nos seus escritos, Lutero justamente se posicionava contrário à usura¹⁰⁶, pois esta, explora o próximo sobremaneira. Logicamente que para Weber esta não é a explicação, mas uma dimensão mais subjetiva, na qual “a vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino, ao qual tem de 'se dobrar'”.¹⁰⁷

Nesse sentido, é importante destacar que a perspectiva que Lutero traz, ao abordar a dimensão da vocação profissional, compreendida como *Beruf*, precisa ter como pano de fundo a graça. Sem abordar a dimensão da graça, que justamente contrapõe as obras que subjuguem todas as pessoas pecadoras, principalmente aquelas mais pobres, destacando que não há salvação fora do ato salvífico de Cristo, restará apenas um “sistema ético que atribui a cada 'obra' um valor diferente em relação à fé”. Assim, Lutero “supera a distinção entre uma moral para os cristãos 'comuns' e outra para os 'mais perfeitos'”.¹⁰⁸ Dessa forma, para Lutero qualquer atividade, por mais simples que seja, se entendida como estando dentro dos

¹⁰⁵ WEBER, 2004, p. 72.

¹⁰⁶ LUTERO, 2014, p. 374-428.

¹⁰⁷ WEBER, 2004, p. 77. Corrobora com o pensamento de Weber: LUTERO, Martinho. Das boas obras. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Luís M. Sander et al. 2. ed. v. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 97-170, 2000a. p. 157-160.

¹⁰⁸ FISCHER, Joachim. Introdução. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Luís M. Sander et al. 2. ed. v. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 97-170, 2000. p. 99.

preceitos que agradam a Deus, era uma boa obra e deveria ser exercida com devoção.¹⁰⁹ Com convicção, Lutero não respaldaria a exploração da força de trabalho no modelo capitalista.

A partir dessas reflexões apresentadas, para o fechamento deste ponto, quer fixar-se em dois pontos considerados centrais: tentar entender o trabalho como fruto do pecado sem considerar o contexto da criação possivelmente constituir-se-ia num equívoco, como argumentado ao longo deste item. Segundo, na medida em que se considera o contexto da criação, o trabalho deixa de ser fruto do pecado e torna-se elemento constitutivo do ser humano. Essa parece ser uma diferenciação essencial de uma das facetas hermenêuticas do mundo do trabalho. O grande problema está nas relações como está organizado o trabalho. A exploração e apropriação da produção (mais-valor) da pessoa que trabalha é que representam o fruto do pecado. É a partir da exploração do ser humano sobre o humano que a manutenção da vida (sustento) se transforma em cansaço e fadiga.

2.1.3 O trabalho como exploração

Refletir sobre a faceta do trabalho como exploração é talvez a forma mais aprofundada de se tratar o tema ao longo da história moderna. A influência de Karl Marx sobre o pensamento ocidental tem marcado as interpretações hermenêuticas nos últimos séculos. Mesmo na contrariedade¹¹⁰, os conceitos marxianos sobre a temática são debatidos à exaustividade. Desde o prisma teológico, a partir da Teologia Latinoamericana que encarna a realidade do povo, também se procurou discutir o trabalho de outro viés. Com um olhar histórico-crítico, foram identificados, a partir dos testemunhos bíblicos, elementos que denunciasses a situação do

¹⁰⁹ LUTERO, 2000a, p. 103. “Se lhes perguntares ainda se também consideram boa obra quando estão trabalhando em seu ofício, andando, parados de pé, comendo, bebendo, dormindo ou fazendo toda a sorte de obra para o sustento do corpo ou para o bem comum, e lhes perguntares ainda se acreditam que Deus se compraz com eles nessas coisas, verás que dizem 'não' e têm um conceito tão estreito de boas obras, que ficam somente no orar na igreja, no jejuar e no dar esmolas, considerando as outras obras algo vão, que não interessa a Deus [...] cada qual pode notar e sentir por si mesmo quando é que está fazendo algo bom ou não-bom: se encontra seu coração na confiança de que agrada a Deus, então a obra é boa, ainda que fosse tão insignificante como levantar uma palha; se a confiança não está presente ou se duvida disso, então a obra não é boa, mesmo que fizesse ressuscitar todos os mortos e a pessoa permitisse que fosse queimada”.

¹¹⁰ WEBER, 2004, p. 48. “Só alhures teremos ocasião de tratar no pormenor daquela concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual 'idéias' como essa são geradas como 'reflexo' ou 'superestrutura' de situações econômicas”.

trabalho como exploração, também presentes na realidade canônica. Esse é um salto qualitativo importante, pois traz para perto do povo temas pertinentes como: a denúncia, a esperança, a justiça etc.

É nesse sentido que Roxo aponta quando em 1979 escreve que a Teologia ainda não tinha se preocupado em escrever uma Teologia do Trabalho. A Teologia precisa estar presente aos temas pertinentes ao povo trabalhador.¹¹¹ Adiante em seu artigo o autor apresenta três momentos presentes no Antigo Testamento e que sistematicamente relacionava o trabalho com a exploração. A primeira indicação do autor remete ao processo de libertação do povo de Israel do trabalho forçado no Egito. O segundo momento é quando já na terra prometida, após a instalação do povo, o processo de formação de uma elite agrária que, a partir de concentração de terras, explora o trabalho dos despossuídos. E, por fim, o processo de empobrecimento do povo e o foco no trabalho árduo a retirada de sua sobrevivência. A fé então surge como alento a este povo que se identificava com o trabalho.¹¹²

Essa percepção processual dos modos de trabalho também é percebida por Pipollo e Marini. Eles destacam que as primeiras experiências da organização do trabalho do povo de Israel passaram pelo tribalismo que tinha como característica principal a organização do trabalho de forma comunitária. Isto ocorre entre os anos de 1200 a 1000 a. C., nos quais, o povo de Israel experimenta uma vivência de uma cotidianidade pautada pela comunhão.¹¹³ Também situados à margem das cidades cananeias que já tinham alguma organização de monarquia pautada pela tributação, a experiência israelita torna-se uma alternativa ao modelo cananeu que explorava a classe camponesa (Ex 18; 23.10-12; Dt 15,1-11; Lv 25). Nesse sentido, a unificação do povo gira em torno da luta. Há um contraponto que parte de uma perspectiva exploratória do trabalho para uma a vivência experimentada comunitariamente.¹¹⁴

Essa experiência comunitária tende a ser sobreposta pelo início da monarquia. Com o aumento das cidades, o desenvolvimento (irrigação, estradas, religião e defesa) e a melhoria de produção por parte de alguns produtores, começa-se a questionar o sistema tribal. Também contribui para esta mudança as pequenas invasões e saques provocados pelos povos vizinhos. Dessa forma, surge o modelo

¹¹¹ ROXO, Roberto Mascarenhas. Trabalho e Teologia. In: SANTOS, Beni dos; COUTO, Márcio A. **Trabalho e teologia**. São Paulo: Paulinas, 1979. p. 51.

¹¹² ROXO, 1979, p. 52-53.

¹¹³ SCHWANTES, 1986, p. 11. Schwantes afirma que este é o maior período governado pelos trabalhadores camponeses na história de Israel.

¹¹⁴ PIPOLLO, Miguel; MARINI, Luciano. **A Bíblia e o trabalhador**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 23-24.

tributarista¹¹⁵ que sobrepõe o sistema de compartilhamento.¹¹⁶ Se antes o excedente era utilizado para os festejos da comunidade, no novo sistema, além do excedente também as melhores lavouras e as melhores vinhas eram destinadas à monarquia (1Sm 8.10ss). Os trabalhadores e as trabalhadoras são alienados dos frutos de seu trabalho, os tributos surgem para manter a corte e o trabalho de corveia torna-se uma prática, principalmente associada às grandes construções (p. ex., templo de Salomão).¹¹⁷

É interessante observar o entendimento de Oliveira sobre o trabalho como um processo, e não simplesmente um produto acabado. O mais concreto que Oliveira define como trabalho é identificá-lo como rendimento da força de trabalho. Essa definição corrobora com a tentativa que vem se fazendo ao longo deste primeiro capítulo, ao definir que o trabalho é um refratário de várias facetas, sendo assim, apreender o conceito, em apenas uma perspectiva de definição, é limitado. Logo, ao entender também o trabalho como processo, o autor compreende o trabalho em todas as suas etapas, quer dizer, os meios de produção também são parte do que é o trabalho e, se o trabalhador e a trabalhadora são alienados dos meios de produção, o trabalho já não está mais disponível ao trabalhador e à trabalhadora em completude. Ele assim descreve:

[...] processo de trabalho é o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto do trabalho. O objeto do trabalho é a matéria com que se trabalha: matéria bruta é a matéria que se encontra em estado natural; matéria-prima é a matéria que já sofreu a intervenção do homem, mas ainda não foi convertida em produto. Os meios de trabalho são os instrumentos que o homem utiliza para realizar a transformação da matéria e o ambiente em que ocorre essa transformação: o serrote e a oficina de marcenaria são meios de trabalho. Força de trabalho é a energia humana empregada no processo de transformação, mas não pode ser confundida com o trabalho (o trabalho é o rendimento da força de trabalho). Produto é o valor criado pelo trabalho e corresponde ao objeto produzido para satisfazer as necessidades humanas (o produto é então um valor de uso). Logo, pelos conceitos expostos, o trabalho está embutido num processo que envolve elementos concretos e abstratos em todas as suas etapas.¹¹⁸

¹¹⁵ PIPOLLO; MARINI, 1991, p. 28. É importante destacar que o florescimento da monarquia não foi um processo sem resistência. É possível elencar alguns movimentos vinculados com o campo que questionavam o sistema monárquico. A título de exemplo pode-se citar “1Rs 11.14-40, revoltas populares contra a tirania econômica de Salomão; 1Rs 12, o povo do Norte se rebela contra Salomão; 2Rs 11.13-18, 23.30, luta dos lavradores e fortalecimento do movimento popular; 1Rs 21, a tradição campesina tribal não admite a terra como mercadoria”.

¹¹⁶ SCHWANTES, 1986, p. 7-9.

¹¹⁷ PIPOLLO; MARINI, 1991, p. 24-26.

¹¹⁸ OLIVEIRA, 1987, p. 06-07.

É importante frisar que na medida em que se compreende o trabalho na visão de Oliveira, o processo de trabalho é aquinhado, não por uma decisão do trabalhador ou da trabalhadora, mas por uma herança construída à base da exploração. O quinhão que resta ao trabalhador e à trabalhadora é, de longe, a parte justa que lhe cabe. Em cada uma das etapas narradas na citação acima, denotam uma possibilidade de extrair e acumular quotas por parte dos(as) detentores(as) dos meios de produção. Se, conceitualmente seja interessante entender que o trabalho possui muitas facetas, na vida concreta, isso significa, o quinhão não é dividido de forma igualitária. Ainda, a observação é válida, que quanto mais se aprofunda o aquinhoamento dos processos de trabalho, tanto mais se arraiga o processo de exploração da vida do trabalhador e da trabalhadora.

Cunha defende que ao interpretar a criação como um ato de criar coisas, justamente contraria-se o ato criador de trabalho de Javé, pois nessa perspectiva, todo e qualquer objeto pode tornar-se propriedade privada. O autor apresenta que justamente a contraposição a essa ideia está na compreensão de G 1.26-30, no qual, o ser humano é mandado dominar sobre animais e plantas. O fato dessa afirmativa está mencionado nessa forma, precisamente, aponta para que não se vincule apenas ao imperador, rei ou uma minoria dominar e concentrar toda a riqueza, mas pelo contrário, o trabalho enquanto, ato criador do ser humano, como, o contínuo trabalho de Javé, é um dom da humanidade. O trabalho, antes de ser uma relação de exploração da força do trabalhador e da trabalhadora, é criação da vida pautada pela relação dinâmica e dialética com a natureza, o divino e a humanidade.¹¹⁹

Nesse sentido, Bobsin ajuda a compreender novamente um elemento importante ao compreender o trabalho como exploração. O autor utiliza a seguinte frase que identifica este elemento: “na produção de mais-valia não há espaço para o 'serviço a Deus' e 'serviço', este último como sinônimo de trabalho”.¹²⁰ Essa frase é muito feliz, pois ela identifica o momento exato no qual trabalho que, como ato criador, torna-se estranhado ao trabalhador e à trabalhadora e transforma-se num ato de exploração. Numa linguagem teológica, Bobsin, em outras palavras, define que “o trabalho como espaço de 'servir a Deus' torna-se possível quando liberto de

¹¹⁹ CUNHA, 2007, p. 49-51.

¹²⁰ BOBSIN, 1992, p. 114.

sua condição expropriadora”.¹²¹ Quer dizer, no sistema capitalista, que é baseado na exploração da força de trabalho para gerar mais-valor acumulado por uma minoria da população, o trabalho é um fardo e, deveras, uma negatividade do ser social.¹²²

Por outro lado, Bobsin identifica que numa perspectiva do pentecostalismo, a conversão age como um elemento a justificar e transformar esse trabalho com elementos extremamente degradantes do trabalhador por sua divisão e organização “numa ética de bom funcionário”.¹²³ A partir da conversão, o trabalhador e a trabalhadora têm seus pecados anulados. Essa composição do trabalho não altera as relações constituídas no trabalho, mas simplesmente sujeita o trabalhador e a trabalhadora às relações a condições de trabalho pautadas pela dominação, mas que se referenciam numa visão de mundo hierárquica.¹²⁴ Nessa visão, a identidade de Deus vislumbra na identidade do patrão que passa a ser aceita sem contestação.¹²⁵ Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que a conversão serve como um processo de domesticação social do trabalhador e da trabalhadora.¹²⁶

Por outra perspectiva, o Livro de Concórdia aponta para a direção que pode ser questionável, por se tratar de uma orientação sobre a autoridade, mas que pode simplesmente ser associada também aos patrões. Dessa forma, a Confissão de Augsburgo defende em seu artigo 16º que “da ordem política e do governo civil se ensina que toda autoridade no mundo e todos os governos e leis ordenados são

¹²¹ BOBSIN, 1992, p. 114; SILVA, 1986, p. 24. Silva ao falar sobre os atos de Jesus, afirma que “vemos, portanto nestes, e sobretudo no grande sinal da Ressurreição (Jo 20.1-10), como Jesus age para a glorificação do Pai e para levar as pessoas à fé. Isto nos transporta a outra dimensão, a saber, que o trabalho não tem um fim em si mesmo, mas deve ser vivido numa ótica da fé”.

¹²² BOBSIN, 1992, p. 160-162. Bobsin apresenta em sua pesquisa que a experiência familiar da agricultura que promovia uma apropriação coletiva pela família da produção excedente, forjou a possibilidade de entendimento e identificação da figura do patrão como aquele que retém todo o excedente da produção, gerando para os trabalhadores e trabalhadoras apenas uma situação de subsistência que não vislumbraria uma mudança no seu status social.

¹²³ BOBSIN, 1992, p. 122.

¹²⁴ TILLICH, Paul. **A era protestante**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: Ciências da Religião, 1992. p. 194-199. A perspectiva de Bobsin aponta é justamente um dos elementos que Tillich entende como o distanciamento do protestantismo frente o proletariado. Nas palavras de Tillich “a religião considerada apenas na dimensão da vida interior isola o indivíduo e reduz a relação de Deus com o mundo aos domínios da alma. Como resultados disso, os problemas da atividade secular não fazem parte do âmbito da religião. A vida interior e não o espaço social é o lugar onde vai se dar o relacionamento de Deus com o ser humano. Existe, por assim dizer, certa comunicação vertical que parte do ser humano na direção de Deus. O Reino de Deus reduz-se ao mundo celestial que a alma individual espera alcançar”. (p. 195-196).

¹²⁵ BOBSIN, 1992, p. 126-127.

¹²⁶ LAFARGUE, 1980, p. 21-22. Em sentido próprio o autor escreve: “‘Quanto mais meus povos trabalharem, menos vícios terão’, escrevia Napoleão de Osterode a 5 de maio de 1807. ‘Sou a autoridade (...) e estou disposto a ordenar que aos domingos, após da hora dos ofícios religiosos, as lojas fiquem abertas e os operários trabalhem”.

ordenações boas, criadas e instituídas por Deus”.¹²⁷ Visto dessa forma, a orientação justamente é de obediência total às autoridades conforme exorta o apóstolo Paulo em Romanos 13. Além disso, na apologia defendida por Melachton a frase “pois a Escritura não ordena a comunhão de bens, mas o Decálogo diz: ‘não furtarás’, distingue o direito de propriedade, e ordene que cada qual conserve o seu”¹²⁸ sugere a defesa da propriedade privada, que no capitalismo é o embrião da exploração da força de trabalho.

Da mesma forma em que se vincula a defesa da propriedade privada no Livro de Concórdia é preciso ter conhecido que o artigo 16º da Confissão de Augsburgo defende ainda que “por isso os cristãos têm o dever de estar sujeitos à autoridade e de obedecer-lhe aos mandamentos e leis em tudo o que não envolva pecado. Porque se não é possível obedecer à ordem da autoridade sem pecar, mais importa obedecer a Deus do que aos homens. Atos 5”.¹²⁹ É importante perceber que a exortação justamente aponta para a dimensão do pecado. Quer dizer, não é simplesmente obedecer à autoridade, mas obedecer desde que não leve a pecar. Nesse sentido, se o patrão pode ser compreendido como autoridade e ele acumula capital pela exploração do(a) trabalhador(a), esta é uma situação de pecado, pois contraria o mandamento de amor de Cristo.¹³⁰ Há como amar alguém e explorá-lo? Simplesmente não.

Nesse sentido, Lutero também argumenta que é inviável viver sob o Evangelho e mesmo assim acumular práticas conscientemente de exploração do próximo.¹³¹ Lutero diz isso dentro da perspectiva do comércio de mercadorias. No seu entendimento, o comércio é inevitável pelo valor de uso das mercadorias, apesar de compreender que o comércio exterior é apenas uma forma de reduzir a riqueza da nação. E, para que o comércio não seja baseado na exploração das necessidades do próximo, é necessário calcular um preço justo “o melhor será computar e avaliar o tempo e a quantidade de trabalho em termos estimativos,

¹²⁷ COMISSÃO INTERLUTERANA DE LITERATURA, 1997, p. 70.

¹²⁸ COMISSÃO INTERLUTERANA DE LITERATURA, 1997, p. 237.

¹²⁹ COMISSÃO INTERLUTERANA DE LITERATURA, 1997, p. 70.

¹³⁰ Mc. 12. 30-33.

¹³¹ LUTERO, Martinho. Comércio e usura. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp; Ilson Kayser. v. 5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 374-428, 1995. p. 378. “Em primeiro lugar os comerciantes têm uma regra comum entre si, que é seu lema principal e fundamento de todo o negócio; eles dizem: ‘Posso vender minha mercadoria tão caro quanto puder’. Acham que este é um direito deles. Aí se dá espaço à ganância e se abrem todas as portas e janelas para o inferno. Que é isso senão dizer: Eu não me preocupo com o próximo?”.

tomando por comparação o que ganha por dia um diarista comum em sua atividade eventual”.¹³² É interessante observar que Lutero não prevê em que medida será administrada a quantia de lucro do comerciante, pois o narrado contempla apenas as despesas empreendidas.

Considerando essa linha de Lutero, a sua crítica contra aqueles que utilizavam da exploração da renda como forma de enriquecer era veemente. É importante observar que para Lutero toda e qualquer ação relacionada à economia deveria ser pautada pelo auxílio e benefício do próximo. Em seu entendimento, esse era o mandamento divino impregnado em sua lei. Para tanto ele concebeu que “o procedimento cristão com os bens temporais e seu uso correto, porém, consiste em três graus supramencionados: dar de graça, emprestar sem taxas, e abrir mão em paz das coisas que nos são tiradas à força”.¹³³ Logo, ele considerava justo, nos parâmetros do que era implementado em sua época, que não houvesse a especulação de investimento, mas que o dinheiro investido tivesse como retorno uma porcentagem sobre a renda obtida pelo trabalhador. Assim, ele entendia que seria mais justo.¹³⁴

Para encaminhar-se o final deste ponto, analisar-se-á a seguinte citação de Lutero.

Portanto, se apesar de todos os esforços não é bem sucedido em seu labor, deve e pode dizer francamente a seu credor: ‘este ano não te devo nada, pois te vendi meu esforço e trabalho para renderem juros nesta ou naquela propriedade; no entanto, não fui bem sucedido; o prejuízo é teu e não meu. Pois se queres ter participação no lucro, também debes ter participação nos prejuízos, como é da natureza de toda transação’. Todos os credores que não querem sujeitar-se a isso são tão honestos como assaltantes e assassinos, pois arrancam os bens e o sustento do pobre.¹³⁵

A citação acima de Lutero é o germe do que ao longo da história se transformaria na venda da força de trabalho, logo, o capitalismo. O fato é que Lutero

¹³² LUTERO, 1995, p. 382.

¹³³ LUTERO, 1995, p.417.

¹³⁴ LUTERO, 1995, p. 423-427. “Pois o vendedor não tem o dever de garantir a mercadoria adquirida pelo comprador. Se, pois faço um contrato de renda sobre determinada propriedade, não estou comprando a propriedade, mas o serviço e o trabalho do arrendatário nessa propriedade, para que me pague meus rendimentos”. (p. 423). “Resumindo então: Para toda essa usura e juros injustos não há conselho melhor do que seguir a lei e o exemplo de Moisés, regulamentando todos os juros novamente segundo a seguinte ordem: Tome-se o dízimo ou (dependendo da necessidade) a nona, oitava, ou sexta parte, para vender, doar e ceder gratuitamente; assim tudo ficaria bem distribuído e tudo dependeria da graça e benção de Deus [...] por isso o dízimo é o melhor de todos os juros, sendo usado desde o começo do mundo, elogiado e confirmado na antiga lei como sendo o mais conveniente segundo o direito divino e natural”. (p. 427).

¹³⁵ LUTERO, 1995, p. 423.

identifica os primeiros passos da consumação do estranhamento dos meios de produção do trabalhador e da trabalhadora. Esses são os camponeses livres, que no trabalho de Marx, constituem como o início da classe proletária.¹³⁶ Para que a força de trabalho seja explorada para produzir mais-valor, os meios de produção precisam ser estranhados e a força de trabalho transformada em mercadoria, pois é a única forma do trabalhador e da trabalhadora sobreviver é vendendo sua força de trabalho.¹³⁷ Lutero, em seu tempo já denunciava que esse processo não beneficiava o próximo, mas o contrato de renda produzia, por meio da penhora dos meios de produção (bens materiais), a concentração da terra nas mãos destes credores.

E aqui se encontra o cerne do trabalho como exploração: os trabalhadores e as trabalhadoras devem ser livres! Marx afirma que no mercado de mercadorias, o possuidor de dinheiro precisa encontrar um indivíduo livre que “dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e [...] ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e solto e carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho”.¹³⁸ A força de trabalho é a mercadoria do trabalhador e da trabalhadora.¹³⁹ No capitalismo troca-se a relação do trabalho pela relação entre mercadorias. Enquanto coisa, mercadoria, a força de trabalho pode ser explorada, pois ela necessitará de um valor para sua reprodução e

¹³⁶ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 787. Marx aponta que o processo de libertação dos servos no sistema feudal tem que ser entendido com duas consequências importantes “por um lado, como a libertação destes trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam”.

¹³⁷ MARX, 2017, p. 786. De forma bastante simples Marx coloca que para haver a exploração da força de trabalho “é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho”.

¹³⁸ MARX, 2017, p. 244.

¹³⁹ MARX, 2017, p. 251. Marx narra brilhantemente o que ocorre depois que ambos, possuidor de dinheiro e trabalhador, se encontram no mercado e vão para o que ele chama de terreno oculto. “Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfolação”.

manutenção, mas estará empenhada com um valor excedente (mais-valor) para poder também reproduzir o capital.

Nesse sentido, como aprofundar-se-á na segunda parte deste capítulo, a representação de como o trabalho é transformado em algo estranho do trabalhador e da trabalhadora, em nossos dias, tem outro nome: emprego. Esse diz respeito a uma posição ou papel que se ocupa para realização de um trabalho. O emprego nada mais é que a qualificação dada ao ato de venda da força de trabalho em troca de um salário.¹⁴⁰ Em outras palavras, o trabalho é a atividade laboral e o emprego a profissão com sua regulamentação legal, que no caso brasileiro está constituído na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, Decreto-Lei nº 5.452/43). Logo, é imprescindível que se faça essa diferenciação para que não se confunda um processo de exploração do trabalho com o trabalho em si. Porque, como será visto, o trabalho possui um caráter ontológico ao ser humano, como diz Lukács, que vai além da sua exploração.

Ao finalizar este ponto, é perceptível que ao se tratar as diversas facetas do trabalho, há que se desnudarem as diversas camadas conceituais construídas historicamente que foram qualificando o trabalho com uma perspectiva negativa e, principalmente, normalizando-o para relações que desconstituí o ser humano como co-criador. Dessa forma, entender o trabalho como exploração é fundamental para se perceber que as relações criadas em torno do trabalho o tornaram algo extremamente sofrido para o trabalhador e para a trabalhadora. Resumir o trabalho às relações capitalistas de exploração da força de trabalho como mercadoria é retirar do ser o seu caráter de ser humano e de ser imagem e semelhança do seu Criador. Nessa trilha, avançar-se-á no próximo ponto sobre a relação do trabalho como ócio e sua constituição do trabalhador e da trabalhadora como ser.

2.1.4 O trabalho como neg-ócio

Para as primeiras elucubrações sobre o trabalho como neg-ócio, cabe destacar que o termo trabalho é associado às múltiplas interpretações. Uma delas está associada à origem latina da palavra. Essa interpretação associa trabalho a *tripalium*, que era um instrumento de três paus com pontas de ferro utilizado para o

¹⁴⁰ MAIA, 2011, p. 129.

manejo de trigo, milho e linho por agricultores(as). Também esse instrumento era utilizado como forma de tortura.¹⁴¹ Arendt apresenta que na concepção grega, o ócio era considerado o momento principal do trabalho que só era destinado aos cidadãos superiores das cidades. Tinha a conotação para aqueles que realizavam a política ou mesmo as obras de arte.¹⁴² Aqueles que tinham a função braçal eram designados como serviçais, e não tinham nada a acrescentar a não ser sua força física para que os cidadãos superiores pudessem se concentrar para a arte e para a política nas cidades.¹⁴³

Nesse sentido, a palavra *negócio*, derivada da palavra latina *nec* – nem, não – e *ocium* – ócio, repouso, significa a negação do ócio. Logo, ao compreender o ócio na perspectiva grega, estar-se-á avalizando uma prática que nega as artes e a política. Na modernidade, a palavra *negócio* assume uma dimensão muito valorizada, principalmente, quando associada a trabalhadores executivos. Virou símbolo de sucesso. Por esse lado, ser bem-sucedido estaria vinculado com uma ideia de abandono das artes e da política. Porém, ao mesmo tempo, outro conceito entra em cena para contrapor o ócio, a saber, o lazer. Por mais que seja utilizado de forma sinônima, Souza chama atenção que é preciso parcimônia ao utilizá-los dessa forma.¹⁴⁴ Para Barbosa e Silva, o lazer surge como contraponto ao trabalho, como uma criação da sociedade industrial, que estaria atrelado ao entretenimento.¹⁴⁵

Nesse ínterim, deve-se salientar que, o trabalho como *neg-ócio* no Brasil, é a construção histórica de um conceito frente uma realidade de exploração de trabalho. Kowarick em seu livro “Trabalho e vadiagem”, mostra de forma clara como o ócio foi gerido como uma situação de vida ruim, negativa e pejorativa. Ao tratar da formação da classe de trabalhadores livres na realidade brasileira, o autor destaca que, por

¹⁴¹ ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 10

¹⁴² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 92-93.

¹⁴³ ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 1258b.

¹⁴⁴ SOUZA, Ricardo Oliveira de. **As origens da dicotomia trabalho e ócio**: uma análise propositiva sob as perspectivas de Lafargue e Russel. Dissertação mestrado. Departamento de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 123f. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 102-107. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9K9USL/disserta_o_ricardo_oliveira_de_souza_as_origens_da_dicotomia_trabalho_e_cio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2017.

¹⁴⁵ BARBOSA, Talita Prado; SILVA, Odair Vieira da. Origens e significados do lazer. **Revista Eletrônica de Turismo**, Garça, v. 8, n. 14, p. 1-5, 2011. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos\(a\)rquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos(a)rquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

causa da forte marca escravocrata, estes eram chamados de vadios, por não se encaixarem nem como escravos, nem como senhores de escravos. Ele destaca dois fatores que contribuíram para esta generalização: por um lado, os livres tinham a possibilidade de sobreviver sem perder a liberdade em trabalhos que os escravos não eram utilizados, por outro, a ordem escravocrata entendia o trabalho como uma superexploração até o fim da existência do trabalhador.¹⁴⁶ Assim Kowarick escreve:

[...] o homem livre e liberto tende a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime, à disciplina do trabalho nas fazendas.¹⁴⁷

Fica evidente que ao se falar sobre o ócio, inevitavelmente, contrapõe-se o conceito ao trabalho. No ponto anterior, viu-se que o trabalho tomou dimensões de profunda significação na sociedade moderna, ao ponto de Weber identificar um “espírito” do capitalismo que justamente gira em torno de uma mentalidade pautada pelo trabalho. Este trabalho, trazendo a contento da modernidade, não tem um valor voltado para a concepção de constituição do ser humano como co-criador, mas para uma dimensão de exploração. Com o ócio também não é diferente. Primeiro, questiona-se a necessidade do ócio,¹⁴⁸ posteriormente, enquanto necessário, dá-se um caráter de utilidade que aprofunda a relação de exploração do ser humano pelo ser humano, ao dimensionar que para descansar é necessário consumir.¹⁴⁹ O

¹⁴⁶ KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 44-47. O autor ainda escreve que “o investimento econômico num sistema que devora seus próprios trabalhadores representa enorme perda de recursos. Assim, era constantemente necessário comprar novos escravos a fim de reproduzir as condições materiais que propiciavam a continuidade do processo produtivo. Com a alta no preço dos escravos, o empreendimento só poderia manter as mesmas margens de lucro aumentando o grau de exploração do trabalho”. (p. 44). O autor faz um comparativo com os Estados Unidos e encontra que “ambos os países, no início do século XIX, tinham, aproximadamente, 1 milhão de trabalhadores cativos. Nos cinquenta anos subsequentes, o Brasil importa cerca de 1 milhão e 600 mil, contingente três vezes maior que aquele que foi levado para os Estados Unidos. As condições de reprodução em ambos os países assumem sua feição real quando se sabe que, entre 1860-1870, a população escrava americana era de 4 milhões, enquanto que a brasileira atingia, apenas, cerca de 1 milhão e 500 mil”. (p. 44). N sua opinião este dado representaria um retrato do entendimento escravocrata sobre o trabalho escravo e sua superexploração.

¹⁴⁷ KOWARICK, 1987, p. 65.

¹⁴⁸ BURIN, 1986, p. 81.

¹⁴⁹ SZMRECSANYI, Maria Irene. Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano. In: BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs.). **Representações do lúdico**: Il ciclo de debates “lazer e motricidade”. Campinas: Autores Associados, p. 5-20, 2001. p. 9.

descanso deixa de ser descanso para novamente ser um elemento de controle social.¹⁵⁰

É fascinante perceber na ironia de Lafargue a manifestação do “espírito” do capitalismo de Weber, ao prospectar a dimensão moderna de que a preguiça está associada a uma falência do desenvolvimento profissional, principalmente, no que tange a mudança de estratificação social. Em sua ironia, Lafargue, apresenta uma realidade em que o capitalista é forçado a explorar a força de trabalho contra sua vontade de consciência. Na verdade, o mais-valor é imposto ao capitalista e ele é uma vítima do sistema. E o trabalhador é seu algoz, pois demanda do capitalista tanto mais trabalho quanto for possível. Mesmo que de forma subversiva, as palavras de Lafargue, aponta para uma realidade de exploração tamanha na qual o trabalhador e a trabalhadora já não conseguem perceber outra realidade a não ser a do trabalho como exploração. Vejamos:

[...] ignorantes acusam de fraude nossos piedosos industriais, enquanto na realidade o pensamento que os anima é fornecer trabalho aos operários, que não podem resignar-se a viver de braços cruzados. Estas falsificações, que têm por único móvel um sentimento humanitário, mas que proporcionam enormes lucros aos industriais que os praticam, ao mesmo tempo em que são desastrosas para a qualidade das mercadorias e que constituem fonte inesgotável de dispêndio do trabalho humano, demonstram a filantrópica engenhosidade dos burgueses e a horrível perversão dos operários que, para satisfazer seu vício pelo trabalho, obrigam os industriais a abafar os gritos de suas consciências e a violar mesmo as leis da honestidade comercial.¹⁵¹

Sintomaticamente as palavras de Lafargue ecoam por uma realidade perfeitamente habituada a condenar a pobreza como fruto da falta de esforço; de caricaturar regiões territoriais pelos seus baixos índices de desenvolvimento humano pela ausência de vontade do povo; de estigmatizar classes de pessoas como preguiçosas¹⁵² e acusando-as de suas misérias, sem uma análise histórico-crítica da realidade. Na verdade, a ironia de Lafargue encaixar-se-ia perfeitamente no discurso

¹⁵⁰ SCHWANTES, Milton. El descanso. **Presencia Ecumenica**, Caracas, v. 9, p. 5-7, 1988.

¹⁵¹ LAFARGUE, 1980, p. 37-38.

¹⁵² OLIVEIRA, Paulo de Salles. Trabalho, não-trabalho e contradições sociais. In: BRUHNS, Heolisa Turini (Org.). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, p. 47-64, 2000. Oliveira defende que a concepção do trabalho disciplinado, reforça a estigmatização do povo brasileiro como de uma “índole preguiçosa”, caricaturado como Macunaíma. Para tanto, no seu entendimento, é necessária uma discussão mais ampla, para além da simples redução de carga de trabalho. Para ele, temas como concentração de renda, injustiça social, precarização do trabalho, remuneração e incentivos fiscais (regulação por meio de comprometimentos das empresas beneficiadas) são temas que essencialmente proporcionariam uma reinterpretação do conceito sobre o trabalhador e a trabalhadora brasileira e proporcionaria melhores condições de vida a todos.

neoliberal do mundo atual. A partir disso, alguns destaques são importantes. O primeiro diz respeito a uma remodelagem da ideologia que torna a apresentar a história como farsa.¹⁵³ Segundo, a profunda compreensão do descanso como negação. E por fim, o aprimoramento do mundo das coisas para o serviço do capital, essencialmente, por meio de uma estrutura baseada na organização do trabalho.

Nesse sentido, é interessante a reflexão que Szmrecsanyi faz sobre a relação do lazer com a arquitetura. Na sua percepção, a arquitetura, caracterizada como contemporânea, veste-se de um caráter pós-moderno para justificar-se como relacional, que não limita espaços, mas cumpre com um papel fundamental para os interesses do capital, à medida que, traz “vantagens múltiplas para a produção em larga escala, desde a cidade e os edifícios até qualquer objeto industrializado”¹⁵⁴, constitui-se como uma vantagem para o neoliberalismo como doutrina. Consequentemente, o lazer entendido como o desfrutar de espaços livres, torna-se também uma mercadoria para ser consumida e explorada, fruto do trabalho de outrem. O grande exemplo da materialização do descanso enquanto mercadoria é o *shopping*, construído para saciar prazeres fetichistas¹⁵⁵ e desejos de posse.¹⁵⁶

Olhando o testemunho bíblico, Wolff constata que ao passo que a sociedade israelita vai desenvolvendo sua história, formas de trabalho e as suas funções também têm um processo de mudança sistemática. Esta mudança na concepção do trabalho, que como foi visto anteriormente, tinha a dimensão da formação humana, como também, do pecado e do castigo, agora, nos escritos sapienciais, toma uma dimensão de produtor de riquezas. Nesse sentido, a preguiça¹⁵⁷ é condenada¹⁵⁸ e

¹⁵³ MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. Aqui se refere a sua célebre frase sobre a história afirmando que na primeira acontece como tragédia e na segunda vez como farsa.

¹⁵⁴ SZMRECSANYI, 2001, p. 06

¹⁵⁵ MARX, 2017, p. 147-148. “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedade sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores [...] a isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”.

¹⁵⁶ SZMRECSANYI, 2001, p. 6-11.

¹⁵⁷ BOBSIN, 1992, p. 122. É interessante observar que no seio do pentecostalismo este elemento do não-trabalho como condenável como preguiça, no entanto, reinterpretado para uma riqueza espiritual que se constitui como salvação. É como o autor descreve “a dimensão redentora do trabalho é negada pela preguiça. Pelo exercício ou não das atividades profissionais o fiel alcança ou não a salvação eterna. Este caráter soteriológico da profissão é concebido dentro de uma ótica individual. Assim como a salvação é decorrência da apropriação individual dos bens simbólicos que o grupo religioso coloca à disposição da pessoa, a condenação é resultado da negação desta oferta que se pode configurar no não-trabalho”.

considerada a perca do momento oportuno para conquistar as bênçãos de Javé. Logo, aquele que trabalha com empenho consegue aproveitar o tempo de dádiva de Javé e consegue acumular riqueza, enquanto que, aquele que não trabalha, que é preguiçoso, consegue apenas a servidão e a privação; a laboriosidade conserva a liberdade, porém a dissidia leva à opressão.¹⁵⁹

No entanto, Wolff faz uma ressalva, caso tenha-se a percepção de que o esforço próprio é o significado último da riqueza. Na perspectiva do autor, a dimensão de tornar-se rico deve ser associada ao processo de bênção de Javé. Somente Javé é capaz de conceder riqueza para aquele que trabalha. Não basta apenas a vontade apenas do ser humano, senão está conectada à execução do plano de Javé. Mas, a sapiência leva em conta que a pobreza também pode ser valiosa tanto quanto à riqueza se ela estiver vinculada ao temor a Javé. Nesse sentido, a riqueza também é condenada, pois pode levar à falsidade, ao ódio e a uma falsa confiança de si.¹⁶⁰ Com essa ressalva sobre a riqueza e a pobreza, Wolff afirma que “assim o homem é preservado de vir a estar abaixo do animal (a formiga!) pela preguiça ou de pôr-se em lugar de Deus enganando-se a si mesmo”.¹⁶¹

É importante destacar que para a sabedoria israelita o sono e a tranquilidade também são parte do trabalho, desde que, de forma ponderada. O sono, que tem a dimensão do descanso, tem também a vinculação como tempo em que Javé age. É no momento de sono e tranquilidade que a vontade de Javé se materializa. O descanso tem papel central na criação.¹⁶² Portanto, o elemento mais forte dentro de todo o Antigo Testamento sobre esta temática é o sábado. Ele acompanha desde a criação até os profetas. O verbete que dá o nome ao sábado, *shbt*, justamente pode

¹⁵⁸ LUTERO, 2014, p. 230. Ao criticar o clero por não estarem cuidando da igreja Lutero afirma: “podemos dizer isso do papa, dos cardeais e de todo aquele bando de ímpios que consomem enormes riquezas, embora não trabalhem e só cuidem da sua barriga e do seu ócio. A eles sim podem-se aplicar as palavras de Paulo: 'quem não trabalha não há de comer' (2Ts 3.10)”.

¹⁵⁹ WOLFF, 1975, p. 175-177. A título de exemplo: “O que trabalha com mão remissa empobrece, mas a mão dos diligentes vem a enriquecer-se.” (Pv 10.4); “A mão diligente dominará, mas a remissa será sujeita a trabalhos forçados”. (Pv 12.24); “Em todo trabalho há proveito; meras palavras, porém, levam à penúria”. (Pv 14.23). Ainda podem ser citados os textos de Pv 13.4; 19.15; 6.6-11; 24.30-34; 26.13-16; 6.9ss; 19.15; 24.33 etc.

¹⁶⁰ WOLFF, 1975, p. 177-179. Textos que elucidam esta dimensão da bênção de Javé podem ser encontrados em: Pv 15.17; 11.28; 19.1; 17.1; 16.1; 10.22; 15.16; 11.4 etc.

¹⁶¹ WOLFF, 1975, p. 179. SUASSUNA, 1974, p. XXIII. “Pode haver nobreza e criação na preguiça, pode haver feiúra e roubalheira no trabalho”.

¹⁶² WOLFF, 1975, p. 181-183. Alguns textos que elucidam esta dimensão do sono: Sl 127.2b; Pv 3.24; Ec 5.11; 2.23; Ex 14.13; Is 7.4-9; 30.15; 32.17; Dt 12.9ss; 25.19 etc.

ser traduzido como parar o trabalho.¹⁶³ Mesmo que uma formulação mais recente tenha vinculado o sábado como o elemento de santificação e sacrifício, essa determinação deve ser entendida como o cessar das atividades de trabalho. Dessa forma, a cada seis dias de trabalho haveria um dia de descanso.¹⁶⁴

Nesse sentido, Wolff apresenta cinco formas de compreender o sábado. O primeiro elemento é o fato de o sábado ser a lembrança da libertação do povo do jugo escravocrata. Dessa forma, o sábado é uma dádiva, como todos os mandamentos, que indica a ação e a vontade de Javé. Essa dádiva também é estendida para a terra, que no sétimo ano, deve ser liberada de produzir para se recompor.¹⁶⁵ O segundo entendimento é a associação sacerdotal do sábado à ação criadora de Javé. O povo deve descansar, porque Javé também o fez. E mais, o sábado não é um dia improdutivo, mas um tempo fértil, pois da mesma forma como Javé abençoou a criação, também abençoou o sábado, logo, o descanso é constitutivo da vida.¹⁶⁶ O terceiro ponto afirma que o sábado foi feito para os trabalhadores poderem descansar e para os pobres usufruírem a terra.¹⁶⁷ O quarto elemento importante na leitura de Wolff sobre o sábado é a dimensão da preservação da vida, presente fortemente nos discursos proféticos. Esse entendimento está associado à dimensão da dádiva, a qual, a vida é benção de Javé.¹⁶⁸ E, por fim, o autor salienta ainda que o sábado possui uma dimensão escatológica que aponta para a aliança de Javé firmada com o povo.¹⁶⁹ Todas essas dimensões do sábado apontam fundamentalmente para um cessar da ação de trabalho e, basicamente, para todo tipo de atividade desempenhada pelo ser humano. Fica evidente que, em contraposição à sabedoria, que em algum momento apontou para a preguiça (não-trabalho) como um elemento da pobreza, por outro lado, o grande cerne das interpretações do descanso (também um não-trabalho) tem

¹⁶³ BURIN, 1986, p. 76. O autor defende ainda que o sábado parece ser de origem hebraica. “Todas as tradições que confluem para a formação do Pentateuco falam do sábado. É encontrado no código Eloísta da Aliança (Ex 23.12) e no código Javista (Ex 34.21), nas duas redações do decálogo (Ex 20.8-10; Dt 5.12-14), e no código Sacerdotal (Ex 31.12-17)”.

¹⁶⁴ WOLFF, 1975, p. 183-184. SUASSUNA, 1974, p. XIX. Suassuna assinala “nós, Povos castanhos do mundo, sabemos, ao contrário, que o único verdadeiro objetivo do Trabalho é a Preguiça que ele proporciona depois, e na qual podemos nos entregar à alegria do único trabalho verdadeiramente digno, o trabalho criador, livre e gratuito”. (p. XIX).

¹⁶⁵ Dt 5.15; 6.20ss; Lv 19.3; 25.1-17

¹⁶⁶ Ex 20.11; 31.17; Gn 2.3.

¹⁶⁷ WOLFF, 1975, p. 184-188. Ex 23.12; 20.10; Dt 5.14.

¹⁶⁸ Am 8.5; 4.4ss; 5.21ss; Is 58.13ss.

¹⁶⁹ WOLFF, 1975, p. 188-192. Ez 20.13; 16.24; 22.8; 23.38; Ex 31.12-17; 31.16.

fundamentalmente um aspecto vinculado à dimensão da riqueza enquanto dádiva de Javé.

A partir dos elementos apresentados por Wolff, um elemento precisa ser considerado para uma ampliação elementar do debate sobre o descanso. Há que se considerar que o ócio materializado na cultura judaica como sábado, é o ápice do primeiro relato da criação, pois foi ali que Javé observou tudo que havia criado e descansou. Ele olha para a sua criação e a admira (Gn2.3). E além disso, Ele abençoa o sétimo dia. Foi Javé quem criou o sábado. O ócio faz parte da criação, é uma das partes de toda a criação que o Criador olha e diz que era boa. Essa perspectiva é relevante, pois contraria fundamentalmente, a concepção moderna de trabalho, pautado pela exploração da força de trabalho, no qual, o não-trabalho é considerado um desperdício. Pelo contrário, o descanso é uma dádiva, um ato criativo do próprio Criador que indica para uma relação de cuidado e manutenção da vida.¹⁷⁰

É com esse horizonte que é possível vincular ao sábado um caráter de resistência, descansar é um ato de resistir.¹⁷¹ Ao se voltar novamente ao sentido que o sábado assumia para o povo de Israel, poder-se-á verificar, que reforçar a ideia do ócio como um ordenamento enquanto dádiva da divindade significava para o povo que estava no exílio um alento à situação de escravidão em que viviam. Ao mesmo tempo, na medida em que o povo pratica o seu descanso e, principalmente, reúne-se para celebrar a criação, ele torna-se participante do ser e agir de Javé, e, primordialmente, encontra um momento para se organizar. Enquanto a escravidão tirava a vida do povo, o sábado constituía-se numa fenda de vida, que, enquanto vida, fecundava como semente da esperança de novos tempos de superação da morte e de organização da classe trabalhadora “às margens do rio da Babilônia” (Sl 137).¹⁷²

Esse tempo de descanso, de ócio, trazia no seu bojo organizacional estratégias que pretendia a sobrevivência numa terra como escravos buscando assim, alternativas razoáveis para se negociar com os senhores, bem como, avançar na conquista de direitos que, nessa perspectiva, o sábado constituía-se num desses, como o direito à celebração de culto e de cantoria. Além de ser um tempo de

¹⁷⁰ BURIN, 1986, p. 77-78.

¹⁷¹ LAFARGUE, 1980, p. 29. Para Lafargue, o direito à preguiça é a forma do trabalhador romper com a exploração do capital.

¹⁷² SCHWANTES, 1989, p. 29.

experimentar um corpo que reconhecia a dimensão da possibilidade de ser livre, o descanso também proporcionava a oportunidade de poder reviver a memória religiosa e social do povo. Era um momento de experimentação concreta que mostrava que em outros tempos a vida era diferente. Que nesse tempo o trabalho forçado não era o centro da vida, mas que “o mundo da prática histórica estava desocupado [...] a memória e o simbólico apresentavam-se, pois como um âmbito privilegiado de resistência”.¹⁷³

Aqui é possível fazer um paralelo com um pensamento de Antunes que tem como ponto de partida a compreensão do lazer como condição preliminar para uma vida emancipada, parafraseando Marx no I Congresso Internacional dos Trabalhadores em Genebra em 1866. No seu entendimento, não há como falar sobre o lazer e o ócio, enquanto o trabalho está organizado de forma cristalizada a explorar a força de trabalho alheia. Para tanto, há que se desfeticizar o modo de produção das coisas, que enquanto mantém-se, torna o ócio uma autorização do capital. pois da forma como está organizado, estar fora do trabalho enquanto emprego torna a vida do trabalhador pior. É preciso reinterpretar o trabalho recuperando a sua dimensão de constituição do ser humano. O caminho apontado pelo autor é a redução da carga de trabalho, sem a redução de salários.¹⁷⁴

Ao fechar com um breve apanhado desse ponto que pretendeu apresentar uma reflexão sobre umas das facetas do trabalho no seu encontro com o negócio, como negação do ócio, foi possível perceber que falar sobre o ócio ou mesmo o lazer, enquanto conceitos diferentes, mas associados, só faz sentido na sua relação com o trabalho. Outro elemento de destaque, o ócio entendido como descanso, tem um caráter de resistência e revolução, seja como uma categoria sociológica ou teológica, pois dá a possibilidade de organização da classe trabalhadora.¹⁷⁵ Por fim,

¹⁷³ SCHWANTES, 1989, p. 30.

¹⁷⁴ ANTUNES, Ricardo. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses. In: BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs.). **Representações do lúdico**: Il ciclo de debates “lazer e motricidade”. Campinas: Autores Associados, p. 21-26, 2001.

¹⁷⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 103-104. A partir deste instante entender-se-á como classe trabalhadora o conceito apresentado por Antunes de “classe-que-vive-do-trabalho”. Para o autor, o conceito compreende “uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizado das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores

o ócio, entendido como lazer, tem um caráter de consumo, que é fortalecido pelo caráter fetichista das mercadorias. Na relação do mundo das coisas, o capitalismo também aliciou o processo de reprodução da força de trabalho, através de estratégias sofisticadas de estranhamento.

2.2 As relações do trabalho e a pessoa com deficiência

Após um panorama inicial de algumas especulações hermenêuticas vinculadas com o mundo do trabalho, iniciar-se-á a delimitar pontos que são importantes dentro do debate desta pesquisa que é a inclusão da pessoa com deficiência pelo trabalho. Sintomaticamente, verificar-se-á que, no que tange a temática do trabalho e a pessoa com deficiência, as relações do trabalho possuem um aspecto essencial, pois trata de um aspecto específico do trabalho que envolve os atores e as atrizes sociais imbuídas para uma ação conjunta. O trabalho não se constitui como um sistema estático e acabado, pelo contrário, ele se movimenta e movimenta aqueles e aquelas que estão envolvidos em seu seio. Nesse sentido, nesta segunda metade do capítulo, serão tratados conceitos que fundamentam a percepção da inclusão da pessoa com deficiência, vinculada ao direito ao trabalho.

Naturalmente também que o trabalho não é uma coisa-em-si que possui vida própria, ele é movimentado dinamicamente pela ação do sujeito. Por isso, a importância de percebê-lo dentro do seu processo de desenvolvimento histórico. Este movimento constante do trabalho elabora um quadro em que se mostra com maior ou menor importância. É possível que em nenhum momento do desenvolvimento do trabalho tenha se aprofundado complexamente as suas relações como na modernidade/pós-modernidade. Ele assumiu um caráter central na vida humana ao ponto de ser considerado a autocriação do humano por seu intermédio, como ver-se-á na perspectiva marxiana. Desse modo, espera-se que a segunda parte deste capítulo ajude a compreender um pouco mais o mundo do trabalho que se amplia a cada momento em que se aproxima do objeto.

assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural".

2.2.1 O trabalho e a natureza humana

As reflexões que até aqui foram desenvolvidas têm demonstrado que o trabalho enquanto conceito pode ser entendido por diversas facetas, bem como, são tão complexas que se emaranham por diversas áreas da vida, como na vida das pessoas com deficiência. Nesse sentido, explorar o tema do trabalho e da natureza humana ajuda a compreender como o trabalho assume um papel fundamental no processo de ser humano, principalmente, na atualidade, na qual se discute a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. A própria reivindicação pelo direito ao trabalho demonstra que este é um elemento central na constituição do ser humano.¹⁷⁶ Ao que vem se refletindo até o momento e, ao longo deste estudo também procurará deixar evidente, de que o trabalho está para além de uma manutenção ou de um status social, mesmo que muitas vezes se simplifica o trabalho a um emprego.

Para se tratar do trabalho na perspectiva marxiana, de seu papel na fundamentação da natureza do ser humano, Erich Fromm define que Marx há uma diferenciação importante quanto a relação entre a natureza humana e o trabalho, optando por não falar de uma essência humana abstrata, mas, pelo contrário, concreta e histórica. Para tal distinção, Marx então propõe a existência de dois tipos de impulsos humanos, os constantes e os relativos. Os constantes têm a ver com os desejos universais, que mesmo variando nas diferentes formas culturais apresentam uma perenidade fixa, como por exemplo, a fome e o desejo sexual. Já os relativos são aqueles que não compõem a natureza humana de forma constante, mas que são criadas a partir das estruturas sociais, da produção e da comunicação, como por exemplo, o dinheiro, necessidade criada na economia moderna.¹⁷⁷

¹⁷⁶ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010b. É interessante observar a reflexão que Marx faz contrapondo os economistas de sua época em relação ao salário, compreendendo que o trabalho como exploração da força de trabalho não possui qualidade de constituir o ser humano, mas, apenas o(a) trabalhador(a) em sua subsistência, como ele coloca: “Ele (neste caso Adam Smith) nos diz que, originária e conceitualmente, o produto total do trabalho pertence ao trabalhador. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (Wirklichkeit), ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sai a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores”.

¹⁷⁷ FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Trad. Octavio Alves Velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 35.

Fromm entende, a partir de Marx, que o próprio ato de se constituir como humano é fruto do trabalho.¹⁷⁸ O ser humano é a matéria-prima do processo de ser humano que acontece historicamente, logo, a produção da história é um ato humano que acontece pelo seu próprio trabalho. Esse processo de autocriação não pode estar fora da própria concepção do limiar da história.¹⁷⁹ Nesse sentido, Marx aprofunda lembrando que à medida que o trabalho produz mercadorias, o trabalhador também é transformado em mercadoria e vai além “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”.¹⁸⁰ Quer dizer, ao tornar o trabalho objeto estranhado ao trabalhador, à sua constituição enquanto ser humano, o trabalhador também passa a ser uma mercadoria.¹⁸¹

Quando Marx aponta para a dimensão da mercadoria do trabalho, há que se ter em vista a dimensão do estranhamento¹⁸² do trabalho por parte do(a) trabalhador(a) no que tange a produção de capital. Marx então indica dois aspectos que caracterizam o ato de estranhamento do trabalho. O primeiro diz respeito ao objeto, produto do trabalho. No momento em que o objeto é separado do trabalhador a relação com o mundo exterior torna-se hostil, pois o objeto exerce poder sobre o trabalhador. O segundo aspecto é o ato de produção que é a ação específica do trabalhador com ação própria, que alijado do próprio trabalhador torna-se um estranhamento-de-si. “Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria

¹⁷⁸ MARX, 2010b, p. 123. Marx, reconhecendo o trabalho de Hegel, afirma que “a grandeza da ‘Fenomenologia’ hegeliana e de seu resultado final – a dialética, a negatividade como princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação (*Vergegenständlichung*) como desobjetivação (*Entäusserung*) e supra-sunção (*Aufhebung*) dessa exteriorização; é que compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu próprio trabalho”.

¹⁷⁹ FROMM, 1967, p. 35-36.

¹⁸⁰ MARX, 2004, p. 80.

¹⁸¹ FROMM, 1967, p. 47. Fromm lembra que “o trabalho, para Marx, é uma atividade, não uma mercadoria. Marx inicialmente denominou a função do homem de ‘auto-atividade’, e não de trabalho, e falou na ‘abolição do trabalho’ como objetivo do socialismo”, quer dizer, na medida em que o trabalho é colocado como mercadoria que pode ser explorada para a construção do capital, nega-se o trabalho como constituinte da natureza humana.

¹⁸² RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 7-10. O autor chama a atenção para o fato que se costumou compreender o estranhamento (*Entfremdung*) como sinônimo de alienação (*Entäusserung*). No seu entendimento existem aproximações entre os dois conceitos, mas na forma como Marx os utiliza há uma diferenciação necessária de ser feita. Ranieri explica então que estranhamento é “como um ato, ou uma ação maior no tempo e no espaço, em que o homem, tomado genericamente (portanto como ser social), se torna alheio, isolado, estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade, assim como à atividade mesma, além de estar isolado ou alheio à natureza a partir da qual produz e vive em conjunto com outros seres humanos”. (p. 08). Enquanto que alienação “é carregada de um conteúdo voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano”. (p. 07).

atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração”.¹⁸³

A partir do momento em que o trabalho se torna algo estranho ao trabalhador, perde-se a dimensão da constituição da natureza humana do ser, para uma situação na qual o trabalho serve apenas para manter a existência física do trabalhador. Ao contrário do trabalho fomentar a qualidade autocriativa do trabalhador, ele torna a uma satisfação de carência, a vida passa a tomar o rumo de uma vida genérica, que também já não pertence ao trabalhador, pois ao mesmo tempo em que é livre para negociá-lo no mercado das pessoas livres, por outro, é subserviente à necessidade de manutenção da vida, tornando a vida produtiva um meio de vida. Logo, é possível dizer que no instante em que a atividade vital se torna uma forma de manutenção da vida, o ser deixa de tornar-se humano enquanto ser autocriativo para atender as satisfações dos impulsos constantes. Dessa forma, Marx continua

[...] pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, e seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida.¹⁸⁴

Este trabalho estranhado do trabalhador, que o impede de tornar-se um humano genuíno, que já não possui características constitutivas da natureza do ser humano, está intimamente atrelado ao desenvolvimento de um elemento, a saber, a propriedade privada. Nesse sentido, o trabalho que fomentava a natureza do ser humano, passa a constituir uma essência universal da propriedade privada. Aquilo que antes deveria ser a essência do trabalhador, torna-se uma essência que está fora de si na propriedade, como manutenção.¹⁸⁵ É importante destacar que Fromm esclarece que para Marx, o conceito de propriedade privada não necessariamente diz respeito aos bens de uso, mas, especialmente, aos meios de produção, no qual o capitalista é capaz de contratar o indivíduo sem propriedade, quer dizer, acumular parte do trabalho estranhado do trabalhador.¹⁸⁶

¹⁸³ MARX, 2004, p. 83.

¹⁸⁴ MARX, 2004, p. 84.

¹⁸⁵ MARX, 2004, p. 100.

¹⁸⁶ FROMM, 1967, p. 41.

Fromm destaca que para que o ser humano possa se relacionar com o mundo é necessário que o próprio ser humano se torne o objeto do humano. Quer dizer, ao ser humano só é possível relacionar-se com o mundo objetivo no momento em que o mundo exterior é acessível ao humano. Dessa forma, sujeito e objeto não devem estar separados. É na interação dos sentidos com os objetos reais e concretos que o ser vai se constituindo enquanto humano. A natureza deixa de assumir um caráter de utilidade, que estranhada ao ser, tem um caráter e produção de capital. Ao entender dessa forma, o autor aponta que o estranhamento do trabalho, afeta profundamente a constituição da natureza humana, pois atrelado à produção do capital, o objeto torna-se uma barreira ao trabalhador e este já não possui significado algum para a constituição da natureza humana.¹⁸⁷

Conforme o trabalho é estranhado ao trabalhador, é impossível conceber a emancipação do ser humano, tendo em vista que, esta constitui-se identicamente na autorrealização por meio de sua relação e identificação com o humano e com a natureza. Nessa relação estranhada não há a possibilidade de liberdade ou independência, pois estas só são possíveis quando a sua existência diz a si próprio.¹⁸⁸ Quer dizer, no instante em que há a exploração da força de trabalho de um ser por outrem, nenhum dos dois encontra-se livres, mas pelo contrário, ao usufruir de graça de um ser para continuação da vida, bem como, de sua criação, torna-se totalmente dependente deste ser. O ser deve ser livre para afirmar sua individualidade como ser total, “não é apenas livre de, mas também livre para”.¹⁸⁹

Nesse sentido, Marx é categórico ao compreender que o trabalho é pautado pelo movimento relacional entre o ser humano e a natureza, no qual, o ser interage de forma dinâmica com todos os elementos pertencentes à sua corporeidade. Nessa perspectiva, é possível aventar que a relação que constitui a natureza humana é profundamente pautada pela relação integral do ser humano com a natureza, na qual não há uma delimitação de capacidades humanas superiores a outras, mas

¹⁸⁷ FROMM, 1967, p. 40-41.

¹⁸⁸ VACCARO, Stefania Becattini. Karl Marx e Hannah Arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 358-378, 2015. p. 364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v17n40/1517-4522-soc-17-40-00358.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018. “Marx sustentava que o trabalho não era o conteúdo natural das relações sociais e medida real do valor de troca. No seu entendimento, o modo de produção capitalista se constituía graças ao exercício de um trabalho histórico específico que permitia a valorização do capital. Tratava-se da força de trabalho livre e assalariada que exercia um trabalho alienado e subsumido ao capital. Nessa relação, segundo Marx, as atividades realizadas pelos indivíduos constituem uma negação da essência humana, porque seu exercício mutila a capacidade criativa”.

¹⁸⁹ FROMM, 1967, p. 45.

pelo contrário, é uma experimentação expressa pela própria energia humana.¹⁹⁰ Como ser, a sua relação proporcionada pelo trabalho, vai muito além da dimensão da divisão do trabalho proposta pela modernidade por meio do sistema capitalista. Enquanto emancipação humana, ele proporciona a liberdade de fruição do ser com a natureza que tem como fundamento o seu desenvolvimento como humano.¹⁹¹

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.¹⁹²

Fromm resume a constituição da natureza humana por meio do trabalho em Marx¹⁹³ afirmando que “o tema central de Marx é a transformação do trabalho alienado e desprovido de significado em trabalho produtivo e livre, e não a melhor paga do trabalho alienado por um capitalismo privado ou por um capitalismo de Estado ‘abstrato’”.¹⁹⁴ Nesse sentido, é fundamental perceber que trabalho e capital estão em dois extremos conceituais totalmente diferentes. O capital, enquanto acumulativo, situa-se no passado, numa relação que constitui o estranhamento. Já o trabalho, está para uma perspectiva de futuro, de auto atividade, no qual o trabalhador e a trabalhadora continuam a existir de forma dinâmica e livre. Dessa

¹⁹⁰ FROMM, 1967, p. 48. “O trabalho é a expressão própria do homem, uma expressão de suas faculdades físicas e mentais. Nesse processo de atividade genuína, o homem desenvolve-se a si mesmo, torna-se ele próprio; o trabalho não é só um meio para um fim – o produto – mas um fim em si mesmo, a expressão significativa da energia humana; por isso, pode-se gostar do trabalho”.

¹⁹¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 37-38. “Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico”.

¹⁹² MARX, 2017, p. 255.

¹⁹³ MARX; ENGELS, 2007, p. 87. “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”.

¹⁹⁴ FROMM, 1967, p. 49.

forma, o trabalho passa a ter significado e o ser a sua individualidade, ao passo que, no sistema capitalista, o ser é dependente do capital.¹⁹⁵

Em relação ao exposto até o momento, Arendt faz uma elaboração crítica que procura elucidar o equívoco em compreender o trabalho como constituidor da natureza humana. De início ela faz uma diferenciação entre os termos labor e trabalho, afirmando que, por mais próximos que estão na modernidade, há uma diferença singular entre os dois termos, pois labor tem a ver com um trabalho vinculado ao corpo com uma dimensão de dor e sofrimento - subsistência/escravo - (ponei), enquanto que o trabalho (ergazesthai) se refere ao trabalho elaborado com as mãos – existência/artífice. Ela lembra que no próprio pensamento grego, para que alguém fosse considerado realmente livre deveria estar livre também das necessidades do corpo, logo, era viável submeter alguém à força para realizar a tarefa para si. Mesmo os pastores que trabalhavam para a sua sobrevivência eram considerados escravos.¹⁹⁶

Ao elaborar sua crítica Arendt conceituou trabalho como o produtor de um mundo artificial de coisas que não se equipara a qualquer ambiente natural. Para ela, o trabalho não é qualquer atividade e não são aquelas ações corriqueiras, estas seriam o labor, ligado muito mais a um nível biológico do ser. No trabalho, o ser coloca-se num intermeio com o mundo das coisas que têm como fundamento a perspectiva individual de superação do sistema conexo da vida, pretendendo a sua perpetuação na sua relação com a mundanidade. Logo, ao exercer algum tipo de atividade, não necessariamente será considerado trabalho, mas de acordo com a objetividade da ação.¹⁹⁷ É elementar perceber que essa forma de conceber o trabalho entra em rota de colisão direta com a concepção marxiana de trabalho que até o momento procurou-se apresentar, por mais multifacetado que este se conjugue.

¹⁹⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 53. Os autores declaram que “na sociedade burguesa o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal”.

¹⁹⁶ ARENDT, 2007, p. 90-95.

¹⁹⁷ ARENDT, 2007, p. 15. “Trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja a mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora este mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade”.

Sobre esse ponto em específico, Marx aponta para uma direção similar à de Arendt, mas com um olhar especificamente distinto. Ao elucidar no *Grundrisse* sobre a conjugação da relação do indivíduo num sistema diverso ao sistema monetário de sua época, Marx considera que a relação entre os indivíduos seria diferente (suserano/vassalo; senhor/servo), mas, na medida em que o sistema de trocas é desenvolvido, estes laços de relação passam a ser mediados pela mercadoria. O porém dessa situação é que essa forma de se relacionar com o mundo possibilita ao ser uma experiência de independência do indivíduo que é ilusória, visto que, o trabalhador que não possui os meios de produção se encontra 'des-mercadorizado', ao passo que, ele depara-se com a situação na qual a sua própria força de trabalho é passível de troca.¹⁹⁸ Sistemáticamente, o ser encontra-se numa relação de dependência de classe.¹⁹⁹

Parte da crítica de Arendt está na elaboração e ênfase no *homo laborans*, que na percepção de Marx, supera o *homo rationale*. Para ela, isso é uma blasfêmia, sendo que, se quer foi feita a diferenciação entre *homo laborans* e *homo faber*. Na sua concepção, a definição de Marx da própria natureza humana é equivocada, pois

¹⁹⁸ FROMM, 1967, p. 48. "A crítica central feita por Marx ao capitalismo não é a injustiça na distribuição da riqueza; é a perversão do trabalho, convertendo-o em trabalho forçado, alienado, sem sentido – por conseguinte, a transformação do homem em uma 'monstruosidade aleijada'. O conceito marxista do trabalho como expressão da individualidade do homem é expresso sucintamente em sua visão da abolição completa da sujeição do homem a vida inteira a uma única ocupação. Visto que a meta do desenvolvimento humano é a do desenvolvimento do homem total e universal, o homem tem de ser emancipado da influência mutiladora da especialização". Cabe uma nota ainda que o termo "monstruosidade aleijada" é utilizada pelo autor de forma depreciativa, o que reforça a especificidade desta pesquisa. Trataremos sobre as conceituações sobre a deficiência nos próximos capítulos.

¹⁹⁹ MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Nélio Schneider; Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 166-167. "Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações pessoais); e os indivíduos parecem independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar; [...] 2. Entretanto, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade dos indivíduos de uma classe etc. de superá-las em massa sem as abolir. O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação, a necessária subordinação dos indivíduos a elas.) Essas relações externas tampouco são uma supressão das "relações de dependência", dado que são apenas a sua resolução em uma forma universal; são, ao contrário, a elaboração do fundamento universal das relações pessoais de dependência. Também aqui os indivíduos só entram em relação entre si como indivíduos determinados. Essas relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência pessoal (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, ao passo que antes dependiam uns dos outros".

ignora toda a tradição elaborada sobre o assunto, e, além disso, o que Marx qualifica como *homo laborans* é, na sua interpretação o *homo faber*. A distinção mais próxima realizada foi a diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o que, no entendimento de Arendt, não foi o suficiente para superar esta distorção conceitual. Ela reconhece que o passo novo sobre o assunto é a identificação de Marx da produção para além da necessidade de manutenção da vida realizada na força de trabalho, mas que para ela não foi o suficiente para elencar tamanho valor.²⁰⁰

Arendt lembra que mesmo dentro das artes há uma diferenciação entre as artes liberais (pintor) e as artes servis (escultor). Essa diferenciação, não tem nada a ver com a ideia de distinção de superioridade de inteligência. Antes disso, está vinculada à capacidade de julgamento prudente ou de relevância pública (arquitetura, medicina e agricultura) o que não se encontrava nos outros ofícios. Arendt cita Aristóteles este explicava que os escravos não participavam da capacidade de serem livres, pois não tinham a capacidade de deliberar e decidir ou de prever e escolher. Ela reconhece também que essa distinção entre as profissões era de fato uma decisão política muito além das especificidades de cada ofício. Dessa forma, Arendt apresenta que a caracterização moderna entre trabalho manual e trabalho intelectual, também é insuficiente para dimensionar o *homo laborans* e *homo faber*.²⁰¹

Faz-se necessário destacar que a crítica elaborada por Arendt só faz sentido se for concebida dentro de sua análise conceitual que desconsidera a possibilidade de se vincular de alguma forma uma característica que procure elencar a essência da natureza humana. Ao contrário, Arendt procura elaborar seu pensamento filosófico dentro de um conceito que ela denominou chamar de condição humana. Nessa forma de conceber o ser humano, enquanto existência condicionada por inúmeros sistemas, por tudo que entra em contato com humano (vida, natalidade, mortalidade, mundanidade, pluralidade e o planeta Terra), a vida ativa é a chave fundamental para compreendê-lo. Está incorporado nesta chave hermenêutica as

²⁰⁰ ARENDT, 2007, p. 98-99.

²⁰¹ ARENDT, 2007, p. 102-103.

dimensões do labor, do trabalho e da ação. Essas três categorias ajudam a compor a existência humana como condição.²⁰²

Ao trazer as convicções de Hannah Arendt para o debate conceitual com Karl Marx, procurou-se elucidar a dimensão da disputa no campo político-filosófico em relação a um tema que é de fundamental importância para a discussão sobre a inclusão da pessoa com deficiência, isso porque, determinada forma de compreender o ser humano tende a dimensionar aspectos vitais da vida humana – direito, política pública, inclusão etc. Nesse sentido, as duas formas de compreender o ser humano contribuem para o debate alocado nesta pesquisa, seja pela diversidade de condicionantes ao qual o humano é exposto, seja pela constituição da natureza humana pelo trabalho. No entanto, entende-se que, na medida em que, o trabalho torna-se um elemento fundamental para a constituição do ser, abre-se um vasto campo de luta e garantia de direitos da pessoa com deficiência.

2.2.2 O trabalho e a construção do ser social

No debate sobre o mundo do trabalho e sua relação diversa com a pessoa com deficiência, uma de suas facetas é a construção do ser social. Um autor relevante, sem dúvida alguma, é o húngaro Gyorgy Lukács. Nascido em 13 de abril de 1885 em Budapeste, é considerado um dos autores marxistas mais influentes do século XX. Nos anos de 1930 foi morar em Moscou, o que marcou profundamente a sua produção literária, bem como, o desenvolvimento do seu pensamento. Suas obras mais marcantes são *Estética* e *Para uma ontologia do ser social I e II*.²⁰³ Nesta última, em Marx, o autor reelabora a ideia de que o ser humano se torna humano a partir do trabalho, logo, o trabalho é intrínseco ao ser humano, pelo qual, é capaz de produzir e reproduzir a si mesmo. A seguir dialogar-se-á com a teoria do autor buscando fundamentar o que se entende por construção do ser social.

²⁰² ARENDT, 2007, p. 15-20. “A condição humana algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a vida activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos [...] para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana”. (p. 17-18).

²⁰³ BOITEMPO. **Gyorgy Lukács**. Disponível em: <[http://www.boitempoeditorial.com.br/v3\(a\)utores/visualizar/gyorgy-lukacs](http://www.boitempoeditorial.com.br/v3(a)utores/visualizar/gyorgy-lukacs)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Oldrini defende que Lukács, no desenvolvimento de sua ontologia do ser social, tem como premissa um avanço materialista quanto ao debate em torno da ontologia: seja numa intrínseca relação dogmática com a metafísica (Kant), seja tendo como ponto de partida a ontologia na perspectiva crítica (Hartmann, Husserl, Heidegger). O foco está na interação concreta e material do ser social. Em sua fase madura no qual desenvolve o elaborado desse pensamento, Lukács é influenciado profundamente pelo pensamento marxiano e leninista a partir do seu contato com a experiência russa em 1930. Seguindo esta trilha, Lukács percebe a construção da humanidade do ser humano dentro da história, para além de um ente objetivo, mas como um ente objetivo ativo, que se constrói a partir das relações com todos os seres mediadas pelo trabalho, fruto de seus atos, numa complexidade subjetiva do ser social.²⁰⁴

Na medida em que os tempos vão se desenvolvendo e a história é contada, é possível perceber que Lukács redescobre e centraliza as diversas formas de interpretar o pensamento marxiano. É possível que o mais elementar dessa discrepância seja a separação profunda entre a objetividade e a subjetividade em Marx. Ao entender que a dialética marxiana está pautada pelo materialismo histórico, erroneamente compreende-se que todo seu pensamento se resume a uma objetividade sem fundo. Na verdade, a objetividade tem um valor importante dentro do pensamento marxiano, desde que, pautada pela concretização do comunismo, e prevê que as ações sejam realizadas dentro da história, para que de fato, o princípio da coletividade sob a organização proletária pudesse assumir um caráter prático. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento das forças produtivas para a produção de abundância para todos.²⁰⁵

Ao centralizar o trabalho na ontologia do ser social, Lukács retoma da concepção marxiana a centralidade de seu pensamento. Em Marx, para que se avançasse para o socialismo, na medida em que as forças produtivas fossem desenvolvidas e que se pudesse avançar para o comunismo, era fundamental entender o papel central do trabalho. Ao conceber o trabalho como “criador” do humano, Lukács traz novamente à mesa, um conceito marxiano essencial,

²⁰⁴ OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: LUCKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 10-30.

²⁰⁵ TONET, Ivo. Lukács, trabalho e emancipação humana. In: ROIO, Marcos Del (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo; Marília: Cultura Acadêmica, p. 73-86, 2013. p. 81.

principalmente, quando se caracteriza para além da dimensão política, mas muito mais profundo em seu nível social.²⁰⁶ Na verdade, a construção do ser na centralidade do social discute, invariavelmente, com as relações de classe. Ao resgatar que o ser humano se formou como humano a partir do trabalho, Lukács aponta para a essência do trabalho que é a produção de valor de uso.²⁰⁷

Nesse sentido, na sua argumentação com os escritos de Lukács, Antunes faz o primeiro apontamento no entendimento de que o trabalho é um pôr teleológico que diferencia o ser humano do restante dos animais. Entende ainda que, por mais elaborado a consciência animal, em seu limite, ela ainda permanecerá uma reprodução biológica. A diferença está na intenção subjetiva do trabalhador e da trabalhadora,²⁰⁸ na medida em que, o trabalho proporciona a relação do ser humano com a natureza e, para além de modificar a natureza, também modifica o trabalhador e a trabalhadora na constituição de novas habilidades.²⁰⁹ Nesse sentido, o trabalho constitui-se para além de uma interação apenas com o meio, para tornar-se a constituição do autogoverno da trabalhadora e do trabalhador. O trabalho passa a ser “o referencial ontológico fundante da práxis social”.²¹⁰

A afirmação de Antunes, ancorada na compreensão de Lukács, defende que o trabalho “é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social”.²¹¹ Quer dizer, o trabalho, para além da relação inicial de modificar a natureza, também constrói a relação com outros seres humanos na busca por convencimento para uma ação

²⁰⁶ MARX; ENGELS, 2007, p. 84. Marx escreve que “devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a vida”.

²⁰⁷ MARX, 2017, p. 120. Marx assim defende que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

²⁰⁸ LUCKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43. Lukács assim escreve que “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta por existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”.

²⁰⁹ MARX, 2017, p. 255-256. “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente”.

²¹⁰ ANTUNES, 2009. p. 139.

²¹¹ ANTUNES, 2009, p. 141.

conjunta.²¹² Nesse ínterim, é possível diferenciar: a posição teleológica primária que se constitui na ação objetiva do trabalho na relação do ser humano com a natureza; e a posição teleológica secundária que está na ação subjetiva da relação com outros seres sociais. A complexidade que envolve a teleologia secundária que se modifica de forma qualitativa, sobressai sobre a teleologia primária, porém, para além da complexidade, é o trabalho que ainda se mantém como gênese do ser social.²¹³

Ao sustentar o trabalho como processo constitutivo do ser humano enquanto ser social, Lukács defende que, de fato, não é o elemento trabalho em si, como tarefa, que diferencia o ser humano em relação aos demais, até porque comunidades de animais desenvolvem tarefas extremamente complexas, como as abelhas por exemplo. Entretanto, o fato é que, os humanos dividem o trabalho e essa divisão gera a reprodução da sociedade humana para além da reprodução simples de cada indivíduo,²¹⁴ chega-se ao ponto de se reproduzir o próprio capital. Assim, é possível verificar, a partir do momento em que o trabalho passa a gerar uma produção maior que a própria subsistência, podendo ser alienado do trabalhador por meio da apropriação do mais-valor²¹⁵ pelo capitalista, que a reprodução do capital se dá na reprodução do próprio trabalhador. Aprofunda-se então as classes sociais.²¹⁶

²¹² ANTUNES, 2009, p. 139.

²¹³ ANTUNES, 2009, p. 142. “O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo”.

²¹⁴ LUKÁCS, 2013, p. 46. Ao tratar inicialmente sobre a divisão do trabalho e da diferenciação entre os animais de forma geral, o autor salienta que “ao contrário, a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria, como veremos, suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica”.

²¹⁵ MARX, 2011, p. 29-30. Ao longo deste trabalho optar-se-á pela utilização do termo “mais-valor” em relação ao termo “mais-valia”. A opção teórica por esta utilização baseia-se na tradução literal do termo como explica Duayer que na opinião do conselho editorial de tradução dos Grundrisse “é impossível justificar tal tradução, seja em termos literais ou teóricos. Literalmente, “Mehrwert” significa “mais-valor”. Poderia também ser traduzida como “valor adicionado” ou “valor excedente”. Uma vez que não é tradução literal de “Mehrwert”, o uso de “mais-valia” teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois como “valia” nada significa nesse contexto, não há como justificar “mais-valia” do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão “mais-valia” converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como se viu, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de mais-valor. Em síntese, nesta edição dos Grundrisse adotou-se “mais-valor” porque, além de ser a tradução literal de “Mehrwert”, contribui para esclarecer o conteúdo da categoria”.

²¹⁶ MARX, 2017, p. 646-647. Marx ao explicitar a reprodução simples do capital identifica que a reprodução do trabalhador significa a manutenção/reprodução do capital. Neste sentido ele comenta que “o consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao

Ao entender o trabalho como fundamento constitutivo do ser social, necessariamente, é possível afirmar que a liberdade do ser é manifestada concretamente ao conceber que tal liberdade é um desdobramento da complexidade da teleologia primária. Enquanto fruto da constituição ontológica do ser, a liberdade também não pode ser entendida como superação da protoforma que constitui o ser. Ao entender a liberdade como desdobramento do trabalho, contraria-se a perspectiva da liberdade burguesa para a venda da força de trabalho. Nessa compreensão, a liberdade faz parte da vida, mas como constituição do ser social, para além de uma sujeição do ser ao capital. Como coloca Antunes:

[...] isso porque, pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de autoatividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução de si como gênero humano, dotado de autocontrole consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade.²¹⁷

Nesse sentido, para compreender-se a importância da liberdade em Lukács é fundamental entender a dimensão das alternativas que está intrinsecamente relacionada com o caráter associativo entre a causalidade e o pôr teleológico. Para Lukács, um dos elementos primordiais para o humano é a possibilidade de decisão. Essa decisão não é uma reflexão a priori do ser em si, na qual, o pensamento, antes de qualquer coisa, modifica o real, como defende a filosofia idealista, mas é o ato de escolher junto à natureza histórica que se apresenta com suas causalidades. Nesse sentido, o humano deixa de ser um epifenômeno, como o restante dos animais, para atuar como agente dentro da história, tendo em vista que, a escolha de determinadas alternativas transforma a história, proporcionando valor de uso para os elementos da natureza, ao ponto que, a pedra deixa de ser pedra para tornar-se uma faca.²¹⁸

capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador [...] a manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital”.

²¹⁷ ANTUNES, 2009, p. 145.

²¹⁸ LUKÁCS, 2013, p. 77. “Por mais precisa que seja a definição de um campo respectivo, não se elimina a circunstância de que no ato da alternativa está presente o momento da decisão, da escolha, e que o 'lugar' e o órgão de tal decisão sejam a consciência humana; e é exatamente essa função ontologicamente real que retira, do caráter de epifenômeno em que se encontravam, as formas de consciência animal totalmente condicionadas pela biologia”. Cabe ainda um destaque que Lukács apresenta que, dependendo da escolha de determinada alternativa, a transformação da história não acontece. A consciência, neste sentido, tem papel fundamental, pois é a partir de uma reprodução sistemática de escolha de alternativas corretas que se é capaz de

Portanto, como já mencionado, neste processo de decisão sobre as alternativas que transformam a história, é preciso compreender que a causalidade sempre estará presente na decisão humana. O pôr teleológico do trabalho não substitui ou extingue a causalidade, mas a partir dela, promove novos rumos a ela. Para isso, o espelhamento do real, o que não constitui o real-em-si, fundamenta a elaboração consciente, que conhecendo as causalidades naturais, pode, a partir do pôr, constituir as causalidades postas.²¹⁹ Essa dimensão é elementar para a utilização de qualquer meio natural, desde a pedra até o reator atômico. A partir disso, fica claro que a materialidade define a consciência e enquanto síntese histórica, a consciência, a partir da compreensão das causalidades, pode utilizá-las para transformar a história.²²⁰ Nesse processo, o humano se constrói como ser social.

A partir do entendimento que o ser social é ao mesmo tempo fenômeno e fundamento, Lukács hierarquiza a forma de ser em três níveis: inorgânico, orgânico e ser social. Enquanto ser inorgânico, o ser está para o que é mais elementar, o nível mais baixo, associado à natureza concreta (pedra). O ser orgânico são os seres biológicos e que atuam pelo epifenômeno. Posteriormente, o ser social é o nível mais sofisticado no qual a historicidade é o princípio/fundamento.²²¹ A compreensão de Lukács tem sua base no conteúdo marxiano, que por sua vez, inspira-se nas intuições darwinianas, mesmo objetando o método.²²² Poder-se-á perceber que essa forma de conceber a ontologia do ser social tem seu lastro já nas concepções kantianas, que por sua vez em linhas gerais, procura elucidar as

modificar a história, sem este elemento sistemático e sequencial, a pedra, mesmo depois de ter virado faca, continuará pedra se novamente não for escolhida a alternativa de torná-la faca.

²¹⁹ LUKÁCS, 2013, p. 71. “A pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui mais caráter biológico. Mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida”.

²²⁰ LUKÁCS, 2013, p. 73. “Deve-se sublinhar ainda, aqui, que esse ente, no trabalho, é sempre algo natural e que essa sua constituição natural jamais pode ser inteiramente suprimida. Por mais relevantes que sejam os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural só pode retroceder, jamais desaparecer inteiramente; e isso é válido tanto para o machado de pedra quanto para o reator atômico”.

²²¹ INFRANCA, 2014, p. 27.

²²² LUKÁCS, 2013, p. 50. BRUNKHORST, Hauke. Marxismo e evolução: Alegações para a retomada de um programa de pesquisa. Trad. Patrícia da Silva Santos. **Tempo Social**, v. 27, n. 2, p. 153-165, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v27n2/1809-4554-ts-27-02-00153.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

“camadas” que se indivisibilisa na coisa em si, à qual Kant²²³, na perspectiva do ser humano, caracteriza como dignidade.²²⁴

Ao tratar o nível hierárquico da ontologia do ser de Lukács, cabe um destaque que procura problematizar a perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência. Conforme foi possível entender até o momento “o ser social, sujeito da ética, é universal na medida em que se baseia em uma categoria também universal, a saber, o trabalho”²²⁵, prontamente, compreende-se que a pessoa com deficiência está incluída nesta categoria universal. Nesse sentido, um conceito importante para essa compreensão Lukács empresta de Aristóteles que é a *dýnamis*. A *dýnamis* é a possibilidade de ser aquilo que se exerce, mas que não se exerce em determinado momento.²²⁶ Logo, ao considerar-se a pessoa com deficiência como humana, e o trabalho como criador do humano, a pessoa com deficiência deve ser entendida como trabalhadora, apta a exercer o direito ao trabalho.

Tendo no horizonte a luta das pessoas com deficiência por inclusão e com o intuito de fortalecê-la, um elemento central para Lukács que se diferencia da concepção de trabalho de Hegel está na compreensão histórica do trabalho.²²⁷ Parece plausível que, para entender a categoria do trabalho como fundante do ser humano, toda a reconstituição deva voltar para dentro da história. Isso não quer dizer que seja possível apreender o momento exato da constituição do humano como um experimento histórico. Lukács entende o trabalho como elemento histórico-prático, como o começo, mas reserva-se à impossibilidade de determinar o momento dessa constituição, compreendendo-o na perspectiva de um salto, como um espaço

²²³ LUKÁCS, 2013, p. 49-51. A crítica à Kant, embora se reconheça que sua trajetória foi fundamental para caracterizar a essência ontológica, Lukács elucida que “a questão se limita apenas a que, na ciência da natureza, as explicações causais e teleológicas se excluem mutuamente e, além disso, quando Kant investiga a práxis humana, fixa o olhar mutuamente e, além disso, quando Kant investiga a práxis humana, fixa o olhar exclusivamente naquela forma altíssima, sutilíssima, extremamente mediada em relação à sociedade que é a moral pura, a qual, no entanto, para ele não brota dialeticamente da atividade da vida (da sociedade), mas, ao contrário, encontra-se numa substancial e insuprimível oposição a ela. Desse modo, também nesse caso, o verdadeiro problema ontológico não recebe solução”. (p. 51).

²²⁴ KANT, Immanuel. **Fundamento da metafísica dos costumes**. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, [19--]. p. 113.

²²⁵ INFRANCA, 2014, p. 18.

²²⁶ LUKÁCS, 2013, p. 67. “Com efeito, não há dúvida de que, durante uma profunda crise econômica, muitos trabalhadores não têm nenhuma possibilidade de trabalho; mas é também fora de dúvida – e aqui está a intuição profunda da verdade contida na concepção aristotélica da *dýnamis* – que todo trabalhador tem a capacidade de, a qualquer momento, dependendo de uma conjuntura favorável, retomar seu trabalho anterior”.

²²⁷ LUKÁCS, 2013, p. 47-48.

oportuno²²⁸ que define o começo, mas sem determinar o momento exato deste começo.²²⁹ Esse é um movimento dinâmico que se apresenta enquanto processo de vir-a-ser.

Para Lukács, dois momentos são importantes para o processo de vir-a-ser do ser social que correspondem ao salto anteriormente mencionado: a adaptação e o domínio dos afetos. Relacionado à decisão pela sequência de alternativas corretas, a adaptação corresponde ao processo em que o instinto se torna consciência e passa das circunstâncias não criadas para circunstâncias criadas autonomamente.²³⁰ O domínio dos afetos constitui no autodomínio do ser humano. À medida que o ser humano inicia o processo de escolha de alternativas corretas que sistematiza a utilização dos meios de produção, ele passa a autorreferenciar-se para que o trabalho continue seu processo. Nesse momento, o ser humano passa de um epifenômeno para constituir como processo consciente sobre seus atos e sobre a história. Mesmo não desaparecendo as barreiras naturais ele as afasta para se constituir como ser social.²³¹

Fundamentalmente o avanço apresentado por Lukács na compreensão do trabalho como um pôr teleológico, em contradição com Hegel e Aristóteles, alicerça-se já na compreensão marxiana de que a teleologia do trabalho se encontra na práxis humana, enquanto para Hegel, vincula-se ao espírito universal e para Aristóteles no pensar (noésis) que age sobre o produzir (poiésis).²³² Sintomaticamente, esta diferenciação de compreensão do trabalho enquanto constituidor do ser social tem efeito profundo no discernimento do mundo do

²²⁸ TILLICH, 1992, p. 66-69. Tillich caracteriza este tempo como kairós, tempo certo. Ele identifica três formas de interpretar a história que interage com o conceito: a conservadora, a revolucionária e a indiferente. Na primeira, o tempo certo na história já ocorreu e vive uma tensão de luta entre o bem e o mal, na qual, a Igreja batalha em favor de Deus. Na revolucionária, se nega totalmente a história e se percebe a história acontecendo agora, compreendendo que o Reino de Deus está perto e cabe ao esforço humano aproveitar o tempo certo para concretizar o futuro. E, por fim, a interpretação indiferente, tendo como pano de fundo a crise, sustenta que a história vive em constante crise, com uma tensão entre o condicional e o incondicional que não se fecha na crise, mas, ao afirmar o negativo, supera-o por meio de uma nova criação que só foi possível no tempo certo. Esta terceira interpretação da história aproxima da interpretação de Lukács, pois compreende que algo novo emergiu neste tempo histórico da constituição do ser humano.

²²⁹ INFRANCA, 2014, p. 33.

²³⁰ LUKÁCS, 2013, p. 80. “A adaptação não passa simplesmente do nível do instinto ao da consciência, mas se desdobra como 'adaptação' a circunstâncias, não criadas pela natureza, porém escolhidas, criadas autonomamente”.

²³¹ LUKÁCS, 2013, p. 82. “Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social”.

²³² LUKÁCS, 2013, p. 52-53.

trabalho frente suas diversas facetas. Isso, porque a abordagem teórica sobre a temática (idealista ou materialista) incidirá na interpretação do trabalho enquanto categoria fundante do ser humano. Dessa forma, as ponderações hermenêuticas aqui apresentadas serão aprofundadas ao longo desta pesquisa.

2.2.3 O trabalho e a ocupação do espaço social

A caminhada até aqui vem mostrando que compreender o mundo do trabalho significa olhar de diversas maneiras e compreender diversas perspectivas, porém, entende-se que um elemento é fundamental, significa perceber que é uma temática central na constituição do ser enquanto humano. Fundamentalmente, os diversos âmbitos da vida, são regidos estruturalmente na forma como o trabalho é organizado. Na modernidade, o trabalho assumiu fortemente um caráter de empregabilidade. Como visto na primeira sessão deste capítulo, faz-se uma tentativa de diferenciar trabalho de emprego. Nesse sentido, ao falar-se sobre o trabalho e a ocupação do espaço social, essencialmente, será necessário ter certa distância frente aos dois termos, para que se discuta a ocupação do espaço social de forma propositiva e, principalmente, de forma a construir a dignidade humana.

Para se iniciar o debate, acredita-se ser importante fazer um breve relato sobre o entendimento do conceito espaço social. Para definir-se tal termo, os escritos do grande geógrafo brasileiro Milton Santos serão de grande valia. Inicialmente, Santos elabora uma diferenciação entre paisagem e espaço. Nas suas palavras: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”.²³³ Ambos, paisagem e espaço, interagem, mas ao que convém a este ponto, a paisagem seria as formas cristalizadas e o espaço o momento presente associado dialeticamente entre a paisagem e a ação humana. A paisagem é o tempo que se foi; o espaço é o tempo que está sendo. Assim, o espaço é histórico e constitui-se como oportuno enquanto modificável.²³⁴

²³³ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. p. 66.

²³⁴ SANTOS, 2006, p. 66-71. Um exemplo que Santos traz em seu livro pode ajudar a elucidar o entendimento sobre espaço. “Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participa do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados

A partir do entendimento de Santos, cabe destacar ainda que o espaço é uma composição concreta, e não simplesmente um conceito. Por isso, ao compreender a ocupação do espaço social, justamente, quer-se apontar para esta dimensão dinâmica, volátil e, principalmente, por sua dimensão modificável a partir da ação humana. Outrossim, compreender o espaço como um momento histórico e único é essencial para a compreensão de sua ocupação. Percebe ainda que a ocupação do espaço social não é estática *Ad Aeternum*, mas constitui uma disputa ideológica constante que pautas as necessidades específicas de um grupo de pessoas. Entende-se que, o indivíduo enquanto ser único, pode e deve tencionar as perspectivas diferentes, mas com uma dimensão coletiva de um conjunto de interesses que são pertinentes a um determinado grupo. Advogar em causa particular é corromper o espaço.

Entender o trabalho e a ocupação do espaço social é reconhecer que uma possibilidade de alguma mudança dos processos de injustiça se dá na tensão junto à infraestrutura na qual está alicerçada a realidade social. Nesse sentido, este tema é primordial para esta pesquisa que procurará compreender como a pessoa com deficiência é pautada por esta estrutura que, conceituando-a, é definida a ocupar determinados lugares. Tillich chama a atenção para dimensão estrutural de injustiça do capitalismo, exortando o protestantismo a reconhecer que “a situação proletária decorre inevitavelmente da estrutura demoníaca do capitalismo”.²³⁵ Ele aponta que o sistema capitalista é essencialmente contraditório e a luta de classe é fruto destas contradições. Logo, para o proletariado, a luta de classe é a luta por sobrevivência e esta é inerente à estrutura construída. Romper com o sistema de classe significa romper com a exploração do outro.

Se anteriormente, na primeira metade deste capítulo, tratava-se sobre a vocação e sua relação com a profissão no “espírito” do capitalismo de Weber, Tillich aponta um elemento importante para o entendimento do trabalho como ocupação do espaço social, pois como ele mesmo coloca “o proletariado corre constantemente o perigo de abandonar a ‘vocação’ da luta pela extinção da sociedade de classes”.²³⁶ Para Tillich, justamente, o proletariado deve assumir sua vocação na luta de classe

valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma – conteúdo”. (p. 71).

²³⁵ TILLICH, 1992, p. 187-188.

²³⁶ TILLICH, 1992, p. 192.

para a superação da sociedade de classe e o alcance de uma sociedade sem classes. Assim, na dialética histórica proposta por Marx, é possível promover uma síntese que tem como objetivo final a superação da classe social. Isto só é possível com a ocupação do espaço social, do qual o trabalho faz parte. É uma disputa contra-ideológica, que tem como princípio básico a ocupação.²³⁷

Ao manejar-se a perspectiva do trabalho como espaço social, constitui-se como válido destacar que, na realidade brasileira, desde sua invasão portuguesa, a participação foi fortemente marcada pelo binômio: senhor-escravo. As relações construídas no Brasil a respeito da ocupação do espaço social do trabalho possuem esta marca. Aos senhores estavam claramente definidos os espaços dos meios de produção, de acumulação e de exploração da força de trabalho alheia, mesmo que estes, também serviam como vassallos das grandes potências colonialistas. Aos escravos restava o trabalho duro,²³⁸ expropriado e uma submissão a um sistema no qual ocupavam o espaço de mercadoria, a serem trocados, vendidos e usados à forma que o senhor entendesse como melhor para seus interesses de senhor. E, numa situação alheia, os livres, que enquanto livres, detentores apenas de sua força de trabalho, estavam totalmente alienados.²³⁹

Para esta última, que não restava espaço social algum que lhes constituísse enquanto sujeitos a serem considerados, estes ocupavam o espaço social simbólico como vadios ou como bravos. Nota-se que mesmo ocupando esta designação conceitual, os livres eram pautados pela dualidade senhor-escravo. Isso, porque de um lado, eles eram vadios por não se submeterem ao trabalho escravo, encontrando outras formas de sobrevivência, e eram bravos, pois realizavam tarefas para os senhores como de defesa, de coação ou de morte. É interessante observar que a violência sempre teve um caráter natural na constituição do espaço social em

²³⁷ TILLICH, 1992, p. 192. Tillich ainda aprofunda dizendo que “o curso do processo histórico por meio da necessidade dialética (não-mecânica) faz surgir a *bourgeoisie* e o proletário, com a vitória do proletário sobre a *bourgeoisie* e a abolição final da sociedade de classes. Esta necessidade não dá, no entanto, ao proletário o direito apenas de vigiar sobre o processo, mas exige dele a materialização da necessidade dialética por meio do esforço revolucionário”.

²³⁸ KOWARICK, 1987, p. 67-69. O autor sugere que o trabalho artesanal sempre vinculado com o escravo resultou num processo de desestimulação de trabalhos manuais. Como Kowarick mesmo coloca “importa apontar que o desestímulo para o trabalho disciplinado e regular obstaculizava o desenvolvimento de ofícios e profissões, embotando as habilidades inerentes às atividades artesanais, de onde, tradicionalmente na sua versão clássica, emerge a indústria moderna. Inexistência de mercados mais amplos, rudimentar divisão de trabalho, e sobretudo, degradação do trabalho fizeram com que, historicamente, o artesanato sempre tivesse significado de molde a propiciar formas produtivas mais avançadas”. (p. 67-69).

²³⁹ KOWARICK, 1987, p. 18-35.

contexto brasileiro. A fazenda era um espaço em que a violência era a tônica. Nesse sentido, ocupar o espaço social do trabalho, significa(va) ocupar um espaço de violência, um espaço de morte.²⁴⁰

Nesse sentido, ao tratar o trabalho e o espaço social esta dimensão da formação social brasileira será o pano de fundo. É prudente atentar e perceber que estes elementos apontados por Kowarick ainda ressoam na ocupação do espaço social na atualidade. Nesse sentido, a reflexão que Santos propõe pode ser uma alternativa. Para ele é preciso pensar uma organização social que rompa com o modelo econômico capitalista numa perspectiva de atendimento às demandas reais de cidadãos reais. Nesse sentido, ele aponta para um modelo cívico de organização social que considere dois elementos centrais: a cultura e o território. Na cultura, ele entende um conceito de vida boa para todas as pessoas, de acordo com suas necessidades, organizada pelo indivíduo como ser social. No território, ele entende como a infraestrutura pautada por serviços indispensáveis e a distribuição geral de bens e serviços públicos²⁴¹

O modelo cívico, que aponta Santos, compreende, sintomaticamente, uma forma necessária de ocupar o espaço social. O autor entende que a cidadania é aprendida de forma prática.²⁴² Enquanto humanos, faz-se parte de um compêndio de direitos inatos, mas que não se efetivam simplesmente pela existência. Enquanto

²⁴⁰ KOWARICK, 1987, p. 32-34. O autor coloca assim: “Em suma, a população livre era extremamente móvel, deslocando-se constantemente e prestando serviços ocasionais à grande propriedade [...] é preciso enfatizar que a violência constituía a tônica dominante nas fazendas. A própria forma de extração do excedente, o trabalho cativo, gerava um sistema autofágico que devorava seus trabalhadores [...] destituído de sentido econômico e social, o homem livre praticava a violência como forma de virtude [...] a honra não se transformava em rebeldia, nem a violência se metamorfoseava em revolta. Era, antes, uma violência – ela também, como a liberdade - destituída de razão de ser, expressão de uma forma de orgulho, praticada por aqueles que se percebiam como iguais. Mas a igualdade significava submissão ao domínio senhorial, e, ela também, como a liberdade e a violência, era desprovida de sentido, pois não servia para a construção de um destino distinto da ordem senhorial-escravocrata. Nela, isto sim, a violência ganhava plena significação, pois elemento necessário para a manutenção e expansão da grande propriedade”.

²⁴¹ SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014. p. 15-18.

²⁴² TILLICH, 1992, p. 175-176. O elemento prático para Tillich também é importante. Ele assim diz: “se tomarmos os princípios da lei natural presentes na Declaração dos Direitos, veremos que enquanto concretização do princípio do amor em dada situação, são grandes, verdadeiros e poderosos; representam o amor ao estabelecer a liberdade e os direitos iguais para todos contra arbitrariedades, repressões e a destruição da dignidade dos seres humanos. Mas quando estes princípios são aplicados legalisticamente a diferentes situações como se fossem leis eternas, por exemplo, no início da Idade Média ou na decadência e nas transformações do capitalismo econômico, transformam-se em péssima ideologia usada para a preservação das instituições e dos poderes decadentes [...] neste sentido, a palavra *kairos* significa o momento histórico da manifestação em formas temporais de algo novo e eternamente importante, no contexto das potencialidades e tarefas de determinada época”.

conceito, a cidadania é uma definição abstrata e ampla, mas que para ser ativada precisa ser reivindicada. A cidadania faz parte de uma mudança de sistema desenvolvida no longo de um período histórico, construída num processo de transição histórico, entre o feudalismo e o capitalismo, que significou uma alternativa significativa de avanço para a humanidade. No entanto, a história não termina nas liberdades-privadas burguesas, ela deve avançar com uma consideração do contexto e a relação com todos os(as) cidadãos(ãs).²⁴³

O modelo neoliberal insiste em remodelar o capitalismo com suas crises que, sistematicamente, quando estagnado, cria o desemprego com a promessa de criação de empregos. Ele pede a ausência do Estado dos setores produtivos, mas o incumbe de restaurar a saúde da economia. Promove uma sociedade pautada pelo valor-de-troca que suprime a vida comunitária baseada no paradigma da solidariedade por uma competitiva busca por status e por uma relação de deterioração humana que aprofunda os processos de injustiça. Para avançar no modelo cívico apresentado por Santos, é preciso pensar de uma forma global que também reorganize a ocupação do espaço social em nível de nações, pois o processo de injustiça produzido pela acumulação se configura na relação de colonialidade entre os países pobres e ricos.²⁴⁴

Essa perspectiva histórica de compreender o espaço social é essencial, pois como mesmo destaca Santos, “sem dúvida, a cada sistema temporal o espaço muda”.²⁴⁵ Essa frase tem um caráter bastante significativo quando se fala de ocupação do espaço social, pois denota que tal espaço não é estático, mas modificável à medida em que há a ação humana. Por esse ângulo, fica evidente que o processo de construção da cidadania como ocupação do espaço social se dá dentro da sociedade estruturalmente e materialmente organizada. Logo, as ações que pretendem algum efeito deverão partir da compreensão da realidade histórica. Enquanto em processo de realizar-se, é exequível um modelo que pretende a participação e a construção de uma realidade material diferente pela apresentada atualmente que apenas gera, continuamente, processos de injustiça e acumulação da produção alheia. Santos ainda diz:

²⁴³ SANTOS, 2014, p. 19-23.

²⁴⁴ SANTOS, 2014, p. 24-25.

²⁴⁵ SANTOS, 2006, p. 31.

[...] tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.²⁴⁶

Cabe ainda ressaltar que Santos entende que pensar um processo de ocupação do espaço social como cidadania compreende desconstruir os processos de migração que ocorrem no Brasil que, para o autor, são motivadas mais pelo consumo do que pelo trabalho.²⁴⁷ Essas migrações provocam o esvaziamento de algumas regiões e a aglomeração em outras e ocasiona uma multiplicidade de degradações e de quebra de direitos para estas populações. Nesse processo de consumo, a subjetividade dos indivíduos foi substituída por um catálogo de consumo de coisas, criando uma cultura de massas que busca satisfação imediata. Alimentados sistematicamente pelo poder midiático, abandonam-se o ser cidadão para tornarem-se consumidores insatisfeitos. Tudo passa a ser mediado pelo mundo das coisas, até mesmo a ocupação social.²⁴⁸

Nesse momento é significativa uma breve reflexão que Tillich faz sobre o mundo das coisas.²⁴⁹ A proposta de Santos rigorosamente aponta para a dimensão da ocupação do espaço social vinculada a coisificação das subjetividades. Tillich aprofunda esta ideia, mas aponta para um caminho contrário, no seu entendimento, justamente por eximir-se o caráter subjetivo das coisas é que se transforma a subjetividade do ser em coisa. No momento em que o mundo é transformado em

²⁴⁶ SANTOS, 2006, p. 33.

²⁴⁷ KOWARICK, 1987, p. 49-53. Tendo em vista o pano de fundo proposto no início deste ponto o autor destaca que, a partir da segunda metade do século XIX, com a proibição internacional do tráfico de escravos, os grandes cafeicultores, que estavam com seu produto economicamente em alta, iniciou a adquirir escravos de regiões onde havia uma baixa necessidade da mão-de-obra escrava, principalmente, vindos do nordeste e norte e do Rio Grande do Sul.

²⁴⁸ SANTOS, 2014, p. 25-30. “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. (p. 25).

²⁴⁹ MARX, 2017, p. 148. Marx entende que não há como fugir desta relação com as coisas enquanto mercadoria, isto porque, o trabalho enquanto privado só pode se transformar em mercadoria. Para que o trabalho privado, que na sua totalidade se torna o trabalho social total, possa se relacionar, ele precisa ser trocado. Se estabelece então a relação reificada das coisas como relação social entre as pessoas. “Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores”.

máquina, o ser humano é transformado em dente da engrenagem dessa máquina. Quando se tira das coisas o seu caráter de sagrado, vincula-se apenas a uma dimensão técnica, deixa de exercer poder criativo sobre a coisa, sacrificando assim, as subjetividades, humana e da coisa, em prol da acumulação. Na máquina, não há espaço para a subjetividade. Assim estruturado, também será falha a ocupação do espaço social.²⁵⁰

Szmrecsanyi, então, chama atenção, que após o final da 2ª Guerra Mundial fortalece-se um movimento segregacionista que proporciona uma ostensiva subtração das diversidades dos espaços. Na sua perspectiva, acontece um processo migratório que parte do centro para as margens com um propósito bastante claro: construir espaços que delimitassem a ocupação por um determinado tipo de classe, a classe média-alta, enquanto que o centro ficou em decadência com grupos de poderes aquisitivos baixos. Esse processo propiciou o surgimento de guetos, o aumento da violência urbana e de pessoas perambulando pelas ruas. Enquanto isso, as classes mais abastadas refugiavam-se com seus pares em seus condomínios fechados. Posteriormente, com a especulação imobiliária pautada pelo consumo, retiram estas classes do centro e as expurga para locais longínquos das cidades, sem nenhuma estrutura estatal.²⁵¹

Entender os processos de migração e de ocupação do espaço social se faz pertinente, pois incide diretamente na concretização dos direitos humanos. Isso porque, os processos de aparelhamento dos bens comuns, como Santos apontava anteriormente, são sempre posteriores, quando em algum momento acontecem. Outro elemento importante é o sentimento de pertencimento que se desenvolve em determinadas comunidades locais. Considerando que Santos tenha razão em suas afirmações, o fato de ter-se um aglomerado de pessoas sem um vínculo específico com o local para onde se deslocou necessita de um tempo para se concretizar em

²⁵⁰ TILLICH, 1992, p. 145-149. O autor ainda afirma que "O pistão da máquina não aceita ornamentos. Sua beleza intrínseca pertence à perfeição técnica [...] A escravização do homem à imensa máquina da produção e do consumo de massa poderia ser amenizada se alcançássemos uma nova concepção das relações entre o homem e as ferramentas, mesmo na produção de larga escala, bem como uma interpretação do significado do controle humano das coisas no âmbito de um horizonte religioso mais amplo [...] Na medida em que a máquina alivia o trabalhador manual das fases puramente mecânicas da produção, as tendências econômicas dos proprietários do poder econômico minimizaram em grande parte o que pareceria ser uma conquista. Personalidade e coisa se reúnem no 'trabalho' quando a personalidade descobre e afirma o poder da coisa e quando o poder da personalidade se imprime na coisa. Personalidade e coisa realizam-se por meio desta mútua recepção. A liberdade vivida da personalidade e a liberdade potencial da natureza reúnem-se no trabalho criativo". (p. 148-149).

²⁵¹ SZMRECSANYI, 2001, p. 13-14.

participação com os problemas locais. Nesse sentido, a ingenuidade não pode ser um aspecto a guiar a ocupação do espaço social, pois esta dá-se numa tensão de interesses diversos e disputas conceituais.

Para o encaminhamento final deste ponto, Tillich reflete sobre a personalidade na sua relação com o mundo, parece ser ponderável ao compreender o espaço social. Isso, porque ele apresenta que a personalidade enquanto “o ser que tem poder sobre si mesmo”²⁵², relaciona-se com o mundo a partir de duas perspectivas: o microcosmos e o macrocosmos. O microcosmos corresponde ao mundo pessoal, aquele que compreende seus valores construídos a partir de suas vivências e experiências. Tillich afirma que apenas o ser humano é capaz de fazer esta diferenciação. O macrocosmos, influenciado pelo pensamento grego, é o mundo enquanto mundo.²⁵³ Por conseguinte, ocupar o espaço social é conjugar a correspondência entre o microcosmos e o macrocosmos, pois percebe uma relação do ser enquanto ser e as estruturas que corroboram para o seu devir.

Portanto, caminhou-se até o momento, sobre o entendimento em relação ao trabalho e seus pontos de encontros com a ocupação do espaço social. Percebe-se que o espaço constitui como um momento de ação presente, manipulada pela ação humana. Também, procurou-se deixar claro que a história brasileira carrega traços antigos num formato de ocupação do espaço social no binômio senhor-escravo. Igualmente, foi possível estabelecer que é viável a construção de um modelo cívico que contraponha o modelo exploratório do sistema capitalista. Com essas ideias, parte-se para a parte final deste primeiro capítulo, procurando, justamente, discutir a relação do trabalho com a pessoa com deficiência. Compreende-se que as reflexões realizadas até o momento poderão auxiliar a elaborar com mais consistência este último ponto.

²⁵² TILLICH, 1992, p. 141.

²⁵³ TILLICH, 1992, p. 142-143. Tillich ainda afirma que “o homem pode alcançar em si mesmo a unidade e a totalidade. Mas, ao mesmo tempo, é parte do mundo e o mundo parte dele. Separa-se de seu mundo e ao mesmo tempo a ele se une; liberta-se dele e a ele se prende. Enquanto personalidade, fecha-se sobre si mesmo; ao ter um mundo, abre-se para todas as coisas. O desenvolvimento da personalidade caracteriza-se pela tensão entre estar 'fechada' e 'aberta'. Quanto mais predomina a abertura, mais a personalidade corre o risco de se prender ao 'ventre materno' da totalidade cósmica. Quanto mais predomina o fechamento, mais corre o perigo óbvio da separação”. (p. 143).

2.2.4 O trabalho e a pessoa com deficiência

As reflexões apresentadas até o momento foram situando o leitor da dimensão multifacetária que envolve a temática do trabalho. Como foi proposto no título deste capítulo, a dimensão do trabalho assume um caráter amplo a ponto de ser possível falar num mundo que abarca um universo singular na vida moderna. Possivelmente, este é um dos temas mais relevantes na atualidade, seja na generalização que é feita ao se associar ao emprego/desemprego, seja na definição de futuro/carreira, seja pelo status social, ou mesmo, seja por questões econômicas ou discussões políticas. Nesse sentido, este ponto pretende apresentar algumas variantes deste mundo que gira em torno da pessoa com deficiência, justamente, apresentando uma dimensão diferente que aponta para um público que vem galgando ao longo da história espaço de participação e de garantia de direitos.

No senso comum é possível encontrar que a inclusão é um processo de se tornar normal perante a realidade social. O trabalho, em algum nível, também assume este caráter de vinculação a uma aprovação produtiva frente à sociedade. Elementos como autonomia e autoestima tornam-se importantes para que se alcance este nível de inclusão.²⁵⁴ A questão que se pretende discutir é que a inclusão que se busca está muito mais vinculada à produtividade do que ao direito. Logo, por detrás da aparência da inclusão, há uma autorização por parte do sistema capitalista, para que a pessoa com deficiência seja incluída. Elementos como superação da expectativa de produção da pessoa com deficiência, desempenho geral da empresa (organização), imagem positiva da empresa, motivação dos demais trabalhadores, ambiente humanizado e garantia de mercado são algumas vantagens referidas pelo capital.²⁵⁵

²⁵⁴ PASSERINO, Liliansa Maria; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. Educação, Inclusão e Trabalho: um debate necessário. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 831-846, 2014. p. 834. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n3/v39n3a11.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

²⁵⁵ GIL, Marta (Coord.). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002. p. 19-20. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/25.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018. A autora procura destacar que o elemento central da composição do material é a questão ética, no entanto, a demanda econômica é destacada como um argumento que fortaleça a iniciativa da contratação de pessoas com deficiência, afirmando que “Um dos ganhos mais importantes é o de imagem. O prestígio que a contratação de pessoas com deficiência traz às empresas está bastante evidente na pesquisa Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro, realizada anualmente no Brasil, desde 2000, pelo Instituto Ethos, jornal Valor e Indicador. Em 2000, 46% dos entrevistados declararam que a contratação de pessoas com deficiência está em primeiro lugar entre as atitudes que os estimulariam a comprar mais produtos

Considerando que faz parte da inclusão da pessoa com deficiência por intermédio do trabalho trazer vantagens também para o mercado, Lacillotti questiona em seu estudo sobre como equacionar essa contradição que constitui o âmago do sistema capitalista, no qual, a desigualdade é uma regra, e não há espaço para todas as pessoas, especialmente no âmbito do trabalho.²⁵⁶ Em sua investigação, a autora aponta que dois elementos são elencados pela pesquisa bibliográfica que realizou. Um dos limitadores é a baixa ou ausência de capacitação/formação técnica, o que acarreta na impossibilidade da pessoa com deficiência em acessar o mercado de trabalho. Por outro lado, a afirmação de acesso da pessoa com deficiência ao trabalho estaria pautada pelo direito e cidadania, mas que, da mesma forma, é limitado sem produzir uma mudança significativa nas práticas do mercado.²⁵⁷

A produtividade do trabalhador não é uma temática nova dentro do sistema capitalista, Marx já a havia identificado ao elaborar o valor-de-uso e valor-de-troca de uma mercadoria.²⁵⁸ Nesse sentido, a produtividade sempre teve a discordância para que a pessoa com deficiência pudesse acessar ao mundo do trabalho. Januzzi relata uma experiência vivida na década de 80 que tratava de uma Oficina Abrigada que tinha como intuito fornecer habilitação profissional e integração social que passava com situações comumente apontadas nos parágrafos acima: desenvolver habilidades nas pessoas com deficiência por meio da educação para que estes fossem incluídos no mundo do trabalho. Mesmo assim, dois elementos destacavam-se como entraves para a inclusão: a ocupação de espaços de trabalho com baixa expectativa de produtividade e salários mais baixos.²⁵⁹

de determinada empresa. Em 2001, essa continuou sendo a atitude mais destacada, com 43% dos consumidores entrevistados repetindo essa mesma resposta.” (p. 19).

²⁵⁶ Convém esta nota explicativa que evidencie a intencionalidade de utilização da palavra trabalho ao contrário da palavra emprego. Como foi visto anteriormente não se concebe emprego e trabalho como conceitos de igual significado. Desta forma, usa-se o conceito trabalho para demonstrar que a própria situação de divisão do trabalho, bem como, a acumulação dos meios de produção, exclui uma parcela significativa de pessoas da sociedade que nem conseguem acessar um emprego, muito menos, produzir por iniciativa própria, nem para sua própria subsistência.

²⁵⁷ LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000. 135 p. p. 13-29. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/835/1/Samira%20Saad%20Pulch%C3%A9rio%20Lancillotti.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

²⁵⁸ MARX, 2017, p. 123.

²⁵⁹ JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Oficina Abrigada e a integração do deficiente mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 51-63, 1992. Disponível em: <[http://www.abpee.net/homepageabpee04_06\(a\)rtigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art05.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06(a)rtigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art05.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Januzzi destaca que na experiência da Oficina Abrigada acontecia algumas integrações diretamente na fábrica. Ela então relata que

[...] vimos também que uma indústria de Campinas permite-lhes trabalhar uns dias na própria fábrica, mas são períodos esporádicos, embora reconheçam a capacidade de trabalho de que são dotados. Soube, enquanto redigia estas conclusões, que esta indústria abria emprego para oito excepcionais. São tarefas pequenas, não rentáveis (declaração da coordenadora) para o operário dito 'normal'. Isto, de um lado, é uma demonstração da aceitação do excepcional dentro da fábrica, fruto de todo o esforço dos elementos da OA, principalmente da coordenadora e a própria demonstração da competência destes aprendizes. Agora, realmente, podem gozar de status do cidadão; podem orgulhar-se de pertencerem a uma empresa e a um grupo 'normal' de trabalho. Ao mesmo tempo, porém, é o trabalho que não se mostrou rentável ao operário comum e mantém o baixo salário da OA; é tarefa parcelada sem possibilidade de ascensão no emprego (contrato de 30 dias renováveis).²⁶⁰

A situação que descreve Januzzi demonstra como o trabalho, enquanto emprego, é destinado para a pessoa com deficiência. O primeiro elemento que se quer destacar é a ideia de que a fábrica permite a pessoa com deficiência a trabalhar. Ora, se concordamos com Marx que no sistema capitalista o mais-valor é produzido por meio da exploração da força de trabalho, esta permissão é uma deturpação por parte da fábrica da lógica capitalista. Segundo, as pessoas com deficiência exercem atividades não rentáveis, tarefas com baixo salário. Terceiro, o contrato de trabalho é temporário sem a perspectiva alguma de promoção ou ascensão. E, por fim, quarto, o caráter de importância para a pessoa com deficiência no momento em que esta é aceita e reconhecida como cidadã, para tanto, ela desfruta de uma “normalidade”. Mesmo com toda a precariedade, ela já não está mais no extremo da margem.

A realidade apresentada por Januzzi pode ser simplesmente desqualificada pelo seu elemento da historicidade, considerando que o relato datado da década de 80 tenha se modificado, desde anos posteriores, principalmente, a partir da garantia de direitos da Constituição Federal e mesmo a Lei 8213/91. No entanto, cabe salientar, que determinados elementos vinculados com a construção das concepções da deficiência perduram pelo decorrer da história, a partir de práticas consideradas obsoletas materializadas no cotidiano.²⁶¹ É o que apresenta o relato de

²⁶⁰ JANNUZZI, 1992, p. 60-61.

²⁶¹ E13. A pessoa entrevistada aponta especificamente para uma suspeição da sua condição de sujeito enquanto ocupante de uma vaga de emprego destinada à pessoa com deficiência. Este fato não está evidente, “não tinha muito isso”, mas ela sente que há algo na sua condição de empregada que era caracterizado por sua condição de deficiente. “Comecei como redatora, mas

E4. O depoimento conta uma situação vivida na empresa em que a pessoa entrevistada trabalha, na qual, quando do questionamento por uma promoção, disse-se que as pessoas que ocupavam a vaga de cotas de pessoas com deficiência não tinham a possibilidade de alcançar alguma promoção.

[...] verdade eu não ganhei uma promoção por causa do meu problema ser nessa área aí, senão eu tinha deslanchado dentro da loja aí, tinha deslanchado. Então, na verdade o que me atrapalhou foi esta parte aí. Se eu tivesse vindo normal, não tivesse vindo como deficiente, tinha crescido aí, mas a gente se dá legal aí [...] quem vem por esta vaga é muito difícil de crescer dentro de uma empresa, dificulta e muito, é quase impossível [...] chegaram a me dizer isso aí, um gerente a muito tempo atrás, me disse isso aí. Todo mundo sabia que o meu objetivo era crescer. Daí um dia ele me disse, tu só não cresces por causa disso, disso e daquilo. Então por este motivo aí, senão tu tinhas chance de crescer [...] não ouvi da boca dos outros, me passaram, eu me esforçava, agora não me esforço tanto como antigamente [...] sabe quando tu estás remando, remando, remando, remando, e não sai do lugar?! Mais ou menos assim eu estava. Então, por esta parte eu vi que eu não iria crescer por eu ter entrado por esta parte aí. (E4).

O relato apresenta algumas questões interessantes para serem analisadas que vinculam a deficiência com a produtividade. No momento em que a pessoa entrevistada afirma que “se eu tivesse vindo normal, não tivesse vindo como deficiente, tinha crescido aí” e “daí um dia ele me disse, tu só não cresces por causa disso, disso e daquilo” percebe-se que os elementos que significariam uma qualidade superior estão presentes para o alcance de uma promoção na carreira. A pessoa entrevistada não diz explicitamente o que seria o “disso, disso e daquilo”, mas contextualizando estas palavras com a informação “se eu tivesse vindo normal” possibilita suspeitar que o gerente que lhe falou sobre o assunto sugeriu que sua condição de deficiente o impossibilitava de alcançar esta qualidade superior para o avanço na carreira, à qual, a produtividade é um critério crucial.²⁶²

era bem aquela coisa assim, estamos precisando de alguém desesperadamente, jornalista com deficiência. Cheguei lá e comecei a trabalhar. E lá assim, foi supertranquilo. Não sei se era pelo meio que eu estava. [...] mas, daí eu comecei a sentir algumas questões do tipo assim, a vaga era uma vaga para deficiente, e eu acho que eu poderia fazer tudo na vida que eu não seria demitida, sabe, ela ali a gente não pode mexer e é uma coisa que começa a te incomodar. Eles não te tratavam diferente, mas, às vezes ficava assim, ah, será que eu não estou aqui porque eles são obrigados, será que eles não me querem aqui. Era mais por uma questão de sentimento, porque não tinha muito isso”.

²⁶² Não faltam exemplos de sugestões de especialistas sobre qualidades a serem desenvolvidas para se alcançar uma promoção. Segue alguns exemplos: IBSBUSINESS. *Você sabe quais são os critérios para uma promoção no trabalho?*. 23/01/2017. Disponível em: <<http://blog.soufgv.com.br/voce-sabe-quais-sao-os-criterios-para-uma-promocao-no-trabalho/>>. Acesso em: 15 jun. 2018. FONSECA, Ana Flávia. **Como se destacar no trabalho e crescer profissionalmente?**. Disponível em: <<http://blog.unipe.br/pos-graduacao/como-se-destacar-no-trabalho-e-crescer-profissionalmente>>. Acesso em: 15 jun. 2018. SALES, Eugênio. **Qualidades**

Quando se fala da relação entre pessoa com deficiência e trabalho um elemento importante que tende a aparecer geralmente é a vinculação do trabalho enquanto direito. É o que também aponta o estudo de Ribeiro e Carneiro. Eles concluem que há uma eficácia reduzida na inclusão das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. No entender dos autores, a principal justificativa para esta baixa receptividade à lei de cotas (8213/91) está na ausência de fiscalização por parte do Estado que garantisse o cumprimento da legislação. Nesse aspecto, os autores ainda são mais incisivos ao afirmarem que as organizações que mais descumpra a norma legal são aquelas que mobilizam maiores condições de recursos diversos. Logo, se por parte do Estado há uma precariedade em fazer cumprir a lei, por outro lado, as corporações também não têm o interesse em fazê-la cumprir.²⁶³

Também é interessante observar o que na perspectiva de Ribeiro e Carneiro são empecilhos para a contratação da pessoa com deficiência e que, em muitos casos, são utilizados como argumentos de defesa das empresas que burlam a lei. O primeiro aspecto apresentado é o não interesse das empresas em contratar pessoas com deficiência pelo ponto de vista econômico; segundo, as pessoas com deficiência são vistas como trabalhadoras de segunda qualidade; terceiro, a acessibilidade para a inclusão da pessoa com deficiência significa custos. A constatação desses elementos é importante, pois dá uma dimensão de problemas relacionados à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Se por um lado, para a pessoa com deficiência o trabalho é visto como cidadania, por outro lado, para o empregador, constitui-se como uma carga, um fardo social.²⁶⁴

exigidas do profissional considerado excelente. 16/04/2013. Disponível em: <<https://www.administradores.com.br/artigos/carreira/qualidades-exigidas-do-profissional-considerado-excelente/70002/>>. Acesso em: 15 jun. 2018. AGUIAR, Murilo. *10 dicas para ser promovido no trabalho*. 01/05/2014. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/2014-01-05/10-dicas-para-ser-promovido-no-trabalho.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018. LIMA, Bianca Pinto. *Mérito é principal motivo de promoção no trabalho, diz pesquisa*. 16/06/2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/sua-carreira,merito-e-principal-motivo-de-promocao-no-trabalho-diz-pesquisa,23134e>>. Acesso em: 15 jun. 2018. RHPORTAL. **Carreiras:** quais qualidades fazem diferença no mercado de trabalho?. 02/09/2015. Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/carreiras-quais-qualidades-fazem-diferenca-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

²⁶³ RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organizações&Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009. p. 547. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n50/08.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

²⁶⁴ RIBEIRO; CARNEIRO, 2009, p. 556.

Pode-se acrescentar ainda um elemento encontrado no depoimento recolhido, na qual, relatando sobre o seu processo de inclusão, remete ao conceito de que a problemática relacionada à inclusão da pessoa com deficiência identifica um processo de despreparo das empresas em receberem as pessoas com deficiência. Invertendo a lógica que sistematicamente qualificam as pessoas com deficiência como desqualificadas ou despreparadas para o mercado de trabalho. A pessoa entrevistada afirma então que as empresas “não têm conhecimento” e “não buscam capacitação” para atender às especificações do direito ao trabalho da pessoa com deficiência. Esta alteração de paradigma que rompe com a estigmatização da pessoa com deficiência como incapaz e confere à estrutura de um sistema pautado pela exclusão promove a inversão do paradigma da inclusão como um processo de toda a sociedade.

Bom, eu não nasci deficiente. Fiquei deficiente em 2011 após um acidente de trabalho. Despenquei do quinto andar de um prédio. Então neste primeiro momento foi difícil, eu fiquei alguns meses acamado, dependendo das pessoas para tudo. Fiquei algum tempo de cadeira de rodas, só voltei a de fato voltar ao mundo do trabalho, como pessoa com deficiência depois de 2013, 2014 e mesmo assim foi difícil, porque tu encontra muita dificuldade. As empresas, muitas vezes, elas criam estas dificuldades, para tu poderes entrar ali. Muito porque elas não têm conhecimento, elas não erram porque querem, mas porque não buscam capacitação. Isto prejudica muito a situação não só minha, mas de muitas na entrada no mercado de trabalho. (E11).

Quanto aos argumentos invocados para justificar o descumprimento da lei de cotas estão: atividades peculiares vinculadas com conhecimentos técnicos específicos, protelando muitas vezes a contratação de uma pessoa com deficiência, por meio de, exigências de qualificação e experiência para a ocupação do cargo, restringindo potenciais candidatas; atividades com grau de periculosidade elevados, solicitando exclusão de funções para não se enquadrarem na lei; ausência de pessoas com deficiência habilitadas e qualificadas; justificativa pela deficiência, por meio de incapacidade biológica ou inabilitação para o exercício das funções requeridas.²⁶⁵ Os argumentos que os autores elucidam das justificativas das

²⁶⁵ RIBEIRO; CARNEIRO, 2009, p. 557-558. Neste estudo, os autores ainda identificam que “é interessante notar que o número de pessoas com deficiência cadastradas pelos órgãos de intermediação de mão-de-obra supera em muito o número de vagas ofertadas pelas empresas no período examinado. Mesmo considerando a probabilidade de uma mesma pessoa constar dos cadastros dos três órgãos de intermediação pesquisados, ainda assim há um excedente expressivo de candidatos em relação à oferta de emprego. Além disso, apenas 29,7% das vagas ofertadas foram preenchidas com candidatos encaminhados pelos referidos órgãos. Nada menos que 70,3% das vagas disponíveis continuaram ociosas, sinalizando para um descompasso entre

empresa pela não contratação de pessoas com deficiência dão conta de um elemento fundamental para a inclusão, a saber, a superação das barreiras sociais.

O relato abaixo, de uma das pessoas entrevistadas, destaca o caráter conflitivo entre a concepção individual do que consistiria um benefício alcançado na forma de um direito, bem como, e a realidade concreta deste direito. Na sua opinião, uma pessoa jovem, com uma deficiência não seria justificativa suficiente para a que a pessoa fosse “aposentada”.²⁶⁶ Na sua perspectiva, outras alternativas deveriam ser ofertadas, como por exemplo, oportunidades de trabalho. Ela desconsidera o caráter explorativo do mundo do trabalho no sistema atual e busca respaldo numa concepção de igualdade substantiva que se verá no quarto capítulo. Ao mesmo tempo também, ela usa o princípio próprio que lhe é importante para universalizá-lo para outras pessoas e pretende delas uma asserção igual. Além disso, utiliza-se de uma qualificação de improdutividade da aposentadoria.

Até, falei com as gurias que eu estava numa loja e tinha um menino, e eu na fila, a mãe, ah, o meu filho é igualzinho a ti e tal e ela disse, ai o meu filho tem dezenove anos, um menino jovem assim, ela olhou e falou, ah ele é aposentado. Não! Ele não pode ser aposentado, ele pode fazer tudo, como é que tu vais decretar que ela não pode fazer, sem dar oportunidade para aquela pessoa fazer? (E13).

Porém, tendo em vista a dimensão de aspectos presentes no depoimento acima, faz-se importante destacar que o processo de construção do direito do trabalho e sua concretização transita pela elaboração de mundos diferentes entre as pessoas com deficiência e a relação com outros grupos organizados de pessoas que estão à margem. Nesse sentido, a participação das pessoas na composição do direito tem valor fundamental, pois irrompe do cotidiano prático, daquelas que são sistematicamente marginalizadas, a garantia neste direito. Como será aprofundado no terceiro capítulo, a dimensão apresentada pela entrevistada remete à sua concepção de sujeito de direitos que tensiona com a garantia de direito de outra pessoa. Dessa forma, em sua compreensão vincula-se a ideia de que é inestimável

os requisitos de conhecimento e habilidade formalmente estipulados pelas empresas e o perfil dos potenciais candidatos a empregos”. (p. 559). Além disso, as empresas buscam aquelas pessoas com deficiência, nas quais, a deficiência menos reduziu sua capacidade produtiva. As empresas também utilizam de estratégias a colocação das pessoas com deficiência em áreas administrativas por entender que não exige grandes adequações ao ambiente, bem com, não se exige muita produtividade. Por fim, a pesquisa aponta que num universo de 775 pessoas, 54,2% recebem até dois salários mínimos. Este número sobe para 69,5% se considerado até três salários mínimos.

²⁶⁶ BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 15 maio. 2018.

que, como ela experimentou, outras pessoas tenha a oportunidade ao exercício de um emprego.²⁶⁷

Melo apresenta que um importante conceito a ser considerado para a discussão do direito ao trabalho da pessoa com deficiência, bem como, para a sua inclusão social é o princípio da igualdade. Ele destaca que a Constituição Brasileira (CF) de 1988 apresenta três momentos ímpares que procuram resguardar à pessoa com deficiência a condição de acesso ao direito do trabalho, que firmaria um tripé constitucional protetivo. O primeiro componente é o Art. 5º, inciso XIII que garante o livre exercício do trabalho, que em sua opinião, garante a prática de qualquer trabalho para todos(as) brasileiros(as), inclusive a pessoa com deficiência. O segundo é o Art. 3º, inciso IV que inibe qualquer tipo de discriminação. E, por fim, o Art. 7º, inciso XXXI, que especificamente protege quanto à discriminação ao acesso ao trabalho. Dessa forma, o acesso ao direito ao trabalho é centralizado na garantia constitucional.²⁶⁸

A questão da igualdade aqui se apresenta como um conceito que pode simplesmente tornar-se um elemento de discordância em contraposição ao seu princípio com relação a todas as pessoas. Kelsen tende a defender que “não pode ser uma tal igualdade aquela que se tem em vista, pois seria absurdo impor os mesmos deveres e conferir os mesmos direitos a todos os indivíduos sem fazer quaisquer distinções”.²⁶⁹ Por um lado, parece ser bastante coerente esta situação,

²⁶⁷ Precisamente a pessoa entrevistada remete a uma ideia que lhe é cara de que todas as pessoas pudessem comungar de igualdade de oportunidades. Marx já havia entrado em debate com o Partido Operário Alemão sobre este assunto e resumiu que a igualdade de direito poderá ser aplicada no momento em que se possa afirmar concretamente: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. MARX, 2012, p. 33.

²⁶⁸ MELO, Sandro Nahmias. **O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência: o princípio constitucional da igualdade: ação afirmativa.** São Paulo: LTr, 2004. p. 70-71.

²⁶⁹ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** Trad. João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 99. O princípio da igualdade desigual é muito comumente utilizado para resguardar os interesses do capital e da elite burguesa. Vejam os exemplos: ZUBA, Fernando; CRISTINI, Flávia; ÂNGELO, Pedro. **Justiça Federal suspende ação criminal que tornou acusados réus por homicídio no desastre de Mariana.** 07/08/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-suspende-acao-criminal-que-tornou-acusados-reus-por-homicidio-no-desastre-de-mariana.ghtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018. MASSON, Celso. **Ricos não ficam presos.** 05/05/2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/ricos-nao-ficam-presos/>>. Acesso em: 19 mar. 2018. GOMES, Adilson. **Preso rico e preso pobre: A seletividade penal como ilusão da sociedade.** Disponível em: <[https://\(a\)gnfilho.jusbrasil.com.br\(a\)rtigos/217388350/preso-rico-e-presos-pobre-a-seletividade-penal-como-ilusao-da-sociedade](https://(a)gnfilho.jusbrasil.com.br(a)rtigos/217388350/preso-rico-e-presos-pobre-a-seletividade-penal-como-ilusao-da-sociedade)>. Acesso em: 19 mar. 2018. DONATO, Mauro. **A discrepância de tratamento entre ricos e pobres na Justiça gerou o descalabro de hoje.** 16/01/2017. Disponível em: <[https://www.diariodocentrodomundo.com.br\(a\)-discrepancia-de-tratamento-entre-ricos-e-pobres-na-justica-gerou-o-descalabro-de-hoje-por-mauro-donato/](https://www.diariodocentrodomundo.com.br(a)-discrepancia-de-tratamento-entre-ricos-e-pobres-na-justica-gerou-o-descalabro-de-hoje-por-mauro-donato/)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

tendo em vista que, há peculiaridades entre os diferentes sujeitos, na medida em que, se considera a realidade de cada indivíduo, porém, por outro lado, como também aponta Kelsen, o que não está descrito na lei, muito rapidamente torna-se inconstitucional, da mesma forma como o tratamento desigual do sujeito frente a lei pode ser entendido também como uma situação de inconstitucionalidade.

Em certa medida, Bobbio aponta para a direção na qual Kelsen parece caminhar, na medida em que debate, primeiro, a implementação dos direitos sociais nos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais e, em segundo plano, como esses direitos são concretizados. O fato de as pessoas com deficiência serem reconhecidas ou se reconhecerem como sujeito de direitos está intimamente ligado ao desenvolvimento dos direitos, ou como Bobbio ilumina, se é que possível chamar de direitos.²⁷⁰ Um elemento importante que Bobbio salienta é que, ao contrário do que acreditam os jusnaturalistas, o direito é construído socialmente. Nesse sentido, após garantirem os direitos da liberdade negativa (de opinião, de religião e de imprensa), passou-se a um processo de ampliação dos direitos que excediam os direitos inicialmente.²⁷¹

A pessoa com deficiência, de acordo com as ideias de Bobbio, toma o mesmo rumo que foi iniciado com a garantia das liberdades individuais, ao passo que, essa compreensão do ser individual proporciona a possibilidade de caracterizar outros atores, que por mais igualdade que se pregava, vinculava-se a elementos em que muitas pessoas não participavam. Portanto, outros atores passam a ser reconhecidos como sujeito de direitos. Bobbio também chama a atenção para o fato de que esse reconhecimento é um reconhecimento paralelo, sem grandes comprometimentos sociais e políticos para que de fato se consuma estes direitos. Foi nessa levada que as pessoas com deficiência se constituíram como um grupo de direitos, bem como, o fato da construção do trabalho como direito fundamental. Essa situação, justifica que os direitos são construídos socialmente, mesmo que posteriormente estes direitos se concretizem muito precariamente.²⁷²

²⁷⁰ PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 68-71. É importante ter em vista que a discussão aqui elucidada parte de uma realidade do direito do estado burguês que tem como princípio a norma jurídica pura como fim de todas as coisas. Esta discussão será elaborada no capítulo 3. Neste momento pretende-se apresentar elementos que definem o trabalho também como direito da pessoa com deficiência.

²⁷¹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 33-34.

²⁷² BOBBIO, 2004, p. 34-37.

Um elemento importante nessa discussão é a evidente contradição do capitalismo no que diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência.²⁷³ Essa contradição está materializada em dois elementos essenciais: a deturpação do trabalho como emprego e a impossibilidade de manutenção do pleno emprego. Ao mesmo tempo em que as teorias liberais capitalistas compreendem que o trabalho é regulado pelo mercado a partir dos contratos, por outro lado, não consegue suportar a ideia de emprego para todas as pessoas.²⁷⁴ A dimensão plena do emprego talvez seja a maior ilusão vendida para as trabalhadoras e os trabalhadores. Offe defende que no mercado de trabalho é organizado “a produção e a distribuição como uma relação de troca entre salários e inputs de trabalho e que, neste caso, como em todos os outros mercados, vendedores e compradores de 'trabalho' encontram-se em oposição”.²⁷⁵

O ponto chave da citação de Offe no parágrafo anterior é demonstrar que, na sociedade capitalista, regida pelos contratos de livre concorrência, até mesmo os

²⁷³ BOBBIO, 2004, p. 35. O autor diz que no processo de garantia de direitos, os direitos das minorias foram cada vez menos concretizados. Ele destaca também que a mudança do estado feudal para o Estado burguês tem influência direta na realização dos direitos. Se antes se considerava o Estado um opressor dos direitos individuais, na sociedade capitalista, ele amplia os direitos para as minorias, mas não necessariamente também se tornou mais amplo, o que é um fato para concretização dos direitos, quer dizer, para a prática dos direitos sociais e políticos necessita da participação ativa do ser humano. O autor diz assim “pretendo apenas observar que igualdade e diferença têm uma relevância diversa conforme estejam em questão de direitos de liberdade ou direitos sociais. Essa, entre outras, é uma das razões pelas quais, no campo dos direitos sociais, mais do que naquele dos direitos de liberdade, ocorreu a proliferação dos direitos a que antes me referi; através do reconhecimento dos direitos sociais, surgiram — ao lado do homem abstrato ou genérico, do cidadão sem outras qualificações — novos personagens antes desconhecidos nas Declarações dos direitos de liberdade: a mulher e a criança, o velho e o muito velho, o doente e o demente, etc. É supérfluo acrescentar que o reconhecimento [...] é que a proteção destes últimos requer uma intervenção ativa do Estado, que não é requerida pela proteção dos direitos de liberdade, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o Estado social. Enquanto os direitos de liberdade nascem contra o super poder do Estado — e, portanto, com o objetivo de limitar o poder —, os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado”.

²⁷⁴ KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad. Mário R. Da Crux. Ed. Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. p. 46-47. O grande nome do liberalismo John Keynes defende que mesmo numa situação de pleno emprego sempre haverá a existência de um grupo certo de não empregados. “Esse postulado é compatível com o que se pode chamar desemprego friccional, pois uma interpretação realista do mesmo permite, com plena justificação, conciliar certas imperfeições de ajustamento que impedem um estado contínuo de pleno emprego, como, por exemplo, o desemprego em razão de uma temporária desproporção dos recursos especializados, resultante de cálculos errados, da procura intermitente, de atrasos decorrentes de mudanças imprevistas, ou, ainda, do fato de que a transferência de um emprego para outro não se realiza sem certa demora, de modo que, numa sociedade não estática, sempre existe certa proporção de recursos não empregados entre um e outro trabalho. Além do desemprego ‘friccional’, o postulado é ainda compacto da recusa ou incapacidade de determinada unidade de mão-de-obra em aceitar uma remuneração”.

²⁷⁵ OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 24.

trabalhadores e as trabalhadoras tornam-se concorrentes de si mesmos. Quer dizer, na medida em que a força de trabalho do(a) trabalhador(a) é transformada em mercadoria, esta é colocada à venda no mercado. Logo, a regra da demanda e da oferta gera uma condição na qual os(as) trabalhadores(as) criam estratégias para alcançarem o objetivo de vender sua força de trabalho.²⁷⁶ É bem situado que, nesta relação como descrita neste capítulo, a pessoa com deficiência sai duplamente punida, pois no mercado da mão-de-obra, dificilmente entrará em condições de receber um bom trabalho, por ser compreendida como uma pessoa de cidadania inferior²⁷⁷ ou mesmo não se encontrando potencial para sua atuação social.²⁷⁸

A discussão aqui apresentada sobre o ponto relacionando o trabalho e a pessoa com deficiência não se extingue nesse momento, mas perpassará o debate ao longo de toda a pesquisa com aprofundamentos de caminhos indicados neste subitem, bem como, de expansão para novas trilhas. Nesse sentido, a título de organização das ideias, dois elementos ficaram evidentes quando se relaciona pessoa com deficiência e trabalho. Em primeiro lugar a dimensão da concepção do

²⁷⁶ OFFE, 1989, p. 25. O autor apresenta algumas estratégias que ele entende como utilizadas na concorrência entre os vendedores da força de trabalho e os compradores da força de trabalho. “Uma estratégia de adaptação importante para os dois lados do mercado é se livrarem de suas respectivas dependências em relação ao outro lado, procurando encontrar fontes alternativas para satisfação da necessidade em questão [...] Outra importante opção estratégica, para os dois lados, consiste na redução da intensidade das relações de concorrência de um dos lados do mercado em relação à intensidade de concorrência do 'outro' lado [...] A solidariedade interna e a discriminação (possivelmente violenta) externa são, portanto, estratégias racionais para os vendedores da força de trabalho obterem vantagens no mercado. O mesmo acontece do lado da demanda [...] Em resumo, o princípio comum a essas estratégias é diminuição da intensidade de concorrência em seu próprio 'campo' com relação ao nível de concorrência do outro”.

²⁷⁷ DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 10. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

²⁷⁸ OFFE, 1989, p. 26-30. É importante observar que o autor aponta que a mercadoria do trabalhador, força de trabalho, encontra-se em desvantagem em relação às demais mercadorias no mercado de trabalho. Assim ele elenca quatro desvantagens: o caráter fictício da força de trabalho, no qual, ela “não ingressa nesses mercados do modo como o faz a maior parte das outras mercadorias. A quantidade e qualidade, o lugar e a época da oferta das outras mercadorias dependem das expectativas dos respectivos vendedores dessas mercadorias relativamente à sua condição de serem comercializadas.” (p. 26). A segunda desvantagem “é que a força de trabalho, continuamente dependente da oferta dos meios de subsistência, que só podem ser adquiridos se ela for 'vendida', não se encontra (ou se isto acontece, só se dá dentro de limites muito estreitos) em condições de 'esperar' oportunidades favoráveis”. (p. 28). “Uma terceira particularidade da força de trabalho e de suas opções estratégicas limitadas é que a sua própria necessidade de meios de subsistência, em grande parte, permanece constante dentro de uma estrutura de 'padrão mínimo de vida' definido material e culturalmente”. (p. 29). “Uma quarta desvantagem diz respeito ao potencial qualitativo de adaptação do lado da oferta ao mercado de trabalho [...] Em contraste, os vendedores da força de trabalho só podem variar a qualidade de sua oferta dentro de limites estreitos, e como já dissemos, somente devido a formas de apoio (político) externo, como educação e treinamento”. (p. 30).

trabalho como direito tem a dimensão de fortalecer o processo social de construção da pessoa com deficiência como sujeito de direitos. Em segundo lugar, a limitação do sistema capitalista de sistematicamente incluir a pessoa com deficiência por intermédio do trabalho. Esses dois elementos presentes dentro do Estado burguês constituem-se numa das tantas contradições do sistema e que acompanhará o debate ao longo da pesquisa.

Conforme foi se avançando no debate da temática do mundo do trabalho e suas diversas facetas foi evidenciando-se a dimensão gigantesca que constitui esta matéria. Num exercício de síntese afirma-se que, no sistema de classes, aprofundado pelo capitalismo, a vinculação da exploração da força de trabalho para obtenção do mais-valor confunde trabalho como emprego, acarretando ao trabalho uma conotação fortemente negativa na vida do trabalhador e da trabalhadora, porém, o trabalho ainda manifesta alguns resquícios positivos da constituição do humano à medida que a infraestrutura é desnudada e evidenciada a sistemática vampiresca da exploração do trabalho. Dessa forma, a discussão deste capítulo reverberará ao longo da pesquisa e satisfaz à compreensão da importância do trabalho para a pessoa com deficiência e o debate do conceito de trabalho frente seu entendimento multifacetário.

3 REMEXENDO OS SULCOS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA DEFICIÊNCIA

A única forma de relação em que esse processo de “objetificação não ocorre é quando se fala com ela. No diálogo “face-a-face”, quando uma respeita a humanidade e dignidade da outra, ocorre uma relação de “sujeito-sujeito”.²⁷⁹

Remexer os sulcos da história significa realizar um movimento complicado, pois há muitos torrões nos quais se podem tropeçar. No entanto, é um caminho válido para a proposta objetiva que vislumbra *contextualizar* a construção histórica do conceito de deficiência. Tal objetivo vem carregado de uma dimensão já, a priori, apresentada em sua própria formulação que constitui os óculos deste estudo: o conceito da deficiência é uma construção histórica. Ao longo desta pesquisa, especialmente, no específico deste capítulo, pretende-se apresentar argumentos que defendam tal tese, principalmente, compreendendo que a construção histórica vem acompanhada de práticas de exclusão. Entretanto, também entende que esse não é um processo fatalista irremediável e pode ser ressignificado por meio de práticas de inclusão, construídas por meio da ocupação do espaço social do trabalho.

Tem-se a compreensão de que este ainda é um olhar limitado desde sua perspectiva histórica justamente percebendo toda sua complexidade. Contudo, concebe-se necessária por sua capilaridade em compreender a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e em que medida a estrutura do mundo do trabalho interfere nas concepções sobre a deficiência e na ocupação do espaço social. Neste sentido, entende-se que nas últimas décadas, a temática da deficiência tem sido debatida com maior intensidade no Brasil, galgando espaços de realização nas políticas públicas, a partir da virada paradigmática da inclusão. É o que se pode perceber, como figura emblemática, a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência que tramitou no Congresso Nacional desde 2003, e teve sua aprovação em 2015.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, as políticas públicas foram sendo construídas por meio de práticas que ajudaram a construir o desenvolvimento do

²⁷⁹ MO SUNG, Jung. Prefácio. In: COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. **A inclusão na universidade**: as pessoas com deficiência e novos caminhos pedagógicos. Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 11-16. p. 11.

paradigma da inclusão, procurando aprofundar as práticas sociais que promovessem a participação e acessibilidade das pessoas deficientes aos espaços sociais, bem como, a tentativa de efetivação de direitos resguardados a todos(as) cidadãos(ãs). Estas ainda foram bastante incipientes e com necessidades de avanços significativos, mas constitui-se como parte de um processo que vislumbra a participação da pessoa com deficiência, da qual, neste estudo pretende-se apresentar como um momento histórico importante para ocupação dos espaços sociais como possibilidade de ressignificar conceitos construídos historicamente que legaram à deficiência um caráter negativo desde a perspectiva da normalidade.

Além disso, é importante deixar evidente que os momentos conceituais aqui apresentados não são pautados por um caráter de lisura teórica, nem muito menos, de uma unanimidade incontestável como uma verificação nítida que reconhece apenas como única e estanque em cada um dos processos históricos. Pelo contrário, as construções conceituais aqui apresentadas tem um valor de existência múltipla na realidade cotidiana concreta. O exemplo disso é a contemporaneidade na qual percebe-se o modelo social da inclusão como evidente, no entanto, coexistindo com práticas que se pautam pela caridade, segregação ou integração da pessoa com deficiência. Querer ir para dentro da história com uma apreensão de pureza conceitual da deficiência em cada um dos tempos proporciona a frustração, pois não corresponde à realidade da vida.

3.1 Os caminhos históricos da deficiência

Caminhar sobre o campo histórico da deficiência significa em primeiro lugar perceber que determinadas práticas em relação às pessoas com deficiência devem ser lidas compreendendo o tempo histórico em que se realiza. Neste sentido, torna-se precipitado olhar para os acontecimentos anteriores com um olhar julgador a partir do tempo presente. Ao contrário da condenação, é fundamental perceber que as construções históricas são acompanhadas de variáveis diversas que interferem nas formas como são constituídas as ações dos sujeitos. Desta forma, perceber estes movimentos, bem como, analisá-los desde a perspectiva de sua construção temporal aproxima a percepção de que a atualidade faz parte desta construção histórica e que não se apresenta de forma isolada, mas possui ecos que, como uma espiral, se intercambiam.

Compreender a história como um processo construído leva em consideração a advertência de Marx sobre o seu caráter de farsa, mas especialmente, de que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.²⁸⁰ Dessa forma, o processo dialético que constitui a história entre a tragédia e a farsa, tem um caráter de compreender as limitações estruturais de determinadas épocas para determinadas propostas de mudança, bem como, das transformações estruturais necessárias para que essas mudanças sejam realizadas. Assim como outrora, também na contemporaneidade há a limitação histórica do tempo que promove ações limitadas frente os desafios atuais.

3.1.1 A deficiência entre a sorte dos deuses e a caridade cristã

A constatação de que o pensamento grego tenha influenciado de forma sistemática o pensamento ocidental até a Era Moderna e construído epistemologias que até hoje postulam um caráter de prestação de contas é inegável. Em relação ao conceito de deficiência também não é diferente. Carvalho-Freitas identificou que a influência grega na construção da conceituação da deficiência tem como início a organização societária da Grécia Antiga pautada por uma forte caracterização religiosa, militar e agrária, na qual, eram valorizadas características pessoais como força e vigor. Nesse sentido, as pessoas com deficiência eram descartadas, pois não satisfariam às necessidades exigidas pela sociedade, deixando assim de contribuir para o seu desenvolvimento. As limitações sociais da vida cotidiana da comunidade excluía as pessoas com deficiência que não se encaixavam neste padrão.

Portanto, os valores de beleza, vigor e capacidade física eram relevantes, pois dariam ao povo as condições de subsistência e sobrevivência. Esse contexto oferece os elementos para a compreensão da concepção de deficiência nesse período. Infere-se que, na Grécia Antiga, a visão compartilhada era a de deficiência como dificultadora da sobrevivência/subsistência do povo, visto que um corpo disforme ou sem as funções que garantiriam o vigor e a força, pouco contribuiriam para a agricultura ou para a guerra. A inserção só seria admitida mediante a

²⁸⁰ MARX, 2011b, p. 26.

comprovação de contribuição social por parte da pessoa com deficiência, assim como fez Hefesto.²⁸¹

Hefesto era o deus do fogo na mitologia grega, filho de Zeus e de Hera. Apesar das divergências nos relatos sobre Hefesto, alguns elementos são recorrentes: ele era caracterizado como coxo e feio e foi abandonado por seu pai e sua mãe, por sua condição de deficiente. Jogado do Olimpo, ele caiu no mar e foi acudido por Tétis e Eurínome, que o iniciaram na arte da metalurgia. Hefesto exercia um trabalho árduo junto às caldeiras na encosta de um vulcão e tinha como ajudantes, ciclopes. Após desenvolver diversos artefatos de metal, inclusive os raios de Zeus, Hefesto foi reconhecido por seu talento, superando a sua deficiência. Para voltar ao Olimpo, Hefesto produz um trono para Hera, como uma armadilha, no qual ficou presa sem que alguém pudesse soltá-la. Dessa feita, Hefesto foi chamado para libertá-la, que em agradecimento, concedeu o casamento com Afrodite, deusa do amor.²⁸²

O mito de Hefesto traz elementos peculiares pertinentes para reflexão apresentada neste capítulo, tendo em vista que, sua representação elabora uma figura divina como deficiente, logo, uma figura importante e com relevância, compreendendo que o seu desempenho como deus tinha a vinculação com o fogo e instrumentos de guerra que estão associados à dimensão do poder e da força. Por outro lado, também é interessante observar que a construção do mito tem uma carga de significados que reforçam justamente o caráter negativo de ser deficiente. O abandono pelo pai e pela mãe remete a uma prática comum naquela sociedade. Esse fato remete ao caráter que poder-se-ia vislumbrar de que a deficiência, nesse sentido, tornava-o feio e limitado, reforçando assim a ideia de que também entre os deuses havia essa distinção.

É interessante perceber também que Hefesto é um exemplo de superação que rompe com o processo de estigmatização por meio da oportunidade em demonstrar sua capacidade e seu potencial, para além da sua deficiência.

²⁸¹ CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da História: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 41, p.59-78, 2007. p. 63. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v14n41/03.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

²⁸² VASCONCELOS, Paulo Sérgio de. **Mitos gregos**. São Paulo: Objetivo, 1998. p. 106-108. POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 31-33. SILVA, Otto Marques da. **Hefesto na Vida dos Gregos**: um deus com deficiência física. Disponível em: <<http://www.crfaster.com.br/HEFESTO.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2018.

Novamente é importante perceber o detalhe que o mito trabalha. Tal qualidade que ajuda Hefesto a provar seu valor e a recuperar o seu crédito junto ao Olimpo, significava o pertencimento a classes inferiores, que tinha no trabalho braçal o seu sentido, como percebido no primeiro e terceiro capítulo deste estudo. Nesse sentido, Hefesto tende a reforçar o conceito da deficiência como inferior frente a outros exercícios na pólis. Hefesto supera sua deficiência frente a opinião pública dos deuses, mas não consegue romper com o estigma que o qualificava como inferior, fraco e feio, pois posteriormente, Afrodite o traiu com Ares, o deus da guerra.

Outras ponderações poderiam ser elencadas como os auxiliares de Hefesto serem também deficientes (ciclopes que têm apenas um olho) e o caráter subversivo de ludibriar sua mãe para alcançar reconhecimento, porém, não serão exploradas neste momento. Antes é preciso compreender que na construção do pensamento grego, regozijado por sua contribuição ao longo da história, orienta que seja rejeitado o atendimento a pessoas com deficiência, e antes disso, a própria possibilidade à vida deve ser abdicada, a não ser em camadas sociais inferiores. É o que pode ser verificado nos escritos de Aristóteles que, além da orientação da desnecessidade de cuidado com crianças com deficiência, o próprio excesso de crianças deveria ser evitado, tendo uma limitação de nascimentos, até mesmo por meio do aborto, autorizado a partir do critério da sensação de vida. É o que elucida o trecho abaixo.

Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes da cidade impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação; se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou a ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não haver sensação e vida).²⁸³

Outro relato interessante diz respeito a Tersites, um soldado arqueu, que servindo a Agamêmnon na campanha de Ílion, discursa contra o próprio Agamêmnon, quando este convoca uma assembleia com o exército. Homero trata de descrever Tersites como “o homem mais feio que veio para Ílion: tinha as pernas tortas e era coxo num pé; os ombros eram curvados, dobrando-se sobre o peito. A cabeça era pontiaguda, donde despontava uma rala lanugem”.²⁸⁴ Essa

²⁸³ ARISTÓTELES, 1985, p. 1335b.

²⁸⁴ HOMERO. *Ilíada*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. p. 109. Canto II, v. 216-219.

caracterização negativa, associada à deficiência, bem como, a reação de deboche e desprezo do público (exército) por Tersites, introduz o seu discurso contrário à Agamêmnon que não se satisfazia com as vitórias, fazendo com que não cumprisse com os acordos que havia firmado anteriormente com os Arqueus. Seu discurso provocou a reação de Ulisses, herói de guerra, que o rebaixou verbalmente e fisicamente com um golpe de cetro.

O detalhe do relato se dá especialmente porque Ulisses, após humilhar Tersites, faz seu discurso inflamado com o mesmo teor do soldado deficiente que ele havia rechaçado anteriormente, porém, com a arguição voltada para uma decisão que Agamêmnon deveria tomar frente a insatisfação dos Arqueus. É interessante observar neste relato que Tersites estava desautorizado a falar diante do rei. Primeiro porque era um soldado raso, sem peso algum frente a hierarquia, mas também, por segundo, por ser uma pessoa com deficiência, tendo em vista que era desqualificado enquanto princípio da força e do vigor. O discurso de Ulisses posteriormente comprova isso. Tersites foi repreendido por Ulisses por falar com o rei e pelos colegas de exército por ser deficiente.²⁸⁵ Se o conteúdo de seu discurso fosse algo a ser repreendido, Ulisses não o teria usado imediatamente depois.

Por fim, outro elemento que se quer destacar a respeito da qualificação negativa da deficiência, bem como, o seu caráter de descarte e inferioridade diz respeito ao termo grego *pharmakós*, concebido como um ritual de purificação da cidade por momentos de crises, pestes ou desastres. *Pharmakós* é a versão masculina de *pharmakón*, que está associado aos sentidos de remédio, veneno, cura, poção, corante, reação química ou remédio a ser aplicado na parte externa do corpo. Ele possui esse caráter paradoxal, pois pode ser utilizado como remédio para remover um veneno (sentido de cura) e como um veneno usado para envenenar. Dessa forma, o *pharmakós* carrega esse caráter de ser uma pessoa disponível para ser excluída, eliminada, considerada culpada pelas tragédias que afligem a cidade, mas com um caráter purificador de limpeza dos males.²⁸⁶

²⁸⁵ Os risos dos soldados podem ser interpretados como a irrelevância de Tersites em ação no campo de batalha.

²⁸⁶ MURRAY, Mary E. **The pharmakos phenomenon**. Tese (Doutorado). Sidney: University of Western Sydney, 2004. p. 24-31. Disponível em: <<http://researchdirect.uws.edu.au/islandora/object/uws:3666>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

Novamente aqui aparece uma associação já vista em Hefestos e Tersites, a relação entre exclusão, deformidade e feiura.²⁸⁷ Compton destaca que o *pharmakós* era escolhido geralmente entre “um criminoso ou um escravo ou um homem excessivamente feio ou deformado” (tradução nossa).²⁸⁸ Novamente, encontra-se uma característica que reforça uma qualidade negativa da deficiência ao ser associada com a feiura e colocada em um nível de uma classe de categoria inferior. Entretanto, Schultz destaca que “a violência sacrificial e os mitos que a relatam não são violentos em si, mas estão sempre orientados para a paz”²⁸⁹ indicando um caráter positivo de canalização da violência coletiva, que poderia se transformar em violência generalizada, mas o *pharmakós* continua inferior, não por carregar a vingança da comunidade, mas porque ninguém o vingará. Schultz continua:

[...] a violência sacrificial é apaziguadora, reconciliadora, terminal, decisiva. O sacrifício tem sua eficácia enquanto processo preventivo, coibindo uma violência recíproca desenfreada na comunidade. Para que cumpra seu papel enquanto última palavra da violência, o sacrifício precisa de uma vítima que não possa reagir. A vítima sacrificial não pode devolver a violência; não pode vingar-se. Por isso, a vítima é sempre alguém à margem da sociedade (animal, criança, rei, estrangeiro, escravo, prisioneiro, bruxa, messias...). O sacrifício é uma violência sem possibilidade de vingança.²⁹⁰

Girard desenvolve seu estudo a respeito da violência sacrificial, desenvolvendo especialmente o conceito de bode expiatório associado à identificação do *pharmakós* presente nas sociedades primitivas. Nesse sentido, Girard afirma que “a sociedade procura desviar para uma vítima relativamente indiferente, uma vítima ‘sacrificável’, uma violência que talvez golpeasse seus

²⁸⁷ ECO, Humberto. **História da feiura**. Trad. Eliana de Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 24-25. Eco destaca que não era unânime a consideração do significado do belo e do feio na cultura grega. Ele destaca que “se para Platão a única realidade era aquela do mundo das ideias, do qual o nosso mundo material é apenas sombra e imitação, então, o feio deveria ter sido identificado com o não-ser” (p. 24), porém, mais tarde “Plotino, que define mais radicalmente a matéria como mal e erro, irá operar uma identificação nítida do feio com o mundo material” (p. 25). Neste sentido, percebe-se a influência da concepção concreta da feiura como um elemento manifestadamente negativa.

²⁸⁸ COMPTON, Todd M. **Victim of the muses: poet as scapegoat, warrior and hero in greco-roman and indo-european myth and history**. Hellenic Studies Series 11. Washington: Center for Hellenic Studies. 2006. Chapter 1. The Pharmakos in Archaic Greece. Disponível em: <<https://chs.harvard.edu/CHS/article/display/4912.part-i-greece-1-the-pharmakos-in-archaic-greece>>. Acesso em: 22 maio. 2018. “a criminal or a slave or an excessively ugly or deformed man”.

²⁸⁹ SCHULTZ, Adilson. A violência e o sagrado segundo René Girard. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 3, p. 8-18, 2004. p. 12. Disponível em: <www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/download/2155/2063>. Acesso em: 22 maio. 2018.

²⁹⁰ SCHULTZ, 2004, p. 12.

próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo”.²⁹¹ Dessa forma, ao considerar a reflexão apresentada até o momento, a pessoa com deficiência participaria desse grupo de vítimas capazes de serem sacrificadas. Esse é um ponto elementar para a virada paradigmática de Jesus²⁹² e depois implementada pelas primeiras comunidades cristãs ao identificar na morte de Jesus o caráter sacrificial supremo que extingue a necessidade constante de sacrifícios.

Referente às vítimas sacrificáveis, há uma dimensão heterogênea que acompanha o sacrifício humano, com também destacado por Compton. Porém, Girard indica um elemento que se constitui como o princípio que rege a definição daquelas vítimas sacrificáveis: “os indivíduos que apresentam um vínculo muito frágil ou nulo com a sociedade”.²⁹³ A elaboração de Girard evoca uma condição de marginalidade de um grupo seletivo de pessoas que poderiam simplesmente ser descartadas, pois constituíam-se por uma relação sem vínculo, logo, não eram reconhecidos como dignos de alguma vingança, eram a escória da sociedade, e, nesse grupo, estavam as pessoas com deficiência. Assim, pode-se perceber até aqui que na história há uma forte carga de conceitos negativos a respeito de um grande grupo de pessoas à margem que se constituíam como sujeitos de categoria inferior.

Com o olhar voltado para a tradição cristã é possível perceber que as pessoas com deficiência, em determinadas épocas, foram caracterizadas de diversas formas nas relações de atendimento. Em alguma medida, essas concepções, construídas historicamente, podem ser encontradas também na modernidade, pois não é incomum encontrar alocações discursivas junto ao senso comum²⁹⁴ que qualifique estas como “presente de Deus, anjo(a), iluminado(a), vontade de Deus, cruz” etc.²⁹⁵ Essas formulações são utilizadas, em geral, como

²⁹¹ GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Trad. Martha Conceição Gambini. 3. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990. p. 14.

²⁹² Este assunto será explorado de forma mais ampla no quarto capítulo.

²⁹³ GIRARD, 1990, p. 24.

²⁹⁴ PERRUSI, Artur. **Imagens da loucura**: representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo: Cortez; Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 95-101. Entende-se com o autor que o senso comum se constitui numa base de conhecimento espontâneo e cotidiano. Desta forma, as manifestações sobre a deficiência corroboram para uma construção epistemológica sobre o tema.

²⁹⁵ BIANCHETTI, Lucídio. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 61-76, 2001. p. 65. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v07n01/v07n01a06.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018. O autor destaca que “a mitologia assim como as grandes religiões e especialmente a literatura [...] são

uma forma de resolver as frustrações pela espera do(a) filho(a) idealizado(a)²⁹⁶ ou pelo contato com o diferente. Dessa forma, torna-se um jeito tolerante de conviver com a pessoa com deficiência através de uma concepção de caridade, remontando, em certa medida, à identificação das práticas de cuidado das primeiras comunidades cristãs.

Ao focar nas primeiras comunidades cristãs, percebe-se a partir de relatos dos Pais da Igreja uma profunda relação entre as mazelas sociais e a caridade²⁹⁷. Além das pessoas com deficiência serem percebidas nesses contextos como vítimas dos processos de exclusão²⁹⁸, os relatos antigos demonstram que as comunidades primitivas deveriam ter uma aproximação de cuidado com estas pessoas, baseado no amor cristão. É visível, a partir desses relatos, que a missão dos(as) primeiros(as) cristãos(ãs) era cuidar desse grupo, também caracterizados como pobres. A exortação à partilha dos seus bens materiais era considerada uma evidência de que a comunidade estava engajada com a missão de Jesus, estendida às pessoas que seguiam seus ensinamentos.²⁹⁹ Abaixo são citados três excertos que demonstram o significado do seguimento a Jesus como prática do cuidado caridoso.

O primeiro excerto que se destaca é de João Crisóstomo (344-407 d.C.), que atuou principalmente em Constantinopla, no qual, em uma de suas homilias, exorta a comunidade ao cuidado com os pobres e à partilha e atenção às suas necessidades vitais, descreve, junto a esse grupo, as pessoas com deficiência.

fontes imprescindíveis para compreender o ser-pensar-agir-sentir dos homens e mulheres nos dias atuais. Isto mostra a operacionalidade que há nos relatos mitológicos ou na história original das religiões, o que deveria desafiar-nos a estudá-las e buscar compreendê-las mais por aquilo que nos revelam da nossa filoontogênese – se assim pudéssemos falar, ao fazer referência a esse amálgama que forja o pensamento ocidental judaico-cristão - do mais profundo e longínquo de cada um de nós e da própria humanidade, do que por simples curiosidade ou diletantismo”.

²⁹⁶ BUSCAGLIA, Leo. *Os deficientes e seus pais*. Trad. Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 105.

²⁹⁷ O termo caridade, de acordo com Houaiss, pode ser definido como: 1 – virtude teológica que conduz ao amor a Deus e ao nosso semelhante; 2 – ato pelo qual se beneficia o próximo, esp. os pobres e os desprotegidos; 3 – disposição favorável em relação a alguém em situação de inferioridade (física, moral, social etc.); compaixão, benevolência, piedade; 4 – donativo ou ajuda que se dá aos pobres; esmola, benefício. Neste estudo monográfico quando se trata de um termo histórico tende-se a entender como um ato de amor e cuidado, um pouco diferente da contemporaneidade que muitas vezes entende o termo como esmola, num sentido depreciativo.

²⁹⁸ MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 11-22. O termo é emprestado do autor para projetar a real situação das pessoas excluídas, pois o termo exclusão tornou-se fortemente usual sem muitas vezes alcançar a profundidade que se pretende. Neste sentido, as pessoas com deficiência são vítimas dos processos de exclusão que as qualifica pela sua condição de deficiente e, desta forma, destinando-as a margem social.

²⁹⁹ GAEDE NETO, Rodolfo. **A diaconia de Jesus**: uma contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina. São Leopoldo: Sinodal/Centro de Estudos Bíblicos; São Paulo: Paulus, 2001. p. 64-67.

Apresentou-se-me hoje justa incumbência, muito útil e conveniente para vós. Não a recebi de nem um outro, mas dos nossos pobres, habitantes desta cidade, quando levantara a mão para indicar-me esta tarefa. Não por palavras, voto ou deliberação de um parecer comum; mas pela vista dos desventurados e amargurados. pois apressando-me para nossa reunião, ao passar pela praça e por perto de recantos, vi logo nas esquinas muitos deitados, uns de mãos decepadas, sem olhos outros, ou cobertos de chagas e feridas incuráveis, expondo esses males extremos nos membros que seria preciso encobrir totalmente de tão purulentos. Considerei então ser a última das desumanidades não vir conversar sobre eles com vossa caridade e principalmente para vos estimular a respeito. Pois são sempre precisos sermões sobre a misericórdia, já que também nós temos muitas vezes de pedi-la ao Senhor que nos criou.³⁰⁰

Crisóstomo é minucioso e esclarece onde estavam as pessoas com deficiência que ele encontrou ao longo do caminho: elas estavam nas praças e nas esquinas. Esses detalhes dão uma ideia de como e onde habitavam as pessoas com deficiência e qual era o espaço que elas ocupavam na sociedade, um lugar à margem. É importante observar que essa margem não está afastada do olhar ou mesmo do contato da sociedade. Essa margem é um lugar no qual as pessoas poderiam ter contato. É uma margem construída como espaço a ser ocupado por aquelas que não possuíam outro espaço. É a invisibilidade visível. Esse grupo faz parte daquelas pessoas visíveis, mas que socialmente não são vistas. Se preferir, poder-se-ia dizer ainda que, elas fazem parte da presença de uma realidade paralela que só pode ser acessada por uma educação do olhar, que no caso de Crisóstomo, é o amor cristão.

Aqui, encontra-se uma compreensão de cuidado com as pessoas pobres e, no caso deste estudo as pessoas com deficiência, que remonta a uma atuação principalmente relacionada ao convívio, como se verá no quarto capítulo. Não há como ser misericordioso sem se envolver em amor. Essa ideia remete à atuação ministerial de Jesus relatada nos evangelhos, mas principalmente, nas famosas palavras relatadas nas *Obras de Misericórdia* (Mt 25.35-45), no qual Jesus exorta aos(às) seus(as) discípulos(as) a atuarem juntamente com “os(as) pequeninos(as) irmão(ãs)”. É a partir de Jesus que o cuidado de amor e a caridade se constituí como tarefa de toda a cristandade, como parte de pertencê-lo, a ponto de o pregador considerar uma “desumanidade” se não exortasse a comunidade para a tarefa de perceber a invisibilidade presente em seu meio.

³⁰⁰ FIGUEIREDO, Fernando Antônio. **Os padres da igreja e a questão social**. Trad. Cristina Penna de Andrade. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 65.

O segundo excerto destacado é o de Gregório de Nissa (371 d.C.). Ele era irmão de Basílio Magno e trabalhou com Orígenes na elaboração de uma sistematização da fé cristã. Em seu texto Gregório destaca que a ação em direção ao(à) pobre,³⁰¹ constitui como a construção da própria saúde da pessoa caridosa. Nessa perspectiva, a caridade tem um caráter fundamental para a pessoa que a pratica. Ele é incisivo em afirmar que a pobreza como justificativa para o não-auxílio é falaciosa, pois existem pessoas que se encontram numa realidade de pobreza ainda mais profunda (associada com uma doença/deficiência)³⁰² e essas são prioridade dos cuidados da cristandade, porque encontram-se numa situação de dupla exclusão (pobreza e deficiência). Nas palavras do Pai da Igreja, a relação entre deficiência e pobreza, é praticamente uma relação imbricada, uma predestinação à invisibilidade social.

Abraça o infeliz como se fosse ouro. Leva nos braços o alquebrado para tua própria saúde, a salvação de tua esposa, dos filhos, dos servos, de toa a tua família. O indigente enfermo é duplamente pobre. Porque quem está sem recursos, mas ainda tem forças, vai de porta em porta ao encontro de quem tem. Outros, sentados nas encruzilhadas, pedem aos que atravessam. Aqueles, porém, retidos pela doença, fechados nos albergues apertados ou em recantos estreitos, como Daniel na cova, é a ti, bondoso e amigo dos pobres, que esperam pacientemente como a um Habacuc. Sê pela misericórdia companheiro do Profeta. Aparece logo, sem tardar, diante do necessitado. O dom não traz prejuízo. Não tenhas medo; o fruto da esmola germina com variada abundância. Lança a semente e encherás tua casa com as primícias dos bens.³⁰³

Por fim, é destacado um terceiro excerto que se refere a Gregório Nazianzo (380 d. C.), um teólogo renomado principalmente por sua retórica e por suas reflexões teológicas sobre a trindade. Assim, ele descreve:

[...] sem dúvida alguma as entranhas devem se abrir para todos os pobres e para os que, por um motivo adverso, são infelizes, de acordo com o: 'alegrar-se com os que se alegram, chorar com os que choram' (Rm 12.15), assim ordena o preceito. [...] todos são igualmente dignos de compaixão, e olham para nossas mãos como nós para as de Deus, somos todos nós mais ou menos carentes. Destes mesmos infelizes, os que foram destituídos de dignidade são mais dignos de lástima do que aqueles que sempre viveram na miséria. E de modo muito especial, os consumidos pela moléstia sagrada [lepra], em que até as carnes, os ossos e medulas são devorados; e como é

³⁰¹ No capítulo 4 trabalha-se a contextualização da conceituação da categoria de pobre.

³⁰² Por mais que se refira ao longo deste estudo uma aproximação temática entre doença e deficiência, a compreensão é que ambas se constituem em dois momentos totalmente diferentes já que o primeiro tem a perspectiva de ausência de saúde, o que não corresponde ao segundo, enquanto uma manifestação da diversidade de humana. A sua aproximação se dá necessariamente por sua identificação junto ao imaginário social (senso comum) como uma qualificação negativa limitante.

³⁰³ FIGUEIREDO, 1986. p. 26.

ameaça para alguns, abandonados sem auxílio sob este corrompido, humilhado, incrível corpo.³⁰⁴

É importante destacar nesse excerto a compreensão de que “todos são igualmente dignos de compaixão”. De certa forma, o Pai da Igreja exorta a comunidade a não fazer acepção de pessoas por sua situação de pobreza/deficiência. Esse caráter de igualdade perante a compaixão divina é para ele também o marcador de que todas as pessoas são constituídas de dignidade e que as pessoas adoentadas/deficientes têm um caráter de urgência dos cuidados que devem ser observados pela comunidade.³⁰⁵ Fazer a escolha ética de caminhar junto com as pessoas que estão à margem, não significa ignorar, nem muito menos, condenar outras ao castigo eterno, mas, pelo contrário, desafiá-las ao arrependimento (Mt 19.16-22; Lc 18.18-30; Mc 10.17-31). Do mesmo modo, não fazer acepção de pessoas não significa ignorar as estruturas de produção de desigualdade, acobertando suas mazelas.

Na exposição desses três excertos, a deficiência tinha um caráter de dispensabilidade de caridade. Baseado nas observâncias dos relatos evangélicos, a comunidade entendia a prática de caridade como cotidiana. É interessante notar que o termo “caridade” ainda é muito forte na atualidade, principalmente, na atuação comunitária junto às pessoas necessitadas, dentre elas, as com deficiência. Se na época dos Pais da Igreja essas ações se constituíam numa mudança radical, principalmente, por um senso de responsabilidade, contemporaneamente, acaba por ter uma conotação pejorativa, por mais que se tente ressignificar essa ideia para uma noção de diaconia. Por isso, é importante observar que, a deficiência como designado à caridade, teve um papel histórico de cuidado com as pessoas com deficiência, como também, ocupa um lugar assistencialista no atual imaginário social.³⁰⁶

Caminhando nesse sentido, os estudos de Otto Marques Silva sistematizados no livro “A epopeia ignorada” constitui-se como referência nos

³⁰⁴ FIGUEIREDO, 1986. p. 38-39.

³⁰⁵ GAEDE NETO, Rodolfo. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do cristianismo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 316-332, 2015. p. 326-329. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2615/2408>. Acesso em: 06 maio. 2018.

³⁰⁶ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 29. Os autores defendem que algumas concepções construídas ao longo da história, com em relação ao corpo por exemplo, influenciam o pensamento ocidental até os dias atuais.

estudos sobre as conceituações sobre a deficiência. Nele, o autor reforça a ideia de que o cristianismo teve uma influência positiva na conceituação da deficiência, porque possibilitou o atendimento mínimo das pessoas com deficiência, principalmente na época das primeiras comunidades cristãs, o que não ocorria na sociedade greco-romana, como visto acima. Para ele, o fato da doutrina cristã estar voltada para a caridade, tem diversas conotações, desde a materialização do amor ao próximo, até a compreensão real da pobreza, passando por uma vida de simplicidade, mas que, baseado no conteúdo encontrado em Jesus, veio ao encontro da grande multidão de pessoas que se encontravam em situação de desfavorecimento.³⁰⁷

A influência do cristianismo³⁰⁸ torna-se mais evidente no antigo Império Romano a partir de Constantino (306-337). Como destaca Silva:

[...] foi o imperador Constantino que, em 315, editou uma lei que bem demonstra a influência dos princípios defendidos pelos cristãos de respeito à vida. Essa lei considerava os costumes arraigados – embora não generalizados – de mais de cinco séculos, prevaletentes em Roma e em Esparta principalmente, que não só permitiam como também exigiam que o pai de família, senhor absoluto de tudo de todos no lar, fizesse morrer o recém-nascido que ele não queria que sobrevivesse, devido a defeitos ou a malformações congênitas. Constantino taxou esses costumes de ‘parricídio’ e tomou providências para que o Estado colaborasse para a alimentação e vestuário dos filhos recém-nascidos de casais mais pobres. Exigiu que essa nova lei fosse publicada em todas as cidades da Itália e da Grécia, e que fosse em todas as partes gravada em bronze para, dessa forma, tornar-se eterna.³⁰⁹

O excerto destacado acima traz duas questões importantes a serem refletidas. Em primeiro lugar a relação e o cuidado com as pessoas com deficiência por um princípio considerado primordial para o cristianismo que é a ação profético-pedagógica de Jesus de igualdade substantiva de vida em abundância, como será aprofundado no quarto capítulo. Nessa perspectiva, é possível afirmar que havia uma compreensão do que poder-se-ia conceituar como um direito natural de que todas as pessoas, imagem e semelhança de Deus, irmão(ã) e próximo(a) em Jesus,

³⁰⁷ SILVA, Otto Marques. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. p. 153.

³⁰⁸ SILVA, 1987, p. 173. O autor destaca que em Constantinopla a união entre igreja e Estado culminou no estabelecimento de nove tipos diferentes de instituições de atendimento às pessoas em situação de miserabilidade. Nesta nota destaca-se o “*lobotrôphium* – abrigo e internato para pessoas vítimas de limitações físicas crônicas e muito severas” (destinado para alimentação) e “*nosokómeion* – criado para tratamento e abrigo de doentes agudos crônicos sem posses nem condições para tratamento domiciliar”.

³⁰⁹ SILVA, 1987, p. 160.

pudessem gozar da possibilidade de viver de forma digna, entre elas, inclusive as pessoas com deficiência. Quer dizer, o conceito de deficiência, nesse sentido, não diferencia a pessoa da possibilidade de vida. Enquanto deficiente, ela desfruta de uma igualdade de vida como qualquer outra pessoa.

Por conseguinte, a pessoa com deficiência, com direito à vida, que já não poderia mais ser descartada a sua própria sorte, precisava de alguma forma ser garantida em seu direito, seja pelo *pater familias*, seja, e então a segunda questão interessante do excerto acima, pelo Estado que proporcionaria este atendimento para aquelas pessoas que não tivessem condições econômicas suficientes para sua subsistência. Vê-se aqui os indícios de um embrião que no Estado moderno convencionou-se em chamar de políticas públicas, que tinha no aspecto assistencial de manutenção da vida, seu princípio modelador. Portanto, percebe-se evidentemente que o pensamento cristão de caridade e, especialmente, da compreensão de que a pessoa com deficiência também é pessoa com direito à vida, proporcionou uma mudança radical da mentalidade da época.

Pessotti, nesse sentido, argumenta em seu livro corroborando com a percepção defendida por Silva. O autor destaca que a propósito do desenvolvimento do entendimento sobre a deficiência mental ao longo da história, o pensamento cristão sobre como compreender a deficiência, tornou-se numa concepção revolucionária, ao ponto de a pessoa com deficiência ser chamada “filha de Deus”. Ele salienta que com o florescer do cristianismo e dos seus ensinamentos e prática a pessoa com deficiência passa de uma coisa para uma pessoa. Para a época, entender a pessoa com deficiência como pessoa, ou se preferir, como humana, consistia numa virada epistemológica extremamente significativa, mesmo que, esta igualdade, ainda que limitada, não fosse reconhecida como uma igualdade civil. Verifica-se de acordo com o que escreve Pessotti:

[...] graças à doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da “exposição”, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos. É assim que passam a ser, ao longo da Idade Média, “les enfants du bon Dieu”, numa expressão que tanto implica a tolerância e a aceitação caritativa quanto encobre a omissão e o desencanto de quem delega à divindade a responsabilidade de prover e manter suas criaturas deficitárias. Como para a mulher e o escravo, o cristianismo modifica o status do deficiente que, desde os primeiros séculos da propagação do cristianismo na Europa, passa de coisa a pessoa. Mas a igualdade de status moral ou teológico não corresponderá, até a época do iluminismo, a uma igualdade civil, de direitos. Dotado de alma e beneficiado pela redenção de Cristo, o deficiente mental passa a ser acolhido

caritativamente em conventos ou igrejas, onde ganha a sobrevivência, possivelmente em troca de pequenos serviços à instituição ou à pessoa "benemerita" que o abriga.³¹⁰

Seguindo essa linha de interpretação a pesquisa realizada por Reily e Tupinambá sobre as retratações das pessoas com deficiência na História da Arte reafirmam as constatações de Pessotti. As autoras descrevem que o surgimento das primeiras comunidades cristãs se apresentava também como uma nova forma de conceber as pessoas com deficiência, o que contrapunha o modelo espartano de eliminação e passa a considera-las como filhos(as) de Deus³¹¹. Esse elemento da pesquisa das autoras é importante, pois reforça a ideia de que, historicamente, com o surgimento do cristianismo, iniciou-se uma virada epistemológica da concepção sobre a deficiência, que modifica-se, à medida que práticas de cuidado e de manutenção mínima da vida são realizadas pelas primeiras comunidades cristãs, tendo como exemplo a anunciação concreta da ação profético-pedagógica de Jesus.

O estudo de Tupinambá e Reily ainda traça um panorama geral da construção histórica do conceito de deficiência. As autoras estabelecem sua pesquisa a partir da análise das obras de arte produzidas ao longo da história e percebem que, no período Medieval, as pessoas com deficiência são novamente associadas a uma imagem negativa e depreciativa, como marcas do pecado. Já no período Renascentista as pessoas com deficiência tomam formas refinadas, com ares de beleza, para transmitir ao público uma ideia de contemplação religiosa. E a partir do Barroco, com um forte apelo no Romantismo, torna-se a olhar para o cotidiano e retratar pessoas com deficiência com o intuito de sensibilizar os(as) expectadores(as) para o sofrimento do(a) outro(a).³¹² Esse rápido resumo reforça a ideia defendida que as concepções sobre a deficiência é uma construção histórica.

Ao considerar os elementos descritos acima, principalmente com um foco um pouco mais ampliado voltado para a Idade Média, é pertinente refletir um pouco sobre como Foucault elaborou seu pensamento sobre a loucura. Para ele, o

³¹⁰ PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A.Queiroz/EDUSP, 1984. p. 04-05.

³¹¹ TUPINAMBÁ, Ariane; REILY, Lucia Helena. Retratos de deficiência e doença mental: intersecções entre Educação Especial e História da Arte. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 16, p. 127-136, 2004. p. 129. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/293/276>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

³¹² TUPINAMBÁ; REILY, 2004, p. 132-134.

processo de loucura instaura-se pelo fechamento dos leprosários.³¹³ Isso, porque estes lugares começam a atender pessoas com doenças venéreas, que estavam ligadas a todo tipo de desagregação dos parâmetros morais considerados aceitáveis e também aos seus efeitos colaterais, como a demência. Posteriormente, outra forma de se tratar estas pessoas era colocá-las em embarcações para que fossem levadas para outras cidades. Em ambas as formas, a pessoa denominada como “louca” era afastada dos olhos sociais para ambientes que de alguma forma resolvesse o problema e estabelecesse novamente a soberania da regra moral.³¹⁴

Foucault faz uma afirmação interessante para a discussão deste estudo. De acordo com o autor, “aquilo que sem dúvida vai permanecer por muito mais tempo que a lepra [...] são os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso; é o sentido dessa exclusão”.³¹⁵ Esta afirmação de Foucault vem acompanhada de um contexto no qual os leprosários são extintos por causa da baixa incidência da doença. Sua constatação consegue alcançar a realidade da construção de concepções negativas sobre as pessoas com lepra. Além disso, apresenta uma realidade interessante, pois a relação estabelecida sobre o(a) leproso(a) constituía por meio de práticas de segregação perdura como um conceito fruto do processo de exclusão³¹⁶ construído historicamente sobre a lepra e só poderá ser ressignificado por meio de uma práxis de inclusão.

Dessa forma, as concepções teológicas que se desenvolveram na Idade Média, quanto à pessoa com deficiência, tiveram um caráter, por vezes, dualista e

³¹³ Cabe aqui um parêntese sobre o uso da palavra lepra e suas derivações: leprosário, leproso(a), lazarento(a) etc. É de conhecimento a orientação da Lei 9010/95 sobre o uso do termo correto correspondente à hanseníase, mas compreendendo que nesta perspectiva histórica o termo utilizado referia-se por lepra, optou-se por preservar tal termo. BRASIL. **Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995**. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9010.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

³¹⁴ FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-8.

³¹⁵ FOUCAULT, 2014, p. 6. O autor ainda continua: “e ao mesmo tempo em que, pelas mãos do padre e seus assistentes é arrastado para fora da igreja *gressu retrogrado*, asseguram-lhe que ele ainda é um testemunho de Deus [...] o pecador que abandona o leproso à sua porta está, com esse gesto, abrindo-lhe as portas da salvação [...] desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão”.

³¹⁶ MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 11-22. O termo é emprestado do autor para projetar a real situação das pessoas excluídas, pois o termo exclusão tornou-se fortemente usual sem muitas vezes alcançar a profundidade que se pretende. Neste sentido, as pessoas com deficiência são vítimas dos processos de exclusão que as qualifica pela sua condição de deficiente e, desta forma, destinando-as a margem social.

paradoxal.³¹⁷ Isso, porque como reflete Pessotti, a conduta cristã exigia por um lado algumas características morais que vão corroborar para o cuidado da pessoa com deficiência que seria a caridade e a tolerância, como virtudes valorizadas. Por outro lado, no momento em que a pessoa com deficiência é reconhecida enquanto “filha de Deus”, algumas características que remetem a este título lhe são exigidas. E aqui então há um conflito, pois antes ela era cuidada como parte da “família humana”, agora corresponde a uma relação maligna por não corresponder ao ideal moral cristão de sua época.³¹⁸ Assim, muitas pessoas com deficiência, principalmente as com deficiência mental, foram taxadas como possuídas e até merecedoras do castigo divino.³¹⁹

Em Lutero, como homem de seu tempo³²⁰, também é possível encontrar um paradoxo. Ele elaborava que o sofrimento humano era concebido na vida prática em conformidade com o sofrimento de Cristo, como ele mesmo coloca, “pois o sofrimento de Cristo não deve ser tratado com palavras e aparências, mas com a

³¹⁷ LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 109. Os autores destacam uma tensão em relação à condição da pessoa leprosa, pois manifesta no corpo a condição corrompida da alma. Assim, o(a) leproso(a) é “símbolo por excelência do pecado” [...] é também a ‘imagem de Cristo que toma para si todas as imundícies do corpo e que se faz o mais abjeto entre os abjetos para salvar a humanidade’. A tensão aqui é manifesta: ‘o doente é um rejeitado assim como um eleito’”.

³¹⁸ PESSOTTI, 1984, p. 08-12. É importante destacar também que muitas pessoas com deficiência foram condenadas pela Inquisição à tortura e à fogueira. O autor destaca três textos que expressam estas ideias e que eram as bases para o movimento inquisitório. São eles o *Lucerna inquisitorium* de Bernardus Comensis, o *Malleus maleficarum* de Sprenger e Kramer (1486) e o *Directorium inquisitorium* de Nicolau Emérico (1370) e sendo reimpresso até 1607. Este último dava até indicações de como identificar os nigromantes através da vista torta por causa do contato com maus espíritos. Quando a pessoa tinha uma mudança de discurso ou se apresentasse como tolo, dever-se-ia intensificar a tortura para se obter a verdade.

³¹⁹ SILVA, 1987, p. 158-159. O autor traz um relato interessante sobre o imperador Galério (293-311), ferrenho perseguidor dos(as) cristãos(ãs). Perto do fim de sua vida ele sofria de uma grave doença que lhe causava feridas nos membros inferiores, intensas dores e impossibilitava-o de caminhar. Sem os resultados esperados, ele resolveu convocar os médicos de todo o império para curá-lo. Não tendo êxito, ordenou a execução de vários médicos. Dentre estes estava um cristão que, tentando se livrar da punição, afirmou que as mazelas que atingiam o imperador provinham de um castigo deferido por Deus. A partir de seu desespero, Galério publicou um edito que tolerava a cristandade como religião. O imperador morreu pouco tempo depois e criou-se uma ideia entre a cristandade de que, de fato, a sorte de Galério foi um castigo imputado por Deus.

³²⁰ FISCHER, Joachim. Introdução. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp. 2. ed., v. 1. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, p. 249-256, 2004. p. 249. Fischer assim escreve: “na Idade Média, a contemplação de Jesus em seu sofrimento físico e psíquico constituía, para cristãos como Bernardo de Claraval, os franciscanos e os místicos, uma das primeiras fontes de fortalecimento da fé. Por volta do fim da Idade Média, essa contemplação havia se tornado o mais popular exercício de devoção cristã. Naquela época, em que se desenvolveu também a prática da *via crucis*, a vida humana estava exposta, em grau bem maior do que hoje, a muitos perigos, desde catástrofes naturais até a ‘morte negra’, a peste bubônica, bem como a violência das guerras. Em seu sofrimento, os cristãos identificavam-se facilmente com Jesus, o sofredor por excelência, impiedosamente crucificado e morto. É nele que encontravam, além de consolo em sua miséria e força para enfrentar as adversidades da vida, o germe da esperança de superação de todos os males”.

vida e com veracidade”.³²¹ Para Lutero, a compreensão de que cada cristão(ã) deveria carregar sua cruz (Mt 16.24) tinha a dimensão de que o caminho da fé tinha como trilha o sofrimento. Esse fato não consistia numa boa obra ou merecimento do ser humano, mas, pelo contrário, estava baseado na revelação de Deus dentro da História, que tem no evento da cruz a derrota do pecado. Portanto, a pessoa crente sofre, como Cristo também sofreu para salvar todo(a) aquele(a) que crê e, nesse sentido, o sofrimento tem o caráter de fortalecimento da fé.³²²

O sofrimento presente na teologia da cruz de Lutero, não se encerra em si mesma, mas vem a reboque da luz do Evangelho. Dessa maneira, Lutero, à sua forma, resgata a dimensão do cuidado por meio da fé, na qual, a pessoa que sofre tem a esperança de que em Cristo seus pecados são carregados e redimidos. Lutero então escreve, que após admirar o sofrimento de Cristo, compreendendo que tal sofrimento deveria ser aplicado à pessoa pecadora, “deves ir em frente e contemplar seu amado coração, considerando quanto amor ele tem para contigo, amor que o obriga a carregar o fardo tão pesado de tua consciência e de teu pecado. Assim, teu coração ficará doce para com ele e a confiança da fé ficará fortalecida”.³²³ A retomada da esperança como elemento central do sofrimento, nesse sentido, contrapõe as práticas de segregação, pois em Cristo, quem sofre é acolhido(a).

Voltando a Pessotti, outro ponto importante a ser destacado é a relação que se construiu historicamente sobre a pessoa com deficiência que perdurou por muito tempo, e, talvez seja possível dizer, até a atualidade, como uma prática que contraria os ideais modernos de inclusão, é o tratamento segregacionista. Por mais que se constitua num contato diferenciado olhar para a pessoa com deficiência, considerando-a como “filha de Deus”, esse cuidado foi sendo marginalizado ao longo do tempo para fora do convívio da sociedade abrangente. Essa ideia de isolamento estava relacionada com o afastamento de condutas não convencionais do ideário cristã, condenando estas práticas como uma forma de castigo a serem

³²¹ LUTERO, Martinho. Um sermão sobre a contemplação do santo sofrimento de Cristo. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp. 2. ed., v. 1. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, p. 249-256, 2004. p. 256.

³²² RIETH, Ricardo Willy. Cruz e cura na teologia e na poimênica de Lutero. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 7-20, 2003. p. 9-10.

³²³ LUTERO, 2004, p. 255.

afastadas dos olhos dos crentes. Assim, fica evidente a construção histórica do conceito de deficiência por ações de aceitação-rejeição e de cuidado-isolamento.³²⁴

Nessa linha de raciocínio, Foucault descreve a Nau dos Loucos (*Narrenschiff*), já na Renascença, como um processo importante na caracterização negativa da deficiência. Seu princípio era o despacho de pessoas consideradas loucas para outras regiões da Europa por meio de navios mercantis em especial. A Nau dos Loucos era uma das formas de retirar as pessoas com deficiência da vista da sociedade em que vivia. Outra forma era a reutilização dos antigos leprosários para acomodar, num tratamento parecido de prisões, loucos e vítimas de doenças venéreas. Novamente com a perspectiva de reter à dimensão do convívio social, esses locais tinham como princípio o cuidado dos loucos autóctones, quer dizer, cada cidade deveria cuidar de seus loucos. Esses fatos reforçam novamente uma mudança paradigmática da compreensão da deficiência, não mais à aniquilação, mas ao afastamento ou purificação.³²⁵

A impressão de Le Goff é parecida com a identificação de Pessoti, com um foco também explorado por Foucault e que será importante na reflexão sobre as instituições de atendimento. Assim ele escreve:

[...], mas esta Cristandade, que integrou a sociedade nova nascida do progresso dos séculos 11 e 12, que atingira sua "fronteira", nem por isto era menos impiedosa em relação àqueles que não queriam juntar-se à ordem estabelecida ou àqueles que ela não queria admitir nesta ordem. Sua atitude resta, aliás, ambígua em relação a estes párias. Parece detestá-las e admirá-los ao mesmo tempo, receando-os com um misto de atração e medo. Mantém-nos a distância, mas fixa esta distância muito curta para tê-los ao seu alcance, aquilo que chama de sua caridade em relação a eles tem algo da atitude do gato em relação ao rato. Assim, os leprosários deviam estar situados a: "distância" de uma pedrada da cidade" para que a "caridade fraternal" pudesse ser exercida aos leprosos. A sociedade medieval tem necessidade destes párias, postos à margem porque perigosos, mas visíveis porque ela forja, pelos cuidados que lhes

³²⁴ PESSOTTI, 1984, p. 06-07. O autor é categórico "agora a ética cristã reprime a tendência a livrar-se do deficiente através do assassinio ou da 'exposição', como confortavelmente se procedia na Antigüidade: o deficiente tem que ser mantido e cuidado. A rejeição se transforma na ambigüidade proteção-segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade-castigo. A solução do dilema é curiosa: para uma parte do clero, vale dizer, da organização sociocultural, atenua-se o 'castigo' transformando-o em confinamento, isto é, segregação (com desconforto, algemas e promiscuidade), de modo tal que segregar é exercer a caridade, pois o asilo garante um teto e alimentação. Mas, enquanto o teto protege o cristão as paredes escondem e isolam o incômodo ou inútil. Para outra parte da sociocultural medieval cristã o castigo é caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou anti-sociais do deficiente". (p. 07).

³²⁵ FOUCAULT, 2014, p. 9-16.

proporciona, a sua boa consciência e, mais ainda, projeta e fixa magicamente neles todos os males que quer ver longe de si.³²⁶

O excerto de Le Goff chama para o fato de que a construção da segregação tinha um caráter pedagógico de dominação social. Em primeiro lugar porque promovia a construção de uma caridade assistencialista que já estava bem afastada da ação profético-pedagógica de Jesus, quer dizer, conceber os(as) lazarentos(as) como necessitados(as) e deixados(as) a uma distância razoável para que se pudesse praticar caridade satisfazia a consciência do(a) benfeitor(a). Em segundo lugar, esses(as) “párias” materializavam a dimensão do mal e servia como exemplo de punição, ao qual, todas as pessoas deveriam temer. Significa dizer que, contemplar a desgraça alheia regenera a alma e mantém visível o destino daqueles(as) que ousassem corromper o corrompido poder do senhor. Tacitamente, estava disposta a estrutura de dominação e produtora de desigualdades.

Esta perspectiva apresentada por Le Goff lembra a provocação, enquanto realizava as disciplinas do doutorado, do inestimável Professor Vítor Westhelle na disciplina Temas de Teologia - Assim no céu como na terra! Transfigurações teológicas de Karl Marx, ministrada juntamente com o incomparável Professor Valério Guilherme Schaper, na Faculdades EST, durante o primeiro semestre de 2014. Peço licença para apontar este elemento que julgo pertinente, pois Westhelle justamente desafiava a pensar se o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho não significava um subterfúgio do capitalismo para baratear a mercadoria (força de trabalho) da classe trabalhadora.³²⁷ Dessa forma, não se torna de um todo vão pensar que a construção negativa da deficiência na atualidade possui um valor significativo para a manutenção das estruturas produtoras de desigualdades.³²⁸

³²⁶ LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Trad. José Rivair de Macedo. Bauru: EDUSC, 2005. p. 316.

³²⁷ Este debate perpassa a construção epistemológica deste estudo, mas é melhor elaborado no terceiro capítulo.

³²⁸ VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Brasília, v. 35, n. 121, p. 41-52, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/RBSO_121.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018. CAMPOS, José Guilherme Ferraz de; VASCONCELOS, Eduardo Pinheiro Gondim de; KRUGLIANSKAS, Gil (In Memoriam). Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 560-573, 2013. p. 566. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n3/13.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018. Os autores destacam que a sensibilização é importante no ambiente do trabalho porque “os funcionários sem deficiência às vezes se sentem sobrecarregados pelo fato de a equipe ter de apresentar a mesma produtividade mesmo quando há um funcionário com deficiência com alguma

Nesse sentido, a título de exemplo e remetendo à atualidade e à sensibilidade da intuição de Westhelle, relata-se abaixo o excerto de uma das pessoas entrevistadas que tinha como função a tarefa de empacotadora, mas que realizava inúmeras atividades, mesmo em outros setores da empresa. Essa trabalhadora, contrariamente do que se poderia pensar, por estar realizando tarefas que constituiriam desvio de função,³²⁹ sintomaticamente, sente-se feliz por estar ocupando uma vaga de emprego. Foi possível perceber na conversa com a pessoa entrevistada que sua história, marcada por processos de exclusão, é redimida com a sua admissão ao emprego, não importando assim, se as tarefas que ela realizava, constituíam-se ou não à função que ela havia sido contratada para realizar. Para ela era um momento de felicidade poder trabalhar, quer dizer, sentir-se útil e produtiva.

Ah eu faço, eu recolho cestinha, carrinho assim. Eu ajudo, as vezes eu ajudo nos corredores abastecer bebida refri. Eu ajudo as vezes lá no depósito também. As gurias me chamam lá pra trabalhar lá no depósito e eu os ajudo lá a guardar as coisas no lugar assim e quando termina eu volto lá pra frente no meu setor de novo e quando precisa de mim lá é só ligar lá do depósito que eu vou pra lá trabalhar de novo com eles lá [...] depois quando termina de... Termina de..., na devolução lá eu recolho lixo. Eu boto saco de lixo e arrumo bem direitinho. Depois quando termina tudo as minhas coisas ali, eu recolho carrinho na rua, olho se não tem nada no estacionamento e digo olha, não tem nada mais no estacionamento, posso ir embora então? Bate teu cartão lá e vai para casa daí. Eu gostei disso, é bom daí. (E1).

Nesse sentido, nada mais inspirador para os(as) demais funcionários(as) que um(a) funcionário(a) se sentindo feliz em realizar diversas tarefas, mesmo aquelas que não lhe competem formalmente. Tal funcionário(a) torna-se exemplo de comprometimento e valorização do emprego que ocupa, ele(a) veste a camiseta, e não fica controlando essas questões mínimas de direitos. Entretanto, para que tal funcionário(a) assuma esse tipo de conduta diante da ocupação de um posto de emprego, é preciso que ele(a) vivencie a experiência cotidiana da incapacidade, da inutilidade e da improdutividade. Essas qualificações negativas, e, diga-se de

limitação [...] parte dos próprios colegas dos funcionários sem deficiência, que devem estar cientes das limitações dos colegas com deficiência e de certa forma contribuir para superá-las, de modo a beneficiar toda a equipe”. PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; DELLATORRE, Rochele. Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p.95-109, 2015. p. 105. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_537.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018. Uma das pessoas entrevistadas pelo estudo manifesta-se da seguinte forma sobre a produção da pessoa com deficiência: “a tarefa que ela faz hoje ela desempenha muito bem, e tem o desempenho superior a muitas pessoas que não tem deficiência”.

³²⁹ BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 468. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 16 maio 2018.

passagem, não são exclusivas das pessoas com deficiência, tem o caráter de controle e manutenção das estruturas produtoras de desigualdade, ao que Le Goff apontava anteriormente.

É interessante observar que a construção de um conceito negativo sobre determinada doença, que em certa medida associa-se à deficiência, vem acompanhado por um processo estrutural amplo que sistematicamente tem como pano de fundo a incapacidade de dar razão de determinada situação. Pinto traz esse elemento em seu artigo evidenciando que as concepções construídas à questão da lepra tinham como base a limitação epistemológica de identificar as causas e a cura para a doença. Nesse sentido, o conhecimento científico relacionado à medicina também contribuiu para a construção segregacionista da doença ao caracterizar, por exemplo, hereditariedade e relações sexuais durante a menstruação como causas da transmissão da doença.³³⁰ Quer se chamar a atenção para o fato que o movimento das estruturas sociais de segregação atua de forma decisiva na construção dos conceitos.

Outro fator que será melhor explorado na segunda parte deste capítulo é a importância do modelo biomédico como autoridade na definição de determinados conceitos que sintomaticamente relacionam as incapacidades,³³¹ relativas às doenças, de igual modo, as deficiências, ao tipo de convívio e à ocupação de determinados espaços. Tanto o conhecimento científico, relacionado à medicina, quanto ao conhecimento social, vinculado com a igreja, associam-se em alguma medida para promover esses tipos de curas. Essa forma de atuação conjunta, aprofundar-se-á na idade moderna, trazendo consigo, definições incapacitantes que geram rótulos deveras difícil de serem desconstruídos. O diagnóstico e a prescrição médica assumem um caráter de sentença que deve ser cumprida à risca para que se tenha alguma chance de redenção/cura.³³²

³³⁰ PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. O estigma do pecado: a lepra durante a Idade Média. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-144, 1995. p. 134-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/07.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

³³¹ GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016. p. 3063. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

³³² PINTO, 1995, p. 142. O autor entende, entretanto, que o processo segregacionista não tem caráter de construção a partir do conhecimento médico, mas foi influenciado pelo modelo social, conforme ele coloca: “a medicina ocidental vai incorporar este modelo excludente como base da ação terapêutica nos hospitais, onde a segregação dos doentes passa ser uma via obrigatória para a cura”. No entanto, o próprio autor relata anteriormente que a medicina prescrevia o

É compreensível que esse breve destaque de algumas questões sobre essa construção demandaria um estudo específico a respeito da temática. Porém, esses destaques indicam para uma impressão inicial de que os conceitos sobre a deficiência não são resultados isolados de uma determinada época, mas, enquanto construídos historicamente, vão se moldando em tempos variados carregando significações culturais transcritas por meio de práticas que se reproduzem sintomaticamente no movimento da história. Dessa feita, o processo de ressignificação de um conceito necessita considerar esse elemento, compreendendo que é uma metodologia prático-conceitual, movimentado pelas contrariedades dialéticas interpostas pela ocupação do espaço social. Seguindo essa trilha, caminha-se na direção de outros elementos que contribuíram para a construção conceitual da deficiência.

3.1.2 Perambulando entre hospícios e manicômios

Na construção histórica do conceito da deficiência é importante perceber o movimento do atendimento às pessoas que estavam à margem, entre elas, as pessoas com deficiência. Para tratar esses ambientes que também cuidavam das pessoas com deficiência (hospitais, leprosários, casas de acolhimento, asilos etc.) é importante destacar que, de acordo com Silva, esses espaços surgem como ambientes de cuidado baseados no amor cristão que se manifesta na caridade. De acordo com o autor citado, há relatos destoantes sobre qual seria o primeiro hospital criado, contudo, ele destaca três: o hospital criado pelo Papa Anacleto no ano de 76 da era cristã em Roma; o hospital de Edessa na Síria criado pelo eremita Efraim em 370; e o hospital de Basílio, o Grande, conhecido popularmente de *xenodóchium* (abrigo para estrangeiros), construído na cidade de Cesaréa em 375.³³³

Pessotti destaca a diferença que se faz nesse ponto a perceber hospício como um local de atendimento social vinculado com práticas de subsistência dessa população marginalizada e que tinha também um caráter médico, mas primordialmente religioso de caridade. De acordo com Pessotti esses locais surgiram

diagnóstico do convívio social como causa da transmissão da lepra. No caso da lepra até poder-se-ia justificar que o seu contágio justamente acontece pelo contato com as secreções da pessoa contaminada, entretanto, como mostra Foucault e como verificar-se-á especialmente no capítulo quatro, o isolamento social é uma prática que tem como base a organização da sociedade de classes.

³³³ SILVA, 1987, p. 162-163.

no Oriente a partir do século VII e foram trazidos para a Europa a partir da ocupação árabe da Espanha no século XV. Já o conceito de manicômio é bem mais recente remontado ao século XIX e tinha como objetivo “acolher apenas doentes mentais e dar-lhes tratamento médico sistemático e especializado”.³³⁴ Além disso, Pessotti ainda apresenta que a partir da compreensão de Pinel, há também o conceito de asilo, que designa de forma genérica qualquer estabelecimento com o intuito de internamento da loucura, com ou sem a presença de outros doentes.³³⁵

O auxílio prestado pela igreja, em muitos casos e sobretudo, com a crise do Império Romano, era uma das últimas alternativas para assistência de pessoas pobres e, em nosso caso, as pessoas com deficiência.³³⁶ Teixeira destaca que o imperador Juliano aprofundou o clima de perseguição aos(às) cristãos(ãs) nos anos de 361-363 da era cristã, tendo como fato preponderante a rivalização à caridade cristã, por meio da filantropia, na tentativa de sobrepor a promoção do cuidado a pessoas marginalizadas de todo o império por meio da religiosidade helenista, mas sem grandes avanços.³³⁷ É historicamente evidente que a cristandade teve papel importante neste processo de atendimento, como se pode citar, as ordens monásticas, pontos de refúgio e de guarida para parte da população que vivia na miséria. A orientação era de que cada mosteiro tivesse o seu *xenodóchium* para atender à caridade e à hospitalidade cristã.³³⁸

Como foi possível verificar no ponto anterior, conforme o destaque de Foucault para o movimento que ocorreu na Europa entre os séculos XV e XVI, no qual o controle da lepra, configurou o fechamento de muitos leprosários por falta de frequentadoras (pessoas com lepra) para ocuparem estes espaços. Citando um texto litúrgico de Viena,³³⁹ há o destaque da lepra como um sinal da ira divina e a manifestação do castigo como possibilidade de redenção. O mais intrigante nesse texto é observar como o movimento dos primeiros séculos do cristianismo deságua

³³⁴ PESSOTTI, Isaías. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 152.

³³⁵ PESSOTTI, 1996, p. 151-153.

³³⁶ SILVA, 1987, p. 197-198.

³³⁷ TEIXEIRA, Hélio Aparecido. Filantropia e caridade/diaconia: dialética entre Juliano e os galileus. In: CUYATTI, Patrícia; SCHAPER, Valério Guilherme (Ed.). **Diaconía: la transformación en las manos de Dios**. Genebra: Federação Luterana Mundial, p. 9-26, 2017. Disponível em: <<https://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/diaconu-a-la-transformaciun-en-las-manos-de-dios.pdf>>. Acesso em: 09 maio. 2018.

³³⁸ SILVA, 1987, p. 203-204.

³³⁹ FOUCAULT, 2014, p. 6. “Meu companheiro, diz o ritual da Igreja de Viena, apraz ao Senhor que estejas infestado por essa doença, e te faz o Senhor uma grande graça quando te quer punir pelos males que fizeste neste mundo”.

em práticas institucionalizadas de exclusão³⁴⁰ e, especialmente, em categorizações da deficiência que parecem distorcer a ideia de caridade das primeiras comunidades cristãs. Ao que parece, a institucionalização da fé tornou sua prática também institucionalizada, burocratizada e formal.

É importante destacar que a ideia construída na modernidade sobre a compreensão dos locais de acolhimento (hospícios, leprosários, asilos etc.) de pessoas marginalizadas (pobres, deficientes etc.) com uma ideia pejorativa de segregação nos inícios de sua criação não corresponde exatamente à ideia segregacionista atual. Pessotti chama a atenção para esse fato destacando que, a partir dos estudos de Foucault sobre a loucura, iniciou-se uma cruzada contra os hospícios medievais com um princípio que de imediato tais locais foram criados único e exclusivamente para segregar determinada população. Pessotti salienta que este foi um processo que se desenvolveu durante a história, mas a percepção do cuidado caritativo tinha valor fundamental na criação destes espaços, o que também não minimiza as condições sub-humanas às quais estas pessoas eram submetidas.³⁴¹

O estudo de Gomes Campos identifica que a organização da sociedade na Idade Média tinha um caráter essencialmente hierárquico e desigual, marcado por uma relação de classe que tinha bem separada a nobreza e a plebe, nesse sentido, a exclusão era uma vivência cotidiana. A novidade, no entanto, será percebida com um processo de construção um novo grupo: os(as) excluídos(as) dos(as) excluídos(as). Essa nova categoria de pessoas, por assim dizer, tinha um caráter de afastamento da sociedade (segregação), principalmente, pautada por uma mudança significativa na forma de construir a nova conceituação sobre este grupo, a saber, a mudança de um modelo religioso para um modelo biomédico. Como refletido anteriormente, a construção segregacionista do grupo de excluídos dentro de uma massa de pessoas excluídas tem por base o aprofundamento de práticas de isolamento e mudança de paradigma conceitual.³⁴²

³⁴⁰ SILVA, 1987, p. 211. O autor comenta que “se o resultado do exame do doente suspeito de ‘lepra’ fosse positivo, rezava-se uma missa de Réquiem sobre o doente, o que correspondia a um sepultamento simbólico. Era então conduzido para fora da cidade e no caminho o sacerdote, acompanhado de um acólito que tocava uma matraca, dava orientações básicas ao doente, perpassando as proibições que iriam marcar sua vida futura”.

³⁴¹ PESSOTTI, 1996, p. 151-156.

³⁴² GOMES, Maria Helena Scalabrin C.; CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GOMES, Marcos Cardoso. Identidade e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Brasileira de História &**

Ao que parece, à medida que as instituições de cuidado vão se desenvolvendo historicamente, as pessoas com deficiência são retiradas dos ambientes sociais comuns e segregadas.³⁴³ O que consistiria em avanço acaba por se tornar um elemento símbolo da exclusão. A cristandade procurava dar razão ao mal acometido e transcrevia a comunhão como escatológica no porvir.³⁴⁴ Dessa forma, a questão da ação institucional da igreja deve ser considerada pelo olhar de vários aspectos, pois está carregada de intuições que podem ser compreendidas de formas diversas, principalmente, no que tange ao olhar histórico fora de seu tempo. Quer dizer, com os olhos modernos, que se pode vincular sua ação como um processo de construção da exclusão dos(as) lazarentos(as)³⁴⁵, por outro lado, pelos limites da medicina medieval, foi uma alternativa de proporcionar algum atendimento a essas pessoas.³⁴⁶

No entanto, Foucault elabora que a construção da loucura como um problema social a ser afastado dos olhos da sociedade tem como pano de fundo a estruturação do poder, tornando assim uma forma de controlar e submeter o povo.

Ciências Sociais – RBHCS, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 180-205, 2015. p. 189-191. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/251>>. Acesso em: 18 maio 2018.

³⁴³ SILVA, 1987, p. 213. O autor corrobora que “só na França dos séculos XII e XIII havia em torno de 2.000 ‘lazarentos’ que se destinavam apenas à segregação e nunca ao tratamento dos doentes. Na Europa inteira, devido à extensão do problema, havia aproximadamente 19.000 desses abrigos, todos separando duramente seus doentes da sociedade e deixando que morressem sem qualquer assistência”.

³⁴⁴ FOUCAULT, 1978, p. 06. “Os leprosos de Brueghel assistem de longe, mas para sempre, a essa subida do Calvário na qual todo um povo acompanha o Cristo. E, testemunhas hieráticas do mal, obtêm a salvação na e através dessa própria exclusão: uma estranha inversão que se opõe à dos méritos e das orações, eles se salvam pela mão que não se estende. [...] por isso, tem paciência com tua doença, pois o Senhor não te despreza por tua doença, e não se separa de tua companhia; mas se tiveres paciência serás salvo, como o foi o lazarento que morreu diante da casa do novo-rico e foi levado diretamente ao paraíso. O abandono é, para ele, a salvação; sua exclusão oferece-lhe uma outra forma de comunhão”.

³⁴⁵ CUNHA, Ana Zoé Schilling da. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 235-242, 2002. p. 237. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v7n2/10243.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2018. Os medievais acreditavam na existência de seres misteriosos que habitavam os céus e que provocavam as tempestades, a loucura e as do-nças. Portanto, convinha tratar com prudência os que eram responsáveis por sua saúde ou doença, prosperidade ou miséria. Muitos “santos”, que também habitavam os céus, eram invocados a proteger as pessoas das diversas doenças, que, por sua vez, recebiam nomes de santos. Assim, a peste bubônica recebeu o nome de “mal de São Roque ou de São Sebastião”; a gangrena era chamada de “fogo de Santo Antônio” e a hanseníase de “mal de São Lázaro”.

³⁴⁶ CUNHA, 2002, p. 235-239. “Além da deformidade física, característica própria da doença, a falta de informações sobre o seu modo de transmissão e controle ou cura e o medo da exclusão social, que acompanhava os hansenianos nessa época, contribuíram, certamente, para que a hanseníase se tornasse uma doença temida nas populações medievais”. (p. 237). “Existem descrições sobre a forma como eram acomodados os doentes nesses leprosários medievais: dentro das habitações, cada doente tinha direito a uma cama, um baú ou arca para guardar seus pertences e um lugar para acender sua vela”. (p. 238).

Nesse sentido, a igreja alinha-se a ordem do sistema e torna-se, por ingenuidade ou interesse, subserviente a este caráter de controle. São associados assim, elementos paradoxais, como a caridade e a punição, com o sentido de isolar subserviências que, em certa medida, contrariava as estruturas, bem como, aquelas pessoas pobres que se aglutinavam junto as cidades. Dessa forma, o enclausuramento tinha como objetivo afastar este grupo de pessoas da necessidade de convívio social. Reforça-se assim, por meio de práticas segregacionistas, a construção de concepções da inviabilidade da convivência relacionada a classe pobre, associada à loucura.

Em seu funcionamento, ou em seus propósitos, o Hospital Geral não se assemelha a nenhuma ideia médica. É uma instância da ordem, da ordem monárquica e burguesa que se organiza na França nessa mesma época. Está diretamente ligado ao poder real que o colocou sob a autoridade única do governo civil; o Grande Dispensário do Reino, que constituía antes, na política da assistência, a mediação eclesiástica e espiritual; vê-se repentinamente posto para fora de circuito. [...] nessas instituições também vêm-se misturar, muitas vezes não sem conflitos, os velhos privilégios da Igreja na assistência aos pobres e nos ritos da hospitalidade, e a preocupação burguesa de pôr em ordem o mundo da miséria; o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir; o dever de caridade e a vontade de punir; toda uma prática equívoca cujo sentido é necessário isolar, sentido simbolizado sem dúvida por esses leprosários, vazios desde a Renascença mas repentinamente reativados no século XVII e que foram rearmados com obscuros poderes.³⁴⁷

A política aplicada por esse novo modelo de internato se utiliza de um desenvolvimento histórico iniciado por ações caritativas para se construir uma nova forma de dominação que tem como base a racionalização do cuidado. Foucault, na continuação de seu argumento afirma que a mudança de entendimento da perspectiva do atendimento nos internatos reflete numa reinterpretação dos conceitos que subvencionavam tais instituições, a saber, a pobreza e a caridade. Se antes a pobreza vinha carregada de uma relação mística de cuidado com o(a) próximo(a) e a possibilidade de exercício do amor cristão por meio da caridade, agora ambos se tornam faces de uma mesma moeda, na qual, consiste na perturbação da ordem. A pobreza assume um caráter de incapacidade. Nega-se o seu caráter estrutural de produção das desigualdades e transforma-se num problema pessoal-familiar.

E lugar-comum dizer que a Reforma levou, nos países protestantes, a uma laicização das obras. Mas, colocando sob seus cuidados toda essa

³⁴⁷ FOUCAULT, 2014, p. 50-53.

população de pobres e incapazes, o Estado ou a cidade preparam uma forma nova de sensibilidade à miséria: iria nascer uma experiência do patético, que não falaria mais da glorificação da dor, nem de uma salvação comum à Pobreza e à Caridade, mas que faz com que o homem se ocupe de seus deveres para com a sociedade e mostra no miserável, ao mesmo tempo, um efeito da desordem e um obstáculo à ordem. Portanto, não se trata mais de exaltar a miséria no gesto que a alivia, mas, simplesmente, de suprimi-la. Dirigida à Pobreza como tal, a Caridade também é uma desordem. [...] as grandes casas de internamento encontram-se ao final dessa evolução: laicização da caridade, sem dúvida — mas, de modo obscuro, também um castigo moral da miséria.³⁴⁸

Nessa linha de raciocínio Pessotti destaca que a compreensão da loucura passa por uma ressignificação importante, especialmente no século XVIII, que transita de uma etiologia diabólica para uma identificação fisiológica.³⁴⁹ É inevitável perceber que esse período constituiu também um grande painel de mudanças estruturais do mundo moderno³⁵⁰, que fervilhava um caldo de transformações que delimitava o nascimento de novas organizações estruturais e de organização do Estado (absolutista x liberal) e a ascensão do poder de um novo grupo econômico, a burguesia mercantil e industrial. Assim, também há a construção de novos ideais filosóficos para explicar o mundo³⁵¹, que inevitavelmente também influenciaram novas formas de conceber a loucura, como apresenta Pessotti, na formulação de Beaugrand que diferenciava loucura como das ideias e das noções.³⁵²

A mudança da utilização estrutural dos espaços de atendimento ressignifica a compreensão das instituições de cuidado destinado em geral para atender as pessoas que se encontravam em miséria, contribuindo assim, para a compreensão diversa de entender a pessoa com deficiência. Isso porque, a partir do momento em

³⁴⁸ FOUCAULT, 2014, p. 58-59.

³⁴⁹ PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 141.

³⁵⁰ Pode-se citar neste bojo eventos como a Revolução Inglesa (1640), a Revolução Industrial (1760), a Revolução Americana (1776), a Revolução Francesa (1789).

³⁵¹ LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 84. A título de exemplo cita-se um excerto de Locke que exprime elucidada a perspectiva a reflexão trata: “entretanto, ainda que se tratasse de um ‘estado de liberdade’, este não é um ‘estado de permissividade’: o homem desfruta de uma liberdade total de dispor de si mesmo ou de seus bens, mas não de destruir sua própria pessoa, nem qualquer criatura que se encontre sob sua posse, salvo se assim o exigisse um objetivo mais nobre que a sua própria conservação. O ‘estado de Natureza’ é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens; todos os homens são obra de um único Criador todo-poderoso e infinitamente sábio, todos servindo a um único senhor soberano, enviados ao mundo por sua ordem e a seu serviço; são portanto sua propriedade, daquele que os fez e que os destinou a durar segundo sua vontade e de mais ninguém”.

³⁵² PESSOTTI, 1994, p. 137.

que se empreende práticas de isolamento, e se transforma o conceito de pobreza³⁵³ como uma culpa pessoal pode-se também associar que a deficiência deva ser compreendida, da mesma forma, como uma culpabilidade individual.³⁵⁴ De igual modo, perde-se o caráter do amor cristão da caridade para uma ideia de assistencialismo. Assim, a deficiência deixa de se vincular a uma prática relacionada com a responsabilidade da comunidade seguidora de Jesus, para assumir um caráter extremamente particular de culpabilização da própria pessoa.³⁵⁵

Essas mudanças tornaram-se tão evidentes e constrangedoras que, a partir do relato de Philippe Pinel³⁵⁶ (1745-1826) é possível perceber que as ações adotadas junto aos então denominados de hospícios previam práticas de ações violentas contra os(as) pacientes como métodos de cura para a loucura. Pinel então escreve, relatando sobre o tratamento num estabelecimento que ele designou como monástico, no qual o atendimento era violento e vigilante: “um dos encarregados fazia todos os dias a ronda nos alojamentos, e quando um alienado extrapolava [...], ele o intimava com uma ordem direta para mudar e o prevenia que a obstinação em seus desvios seria punida no dia seguinte com dez golpes com nervo de boi.”³⁵⁷

³⁵³ CERQUEIRA, Monique Borba. Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 195-201, 2009. p. 197. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/26/14>>. Acesso em: 05 jun. 2018. A autora reflete sobre a categoria do pobre e afirma que “o predomínio de uma ideia informe e fantasmática de pobreza não dissimula, molda e atormenta apenas os desvalidos. Implantada no coração social, a ameaça representada pela falta soberana gera medo e engendra dispositivos políticos que percorrem toda sociedade [...] pobreza não é apenas uma palavra destinada a designar, é o lugar de confinamento dos pobres”.

³⁵⁴ LUTERO, 2004, p. 252. A título de elucidação do processo de modificação da compreensão sobre o caráter da importância do indivíduo, sem entrar na discussão sobre a construção moderna do individualismo, Lutero manifesta da seguinte maneira: “vê, pois que , quando um espinho agulho a Cristo, seria justo que te agulhoassem mais de cem mil espinhos; mais ainda: eles deveriam espetar-te desse jeito e até pior por toda a eternidade. Quando um prego atravessa torturantemente as mãos ou os pés de Cristo, tu é que deverias sofrer eternamente com pregos tais e até piores”.

³⁵⁵ LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 123. Os autores identificam que este processo de individualização já inicia “entre o fim do século XII e o início do século XIII: a morte se individualiza. Colocando as confissões no centro da cristandade por ocasião do concílio de Latrão IV, a teologia estimula a guinada para a individualização, o exame da consciência, a introspecção. Fim do anonimato, túmulos com estátuas deitadas representando os mortos, desmembramento dos cadáveres reais destinados a multiplicar os locais de culto ou ainda, ao contrário, defesa da integridade dos despojos, o corpo dos defuntos é objeto de uma atenção particular. Em todo caso, a partir do século XIII, os ritos funerários da Igreja triunfam sobre os usos habituais. Os corpos dos defuntos trocam as casas pelas igrejas, que regulamentam os funerários”.

³⁵⁶ CASTEL, Robert: **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 82-95. Castel defende que Pinel se constitui como um marco na reformulação dos princípios asilares, constituindo-se numa referência sobre o tema no mundo moderno.

³⁵⁷ PINEL, Philippe. Tratamento médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania (1801) (estratos sobre a mania e sobre o tratamento moral). **Revista Latinoamericana de**

Nessa perspectiva, Pinel apresenta que existia a crença de que as manifestações rebeldes e indóceis significava uma perda da capacidade da razão, que era trazida para a luz a base da pena.³⁵⁸

A perspectiva de atendimento de Pinel modifica a lógica do atendimento aplicada de sua época.³⁵⁹ No hospício de Bicêtre, no qual atuou na década de 1780, ele procurou renovar a perspectiva de um atendimento pautado por ações que não prezavam pela violência,³⁶⁰ no entanto, a alienação da pessoa ainda constituía numa concepção de atendimento que ele acreditava.³⁶¹ Outro detalhe importante de Pinel diz respeito a sua identificação das causas da loucura, o que corrobora com a perturbação da ordem de Foucault, de que os acessos dos(as) pacientes refletiam também a uma reação frente a ações anteriores de violência e deboche, não sendo necessariamente uma prevalência do indivíduo louco.³⁶² Se assim o era, há que se

Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 117-127, 2004. p. 126. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n3/1415-4714-rlpf-7-3-0117.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

³⁵⁸ PINEL, 2004, p. 125. “É nessa perspectiva que o cidadão Pussin apresenta-se à noite na porta de seu alojamento, com uma aparência própria para assustar, o olho em fogo, um tom de voz fulminante, um grupo de pessoas de serviço comprimidas em volta e armadas de correntes fortes que agitam em tumulto; uma vasilha de sopa é colocada junto do alienado e ele é intimado com a ordem mais estrita para tomá-la durante a noite, se não quiser incorrer nos mais cruéis tratamentos. Retiram-se e o deixam no mais penoso estado de flutuação, entre a ideia da punição que o ameaça, e a perspectiva assustadora dos tormentos da outra vida. Após uma luta interior de várias horas, a primeira ideia o arrebatava e ele determina-se a tomar seu alimento. Em seguida, é submetido a um regime próprio para restabelecê-lo; o sono e as forças voltam gradativamente, assim como o uso de sua razão, e ele dessa maneira escapa de uma morte certa. Foi durante sua convalescença que ele muitas vezes fez a mim a confissão das agitações cruéis e das perplexidades durante a noite de sua provação”.

³⁵⁹ RAMMINGER, Tatiana. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 111-124, 2002. p. 112-113. Disponível em: <<http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1178/a-saude-mental-do-trabalhador-em-saude-mental:-um-estudo-com-trabalhadores-de-um-hospital-psiquiatrico>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

³⁶⁰ PINEL, 2004, p. 127. “Aqui estão os princípios que se segue estritamente no hospício de alienados de Bicêtre. Estamos, sem dúvida, muito longe de ter as vantagens do sítio, da posição do local, de sua extensão, de sua distribuição anterior, tal como as possui o Doutor Fowlen em seu estabelecimento na Escócia. Mas posso atestar, a partir de uma observação assídua de dois anos consecutivos, que as mesmas máximas da mais pura filantropia presidem a direção dos alienados de Bicêtre; que o pessoal de serviço não levanta a mão violenta sobre eles, sob qualquer pretexto que seja, mesmo por represálias; que as camisas de força e a reclusão por um tempo muito limitado são as únicas penas infligidas; e que na falta de sucesso pela via da doçura ou de um aparelho que impõe repressão, um estratagema hábil algumas vezes produz curas inesperadas”.

³⁶¹ PINEL, 2004, p. 124. “No tratamento de sua mania, eu tinha o poder de usar um grande número de remédios, mas o mais poderoso de todos faltou-me: aquele que só se pode encontrar num hospício bem organizado, aquele que consiste, por assim dizer, em subjugar e domar o alienado colocando-o na estreita dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e morais, seja apto a exercer sobre ele um domínio irresistível e a mudar a cadeia viciosa de suas ideias”.

³⁶² PINEL, 2004, p. 127. “Quantos movimentos ardentes, ou melhor, quantos acessos de raiva e de indignação, eu não vi estourar entre certos alienados quando pessoas de mau gosto que vinham visitar o hospício faziam brincadeiras desumanas ao importuná-los ou ao provocá-los? Na própria enfermaria de alienados, que era isolada do hospício e fora da vigilância do chefe comum, quantas vezes não aconteceu por causa de zombarias bobas de enfermeiros ou de grosserias brutais, que

questionar se muitos(as) dos(as) loucos(as) que estavam internados não eram presos políticos tendo em vista toda a efervescência dos tempos como visto anteriormente.³⁶³

Significativamente, Pinel constitui uma virada no processo de atendimento dentro dos hospícios e de sua forma de conceber a loucura. Pessotti destaca algumas características importantes desta mudança proposta por Pinel, sendo a principal: “a loucura é entendida como comprometimento ou lesão fundamental do intelecto e da vontade, e se manifesta no comportamento do paciente, nos sintomas, sob as mais variadas formas”.³⁶⁴ De acordo com o autor, o Tratado de Pinel apresenta uma passagem da perspectiva fisiológica da loucura para um caráter afetivo-passional, superação da violência física, diagnóstico fundamentado na observação clínica, identificação dos sintomas, loucura como alienação mental e o tratamento moral como reeducação aos padrões éticos.³⁶⁵ Essa formulação de Pinel constitui-se como um processo renovador do atendimento a loucura, mas sem romper com a estrutura institucional.

Pessotti apresenta o tratamento moral de Pinel com características próximas à ideia incapacitante da pobreza destacada por Foucault³⁶⁶ como pode ser conferido no excerto abaixo.

alienados calmos e em vias de suas curas, recaíssem em acessos de furor por contrariedades deslocadas ou atos de violência? E, ao contrário, alienados transferidos para o hospício e tidos ao chegarem como muito coléricos e muito perigosos, por terem sido muito exasperados fora dali por pancadas e maus tratamentos, parecem de repente assumir um temperamento oposto, porque lhe falam com doçura, compadecem-se de seus sofrimentos e lhe dão a esperança consoladora de uma sorte mais feliz”.

³⁶³ PINEL, 2004, p. 122. “Às vezes eu parava, com prazer, diante do alojamento de um homem de letras que durante seus acessos discorria sobre os acontecimentos da revolução com toda a força, a dignidade e a pureza de linguagem que se teria podido esperar de um homem o mais profundamente instruído e com o mais perfeito julgamento”.

³⁶⁴ PESSOTTI, 1994, p. 146.

³⁶⁵ PESSOTTI, 1994, p. 145-170.

³⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 235-238. Para elucidar a dimensão da incapacidade da pobreza destacada por Foucault nesta época, uma outra passagem do autor reforça esta ideia, ao tratar a temática da sexualidade. “A segunda observação é que o que acabo de lhes dizer não vale certamente para a sociedade em geral nem para qualquer tipo de família. A cruzada antimasturbação [...] se dirige quase exclusivamente à família burguesa. Ora, na época em que a cruzada antimasturbação estava no auge, desenvolvia-se ao lado dela, mas sem relação direta, outra campanha que se dirigia à família popular ou, mais precisamente, à família do proletário urbano que se constituía. Essa outra cruzada [...] é toda uma campanha contra a união livre, contra o concubinato, contra a fluidez extra ou parafamiliar”. (p. 235-236); “dois processos de formação, duas maneiras de organizar a família celular em torno do perigo da sexualidade [...] aos perigos da sexualidade infantil, sobre a qual os pais se debruçam, devem responder a intervenção e a racionalidade médicas. Em compensação, no outro caso, a sexualidade, ou antes, a sexualização da família a partir do apetite incestuoso e perigoso dos pais o dos mais velhos, essa sexualização em torno do incesto possível vindo de cima, dos mais velhos, também chama um

[...] o “tratamento moral” que essas considerações insinuam apresenta-se claramente como uma tarefa de reeducação, mas uma reeducação que enquadre o comportamento desviante dentro dos padrões éticos. Padrões que são necessariamente outros que os das classes sociais inferiores ou incultas. Por outro lado, essa educação se destina a impedir ou corrigir vícios morais. Parece, e é, uma doutrina essencialmente moralista, destinada a combater o que a espécie humana tem de ‘desagradável e vergonhoso’. Trata-se então de uma reeducação, que um severo preceptor poderia conduzir com tanta eficácia como a de um psicoterapeuta? O contexto do *Traité* permite admitir que sim. A formação médica não é um requisito essencial para a prática reeducadora. Ela é essencial para assegurar a competência do julgamento diagnóstico, em todas as suas fases [...] os vícios e destemperos não são a loucura: são condições que ensejam, favorecem, propiciam o aparecimento da alienação. E é por isso que uma reeducação dos costumes entra no programa terapêutico, cujo objetivo formal é a recuperação da normalidade das funções mentais.³⁶⁷

É possível vincular então que a proposta de Pinel novamente se constitui como um avanço positivo na perspectiva do avanço relacionado ao que poderia se chamar de uma humanização do atendimento, porém, reforça o estereótipo de uma precarização individual com o acréscimo do elemento da racionalidade e de classe social. Pinel, como outros aqui apresentados, como teóricos da atualidade, são pessoas de seu tempo. Como visto, Pinel fazia parte de um tempo de mudanças profundas e a ascensão da burguesia à camada do poder era a novidade. Conseqüentemente, a sua proposta de reeducação moral vinha a calhar com o ideal burguês e se estabelece como um instrumento importante para o processo de homogeneização dos ideais desta nova classe. Percebe-se então uma tendência que se aprofundará fortemente na modernidade, a utilização das instituições pela ideologia.³⁶⁸

Esta compreensão da utilização pela ideologia das instituições foi desenvolvida por Althusser, ao que ele chamou de Aparelho Ideológico do Estado. Na sua compreensão, as instituições têm um caráter de promover o pensamento ideológico da classe burguesa que se constitui com o poder sobre o Estado. Dessa

poder externo, uma intervenção do exterior, uma arbitragem, ou antes, uma decisão. Mas, desta vez, não é em absoluto uma decisão de tipo médico: é de tipo judiciário”. (p. 138).

³⁶⁷ PESSOTTI, 1994, p. 160.

³⁶⁸ PESSOTTI, 1996, p. 141-142. De forma alguma pretende-se fazer um exercício de valor do avanço que significou a nova orientação prática indicada pelo indivíduo Pinel, bem como, como posteriormente esta teoria foi utilizada, mas de apresentar que existem fatores histórico-estruturais-conceituais diversos que influenciam determinadas mudanças epistemológicas, como bem afirma Pessotti: “ademais, com a difusão dos manicômios, proliferaram aplicações inadequadas do tratamento moral, sem os cuidados originais e essenciais do método. Os manicômios passaram a abusar das práticas repressivas. Originalmente empregadas como experiências corretivas das ideias e hábitos ‘errados’, tais práticas passaram a ser recursos de imposição da ordem e da disciplina institucional, recursos que agora visavam ao bem da instituição e de quem a controlava; não mais, ou não necessariamente, ao bem do paciente alienado”.

forma, a classe proletária é ensinada a manejar satisfatoriamente a ideologia dominante de forma a reconhecer os preceitos burgueses como universais, aos quais deve-se assumir como seus ideais. Todo esse manejo, tanto privado como público, tem como um objetivo a perpetuação da ideologia. Althusser defende que as instituições utilizadas como aparelhos podem se organizar de forma repressiva ou ideológica, porém, ambos preceitos interagem entre si de forma a se retroalimentarem, provocando assim, a manutenção do poder.³⁶⁹

Na perspectiva moral de Pinel estabelece-se uma nova forma de conceber a autoridade do médico que passa por uma dimensão moral do conhecimento e da ordem social. Assim, como diz Pessotti, “na prática hospitalar, a coluna mestra do tratamento moral é o poder do médico, defensor da razão, garantidor da ordem, depositário da norma moral”.³⁷⁰ Da mesma forma que se percebe o deslocamento do cuidado das pessoas com deficiência do espaço eclesiástico para os hospícios, a autoridade moral também transita do padre para o médico e o deslocamento da repressão violenta passa para a repressão moral. Indutivamente poder-se-ia então propor que é a partir desta mudança prático-conceitual que também se fomenta os princípios definidores do modelo biomédico, tornando assim, o médico uma autoridade fundamental na definição da deficiência.³⁷¹

Posteriormente, o aprofundamento do modelo biomédico passa por uma nova virada, buscando compreender a loucura para além do seu aspecto moral para uma ideia fisiológica. Já na primeira metade do século XIX, mas especialmente a

³⁶⁹ ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. p. 41-52. O autor escreve assim: “é que em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há Aparelho puramente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior. Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, em si mesmos, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia), embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico). Assim a escola e as Igrejas «educam» por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas. Assim a família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para só mencionar esta), etc”. (p. 46-47).

³⁷⁰ PESSOTTI, 1996, p. 129.

³⁷¹ PESSOTTI, 1996, p. 135. O autor destaca a criação do manicômio de Aversa na Itália com o intuito de seguir os princípios pinelianos em 1813, inaugurando assim uma nova etapa do tratamento da loucura. “O psicologismo psiquiátrico chegara, bem visto ou malvisto, a roda a Europa. A lei que criou o manicômio de Aversa mandava ‘obter, com medidas médicas, o restabelecimento dos doentes da mente’. O manicômio não deveria ter outra função que a de curar ou procurar a cura do louco: nada de custodiar elementos perigosos para a sociedade ou causadores de transtornos em suas famílias. O manicômio de Aversa não é um hospício: é um hospital psiquiátrico”.

partir da segunda metade, o ideal de Pinel e de seu discípulo Esquirol,³⁷² é contrariado com o argumento de que a teoria pineliana estava pautada num mito libertador filantrópico. O entendimento organicista da loucura tinha o entendimento de que por meio do rigor científico e análise anatômica poder-se-ia identificar as causas da mesma. Assim, “na medida em que uma visão organicista da loucura se revigora e passa a dirigir a prática terapêutica, o manicômio passa a ser um asilo, onde agora os loucos são tratados com métodos genuinamente médicos”.³⁷³ Mais do que a observação proposta por Pinel, a loucura é identificada em seu *locus* orgânico.³⁷⁴

Ao se questionar sobre as características da construção histórica da deficiência no âmbito do contexto brasileiro, é possível perceber o seu caráter tardio enquanto ação do Estado e a forte influência europeia tanto no entendimento quanto no atendimento à loucura. O primeiro destaque em relação a isso é a questão apresentada por Resende que aponta para um desenvolvimento a partir do século XIX de uma rede de instituições de atendimento específico às pessoas com deficiência. Enquanto isso, a sua discriminação acompanhava uma classificação ampla junto aos vadios, grupo social tratado no primeiro capítulo, e tinha como alguns pontos de atendimento hospitais, prisões, campos de trabalho forçado etc. Um elemento aqui aparece como essencial é a perspectiva do trabalho como elemento central na reeducação da pessoa com deficiência.

Socialmente ignorada por quase trezentos anos, a loucura acorda indisfarçavelmente notória, e vem engrossar as levas de vadios e desordeiros nas cidades, e será arrastada na rede comum da repressão à desordem, à mendicância, à ociosidade [...] a solução parece simples: remoção dos elementos perturbadores, num primeiro estágio, e sua reeducação para o trabalho, pelo trabalho num segundo tempo. A loucura que se exterioriza por comportamentos que, do ponto de vista das necessidades da economia e do convívio social assimilam o louco aos outros desadaptados, será arrastada da mesma trajetória destes últimos; numa primeira fase [...] o destino do doente mental seguirá irremediavelmente paralelo aos dos marginalizados de outra natureza [...] uma diferença em desfavor dos alienados mentais: estes processos serão, a partir de um certo momento, referendados pela ciência; o sequestro será indicação clínica; o trabalho, uma imposição terapêutica; a presença de um número desproporcional de representantes das classes populares e de

³⁷² Para maiores informações sobre Jean-Étienne Esquirol (1772-1840). PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 152-157, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rllpf/v6n2/1415-4714-rllpf-6-2-0152.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

³⁷³ PESSOTTI, 1996, p. 145.

³⁷⁴ PESSOTTI, 1996, p. 142-148.

certos grupos técnicos na população dos hospícios se justificará com taras hereditárias e tendências naturais destes grupos a determinados distúrbios mentais e à sociedade.³⁷⁵

O destaque de Resende remonta à discussão ampliada no primeiro capítulo que tinha como pano de fundo a discussão conceitual em torno das compreensões sobre o trabalho. O autor apresenta então um misto de compreensão do trabalho como castigo, quer dizer, ao ser recolhida a pessoa é forçada a um processo de reeducação pelo trabalho que por outro lado compreende o trabalho como um meio civilizador. Nesse sentido, o pano de fundo a respeito desta compreensão tinha como ideal a transformação da pessoa com deficiência em alguém útil para a sociedade por meio do trabalho. Possivelmente, o questionamento se na atualidade a compreensão contextual também não apresenta este elemento da produtividade e da utilidade, também pode ser inferida, principalmente, na sua caracterização subterrânea³⁷⁶, muito além da justificativa atual do trabalho enquanto um direito conquistado.

Andrade e Costa-Rosa defendem que a dimensão do trabalho como fonte terapêutica³⁷⁷, num processo bem posterior, ganha força especialmente com o movimento antimanicomial, o qual entendendo que o trabalho compreende uma parte importante da vida e que associado à dimensão terapêutica contribui de forma significativa para a recuperação do(a) usuário(a). A autora e o autor apresentam que o processo de atendimento psicossocial, que nos inícios do século XXI foi expandido para todo o país, tem seu começo na experiência do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de 1987 em São Paulo e do Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) de 1989 em Santos. Em tais experiências “a família e o trabalho são vistas como dimensões do campo macrossocial [...] o trabalho era considerado como um dos

³⁷⁵ RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério; COSTA, Nilton. **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 15-68, 1997. p. 35-36.

³⁷⁶ BOBSIN, Oneide. O subterrâneo religioso da vida eclesial: intuições a partir das ciências da religião. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 37, n. 3, p. 261-280, 1997. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/801/732>. Acesso em: 13 jun. 2018. Aqui empresta-se do termo cunhado por Bobsin que, de forma brevíssima, se pode resumir na apresentação de uma tensão na compreensão do cotidiano por parte da oficialidade e da laicidade.

³⁷⁷ VENANCIO, Ana Teresa. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, p. 35-52, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/03.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018. A autora apresenta que a compreensão do hospital-colônia é uma versão posterior dos hospícios iniciados na segunda metade do século XIX.

componentes importantes na construção do poder de contratualidade social dos sujeitos da experiência da loucura”.³⁷⁸

Aparentemente a vinculação do trabalho como princípio terapêutico possui em suas entrelinhas dois aspectos que são importantes de serem destacados. O primeiro diz respeito ao caráter da produtividade (valor) que com o avanço do capitalismo burguês e o desenvolvimento das forças de produção pautam a sociedade como um todo e, dessa forma, também influencia com características bem mais evidentes na contemporaneidade. O outro destaque é referente ao caráter normalizador do trabalho enquanto o exercício de uma atividade laboral desenvolvida pelas pessoas em geral com uma forma de não ficar sem exercer uma ocupação. Retomando o aspecto subterrâneo do trabalho, há uma articulação entre a dimensão da construção do trabalho para a pessoa com deficiência que passa por uma construção enquanto direito, mas também por sua satisfação aos ideais econômicos.

Além da relação do trabalho, retomando o excerto de Resende, a culpabilização das classes populares como justificativa de sua exclusão social também aparece como elemento de perpetuação da condição de marginalização da pessoa com deficiência no contexto brasileiro. Ao que foi acompanhado ao longo da primeira parte deste capítulo, a pobreza tem sua etiologia justificada pelo seu caráter científico e aqui se explicita o seu caráter de uma condição que não poderia ser rompida. Ao caracterizar em sua dimensão de hereditariedade, os distúrbios mentais, justificam-se também a manutenção das formas de segregação social e de tratamento alienista desta parcela da sociedade brasileira. Assim, perpetua-se uma condição de segunda categoria das pessoas com deficiência com justificativas que as condenam a um futuro pautado pela marginalização e, principalmente, pela incapacidade de tornar-se sujeitos.

O princípio da hereditariedade influencia fortemente a constituição do pensamento psiquiátrico no Brasil, principalmente pela teoria de Bénédict Augustin Morel (1809-1873)³⁷⁹ sobre a degenerescência. De acordo com Portocarrero a teoria

³⁷⁸ ANDRADE, Márcia Campos; COSTA-ROSA, Abílio da. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 27-41, 2014. p. 35. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/331/320>. Acesso em: 13 jun. 2018.

³⁷⁹ TRIPICCHIO, Adalberto. **MOREL, Bénédict-Augustin (1809-1873)**. 20/02/2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2008/02/20/morel-b-n-dict-augustin-1809-1873/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

da degenerescência proporciona uma transformação do conceito da doença mental associado à mudança de polaridade entre o social e o fisiológico e atribui a “sua causa a uma lesão orgânica, desloca a racionalidade da loucura de uma psiquiatria social da desordem para o tronco comum da medicina, afastando-se do conceito de doença mental que caracteriza a escola psiquiátrica do século XIX”.³⁸⁰ A autora salienta, citando Juliano Moreira (1873-1933)³⁸¹ que havia entre a classe médica brasileira uma “estereotipia diagnóstica” que justificava tudo por meio da teoria de Morel, reforçando assim, o caráter racista e classista da loucura no Brasil.³⁸²

Outro elemento importante, relacionado ao anterior, que também estava presente na implementação das primeiras instituições de atendimento a alienados(as) no Brasil era o caráter da higienização pública. Resende afirma que o primeiro hospício brasileiro inaugurado em 1852³⁸³ com apoio de D. Pedro II e vinculado à rede de Santas Casas (presentes no Brasil desde o século XVI), de caráter leigo e religioso, ocorreu antes do que exatamente a organização de uma rede psiquiátrica³⁸⁴, presentes no Brasil desde o século XVI. Dessa forma, inicialmente, a definição de quem seria atendido partia da gestão administrativa, e não exatamente do diagnóstico médico.³⁸⁵ Porém, conforme Oda e Dalgalarondo esse processo foi modificado com a influência da Sociedade Médica do Rio de

³⁸⁰ PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 49-50.

³⁸¹ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018. “Um aspecto marcante na obra de Juliano Moreira foi sua explícita discordância quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação. A posição de Moreira era minoritária entre os médicos, na primeira década do século XX, época em que ele mais diretamente se referiu a esta divergência, polemizando com o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Também desafiava outro pressuposto comum à época, de que existiriam doenças mentais próprias dos climas tropicais”. (p. 178).

³⁸² PORTOCARRERO, 2002, p. 47-64.

³⁸³ REY, Philippe-Marius. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n2/12.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018. Neste artigo é possível encontrar um resumo do relatório do médico francês em sua viagem de estudos no Brasil apontando detalhes de organização e construção do hospício.

³⁸⁴ ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Aos loucos, o hospício. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 263, 90-93, 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2018/01/090-093_memoria_263.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018. O autor descreve o atendimento da seguinte forma: “em geral, eram recolhidos às enfermarias da Santa Casa de Misericórdia ou à cadeia pública, de onde não saíam senão mortos. Encarcerados em cubículos fétidos e estreitos, muitos passavam os dias acorrentados. Já os submetidos à tutela de instituições religiosas, não raro, sofriam sanções físicas punitivas [...] o tratamento de pacientes com problemas mentais por médicos especializados, no entanto, só começaria nos primeiros anos do século XX”. (p. 90).

³⁸⁵ RESENDE, 1997, p. 37-42.

Janeiro que recomendava que não era mais aceitável expor a população em geral aos riscos de ataques e aos desvios das pessoas loucas que vagavam pelas ruas.³⁸⁶

É interessante observar que o processo de instituição pública no Brasil apresenta uma característica semelhante ao tratamento moral de Pinel e Esquirol.³⁸⁷ Com um pensamento voltado à racionalidade ilustrada, buscava apresentar um modelo que acompanhasse o processo da Europa.³⁸⁸ Embasados na compreensão pineliana de que o(a) louco(a) precisa ser alienado(a) para alcançar a cura por compreender a loucura como um desvio da racionalidade, a institucionalização da deficiência no Brasil experimenta o seu caráter higienista-segregador no estabelecimento de sua política pública. De acordo com Oda e Dalgarrondo, os fins da Sociedade Médica do Rio de Janeiro eram o melhoramento da saúde pública e esclarecer questões sobre a salubridade das grandes cidades. Desse modo, em 1831 inicia o processo de cobrança de uma ação imperial frente à loucura como um problema de saúde pública.³⁸⁹

Outro elemento a ser destacado é a compreensão do espaço como um princípio terapêutico no cuidado da loucura, assumindo assim, a segregação um caráter técnico-científico. Aqui deve-se ter em vista os elementos do espaço enquanto espaço social (por exemplo a rua ou a sociedade dos “normais” etc.), como também elementos da própria arquitetura de organização interna do hospício (separação por alas, classificação por tipos de loucura etc.). Portocarrero destaca que “a arquitetura é um fator importante de cura, pois o que cura é a localização do indivíduo e a própria organização do espaço em que o alienado tem contato com pessoas de seu sexo, sua classe, seu tipo de comportamento”.³⁹⁰ Dessa forma, a construção de um hospício acompanhava uma ideia de reserva, um local afastado

³⁸⁶ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 128-141, 2004. p. 131-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n1/1415-4714-rlpf-7-1-0128.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

³⁸⁷ PORTOCARRERO, 2002, p. 43-44. “Se a alienação é sobretudo uma desordem do comportamento, se ela se insurge contra a ordem social por meio de atos involuntários, a cura só pode ser obtida pela imposição de certas normas transmitidas por um processo de reeducação do alienado, de um tratamento moral [...] nesse tipo de tratamento depende do afastamento do louco num espaço que o separa das causas de sua loucura, inscritas na sociedade e principalmente na família, espaço medicalizado, terapêutico, organizado, sendo ele mesmo instrumento de cura”.

³⁸⁸ CASTEL, 1978, p. 259. Castel defende que esta concepção da loucura como um perigo para a sociedade significou a passagem de um modelo de atendimento pautado pela semiologia tendo Pinel como seu referencial para um modelo etiológico, no qual, “as degenerescências são desvios doentios em relação ao tipo normal da humanidade”.

³⁸⁹ ODA; DALGARRONDO, 2004, p. 132.

³⁹⁰ PORTOCARRERO, 2002, p. 44.

da cidade que primava pela tranquilidade, mas também afastava a loucura dos olhos da sociedade.³⁹¹

Seguindo por essa linha de pensamento, Goffman elabora o conceito que caracteriza como instituições totais. Em certa medida Goffman se aproxima do pensamento acima desenvolvido, pois tende a compreender as instituições totais germinada por essa dimensão prática que as instituições assumem, sendo reinterpretadas de ambientes vinculados ao cuidado e à caridade, para transformarem-se em internatos segregacionistas do espectro da pobreza que insulta e causa a perdição dos(as) fiéis. Dessa forma, para Goffman, as instituições totais se caracterizam por serem ambientes de “fechamento”. Elas separam de forma concreta as pessoas internadas, limitando assim, as saídas e o contato em relação ao mundo externo. Articulada como instrumentos de reclusão, estabelece-se por meio de seu esquema físico, com grades, cerca de arame, circuito interno de vigilância etc.³⁹²

Com sua organização, as instituições totais criam dois mundos: o das pessoas que seguem a ordem, dentro da regra, normais e o das pessoas que estão fora da ordem, fora da regra, anormais. Essa diferenciação pode ser percebida propriamente pela organização da mesma, em que todos os aspectos que se referem à vida são realizados no mesmo local, as atividades são efetivadas em grupos, nos quais as pessoas são tratadas da mesma forma, e também, o sistema de normas define o horário e o tempo gasto na realização de atividades pré-determinadas pelo cronograma.³⁹³ Além desse regramento interno das ações, de igual modo, há uma diferenciação entre os(as) atendentes e os(as) internados, como explicita Goffman: “os participantes da equipe dirigente tendem a sentirem-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados”.³⁹⁴

Associado ao desenvolvimento institucional de atendimento, os estudos patológicos³⁹⁵ começam a influenciar de forma marcante o desenvolvimento histórico

³⁹¹ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 983-1010, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/19.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018. O artigo apresenta um breve histórico das construções dos principais hospícios no Brasil.

³⁹² GOFFMAN, 1961, p. 16.

³⁹³ GOFFMAN, 1961, p. 17-18.

³⁹⁴ GOFFMAN, 1961, p. 19.

³⁹⁵ PESSOTTI, 1984, p.14-21. O autor destaca que o eixo do conceito da deficiência vinculado com a religiosidade começa a mudar com Paracelso e Cardano no século XVI. Eles acreditavam que a

do conceito de deficiência. De acordo com Canguilhem, vem de Broussais e antes dele, Bichat e Pinel, a ideia de que as doenças são sintomas de anomalias, seja por excesso ou falta de estimulações causadas aos tecidos. Essa definição se torna relevante para o aspecto sociológico, pois revestido de todo o valor positivo da ciência moderna, a normalidade/anormalidade se constitui como categoria de análise social.³⁹⁶ A partir disso, tratar as pessoas com deficiência “cientificamente” como socialmente anormais não foi um processo difícil, reforçando os aspectos das instituições como ambientes para “consertar” estas anormalidades através de tratamentos que viessem integrar as pessoas com deficiência na sociedade.³⁹⁷

Este princípio científico com sua interpretação voltada para os interesses ideológicos também foi utilizado pelo regime nazista para justificar suas ações de eliminação de grupos diversos.³⁹⁸ Para tanto, foi implementado o *Aktion T-4 Euthanasia Program*, que tinha como objetivo a realização de execução de pessoas com deficiência por serem consideradas um peso à sociedade. Após um levantamento por toda a Alemanha as condições clínicas das pessoas doente e deficientes, foram selecionadas para a execução aquelas compreendidas como incuráveis.³⁹⁹ O programa baseou-se nas teorias da evolução de Darwin e da genética de Mendel e tinha como objetivo concretizar os princípios teóricos que consideravam a hereditariedade como aspecto principal da disseminação da deficiência, e, desta forma, aprimorar os gastos públicos.⁴⁰⁰

A institucionalização ainda é uma realidade concreta bem comum para o atendimento às pessoas com deficiência na atualidade brasileira. O recente relatório

deficiência intelectual resultaria de traumatismos e doenças. Posteriormente outros nomes se destacam como Thomas Willis que creditava a uma enfermidade no cérebro que se caracterizava pela ausência de imaginação e memória; Francesco Torti que apontava que a deficiência intelectual era consequência da malária e dos maus odores liberados pelos pântanos presentes no ar.

³⁹⁶ CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Maria MARIA Thereza Redig de Carvalho Barrocas. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009. p. 16-17.

³⁹⁷ SASSAKI, 2010, p. 31. O autor destaca que o princípio da normalização tinha como pano de fundo proporcionar para as pessoas com deficiência a experimentação de um padrão de vida “normal”. Esta experimentação então foi confundida com um processo de transformar as pessoas com deficiência em “normais”.

³⁹⁸ FRIEDLANDER, Henry. The T4 killers: Berlin, Lublin, San Sabba. In.: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J. **The holocausto and history: the know, the unknow, the disputed, and the reexamined**. Bloomington: Indiana University Press, p. 243-251, 1998. p. 246.

³⁹⁹ BERENBAUM, Michael. *T4 program*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/T4-Program>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

⁴⁰⁰ GALLAGHER Hugh Gregory. “Slapping Up Spastics”. In.: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J. **The holocausto and history: the know, the unknow, the disputed, and the reexamined**. Bloomington: Indiana University Press, p. 327-337, 1998. p. 327-333.

da Human Rights Watch aponta para uma situação degradante de vida das pessoas com deficiência institucionalizadas sendo privadas de elementos básicos de decisão como o momento de se alimentar. Em muitas destas instituições, as pessoas com deficiência entram quando crianças sem a perspectiva de saída ou como mesmo diz o título do relatório “ficam até morrer”. Essa dimensão institucionalizada da deficiência, reforça o seu caráter de segregação, bem como, da impossibilidade de exercer algum tipo de decisão ou convivência humana, contrariando assim, princípios básicos do direito burguês de igualdade. Reforça-se uma conceituação negativa da deficiência, condenando-a ao confinamento.⁴⁰¹

Corroborando com o modelo goffmanniano de instituição total, a Human Rights Watch encontrou tais instituições de atendimento às pessoas com deficiência com as seguintes características:

[...] a maioria das grandes instituições tinha um ambiente impessoal, lembrando hospitais ou mesmo centros de detenção. Em algumas instituições, portas e janelas tinham grades. As condições em instituições visitadas pela Human Rights Watch eram frequentemente desumanizantes. Em alguns casos, muitos adultos ou crianças que não partilhavam nenhum vínculo pessoal eram mantidos juntos em quartos, por vezes severamente lotados com até 32 pessoas. Além de ficarem confinados à instituição, muitas pessoas permaneciam em seus quartos ou camas durante a maior parte do dia, seja porque estavam presas às camas ou porque os funcionários não davam apoio para que as pessoas saíssem de suas camas.⁴⁰²

As relações construídas a partir desse modelo de instituição justamente compõe um emaranhado de práticas que constroem um caráter negativo e incapacitante da deficiência. Nesse sentido, é importante observar que a construção histórica do conceito da deficiência se articula por sistemáticas ações que ocorrem no seio da sociedade com um forte apelo de diferenciação social deste grupo de pessoas, que têm como motores questões de controle, de poder, de isolamento e de economia. O exemplo disso é o relato acima sobre tais instituições que deveriam ter como base a realização de direitos das pessoas com deficiência com atendimento especializado, que garantisse a construção coletiva e pessoal de convivência social e autonomia, bem como, apoio de política de convívio e desenvolvimento no seio da

⁴⁰¹ HUMAN RIGHTS WATCH. “**Eles ficam até morrer**”: uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil. Nova York: Human Rights Watch, 2018. p. 1-11. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0518port_web.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2018.

⁴⁰² HUMAN RIGHTS WATCH, 2018, p. 25-26.

família⁴⁰³, o que, pelo contrário, é ignorado e tratado como política segregacionista de massa.

Outro elemento importante do relatório da Human Rights Watch é que as instituições reforçam um estigma negativo das pessoas com deficiência como uma forma de sensibilização do público em geral para angariar donativos. De acordo com o relatório, as instituições utilizavam de sites e promoviam um apelo a imagens negativas da deficiência, as quais, “perpetuam e reproduzem estigmas ao retratar os residentes de instituições como vulneráveis e carentes, ao invés de pessoas autônomas cujas escolhas individuais e dignidade inerente devem ser respeitadas”.⁴⁰⁴ É possível perceber então que as condições degradantes às quais as pessoas com deficiência são submetidas continua o processo de construção da perspectiva da pessoa com deficiência como incapazes, reforçando assim, a compreensão de caridade como assistencialismo e a negação do reconhecimento de direitos.

Por fim, Engel destaca que se construiu no Brasil a partir da compreensão psiquiátrica o entendimento, e no caso deste estudo, conceituações, que constituía a loucura como uma característica que contrapunha a normalidade, mas também, acompanhava outros aspectos da vida. Desta forma, associava-se a loucura a um déficit de civilização,⁴⁰⁵ pois as pessoas loucas contrariavam as regras sociais; às questões raciais, mesmo entendendo que a loucura se manifestasse em todas as raças, haviam raças inferiores com uma evolução retardatária, às quais, a loucura era mais recorrente; enquanto vadiagem, a recusa ao trabalho era um elemento que caracterizava a loucura; ao fanatismo religioso e suas manifestações possessivas, sendo ampliado também para a contestação política como relacionado à loucura e, por fim, às manifestações sexuais, seja de âmbito ninfomaniaco ou homossexual.⁴⁰⁶

É interessante perceber que mesmo defendendo uma etiologia da loucura ou mesmo o seu caráter positivo-orgânico, a compreensão sobre a dimensão social da deficiência apresentava alguns embriões da crítica a ser realizada na contemporaneidade a respeito da conceituação da mesma. Quando os médicos dos

⁴⁰³ BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.**

⁴⁰⁴ HUMAN RIGHTS WATCH, 2018, p. 33.

⁴⁰⁵ CASTEL, 1978, p. 112.

⁴⁰⁶ ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da 'anormalidade': psiquiatria e controle social. **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 547-563, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2018.

séculos XIX e XX apresentam que o fato do progresso aumentar o número de pessoas nas cidades e este ser um elemento que contribui para o aparecimento da loucura, eles encontram a dimensão da construção social da deficiência, mas, nos limites de suas épocas, retroagem para uma crítica ao indivíduo que destoa, que não se normaliza, que está fora da forma socialmente aceitável, caindo assim na armadilha de responsabilizar o(a) pobre por sua miséria. No entanto, ao identificarem esta relação apontam para a crítica a ser realizada quanto a uma sistematização de ausências.

De outro ângulo da história é possível perceber que os estudos científicos se pautavam pelo próprio desenvolvimento econômico da sociedade ao se pensar sobre a perspectiva do racismo científico. O impacto da libertação das pessoas escravas, forçada por um novo modelo produtivo, exigiu um aprimoramento dos conceitos para que as relações sociais mantivessem num mesmo nível. Nesse sentido, a loucura contribuiu para um controle social deste amplo grupo de marginalizados(as). A esse fator, associam-se os outros três elementos apresentados por Engel, no que diz respeito a ausência de trabalho (vadiagem), fanatismo religioso e político e a sexualidade, tendo em vista que, o aumento populacional de pessoas livres criou uma ampla massa de marginalizados que necessitava ser contida por suas práticas inconvenientes a elite e a sua ocupação social. Há que se resguardar os espaços.

Dessa maneira, ainda é possível perceber que a construção histórica da deficiência é associada de forma ampla a uma grande massa de pessoas marginalizadas, conferindo assim, um caráter especial de incapacidade. Nesse sentido, foi possível perceber até aqui que a compreensão da deficiência faz parte das movimentações concretas que agrupam elementos religiosos, políticos, econômicos, culturais e sociais, logo, é preciso entender o processo de conceituação histórica da deficiência associada a estes diferentes fatores, para além de compreensões que se resguardem no nível individual ou fisiológico, o que não significa dizer que as descobertas etiológicas sobre a deficiência não possuam valor, mas estas, devem necessariamente ser interpretadas junto a estes outros fatores. Sendo assim, encaminha-se uma discussão conceitual sobre a deficiência junto ao contexto atual.

3.2 A deficiência e suas discussões conceituais

A construção histórica da deficiência que desemboca em suas discussões conceituais está ancorada na perspectiva do exercício de poder. Aparentemente, esta afirmativa tem sua validade, especialmente, a partir do apresentado na primeira parte deste capítulo. A seguir, continuar-se-á discutindo essa validade, especialmente, referindo-se a sua dimensão atual que se reflete nas disputas paradigmáticas que se contrapõem e se complementam vislumbrando a possibilidade da participação das pessoas com deficiência. Este não é um processo imediato e tem como perspectiva principal a luta das pessoas com deficiência na amplitude de seu reconhecimento como sujeito de direitos. Nesse sentido, apresenta-se o reconhecimento na sua característica bidimensional como um instrumento importante para a ressignificação do conceito de deficiência.

A caracterização da deficiência é um campo em constante disputa como apresenta Sasaki num brevíssimo texto sobre a construção dos conceitos presentes no senso comum e sua ressignificação a partir do paradigma do suporte, que corresponde ao preceito atual de inclusão. De forma sistemática, o autor procura empreender uma tarefa que visa apresentar alternativas conceituais de linguagem ao se referir a deficiência. Da mesma forma, ele proporciona um acompanhamento amplo da mudança linguística a partir das formulações adquiridas pela legislação brasileira.⁴⁰⁷ Constitui-se como um introito importante para a discussão da inclusão da pessoa com deficiência, pois didaticamente, proporciona um conhecimento rápido sobre os termos relacionados ao tema. Apresenta-se então, nesta segunda parte, o desenrolar da construção histórica do conceito da deficiência.

3.2.1 A deficiência e seus paradigmas

De imediato, é importante apresentar de forma geral o entendimento sobre o termo paradigma, talvez o mais reconhecido teórico que tenha tentado definir o conceito foi Thomas Kuhn. Na opinião do autor duas características são importantes para se compreender o paradigma: suas realizações devem atrair um número

⁴⁰⁷ SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2003.

significativo e duradouro de partidários(as), como também, “suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinidos de praticantes da ciência”.⁴⁰⁸ Com esse horizonte, Kuhn então utiliza o termo paradigma que

[...] de um lado indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc... Partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.⁴⁰⁹

A partir da definição de Kuhn sugeriram também novas formas de compreender e ampliar o termo paradigma. É o que pode ser encontrado em Capra que constitui o que chamou de “paradigma social” definido como “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza”.⁴¹⁰ Capra também entende que há uma interação entre os fatos científicos “percepções, valores e ações humanos”.⁴¹¹ Nesse sentido, Giddens e Turner destacam que, no movimento ao qual Kuhn expõe o conceito de paradigma, há também uma mudança para uma nova filosofia da ciência que refuta a cientificidade neutra ou mesmo de uma investigação isenta das concepções teóricas a partir de um ideal puro de ciência.⁴¹²

A compreensão apresentada sobre paradigma e sua relação com o fazer científico faz-se pertinente, pois indica a percepção pela qual este estudo se dirige, tendo em vista que, elabora a apresentação dos resultados da pesquisa, em certa medida, de forma narrativa, buscando ao máximo abranger epistemologicamente a percepção da vida. Neste sentido, entende-se que tanto os paradigmas que explicam determinados momentos científicos, bem como, as construções conceituais

⁴⁰⁸ KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Viana Boeira; Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. p. 30.

⁴⁰⁹ KUHN, 1998, p. 218.

⁴¹⁰ CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 24.

⁴¹¹ CAPRA, 1996, p. 28.

⁴¹² GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 9. “Resumindo em traços gerais essa nova concepção, e afastada a ideia de que podem existir observações isentas de teoria, enquanto os sistemas de leis dedutíveis entre si já não são entronizados como o ideal supremo da explicação científica. Mais importante ainda, considera-se a ciência como um esforço interpretativo, de modo que problemas como significado, comunicação e tradução se tornam imediatamente relevantes para as teorias científicas”.

que definem a deficiência se inter cruzam e, principalmente, coexistem numa mesma realidade cotidiana. Isto quer dizer que, mesmo que se possa identificar no atual momento histórico um significativo domínio do paradigma do suporte, tanto o paradigma do serviço ou da institucionalização, não foram superados e continuam a se construir nas diversas relações práticas com as pessoas com deficiência.

Ao se discutir a deficiência e seus paradigmas é preciso então reconhecer uma linha tênue existente entre caracterizar a pessoa com uma qualificação negativa e pejorativa e o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Isso porque, como visto anteriormente, o caráter dependente da deficiência gerou ações de cuidado e caridade, que por sua vez, reduziu a pessoa à sua deficiência, constituindo assim uma transgressão à dignidade humana. Portanto, é preciso entender a deficiência como um caráter relacional da práxis. Isso quer dizer que, para além das diferenças conceituais construídas historicamente, existem limitações presentes na sociedade como um universo amplo (educação, trabalho, saúde, arquitetura etc.) que geram padrões estigmatizantes de exclusão não só de pessoas com deficiência⁴¹³, mas de uma maioria de pessoas⁴¹⁴, e que constituem entre si epistemologias de ser deficiente.⁴¹⁵

⁴¹³ OLIVER, Michael; BARNES, Colin. **Disable people and social policy from exclusion to inclusion**. Londres/Nova York: Longman, 1998. p. 14. Oliver e Barnes defendem que tais definições estereotipadas sobre determinados grupos começam a ser ressignificados quando as próprias pessoas pertencentes a estes grupos começam a disputar seus significados. Os autores então escrevem que “desde de a década de 1950, houve uma percepção crescente de que nossa compreensão de questões sociais até então controversas, como a deficiência, pode ser transformada através do uso da linguagem. Vários grupos desfavorecidos, incluindo mulheres, grupos étnicos minoritários, lésbicas e gays, desafiaram construções e estereótipos sociais tradicionais, identificando os preconceitos sexistas, racistas e heterossexistas que sustentam definições e terminologia estabelecidas.” (tradução nossa). “Since at least the 1950s there has been a growing realisation that our understanding of hitherto controversial social issues such as disability can be transformed through the use of language. Several disadvantaged groups including women, minority ethnic groups, lesbians and gay men have challenged traditional social constructions and stereotypes by identifying the sexist, racist and hetero-sexist biases underpinning established definitions and terminology”.

⁴¹⁴ YANNOULAS, Sílvia; SOARES, Kelma. Políticas transversais (gênero, raça/etnia e deficiência) e educação/qualificação para o trabalho. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 31-42, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4926>>. Acesso em: 05 jun. 2018. Com esta perspectiva de minorias que se inter-relacionam, as autoras analisam as políticas transversais destinadas a este público e concluem há um abismo na sua efetividade prática.

⁴¹⁵ PERRUSI, 1995, p. 13-53. Perrusi reflete que este processo de construção da representação social é amplo e se constituiu homericamente ao longo da história entre as diversas interpretações sobre o tema, principalmente, na era moderna. Neste sentido, outras compreensões teóricas poderiam responder de formas diferentes aos objetivos propostos por esta pesquisa, mas, possivelmente, não responderia à pretensão prática que se pretende a partir da instrumentalização deste estudo. Logo, os caminhos aqui trilhados constituem uma necessária opção teórica feita pelo pesquisador.

Seguindo esse caminho é possível se falar em três paradigmas que ilustram uma sistematização geral a respeito das concepções sobre a deficiência. O primeiro é o paradigma da institucionalização (principalmente a partir do século XVIII) no qual a sociedade lidava com a deficiência destinando-a para instituições especializadas. Como visto anteriormente, com um período histórico mais amplo, tinha como princípio um processo de invisibilização das pessoas com deficiência, com um objetivo inicial o cuidado social. Porém, posteriormente, o processo de institucionalização da composição do diferente tornou-se uma prática salutar para manutenção de determinadas estruturas de poder, bem como, o controle social, resultando assim, num processo amplo que não apenas atingiu as pessoas com deficiência, mas todo um grupo de pessoas que se constituíam como insocializáveis.⁴¹⁶

Com as transformações histórico-estruturais da sociedade, manifestam-se as vozes contra o paradigma de institucionalização, em especial, motivados por interesses da classe burguesa e por teóricos(as) que visavam à participação social das pessoas com deficiência, parte-se para uma perspectiva de normalização, tendo o modelo biomédico como parâmetro. Nesta concepção encontra-se o paradigma do serviço que tem como princípio a concepção de que a pessoa com deficiência deve procurar se adaptar para se integrar ao convívio social, realizando assim uma mudança individual na tentativa de “normalizar-se”.⁴¹⁷ Surgem, então, as entidades que instigam as pessoas com deficiência a desenvolverem atividades laborais que agregassem algum valor econômico, buscando assim, proporcionar uma relação de produtividade das pessoas com deficiência.⁴¹⁸

A menção ao modelo biomédico tem um papel importante na concepção da deficiência e torna-se salutar a compreensão que ilustra o campo ao que se refere

⁴¹⁶ ARANHA, 2001, p. 164-165. Estudos que também tratam sobre o assunto: SILVA, Aline Maira da. *Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos*. Curitiba: IBPEX, 2010. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. GONZÁLEZ, Miguel Toledo. **La escuela ordinaria ante el niño con necesidades especiales**. Madrid: Santillana, 1981.

⁴¹⁷ SASSAKI, 2010, p. 31.

⁴¹⁸ ARANHA, 2001, p. 167-170. Complementam a ideia a leitura de: WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 29-37, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2018. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. OLIVER, Michael. Capitalism, disability and ideology: a materialist critique of the normalization principles. In.: FLYNN, Robert J.; LEMAY, Raymond A. **A quarter-century of normalization and social role valorization: evolution and impact**. Ottawa: University of Ottawa Press, p. 163-174, 1999.

tal conceito. Barros sustenta que o modelo biomédico, que também pode ser denominado de mecanicista, tem sua formulação histórica ancorada no Renascentismo, especialmente, com a virada paradigmática provocada por René Descartes (1596-1650) e sua renomada compreensão do existir a partir da racionalidade (*cogito ergo sum*) que, por sua vez, proporciona ao sujeito a capacidade de conhecer a partir de métodos científicos. Dessa forma, o conhecimento de doenças e males da saúde passam a descobrir suas causas em questões físicas do sujeito que viriam a explicar as suas mazelas. Esse processo é aprofundado com a industrialização e a preceituação da medicalização como solução.⁴¹⁹

Também é fundamental destacar o chamado paradigma do suporte que, alternando-se e complementando-se na prática com o paradigma do serviço, proporciona o arcabouço teórico para as ideias de inclusão da atualidade, tendo como parâmetro o modelo social da deficiência. A concepção desse paradigma é uma via de mão dupla. Se por um lado a pessoa com deficiência desenvolve habilidades para o convívio social e laboral, por outro lado, a sociedade adéqua-se às necessidades das pessoas com deficiência auxiliando-as a superarem as barreiras sociais, tornando-as assim, incluídas na realidade social.⁴²⁰ O princípio de normalização presente neste paradigma, sugere uma relação do conceito de igualdade e diz respeito à possibilidade de todas as pessoas usufruírem de forma igualitária dos bens sociais disponíveis na realização humanitária.⁴²¹

⁴¹⁹ BARROS, José Augusto C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, 2002. p. 72-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v11n1/08>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁴²⁰ SASSAKI, 2010, p. 35-40.

⁴²¹ ARANHA, 2001, p. 170-172. Também em Santos e Nunes pode ser encontrado a sentença que segue que auxilia a compreender o princípio do paradigma do suporte: “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. **Introdução**: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. SANTOS, 2003. p. 56. Pode ser aprofundado também em: LÜCHMANN, Lígia Helena; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 12, v. 2, p. 399-407, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n2/a16v12n2.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2018. FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, São Leopoldo, v. 6, n. 11, p. 105-123, 2014. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/205>>. Acesso em: 24 maio. 2018. GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, Jaén v. 10, p. 101-116, 2013. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

Da mesma forma, faz-se necessário expandir minimamente a compreensão do modelo social, bem como, seus preceitos e raízes históricas. O modelo social está situado no movimento iniciado a partir do paradigma do serviço que passou a identificar os elementos sociológicos que compreenderiam as explicações das mazelas da saúde para além do indivíduo.⁴²² Dessa forma, o modelo social compreende que as causas de uma determinada enfermidade não é explicada apenas por questões físicas do paciente, mas engloba fatores políticos, sociais, biológicos, psicológicos e culturais, tendo assim, como princípio de atuação a intervenção para além da medicalização, mas compreendendo a incorporação do indivíduo na sociedade como forma de reabilitação.⁴²³ Tem como protagonismo as pessoas com deficiência na sua formulação e atua pela superação da deficiência como aspecto negativo.⁴²⁴

A caracterização da deficiência a partir de uma culpabilidade pessoal tende a isentar a comunidade de sua responsabilidade de cuidado. Na modernidade, esta compreensão se insere perfeitamente no paradigma do serviço e se contrapõe completamente ao paradigma de suporte. Se no serviço, que tem sua base no modelo biomédico, a deficiência é uma responsabilidade da pessoa com deficiência que precisa de alguma forma encontrar formas de se integrar à sociedade envolvente, no suporte, modelo social, tanto a pessoa com deficiência desenvolve habilidades sociais, como a sociedade envolvente se adéqua às pessoas com deficiência para que possa conviver de forma paritária. Neste sentido, a inclusão baseada no paradigma do suporte, pretende que as pessoas possam estar inseridas nos ambientes e participarem dos bens sociais de forma a conviverem de uma forma participativa, e não como um peso social.

É importante salientar ainda que, como tem sido visto ao longo deste capítulo, o conceito da deficiência é construído e há uma relação de poder que o estabelece historicamente, no entanto, há uma construção ampla que convencionou

⁴²² BARNES, Colin. The social model of disability: valuable or irrelevant?. In.: WATSON, Nick; ROULSTONE, Alan; THOMAS, Carol. **The routledge handbook of disability studies**. London: Routledge, p. 12-29, 2012.

⁴²³ COSTA-ROSA, Abílio da. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In.: AMARANTE, Paulo. (Org.). **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 141-168, 2000. p. 154-155.

⁴²⁴ BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHERM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/r/lae/article/view/4224/5265>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

a utilização do termo pessoa com deficiência (PcD) e que também tem sido utilizado ao longo deste estudo. Também, a opção desta pesquisa é reproduzir a nomenclatura completa, abstendo-se da sigla, pois entende-se que a nomenclatura carrega um caráter político de luta para além de uma caracterização reducionista. Então, a nomenclatura pessoa com deficiência utilizada, em geral na construção das políticas públicas, tem sua base legal no decreto nº 6949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York/2007).⁴²⁵ Nesta convenção, em seu artigo 1º define-se que

[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.⁴²⁶

O conceito apresentado pela Convenção para pessoa com deficiência carrega a conotação de que esse é uma construção a partir da perspectiva do relacionamento social, envolvendo assim, as pessoas com deficiência, bem como, toda a estrutura pela qual a sociedade se organiza. Essa ideia faz parte de uma transição entre o modelo biomédico que vincula a deficiência como uma característica estritamente individual para um modelo social, no qual, a deficiência é entendida e caracterizada a partir de convenções sociais e influências do meio/contexto. Essa forma de compreender a deficiência tem como objetivo de responsabilizar a comunidade como parte do processo de inclusão. A deficiência assim, torna-se um produto da estrutura de desigualdade que tem como princípio a diferenciação das pessoas em classes sociais.

Essa afirmação é reforçada com a frase de Diniz que pretensamente tenciona esta relação de poder no estabelecimento e definição do conceito de deficiência. A autora afirma então que “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”.⁴²⁷ Por esse viés, a autora defende a construção teórica da deficiência como uma forma de manifestação da identidade e da cultura

⁴²⁵ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018. Em seu artigo 2º, a lei assume literalmente a compreensão da Convenção Internacional.

⁴²⁶ BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**.

⁴²⁷ DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 09.

associando-se aos estudos de raça e gênero. Nesse sentido, Diniz problematiza a própria utilização da terminologia “pessoa com deficiência”, que no seu entender, denota que a deficiência é algo estrito do indivíduo, o que novamente remete e reforça ao modelo biomédico e a construção histórica negativa do conceito da deficiência, responsabilizando a sociedade como produtora de barreiras.

A frase da autora defende então que a condição de deficiente é uma forma de existir como ser humano no mundo. Não é uma debilitação, nem muito menos uma anormalidade. Neste sentido, pode-se aventar que, partindo do princípio como de Hefesto, que assumiu o papel de inferioridade (deficiente e trabalhador braçal) para ser reconhecido, é possível apontar para a perspectiva de ocupação do espaço discursivo do conceito para ressignificá-lo desde sua disputa epistemológica. Desse modo, seria possível conjecturar a transformação desde a margem, espaço social ao qual as pessoas com deficiência são conduzidas, a partir das construções de padrão que condenam os corpos deficientes e os oprime por meio de uma estrutura produtora de desigualdades, construindo assim, desde sua cotidianidade, a possibilidade de superação da invisibilidade visível.

Para o modelo social da deficiência, as causas da segregação e da opressão sofrida por Oliver, por exemplo, deveriam ser buscadas não nas sequelas da poliomielite contraída na infância, mas nas barreiras sociais que dificultavam ou impediam sua locomoção em cadeira de rodas.⁴²⁸

Pelo caminho proposto por Diniz, o conceito de deficiência é apropriado pelas pessoas deficientes para o âmbito político, tirando-o das discussões vinculadas apenas ao modelo biomédico. Fica evidente que a relação que está em jogo nas diferentes formas de conceituar a deficiência está na culpabilização da pessoa deficiente por uma sorte natural e a denúncia de uma estrutura opressora que discrimina o diferente, seja ele deficiente ou fora de qualquer padronização moderna. Logo, a deficiência é resultado construído dentro de um sistema produtor de desigualdades, no qual, o processo de inclusão das pessoas deficientes necessita rever a estrutura social como um todo identificando os processos que constroem a diferenciação humana em classes sociais. Nesse sentido, também elementos como a divisão do trabalho precisam ser ressignificados na concepção de uma sociedade que inclua todos(as).

⁴²⁸ DINIZ, 2007, p. 19.

Nesse sentido, Oliver e Barnes defendem que a deficiência seja compreendida como *impairment*, que pode ser traduzido como prejuízo, impedimento, debilitação, pois denota uma conotação vinculada a uma construção social do que é a deficiência. Os autores justamente criticam o caráter individualizado dado pelo modelo biomédico que identifica a deficiência como uma ausência de normalidade, que limita o corpo a uma falta ou um defeito. Oliver e Barnes chamam a atenção que, compreendendo um exercício de poder, definir o que é uma anormalidade transforma a pessoa com deficiência numa pessoa de padrão inferior. Assim, no entendimento dos autores a deficiência não é uma propriedade da pessoa com deficiência, mas uma condição de existência que, associada às barreiras sociais construídas como limites, barra a atuação integral das pessoas deficientes.⁴²⁹

Por esse viés se pode observar que há um caráter de dualidade que influencia as diversas visões de mundo presentes dentro da História Ocidental. Como um sistema binário, as dimensões da vida são lidas a partir de construções que caracterizam os conceitos na balança do bem e do mal, do céu e do inferno, do corpo e da alma, da inclusão e da exclusão. Veja a citação de Geremek. O autor faz uma afirmação que constitui a dimensão do(a) pobre como um elemento sociológico dual pelo qual é possível vislumbrar um processo de transformação das estruturas de desigualdade. À moda jesuânica, como ver-se-á no quarto capítulo, o autor justamente percebe que assumir a condição de marginalizado(a) possibilita estabelecer com propriedade a luta prática de transformação. É por este viés que a reflexão de Diniz faz sentido e pode contribuir para a ressignificação do conceito de deficiência.

O pobre pode suscitar desprezo ou admiração, ser sinônimo de sublime ou de baixeza, provocar compaixão ou escárnio. Como personagem do pano de fundo social, é por meio dele que se revelam as qualidades positivas do protagonista e a ação do destino, mas ele é também portador das verdades supremas e de uma razão superior. Desprovido dos laços materiais e dos comprometimentos da propriedade, o miserável expressa um conhecimento universal da verdade sobre a existência humana, esquecida por todos. É também portador da imagem e da voz "de baixo", dos níveis inferiores da sociedade, da consciência e da cultura populares⁴³⁰

⁴²⁹ OLIVER; BARNES, 1998, p. 17-18.

⁴³⁰ GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7.

Assim, é possível perceber que os paradigmas que guardam um arcabouço de conceitos sobre a deficiência e se apresentam a partir de modelos práticos propositivos constitui fortemente numa relação de poder que sintomaticamente tende a excluir as pessoas com deficiência destes ambientes de decisão. Oliver e Barnes justamente identificam este elemento nítido, mas com ares subliminares de cientificidade. Concordando com Gary Albrecht, Oliver e Barnes traduzem esta proporção da construção do conceito da deficiência como o “negócio da deficiência”. Eles destacam então que sintomaticamente muitos grupos de profissionais tendem a definir o que é a deficiência, ou mesmo, em que medida esta deve ser tratada, mas acabam por ignorar o caráter da compreensão de mundo da pessoa com deficiência, de sua cotidianidade e das suas experiências relacionadas à deficiência.⁴³¹

Portanto, para além de um paradigma que fale sobre a deficiência e cientifique a pessoa com deficiência como objeto, o conceito de deficiência, bem como, a vida cotidiana deve ser apropriada pelas pessoas com deficiência para os diversos âmbitos que constituem a sociedade. Nesse sentido, é fundamental ocorrer a ocupação dos espaços sociais, entre eles o trabalho, pois constitui-se como um fator concreto que possibilita transformar as diferentes formas de conceituar a deficiência que sistematicamente foram construídas à base da culpabilização da pessoa com deficiência ou da incapacidade normalizada. Logo, reconhecer que a construção da deficiência é um resultado histórico de relação de poder, fruto de estruturas produtoras de desigualdades, possibilita compreender que reinterpretar o conceito da deficiência passa pela transformação destas estruturas.

⁴³¹ OLIVER; BARNES, 1998, p. 14. “Além disso, as definições de deficiência são freqüentemente vagas, maleáveis e usadas de forma intercambiável. conseqüentemente, muitas vezes é difícil entender o que significam os formuladores de políticas, pesquisadores, o público leigo e, às vezes, as próprias pessoas com deficiência nas discussões [...] sobre essa questão específica [...] no decorrer do século XX o processo de categorização tornou-se cada vez mais sofisticado com o envolvimento de uma lista aparentemente sem fim de 'especialistas' profissionais. Estes incluem médicos, advogados, administradores de benefícios, analistas de políticas, terapeutas e pesquisadores, cada um com sua própria interpretação do conceito e seu uso de acordo com seus próprios interesses e critérios particulares. Todas essas pessoas e outras pessoas estão envolvidas no que Gary Albrecht se referiu como o 'negócio da deficiência'”. (tradução nossa). “Moreover, definitions of disability are frequently vague, malleable and used interchangeably. consequently, it is often difficult to understand what is meant by policy-makers, researchers, the lay public, and sometimes disabled people themselves in discussions [...] on this particular issue [...] throughout the twentieth century the process of categorisation has become ever more sophisticated with the involvement of a seemingly never ending list of professional 'experts'. These include doctors, lawyers, benefit administrators, policy analysts, therapists and researchers, each of whom have their own interpretation of the concept and its use according to their own particular interests and criteria. All these people and others are involved in what Gary Albrecht has referred to as the 'disability business’”.

3.2.2 A deficiência e a perspectiva do reconhecimento

As conceituações sobre a deficiência estão dispostas no imaginário social coletivo de muitas formas. Como visto na primeira parte deste capítulo, a partir da influência da religiosidade cristã é possível encontrar que as pessoas com deficiência são entendidas como “presente de Deus, anjo(a), iluminado(a), vontade de Deus, cruz” etc. Desta forma, estas construções conceituais devem ser entendidas em seu momento histórico, pois em seus inícios, tinha como objetivo o cuidado e manutenção das pessoas com deficiência que se encontravam à margem da sociedade em sua época, cumprindo assim, com a missão concreta deixada pela ação profético-pedagógica de Jesus,⁴³² o que pode ser considerado um avanço social, considerando que, as pessoas com deficiência faziam parte do grupo de vítimas sacrificáveis, sem constituir um vínculo com a sociedade.

Contudo, essas qualificações posteriormente foram assumindo um caráter negativo que apontava para uma dimensão novamente para um processo de exclusão e isolamento. Sem a pretensão de generalização ou o julgamento de condenação histórica e com a parcimônia de compreender a sua construção, ainda é possível encontrar elementos da religiosidade cristã, construída de forma sistemática ao longo das práticas de cuidado desta tradição, que ainda se constituem como elementos apaziguadores de relações de contato com o diferente. Segue abaixo o excerto de dados recolhidos junto às entrevistas, no qual, a pessoa entrevistada relata que uma das brincadeiras feitas por seu colega de trabalho a respeito de sua ajuda para que ela possa fazer a transição do seu transporte para a cadeira de rodas. Ele caracteriza a pessoa entrevistada como “cruz que ele carrega”, destacando assim, o caráter caritativo de sua ação.

[...] ele podia estar nem aí, e não fazer, daí é dele também isso, ele diz que eu sou a cruz que ele carrega, ele brinca, ahã, se eu sou a cruz que ele carrega eu não sou, porque ele poderia dizer que não e deu daí [...] eu

⁴³² A concepção que se tem sobre o termo profético-pedagógico acompanha o entendimento das ações dos profetas relatadas no Antigo Testamento que se estabelecem na dualidade da denúncia e do anúncio. A denúncia está sistematicamente associada à crítica aos sistemas produtores de exclusão e a ações que não se coadunavam com a vontade de Javé. Assim, a ação do profeta tinha como função escancarar as injustiças praticadas, em geral pelas elites, mas também em nível pessoal de idolatria e anunciava o fim da transgressão com a perspectiva da esperança na transformação de novas formas estruturais de vida. Para aprofundar o tema ver: SCHWANTES, Milton; MESTERS, Carlos. **Profeta**: saudade e esperança. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 1989. SCHWANTES, Milton. **Amós**. Meditações e estudos. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1987. SICRE, Jose Luis. **Profetismo em Israel**: o profeta, os profetas, a mensagem. Petrópolis: Vozes, 2008.

também acho assim, eu prefiro andar de cadeira de rodas, do que qualquer outra deficiência, se eu não enxergasse, eu acho que não iria curtir e se eu não falasse também. Então, como dizem, cada um tem uma cruz que consegue carregar, então eu acho que é assim. (E10).

Outro detalhe importante a ser destacado diz respeito a identificação qualitativa da pessoa entrevistada em relação a outras deficiências. Ele utiliza-se de um elemento da religiosidade cristã, novamente a cruz, mas com referência ao texto evangélico de Mt 16.24, no qual o evangelista relata uma afirmação de Jesus de que para segui-lo é necessário tomar a sua cruz. A construção hermenêutica que a pessoa entrevistada apresenta identifica a deficiência como uma cruz, a qual deve carregar, porém, com um caráter escatológico de seguimento a Jesus até a salvação. É possível perceber que esta é a forma pela qual a pessoa entrevistada encontrou como auxílio na sua superação diária das barreiras sociais que lhe dificultam o acesso ao trabalho, por exemplo. Dessa forma, ela compreende que a cegueira ou a surdez podem ser condições humanas piores do que a sua deficiência física.

Esse destaque, torna-se importante por causa de dois fatos. O primeiro diz respeito a qualidade caritativa de atendimento que acompanha a construção histórica das práticas conceituais da deficiência. Poder-se-ia compreender que, desde a sua eliminação, sacrifício ou segregação, este ainda se constitui como um elemento positivo, no entanto, contrapõe justamente o processo histórico moderno de reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos. O outro fato é a categorização dos níveis de deficiência como fonte de um reconhecimento de categorias superiores e inferiores de pessoas. Essa forma de compreender a deficiência, atende em parte a dimensão individual de construção do seu processo de inclusão, no entanto, reforça justamente a produção da exclusão de determinados grupos, não contribuindo assim, para um processo amplo de uma sociedade inclusiva.

Outro conceito interessante para se refletir sobre a dimensão do reconhecimento como forma de contrapor o paradigma do serviço e seu modelo biomédico, concentra-se no que Costa-Renders chama de ato expulsor. Para a autora o ato expulsor constitui-se como um processo generalista do(a) professor(a) em considerar o ato pedagógico uma simplificação das competências dos(as) estudantes e a evocação da sua não-responsabilidade frente ao atendimento educacional especializado a respeito do não enquadramento deste(a) estudante

frente ao arsenal de conhecimento produzido pela humanidade. Dessa forma, ao nominar, tanto o que é conhecimento quanto o que é capacidade, expõem-se a construção do ato expulsor. Pautada pela relação de poder que autoriza determinado indivíduo ou classe a diferenciar as qualidades positiva ou negativa das coisas, das pessoas, dos espaços etc.⁴³³

Esse conceito é pertinente, pois vislumbra algumas questões apresentadas até aqui, especialmente pelo caráter de poder que autoriza ou não a conceituar determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, a identificação do reconhecimento como relação de poder significa dizer que reconhecer concebe uma nova forma de agir, uma transformação de uma estrutura de exclusão numa estrutura de inclusão. O ato expulsor constitui-se como prática por meio de um não-reconhecimento nominado, quer dizer, que identifica a pessoa com deficiência como deslocada ao qual ela não pertence. Logo, ao nomear o que significa conhecimento e as competências necessárias para atender as demandas práticas da escola, constrói-se o espaço social como exclusão. Ao atuarem de forma simbiótica, conceito e espaço, atuam juntos para criar ou potencializar uma caracterização incapacitante.

O reconhecimento provocado pelo conceito de ato expulsor de Costa-Renders possui um caráter duplo, pois como visto no parágrafo anterior, ao exercício de poder que qualifica as competências necessárias para adquirir o conhecimento, reconhece-se o(a) outro(a), porém, com uma qualidade negativa de incapacidade, incompetente. Esse é um elemento central, pois tem como princípio a invisibilidade visível. Isso significa dizer que o processo de inclusão que não alcança a compreensão do paradigma do suporte, atua como serviço e reproduz práticas integracionistas que novamente remontam a dimensão do modelo biomédico. Por outro lado, no campo do mundo do trabalho, o reconhecimento tem papel fundamental para atender as demandas estruturais do metabolismo do capital, tendo em vista que, classificar e hierarquizar são utilizados para a estimular a produção do(a) trabalhador(a).⁴³⁴

⁴³³ COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. **A inclusão na universidade**: as pessoas com deficiência e novos caminhos pedagógicos. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 55-65.

⁴³⁴ PEREIRA, Anna Carolinna Eduardo; MENDES, Davidson Passos; MORAES, Geraldo Fabiano de Souza. Do prescrito ao real: a imprevisibilidade e a importância do trabalho coletivo em um centro de usinagem de uma empresa metal-mecânica do interior do estado de Minas Gerais. **Laboreal, Porto**, v. 13, n. 1, p. 24-38, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/lab/v13n1/v13n1a03.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2018. RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19 n. 35,

Outro aspecto é o processo de tensão provocado a partir da ocupação do espaço social por reconhecimento. Isto quer dizer que, à medida que a pessoa com deficiência ocupa os diferentes espaços sociais, entre eles a educação e o trabalho, há um processo de fricção que força a transformação por um processo de reconhecer. A presença provocada pela ocupação do espaço social gera um confronto entre a vítima do processo de exclusão e a estrutura de produção da exclusão. Esta é a perspectiva de rejeição do ato expulsor. A nomeação já não alcança a dimensão da universalidade e o que antes ocupava um espaço de poder de capacidade passa a ser tensionado a identificar-se com o não-reconhecimento do(a) outro(a), quer dizer, como incapaz. Logo, o conhecimento e as competências dominantes não são eficientes, portanto, deficientes, por não alcançar a diversidade humana.

Com esse horizonte, é interessante observar o estudo de Toscano e Souza no qual foram entrevistados(as) 32 professores(as) de Educação Física sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência. Concluiu-se que, todos acreditavam em que a inclusão era uma preocupação pertinente, porém, a exigência prática da efetivação da inclusão esbarrava nas limitações sociais e técnicas da comunidade escolar em garanti-la de forma plena. Um detalhe que chama a atenção é que quando perguntados sobre educação inclusiva, compreendiam como garantia de direito, mas associavam os conceitos “deficientes” e “anormais” como sinônimos. É demonstrado que o processo de reconhecimento da pessoa com deficiência para ocupar o espaço social da educação tem um caráter de autorização, porém, sem o reconhecimento enquanto sujeito competente persistindo as barreiras como limites.⁴³⁵

A nomeação como ato expulsor é especialmente apresentada no estudo de Di Nubila e Buchalla, no qual as autoras procuraram estabelecer a importância da disputa conceitual do termo deficiência. Isso porque, novamente no âmbito da saúde, vinculado a uma discussão apresentada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), elas expõem um processo provocado pelo caráter de construção da conceitualização da deficiência. Este movimento ocorreu junto à Classificação

p.65-79, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2018.

⁴³⁵ TOSCANO, Christyane Vasconcelos Andrade; SOUZA, Rita de Cássia Santos. Representações conceituais na prática educativa especial e inclusiva do professor de educação física. In: DÍAZ, Félix et. al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, p. 137-146, 2009.

Internacional de Doenças (CID-10), que tem como princípio o caráter etiológico da determinação da deficiência e o desenvolvimento da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) que propôs uma reavaliação ampla do estado da deficiência.⁴³⁶ Mesmo num processo mais amplo de conceber a deficiência na perspectiva do modelo social, ela ainda é associada à incapacidade.⁴³⁷

De modo algum, pretende-se diminuir o caráter positivo de uma mudança de paradigma também no seio do modelo biomédico, principalmente, por recorrer a uma expansão do conceito da deficiência para além de uma limitação individual. Nesse sentido, a CIF, associada com a CID-10, busca mensurar os aspectos relacionados a um conceito de saúde que expande o indivíduo e analisa sua situação em relação ao contexto, suas barreiras e a saúde da população. Dessa forma, a CIF faz parte desta guinada à inclusão também na área da saúde e interfere na proposição de políticas públicas da área da saúde, bem como, na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na opinião das autoras, “a utilização da CIF pode contribuir [...] a promover a igualdade de oportunidades para todos e a apoiar a luta contra a discriminação das pessoas com deficiência ou incapacidade”.⁴³⁸

Essa mudança de paradigma que vem acompanhada de um processo de reconhecimento das limitações prático-conceituais da sociedade como um todo também aparece no estudo de Araújo e Buchalla que, ao analisar o Inquérito Domiciliar de Saúde de São Paulo (ISA-2003), avaliam que se poderia produzir resultados mais consistentes sobre a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência se tivesse sido associado ao CIF. O artigo apresenta que o ISA-2003 apresenta um bom diagnóstico da realidade sobre a saúde, pois avalia o contexto da moradia e seu entorno. No entanto, se o ISA-2003 considerasse como um todo a CIF englobaria a interação entre as condições ambientais, sociais e de saúde, proporcionando assim, um direcionamento nas políticas públicas para as

⁴³⁶ DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura; BUCHALLA, Cassia Maria. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008. p. 331-332. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf>>. Acesso em: 27 maio. 2018.

⁴³⁷ SAMPAIO, Rosana Ferreira; LUZ, Madel Terezinha. Funcionalidade e incapacidade humana: explorando o escopo da classificação internacional da Organização Mundial da Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 475-483, 2009. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2009.v25n3/475-483/pt>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁴³⁸ DI NUBILA; BUCHALLA, 2008, p. 333.

funcionalidades humanas, identificando no ambiente o princípio gerador da incapacidade.⁴³⁹

Nesse debate, ainda se agrega o estudo de Araújo e Buchalla que traz uma diferenciação importante frente ao modelo de conceituação da deficiência como “*handicap*”, que pode ser traduzido como “desvantagem”. Para o autor e a autora, há que se fazer uma distinção entre as possibilidades que a deficiência apresenta, bem como, de sua relação com o contexto na proposição de políticas públicas. Essa diferenciação conceitual entre capacidade e desempenho contribui a compreender o paradigma de suporte apresentado acima e aponta para a concepção de inclusão, na qual, os aspectos contextuais são fundamentais para que se efetive a participação das pessoas com deficiência. Além disso, toca num elemento sintomático da compreensão do conceito de deficiência como uma desvantagem pejorativa e propõe um olhar a partir das possibilidades.⁴⁴⁰

O reconhecimento então possui uma dimensão afirmativa manifestada na realização da identificação da diferença. Nesse sentido, o reconhecimento não significa a superação da diversidade, numa perspectiva igualitarista, nem a eleição de um determinado elemento a ser considerado como culpado, mas compreendido como a existência simultânea de uma ampla diversidade humana que exige, à medida que se pretende a igualdade, uma compreensão também ampliada das condições que a compõe. Poder-se-ia entender então que ao reconhecer a diferença nega-se as estruturas que produzem a exclusão e, num movimento metafísico, transforma a desigualdade numa produção natural de diferenciação humana. Porém, o caminho aqui empreendido, procura refletir o caráter da diferença junto ao

⁴³⁹ ARAÚJO, Eduardo Santana; BUCHALLA, Cassia Maria. O uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde em inquéritos de saúde: uma reflexão sobre limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 720-724, 2015. p. 722. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v18n3/pt_1415-790X-rbepid-18-03-00720.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018. “[...] os resultados do ISA-Capital, se mais detalhados por meio da CIF, seriam capazes de mostrar que é possível melhorar a vida das pessoas e diminuir suas limitações com estratégias que visem adequar a moradia e o entorno, pois o ambiente é um dos principais geradores da incapacidade humana, devendo ser o foco das políticas públicas voltadas à funcionalidade humana”.

⁴⁴⁰ ARAÚJO; BUCHALLA, 2015, p. 722. “[...] a capacidade representa o que um indivíduo consegue fazer, considerando o estado das funções e estruturas do corpo. O desempenho considera, além disso, a interação dele com o ambiente, que pode melhorar ou piorar a execução de determinada tarefa ou ação. Pessoas com as mesmas deficiências e com os mesmos problemas de capacidade podem ter problemas de desempenho extremamente diferentes, principalmente graças à influência dos fatores contextuais (ambientais e pessoais). Assim, um dos maiores determinantes da incapacidade é o contexto”.

reconhecimento, como uma complementariedade na transformação das estruturas produtoras de exclusão.

O princípio da diferença, parte do processo de reconhecimento, aponta para a dimensão que Trevisan identifica como a relação de tensão entre a dimensão da simbiose da natureza e humano e a racionalidade entre sujeito e objeto. É por este caminho que ele indica, apoiando-se em Hegel, que “só se tem a humanidade inteira quando acontece o passo do reconhecimento do outro, quando se dá importância à percepção emotiva, subjetiva, privada e, ao mesmo tempo, objetiva e social”.⁴⁴¹ Nesse sentido, a diferença não constitui-se numa inferioridade na comparação com a estrutura de exclusão, nem superior em relação a esta, mas compreende que, a realização de uma humanidade pautada de fato pela igualdade é possível a partir da compreensão de diferentes possibilidades e necessidades como parte da diversidade humana, reafirmando assim, a inclusão como síntese da construção da sociedade.

Nesse específico, na contraposição controversa em relação ao reconhecimento, socorrer-se-á no pensamento de Fraser que auxilia a compreender e perceber a possibilidade de complementariedade entre o reconhecimento com suas características da diversidade e a percepção redistributiva por meio da transformação das estruturas produtoras de desigualdade. Nesse sentido Fraser entende que mais que duas correntes filosóficas diferentes (Pós-estruturalismo e Teoria Crítica), ambos os conceitos são utilizados de forma política pelos movimentos sociais com diferentes formas e intencionalidades⁴⁴², quer dizer, estas

⁴⁴¹ TREVISAN, Amarildo. **Reconhecimento do outro**: teorias filosóficas e formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2014. p. 144.

⁴⁴² FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Un debate político-filosófico. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata; Corunha: Fundación Paideia Galiza, p. 17-88, 2006. p. 19-21. Fraser então escrever assim: “como paradigmas populares, a redistribuição e o reconhecimento são frequentemente associados a movimientos sociales concretos. Assim, a redistribuição política muitas veces sinónimo de política de classe, enquanto a política de reconocimiento, são identificadas com 'política de identidad', que, por sua vez, equivale a lutas sobre género, sexualidade, nacionalidade, carácter étnico e raça. Como veremos, no entanto, essas asociaciones comuns podem ser mal interpretadas. Por um lado, tratan as corrientes que se orientam ao reconocimiento dentro dos movimientos feministas, antiheterossexista e movimientos anti-racistas como se acabasse todos os aspectos de cada movimiento, invisibilizando corrientes alternativas dedicadas à reparación de formas específicas de injustiça económica do género, 'raça' e sexo, que ignoraram os movimientos tradicionales de classe. Por outro lado, obscurecem as dimensiones de reconocimiento das lutas de classe, que nunca se dedicaram exclusivamente à redistribuição da riqueza. Finalmente, a equação da política de reconhecimento com a política de identidad reduz ao que veremos na actualidad é uma pluralidade de diferentes tipos de reivindicaciones de reconocimiento para um único tipo: as reivindicaciones da afirmación da especificidade do grupo”. (p. 21). (tradução nossa). “En cuanto

fronteiras teóricas não estão tão definidas na realidade do cotidiano da luta dos diversos movimentos, mas, pelo contrário, manifestam-se de forma bricolada. No fim das contas, a vida prática interessa a possibilidade do princípio de vida abundante.

Compreendendo os limites e contrariedades que tanto a redistribuição assume em relação ao reconhecimento e vice-versa, Fraser empreende a intersecção de uma alternativa conceitual que chama de bidimensionalidade. Ela explica que “os grupos bidimensionalmente subordinados sofrem tanto de má distribuição quanto de reconhecimento errôneo, de modo que nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto do outro, mas ambas são primárias e cooriginais”.⁴⁴³ Ela explica que o movimento de gênero, raça, classe social e sexualidade teriam características que se dimensionam duplamente. Por exemplo, gênero necessita de políticas redistributivas por compreender uma divisão do trabalho invisível e inferior (baixa remuneração, tripla jornada de trabalho etc.), mas, por outro lado, necessita de políticas de reconhecimento por compreender uma segunda classe em relação à cultura andrógena.⁴⁴⁴

A partir do conceito de Fraser de bidimensionalidade é possível ampliar de fato a discussão que tem sido projetada ao longo deste estudo ao compreender que o conceito da deficiência é construído historicamente, bem como que, a conceituação e a ocupação do espaço social se apresentam como complementares, compreendendo o caráter da desigualdade de forma estrutural e cultural. Num exercício de aproximação é possível perceber que é estrutural redistributiva desde a perspectiva da incapacidade, que associada à baixa produtividade, reserva empregos com baixa remuneração e atividades exclusivas destinadas às pessoas com deficiência. Por outro lado, tem o teor do reconhecimento com caráter cultural

paradigmas populares, la redistribución y el reconocimiento se asocian a menudo con movimientos sociales concretos. Así, la política de la redistribución suele equipararse a la política de clase, mientras que la política del reconocimiento se asimila a la 'política de la identidad', que, a su vez, se equipara a las luchas acerca del género, la sexualidad, la nacionalidad, el carácter étnico y la raza. Como veremos, sin embargo, estas asociaciones comunes pueden malinterpretarse. Por una parte, tratan las corrientes que se orientan al reconocimiento dentro de los movimientos feminista, antiheterosexista y antirracista como si agotaran todos los aspectos de cada movimiento, haciendo invisibles las corrientes alternativas dedicadas a reparar formas de injusticia económica específicas de género, 'raza' y sexo, que ignoraban los movimientos de clase tradicionales. Por otra, oscurecen las dimensiones de reconocimiento de las luchas de clase, que nunca se han dedicado en exclusiva a la redistribución de la riqueza. Por último, la ecuación de la política de reconocimiento con la política de la identidad reduce lo que veremos que en la actualidad es una pluralidad de tipos diferentes de reivindicaciones de reconocimiento a un único tipo: las reivindicaciones de la afirmación de la especificidad del grupo”.

⁴⁴³ FRASER, 2006, p. 28.

⁴⁴⁴ FRASER, 2006, p. 30-34.

por compreender o princípio da normalidade que sistematicamente qualifica a pessoa com deficiência de forma negativa, fora da norma.

Estas duas formas são encontradas nos depoimentos recolhidos por esta pesquisa. É possível ver a compreensão das pessoas entrevistadas que o processo de desigualdade está relacionado à deficiência com uma perspectiva da dimensão estrutural de classe, como pode ser verificado nos excertos a seguir:

Faz, agora no dia primeiro faz seis anos e... Seis anos e dez meses que eu estou aí. Aqui a gente se dá com todo mundo, com funcionário, com o gerente e, na verdade mesmo eu não... Na verdade eu não ganhei uma promoção por causa do meu problema ser nessa área aí, senão eu tinha deslanchado dentro da loja aí, tinha deslanchado. Então, na verdade o que me atrapalhou foi esta parte aí. Se eu tivesse vindo normal, não tivesse vindo como deficiente, tinha crescido aí, mas a gente se dá legal aí. (E04).

(sobre o salário) [...] mais ou menos. Não sabe o quanto que é. Daí o cara quer passear e não consegue. A gente recebe pouquinho, pouquinho. (E03).

Da mesma forma, também se manifestam as percepções da deficiência como uma limitação cultural que necessita ser ressignificado por meio do reconhecimento, como pode ser examinado abaixo:

[...] então, depois, acabei deixando a carreira de magistério e ingressei no concurso público, como relações públicas, estudei, passei, mas, não entrei por cotas. Não me interessei na época, porque eu também não usava aparelho, não dava tanta importância para aquilo [...] então no início eu me sentia assim zozona, chegava em casa e chora, e pensava que eu não iria conseguir me adaptar, mas fui me adaptando e eu conto para os colegas que eu tenho esta deficiência, compreendem. No início eu era meio que a velha da praça, aqueles deboches, mas que eu não ligava, não ficava magoada por causa disso, eu brincava, olha, eu não estou ouvindo, fala mais alto, quem está falando lá na outra ponta eu não escuto [...] tem que ir em busca, no momento me que a gente tem que, a gente aprende, na insistência, a gente vai em busca de coisas novas [...] no trabalho também, a gente está em busca sempre de algo novo, posso saber que tem outro aparelho de telefone que tem um toque com volume maior, então eu posso sugerir que a (cita o nome da instituição) que compre este novo aparelho para mim, para que eu possa ouvir, mas eu sei qual é o aparelho que eu melhor escuto então, já coloco este perto, porque o outro eu não escuto bem. Aqueles sem-fio, eu tenho bastante dificuldade, então eu digo para os colegas, olha, atende que eu não estou ouvindo. Aí, as pessoas já sabem, se comunicam pelo whatsapp, para conversar comigo, ao invés de ligar, que é mais rápido também. (E12).

[...] então, isso passa muito sim por uma questão cultural, que a gente sabe né que é uma questão histórica se a gente for ver que até na própria Bíblia que naquela época já eram excluídas, as pessoas com deficiência em si eram excluídas, eram consideradas amaldiçoadas, que nasciam com deficiência porque os pais haviam pecado, eram frutos de uma maldição e isso não mudou muito até hoje, estas pessoas têm medo de ter contato

contigo, então é uma questão cultural que só vai conseguir mudar aos poucos. (E11).

Nesse sentido, a proposta de Mo Sung relativo à indignação ética prescreve o reconhecimento com duas características importantes. A primeira destacada pelo autor remonta à dimensão da gratuidade do reconhecimento, quer dizer, a possibilidade de transformação das estruturas produtoras de desigualdade necessariamente passa pela graça. É a inversão da lógica capitalista de prestação de sacrifícios. Se no modelo capitalista a mercadoria media as relações, na perspectiva do reconhecimento, a gratuidade é a mediação. Dessa feita, a segunda característica confere ao reconhecimento a sua dimensão utópica que atuando junto ao caráter histórico-constutivo encontra no(a) outro(a) a realização escatológica do devir como um processo, numa perspectiva concreta de uma radicalização da práxis como proposta de transformação.⁴⁴⁵

A perspectiva então de um reconhecimento que se compreenda desde sua bidimensionalidade tem como perspectiva a indignação ética ao identificar, no rosto do(a) outro(a), a vítima dos processos de exclusão. Remetendo ao ato expulsor, não assume uma posição de autorização à participação, mas a partir de uma práxis libertadora, que atua de forma profético-pedagógica, procura perceber o movimento histórico de construção de sujeitos que estão à margem para um processo de ocupação do lugar central da vida. A pessoa com deficiência reconhecida pelos processos de exclusão como pessoa de segunda categoria, na ocupação dos espaços sociais, dentre eles, o trabalho são ressignificadas na dialética de uma construção histórica como novos sujeitos que reinterpretam seus papéis de forma participativa. É por este caminho que se possibilita seguir.

Portanto, a compreensão do reconhecimento empreitado neste estudo tem o caráter ampliado a partir do caminho apresentado por Fraser como bidimensional, compreendendo a perspectiva do respeito à diversidade, porém, com o construto de uma realidade estrutural de transformação dos processos de produção da exclusão. Nesse sentido, ter como pano de fundo esta perspectiva do reconhecimento possibilita a compreensão da deficiência em seu caráter individual, das qualidades apresentadas como sujeitos históricos, bem como, em sua face coletiva, da dimensão das lutas sociais pela construção de uma vida em abundância. Mais que

⁴⁴⁵ MO SUNG, Jung. **Sujeito e sociedades complexas**: para repensar os horizontes utópicos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 43-50.

um pedigree teórico, compreende a complexidade dialética da vida cotidiana concreta e suas diversas facetas que se ampliam para além de formulações mecanicistas que reduzem a realidade a resultados pré-definidos.

3.2.3 A deficiência e suas concepções no mundo do trabalho

Após a caminhada aqui realizada ao longo deste capítulo buscando compreender a construção do conceito da deficiência ao longo da história, bem como, sua interpretação contemporânea, entende-se que neste um último ponto ainda é preciso ser trabalhado, a concepção da deficiência para dentro do mundo do trabalho. Foi possível perceber até então que a deficiência foi construída ao longo da história entre o atendimento caritativa, a segregação forçada como uma forma de cuidado, mas também de invisibilidade, passando por sua compreensão biomédica até o processo recente de discussão social para um processo de modificação da sociedade para a inclusão da pessoa com deficiência. Nesse sentido, perceber que estas compreensões se articulam dentro do mundo do trabalho, constitui-se numa tarefa fundamental para o conjunto desta pesquisa.

Considerando que a Constituição garante o respeito à dignidade humana do(a) trabalhador(a), com ou sem deficiência (art. 1º; 170), tendo como o direito ao trabalho para as pessoas com deficiência como um dos princípios para sua garantia como pressupõe a Convenção nº 159/83, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil (Decreto Legislativo nº 51, de 28 de agosto de 1989) que tem como princípio básico a integração e reintegração das pessoas com deficiência na sociedade; recomendação nº 168 também da OIT, que dispõe sobre a reabilitação profissional e o emprego de pessoas com deficiência; a Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006 da ONU, que defende a inclusão da pessoa com deficiência de maneira digna e integral,⁴⁴⁶ faz-se importante compreender a relação do trabalho na construção do conceito da deficiência.

É necessário, neste momento, apresentar alguns dos achados do estudo realizado por Carvalho-Freitas sobre as concepções da deficiência e a inserção da pessoa com deficiência na empresa. A compreensão de Carvalho-Freitas é de que

⁴⁴⁶ MTE. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007. p. 12-13.

as concepções sobre a deficiência construídos historicamente são definidores da qualificação e justificativa a respeito da atuação frente às pessoas com deficiência.⁴⁴⁷ Em certa medida, a pesquisa aqui empreitada diverge do estudo de Carvalho-Freitas por entender que as relações concretas da vida compartilham da construção dos conceitos da deficiência a partir de práticas construídas historicamente, porém, entende que as categorias apresentadas por Carvalho-Freitas devem ser consideradas por compreender a identificação de elementos constitutivos do processo de construção das conceituações sobre a deficiência no ambiente de trabalho.

Há que se perceber que estes itens de classificação que serão apresentados correspondem à construção presente do trabalho como emprego e tem como meta o metabolismo do capital. Este modelo de classificação tem como objetivo desenvolver formas gerenciais que desenvolvam formas de como a pessoa com deficiência pode se enquadrar ao sistema de produção com as suas capacidades desenvolvidas ao máximo. O próprio modelo social acompanha esta premissa e transforma-se numa proposta harmonizadora da satisfação do capital.⁴⁴⁸ É o que Alves chama de “racionalidade cínica”, citando Safatle, que se caracteriza por sua capacidade de tornar uma situação de crise, numa estabilidade normalizada, natural. Esse processo, faz com que os(as) próprios(as) trabalhadores(as) encontrem as alternativas para superação da crise.⁴⁴⁹

Assim, o estudo citado então identifica seis formas de conceber a deficiência que interferem diretamente na efetivação do acesso ao mundo do trabalho das pessoas com deficiência. O primeiro delas é a subsistência/sobrevivência. Nesse preceito, o tema chave é a capacidade da pessoa em contribuir para a sociedade,

⁴⁴⁷ CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras** – um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 36. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/CSPO-72UKVU/maria_nivalda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 maio. 2018.

⁴⁴⁸ No quarto capítulo procurar-se-á apresentar uma configuração de uma proposta de inclusão que rompa com este caráter gerencialista do capital.

⁴⁴⁹ ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 66. Nas palavras do autor: “[...] o trabalho continua não dando satisfações imediatas ao operário ou empregado, embora o discurso dos novos métodos industriais não seja mais aquele, como no taylorismo-fordismo, que buscava transformar o homem produtivo em ‘gorila amestrado’, como salientou Gramsci. Pelo contrário, o discurso do ‘gerenciamento pós-moderno’ impregnado do espírito do Toyotismo busca tratar os operários ou empregados como ‘colaboradores’ que executam um trabalho em equipe. o local de trabalho tornou-se um local de aprendizagem contínua que requer da equipe ou time (*team*) inteligência instrumental e atitude pró-ativa na resolução de problemas. O supervisor é o treinador do time”.

sendo rejeitada ou aceita por isso. Nesse caso, a deficiência é entendida como (in)capacidade. Logo, a pessoa com deficiência precisa esforçar-se para provar que é capaz. Segundo, em nível consideravelmente mais radical está a perspectiva da interpretação que tem como premissa a utilização da pessoa com deficiência de forma instrumental. As pessoas que compartilham desta ideia compreendem que não há espaço para as pessoas com deficiência, pois não refletem o princípio de perfeição e de saúde, prospectando assim a sua eliminação da sociedade.⁴⁵⁰

A terceira categoria identificada é o ponto de vista da deficiência como um fenômeno espiritual, no qual a deficiência de nascença ou mesmo adquirida tem a função de uma mensagem metafísica relacionada à divindade, considerando-se assim, a deficiência como um castigo da própria pessoa ou mesmo de seu pai e de sua mãe. Também tem a dimensão de resgate para o bem de uma alma ou mesmo para despertar a bondade a partir do princípio caritativo de amor ao próximo.

Outro modo de se compreender a deficiência está pautada pela interpretação predominante que tem como conceituação básica o encaixe da pessoa com deficiência num padrão construído de normalidade. Dessa forma, a deficiência é uma anormalidade que necessita ser reabilitada. Compreende-se a deficiência como um fenômeno individual, desviante da normalidade, que deve ser adequada para integrar a sociedade.⁴⁵¹

Nos dois últimos itens classificatórios, destaca-se a identificação do conceito da inclusão social, no qual a pessoa com deficiência não é o foco, como a engrenagem a ser retificada, mas a sociedade que precisa se adequar para incluir a toda a diversidade humana, oferecendo assim, oportunidades para a pessoa com deficiência ocupar o ambiente de trabalho, tendo com ações preponderantes medidas antidiscriminação e ação substancial do Estado. Por fim, no entendimento da técnica a deficiência é um problema técnico a ser gerido como parte da organização do trabalho. Nesse preceito, a gestão da diversidade é uma vantagem competitiva frente as organizações, pois sugere o aumento de prestígio da empresa, bem como, do rendimento de todo o grupo de colaboradores(as) (trabalhadores(as)),

⁴⁵⁰ CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. Concepções de deficiência: as formas de ver a deficiência e suas consequências no trabalho. In: CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz (Orgs.). **O trabalho e as pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá, p. 237-252, 2010. p. 238-240.

⁴⁵¹ CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010, p. 241-243.

a partir da superação das expectativas da pessoa com deficiência frente a sua contratação.⁴⁵²

Consideravelmente, há que se destacar que, essas classificações estão expandidas em diversos âmbitos da sociedade em geral, entre eles, os ambientes de trabalho. A partir disso, é possível compreender que as barreiras sociais que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência têm na conceituação que se faz sobre a deficiência, um elemento importante a ser considerado, pois simbioticamente foi construído a partir de diversas práticas de convívio com as pessoas com deficiência. Nesse sentido, as cotas possuem um caráter significativo, pois como fruto de luta por garantia de direitos das pessoas com deficiência, proporciona o caráter fundamental para a ressignificação de tais conceitos, por meio da ocupação do espaço social do trabalho, constituindo-se assim, na possibilidade de transformação das estruturas produtoras de desigualdade.

O excerto abaixo aponta para esta dimensão da conceituação da deficiência como um definidor também pela ocupação de uma vaga de emprego.

Para mim foi difícil, porque tu vais participar de várias entrevistas e você acaba não se encaixando no que as empresas querem, porque o maior problema hoje, é que as empresas esperam o que, aquela pessoa que tem aquela deficiência, que talvez seja a auditiva ou talvez seja a deficiência mínima, que seria amputação de um dedo, que pode deixar a mão escondida debaixo do balcão que ninguém vê, uma perna amputada, que tu usas calça, uma prótese e ninguém vê aquela situação, mas não aquela deficiência física ou intelectual que transpareça, por exemplo, Down, Down e autista, a fisionomia se modifica. Então este tipo de pessoa que tem uma deficiência física, intelectual, que ela é aparente, não é tão bem aceita no mercado de trabalho, porque as empresas, infelizmente, se preocupam muito com a aparência das pessoas e se preocupam muito com o que o cliente vai pensar. Não é algo humanizado [...] então é uma questão cultural que só vai conseguir mudar aos poucos. (E11).

A pessoa entrevistada identificou em seu discurso que na compreensão das empresas há uma relação ao tipo de deficiência preferencial para ser contratada, no qual, o seu perfil não se encaixa. Pelas diversas respostas negativas pelo que passou, ela compreende que a sua situação de pessoa com deficiência, por não agradar o mercado, corresponde a limitação para a sua contratação. Há que se deixar claro que não se pretende fazer um julgamento da situação pela qual as empresas não a contrataram, porém, apontar para o fato que a pessoa com deficiência acaba por procurar alternativas que possam responder a sua situação de

⁴⁵² CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010, p. 243-245.

rejeição para ocupar um espaço de emprego, e no caso desta pessoa, a deficiência correspondeu ao caráter limitador. Essa perspectiva é importante de ser destacada, pois denota um caráter fatalista sobre a deficiência em sua situação.

O excerto anterior que apresenta a compreensão de que a deficiência impossibilitou de acessar algumas vagas de emprego confere também a dimensão encontrada entre a classe trabalhadora como um todo. Isso porque, como afirma Pinto, “estabeleceu-se um ‘tipo ideal’ de trabalhador, do qual se exige iniciativa, equilíbrio, acessibilidade e facilidade no trabalho em equipe, raciocínio ágil e, sobretudo, responsabilidade para com os compromissos da empresa”.⁴⁵³ O autor faz um passeio pelas concepções que marcaram a organização do trabalho no século XX, taylorismo, fordismo e toyotismo e aponta os desafios exigidos pelo último, que se aprofunda especialmente por sua característica flexível e tende a exigir uma ampla gama de competências a serem desenvolvidas ao máximo, ao ponto que o(a) trabalhador(a) seja dispensável e suas atividades absorvidas por outro(a) trabalhador(a).⁴⁵⁴

Esse modelo de organização do trabalho necessita então também da flexibilização máxima das leis que asseguram os direitos da classe trabalhadora, como também, do(a) próprio(a) trabalhador(a) por meio de uma exacerbação de horas extras (banco de horas), contratações precárias (temporárias, tempo parcial), salários vinculados à produção, busca por novas qualificações profissionais etc. Além disso, o desemprego desempenha papel fundamental, pois mantém os salários baixos, com a contratação temporária, exigindo alta produtividade em momentos de crescimento da economia e em tempos de recessão, os(as) mesmos(as)

⁴⁵³ PINTO, Geraldo Augusto. **Organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 80.

⁴⁵⁴ ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 14-16. Antunes entende este processo como a nova morfologia do trabalho que já se inicia nos anos de 1990 com a implementação do Consenso de Washington (1989) “que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. [...] se nos anos de 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Ou seja, em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizado, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do cyberproletariado”.

temporários(as) podem voltar a serem desempregados.⁴⁵⁵ Dessa forma, o excerto acima reforça a dimensão destacada anteriormente, na qual, a pessoa com deficiência está inserida numa grande maioria de pessoas marginalizadas, neste caso, os(as) trabalhadores(as).

Não se quer com isso reduzir os impactos causados à pessoa entrevistada pela negatividade da deficiência em relação à busca por emprego, mas, pelo contrário, identificando-a em sua dimensão peculiar enquanto pessoa com deficiência, mas semelhante em relação aos desgastes sofridos pela classe trabalhadora. Nesse sentido, o estudo de Pereira, Del Prette e Del Prette, demonstra uma proximidade ao refletido aqui. A pesquisa classificou os aspectos positivos e negativos em relação ao trabalho de um grupo de trabalhadores com deficiência física e um grupo não deficiente. Entre os elementos negativos encontrados entre os(as) trabalhadores(as) com deficiência foi a desvalorização profissional, que está associada a descrença da capacidade, enquanto que, no outro grupo foi encontrado a jornada de trabalho extensa.⁴⁵⁶

A flexibilização apresentada por Pinto, está associada ao que Dal Rosso apresenta quanto à intensidade do trabalho, que é a forma pela qual é realizada a forma de trabalhar. Concentra-se sua atenção sobre os(as) trabalhadores(as) individuais e coletivos e sobre as capacidades destes(as) trabalhadores(as) (físico, cognitivo e afetivo).⁴⁵⁷ O pano de fundo é eliminar todo entrave possível que possibilite a expansão máxima da capacidade de produzir do(a) trabalhador(a). Nesse sentido, além do desenvolvimento da máquina e a operacionalização de várias máquinas por um(a) trabalhador(a) apenas,⁴⁵⁸ os(as) trabalhadores(as) não podem ser limitados por regras específicas, como por exemplo, trinta dias consecutivos de férias, ou mesmo, o exercício do teletrabalho com sua intensificação por meio da demanda. Dessa forma, também as leis trabalhistas devem ser atualizadas de acordo com este modelo.

⁴⁵⁵ PINTO, 2013, p. 79-81. O autor ainda complementa “o desemprego é um dos fatores que garante as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo”. (p. 81).

⁴⁵⁶ PEREIRA, Camila de Sousa; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência física?. **PsicoUsf**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 105-114, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a13.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁴⁵⁷ DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 19-24.

⁴⁵⁸ DAL ROSSO, 2008, p. 63-70.

É neste íterim que se observou no ano de 2017 no Brasil a reformulação das leis trabalhistas com a justificativa de modernizá-la⁴⁵⁹, quer dizer, flexibilizar para intensificar o trabalho.⁴⁶⁰ Nesse sentido, é preciso ter em vista que este modelo de produção toyotista não promove a criação de novos empregos⁴⁶¹, mas o emprego de mais capacidades do(a) trabalhador(a).⁴⁶² Entre as diversas alterações na legislação trabalhista que afeta toda a classe trabalhadora, duas podem incidir de forma mais específica sobre as pessoas com deficiência: o teletrabalho, trabalho realizado nas dependências do(a) trabalhador(a) (art. 75-A – 75-E) e a jornada intermitente, contratação por horas trabalhadas (art. 443, §3).⁴⁶³ Isso, porque flexibilizaria a presença da pessoa com deficiência e o atendimento percentual da previsão de cotas, sem uma mudança estrutural de acessibilidade da empresa.

A reflexão apresentada pelo depoimento anterior agrupa também outro excerto recolhido durante a pesquisa que aponta para um elemento parecido. A pessoa entrevistada aqui torna-se deficiente auditiva ao longo de sua vida e precisa se readaptar a sua função e seu trabalho na escola. Segue abaixo o relato.

⁴⁵⁹ BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018. BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018. Este processo de modificação das leis trabalhistas está ancorado no trabalho terceirizado irrestrito e nas inúmeras alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

⁴⁶⁰ DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Maio 2017. Nota técnica 178. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁶¹ BENEDICTO, Marcelo. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. 27/04/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018. BÔAS, Bruno Vilas. **Desemprego atinge 13,7 milhões de pessoas, diz IBGE**. 27/04/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5487887/desemprego-atinge-137-milhoes-de-pessoas-diz-ibge>>. Acesso em: 15 jun. 2018. GARCIA, Maria Fernanda. **Depois da reforma trabalhista, desemprego aumenta no Brasil**. 02/03/2018. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/depois-da-reforma-trabalhista-desemprego-aumenta-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁶² ALVES, 2011, p. 65. “O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo. Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instâncias da reprodução social o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como ‘um curso de pensamentos pouco conformistas’. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. No plano linguístico-locucional, deve-se trocar a sintaxe da luta de classes para a sintaxe da concertação social”.

⁴⁶³ BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**.

Nossa, na primeira semana eu chegava em casa e chorava, tirava o aparelho e chorava, tudo duplicava. O som ficava muito mais alto. Até se caísse um alfinete a gente ouvia. Então, tu imaginas, no ambiente escolar, com muitas crianças, na hora do recreio, na hora do lanche, troca de período, nossa. Isso que eu estava trabalhando só um turno, turno da tarde, porque, nos outros anos sempre tive extensão, depois disso nem extensão, porque é que você vai dar extensão para uma pessoa que tem deficiência, porque esta pessoa já não vai mais para a sala de aula regular, com trinta, trinta e cinco alunos, ela já não tem mais esta condição, um professor deficiente auditivo, é muito complicado conviver. Ele não vai mais ter aquele domínio de classe que eles chamam, que é essencial, você ter aquele domínio de classe assim no ensino fundamental, tu não consegues, então tu vais para outros espaços. Ou tu vais no EVAM, que é trabalhar no computador, ou tu vais num projeto de diversidade que é cinco ou seis alunos, ou biblioteca ou hora do conto. (E14).

É perceptível que a deficiência que a pessoa entrevistada desenvolve causa uma mudança significativa na sua rotina de vida, mas, principalmente, na sua adaptação de como reconhecer-se e conviver consigo mesma frente aos desafios desta forma diferente de viver. Nota-se também que muito embora, a escola proporciona uma adaptação do exercício da profissão, ela se incomoda, pois compreende que estava ocupando um espaço secundário dentro da escola, porquanto ela já não se encontra no ambiente de sala de aula, que sistematicamente era identificada com a sua profissão de professora, ela então sente-se isolada. Além disso, há uma redução salarial juntamente a sua readaptação, pois ela já não mais podia estender seu trabalho para outro turno. Ela demonstra estar perdida, desapontada, atacada por aquela situação que agora constitui a sua vida dali em diante.

No entanto, a construção que ela faz da sua deficiência com relação à profissão que exerce e o trabalho que ocupa, está ligada à incapacidade. No seu relato, aparece de forma nítida que a sua situação de deficiência lhe ocasionou perda de valor e, especialmente, a ocupação do espaço central da escola, a sala de aula. A sua incapacidade de ter domínio sobre a turma, torna o limitador para que ela alcançasse uma extensão que pudesse lhe agregar renda. Ela não deixa claro se chegou a solicitar a extensão e lhe foi negado e sua ausência no relato pode sugerir que tal movimento não ocorreu, mas fica evidente que a extensão de carga horária não foi oferecida, mesmo sabendo que em outros tempos, antes da deficiência, ela a tivesse. Nesse sentido, parece existir um senso coletivo comum que compreende que a deficiência lhe conferia uma perda, tornando-a incapaz de ampliar sua carga horária.

Retomando novamente um tema já mencionado anteriormente, é interessante observar o entendimento apresentado pelo estudo de Stucki et al. ao compreender a incapacidade como um atributo associado às experiências, e não a um atributo da pessoa,⁴⁶⁴ desta forma, três componentes acompanham a incapacidade: “deficiências no nível do corpo, limitação às atividades e restrição à participação”.⁴⁶⁵ A distinção da incapacidade apresentada no excerto anterior percebe estes três componentes. A pessoa entrevistada percebe que seu corpo se modificou, gerando uma limitação às atividades que ela exercia anteriormente, bem como, ela sente-se restringida em sua participação por não compreender mais um espaço central dentro da escola. O estudo então sugere uma modificação de ângulo, para a funcionalidade humana, inter-relacionando funções do corpo e as estruturas.⁴⁶⁶

A autorreferência apresentada pela pessoa entrevistada citada acima, aponta para um conceito que denota o processo vinculado à disposição de características pertinentes à capacidade, a saber, o capacitismo.⁴⁶⁷ O termo origina-se da palavra inglesa *ableism* que poderia ser traduzida como doutrina do capaz e que foi conceituada em nosso contexto como capacitismo. Ela está vinculada ao seu termo antônimo *disableism*, doutrina do incapaz, em nosso caso, deficientismo. Na primeira, o foco está voltado na capacidade das pessoas em exercer determinadas atividades diversas, dentre elas, o trabalho, e assim, serem consideradas normais. Na segunda, o foco está no processo de apontar as limitações das pessoas com

⁴⁶⁴ MARTINS, Anabela Correia; ARAÚJO, Eduardo Santana de. Deficiência não é incapacidade: o que isso significa?. **Revista Científica CIF Brasil**, Jandira, v. 3, n. 3, p. 18-27, 2015. Disponível em: <<http://www.revistacifbrasil.com.br/ojs/index.php/CIFBrasil/article/view/19/26>>. Acesso em: 15 jun. 2018. O estudo direciona que a incapacidade geralmente está associada ao corpo da pessoa com deficiência, tornando-se assim, uma dificuldade apresentada pelo indivíduo, estabilizando assim a deficiência como limite.

⁴⁶⁵ STUCKI, Gerold et al. Developing human functioning and rehabilitation research from a comprehensive perspective. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-69, 2008. p. 64. Disponível em: <http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=164>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁶⁶ STUCKI et al., 2008, p. 66. Os autores defendem que “uma melhor compreensão da funcionalidade humana e da incapacidade revelará possibilidades inexploradas para otimizar o funcionamento das populações e minimizar a experiência individual de incapacidade na presença de uma condição de saúde.”. (tradução nossa). “a better understanding of human functioning and disability will uncover unexplored possibilities to optimize populations’ functioning and minimize individuals’ experience of disability in the presence of a health condition.”

⁴⁶⁷ MARTÍN, Mario Toboso. “Capacitismo”. In: PLATERO, Lucas; ROSÓN, María; ORTEGA, Esther (Eds.) **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona: Bellaterra, p. 73-81, 2017. O autor faz um breve resumo de diversos estudos que apresentam definições sobre o termo.

deficiência para demonstrar as capacidades das outras pessoas.⁴⁶⁸ Os termos vêm articulados como definidores de um processo de discriminação pela deficiência.⁴⁶⁹

Melo ainda define o termo capacitismo como:

[...] uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas. Isto é, “esquece-se” que as pessoas com deficiência podem desenvolver outras habilidades não agregadas à sua incapacidade biológica (não ouvir, não enxergar, não andar, não exercer de forma plena todas as faculdades mentais ou intelectuais etc.) e serem socialmente capazes de realizar a maioria das capacidades que se exige de um “normal”.⁴⁷⁰

Nesse sentido, o capacitismo tem como ponto de partida o elenco de capacidades consideradas satisfatórias, às quais, os modelos de pessoas, especialmente de corpos, são colocados com o intuito de apontar as incapacidades normalizantes. Desse modo, Ávila defende que “a negligência da necessidade de incorporar a problemática do capacitismo ao estudo das matrizes discursivas de violência aponta, assim, para uma vulnerabilidade significativa no interior dos estudos interseccionais”.⁴⁷¹ Apoiando-se no conceito de Lorde de “hostilidade horizontal”, defende que algumas pautas importantes de diversos grupos são desprezadas por outros, pôr as considerarem não tão urgentes. Ela então defende que a luta anticapacitista não deveria ser considerada como secundária, mas como comum, pois afeta o grande grupo de marginalizados(as).⁴⁷²

⁴⁶⁸ MELO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. p. 3267. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁶⁹ DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia Barbosa, SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁷⁰ MELO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 262 p. p. 94-95. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182556/PASO0431-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

⁴⁷¹ ÁVILA, Eliana de Souza. Capacitismo como queerfobia. In: FUNCK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Orgs.). **Linguagens e narrativas**: desafios feministas. v. 1. Tubarão: Copiart, p. 131-156, 2014. p. 134.

⁴⁷² ÁVILA, 2014, p. 141-143.

Um exemplo de prática capacitista pode ser observado no excerto abaixo, no qual, a pessoa entrevistada é remanejada de seu posto de trabalho pela empresa compreender que a atividade que realizava exigia uma capacidade e excedia a sua condição física de utilizar apenas uma das mãos para o trabalho. Sem ser consultada ou mesmo questionada sobre a realização das suas atividades, ela foi realocada num espaço no qual ela poderia exercer uma atividade condizente com sua capacidade: atender telefone. Ela deixa de transitar entre os corredores da biblioteca e de interagir com o público de forma concreta (visibilidade da deficiência) para assumir um posto de trabalho que novamente se apresenta como marginal, num espaço restrito (invisibilidade da deficiência), no qual a sua deficiência não lhe “atrapalhará” a exercer as atividades laborais.

E eu comecei a trabalhar na biblioteca e o meu trabalho era tipo assim, meio pesado, tipo assim, aquela coisa de ficar carregando livro e tudo mais. Depois de uns dois anos com eu trabalhando lá, eles iniciaram um projeto de, e contrataram um médico e chegaram para mim e disseram que não, não vai mais fazer isso, agora você vai ficar sentada no telefone. Eu disse que não, só um pouquinho, não é assim que funciona, não, é que você pode ter algum problema com alguma questão laboral. (E13).

É possível perceber então que o capacitismo está associado a uma condição prática de invisibilidade. Aqui, deve-se ter em vista que tal processo não é o que foi possível verificar, por exemplo, na construção de hospícios e o recolhimento das pessoas indesejadas para ambientes longínquos (afastados das cidades), mas se utiliza do mesmo princípio que está vinculado à limitação relacional da pessoa com deficiência. Atuar na biblioteca ou atender o telefone, são atividades importantes dentro do desenvolvimento de uma instituição, porém, ao elencar-se as principais posições, estas atividades não estariam nas primeiras colocações. Esse é o processo que tem se denominado nesta pesquisa de *invisibilidade visível*, quer dizer, as pessoas com deficiência ocupam espaços sociais de inclusão, mas estes, ainda

constituem em espaços marginais.⁴⁷³ Elas estão presentes, mas não são percebidas.⁴⁷⁴

A percepção da invisibilidade visível apresenta uma aproximação do conceito trabalhado por Costa como invisibilidade pública que consiste num processo de rebaixamento do(a) outro(a) por sua condição de trabalho assalariado em condições inferiores, numa condição de divisão de classes, que estabelece no comportamento social padrões diferenciadoras de tipo de pessoas. Assim, construído historicamente, a pessoa invisível pública é reduzida e conferida à condição de objeto incapaz de interpelar outros seres humanos de forma igual.⁴⁷⁵ Dois pontos a serem destacados: primeiro o caráter associado da condição de invisibilidade visível compartilhada da situação das pessoas com deficiência a outros grupos sociais que compõe a classe trabalhadora. Segundo, a dimensão reificada da pessoa com deficiência a ser trocada de seu posto de trabalho como uma máquina (mercadoria).⁴⁷⁶

Por fim, um último excerto a ser destacado traz a dimensão da qualidade do emprego associado a uma ideia próxima da caridade, se apresenta como um espaço que ainda não foi precarizado. A pessoa entrevistada em sua narrativa convencion

⁴⁷³ E13. A entrevistada ainda continua: “[...] mas no início, com dezesseis, dezessete anos eu comecei a procurar emprego. E eu ia para as entrevistas, e eu lembro que era para ser secretaria de um dentista. Daí ele olhou para mim e disse: “tu não dás, tu não vais conseguir.” O que é que é? Eu não vou conseguir? Mas o que é o trabalho? Não, é que é preciso me entregar as coisas. Gente! Pelo amor de Deus. Porque é que eu não consigo te entregar as coisas e ele, não, não dá, não”. Ou mesmo na E8, na qual, a pessoa entrevistada com deficiência auditiva pretende avançar do seu posto de empacotadora para operadora de caixa, “no presente quero ser operadora de caixa”, como uma forma de ocupar um espaço de centralidade do ambiente de emprego que trabalha.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 961-984, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018. A pesquisa de Oliveira destaca este elemento nos depoimentos recolhidos sobre a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior, pois mesmo na sala de aula, sentem que os/as professores/as não as percebem para serem incluídas no processo de construção do conhecimento. FRANÇA, Tiago Henrique de Pinho Marques. **Deficiência e pobreza no Brasil: a relevância do trabalho das pessoas com deficiência**. Tese de doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. p. 97-100. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27101/1/Defici%C3%Aancia%20e%20Pobreza%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018. A autora destaca que mesmo sendo uma política pública enquanto direito das pessoas com deficiência, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não é tornado visível quanto ao seu entendimento de funcionamento, muito menos, que representa um direito.

⁴⁷⁵ COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 15-17. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009.../costafernando_do.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2018.

⁴⁷⁶ MARX, 2017, p. 146-167.

que o emprego que atende às suas necessidades específicas relacionadas à sua deficiência, mesmo que ela recomponha o a carga horária a ser trabalhada, configura-se, na comparação com outros ambientes de emprego, em algo a ser agradecido. A ideia que ela apresenta sobre um bom emprego está vinculada à tranquilidade na sua vida privada. Trocando em miúdos, poder-se-ia dizer que as atividades do emprego ficam submetidos ao ambiente do emprego, mesmo que lá possua incomodações ela não leva trabalho para casa. Outro fato importante destacada pela pessoa entrevistada é que mesmo tendo o salário baixo, este é pago em dia.

Querendo ou não eu não posso reclamar, a (cita nome da instituição) pode ter um monte de defeitos, no último dia do mês está lá o nosso salário, pode ganhar pouco, mas pelo menos está ali e se a gente precisa de alguma coisa, eles ajudam. Igual quarta eu fui lá no INSS, parece que tem aquele benefício que ajuda quando eu tiver alguma necessidade, mas não é bem assim, umas complicações a mais, que eu vou ter que fazer e tal, eu fui, saí, o meu colega foi comigo, e eles, tudo ok, vocês pagam depois, bem tranquilo. Daí tipo, não posso nem reclamar. Claro que não posso ficar faltando todos os dias, porque também, óbvio que tu vais ser demitido, mas quando tu realmente precisas. Hoje também fui ao médico, cheguei dez e meia, bem de boa. Porque tem gente que se você chegar cinco minutos atrasados você tem que ir lá no RH assinar advertência. Daí, então, sabe, não tem nem o que reclamar. Ah, teve uma época, que eu ainda estava na faculdade que eu fiz bastante entrevistas assim. Eu também fiz entrevista naquele (cita nome da empresa), mas daí eu não quis, eu iria ficar louca se eu trabalhasse num lugar daqueles, porque é meta, meta, meta, as pessoas que saem de lá, saem depressivas, é horrível. Daí eu digo, não... Eu agradeço pelo trabalho que eu tenho, por mais que tenha as incomodações, mas mesmo assim, tu consegues dormir bem, ficar tranquilo. (E10).

Outro componente a ser destacado nesse excerto percebe a vinculação de um emprego precarizado que causa deficiência no(a) trabalhador(a). Agora os papéis se invertem, se antes, a deficiência definia os espaços a serem ocupados num ambiente de emprego, agora, o emprego define como a pessoa se transforma. As exigências do emprego que exigem do(a) trabalhador(a) o máximo de sua competência física, cognitiva e afetiva, na opinião da pessoa entrevistada, deixa a pessoa louca, depressiva, numa situação horrível. Ela reconhece que o emprego se comporta de tal forma que força o(a) trabalhador(a) a deixar tudo da sua vida, ele suga até mesmo a sanidade mental da pessoa, que quando saí, num sentido de desligamento do emprego, o(a) trabalhador(a) sai doente. Compreendendo este processo, ela faz a opção de não aceitar trabalhar numa situação como esta. Há um nível aceitável de degradação a se submeter.

Ao identificar o emprego ocupado como algo a ser agradecido, a pessoa entrevistada aponta algumas características que se poderia vincular com uma ideia de caridade. O primeiro está vinculado a receber o salário de acordo com a data-base. Este é um preceito estabelecido por lei, mas pela prática de precarização do trabalho, a insegurança do recebimento dos proventos, na opinião da entrevistada, constitui-se num princípio de qualidade.⁴⁷⁷ O fato dela ter seu horário de trabalho adequado à sua necessidade (ir no INSS, consulta médica) é outro elemento que a pessoa entrevistada entende como positivo, por outro lado, há um limite a ser observado para que não exceda o “bom-convívio” na empresa, quer dizer, ter que sair todo dia. Junto a isso, ela foi acompanhada por um colega de trabalho para o auxílio nas tuas necessidades, o que é relevante para a sua inclusão na empresa.

É interessante perceber que a precarização do trabalho também é percebida por outra pessoa entrevistada com um elemento peculiar, ao entender que estes espaços de trabalho são destinados às pessoas com deficiência por excelência.

E hoje o que tu olhas assim, para vagas de deficiente é empacotador de supermercado, porque eles já julgam o que é as pessoas. E sim, existem pessoas portadoras de necessidades, não sei o termo correto porque todo ano muda, que não são estimulados a construir uma carreira, não são estimulados né, mas também não é assim que funciona. Eu fui já em várias entrevistas e eu chegava assim, e eles, não, mas esta vaga não é para deficiente, sim, mas eu não quero a vaga de deficiente, eu quero a outra, não pode ser? (E13).

A ideia de construir uma carreira ainda está muito vinculada com o desenvolvimento da produção no modelo taylorista/fordista. Basso por exemplo defende que o sucesso do Walmart, conglomerado do setor de hipermercados, “está exatamente na capacidade de na habilidade de dispor, de modo muito ‘racional’, de uma mão de obra abundante, fluida e obrigada, porque privada de alternativas (leia-se: mulheres, jovens, ‘não brancos’ e portadores de deficiência) a vender a baixo ou a baixíssimo custo sua força de trabalho”.⁴⁷⁸ A concepção de que há um espaço social do trabalho destinado à pessoa com deficiência (E13) associado à ideia de caridade do trabalho (E10) e às necessidades de vida da grande massa de pessoas marginalizadas conjuga de forma espetacular o terreno perfeito à precarização do trabalho afim de trabalhar, e somente isso, durante as horas pagas.

⁴⁷⁷ BRASIL, 1943, art. 459, § 1º. “Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido”.

⁴⁷⁸ BASSO, Pietro. O walmartismo no trabalho no início do século XXI. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, São Paulo, n.18, p. 25-30, 2012. p. 26.

Após as reflexões apresentadas ao longo deste segundo capítulo, foi possível perceber que as conceituações sobre a deficiência são carregadas de elementos históricos que as configuram ao longo dos tempos. É fundamental perceber que a mudança de conceito é acompanhada por mudanças de práticas que sistematizam novas formas de pensar. O desenvolvimento de práxis vinculadas ao amor cristão, ao cuidado, à caridade, à ciência e etc. possibilitaram ir construindo ao longo da história os conceitos sobre a deficiência. Dessa forma, é importante perceber que a realidade do cotidiano se manifesta numa dimensão ampla de conceitos pautados por práticas mesmo longínquas. Não há uma pureza de práticas. É neste mundo diverso que a deficiência está incluída, tendo como conjunto maior, a sua pertença a um grande grupo de marginalizados(as), dispensadas a práticas segregadoras.

4 ESPAÇO SOCIAL: OCUPAÇÃO, TRABALHO E INCLUSÃO

*A injustiça vai por aí com passe firme.
Os tiranos se organizam para dez mil anos.
O poder assevera: assim como é deve continuar a ser.
Nenhuma voz senão a voz dos dominantes.
E nos mercados a espoliação fala alto: agora é minha vez.
Já entre os súditos muitos dizem:
o que queremos, nunca alcançaremos,
Quem ainda está vivo, nunca diga: nunca!
O mais firme não é firme.
Assim como é não ficará.
Depois que os dominantes tiverem falado
Falarão os dominados.
Quem ousa dizer: nunca?
A quem se deve a duração da tirania? A nós.
A quem sua derrubada? Também a nós.
Quem será esmagado, que se levante!
Quem está perdido, que lute!
Quem se apercebeu de sua situação, como poderá ser detido?
Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
De nunca sair: ainda hoje.⁴⁷⁹*

Ao longo da reflexão apresentada neste terceiro capítulo, será possível perceber que a relação construída sobre a ocupação, o trabalho e a inclusão no espaço social possui ações instrumentais práticas que contrapõem a relação da mercadoria construída pelo sistema capitalista burguês. A dimensão do espaço social manifesta um terreno propício para a ação humana para dentro da História, como pôde ser percebido no primeiro capítulo. Neste sentido, é pertinente frisar que no decorrer destas páginas perceber-se-á a tentativa de desmistificar alguns conceitos tratados como autoexplicativos, ou mesmo, padronizados por uma capacidade de mitigar a luta de classes. A busca por caminhos epistemológicos não tão usuais pretendeu alargar a discussão da temática apresentada por esta pesquisa, na busca por ampliar o leque de alternativas às pessoas com deficiência no seu processo de inclusão.

Outro detalhe que se quer chamar a atenção está vinculado ao específico deste capítulo que tem o foco voltado para o espaço social do trabalho e a sua ocupação pela pessoa com deficiência. A argumentação que se segue procura aprofundar a reflexão já realizada sobre o tema no específico do trabalho. Desta forma, não se compreende que esta é uma tarefa ou alternativa apenas vinculada ao

⁴⁷⁹ BRECHT, Bertolt. Elogio da dialética. Trad. Haroldo de Campos. In: CAMPOS, Haroldo de. **O arco-íris branco**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

trabalho, mesmo compreendendo que, este é um espaço social fundamental para compreender a inclusão da pessoa com deficiência de forma substantiva. Da mesma maneira, o caminho percorrido até aqui tem demonstrado que a conceituação sobre a deficiência é moldada de forma histórica significada pelas práticas em cada um dos seus momentos históricos. Desta forma, o espaço social do trabalho constitui-se como um elemento prático que justamente aponta para uma dimensão que procura ressignificar a deficiência de características negativas.

Para tanto, busca-se ao longo deste capítulo atender aos objetivos de *verificar* como acontece a ocupação do espaço social da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho e *averiguar* como a pessoa com deficiência entende a sua inclusão no mundo do trabalho. De imediato, cabe salientar que se propondo à reflexão crítica com a base conceitual construída a partir da pesquisa bibliográfica, os excertos dos depoimentos escolhidos procuraram dialogar com as pesquisas já realizadas sobre a temática. Em alguns momentos corroborando, discordando ou sendo desafiados, a voz ativa das pessoas com deficiência procurou dialogar com os elementos da vida que enriquecesse as discussões apresentadas, principalmente, pelo seu caráter da experiência cotidiana e concreta da vida.

4.1 A ocupação do trabalho como espaço social: a concretude do corpo e a estética capitalista

O corpo sempre teve um espaço significativo na história humana, no entanto, como apresenta Le Goff e Truong, “a história tradicional era, de fato desencarnada [...] quase sempre sem o corpo. Como se a vida dos homens se situasse fora do tempo e do espaço, reclusa na imobilidade presumida da espécie”.⁴⁸⁰ O corpo também tem um papel considerável na religiosidade judaico-cristã, “e o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1.14a). O próprio Deus nasce, vive e morre como gente. Tanto o pecado, como a salvação passa pelo corpo, pois conforme relata Gênesis, foi pelo corpo que a humanidade caiu em pecado e, de acordo com o testemunho evangélico, é o Cristo ressurreto que traz a

⁴⁸⁰ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Trad. Marcos Flaminio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 9.

salvação ao(a) pecador(a). Assim, o corpo assume uma dimensão paradoxal: a negação histórica do corpo e a supervalorização reificada da estética capitalista.⁴⁸¹

A história contada de forma desencarnada, torna-se algo fora do tempo e fora do espaço. Desta forma, a história vai adquirindo traços metafísicos descontextualizados, homogeneizados e universais, gozando de um princípio de estabilidade eterna. Ao deixar os corpos ausentes da história, ela, torna-se um ser sem carne, como um ser abstrato, desprendida de sua fisicalidade e vagante pelos corredores do tempo sem considerar a materialidade pela qual se concretiza a vida dos sujeitos e a organização e a sistematização da convivência humana. Assim, ao capitalizar-se o belo como mercadoria, o ponto de partida é o sistema de trocas, o qual o corpo também é parte. A estética capitalista, postula o ambiente ideal da exploração da força de trabalho e a manifestação da precarização da vida do(a) trabalhador(a) ao controlar os desejos pela mediação reificada e naturalizada da mercadoria.

4.1.1 O corpo e a ocupação do espaço social do trabalho

Como salientado acima, o corpo tem um caráter fundamental para a humanidade. Na modernidade, com características da estética capitalista, os indivíduos assumem posturas de consumo do próprio corpo. A insatisfação com o corpo sugere uma regra sintomática de participação da sociedade capitalista, com modificações corporais por meio de cirurgias plásticas, como também, aquelas com uma pauta baseada na saúde, com uma alimentação balanceada, que controle as calorias e, no conjunto da obra, também elimine aquelas “gordurinhas indesejadas”. A insatisfação ou cuidado com o corpo tornou-se uma regra social burguesa, na qual todos e todas estão incluídas. Como via de regra, na sociedade do capital, tudo precisa ser mercadoria, o corpo também é consumido como tal pelo seu valor de troca, baseado na padronização de comportamentos, de hábitos e de apresentação dos corpos.⁴⁸²

⁴⁸¹ LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 9-14.

⁴⁸² LOPES, Marcela Almeida Marreiros et al. Percepção da imagem corporal e estado nutricional em acadêmicas de nutrição de uma universidade pública. **Demetria**, v. 12, n. 1, p. 193-206, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/22483/20073>>. Acesso em: 07 jan. 2018. LIRA, Ariana Galhardi. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileira. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 3, p. 164-171,

De imediato, para início desta reflexão, a ideia de Schroer sobre a dimensão da especialidade humana frente a criação é pertinente. Ela afirma que “a morte é a grande niveladora das pessoas”.⁴⁸³ Considerando que os relatos da criação não necessariamente colocam o ser humano como o centro da criação, mas o sábado (descanso), como visto no primeiro capítulo, arriscar-se-ia argumentar categoricamente que o princípio que dirime as desigualdades criadas pelo ser humano e suas interpretações é a morte. Pode-se compreender que ela é a manifestação concreta da finitude concreta do corpo da pessoa. Como também, a ressurreição de Cristo, numa relação concreta com o corpo, dá, para aquelas que creem, a oportunidade de somar dias à vida (Is 38.10-13). Portanto, considerando a morte como fator de igualdade, o caráter concreto do corpo é valor importante.

Neste sentido, para superar a morte Ortega traz um ingrediente importante que trata especificamente sobre a vinculação frenética da sociedade moderna com o tema da saúde. Ele aponta que se vive um tempo de *Healthism*, que pode ser traduzido como ideologia ou moralidade da saúde. A ideia central é que tudo o que é bom para vida se transformou/reduziu à saúde. Esta preocupação com a saúde que se vincula com um regramento/autocontrole da vida, tornou-se um diferencial de classe social, bem como, de censura do(da) outro(a) e pelo(a) o outro(a). Este controle externo faz com que se inocule – nos indivíduos – um controle externo que indica o caminho a ser seguido, para se encaixar aos padrões corporais aceitáveis vinculados à perfeição e ao isolamento de qualquer risco que possa atrapalhar o alcance do objetivo principal: saúde e corpo perfeito. Como o autor mesmo coloca

[...] o corpo e o self são modelados pelo olhar censurador do outro que leva à introjeção da retórica do risco, resultando na constituição de um indivíduo

2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v66n3/0047-2085-jbpsiq-66-3-0164.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018. MEDEIROS, Tanísia Hipólito; CAPUTO, Eduardo Lucia; DOMINGUES, Marlos Rodrigues. Insatisfação corporal em frequentadoras de academia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 1, p. 38-44, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v66n1/0047-2085-jbpsiq-66-1-0038.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018. EL PAÍS. **O círculo vicioso da insatisfação com o corpo, dieta e compulsão por comida**. 05/01/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/ciencia/1514888494_704147.html>. Acesso em: 07 jan. 2018. R7. **Insatisfação constante com o corpo pode ser sinal de doenças psiquiátricas**. 22/07/2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/insatisfacao-constante-com-o-corpo-pode-ser-sinal-de-doencas-psiquiatricas-22072014>>. Acesso em: 07 jan. 2018. GAUCHAZH. **Insatisfação com o corpo pode causar diversos distúrbios alimentares**. 15/04/2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/insatisfacao-com-o-corpo-pode-causar-diversos-disturbios-alimentares-4106826.html>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

⁴⁸³ SCHROER, Silvia. **Simbolismo do corpo na Bíblia**. Trad. Paulo Ferreira Valério. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 14.

responsável, que orienta suas escolhas comportamentais e estilos de vida para a procura da saúde e do corpo perfeito e o afastamento dos riscos.⁴⁸⁴

Ortega então, elabora uma crítica aos estudos de Foucault a respeito do poder sobre os corpos que pode contribuir para a reflexão proposta do corpo e a ocupação do espaço social do trabalho. Em sua apreciação, Ortega aponta que Foucault analisa as relações de poder construídas a partir do corpo disciplinado, desconsiderando o corpo material e suas sensações.⁴⁸⁵ Abandonando o corpo como materialidade, o mesmo torna-se uma ideia metafísica. Desta forma, a análise apenas das relações que compõem o corpo, na opinião de Ortega, não explicaria como estas relações de poder são construídas.⁴⁸⁶ Ortega então, apresenta como contribuição, a concepção de um corpo vinculado ao ambiente, tendo como conceitos-chaves *Körper* e *Leib* (corpo vivo e corpo vivido), elementos de um mesmo corpo que abarca tanto a dimensão do objeto enquanto físico, como dotado de experiências.⁴⁸⁷

O subsídio fundamental sobre a argumentação de Ortega ancora-se justamente na perspectiva de materialidade do corpo enquanto um item fundamental da ocupação do espaço social do trabalho. Isto porque a materialidade do corpo representa a cotidianidade que revela justamente as nuances que compõem as definições e construções sociais a respeito das elaborações sobre temas relacionados à concepção de mundo do imaginário social do trabalho. É na vivência do dia a dia que as experiências materializadas se apresentam e passam pelo corpo. O preconceito, a exclusão, a precarização não são apenas ideias refletidas e discutidas por meio de fórmulas ou elucubrações filosóficas, mas, pelo contrário, são sentidas na pele, no corpo todo. A abstração das mazelas perpetuadas pela exploração da força de trabalho no sistema capitalista, sempre se materializa, se torna carne e habita livremente entre nós.

⁴⁸⁴ ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 33.

⁴⁸⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 109. Merleau-Ponty asseverou de forma bastante lúcida a significação de um corpo objetivo enquanto ser abstrato da racionalidade, que enquanto parte da realidade concreta, torna-se em algo alheio à experiência. Em suas próprias palavras: “só falo de meu corpo em ideia, do universo em ideia, da ideia de espaço e da ideia de tempo. Forma-se assim um pensamento “objetivo” (no sentido de Kierkegaard) — o do senso comum, o da ciência —, que finalmente nos faz perder contato com a experiência perceptiva da qual, todavia ele é o resultado e a consequência natural”.

⁴⁸⁶ ORTEGA, 2008, p. 193-203.

⁴⁸⁷ ORTEGA, 2008, p. 204.

A deficiência física foi justificada como um impeditivo de ação de uma das pessoas entrevistadas que, na sua percepção não fazia sentido em existir, pois a sua experiência prática de uma infância construída a partir das suas possibilidades de vida, demonstrava que a sua deficiência não tinha um valor de limitação.

[...] quando eu comecei a procurar emprego e me deparei com a primeira questão assim, não! Porque para mim era uma coisa assim tão boba, idiota, que uma pessoa chegar para mim e dizer – não, não serve. (E13).

Da mesma forma, sem entrar em detalhes, compreende-se que a crítica de Ortega tem sua razão, mas não alcança um nível de completude que viesse a desconsiderar a reflexão proposta por Foucault. Isto porque, percebe-se que para Foucault, o corpo material ainda integra o centro como ele mesmo coloca: “os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo [...] mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata”.⁴⁸⁸ Entretanto, quando Foucault indica para uma “alma” (sistema punitivo) que aprisiona o corpo, como um poder, que, introjetado no corpo, age como um instrumento deste poder, faz-se jus a crítica de Ortega, pois os sujeitos parecem estar fadados ao domínio, como uma “alma” que habita e que leva à existência o indivíduo. Como se esta mesma “alma” fosse o domínio exercido sobre o corpo.⁴⁸⁹

Em certa medida, a contestação de Grosz aproxima-se ao que Ortega aponta em sua crítica. A autora amplia sua argumentação e remonta a uma dualização da própria filosofia como um todo, que separou o corpo e a mente (alma). Na sua opinião, esta forma dual de conceber a construção do pensamento filosófico, acarretou o desrespeito ao corpo tornando a mente um componente desencarnado. A carne estabeleceu-se nas trevas, ao passo que, a mente na iluminação positiva da verdade. Essa forma de compreender o pensamento filosófico, construiu, por exemplo, a associação da feminilidade à desrazão, que, simultaneamente associada ao corpo, tomou características inferiores, enquanto que, a masculinidade, associada à razão, possuía um caráter de racionalidade, de centralidade e de integralidade, apregoando aos homens uma posição de superioridade em relação às mulheres e ao resto do mundo.

⁴⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 25.

⁴⁸⁹ FOUCAULT, 1987, p. 29.

Como disciplina, a filosofia excluiu furtivamente a feminilidade e, em última instância, as mulheres, das suas práticas através de sua codificação geralmente implícita da feminilidade com a desrazão associada ao corpo. Poder-se-ia argumentar que a filosofia como a conhecemos estabeleceu-se como uma forma de conhecimento, uma forma de racionalidade, somente através do desrespeito do corpo, especificamente do corpo masculino, e a elevação de mente correspondente como termo desencarnado. (tradução nossa).⁴⁹⁰

Nesta mesma linha, Schroer também elabora uma crítica à Teologia por causa da influência de uma dualidade de gênero, tendo em vista, justamente, a relação de poder que coloca o feminino num patamar espectral de inferioridade em relação ao masculino. “Nos seguintes pares de ideias, a feminilidade está implícita ou explicitamente ligada à categoria mais baixa, enquanto a masculinidade está ligada à categoria mais alta ou melhor”.⁴⁹¹ Schroer sustenta que, a partir do androcentrismo, as próprias interpretações hermenêuticas realizadas pelos exegetas, em sua maioria homens, contribuiria para a construção de uma cultura de inferioridade feminina.⁴⁹² O pensamento de Schroer é relevante para a compreensão da ocupação do espaço social do trabalho, pois precisamente, aponta para uma dimensão importante para a inclusão da pessoa com deficiência que é o dizer a sua própria palavra.⁴⁹³

⁴⁹⁰ GROSZ, Elizabeth. **Volatile bodies**: toward a corporeal feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1994. p. 4. “As a discipline, philosophy has surreptitiously excluded femininity, and ultimately women, from its practices through its usually implicit coding of femininity with the unreason associated with the body. It could be argued that philosophy as we know it has established itself as a form of knowing, a form of rationality, only through the disavowal of the body, specifically the male body, an the corresponding elevation of mind as a disembodied term”.

⁴⁹¹ SCHROER, 2003, p. 33.

⁴⁹² SCHROER, 2003, p. 26-36.

⁴⁹³ Quando Schroer denuncia que as interpretações hermenêuticas são influenciadas por quem as realiza, de certa forma, ela reafirma um paralelo com o tema discutido que, na medida em que, pessoas pautadas pelo padrão da normatividade indicam os espaços sociais que as pessoas com deficiência deveriam ou não ocupar, demonstra-se assim que muitas das compreensões e visões do mundo tomadas como verdades absolutas e naturalizadas por um grupo de pessoas, como o fim-em-si-mesmo, são, na verdade, a manifestação de noções estabelecidas a partir de suas pré-conceituações sobre determinado evento da vida prática. Dois eventos que ocorreram durante o período de entrevistas, como conversas de intervalo, elucidam o raciocínio aqui defendido. O primeiro foi a mãe de um entrevistado que, após a conversa reservada com seu filho questionou se havia informações que poderiam ser aproveitadas, porque ele não sabia falar, num sentido que não sabia argumentar, dizer sua própria palavra. Outro foi o relato de uma gerente, que na oportunidade de apresentar a pesquisa que estava sendo realizada e da autorização da empresa para falar com uma funcionária, salientou que quando ocorria caso em que algum funcionário(a) se recusasse a trabalhar com outro(a) funcionário(a) com alguma deficiência, ela sugeria que tal funcionário(a) incomodado(a) então trocasse de empresa, pois naquele espaço todos(as) funcionários(as) deveriam trabalhar com as diferenças. Em ambos os relatos fica evidente que a normatividade identifica os espaços que a pessoa com deficiência não deveria ocupar: não ser suficientemente bom para dar uma entrevista ou não estar no espaço de emprego por uma suposta limitação na realização de tarefas relacionadas com o trabalho. Desta forma, ao mesmo

A dualidade entre alma e corpo presente na herança neoplatônica, incorporada pela filosofia moderna como apresentado por Grosz, parece não compreender a indivisibilidade do ser humano, por exemplo, presente na construção do pensamento bíblico-antropológico e que auxilia a entender o que significaria o corpo como parte do processo de ocupação do espaço social do trabalho. Dussel apresenta que “o homem é identicamente uma carne espiritual, um ser vivo e carnal, tudo assumido na unidade do nome de cada um, o que significa a individualidade irreduzível: ‘Eu conheci você em seu nome (Ex 33.12,17)’”. (tradução nossa).⁴⁹⁴ Na tradição hebraica a palavra *néfesh* (garganta/suspiro/respiração) traduz a singularidade do ser humano a tal ponto que esta força vital não abandona o corpo/carne (*básar*) nem mesmo na morte.⁴⁹⁵

Outro ponto de relevância para a discussão a ser destacado é a concepção semita de corpo como *dýnamis*, apresentada por Schroer. O corpo como *dýnamis* vê no corpo o fim-em-si, como revelação de sua qualidade. O corpo que é belo é a caracterização da dinâmica produzida pelo corpo da pessoa. “O ideal de beleza não é um ideal corporal, mas um ideal de relacionamento”.⁴⁹⁶ A beleza do corpo aponta para uma dimensão social de construção de relação (Mt 18.20), “uma comunidade de serviço mútuo, solidário, entendido como o mais precioso dom da benção divina”.⁴⁹⁷ Neste sentido, o corpo da pessoa com deficiência, ao ocupar o espaço social do trabalho, para além da satisfação de competências do emprego, assume o desenvolvimento de habilidades funcionais que satisfazem às necessidades concretas e cotidianas do seu ser-em-si, descolando-se da normatividade dos corpos.

Um exemplo pertinente a este pensamento é o exposto por uma pessoa entrevistada relatando de uma cotidianidade, na qual, o seu processo de inclusão, no seu entender, é bem-sucedido ao ponto que as pessoas já não a reconhecem como pessoa com deficiência, demonstrando assim, que este seria o desejável para todas as pessoas incluídas, a saber, o esquecimento da deficiência. A sua diferença

tempo em que as concepções sobre a deficiência definem os espaços a serem ocupados, também indicam aqueles que não deveriam ser ocupados por alguma pessoa com deficiência.

⁴⁹⁴ DUSSEL, Enrique. **El humanismo semita**: estructuras intencionales radicales del pueblo de Israel y otros semitas. Buenos Aires: Eudeba, 1969. p. 27. “El hombre es idénticamente una carne-espiritual, un yo viviente y carnal, todo ello asumido en la unidad del nombre de cada uno, que significa la individualidad irreductible: “Yo te he conocido en tu nombre (Éxodo 33, 12 y 17)”.

⁴⁹⁵ DUSSEL, 1969, p. 27.

⁴⁹⁶ SCHROER, 2003, p. 41.

⁴⁹⁷ SCHROER, 2003, p. 42.

física não mais se relaciona a uma incapacidade ou mesmo uma inferioridade que delimita o seu trânsito no ambiente de emprego. Para além de ser reconhecida como alguém que não teria a possibilidade de exercer alguma atividade, ela é tratada na sua cotidianidade como uma igual, reconhecida por seus(suas) colegas de emprego como capaz na naturalização da sua ocupação do espaço social do trabalho. Mesmo que os(as) colegas se corrijam, à medida que convivem, a deficiência perde seu valor definidor.

E é engraçado que a maneira que tu te colocas para fazer as coisas. Às vezes as gurias, eu estou indo buscar um café, pega um para mim, pega um para mim também, depois vem eu da cozinha com três cafés e elas: aih! O que é que foi? Eu posso trazer um café. Posso trazer pendurado na boca, mas eu vou trazer. Não é que a gente esquece. Mas e daí? Este é o objetivo. A gente tem que esquecer, porque se tu ficares o tempo todo tratando a pessoa diferente, você não estimula ela a fazer outras coisas. (E13)

Complementando o destaque de Schroer, Deifelt sugere que, na perspectiva ecofeminista, estabelece-se uma corporeidade consciente que, para além de um receptor de estímulos e condicionamentos, o corpo assume uma postura de “estar-no-mundo, de saber-se um ser corpóreo [...] como fonte de conhecimento e discernimento”.⁴⁹⁸ Esta forma de entender o corpo como percepção do espaço social faz com que o prazer, para além da mercadoria, é sentido não pelo fato objetivo de ter, mas sim, pela qualidade de ser e estar. O reconhecimento do corpo como capacitado, como singular dentro de sua própria existência e, principalmente, normal desde a perspectiva do ser-em-si, é um processo que contribui para a ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência, pois ele atribui a possibilidade de compreender-se como comum daquele espaço, e não como um estranho.

O excerto que se verá abaixo trata justamente desta dimensão de um prazer que passa pela concretude da pessoa incluída. Desde seu processo de ir em busca de um emprego, que novamente incluem dimensões do corpo (caminhar, correr atrás etc.) e modifica um *status* como aquele que fica em casa, num espaço privado, para aquele que assume um emprego e assim assume sua presença num espaço público. Ainda não se discute aqui a qualidade deste espaço, mas compreendendo que modificou a sua vida, é possível perceber na narrativa da pessoa entrevistada

⁴⁹⁸ DEIFELT, Wanda. O corpo de Deus: a encarnação como subversão. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von (Orgs.). **Religião e Sociedade**: desafios contemporâneos. São Leopoldo: Sinodal/EST, p. 31-44, 2012. p. 32.

que este processo de ocupar este espaço social de trabalho transformou a sua vida de uma forma concreta. A sua inclusão não assume apenas uma posição de recepção de um ato de caridade, mas o fato do seu movimento enquanto sujeito que se movimenta em busca de visibilidade concretiza-se como uma totalidade.

Então, assim um pouco da minha vida muito foi vontade de trabalhar assim também. Eu quando fui pra procurar emprego e ainda bem que eu consegui procurar um emprego porque é muito ruim o cara procurar emprego [...] eu peguei um currículo lá no mercado lá e larguei lá quinta-feira retrasada daí eles me chamaram para a entrevista lá e eles me pegaram lá para trabalhar daí. (E1)

Esta dimensão unitária também passa pela concepção teológica-antropológica do Novo Testamento⁴⁹⁹, ao ponto que poderia se dizer que não se fala de uma corporeidade, mas de uma carnalidade.⁵⁰⁰ O elemento singular presente na construção antropológica semítica é a dimensão do *ruah* (espírito) que é o próprio sopro de vida do Criador (Gn 6.3) que Paulo traduz como “corpo espiritual” (1Co 15.42-50). O corpo espiritual diferencia-se do corpo psíquico (*néfesh*) por evidenciar a obra salvífica concretizada na ressurreição do próprio Cristo. Neste sentido, não constitui a separação entre uma parte espiritual e outra psíquica da carne, mas, pelo contrário, como explica Dussel “há duas ordens, e o homem pode passar de um para o outro em sua totalidade; nisso reside a diferença com o grego. O ‘corpo-psíquico’ não é o mero ‘corpo’ grego, mas a totalidade humana”. (tradução nossa).⁵⁰¹

A estrutura humana é indivisível. Na concepção teológica elaborada por Paulo, o ser humano manifestadamente como concreto, visível, carne e vida remete à Criação elaborada no velho Adão (Ef 4.22), que mergulhado no pecado, vive segundo a sabedoria e os preceitos marcados pela transgressão humana. No entanto, a partir da ação concreta de salvação realizada na obra de Cristo, o novo Adão (Ef 4.24), compartilha de um corpo espiritual alcançado graciosamente por meio da nova Aliança/Reino de Deus, possibilitando a este ser humano concreto e visível, vivendo sob os preceitos do evangelho, já não mais pelo jugo condenatório da lei, experimentar o corpo espiritual concreto e completo, marcadamente novo em

⁴⁹⁹ “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14a).

⁵⁰⁰ DUSSEL, 1969, p. 28.

⁵⁰¹ DUSSEL, 1969, p. 32. “[...] existen dos órdenes, y el hombre puede pasar de uno al otro en su totalidad; en esto estriba la diferencia con el griego. El “cuerpo-psíquico” no es el mero “cuerpo” griego, sino ya la totalidad humana”.

Cristo. Neste sentido, a matéria corpórea (corpo), que para o pensamento helênico pode ser descartado, é ressignificado em Cristo.⁵⁰²

Outra questão a ser destacada na corporeidade paulina é que este corpo integral⁵⁰³, indivisível e pessoal tem nas relações sociais e comunitárias a sua realização principal de sua construção teológica baseada na mensagem evangélica. Ferreira defende a tese que as questões sociais da época de Paulo não passam ao largo da concreticidade do corpo. Paulo revela que, a partir de Cristo, as diferenças que segregam os grupos sociais já não mais existem, pois em Cristo, a comunidade se torna una (Gl 3.26-28). É uma dimensão da corporeidade que parte do pessoal para a relação comunitária. É uma relação de uma comunidade que cuida, que por ser libertada por amor e por graça, dinamiza-se em relações de igualdade, justiça e amor. A vida concreta do cotidiano passa pelo corpo e se materializa no corpo social da comunidade (1Co 12.1-27; 1Co 10.16-24).⁵⁰⁴

A dimensão concreta do corpo que se materializa também nas relações sociais e, principalmente, na proposta integral de mudança real da vida a partir da completude do corpo espiritual é uma compreensão que rompe com a dualidade neoplatônica e recupera o ser humano como um todo. Contudo, relativizar a

⁵⁰² DUSSEL, 1969, p. 32-33. Para todos, o homem tem uma estrutura indivisível, mas é possível situar-se em duas ordens diferentes. No visível, terrestre, há a carne (basar) e o vital (psíquico- nefesh), o homem primeiro, com sua sabedoria terrestre, carnal ou psíquica. Considerando que, na ordem de participação na vida divina, existe um espírito (pneûma), participado livremente por um Senhor absolutamente transcendente que constitui o homem carnal e psíquico, na ordem da Aliança, do Reino de Deus: homem espiritual, o novo nome (Ef. 2.15), segundo Adão, com sabedoria espiritual, com um corpo espiritual. (tradução nossa). "Para todos ellos, entonces, el hombre tiene una estructura indivisible, pero posible de situarse en dos órdenes diversos. En lo visible, terrestre, existe la carne (basár) y lo vital (psíquico- néfesh), el hombre primero, con su sabiduría terrestre, carnal o psíquica. Mientras que en el orden de la participación a la vida divina, existe un espíritu (pneûma), participado libremente por un Señor absolutamente trascendente que constituye al hombre carnal, psíquico, en el orden de la Alianza, del Reino de Dios: hombre espiritual, el nombre nuevo (Efesios 2, 15), segundo Adam, con sabiduría espiritual, con un cuerpo espiritual".

⁵⁰³ É interessante observar que a dimensão da integralidade do corpo foi ampliada para uma relação com toda a criação. Correndo ao largo de nomes como Francisco de Assis ou Teilhard de Chardin, destaca-se a figura de Hildegard von Bingen que construiu seu pensamento teológico no qual o corpo assumia uma relação de integralidade com a natureza, fomentando-se um corpo completo a partir da conjugação da natureza e do ser humano, especialmente em sua obra *Liber divinatorum operum*. SOUZA, Juliane Albani de. **A sexualidade e o controle do corpo no Scivias e no Causae et Curae de Hildegarda de Bingen (século XII)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2013. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5466_Juliane%20Albani.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018. COSTA, Marcos Roberto Nunes. Mulheres intelectuais na Idade Média: Hildegarda de Bingen – entre a medicina, a filosofia e a mística. **Trans/Form(a)ção**, Marília, v. 35, p. 187-208, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v35nspe/13.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁵⁰⁴ FERREIRA, Joel Antônio. Boyarin: um diálogo sobre a corporeidade em Paulo. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 69-83, 2005. p. 80-81.

concepção do corpo material, afirmando-o como um componente mutável, já sem relação com o próprio corpo ser-em-si, como um jogo de performance, é outro ponto de vista em relação ao corpo proposto por Le Breton. Partindo para uma perspectiva aprofundada de um corpo já sem sentido de ser como se apresenta biologicamente, com um caráter de limitador das capacidades e possibilidades humanas ele afirma que

[...] diante da precariedade de tudo aquilo que cerca o indivíduo, seu trabalho, sua situação matrimonial ou afetiva, sobre o corpo ao qual ele pode agarrar-se ou cultivar. A transformação de seu estatuto acompanha o movimento de mercantilização do mundo [...] o corpo não determina mais a identidade, ele está a seu serviço.⁵⁰⁵

O corpo não passa de um habitáculo provisório de uma identidade que recusa toda fixação, e escolhe uma forma de nomadismo quanto à sua presença no mundo. Ele é instrumento para criar personagens, uma fonte, e não um lugar onde o indivíduo se sente bem em si mesmo, já que este 'em si mesmo' doravante é múltiplo.⁵⁰⁶

O destaque da precariedade aponta para a dimensão da mercantilização que o sistema capitalista atua sobre o corpo⁵⁰⁷, influência que Foucault também já apontava a respeito dos diferentes sistemas de produção.⁵⁰⁸ No entanto, uma análise que descarta o corpo e o relativiza a uma atuação da identidade e dispensa o corpo como algo descartável, ignora também a concretude da materialidade da história. Exatamente, pelo autor ser pautado por concepções de gênero e defendendo o caráter de construção social do corpo, é que não se pode ignorar simplesmente o corpo como um princípio decisivo para as relações sociais, o

⁵⁰⁵ LE BRETON. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, p. 15-32, 2012. p. 16.

⁵⁰⁶ LE BRETON, 2012, p. 20.

⁵⁰⁷ MARX, 2017, p. 159-160; 242. Marx destaca que os guardiões, possuidores de mercadorias, para agirem com suas trocas precisam partir da vontade de ambos em trocar suas mercadorias que é regrada por uma relação jurídica fundamentada na própria relação econômica. Sendo que a economia capitalista orbita sobre o núcleo da mercadoria, tendo como força motriz a força de trabalho, que para ser vendida como mercadoria precisa o(a) trabalhador(a) ser um indivíduo que a possui, assim, para o corpo tornar-se mercadoria os sujeitos precisam dispor dele de forma concreta para usufruí-lo como valor de troca.

⁵⁰⁸ FOUCAULT, 1987, p. 25. Assim Foucault escreve “numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar – e constituir uma escravidão ‘civil’ ao lado da que é fornecida pelas guerras ou pelo comércio; com o feudalismo, e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco crescimento dos castigos corporais – sendo o corpo na maior parte dos casos o único bem acessível; a casa de correção – o Hospital Geral, o Sipinhuis ou Rasphuis – o trabalho obrigatório, a manufatura penal apareceriam com o desenvolvimento da economia de comércio. Mas como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra livre, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo. Há sem dúvida muitas observações a fazer sobre essa correlação estrita”.

reconhecimento do(a) outro(a) e a possibilidade de ocupação do espaço social.⁵⁰⁹ A construção social do corpo deficiente, que o identifica com elementos descontextualizados, como por exemplo, a sexualidade⁵¹⁰, pode ser desmistificada com a presença concreta do corpo com deficiência.⁵¹¹

Le Breton aposta então na *cyborgnização* como o encaminhamento relacionado ao corpo da pessoa com deficiência, que em sua reflexão, aponta para a superação do próprio corpo humano. Ao que o autor indica, a deficiência é reforçada como limite a ser superado, assim como o corpo biológico como um todo.⁵¹² A partir

⁵⁰⁹ GROSZ, 1994, p. 18-19. Grosz reforça a ideia defendida ao afirmar que pesquisadoras que defendem o caráter social do corpo compreendem o corpo como vivo que se evidencia nas diversas culturas. Desta forma, “o corpo não pode ser entendido como uma tela neutra, uma tabula rasa biológica sobre a qual masculino ou feminino poderia ser projetado de forma indiferente. Em vez de ver o sexo como um essencialista e o gênero como uma categoria construcionista, essas pensadoras estão preocupadas em minar a dicotomia. O conceito do corpo social é uma estratégia importante nesse objetivo. Como sexualmente específico, o corpo codifica os significados projetados nele de maneiras sexualmente determinadas. Essas feministas, portanto, não evocam um corpo puro pré-cultural, pré-social ou pré-linguístico, mas um corpo como objeto social e discursivo, um corpo ligado à ordem do desejo, significação e poder. Isso pode ajudar a explicar o enorme investimento nas definições do corpo feminino nas lutas entre patriarcas e feministas: o que está em jogo é a atividade e a agência, a mobilidade e o espaço social, concedidos às mulheres. longe de ser um termo inerte, passivo, não cultural e a-histórico, o corpo pode ser visto como o termo crucial, o local de contestação, em uma série de lutas econômicas, políticas, sexuais e intelectuais.” (tradução nossa). “The body cannot be understood as a neutral screen, a biological tabula rasa onto which masculine or feminine could be indifferently projected. Instead of seeing sex as an essentialist and gender as a constructionist category, these thinkers are concerned to undermine the dichotomy. The concept of the social body is a major strategy in this goal. As sexually specific, the body codes the meanings projected onto it in sexually determinate ways. These feminists thus do not evoke a precultural, presocial, or prelinguistic pure body but a body as social and discursive object, a body bound up in the order of desire, signification, and power. That may help explain the enormous investment in definitions of the female body in struggles between patriarchs and feminists: what is at stake is the activity and agency, the mobility and social space, accorded to women. far from being an inert, passive, noncultural and ahistorical term, the body may be seen as the crucial term, the site of contestation, in a series of economic, political, sexual and intellectual struggles”.

⁵¹⁰ STEFFEN, Luciana; MUSSKOPF, André S. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiência: implicações teológicas. **Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39-65, 2015. p. 45-46. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6108/5061>>. Acesso em: 23 jan. 2018. A autora e o autor destacam que esta temática habitualmente não aparece nas discussões sobre a deficiência. “Com isso, reforça-se a invisibilidade de pessoas com deficiência que seguem sendo definidas a partir da deficiência, e não como seres humanos integrais, com experiências e situações que precisam ser analisadas e discutidas com o objetivo de superar os diversos impedimentos à sua cidadania plena”.

⁵¹¹ Aqui cabe um breve comentário sobre uma das conversas intermediárias numa das entrevistas realizadas em que a pessoa comentava que seus(suas) colegas de trabalho, após algum tempo de convívio, que já haviam desenvolvido alguma intimidade, a questionava sobre diversas questões bem peculiares. Num destes questionamentos, lhe questionaram como era no momento do estabelecimento da relação sexual, se havia alguma mudança por causa de sua deficiência. A pessoa entrevistada conta então que foi um momento muito produtivo no qual ela teve o espaço de desmistificar várias questões sobre sua sexualidade.

⁵¹² LE BRETON, 2012, p. 26. “Essas tecnologias destinadas nas origens a suprir ou a sustentar funções orgânicas defeituosas tornam-se, no imaginário (e logo no real), técnicas integradas ao corpo não mais para curar, mas para ‘aprimorar’ seus desempenhos. Mesmo se essa visão

da proposta de Le Breton, não se reinterpretem as concepções sobre a deficiência e a relação ético-moral estabelecidas nas relações sociais, mas pelo contrário, na busca de um ideal de perfeição, que é alcançada por meio da tecnologia. Esta *tecnologização* do corpo como uma forma de superação da forma obsoleta do corpo humano, quase como futuro inevitável, não discute em si a apreensão social da tecnologia, bem como, das relações sociais que alicerçam a cotidianidade da vida numa realidade pautada pela marginalização e classificação de pessoas.

Não é demais refletir com Benjamin que as mudanças históricas, que necessariamente passam pela materialidade da vida, têm como base a luta de classes, “pelas coisas brutas e materiais”. Ao construir a ideia de tecnologização como um caminho único e inquestionável, sem a disputa da dimensão da apropriação de sua materialidade ética, segue-se pelos caminhos do conformismo, no qual a técnica parece levar a história a seu fim.⁵¹³ Este progresso que se apresenta como “da humanidade em si”, sem limites e automático busca, na verdade, apresentar, como bem coloca Benjamin, uma “marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”, pois justamente, na construção material da história, a contradição é parte fundamental da dialética que edifica o tempo. Portanto, a pessoa com deficiência, o corpo material, bruto e presente, convém seu processo concreto de denúncia da exclusão.⁵¹⁴

Seguindo esta linha de raciocínio que pretende a compreensão do corpo como subsídio essencial para a ocupação do espaço social do trabalho, Foucault faz uma reflexão interessante sobre a loucura trazida. Ele relata que no código francês de justiça de 1810, art. 64, era avaliado como sem possibilidade de integrar o juízo crimes cometidos por pessoas consideradas loucas. Logo, a pessoa que atestasse loucura antes ou durante o crime não poderia ser julgada. A loucura era entendida como uma limitação de si.⁵¹⁵ Em nosso debate, esta ideia pode ser considerada

apenas conheça seus balbucios, ela está no coração da afirmação trans-humanista. Um corpo à altura dos desafios contemporâneos só pode ser uma estrutura biônica indiferente às antigas formas humanas”.

⁵¹³ FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁵¹⁴ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. V. 1. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232. Teses 4, 7, 11, 13. Disponível em: <<http://www.rae.com.pt/wb2.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

⁵¹⁵ FOUCAULT, 1987, p. 21. “A possibilidade de invocar a loucura excluía, pois a qualificação de um ato como crime: na alegação de o autor ter ficado louco, não era a gravidade de seu gesto que se modificava, nem sua pena que devia ser atenuada: mas o próprio crime desaparecia. Impossível, pois declarar alguém ao mesmo tempo culpado e louco; o diagnóstico de loucura uma vez

quando a pessoa com deficiência é contratada apenas para cumprir cotas, por exemplo. A discussão diz respeito à pessoa com deficiência e sua responsabilidade cidadã. Por entender a deficiência como limitação, que reduz a pessoa a uma cidadania de categoria inferior esta já não mais tem o controle sobre si, mas é definida por um elemento exterior.⁵¹⁶

É o que relata o excerto abaixo. Na sua busca para conseguir um emprego, a pessoa entrevistada que já havia encontrado outros empregos sem se encaixar na lei de cotas, faz o seu mesmo percurso para conseguir se encaixar no mercado de trabalho. No entanto, percebendo uma dificuldade em conseguir um espaço que poderia ocupar, acaba por se submeter a uma definição exterior que o qualificava como alguém definido por uma característica corpórea. Na verdade, o que não está dito é justamente a sua compreensão de si como alguém que não era deficiente. A sua busca por uma vaga de emprego que não o encaixasse como deficiente, correspondia à definição que ela fazia de si mesma. Porém, como a realidade prática define muitas das ações pessoais, ele aceita se encaixar numa qualificação que no seu entendimento era negativa, mas que, naquele momento, lhe proporcionava ocupar o espaço social do trabalho.

Só vim procurar aqui, porque eu tinha estudado naquela coisa que te falei, só vim procurar aqui porque eu fiquei certo tempo desempregado, senão não tinha vindo. Só que esta vaga é boa numa parte, só que em outra parte, entendeu [...] daí, pela dificuldade que eu passei. Fiquei bastante tempo desempregado, aí eu vim pegar por esta vaga aí. (E4)

Neste sentido é interessante apreciar a reflexão de Giorgio Agamben que reservou um espaço importante para o corpo dentro de seu pensamento filosófico. Em sua obra, “O uso dos corpos”, ele procura estabelecer uma relação do corpo com o seu próprio uso, remontando à concepção aristotélica, que compreendia o uso do corpo com a atividade do(a) escravo(a) que, para além das concepções modernas, o identifica como práxis, a saber, por uma existência, e não necessariamente para produzir algo ou alguma coisa. Entendendo o(a) escravo(a) como uma extensão do senhor, como móvel, o(a) escravo(a) torna-se parte do

declarado não podia ser integrado no juízo; ele interrompia o processo e retirava o poder da justiça sobre o autor do ato”.

⁵¹⁶ FOUCAULT, 1987, p. 20. É interessante destacar que, de uma forma ampla, Foucault entende os indivíduos não possuem o controle sobre si, mas este é organizado de forma sistemática pela microfísica do poder. As penas “não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após a obtenção de tais modificações”.

senhor e passa a fazer a mediação do senhor com a natureza. Se, no primeiro capítulo evidenciou-se que o trabalho atua como a ação do ser humano com a natureza, neste instante, a relação passa a ser do ser 'humano' sobre o ser humano.⁵¹⁷

O(a) escravo(a) ao ser definido pelo uso do corpo (*energeia*), uma práxis não definida pela obra que produz, mas pelo uso do corpo em si, o(a) escravo(a) continua essencialmente sem obra. Neste sentido, o(a) escravo(a) só poderia ser usado enquanto uso de seu corpo, não como a obra, fruto de seu trabalho. Entende-se então que o corpo é a própria obra. Na modernidade, o trabalhador vende sua força de trabalho, no entanto, também lhe é exigido o uso de seu corpo como extensão da venda de seu trabalho, como um processo no qual o(a) trabalhador(a) que trabalha, com seu corpo, como uso e como obra, não tem mais domínio sobre si, mas enquanto extensão do patrão(ao), torna-se também a realização do patrão(ao). E ao se apoderar indevidamente da obra do(a) trabalhador(a), acumula para seu benefício, como se o mais valor produzido pela força de trabalho "comprada" fosse produzido por ele(a) mesmo(a).⁵¹⁸

Agamben então aprofunda a reflexão e apresenta o(a) trabalhador(a) moderno(a) como um recalque patológico do(a) escravo(a). O(a) escravo(a) como móvel, sem ter necessariamente afirmada ou negada sua humanidade, possibilitava que outros(as) (cidadãos(ãs) da *pólis*) fossem livres (viver verdadeiramente). O(a) trabalhador(a), ao vender sua força de trabalho, tornado como mercadoria, não é um(a) escravo(a), porém, a sua exploração, torna o(a) trabalhador(a) um(a) escravo(a) precarizado(a) por compreender agora um valor de troca, de *poesis*, que já não mais possibilita a realização dos(as) cidadãos(ãs) e nem mesmo é livre, tendo em vista que, o trabalho prático era desprezado na cultura grega, como visto no capítulo 1.

O fato é que o escravo, embora excluído da vida política, mantém com ela uma relação totalmente especial. Ele representa uma vida não propriamente humana que possibilita aos outros o *bios politikos*, ou seja, a vida verdadeiramente humana [...] isto é tão verdadeiro que Aristóteles limita explicitamente a possibilidade de aplicar à ação do escravo o conceito de

⁵¹⁷ AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 27-32.

⁵¹⁸ AGAMBEN, 2017, p. 33-36. Como mesmo o autor coloca: "disso nasce a promiscuidade singular que define desde sempre as relações com os servidores, por quem os patrões (ou as patroas) se fazem lavar, vestir, pentear, sem que isso corresponda a uma real necessidade". (p. 36).

virtude (aretê) que define o agir do homem livre: enquanto o escrevo é útil para as necessidades da vida.⁵¹⁹

Neste debate, um termo que se coloca como relevante é o verbo grego *chresis*, que tem como vários significados o sentido do uso/ser-em-uso. Este uso está em relação com os sujeitos a tal ponto que senhor(a)/escravo(a) se confundem na extensão de uma relação de uso que não se vincula simplesmente pelo uso material do(a) escravo(a) pelo(a) senhor(a), pois o(a) senhor(a), enquanto mediado(a) pelo(a) escravo(a) com o mundo, é dependente do(a) escravo(a), que por sua vez, usa-se do(a) senhor(a) para se relacionar com o mundo. Lembrando as reflexões sobre o sadomasoquismo Agamben defende que já não se sabem quem usa quem, pois o masoquista se satisfaz com a ação do sado e vice-versa.

Aqui a esfera da ação de si sobre si corresponde à ontologia da imanência, ao movimento da autoconstituição e da autoapresentação do ser, em que não só é impossível distinguir entre agente e paciente, como também sujeito e objeto, constituinte e constituído, se indeterminam.⁵²⁰

Isso, porque na instrumentalização moderna, o(a) escravo(a) que antes mediava a relação com a natureza, como extensão do senhor, agora liberto, não tem mais acesso direto com a própria natureza que, por sua vez, é mediada pela máquina. Ele(a) passa a ser um(a) trabalhador(a), que enquanto instrumento animado, já não mais se relaciona com o(a) senhor(a) e a natureza, mas passa a ser extensão da máquina e mediado(a) pela máquina. O princípio constitutivo, que ainda lhe dava um caráter de sujeito na relação senhor(a)-escravo(a), passa agora a não mais existir, que, trocado por sua liberdade, passa a ser destinado à máquina, “o homem afastou-se do animal e do orgânico para se aproximar do instrumento e do inorgânico até quase identificar-se com ele (o homem-máquina)”.⁵²¹ O(a) trabalhador(a) deixa de possuir e usar seu corpo para ser possuído e usado pela máquina.⁵²²

⁵¹⁹ AGAMBEN, 2017, p. 39.

⁵²⁰ AGAMBEN, 2017, p. 48.

⁵²¹ AGAMBEN, 2017, p. 102. MARX, 2010b, p. 27. “Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicidade de uma parte dos trabalhadores”.

⁵²² MERLEAU-PONTY, 1999, p. 112. “O corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles”. Considerando a frase de Merleau-Ponty, o “homem-máquina” passa a ser despossuído até mesmo de seu corpo. Sob uma égide do contrato de liberdade, pode-se dizer, o(a) trabalhador(a) já nem mais possui a si.

Assim a frase de Foucault “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”⁵²³, traz uma reflexão a ser considerada para a ideia de ocupação do espaço social do trabalho, tendo em vista, a relação construída do(a) trabalhador(a) submetido(a) à máquina. Foucault justamente defende que a organização da estrutura econômica foi definindo os espaços sociais ao longo da história para se adequar às necessidades específicas do desenvolvimento da sociedade burguesa. Para tanto, quatro elementos foram determinantes: a cerca que previa colocar os indivíduos num lugar fechado; o quadriculamento, espaço individualizado e isolado de outros indivíduos; a funcionalidade, locais funcionais amplos que possibilitassem o controle do desempenho e produção; e taxinomia – fila – capacidade de classificar outros indivíduos por suas qualidades e defeitos.⁵²⁴

Compreendendo esta análise, entende-se como fundamental a presença do corpo como objeto de denúncia da profecia burguesa de igualdade que se materializa às avessas.⁵²⁵ Se os suplícios já expunham o cinismo burguês a ponto de serem substituídos por penas a serem realizadas no privado,⁵²⁶ ocupar o espaço social significa confrontar-se com a realidade do eu concreto, que sistematizado com outras realidades, inclui pela semelhança e singularidade da precariedade, da desigualdade e da marginalidade. A presença do corpo da pessoa com deficiência tende a confrontar categorias estabelecidas pelo modo de vida burguês que não oferece alternativa de existência visível. Neste sentido, ocupar o espaço social do trabalho é significativo para uma atuação profético-pedagógica daquelas pessoas que existem e estão aí no mundo de forma concreta, mesmo quando empurradas para espaços marginais.

⁵²³ FOUCAULT, 1987, p. 121.

⁵²⁴ FOUCAULT, 1987, p. 122-127.

⁵²⁵ BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. Trad. Nélio Schneider; Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 77. “A sociedade burguesa não conseguiu cumprir nada do que anunciou [...] o debacle dos ideais burgueses é uma fatalidade inevitável de abrangência histórico-universal em razão de certas contradições internas existentes desde o início, impossíveis de serem evitadas ou neutralizadas a partir do espírito da burguesia [...] a burguesia iniciou-se com as promessas mais radicais e com a crítica mais radical das mazelas humanas já feitas até agora em toda a história universal. Ela começou com as teses do cosmopolitismo, do ‘império da razão’, da infinita educabilidade do gênero humano, da paz eterna, do equilíbrio pacífico entre os poderes materiais e imateriais antagônicos numa graduação infinitamente elástica e automaticamente mutável das camadas sociais mediante a ‘livre concorrência’, que ela contrapôs à hierarquia rígida da antiga constituição estamental. Vemos hoje o que resultou destes ideais e dessas promessas. Entre esses dois momentos, situam-se múltiplos estágios de transição, novos pontos de partida e novas tentativas, novas críticas do mundo e da sociedade, novas teses políticas e intelectuais... e a passagem gradativa: de cidadão do mundo a grão-burguês”.

⁵²⁶ FOUCAULT, 1987, p. 12-14.

A subversão materializada na encarnação de Deus em Cristo consuma-se de forma concreta num corpo que insiste em contrapor as ideias de poder e de domínio. A encarnação subverte, pois traz para perto Aquele que era tratado como distante, ausente, desconhecido, aquele que não se podia compreender, que estava encoberto pelo véu (Mc 15.38), como desejava o poder religioso. Deifelt incide de forma firme: “a encarnação é uma subversão da Teologia que quer um Deus distante e todo poderoso”.⁵²⁷ A ordem é desvirtuada e corrompida por uma presença concreta visível, um ser-aí e estar-aí, que tão evidente se torna incompreensível, fora da ordem, contraditório. Nisto consiste o caráter profético-pedagógico da ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência, a desvirtualização da ordem normativa estabelecida a partir da construção histórica da concepção negativa sobre a deficiência.⁵²⁸

Acrescentando um ingrediente significativo ao caráter profético-pedagógico do corpo na ocupação do espaço social da pessoa com deficiência, Merleau-Ponty em seu livro “Fenomenologia da percepção”, faz uma reflexão interessante sobre a perspectiva do objeto-horizonte, provocando a partir da ideia de que quando um objeto é visto, não se vê ele como um todo, mas, por meio das partes dos diversos pontos de vista, que veem o objeto é que se define o objeto como um todo. Este ver que esboça parte do objeto, torna os outros objetos ao seu redor o horizonte em relação ao objeto delineado. Desta forma, conhecer um objeto é um mostrar-se deste objeto, apresentar-se em facetas, desde um estar escondido. Logo, conhecer um objeto significa habitá-lo pelo olhar e apreender tudo quanto lhe é mostrado, que lhe é apresentado.

Ver é entrar em um universo de seres que se mostram, e eles não se mostrariam se não pudessem estar escondidos uns atrás dos outros ou atrás de mim. Em outros termos: olhar um objeto é vir habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele [...] assim, cada objeto é o espelho de todos os outros [...], portanto, posso ver um objeto enquanto os objetos formam um sistema ou um mundo e enquanto cada um deles dispõe dos outros em torno de si como

⁵²⁷ DEIFELT, 2012, p. 35.

⁵²⁸ DEIFELT, 2012, p. 36, 44. A autora ainda reforça: “Cantamos o Magnificat, mas esquecemos a mensagem profética, a total inversão que a encarnação estipula: quem passa fome terá comida em abundância, quem acumula riqueza partirá de mãos vazias [...] e a subversão da encarnação se encontra também aí, no cotidiano de homens e mulheres que nem sempre são ideais, mas que lutam para sobreviver e assegurar a continuidade da vida” (p. 36). “A encarnação nos relembra que o divino nos interpela através do cotidiano e que Deus habita em meio de nós”. (p. 44).

espectadores de seus aspectos escondidos e garantia de sua permanência.⁵²⁹

Ao entender esta reflexão de Merleau-Ponty como um processo duplo de descentralização entre a construção do que se vê e do que se mostra da realidade de um objeto, e, trazendo para a reflexão aqui empreitada a respeito da ocupação do espaço social do trabalho da pessoa com deficiência, poder-se-ia vislumbrar que o corpo deficiente que ocupa o lugar, constringendo eticamente a normatividade, dá-se a conhecer em sua face para uma reconstrução de percepções da deficiência, permitindo construir uma face completa e real da deficiência, para além dos parâmetros de incapacidade e invalidez, por meio da constituição diversa do ser-no-mundo enquanto pessoa com deficiência. O corpo que ocupa o espaço e dali propõe outro conhecimento sobre ser deficiente, transforma a realidade concreta com uma mudança da estrutura de conhecer e epistemologizar o conceito de deficiência.

O corpo da pessoa com deficiência, que se mostra em sua ocupação do espaço social do trabalho, é um ato politético. O conceito apresentado por Merleau-Ponty proporciona uma aproximação interessante do significado implicado no processo de ocupação do espaço social do trabalho da pessoa com deficiência. Conforme apresentado por Berrios, o conceito tem em seu bojo a

[...] ideia de 'semelhança familiar' e, portanto, listam muitos atributos ou características todas as quais são possuídas por alguns membros da classe, mas nenhuma é possuída por todos os membros da classe (ou seja, cada membro tendo apenas algumas das características em questão).⁵³⁰

Este é o caráter de diversidade que se vislumbra como imprescindível no horizonte da ocupação social para que não se crie armadilhas de reducionismos que ignora a pessoa e se fixe na deficiência. Ocupar é um ato diverso.

Merleau-Ponty, então, ao explicar a construção epistemológica do objeto, defende que a realidade do objeto se manifesta a partir da relação entre todas as experiências perceptivas e as sínteses de horizontes, sem definir uma síntese final, mas translucidando-se à diversidade de características que são vistas do objeto. Neste sentido, o processo de ocupação do espaço social é construído de forma

⁵²⁹ MERLEAU-PONTY, 1999, p. 105.

⁵³⁰ BERRIOS, German. Classificações em psiquiatria: uma história conceitual. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 35, n.3, p. 113-127, 2008. p. 116. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35n3/05.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

diversa e multifacetada, bem como, por diferentes ações e pessoas. O mundo do trabalho é um destes atos. Assim, como existem uma diversidade de deficiências com suas diversas características, manifestadas em diferentes indivíduos e de formas diferentes, assim também, a ocupação do espaço social é um ato politético que manifesta uma diversidade de características, num processo de construção contínua, dentro da história e dentro da vida concreta.

Assim, a dimensão da construção histórico-social arroga-se como um princípio significativo para a ocupação do espaço social, pois ela apresenta características positivas e/ou negativas de um grupo social. É o que Reimer procura apresentar em seu artigo. Tratando sobre a construção masculinizada de Deus nos profetas, Reimer defende a tese que

[...] é perceptível, em todo caso, uma construção de discurso com concepções visuais de um Deus masculinizado, 'mal-amado' e por isso ciumento. Tal discurso carrega em si a força formadora e reforçadora de clichês misóginos na cultura do antigo Israel. Os homens mal-amados do Israel antigo poderiam, com essas imagens conceituais misóginas, 'descarregar' nas mulheres o seu ranço e seu possível embaraço na identificação com um Israel feminilizado e prostituído. A herança dessa produção teológica se encontra em outras partes da Bíblia (Ap. 17), deixando marcas de sua 'história dos efeitos' (Gadamer) na produção e reprodução de discursos teológicos misóginos e rançosos e suas consequências nefastas sobretudo na história de opressão e subjugação de mulheres, também na atualidade.⁵³¹

Desta forma, na opinião de Reimer, a construção profética sobre a imagem de Deus⁵³² poderia reverberar ao longo da construção teológico-religiosa de Israel até às concepções atuais, complementando assim a tese de Schroer de que quem interpreta também perpetua a construção destas imagens. Ao considerar como relevante a tese intuída por Reimer⁵³³, reforça-se o argumento, defendido ao longo deste estudo, no qual as concepções sobre a deficiência são construídas historicamente a partir de práticas concretas relacionadas à incapacidade e à anormalidade. Neste sentido, o processo de ocupação do espaço social do trabalho de uma forma concreta possibilita a tensão dialética de construções conceituais históricas, contrapondo oposições dialógicas na busca de novas sínteses

⁵³¹ REIMER, Haroldo. Corporeidade de Deus na Bíblia Hebraica. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 13-21, 2005. p. 19.

⁵³² REIMER, 2005, p. 14. Dentre as outras correntes encontra-se no pensamento bíblico do Antigo Testamento o veto às imagens de Deus e uma tendência de visão de Javé que desvia o olhar.

⁵³³ REIMER, 2005, p. 16-19.

ressignificadas a partir da presença real e concreta da pessoa com deficiência. Neste caso, a inclusão é um ato de ocupar.

A reflexão até aqui realizada procurou demonstrar a importância da presença real e concreta na ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência. O corpo entendido de forma integral, singular e diverso também manifesta sua dimensão coletiva quando sublinha as mudanças estruturais que passam pela a ressignificação de conceitos, a partir do convívio e da construção de relações que vislumbram a pessoa para além da sua deficiência. Neste sentido, o corpo assume um caráter profético-pedagógico quando, ao ocupar o espaço social do trabalho, contrapõe as regras do que é normal que insiste em tentar definir os lugares que podem ou não ser ocupados pelos sujeitos sociais, de acordo com os princípios da sociedade capitalista-burguesa. Com este pano de fundo, a seguir, elaborar-se-á o debate sobre a estética capitalista como tema pertinente à ocupação do espaço social do trabalho.

4.1.2 A estética capitalista: a dimensão do belo na ocupação do espaço social do trabalho

A dimensão estética, vinculada ao belo, tem um caráter fundamental na vida humana.⁵³⁴ Tolstoi afirma que é possível perceber que a beleza – o belo – nas definições filosóficas têm dois núcleos principais: a primeira diz respeito ao entendimento do belo como manifestação “do Absoluto, do perfeito, da ideia, da vontade, de Deus” e em segundo lugar como um prazer que sentimos. Desta maneira, as formas de definir o belo tendem a se utilizarem de uma objetivação mística ou racional subjetiva.⁵³⁵ No entanto, Tolstoi defende que mesmo com todas

⁵³⁴ LUKÁCS, Gerog. **Estética**: la peculiaridad de lo estético – Livro IV. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967. p. 208-209. O autor defende que a literatura sobre o estético é contraditoriamente insuficiente. Por um lado, há a filosofia idealista que coloca o belo desprendido da vida material e esta assume apenas uma forma de modelo a ser elaborada pela arte. Por outro lado, o materialismo mecanicista e o positivismo dissolvem o estético por toda a vida. Desta forma, a arte não pode ser reduzida a um fenômeno social, mas sim o que compreende o próprio humano.

⁵³⁵ TOLSTOI, León. **¿Qué es el arte?** Trad. Víctor Gallego. Madrid: Eunsa, 2007. p. 16. Nas palavras do autor “o primeiro é que a beleza existe por si mesma, que é uma manifestação do Absoluto, do Perfeito, da Ideia, da Vontade, de Deus. Em segundo, a beleza é somente um prazer especial que sentimos em ocasiões, sem levar em conta o sentimento das vantagens que podem nos trazer [...] então só existem (inevitavelmente) duas definições de beleza: um objetivo, místico, confundindo a noção do belo com o do perfeito ou Deus, definição sem fundamento real; e outra, pelo contrário, simples e inteligível, mas subjetiva, e que considera a beleza como sendo tudo o que gosta. Por

as tentativas da ciência estética em definir o que seria o belo, ainda há uma grande lacuna em defini-lo objetivamente, pois sua apreensão não alcança a sua dimensão de totalidade. Com compreensões pautadas pela natureza subjetiva-metafísica e pelo prazer desinteressado, a definição do conceito tem se ajustado pelo gosto e pelo desejo.⁵³⁶

Um termo que remete à discussão sobre a estética no âmbito teológico-filosófico é *pulchrum*. Oriundo do termo latino *pulcher*, tem o caráter de designar o belo, beleza, aquilo que é belo. Na língua portuguesa o termo também pode ser traduzido como *pulcro* e tem definições parecidas como belo, formoso, delicado. Retegui identifica introdutoriamente que o *pulchrum* está associado ao conceito grego *polikroon*, que seria a harmonia do corpo humano, aquilo que tem a característica do magnífico, mas também ao *bellus* que tem um caráter de superficialidade. Desta forma, o léxico estaria vinculado a uma ideia transcendental, como esplendor do bom e do verdadeiro, de uma forma objetiva como uma qualidade do objeto em si ou subjetiva a partir do olhar do sujeito que contempla, como também, pode ser entendido como um fenômeno autônomo, num sentido aparente e independente, como um enfeite.⁵³⁷

Agostinho entende que o conceito *pulchrum* está intimamente ligado com o divino e caracteriza-o como *formosíssimo*.⁵³⁸ Tanto a categoria de existir e do belo

um lado, a beleza parece algo sublime e sobrenatural, mas indefinido; Por outro lado, é mostrado como um tipo de prazer desinteressado, que experimentamos. Essa segunda concepção de beleza é, de fato, muito clara, mas infelizmente também é imprecisa, porque se estende demais, implicando a beleza dos prazeres que se referem a comida, bebida, vestidos, etc.” (tradução nossa). “El primero es que la belleza existe por sí misma, que es una manifestación de lo Absoluto, de lo Perfecto, de la Idea, de la Voluntad, de Dios. Por el segundo, la belleza es solamente un placer especial que sentimos en ocasiones, sin tener para nada en cuenta el sentimiento de las ventajas que puede producirnos [...] así es que sólo existen (cosa inevitable) dos definiciones de la belleza: una objetiva, mística, confundiendo la noción de lo bello con la de lo perfecto o Dios, definición sin fundamento real; y otra, por lo contrario, sencilla e inteligible, pero subjetiva, y que considera la belleza como siendo todo lo que gusta. Por una parte la belleza parece como algo sublime y sobrenatural, pero indefinido; por otra parte, se muestra como una especie de placer desinteresado, que experimentamos. Esta segunda concepción de la belleza es en efecto, muy clara, pero desgraciadamente es también inexacta, pues a su vez se extiende en demasía, implicando la belleza de los placeres que se refiere a la alimentación, la bebida, los vestidos, etcétera”.

⁵³⁶ TOLSTOI, 2007, p. 17.

⁵³⁷ RETEGUI, Antonio Ruiz. **Pulchrum**: Reflexiones sobre la belleza desde la antropología cristiana. 2. ed. Madrid: Rialp, 1999. p. 9-14.

⁵³⁸ AGOSTINHO, Santo. **As confissões**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas, 1961. p. 44. “[...] para um corpo não é a mesma coisa existir e ser belo”. p. 410.

estão ligadas à criação da divindade. Para Agostinho, contrariando Plotino⁵³⁹, que acreditava única e exclusivamente na capacidade própria da alma – o ser humano sozinho não consegue se aproximar de Deus. Logo, para o ser humano existir e ser belo é necessário que ele esteja em conexão com o divino (*conversio*), pois é d’Ele que vem sua criação e a sua beleza.⁵⁴⁰ Agostinho qualifica o *pulchrum* entre a beleza superior e inferior.⁵⁴¹ A beleza superior é aquela relacionada à divindade que se realiza universalmente em toda a criação, manifestada na obra de amor salvífica do Criador em Jesus Cristo.⁵⁴² Já a beleza inferior é a universalidade da criação que é finita e contribui para a beleza superior que orientará à Deus.⁵⁴³

Pseudo Dionísio Areopagita reflete de forma parecida com Agostinho, ao caracterizar Deus como o Bem e qualificar toda a criação boa. Deste modo, nada pode estar fora do Bem, pois este é o início e o fim de tudo.⁵⁴⁴ Assim, a Luz é uma das formas como Deus se manifesta e atrai a criação na medida em que se

⁵³⁹ Para uma aproximação sobre o diálogo entre o (neo)platonismo e a teologia cristã. PANNENBERG, Wolfhart. **Filosofia e teologia: tensões e convergências de uma busca comum**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 33-58.

⁵⁴⁰ GRACIOSO, Joel. **Interioridade e filosofia do espírito nas Confissões de Santo Agostinho**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010. p. 32-36. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-26102010-110652/pt-br.php>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

⁵⁴¹ JUÁREZ, Agustín Uña. San Agustín: la finitud bella. **Revista Española de Filosofía Medieval**, n. 3, p. 173-182, 1996. p. 178-179. Disponível em: <<https://www.uco.es/filosofiamedieval/sites/default/files/revistas/vol03/refmvol03a11.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017. Juárez esquematiza a dimensão da beleza em Agostinho da seguinte forma: A dimensão ideal na qual a criação divina carregaria a dimensão da idealidade, brilho e esplendor, e é marcada pela ideia criadora de Deus. A dimensão formal na qual a criação é criada a partir de uma forma e uma forma bela por ser criação de Deus. A dimensão cósmica na qual o criar é dar ordem, desta forma, toda criação é bela desde seu ordenamento do ser. E por fim, a dimensão numeral na qual a beleza da criação tem número e unidade (*aequalitas numerosa*).

⁵⁴² AGOSTINHO, 196, p. 122.

⁵⁴³ FERREIRA, Ana Rita de Almeida Araújo Francisco. **Do escondido: Santo Agostinho e os limites da estética**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. p. 40. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7501/1/ulsd063325_td_Ana_Ferreira.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

⁵⁴⁴ AREOPAGITA, Pseudo Dinísio. Los nombres de Dios. In: MARTÍN, Theodoro (Coord.). **Pseudo Dionísio Areopagita: Obras seleccionadas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007. p. 32. Em suas palavras: “E também, digamos, sobre as almas dos irracionais ou animais, quantos o ar viaja e quem anda na terra, quantos estão soltos na terra e quantos vivem na água ou são anfíbios, e quantos vivem escondidos sob a terra e em cavernas, em resumo, quantos seres têm alma ou vida sensível, todos esses seres têm alma ou vida graças ao Bem. Também todas as plantas têm vida nutritiva ou crescimento graças ao Bom. O Bem está acima de todos os seres, como de fato, mesmo todo ser que não tem alma ou vida existe graças ao Bem e a Ele deve seu estado substancial”. (tradução nossa) “Y también, permítasenos decirlo, sobre las almas de los irracionales o animales, cuantos surcan los aires y cuantos caminan sobre la tierra, cuantos están sueltos sobre la tierra y cuantos viven en el agua o son anfíbios, y cuantos viven ocultos bajo la tierra y en cavernas, en suma, cuantos seres tienen alma o vida sensitiva, todos estos seres tienen alma o vida gracias al Bien. También las plantas todas tienen vida nutritiva o crecimiento gracias al Bien. El Bien está por encima de todos los seres, como realmente incluso todo ser que no tiene alma o vida existe gracias al Bien y a El le debe su estado substancial”.

relacionam. A luz não é a divindade, como o sol não é deus, mas é uma forma de acessar o poder e a divindade de Deus, ao qual o ser humano pode descobrir suas obras (Rm. 1,20). Da mesma forma, a Luz é a fonte de toda a inteligência que aparta a ignorância.⁵⁴⁵ Por fim, Areopagita faz a relação entre Bem, Luz e Beleza⁵⁴⁶ distinguindo entre bonito e Beleza. O primeiro tem a ver com a criação, que participa do segundo que é a transcendência. Logo, todos os seres são belos, porque a Beleza partilha com toda a criação de forma a criar uma harmonia.⁵⁴⁷

Esta também foi uma forte tendência da estética medieval que tinha como ponto alto as cores. Desta forma, a luz torna-se essencial, pois ela aviva as cores. Boaventura na sua concepção sobre a Luz como fonte de beleza, afirma que de

⁵⁴⁵ AREOPAGITA, 2007, p. 34-35. Com as palavras do próprio autor: “também leve, pela mesma razão de ser uma imagem visível, atrai e transforma todas as coisas que vêem, que se movem, aquelas que recebem a luz, aquelas que recebem seu calor e, em geral, todas que alcançam a luz. seus raios luminosos. É por isso que também é sol, porque une tudo e reúne o que está disperso. E todos os seres sencientes tendem a atraí-lo por sua luz ou a ver ou a mover-se ou a receber luz, calor ou soma para preservá-los”. (tradução nossa). “También la luz, por la misma razón de ser imagen visible, atrae y hace que se vuelvan hacia ella todas las cosas que ven, que se mueven, las que reciben la luz, las que reciben su calor, y en general todo aquello que alcanzan sus rayos luminosos. Por eso también es sol, porque lo junta todo y reúne lo que está disperso. Y todos los seres sensibles tienden a él atraídos por su luz o para ver o para moverse o para recibir la luz o el calor o en suma para que les conserve”.

⁵⁴⁶ AERTSEN, Jan. A tríade “Verdadeiro-Bom-Belo”: o lugar da beleza na Idade Média. **Viso – Cadernos de Estética Aplicada**, n. 4, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_4_JanAertsen.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017. O autor indica que a formulação da tríade “Verdadeiro-Bom-Belo” (influenciado pelo livro *Du Vrai, du Beau et du Biende* de Victor Cousin que afirma que a tríade é a temática central da filosofia) está inserida na Idade Média influenciada principalmente por Pseudo Dionísio Areopagita a partir da influência platônica.

⁵⁴⁷ AREOPAGITA, 2007, p. 36-37. Nas palavras do Areopagita: “Por outro lado, chamamos a Beleza aquela que transcende toda a beleza porque distribui generosamente a beleza a todos os seres, a cada um de acordo com sua capacidade e por ser a causa da harmonia e beleza de tudo, da mesma forma que a luz irradia em todas as coisas. o que recebem Dele, uma fonte de luz, para ser bonito, e porque Ele chama (kaley) tudo para si mesmo, é por isso que ele também é chamado Hermosura (kalós), e porque nele tudo é dado junto, e é lindo, lindo Tudo, Suprema Hermosura, que permanece sempre a mesma e da mesma maneira Bonita, nem começa, nem acaba, nem cresce, nem encolhe, nem é bela em um lugar, em outro feia, às vezes é, às vezes não, nem às vezes ao belo, às vezes ao feio, agora é, não agora, para alguns é lindo, para outros não é, mas é sempre Bonito, idêntico a si e a si mesmo e Nele é primeiro e eminentemente a Beleza, honning do que toda a beleza deriva”. (tradução nossa). “En cambio llamamos Hermosura a aquel que trasciende toda belleza porque El reparte generosamente la belleza a todos los seres, a cada uno según su capacidad y por ser causa de la armonía y belleza de todo, del mismo modo que la luz irradia en todas las cosas lo que reciben de El, manantial de luz, para ser hermosos, y porque llama (kaley) todo hacia sí mismo, por eso es llamado también Hermosura (kalós), y porque en él se da todo junto, y es Hermoso, Hermoso del todo, Suprema Hermosura, que siempre permanece igual y del mismo modo Hermoso, ni comienza, ni termina, ni crece, ni mengua, ni en un sitio es Hermoso, en otro feo, unas veces sí lo es, otras no, ni tiende unas veces a lo hermoso, otras a lo feo, ahora está, ahora no, para unos es hermoso, para otros no, sino que siempre es Hermoso, idêntico a sí mismo y consigo mismo y en El está primera y eminentemente la Hermosura, hontanar del cual deriva toda belleza”.

Deus vem todas as coisas como a luz da verdade e a luz de toda a criação.⁵⁴⁸ E sob a influência agostiniana – *aequalitas numerosa*⁵⁴⁹ – acredita que todas as coisas são vindas de Deus, até mesmo o número como princípio.⁵⁵⁰ A diferença talvez esteja no que Afonso afirma que Boaventura entendia a luz como a materialização da beleza, pois era a partir dela que as cores se avivavam e se definia o belo.⁵⁵¹ Esta afirmação se baseia na compreensão de que os cinco sentidos humanos estão para o conhecimento do mundo sensível⁵⁵², logo, a luz que irradia as cores tem papel preponderante para a apreensão do belo.

Por fim, ao olhar para Tomás de Aquino é possível perceber que, em primeiro lugar, Deus é perfeito e d’Ele sobrevém a perfeição da sua criação⁵⁵³, o que de certa forma se aproxima com o pensamento agostiniano. O pensamento tomista diferencia-se na medida em que trabalha com a relação entre o bem e o ser, ao ponto em que ele afirma que tanto o bem quanto o belo (*pulchrum*) tem o mesmo fundamento: a forma. No entanto, a diferença entre ambos é que enquanto o bem está para a função do fim, como um desejo, o belo está para o conhecimento

⁵⁴⁸ BUENAVENTURA, San (1221-1274). **Itinerario del alma a Dios**. p. 13. Disponível em: <<http://www.disc.ua.es/~gil/itinerarium-mentis-in-deum-esp.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2017. Nas palavras do autor “[...] coisa manifesta é que Deus vem a ser a razão de todas as coisas e a regra e luz infalíveis da verdade, luz onde tudo criado brilha infalível, indelével, indubitável, irrefragável, incoartable, inapelável, interminável, indivisível e intelectual”. (tradução nossa). “[...] cosa manifiesta es que Dios viene a resultar la razón de todas las cosas y la regla infalible y la luz de la verdad, luz donde todo lo creado reluce de modo infalible, indeleble, indubitable, irrefragable, incoartable, inapelable, interminable, indivisible e intelectual”.

⁵⁴⁹ AERTSEN, 2008, p. 6.

⁵⁵⁰ BUENAVENTURA, p. 14. "Como, portanto, todas as coisas são belas e, de certa forma, encantadoras, e como não há deleite ou beleza sem proporção, que consiste principalmente nos números, é necessário que todas as coisas sejam numerosas e, portanto, o número é o principal exemplo na mente do Criador". (tradução nossa). "Como sean, pues, bellas todas las cosas y, en cierta manera delectables, y como no exista delectación ni hermosura sin la proporción, que consiste primariamente en los números, es necesario que todas las cosas sean numerosas y, por lo mismo, el número es el ejemplar príncipe en la mente del Creador”.

⁵⁵¹ AFONSO, Filipa Maria Oliveira de Almeida. **Figuras da luz: uma leitura estética da metafísica de São Boaventura**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 159. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3745/1/ulsd60892_td_Filipa_Afonso.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017. Nas palavras da autora: “fiel ao seu sentido originário, Boaventura associa, portanto, a luz, por via da cor, à proporção para a definição do belo. Sob o signo da cor, porém, a luz parece imiscuir-se na estética do filósofo como eminente realidade física, integrando, assim, uma concepção de beleza que, embora consonante com as manifestações artísticas e literárias do seu tempo, não teria lugar na imaterialidade do Divino”.

⁵⁵² BUENAVENTURA, p. 11. "Agora, o homem, que é chamado de mundo menor, tem cinco sentidos, como cinco portas, através das quais o conhecimento de todas as coisas que existem no mundo sensível entra em nossa alma". (tradução nossa). "Ahora bien, el hombre, que se dice mundo menor, tiene cinco sentidos, como cinco puertas, por las cuales entra a nuestra alma el conocimiento de todas las cosas que existen en el mundo sensible”.

⁵⁵³ AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica** – Volume I. Trad. Alexandre Corrêa. 2. ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1980. p. 33-36.

(*ratio*)⁵⁵⁴, pois a característica do belo é agradar. Isto não quer dizer que o belo é belo pelo seu agrado, ou deleite, mas por ser belo é que agrada.⁵⁵⁵ Neste sentido, é possível aventar que o *pulchrum* está para o ser num sentido epistemológico que enquanto parte do ser se estabelece enquanto transcendental pela perfeição divina.

No pensamento iluminista kantiano o belo “é o que apraz universalmente sem conceito”.⁵⁵⁶ A partir disso, Kant traça uma diferenciação entre o agradável e o belo e afirma que o primeiro está na posição do gosto pessoal, muito mais de um julgamento próprio do que é bom para cada sujeito do que propriamente uma qualidade do objeto. A apreciação é relativa e depende do gosto de cada um (sentidos).⁵⁵⁷ O belo, por sua vez, é universal. A qualificação do belo por si tem a forma universalizante porque independe da vontade do sujeito, o atributo está na coisa.⁵⁵⁸ A sua universalidade está alicerçada na validade comum (*Gemeingültigkeit*) que é representada pelo “sentimento de prazer ou desprazer para cada sujeito”.⁵⁵⁹ Assim, em Kant a qualidade estética do belo é universal e subjetiva e parte de uma premissa de valoração consensual do belo em si.

Neste caminho, Schopenhauer credita à capacidade de receber o belo e o sublime como evidência racional presente em todos os seres humanos. O autor apresenta o belo como um conhecimento elementar proveniente da capacidade humana de conhecer. A prova de que o humano é apropriado para conhecer está na possibilidade de todas as pessoas experimentarem o belo e o sublime como expectadoras, sem necessariamente produzir uma obra de arte ou dominar suas técnicas específicas.⁵⁶⁰ Ele considera que a experimentação do belo está num nível de conhecimento subjetivo que supera a escravidão da vontade. Para Schopenhauer, a contemplação estética possui dois elementos intrínsecos: o

⁵⁵⁴ BALTHASAR, Hans Urs von. **Gloria**: una estética teológica. La percepción de la forma. Livro I. Madrid: Encuentro, 1985. p. 142. Em acordo com a ideia tomista, o autor destaca que “sem o conhecimento estético, nem a razão teórica nem a prática podem alcançar sua completa realização”. (tradução nossa). “sin el conocimiento estético, ni la razón teórica ni la práctica pueden alcanzar su completa realización”.

⁵⁵⁵ AQUINO, 1980, I, 5, 4, p. 43.

⁵⁵⁶ KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden; António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 64.

⁵⁵⁷ KANT, 1993, p. 57.

⁵⁵⁸ KANT, 1993, p. 57. “Muita coisa ter atrativo e agrado para ele [sujeito], com isso ninguém se preocupa; se ele, porém, toma algo por belo, então atribui a outros precisamente a mesma complacência: ele não julga simplesmente por si, mas por qualquer um e neste caso fala da beleza como se ela fosse uma propriedade das coisas”.

⁵⁵⁹ KANT, 1993, p. 59.

⁵⁶⁰ p. 11-16 SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação – Livro III**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Edição Acrópolis, versão EbooksBrasil, 2006. p. 46, § 37.

conhecimento do objeto (ideia platônica) e o conhecimento do sujeito (sujeito puro). Neste sentido, a apreciação do belo e do sublime, não é um caráter produzido como fruto da vontade, mas é experimentado como fuga da vontade. É a manifestação do sujeito puro livre.⁵⁶¹

Schopenhauer faz uma diferenciação entre o belo e o sublime. Para ele, os dois termos não são sinônimos, mas são estágios do processo de conhecimento puro. Para tanto, o belo é o sentimento em que o sujeito é apreendido pela contemplação sem estabelecer um processo de luta contra a vontade. Já o sublime, é o processo posterior em que o sujeito se liberta violentamente das relações da vontade, elevando-se de forma livre e consciente.⁵⁶² Para expressar seu entendimento, o autor propõe a título de exemplo um exercício em que o sujeito se transporta para uma região erma, vasta e com um céu azul, com um silêncio profundo. O primeiro impacto de contemplação faz parte da admiração do belo, mas também é sublime, a partir do momento em que o sujeito é desafiado ao racionalismo puro e se libertar do tédio, fruto da vontade.⁵⁶³

Neste sentido, vinculado à estética, Schopenhauer compreende que a ética é um caráter racional que parte da superação da vontade para a realização do conhecimento puro. É equivalente ao sublime. Duas questões são importantes nesta tese. A primeira, a concepção da ética como uma libertação da opressão da

⁵⁶¹ SCHOPENHAUER, 2006, p. 53, § 38. “Mediante todas estas considerações, pretendo ter tornado claro de que espécie e dimensão é a participação que possui a condição subjetiva do prazer estético no mesmo, ou seja, a libertação do conhecimento do serviço da vontade, o esquecimento do si mesmo como indivíduo e a elevação da consciência a sujeito do conhecimento puro, independente da vontade, atemporal, liberto de todas as relações”.

⁵⁶² SCHOPENHAUER, 2006, p. 57-58, § 39. Como o próprio autor coloca “o que distingue o sentimento do sublime do sentimento do belo é que no belo o predomínio do conhecimento puro se exerce sem luta, a beleza do objeto, i. é., sua constituição, facilitando, o conhecimento de sua ideia, afastando a vontade e o conhecimento das relações que coroam seus serviços sem oposição, e portanto, imperceptivelmente, da consciência, que persiste como puro sujeito do conhecimento destituído inclusive de toda recordação da vontade; em contraposição, em face do sublime, este estado de conhecimento puro é conquistado primeiramente por meio de uma libertação violenta das relações do objeto com a vontade reconhecidas como desfavoráveis, por meio de uma elevação livre e consciente acima da vontade e do conhecimento a ela referido”.

⁵⁶³ SCHOPENHAUER, 2006, p. 60, § 39. Nas palavras do autor: “transportemo-nos a uma região erma, com horizonte ilimitado, sob um céu inteiramente sem nuvens, árvores e plantas numa atmosfera sem agitação, nenhum animal, nenhum homem, nenhuma água em movimento, o mais profundo silêncio; um tal ambiente é um convite à seriedade, à contemplação com a libertação de todo o querer e suas necessidades: mas apenas isto também já confere a um tal ambiente, ermo e pacífico, um traço de sublimidade. Pois como não apresenta objetos à vontade, sempre ávida de esforços e conquistas, nem favoráveis, nem desfavoráveis, só resta o estágio da contemplação pura, e quem dela não é capaz se expõe ao vazio da vontade desocupada, ao tormento do tédio, numa degradação vergonhosa. Nesta medida, permite uma avaliação de nosso valor intelectual próprio, para o qual, de um modo geral, o grau de nossa capacidade em suportar ou amar a solidão é uma boa referência”.

vontade, quer dizer, à ética está a verdade depois da representação, a partir de uma reflexão racional na direção de uma universalidade que tem como pano de fundo a premissa humanista da igualdade. Neste sentido, está além da moral por proporcionar uma elevação sobre os desejos da vontade. A segunda, é a concepção da ética como conhecimento puro. Dispõe em compreender a ética como uma verdade positiva alcançável metodologicamente e sistematicamente, com a exigência de contrapor a representatividade da vontade moral.⁵⁶⁴

Esta perspectiva iluminista do belo é contraposta por Nietzsche. Ele compreende que o belo nada tem a ver com uma apreensão racional de um objeto ou como conhecimento puro. Para o autor, nada pode ser belo a não ser o próprio ser humano. Nietzsche faz um paralelo entre o belo e o feio e afirma que “nada é belo, somente o homem é belo; toda a estética repousa nesta simplicidade; tal é sua primeira verdade [...] nada é feio a não ser o homem que degenera, com o qual fica circunscrito o domínio dos juízos estéticos”.⁵⁶⁵ Logo, o que é da vontade, do prazer do ser humano é belo e o que é feio é o contrário do belo, aquilo que diminui sua vontade de potência – a força que impulsiona toda as coisas. Ao feio estão relacionadas às coisas que cercam o ser humano, degenera sua vontade de potência e está preso a elementos que torna o homem escravo moral, de regras que estão fora de si, o juízo.

Nietzsche compreende que o belo e o feio são formulações de um julgamento do instinto estético que tende a separar e definir entre categorias racionais. Neste sentido, ao belo caberia a designação de utilidade, de bem, relacionado a coisas, suas sensações e seus símbolos, que é condicionado pelos valores inferiores de conservação. Logo, o belo não existe. O que existe é um sentimento de valor de humanos de rebanho experimentado em determinados objetos diferente do humano de exceção e do super-humano. Para ele, “os

⁵⁶⁴ SCHOPENHAUER, 2006, p. 65, § 39. “Nossa explicação do sublime permite inclusive sua transposição ao ético, ou seja, àquilo que se designa por caráter sublime. Também este se origina por a vontade não ser estimulada por objetos, que aliás seriam apropriados a fazê-lo; mas por o conhecimento manter o predomínio. Um caráter tal considerará, portanto os homens de modo puramente objetivo, e não conforme as relações que eventualmente possuam para com sua vontade: por exemplo, perceberá seus erros, mesmo seu ódio e sua injustiça em relação a si próprio, sem por isto ser conduzido ele próprio ao ódio; observará sua felicidade, sem sentir inveja; reconhecerá suas boas qualidades, sem contudo almejar ligação mais íntima com eles; apreciará a beleza das mulheres, sem cobiçá-las”.

⁵⁶⁵ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O crepúsculo dos ídolos ou a filosofia a golpes de martelo**. Trad. Edison Bini; Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001. p. 67.

julgamentos sobre o belo e o feio são míopes, mas persuadem no mais alto grau”.⁵⁶⁶ O instinto estético sobressalta mesmo à frente da razão e lhe toma a palavra. Porém, esse julgamento do belo ainda não o é. É um sentimento que se mostra falso. Ao belo cabe a dimensão da embriaguez, da vida, do embelezar-se, do não-estático, do devir, que se reconhece no prazer.⁵⁶⁷

Obviamente que este introito não compreende a totalidade do pensamento sobre a estética, porém, por entender que a temática aqui apresentada possui características pertinentes relacionadas à ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência, percebeu-se a necessidade de empreendê-lo. Até o momento foi possível perceber um desenvolvimento da estética partindo de um elemento que qualificava o belo como exterior, Deus, para uma apreensão da essência da coisa como uma qualidade da racionalidade humana. Essa forma do desenvolvimento da epistemologia estética remete ao fetichismo marxiano, no qual, a mercadoria assume o caráter reificado de valor de troca sobrepondo o seu valor de uso e as relações sociais passam a ser mediadas por uma relação fantasmagórica da mercadoria. Na estética capitalista, o belo também é mercadoria.⁵⁶⁸

O caráter fetichista da estética capitalista tem como fundamento a relação das mercadorias que transformadas em iguais podem ser trocadas livremente para gerar mais valor.⁵⁶⁹ O belo assume um caráter padronizado de uma mercadoria para poder ser trocado. Se na fantasmagoria da mercadoria, o trabalho abstrato tem valor primordial, na estética capitalista, o belo transforma-se em algo a ser consumido, como engodo dos sentidos ou da racionalidade, que traduzidos pela normatividade burguesa-capitalista, transforma o belo em mercadoria. Logo, um espaço a ser

⁵⁶⁶ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Vontade de potência**. Trad. Mario Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 356.

⁵⁶⁷ NIETZSCHE, 2011, p. 358. Nas palavras do autor “o sentimento da embriaguez realmente corresponde a um aumento de força: ele é mais forte quando os sexos se acasalam: novos órgãos, novas faculdades, novas cores, novas formas, - ‘o embelezamento’ é a consequência da força aumentada. Podemos considerar o embelezamento como a expressão de uma vontade vitoriosa, de uma coordenação mais intensa, de uma harmonização de todos os desejos violentos, de um peso que exerce uma infalível ação perpendicular. A simplificação lógica e geométrica é uma consequência do aumento de força, por outro lado, a percepção de semelhantes simplificações aumenta o sentimento de força... ápice da evolução: o grande estilo”.

⁵⁶⁸ MARX, 2017, p. 147. “Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

⁵⁶⁹ MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Trad. Edgard Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultura, 1982. p. 189-198.

ocupado entre os(as) trocadores(as) de mercadorias. O belo capitalizado transubstanciado como mercadoria possui sistematicamente as mesmas qualidades que sintomaticamente manifestam-se na forma do lucro. Assim, o valor do belo jaz na sua capacidade de produzir mais-valor, de transformar-se em capital.

Marcuse então apresenta que a arte tradicional esteve presa ao belo enquanto manifestação aparente da verdade da realidade. Isso, tornou a arte alheia à vida efetiva, como aparência, conservando-se como privilégio. Esta ‘des-relação’ da arte com a vida efetiva se materializou no belo e o tornou “o mundo objetivo no *medium* da aparência”.⁵⁷⁰ Essa arte é conformista, pois fascina-se com o mundo das mercadorias, corroborando com a dominação, ao se apresentar como uma bela aparência. Com a introdução do elemento político na arte que, reconhecendo o seu processo de aparência, mas destacando-se como uma função de cognição epistemológica, partiu-se da construção da verdade aparente da realidade para uma verdade subvertida da realidade.⁵⁷¹ A arte assume um caráter de libertação, deixando de produzir uma fascinação do belo submisso, criando um novo mundo a partir da imaginação.⁵⁷²

Nesse sentido, o elemento estético possui um caráter diferenciado do pensamento conceitual, pois enquanto o conceito tem uma apreensão positivacionista, a estética está pautada por uma sensibilidade interna e externa que se apreende pela receptividade do(a) interlocutor(a). Com a perspectiva da contemplação, o belo passa de um elemento essencial da arte (o belo como obra de arte) para um processo de sublimação, no qual, o que não é considerado belo, torna-se num belo capaz de proporcionar um processo de sensibilização. O belo é libertador mesmo quando fala de eventos horrendos como o fascismo. Isso, porque traz à memória, a realidade anterior do que de fato o foi. É o que Marcuse chama de mimese transformadora. A beleza torna-se como um eros político, no qual o grito

⁵⁷⁰ MARCUSE, Hebert. A sociedade como obra de arte. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 60, p. 45-52, 2001. p. 47.

⁵⁷¹ MARCUSE, Hebert. **A dimensão estética**. Trad. Maria Elisabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 17. Como o autor afirma “assim, a arte cria o mundo em que a subversão da experiência própria da arte se torna possível: o mundo formado pela arte é reconhecido como uma realidade reprimida e distorcida na realidade existente. [...] a lógica interna da obra de arte termina na emergência de outra razão, outra sensibilidade, que desafiam a racionalidade e a sensibilidade incorporadas nas instituições dominantes”.

⁵⁷² MARCUSE, 2001, p. 47-62.

dos(as) excluídos(as) ecoa sobre a injustiça, o horror e todo o processo de negação e esquecimento.⁵⁷³

Marcuse, portanto defende que o belo faz parte da unidade de ordem de forma não-repressiva. Mesmo nos momentos mais sombrios ali está o belo. O belo preserva-se na sublimação estética que dá à sensibilidade um caráter cognitivo e emancipatório. Para o autor, condenar o belo, na verdade, é contrapor-se ao intelecto e ao prazer (felicidade). É seguir um ideal de vida burguês que despreza a liberdade.⁵⁷⁴ O belo manifesta-se como vida, pois invoca a vontade de viver no processo de morte representado.⁵⁷⁵ Contrariando a arte tradicional que acreditava que a beleza da obra de arte estava na loucura decorativa dentro de um mundo de terror, a ordem da estética é a justiça. Num processo de posicionamento crítico e de catarse daquilo que é injusto, a arte é uma crítica social e anúncio de um novo mundo possível. Esta é a ordem do belo em contraposição à estética capitalista.⁵⁷⁶

A dimensão do belo como aparência leva a construir uma imagem de um falso belo burguês construído sobre os parâmetros pretensamente racionalistas da modernidade. Esse falso belo, marcadamente pautado pela relação como mercadoria que, na modernidade, assume uma “estética da marca”, que qualifica os sujeitos por suas trocas de mercadorias. Nesse, a propaganda tem o caráter de oração e de sacrifício ao narcisismo, na medida em que, os sujeitos consumidores atendem às estruturas fetichistas e se entregam à promessa de uma satisfação infinita.⁵⁷⁷ Em certa medida, este foi o princípio que se construiu a arte tradicional, que movimentando tranquilamente com processos contraditórios do mercado,

⁵⁷³ MARCUSE, 2007, p. 60.

⁵⁷⁴ MARCUSE, 2007, p. 62.

⁵⁷⁵ MARCUSE, 2007, p. 59. “Na obra de arte, o Belo fala a linguagem libertadora, invoca as imagens libertadoras da sujeição da morte e da destruição, invoca a vontade de viver”.

⁵⁷⁶ MARCUSE, 2001, p.48-50.

⁵⁷⁷ Para mais detalhes, citam-se aqui alguns estudos que apontam em seus resultados a busca por cirurgias plásticas estéticas para satisfação de expectativas socioculturais, sucesso financeiro, reconhecimento social e construção de situações materiais promissoras. KASSER, Tim; RYAN, Richard M. Further examining the American Dream: differential correlates of intrinsic and extrinsic goals. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 22, n. 3, p. 280-287, 1996. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/246276634_Further_Examining_the_American_Dream_Differential_Correlates_of_Intrinsic_and_Extrinsic_Goal>. Acesso em: 04 abr. 2018. HENDERSON-KING, Donna; BROOKS, Kelly D. Materialism, sociocultural appearance messages, and paternal attitudes predict college women’s attitudes about cosmetic surgery. **Psychology of Women Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 133-142, 2009. Disponível em: <[http://journals.sagepub.com/doi\(a\)bs/10.1111/j.1471-6402.2008.01480.x](http://journals.sagepub.com/doi(a)bs/10.1111/j.1471-6402.2008.01480.x)>. Acesso em: 04 abr. 2018. YAMASAKI, Viviane et al. O consumo de cirurgia estética: a influência da autoestima e do materialismo. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 2, n. 2, p. 30-52, 2013. Disponível em: <[http://www.revistargss.org.br/ojs/index.php/rgss\(a\)rticle/view/77/106](http://www.revistargss.org.br/ojs/index.php/rgss(a)rticle/view/77/106)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

aprofunda-se a constituição de uma estética capitalista, portanto, um falso belo como parâmetro de consumo.⁵⁷⁸

É o que pode ser percebido na reflexão de Sant'anna sobre o desenvolvimento da beleza no contexto brasileiro, especialmente, a partir do fim do século XIX e início do século XX. Chama a atenção que conforme sua pesquisa, a beleza era utilizada para demarcar os lugares sociais que as pessoas ocupavam, desde o uso do pó de arroz e tinturas nas classes mais abastadas ou as tatuagens nos corpos pobres das prostitutas. O belo também representava a utilização de cosméticos e adereços, importados ou locais, que denotava uma ideia de saúde e de moderno. Ser belo era chique e moderno.⁵⁷⁹ Essas apreciações estéticas de modificação, principalmente, do corpo justamente apontam para uma dimensão mercadológica do corpo que cumpre com o papel de valor de troca tão comum entre a classe trabalhadora, a saber, a venda da força de trabalho.⁵⁸⁰

O diálogo destacado por Sant'anna, publicada na renomada revista da época, Fon-Fon, em 1913, destaca justamente este rudimento superficial da beleza como mercadoria, utilizada como um fundamento garantidor da ocupação de espaços sociais pautados por condições de vida vinculadas com o modelo de vida burguês, que constituiria na reflexão apresentada materialização do falso belo. Este fato também é denunciado pela própria personagem que chama os homens de “tolos” por se vincularem com uma estética mascarada de valor de uso.

- Preferes ser bonita ou inteligente? - Muito bonita. - Ah!... - Sim, porque há mais homens tolos do que cegos.⁵⁸¹

Ao mesmo tempo, como a outra face da mesma moeda, a expressão da beleza esgrachava a feiura. Sant'anna relata que na primeira metade do século XIX

⁵⁷⁸ MARCUSE, 2007, p. 59. O autor afirma que “as instituições produziram e venderam sistematicamente beleza, sob a forma de pureza sintética e sexualidade plástica – uma extensão de valores de troca em relação à dimensão estético-erótica”.

⁵⁷⁹ SANT'ANNA, Denise Beruzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 18-30.

⁵⁸⁰ MARX, 2010b, p. 25. Aqui uma frase de Marx se torna importante de ser destacada: “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade”. Neste sentido, a beleza torna-se um destes componentes de luta para efetivar sua atividade, como destacava uma pessoa entrevistada sobre uma entrevista de emprego e a redução de sua vida à condição de deficiente: “[...] ele não olhou meu currículo, não fez nada, só disse que esta vaga não é para ti porque tu tens que andar na rua, mas eu tinha a cadeira motorizada, eu podia andar na rua”.

⁵⁸¹ SANT'ANNA, 2014, p. 28.

[...] escrevia-se sobre semblantes medonhos, corpos horríveis, mirrados, raquíticos, famélicos ou então balofos e excessivamente 'pançudos'. Era comum dar aos feios apelidos inspirados em detalhes do corpo [...], mas o mapa da feiura também era marcado por doenças, sem contar os casos de quem tivesse o azar de nascer com alguma deformidade [...] as habitantes de São Paulo também possuíam traços de feiura conhecidos, assim como as brasileiras de outros locais do país.⁵⁸²

Este excerto de Sant'anna provoca algumas reflexões que necessitam ser consideradas para o estudo desenvolvido por esta tese. O primeiro elemento é que as imagens do corpo, enquanto mercadorias construídas socialmente no sistema de valores de trocas, identificam as pessoas de forma pejorativa ou positiva. É a imagem construída materialmente a partir do corpo concreto que caracteriza o adjetivo dualista (medonho/maravilhoso, horrível/formidável, mirrado/medrado, raquítico/robusto etc.), como percebeu-se na crítica de Grosz no ponto anterior; segundo, caracteriza a deficiência como um corpo fora da forma, desformado, de um mínimo de ideal para o mercado de trocas, desnormal (azar, deformidade); e, terceiro, estereotipa os espaços sociais (locais do país, como também ambientes de trabalho) com suas características à margem, com valores de trocas inferiores.

Um excerto das entrevistas recolhidas para esta pesquisa pode ajudar a elucidar a reflexão acima. A pessoa entrevistada que adquiriu a deficiência após um acidente, trabalha com assessoria de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ao falar como superar as dificuldades para efetivar a inclusão, ela afirma:

[...] e o que é uma inclusão de verdade? Uma inclusão dentro do mercado de trabalho de verdade? Então, ou seja, para mim, o meu pensamento é este, na minha visão, na minha ótica é isto, não é contratar. Contratar você contrata qualquer pessoa. É oferecer oportunidades que a pessoa com deficiência realmente precisa, que é, principalmente, acima de tudo, a paciência para ensinar, e tudo isso, pode ter certeza, vai passar por consultorias qualificadas que tenham esta capacidade de fazer esta primeira análise. Traçar o perfil da vaga, traçar o perfil do candidato para a vaga e indicar qual é a deficiência e qual é o candidato que é mais propício para aquela vaga, independente da aparência que é aquela do Síndrome de Down, songamonga, debilóide, enfim, são adjetivos que usam, né, ou aqueles com cara de louco. É isso que a gente tem que tentar mudar, esta cultura, criar esta consciência nas pessoas. (E11).

Ao relatar sobre sua experiência frente ao seu trabalho de assessoria, a pessoa entrevistada sugere que o processo de inclusão da pessoa com deficiência passa pela contratação para um emprego. A sua sugestão é justamente propor um

⁵⁸² SANT'ANNA, 2014, p. 31-32.

estudo sobre adequação da vaga de emprego as necessidades específicas da pessoa com deficiência. Porém, o que mais salta aos ouvidos neste excerto é quando afirma: “independente da aparência”. Ela identifica que a aparência da deficiência contribui para a ausência de ocupação das pessoas com deficiência, pois anteriormente, a estética capitalista, já tem definida que na mercadoria do belo, a fisionomia da deficiência não apraz a maior potencialidade de mais-valor. A sua sugestão, discutível quanto a sua efetividade, justamente aponta para uma redução da desigualdade promovida pela aparência de ser deficiente.

O processo concreto da estética capitalista que estigmatiza a pessoa com deficiência e o espaço social de trabalho que essa pessoa poderá ou deverá ocupar atua de tal forma a uma redução a deficiência. Abaixo ver-se-á outro trecho que relata a dimensão do significado, que se manifesta na forma estética, de ser deficiente. Se anteriormente, a pessoa entrevistada apontava para características físicas que compunham uma qualidade negativa de ser pessoa com deficiência, a tal ponto que este grupo de pessoas eram sistematicamente destinados a ocupar outros espaços de emprego, neste caso, a ocupação do espaço social do trabalho, vem carregado do elemento estético sobre a opinião das outras pessoas frente a sua necessidade de um aparelho que possibilite adequar a sua realidade de deficiente, possibilitando um processo de inclusão mais efetivo. Assim, a pessoa entrevistada relata:

[...] e então, depois que eu descobri, que eu fui na fono, fiz os testes, veio o aparelho. Que tipo de aparelho? Não quero que ninguém veja que eu estou de aparelho. Porquê? Ah, não sei, tem uns aparelhos enormes assim, feio, sabe, parece uma pessoa mais velha, eu não me acho tão velha. Daí eu fui conversando e tal e meu marido, ah, e era muito caro o aparelho na época. E tem que ser dois, não pode ser só um, é bilateral, tem que ser os dois. Mas daí a gente fez uns arranjos lá com a fono, um aparelho bem pequenininho, ninguém nunca nem viu que eu usava o tal de aparelho. (E14).

Note, dois aspectos são importantes e vinculados com a dimensão estética neste excerto: o fato de ser deficiente e escondê-lo ao máximo das pessoas a sua volta e a sua preocupação a uma qualificação, que na sua opinião, ainda consiste um grupo com menor ocupação dos espaços sociais ou como mais um agravante a sua realidade de deficiência, a saber, a velhice. O fato de não expor sua condição de deficiente e de as pessoas a identificarem como velha translucida a realidade de exclusão da pessoa com deficiência. O feio ao qual a pessoa entrevistada se refere

justamente denuncia o processo ao qual as pessoas com deficiência, ainda mais idosas, são destinadas: ao descarte social. Como mercadorias, à medida que, a sua força de trabalho já não possui a capacidade de produzir mais-valor satisfatório aos anseios capitalistas, podem ser trocadas por novas mercadorias.⁵⁸³

É essencial perceber que o belo/feio pode ser entendido na identificação de Benjamin do capitalismo como religião. Ao considerar os quatro traços que caracterizariam a religiosidade capitalista, será possível perceber que o belo/feio está envolvido num culto fetichista sem fim, de um ideal de belo/feio inatingível com aspectos de uma crueldade culpabilizadora que esconde seu deus misturado a sua própria culpabilização, de tal modo, que já não é mais possível identificar “onde está teu Deus” (SI 42), a não ser, na imagem idealizada do bezerro que alumia e aprofunda a perdição. O belo/feio como mercadoria é um componente fundamental para que seus fiéis se prostrem em culto, ofertando com fé toda sua força (de trabalho) para que o reino venha logo.⁵⁸⁴ É na contradição deste caminho que Marcuse entende a dimensão transcendente da arte⁵⁸⁵ como possibilidade de contraponto à sociedade de classes.

O fragmento abaixo de modo preciso compreende o caráter culpabilizador da estética capitalista. Ao relatar sobre seu processo de inclusão no mundo do trabalho e os desafios que o compõe, a pessoa entrevistada afirma que, por vezes, sente-se brava e sozinha frente os problemas no emprego e assume para si, como um fardo, ao qual foi caracterizada ao longo da vida, como não ser normal. É interessante observar que o contraponto de sua mãe constitui na afirmação comparativa da perfeição estética corporal apontando para outras características

⁵⁸³ FLECK, Amaro. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. **Ethic@**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 141-158, 2012. p. 147. Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br/txt/fleck-fetichismo.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018. Fleck traduz de forma bastante pedagógica a significação do processo de agregação de valor à mercadoria dizendo que “aquilo que é mensurado e intercambiado é tempo de trabalho abstrato, indiferenciado. [...] resta o fato de que há trabalhadores que são mais ágeis, outros que são mais lentos, há terras que são mais férteis e outras quase estéreis, e o produto da terra estéril ou do trabalhador lento não vale mais, por nele estar contido mais tempo de trabalho, do que o mesmo produto do trabalhador ágil e da terra fértil. O tempo de trabalho medido em cada mercadoria e trocado por outra não é, assim, o de cada trabalhador individual, mas sim o tempo médio que, em uma sociedade, sob um determinado nível de evolução técnica dos meios de produção, demora-se para produzir a mercadoria que será intercambiada”.

⁵⁸⁴ BENJAMIN, 2013, p. 21-22.

⁵⁸⁵ MARCUSE, 2007, p. 09. Marcuse entende que o papel transcendente da arte é sua autonomia frente às relações sociais e sua possibilidade de construir mudanças, como ele mesmo afirma que “a arte é absolutamente autônoma perante as relações sociais. A arte protesta contra estas relações na medida em que as transcende. Nesta transcendência, rompe com a consciência dominante, revoluciona a experiência”.

que compõem outras deficiências, reforçando a estigmatização de outra parcela de pessoas. Logo, a culpa que a pessoa entrevistada se refere por não ser normal é amortizada com o aprofundamento do mesmo processo estigmatizador, com apelo estético, do que de fato significa não ser normal, não comportar as características normativas da sociedade burguesa.

Às vezes quando eu estou brava eu digo para minha mãe que eu não sou normal, chega a correr uma lágrima do olho de minha mãe, “não (diz o nome) você é normal. Tu és perfeita. Tu tens duas mãos, tu tens dois pés, tu tens duas pernas, dois braços. Olha para os outros ali atrás, sem um pé, sem uma mão”. Ai, eu me sinto sozinha, sabe. Eu ia ter um irmão, não pude. Não pude ter o meu irmão que morreu na barriga da minha mãe com cinco meses. E daí uma série de coisas. A vida é... (E7).

Antes, porém, de avançar é relevante ver com Lukács a identificação da estética com a realização da beleza na vida prática. Nesse sentido, duas questões devem ser destacadas: a hierarquização do estético e a exclusão da ética da estética. Na primeira, o autor critica o idealismo filosófico positivista que procura criar uma hierarquização do belo, seja a partir da forma e do conteúdo, seja a partir da vida cotidiana. Em sua opinião, esse é um caminho ingênuo de se percorrer, porque em primeiro lugar, forma e conteúdo são termos correlatos.⁵⁸⁶ Na segunda, o autor questiona a ruptura da ética da estética, que no seu entendimento, acarreta uma anomalia que transforma o belo numa aparência irresponsável. Ele argumenta que este processo, comum em épocas de crise, produz perversões que pode chegar a negar a existência moral do ser humano e a decadência de valores éticos diante da vida.⁵⁸⁷

Nesse sentido, na perspectiva de romper com a situação em que a técnica se coloca acima da arte e reduz o seu papel a um falso belo, por meio de uma hierarquização do belo e da exclusão da ética da estética, Marcuse acredita que a possibilidade de mudança está na sustentação de uma realidade estética da sociedade como obra de arte.⁵⁸⁸ A alternativa apresentada por ele aponta para uma sensibilidade da liberdade, que apoiada por uma sociedade livre, no mais literal

⁵⁸⁶ LUKÁCS, 1967, p. 265. “[...] lo feo tiene forma, exactamente igual que lo bello”. “o feio tem forma, exatamente como o belo” (tradução nossa).

⁵⁸⁷ LUKÁCS, 1967, p. 275-276. O autor ainda exemplifica o perigo de separar a ética da estética citando De Quincey que contava sobre o poeta Coleridge ir contemplar um incêndio à noite, mas não conseguir satisfazer sua curiosidade estética.

⁵⁸⁸ TODOROV, Tzvetan. **A beleza salvará o mundo**: Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto. Trad. Caio Meira. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2014. p. 304. O autor ao creditar à beleza a salvação do mundo grifa que “a beleza não é uma propriedade intrínseca nem dos objetos nem dos seres, eles a recebem graças à atitude adotada a seu respeito”.

possível da afirmação, seja a possibilidade do rompimento de uma mera estética pautada pelo falso belo. Para isso, é necessário romper com a forma de vida que reserva o belo ao privado, ao museu, caminhando na direção do belo como forma de vida, na qual todo o processo criativo, o trabalho, estão à disposição de uma construção social pautado pelo belo enquanto ordem de justiça e libertação. Nas suas próprias palavras:

[...] superação histórica da arte significa, como possibilidade de hoje, a fusão da produção material e intelectual, a compenetração recíproca do trabalho socialmente necessário e do trabalho criativo, da utilidade e da beleza, do valor de uso e do valor. Uma tal unidade não é possível como embelezamento organizado do feio, como invólucro decorativo do brutal, mas apenas como a forma de vida universal que homens livres podem se dar numa sociedade livre.⁵⁸⁹

Para Marcuse é um equívoco não reconhecer o papel fundamental da subjetividade na construção da revolução. Isso porque a supervalorização do materialismo histórico, entendido como a verdade real, relegou à clandestinidade temas como a estética. Nesse sentido, a subjetividade foi identificada com a burguesia e tornou-se sinônimo de ideologia. O autor, porém, acredita que a estética tem um caráter revolucionário que faz parte da própria essência do belo enquanto libertador. Dessa forma, reduzir a estética apenas a um sentido de falso belo, como uma loucura decorativa, é abster-se de um caminho significativo que tem a sensibilização como um processo de “invalidação dos principais valores burgueses, nomeadamente, desviando o foco da realização individual do âmbito do princípio do rendimento e do motivo do lucro para o dos recursos íntimos do ser humano: contemplação, sentimento e imaginação”.⁵⁹⁰

Lutero estabelece uma contrariedade ao que se constitui a estética capitalista que se poderia caracterizar como o belo da cruz. Baseado no mandamento de Jesus (Mc 12.30-31), Lutero reflete que a partir do evento da cruz, o(a) cristão(ã) vive em Cristo e no próximo. Quer dizer, da mesma forma que a obra salvífica de Cristo é promessa aos(às) que creem, também é serviço e responsabilidade. Ao contemplar o belo da cruz, o(a) crente é elevado(a) ao nível de admiração e entusiasmo com o olhar voltado para o alto, num deleite de sua beleza única e ontológica, porém também implica numa relação vertical na direção do(a) próximo(a). A admiração não termina em si mesma, mas, implica em ações éticas. A

⁵⁸⁹ MARCUSE, 2001, p. 52.

⁵⁹⁰ MARCUSE, 2007, p. 14-16.

contemplação do belo da cruz não é apenas um vislumbrar-se diante da beleza do horror, todavia, é um dispositivo que impulsiona na direção do serviço de amor ao(à) outro(a) (1Jo 4.11).⁵⁹¹

É a partir do olhar contemplativo para o sofrimento de Cristo na cruz, que se faz possível o reconhecimento das dores da criação. É a partir do olhar para a cruz, de seu fitar e da aceitação de sua vergonha que se torna plausível crer que o projeto de vida triunfa sobre o projeto de morte. Assim a realidade da morte é superada pela vida, a partir do olhar para “os cristos” crucificados hoje.⁵⁹² Essa identificação das pessoas que estão à margem⁵⁹³, tem como consequência o contraponto ao belo capitalizado, que tende às aparências, em desmerecimento à transcendência ortoprática.⁵⁹⁴ A hermenêutica da estética teológica terá na realidade de sofrimento das pessoas a dimensão da promessa como princípio de esperança, que encarna não só a dor da morte da cruz, produzida pelo pecado presente nas relações de desigualdade e exploração, mas também a visibilidade do serviço do amor.

Assim, o belo da cruz, visível no Crucificado, vai ao encontro daqueles(as) que sofrem e prospecta uma nova realidade⁵⁹⁵ que se coloca como contrário ao falso belo moderno encharcado da morte do pecado.⁵⁹⁶ Assim, o Salvador não fica

⁵⁹¹ LUTERO, Martin. Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã. In.: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Martin N. Dreher et al. 2. ed. v.2. São Leopoldo: Sinodal, p.435-460, 2000. p. 456. “Concluimos, portanto, que a pessoa cristã não vive em si mesma mas em Cristo e em seu próximo, ou então não é cristã. Vive em Cristo pela fé, no próximo, pelo amor. Pela fé é levada para o alto, acima de si mesma, em Deus; por outro lado, pelo amor desce abaixo de si, até, o próximo, assim como permanecendo sempre em Deus e seu amor, como diz Cristo em Jo 1.51: ‘em verdade vos digo, a partir de agora vereis o céu aberto e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do homem”.

⁵⁹² BOFF, Leonardo. **São Francisco de Assis: ternura e vigor**. Uma leitura a partir dos pobres. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 38. Esta não é uma temática nova, fruto da reflexão teológica moderna. Já Francisco de Assis fez esta opção por estar em favor das pessoas pobres, a saber, aquelas que estavam à beira da margem do caminho. Boff destaca que “as biografias são unânimes em afirmar que sua primeira conversão (de São Francisco) foi para os pobres e crucificados e a partir daí para o Cristo pobre, o Crucificado”.

⁵⁹³ SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 112. Os autores entendem que “a moral individualista, da defesa do interesse pessoal, articulada com a moral essencialista das instituições modernas, produz progressos técnicos que geram injustiças sociais e aplicações cínicas de normas e princípios que pioram ainda mais a situação dos pobres e dos mais fracos.”

⁵⁹⁴ BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 56-61.

⁵⁹⁵ BOFF, Leonardo. Cristologia a Partir do Nazareno. In: VIGIL, José María (Org.). **Descer da cruz os pobres: Cristologia da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 30-36.

⁵⁹⁶ MAY, Roy H. **Discernimento moral: uma introdução à ética cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 34-37. O autor reflete sobre o pecado como uma categoria coletiva. Emprestando-se do conceito de pecado social de Boff, May compreende que o “errar o alvo” afeta as relações e estas impõem aos indivíduos termos de convivência concretos que aliena, principalmente as pessoas pobres, dos meios de vida. “O pecado social nos (de)forma”. (p. 37).

preso na cruz, nem muito menos, sobre a sua deidade inacessível, mas pelo contrário, encarnado na História pautada pelo serviço do amor.⁵⁹⁷ O Cristo que vence a cruz não fica preso em afrescos da estética de aparência do falso belo moderno e de suas relações embevecidas da mercadoria reificada para a satisfação da vontade de potência do capital. O esvaziamento da cruz é um esvair-se em amor em direção ao próximo, reconciliado por meio do rompimento com a injustiça e absoluto na relação com toda a criação.⁵⁹⁸ O belo da cruz contraria a lógica de opressão da morte e propõe a construção de um belo do triunfo da vida.⁵⁹⁹

Desta maneira, foi possível perceber ao longo deste ponto que a dimensão estética do espaço social do trabalho tem um papel importante na construção da inclusão da pessoa com deficiência. À medida do sistema burguês capitalista, manifesta-se concretamente nas relações sociais a partir da mediação reificada da mercadoria que, como tudo dentro do capitalismo, não foge à regra e também se transforma produto a ser trocado. Urge compreender o belo, a partir de sua dimensão sublime e libertadora, que como instrumento de luta, percebe à classe trabalhadora o significado do trabalho como constituidor do ser humano. Na perspectiva da estética capitalista, o trabalho resume-se a uma mercadoria a ser trocada e, assim sendo, tem como perspectiva a produção de mais valor. Cumpre então, vislumbrar-se para o belo da cruz e reconhecer a mensagem evangélica que não termina na cruz, mas a vence por meio da graça.

4.2 A ocupação do trabalho como espaço social: a construção dos sujeitos de direitos e a materialidade da inclusão

Percebeu-se até o momento a perspectiva da ocupação do espaço social do trabalho a partir das questões relacionadas ao corpo e à estética. Pode ser destacado que frente a isso, a presença concreta da pessoa com deficiência possibilita dois movimentos: a modificação da pessoa com deficiência como

⁵⁹⁷ BOFF, 1972, p. 223-244.

⁵⁹⁸ SOBRINO, Jon. **Jesuscristo Liberador**: lectura histórico-teológica de Jesús de Nazaret. 2. ed. Madrid: Editorial Trotta, 1993. p. 30-33.

⁵⁹⁹ SUNG; SILVA, 1998, p. 113-114. Os autores falam em ética de responsabilidade solidária, que eles defendem como “uma postura ética que esteja atenta às situações concretas em que elas se desenvolvem e aos efeitos das ações [...] uma ação solidária é necessariamente uma ação coletiva que se expressa atualmente nos movimentos sociais em defesa dos mais fracos – movimento pelos direitos humanos, ecológico, de mulheres, índios, de combate à fome e tantos outros que se baseiam numa nova ética social, a ética solidária”.

adequação à estrutura organizacional cristalizada, tendo como princípio paradigmático do serviço (integração), como visto no segundo capítulo, no qual a pessoa com deficiência se modifica e desenvolve habilidades para se integrar à sociedade, sem modificação acessível do ambiente para recebê-la, ou, a partir do paradigma do suporte (inclusão), a mudança de aspectos atitudinais de aceitação e inclusão da pessoa com deficiência. No entanto, é evidente, uma dificuldade em promover alterações significativas quanto às estruturas de exclusão, o que emperra a inclusão da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, na segunda parte deste terceiro capítulo tem-se a pretensão de aprofundar o debate a partir do viés do direito, tendo como princípios aqui ocupados, a construção dos sujeitos de direitos e o exercício de cidadania. Tais temas são muito caros para as pessoas com deficiência, pois estabelecem ligação íntima com os seus processos de inclusão. Poder-se-á notar que tais conceitos são construções da sociedade capitalista burguesa e, para dentro de sua estrutura, possui limites evidentes quanto à superação da substantiva significação do sistema capitalista, a saber, a sociedade de classes. Esse, de fato, deve ser a perspectiva a analisar os atravancamentos encontrados pelas pessoas com deficiência quanto aos processos de inclusão. A possibilidade de inclusão de todos(as) num sistema de igualdade formal torna-se uma tarefa inglória, mas necessária de ser realizada.⁶⁰⁰

4.2.1 Os direitos, os sujeitos e o espaço social

Ao tratar a temática burguesa dos direitos, há que sempre ressaltar a dificuldade da sua realização e universalização, principalmente, no que tange os direitos sociais, econômicos e culturais, por sua seleção de classe,⁶⁰¹ que

⁶⁰⁰ MARX, 2012, p. 32-33. Marx escreve da seguinte maneira: “Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade. Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas[39] forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado”.

⁶⁰¹ Nestes artigos encontram-se algumas destas ideias que serão aqui aprofundadas. STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. A concretização dos direitos humanos: um olhar para as localidades. In: BEDIN, Gilmar Antonio; RODRÍGUEZ, Graciela Beatriz; MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo (Orgs.). **Direitos humanos, justiça e multiculturalismo**. Santa Cruz do Sul: Essere Nel

estabelece privilégios como direitos e direitos como se fossem privilégios. Dessa forma, é imprescindível perceber o caráter histórico da (des)construção dos direitos por meio das lutas por reconhecimento ou por avanço dos processos de desigualdade.⁶⁰² Os direitos estão envolvidos, portanto, num terreno de disputas ideológicas e de tensões⁶⁰³, provocadas pela ocupação do espaço social da classe trabalhadora sistematicamente marginalizada. É por este viés que se proporciona os avanços possíveis e necessários no processo de construção de fundamentos de uma igualdade, ainda que numa concepção burguesa, para o alcance de uma maior parcela de pessoas da sociedade.

Este elemento introdutório tende a elucidar o caminho teórico optado para tratar este assunto. Para tanto, a descoberta de Pachukanis foi importante para amadurecer a reflexão proposta neste ponto. Em seu livro “Teoria geral do direito e marxismo”, o autor soviético trata de apontar uma compreensão contrária ao entendimento da normatividade de Kelsen.⁶⁰⁴ Pensando a partir do contexto da Revolução Russa, Pachukanis contraria até mesmo camaradas estudiosos do direito, que entendiam que a teoria do direito serviria à determinada coerção do Estado (se Estado socialista, direito socialista). Pachukanis, no entanto, compreende que a forma do direito capitalista é equivalente a forma de troca das mercadorias. Logo, o direito burguês assim constituído faz parte da engrenagem das trocas de mercadorias entre seus(as) possuidores(as), não podendo ser supostamente domesticado.⁶⁰⁵

Mondo, p. 397-421, 2016. STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. Direitos humanos: reflexões por um processo de descolonização. Bauru, **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 59-76, 2016. Disponível em: <[http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh\(a\)rticle/view/389/178](http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh(a)rticle/view/389/178)>. Acesso em: 22 fev. 2018.

⁶⁰² PACHUKANIS, 2017, p. 61-62. Pachukanis esclarece que “[...] o princípio da personalidade/subjectividade jurídica [...] é não apenas um instrumento do engodo burguês e um produto da hipocrisia burguesa, na medida em que esta se opõe à luta proletária pelo aniquilamento das classes, mas, ao mesmo tempo, é realmente um princípio atuante incorporado à sociedade burguesa no momento em que esta nasce do sistema feudal-patriarcal e o destrói; [...] que a vitória deste princípio não é única e tão somente um processo ideológico [...], porquanto é um processo real em que as relações humanas tornam-se jurídicas, que caminha par a par com o desenvolvimento da economia mercantil-monetária (e capitalista, na história europeia) e que acarreta profundas e múltiplas transformações de caráter objetivo”.

⁶⁰³ SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 45-47.

⁶⁰⁴ KELSEN, 1998.

⁶⁰⁵ PACHUKANIS, 2017, p. 67-80. Engels, reforçando a ideia apresentada de Pachukanis escreve o seguinte: “[...] a partir do momento em que se desenvolveu a propriedade privada de coisas móveis, o mandamento moral ‘não furtarás’ se tornou comum a todas as sociedades em que ela passou a vigorar. Esse fato converte esse mandamento em mandamento moral eterno? De jeito nenhum. Numa sociedade em que tivessem sido eliminados todos os motivos para furtar, em que

É interessante salientar que este também foi o embate estabelecido em “O socialismo jurídico” por Engels e Kautsky, frente a proposta de Anton Menger de que o socialismo fosse realizado por meio do desenvolvimento de reivindicações jurídicas. Engels e Kautsky sarcasticamente destroem com a proposição de Menger, tendo em vista que, fora da luta de classes não há a possibilidade da realização de um sistema que aboli a exploração da força de trabalho, pois como bem colocam

[...] a concepção materialista da história de Marx ajuda a classe trabalhadora a compreender essa condição de vida, demonstrando que todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas etc., - derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos.⁶⁰⁶

Pachukanis, em sua argumentação, demonstra que o direito está intrinsecamente ligado à sociedade burguesa pautada pelo modelo econômico capitalista. Para tanto, ele utiliza-se da leitura materialista histórica que Marx usa para ler os conceitos gerais da economia política e afirma que “[...] a tarefa não consiste em aceitar nem recusar a existência de uma ideologia jurídica (ou da psicologia), mas em demonstrar que as categorias jurídicas não têm nenhum outro significado além de ideológico”.⁶⁰⁷ O autor entende que do mesmo jeito como as categorias mercadoria, valor de uso, valor, valor de troca, lucro etc. não fazem sentido fora da organização social histórica do capital, o direito burguês também não tem sentido fora da ordem burguesa. Essa ideia explica o motivo dos direitos econômicos, sociais e culturais serem sempre colocados em planos secundários frente à propriedade privada.⁶⁰⁸

É fundamental perceber que Pachukanis, de maneira alguma, prega uma relação com o direito e o Estado burguês como um fatalismo. Ele justamente aponta para a necessidade de uma leitura que compreenda o real significado do direito burguês na sociedade capitalista-burguesa. Não compreender a constituição de tal matéria tende a reduzir o caráter de ação revolucionária de construção de uma

com o passar do tempo o furto fosse praticado quando muito por um doente mental, quem não zombaria do pregador moral que quisesse proclamar solenemente a verdade eterna ‘não furtarás?’”. ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 125.

⁶⁰⁶ ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Trad. Lúcia Cotrim; Márcio Brilhaquinho Naves. 2. ed. ver. atual. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21.

⁶⁰⁷ PACHUKANIS, 2017, p. 87.

⁶⁰⁸ PACHUKANIS, 2017, p. 92, 97. “A regulamentação das relações sociais em determinadas condições assume um caráter jurídico”; “Do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista assume a forma de uma enorme coleção de mercadorias, também a sociedade se apresenta como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas”.

realidade contrária a exploração pautada pelo capitalismo. O autor precisamente aponta que um erro de leitura e entendimento dos processos que compõem o direito burguês e sua natureza acarretaria em ações que não surtiriam os resultados esperados e necessários para a mudança proposta a partir do rompimento com a exploração da força de trabalho. Faz parte do processo de construção da revolução compreender o *modus operandi* do capital para sucumbi-lo.⁶⁰⁹

É nessa perspectiva que é apresentada a provocação reflexiva ao longo deste estudo. É preciso ter lucidez que enquanto relações sociais forem pautadas pela exploração do trabalho, a pauta da pessoa com deficiência será, anteriormente, regulada por um elemento profundamente maior que é a luta de classes. Nesse sentido, a ocupação do espaço social surge como parte desse processo, que ainda capitalista, tem a pretensão de aprofundar a concepção de classe, como instrumento de luta. A ocupação do espaço social não soluciona por completo as conceituações pejorativas relacionadas à deficiência, nem universaliza os direitos às pessoas com deficiência, mas, tendo em vista, o seu caráter profético-pedagógico, proporciona o rompimento com uma lógica de produção de exclusão que sintetiza a pessoa com deficiência a rótulos degradantes.

Dois elementos tornam-se importantes nessa reflexão, pois denotam o caráter afirmativo da ocupação do espaço social. O primeiro diz respeito à construção do sujeito de direitos, que Pachukanis caracteriza como “sujeito econômico egoísta”.⁶¹⁰ Isso porque, em sua explicação, o autor decompõe que o sujeito de direito nada mais é que um trocador de mercadorias que necessita do direito para reger a sua ação mercantil. Se assim o é, a partir de uma compreensão moderna, poder-se-ia entender que a ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência significaria a sua inclusão como sujeito de mercado e, enquanto possuidor de direito, tem a capacidade de realizar trocas, de ser, antes de tudo, credor, na qual se fixa obrigações de devedores frente suas necessidades

⁶⁰⁹ PACHUKANIS, 2017, p. 86; 99; 103. MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 30-31.

⁶¹⁰ MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a. p. 53. Marx afirma da seguinte forma: “[...] o homem na qualidade de membro da sociedade burguesa é o que vale como o homem propriamente dito, como o *homme* em distinção ao *citoyen*, porque ele é o homem que está mais próximo de sua existência sensível individual, ao passo que o homem político constitui apenas o homem abstraído, artificial, o homem como pessoa alegórica, moral. O homem real só chega a ser reconhecido na forma do indivíduo egoísta, o homem verdadeiro, só na forma do *citoyen* abstrato”.

específicas. Sem ainda romper com a exploração da força de trabalho, significa um processo de inclusão.⁶¹¹

O segundo diz respeito ao caráter apresentado na assertiva inicial deste ponto do qual deriva a discussão aqui implementada no que diz respeito às limitações apresentadas da concretização de direitos voltados à coletividade ou como pode ser dito com Pachukanis, do direito público. O autor coloca de forma singular que “o capital financeiro valoriza muito mais o poder forte e a disciplina do que os direitos eternos e inalienáveis da pessoa humana e do cidadão”.⁶¹² Considerando a reflexão realizada até o momento, fica evidente que o direito enquanto mercadoria, como manifestação das relações mercantis de troca, logicamente, consolida-se como um princípio subjetivo que não garante nada mais do que a própria regulamentação das trocas. Nesse sentido, ocupar o espaço social do trabalho, enquanto política social, significa apresentar-se como contraponto, como contraditório.

Pachukanis explica de uma forma nítida que a relação de troca de mercadorias, em primeiro lugar, significa o elo de ligação entre duas coisas totalmente distintas entre si, pois mesmo os(as) trocadores(as) de mercadorias resguardam seus interesses.⁶¹³ Ao mesmo tempo em que as coisas/mercadorias se estabelecem em relação no valor de troca, se estabelece em oposição entre si proporcionando uma relação de tensionamento. Portanto, na garantia do direito ter-

⁶¹¹ PACHUKANIS, 2017, p. 103-109. *Para complementar, o autor redige da seguinte forma: “Assim, por exemplo, a relação econômica de troca deve existir para que surja a relação jurídica contratual de compra e venda. [...] a partir disso, a dogmática jurídica conclui que todos os elementos existentes na relação jurídica, entre eles o próprio sujeito, são gerados pela norma. Na verdade, claro, a condição prévia fundamental por meio da qual todas essas normas concretas ganham significado consiste na existência da economia mercantil-monetária. Apenas mediante essa condição prévia o sujeito de direito tem seu substrato material na pessoa do sujeito econômico egoísta, que a lei não cria, mas encontra diante de si e determina. Assim, onde esse substrato está ausente, a relação jurídica correspondente é a priori inconcebível.”* (p. 103-104). “A categoria do direito só alcança um fechamento lógico quando inclui o titular e o portador do direito, direito cuja essência nada mais é do que a fixação de obrigações de terceiros para com ele.” (p. 109).

⁶¹² PACHUKANIS, 2017, p. 110.

⁶¹³ PACHUKANIS, 2017, p. 139. MARX, 2010b, p. 27. Marx ao tratar a constituição do(a) trabalhador(a) e do(a) capitalista estabelece que há uma concorrência também entre a classe trabalhadora para fazer circular sua mercadoria, a saber, a força de trabalho. Logo, a disputa entre os(as) trabalhadores(as) é muito mais acirrada, pois além daqueles(as) que já são trabalhadores(as) por não possuírem os meios de produção, quando há a concentração de capitais, “os grandes capitalistas levam à ruína os pequenos, e uma parte dos capitalistas de outrora baixa à classe dos trabalhadores, a qual, com esta entrada, sofre, em parte, novamente uma redução do salário e cai numa dependência ainda maior dos poucos grandes capitalistas. Na medida em que o número de capitalistas se reduziu, quase deixou de existir a sua concorrência em relação aos trabalhadores e, na medida em que o número de trabalhadores se elevou, a concorrência desses entre si tornou-se tanto maior, mais inatural e mais violenta”.

se-á a mesma relação de oposição entre interesses diversos. Esse elemento é fundamental para entender a ocupação do espaço social e a construção dos sujeitos de direitos, pois demonstra que, no sistema capitalista, aquele grupo de pessoas que está fora da relação de troca significa fora do direito e, não possuindo o reconhecimento como trocadores(as) de mercadorias, não existem.

Logo a relação de construção do sujeito de direitos é a constituição de um indivíduo egoísta.⁶¹⁴ Assim, como na troca de mercadorias em que cada sujeito igual realiza trocas de acordo com seus interesses, na relação com o direito, a sua garantia estabelece-se individual, mesmo quando se constitui como um coletivo, este constitui-se na unidade de uma causa comum, que facilmente é desmembrada em causas individuais. Nesse sentido, o tema do reconhecimento se torna importante, pois pressupõe a capacidade daqueles indivíduos fora da relação de troca, tornarem-se capazes de exercerem trocas. Esse é um elemento da construção dos direitos das pessoas com deficiência. Desde os movimentos pautados pelas famílias e organizações sociais é que se vislumbra a garantia do reconhecimento das pessoas com deficiência como capazes de realizarem trocas e desta forma participarem do direito.⁶¹⁵

Entende-se então que a ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência faz parte de uma instrumentalização pautada pela relação burguesa que, inevitavelmente gera tensão, como uma ação concreta profético-pedagógica, fortalece a luta das pessoas com deficiência, que significa a luta de classes.⁶¹⁶

⁶¹⁴ PACHUKANIS, 2017, p. 153-154.

⁶¹⁵ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Este documento conta resumidamente o processo de luta por direitos das pessoas com deficiência no Brasil, seus desafios e avanços.

⁶¹⁶ Esta é a defesa que Finkelstein também faz, na qual entende que a luta das pessoas com deficiência deva estar engajada com a luta de classes. Para além desta interpretação, a ressalva que se quer destacar é que entende-se que o processo de luta das pessoas com deficiência compõe a luta de classes, não sendo entendida como algo alheio. FINKELSTEIN, Vic. *The social model of disability repossessed*. Comunicação oral. Manchester: Manchester Coalition of Disabled People, p. 1-5, 2001. Disponível em: <<http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/finkelstein-soc-mod-repossessed.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018. "In this sense, then, I believe that we cannot understand or deal with disability without dealing with the essential nature of society itself. To do this disabled people must find ways of engaging in the class struggle where the historical direction of society is fought, won or lost. It is in this arena that the boundaries of knowledge that have put disabled people aside from the 'normal' can and have to be openly questioned". (p. 05). "Neste sentido, então, acredito que não podemos entender ou lidar com a deficiência sem lidar com a natureza essencial da própria sociedade. Para fazer isso, as pessoas com deficiência devem encontrar formas de se engajar na luta de classes onde a direção histórica da sociedade é travada, vencida ou perdida. É nesta arena que os limites do conhecimento que colocaram as

Ocupar o espaço social significa requerer valor de troca de algo que antes não tinha valor algum. A luta por direitos da pessoa com deficiência requisitou o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Isso só foi possível a partir da ocupação do espaço social das pessoas com deficiência que, ao postular o direito a ter direitos, conseguiu alcançar a qualidade de sujeito de direitos, ou seja, de trocadores(as) de mercadorias. Nesse sentido, a inclusão da pessoa com deficiência significou a incorporação desse grupo de pessoas no sistema organizacional burguês.

O reconhecimento da pessoa com deficiência como trocadora de mercadorias, logo, como apropriada para exercer direitos, manifesta-se no que Engels descreve como “moral de classes”. Ao contrapor Eugen Dühring, Engels estabelece que existem verdades soberanas vinculadas com a matemática, verdades parciais, como as encontradas nas ciências biológicas e as verdades relativas, fruto das relações sociais. Sobremaneira, o terceiro caráter da verdade se constrói de forma histórica e faz sentido a partir da consideração do desenvolvimento histórico da humanidade. Assim, constitui-se como verdade afirmar que a verdade pela moral é pautada pelas relações econômicas, que se move de forma antagônica, na luta de classes, e só poderá ser superada, para de fato se construir como verdade soberana quando for superada o seu antagonismo.⁶¹⁷

Nesse sentido, a proposta de Pachukanis apresentada até o momento desestabiliza alguns conceitos que são considerados chaves para a luta da classe trabalhadora e que são defendidos como bandeiras basilares dos movimentos sociais e do direito (humano). Na verdade, ao concordar com o autor soviético, os próprios direitos humanos são colocados em xeque, numa qualidade de negação.⁶¹⁸

peças com deficiência para além do "normal" podem e precisam ser abertamente questionados”. (tradução nossa).

⁶¹⁷ ENGELS, 2010, p. 116-126. O autor escreve assim: “ora, se observarmos que as três classes da sociedade moderna (a aristocracia feudal, a burguesia, e o proletário) têm, cada uma delas, a sua moral específica, a única conclusão que podemos tirar disso é que os seres humanos, consciente ou inconscientemente, extraem as suas noções morais, em última instância, das relações práticas que embasam a sua condição de classe – das relações econômicas em que produzem e trocam. [...] afirmamos, em contraposição, que toda a teoria moral concebida até agora é, em última instância, produto da respectiva condição econômica da sociedade. E como, até agora, a sociedade se moveu por força de antagonismos de classes, a moral sempre foi uma moral de classes: ou ela justificou a dominação e os interesses da classe dominante, ou então, quando a classe oprimida se tornou suficientemente forte, representou a indignação contra essa dominação e os interesses futuros dos oprimidos. [...] uma moral realmente humana, que esteja acima dos antagonismos de classes e acima da lembrança desses antagonismos, só será possível num estágio da sociedade em que o antagonismo de classes não só foi superado, como também foi esquecido para a práxis da vida”. (p. 125-126).

⁶¹⁸ MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo et al. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 126. “Naturalmente, a ordem alternativa da sociedade não

Porém, a leitura de Pachukanis possibilita a crítica consistente desses elementos, o que proporciona a possibilidade de um amadurecimento conciso dos rudimentos que constituem o capital na sua forma mais elementar. Esse é o grande legado que se pode salientar a respeito da teoria de Pachukanis e, neste sentido, também para dentro deste estudo proporcionou uma reorganização epistemológica que estão sendo amadurecidas ao longo das elaborações reflexivas aqui apresentadas.

A perspectiva da qualidade de negação do direito (humano) tem como base o próprio desenvolvimento histórico da propriedade. Reinterpretado, a partir do idealismo hegeliano, estabelece-se um processo de negação típico e necessário da propriedade como parte da sua própria transformação. Assim, se nos primórdios, a propriedade privada manifestava-se no trabalho próprio, numa etapa posterior ela é negada, a partir do avanço do modo de produção capitalista, para assumir um caráter de propriedade individual que tem na força de trabalho livre sua motriz. Essa mesma propriedade individual já não mais responde aos anseios sociais, pois à medida que, os processos de desigualdade vão se aprofundando, a propriedade é monopolizada, passando por uma negação da negação que resulta então na propriedade comum, não como era antes, mas baseado na cooperação.⁶¹⁹

pode ser instituída sem a negação bem-sucedida no mundo real do consolidado modo de reprodução sociometabólico do capital [...] uma ordem social, permanecendo dependente do objeto de sua negação, não importando o quão justificada em seus termos históricos originais, não pode oferecer o escopo necessário para o 'ser humano rico', cuja riqueza supostamente brota de sua atividade vital significativa 'como o necessário interiormente, de sua real necessidade': uma determinação inerentemente positiva". MARX, 2004, p. 114. "[...] a vida efetiva é a efetividade positiva do homem não mais mediada pela suprassunção da propriedade privada, o comunismo. O comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico".

⁶¹⁹ MARX, 2017, p. 832. Marx explica a negação da negação da seguinte forma. "O modo de apropriação capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho". Da mesma forma Engels estabelece: "na história não é diferente. Todos os povos civilizados começam com a propriedade comum da terra. Em todos os povos que avançam além de um certo estágio original, essa propriedade comum se torna, no decorrer do desenvolvimento da agricultura, um entrave à produção. Ela é abolida, negada, transformada em propriedade privada depois de estágios intermediários mais ou menos longos. Porém, num estágio mais elevado do desenvolvimento da agricultura, acarretado pela própria propriedade privada da terra, a propriedade privada se torna inversamente um entrave à produção - como é hoje o caso em relação tanto à pequena como à grande propriedade de terra. Necessariamente, assoma a exigência de igualmente negá-la, de voltar a transformá-la em propriedade comum. Contudo, essa exigência não significa a restauração da antiga propriedade comum original, mas a produção de uma forma de posse comum bem mais elevada, bem mais desenvolvida, que, longe de constituir uma barreira para a produção, muito antes a desencadeará e lhe permitirá o pleno aproveitamento das modernas descobertas químicas e invenções mecânicas". ENGELS, 2010, p. 167-168.

Nesse sentido, a presunção de negação do direito como construção positiva burguesa tem como caráter fundamental o reconhecimento do seu desenvolvimento dentro da materialidade histórica da humanidade. Não se constitui numa relação de negação pura e simples de uma ingenuidade arcaica que pretende negar os avanços sociais possibilitados pela construção dos direitos humanos. No entanto, esses mesmos direitos já não mais atendem às necessidades históricas do desenvolvimento humano. Exemplo disso, é a própria inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e na sociedade como um todo que encontra profundas barreiras para se efetivar de forma universal e concreta, sendo desde barreiras atitudinais, como também, as barreiras físicas, gerando assim, conceitos sobre a deficiência que sobrepõe a sua qualidade enquanto pessoa.

A partir disso, os direitos, os sujeitos e o espaço social, sugerem que se faça também a retomada de um tema relevante no direito, a saber, a dignidade humana. Este foi o ponto de encontro que vem acompanhando o desenvolvimento desta pesquisa – a partir dos estudos desenvolvidos em pesquisas anteriores.⁶²⁰ Pachukanis, ao estabelecer sua crítica a Kant assevera: “a ética kantiana é a típica ética da sociedade de produção mercantil”⁶²¹, isso porque, introduz de forma entusiasta a ética racionalista que, ao qualificar o ser humano como um fim em si mesmo,⁶²² sintetiza exatamente a perspectiva necessária para a conjugação da igualdade para o estabelecimento de trocas. Ao consumir a dignidade humana como um fim em si mesma para todas as pessoas, sentenciou-se a constituição do sujeito egoísta, possibilitando um caráter ético à exploração da força de trabalho.⁶²³

⁶²⁰ O tema foi abordado ao longo da pesquisa de mestrado com algumas intuições que melhor se estabeleceram e se reordenaram neste momento a partir da leitura de Pachukanis. Far-se-á, desta forma, a retomada de alguns pontos que são considerados como pertinentes para a temática pesquisada por este estudo, bem como, para o desenvolvimento do conceito. Para contextualização da discussão verificar STRELHOW, 2016, p. 65-110.

⁶²¹ PACHUKANIS, 2017, p. 156.

⁶²² KANT, [19--], p. 101. “[...] o homem, e em geral todo ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para qualquer uso desta ou daquela vontade; em todas as suas ações deve, não só as dirigidas aos demais seres racionais, ser considerado sempre ao mesmo tempo como fim”.

⁶²³ PACHUKANIS, 2017, p. 158. O autor continua “[...] o homem como fim em si mesmo é o outro lado sujeito econômico egoísta. Um ato que é a única e verdadeira encarnação rela do princípio ético encerra em si mesmo também a negação desse último. O grande capitalista ‘de boa-fé’, *bona fide*, arruína o pequeno, sem usurpar nem por um minuto o valor absoluto da pessoa deste. A pessoa do proletário é ‘igual em princípio’ à pessoa do capitalista; o que encontra sua expressão no ‘livre’ contrato de emprego. Mas é a partir dessa mesma ‘liberdade materializada’ que surge para o proletário a possibilidade de tranquilamente morrer de fome”.

O que está posto é a própria constituição do capitalismo humanista,⁶²⁴ como que num sistema de aceitação e devoção, o(a) trabalhador(a) transformado num igual, como um fim em si, é disposto a uma aceitação sacerdotal de uma missão sacrificial. De forma chula fica assim: “– trabalhador(a), você é explorado(a), mas continua ainda pessoa e isso basta”. Nesse sentido, parece que a dignidade humana perde seu sentido se apenas ficar vinculada a um arcabouço de igualdade burguês. Justamente Pachukanis procura apresentar que, com os instrumentos do capital, produzidos para a manutenção e reprodução de seu metabolismo, continuar-se-á a elaborar curativos num sistema que tem como princípio material a desigualdade. Nesse sentido, a superação da exploração da força de trabalho é o imperativo que excede as contradições do sistema capitalista.

É o fato da materialidade histórica que Engels destaca na sua controvérsia com Dühring sobre a igualdade. Ele destaca que o filósofo da realidade, como trata Dühring, tem a igualdade como ideal apenas quando esta se constitui como uma igualdade universal entre duas vontades abstraídas da realidade concreta, pois à medida que, tais vontades aproximam-se dos indivíduos reais sobre apenas os interesses próprios de cada que já não alcança a pretensa igualdade idealizada pela burguesia. Para tanto, enquanto que na igualdade burguesa a pretensão de ser igual manifesta-se na aparência jurídica do Estado, ao proletariado resta a luta pela realização da igualdade social e econômica, que sintomaticamente, não se realiza, pois requereria a abolição das classes. “Assim, a própria concepção da igualdade,

⁶²⁴ O conceito de capitalismo humanista refere-se a uma linha de pesquisa desenvolvida na Faculdade de Direito da PUC-SP, que tem como coordenadores os pesquisadores Ricardo Sayeg e Walter Barela. Sem a pretensão de superação do capitalismo, tentam identificar elementos humanísticos que promovessem a dignidade da pessoa humana, pautando especificamente pelos direitos humanos e pelo amor antrofilíaco na figura de Jesus, defendem que é possível moderar o capitalismo por meio do direito. Assim entendem que “ajustado à lei natural da fraternidade, o capitalismo deve ser indutor do exercício do direito subjetivo natural de propriedade, com o fim de concretização dos direitos humanos de primeira, segunda e terceira dimensões, para a satisfação universal do direito objetivo de dignidade do homem todo e de todos os homens da presente e das futuras gerações: um liberalismo econômico renovado pelo humanismo antropofílico e delineado a partir da situação concreta de cada país, quanto à economia de mercado, conforme a realidade político-econômico-social e a cultura local-global.” SAYEG, Ricaddo Hasson; BALERA, Wagner. **O capitalismo humanista**. Filosofia humanista de direito econômico. Rio de Janeiro: KBR Editora Digital, 2011. p. 180. Nesta mesma linha, procurando achar um ponto de equilíbrio no capitalismo que reduzisse a desigualdade Piketty sugere que “instrumento ideal seria um imposto mundial e progressivo sobre o capital, acompanhado de uma grande transparência financeira internacional. Essa instituição permitiria evitar uma espiral desigualadora sem fim e regular de forma eficaz a inquietante dinâmica da concentração mundial da riqueza”. PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. ed. digital. Rio de Janeiro: Intrínseca LTDA, 2014. p.637.

em sua forma tanto burguesa como proletária, é um produto histórico para cuja confecção se fizeram necessárias certas relações históricas”.⁶²⁵

É preciso que seja destacado outro elemento sobre o conceito de igualdade que reside no fato de que no capitalismo as mercadorias se relacionam entre si, não por sua propriedade propriamente dita de ser mercadoria, mas pelo seu equivalente, o trabalho humano. Dessa forma, o valor de uma mercadoria é equiparado com o valor de outra mercadoria, estabelecendo-se o valor de troca. Enquanto valor de troca, que só é alcançável na transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, que, por sua vez, transforma trabalho privado em trabalho social, é possível então estabelecer relações entre trocadores(as) de mercadorias, considerando que, as mercadorias já não mais possuem discrepâncias inconciliáveis, mas, a partir do seu estabelecimento como valor de troca, estão colocadas em nível de igualdade para serem trocadas livremente.⁶²⁶

Nesse reconhecimento da igualdade, outro componente importante, além da determinação concreta que rege as relações sociais estabelecidas pela mercadoria, diz respeito ao fato que, tal modelo de relação só é possível no seu estabelecimento como relação dominante. Quer dizer, as mercadorias, só podem relacionar-se caso todos os(as) trocadores(as) de mercadorias reconhecerem o caráter universal que estabelece o princípio de igualdade, a ser valor de troca. Sem o estabelecimento desse princípio, torna-se inviável a consignação das relações sociais por meio das mercadorias. Ou mesmo, a partir da lúcida reflexão marxiana, ao caracterizar que “o segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez em um preconceito popular”.⁶²⁷

Para além do capital, como Mészáros aponta, não há como concretizar uma igualdade que de fato fosse substantiva, como ele propõe, mantendo as estruturas que sustentam o capital. Na sua compreensão, o que de fato existe é uma igualdade formal, que serve simplesmente para uma alegoria de representação política.⁶²⁸ Na

⁶²⁵ ENGELS, 2010, p. 138.

⁶²⁶ MARX, 2017, p. 132-136.

⁶²⁷ MARX, 2017, p. 136.

⁶²⁸ MÉSZÁROS István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 214. “Na melhor das hipóteses, eles podem apenas “participar”⁴⁹, no sentido mais superficial, pelo exercício, uma vez em cada quatro ou cinco anos, de seu “poder político” para abdicar de seus “direitos democráticos”, legitimando

realidade cotidiana das pessoas, há a desigualdade substantiva que se preconiza na convenção hierárquica do poder estabelecido aos interesses da metabolização do capital. Dessa forma, o discurso da igualdade propalado pelos(as) defensores(as) do sistema econômico burguês, supõe uma igualdade que não vai além da possibilidade de estabelecer contratos de venda da força de trabalho, sem ao menos também, garantir uma compatibilidade que resguarde os interesses do(a) trabalhador(a), mas pelo contrário, se mantém à base da perpetuação das relações de poder antagônicas.⁶²⁹

Dialogando com Baran e Sweezy, que sugerem um cuidado especial com o igualitarismo da ideologia, pois compreende um processo de ensino por meio das diversas instituições instrumentalizadas pelo capital a exercerem o papel de propagar “que todos têm oportunidades iguais, e que as desigualdades que os encaram são o resultado não de instituições injustas, mas de seus próprios dons naturais superiores ou inferiores”. (tradução nossa).⁶³⁰ Mézàros declara então que a igualdade de oportunidades revelada pelos(as) apologetas do sistema capitalista nada mais é que um mito, que tem como função, justamente perpetuar o seu oposto, a desigualdade substantiva.⁶³¹ Esse não é um elemento novo na relação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Como visto no capítulo 1, justifica-se a não

assim o mencionado sistema de igualdade formal e desigualdade substantiva, estruturalmente imposto e prejudicado pelo capital. As funções mediadoras primárias, de decreto e administração de normas sociais – que, em princípio, poderiam ser exercidas de maneira bem mais democrática por todos para benefício de todos –, assumem a forma alienada do Estado político moderno. O mandato desse Estado é impor aos indivíduos a reprodução ampliada do sistema do capital em seus próprios termos, segundo sua constituição objetiva e determinação estrutural como a estrutura abrangente de comando político do capital”.

⁶²⁹ MÉZÀROS, 2011, p. 268-269. “Seria um milagre se o “microcosmo” do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio da igualdade real. Em seu conjunto, este sistema não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária imposta sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema. Os complexos sociais sempre funcionam com base em reciprocidades dialéticas. Entretanto, todas essas reciprocidades têm seu übergreifendes Moment objetivamente predominante, o que não se pode ignorar nem modificar de modo artificial para agradar às conveniências da apologética social. Neste importante sentido de um übergreifendes Moment dialeticamente predominante, a estrutura de comando do capital, sempre muito hierárquica (ainda que historicamente mutável em sua forma), é a consequência inevitável da determinação incorrigível do sistema do capital como um sistema de relações de poder antagônicas, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto sobre eles”.

⁶³⁰ BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Monopoly capital**: an essay on the american economic and social order. New York/London: Modern Reader Paperbacks, 1968. p. 171. “[...] that everyone has an equal opportunity, and that the inequalities which stare them in the face are the result not of unjust institutions but of their own superior or inferior natural endowments”.

⁶³¹ MÉZÀROS, 2011, p. 274.

inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho por sua falta de capacitação técnica.

Nessa linha de pensamento, Mézàros também elabora uma crítica ao pensamento kantiano que, logo após a Revolução Francesa, defendeu uma igualdade geral que se detinha com traços de desigualdade específicos a partir da formalidade do direito, juntamente com um caráter absoluto de obediência ao Estado. Nesse sentido, rompia-se com os privilégios feudais, mas estabelecia-se uma nova ordem de privilégios formais que se colocavam através da forma contratual. Considerando uma precarização maior ainda dessa igualdade para o gênero feminino, que no estabelecimento contratual do casamento, ficava refém de um patriarcalismo subjugador e considerando os avanços posteriores da luta das mulheres no estabelecimento de direitos, Mézàros determina que, tais avanços, não significaram uma diminuição significativa na desigualdade substantiva entre mulheres e homens.

Verdade seja dita: ainda que mantidos dentro dos limites bem demarcados das concessões puramente formais/legais, nos séculos XIX e XX fizeram-se avanços na questão da emancipação das mulheres em relação à época de Kant, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação de parte da legislação discriminatória contra as mulheres. Entretanto, essas mudanças não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural, assim como a eleição de governos socialdemocratas e trabalhistas em nada emancipou o trabalho do domínio do capital.⁶³²

A insistência de Mézàros em apresentar que significativamente mudanças substantivas que inferisse de forma real sobre o sistema capitalista tem seu caráter genuíno de proposta de mudança de fato. Além disso, a tarefa de identificar os elementos que sintomaticamente se apresentam como estruturais é tarefa que exige um cuidado para que generalidades supérfluas que não necessariamente impacta na desigualdade substantiva. Não significa dizer que as lutas empreitadas por movimentos em busca de melhor qualidade de vida sugiram um descarte de suas causas, mas, conjugado com a crítica histórica do desenvolvimento de instrumentos estruturais, sintetizem o avanço da igualdade substantiva. Isso é percebido, por

⁶³² MÉZÀROS, 2011, p. 277.

exemplo, em relação ao avanço de ocupação por pessoas com deficiência de vagas de empregos, mas o que não significou 1% dos empregos ocupados em 2016.⁶³³

Mészáros então destaca que a formação da desigualdade substantiva justamente se concretiza a partir de instrumentos estruturais que conciliam ações como direito e educação. O autor cita, por exemplo, o famoso iluminista da tolerância John Locke, que usufruindo do Estado, defendi punições severas (mutilação ou trabalho forçado) para os pobres que não estivessem vinculados com alguma categoria de emprego, mas que estivesse processando práticas de mendicância ou roubo.⁶³⁴ Nesse sentido, à maneira pachukaniana, Mészáros identifica que ambos, direito e educação, estão alinhados como propulsores da manutenção e metabolismo do capital ao dispender de seus subterfúgios para, deveras, “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”.⁶³⁵

Badiou categoricamente afirma: “uma transformação real não um vir a ser, mas um corte, uma descontinuidade pura. E, sua consequência mais importante é que multiplicidade, que não aparece no mundo, aparece de repente com a máxima intensidade de aparição”.⁶³⁶ Nisso, constitui o elemento vital da mudança consistente da realidade concreta da classe trabalhadora, pois como reforça Mészáros, parafraseando José Martí, “as soluções não podem ser formais, elas devem ser essenciais”.⁶³⁷ De fato, ao considerar o apresentado por Pachukanis e o sugerido por Mészáros e Badiou, tratar os direitos deveria se defender a ruptura total com tais direitos burgueses, o que consistiria de fato assumir a luta de classes como o definidor das ações da classe trabalhadora, engajando assim, movimentos esparsos de luta por direitos, num objetivo maior para a superação da sociedade de classes.

⁶³³ MINISTÉRIO DO TRABALHO. **RAIS cotas PcD**. 08/12/2017. PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/dados-pcd-por-cota>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁶³⁴ MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 39-41. “Desse modo, nas últimas décadas do século XVII, em conformidade com o ponto de vista do capital da economia política da época, o grande ídolo do liberalismo moderno, John Locke – um latifundiário absenteísta em Somersetshire, e também um dos mais generosamente pagos funcionários do governo [...] recebendo anualmente uma remuneração quase astronômica, de cerca de 1500 libras, pelos seus serviços ao governo [...] e enquanto as leis brutais de Henrique VIII e de Eduardo VI pretendiam cortar apenas ‘metade da orelha’ dos criminosos reincidentes, o nosso grande filósofo liberal e funcionário do Estado [...] sugeriu a melhoria de tais leis ao recomendar, solenemente, o corte de ambas as orelhas, punição a ser aplicada aos réus primários”.

⁶³⁵ MÉSZÁROS, 2008, p. 44.

⁶³⁶ BADIOU, Alain. **Corpos, linguagem, verdades: sobre a dialética materialista**. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, São Paulo, n. 16, p. 111-121, 2011. p. 120.

⁶³⁷ MÉSZÁROS, 2008, p. 45.

Esse é o elemento que fatalmente emperra o conceito aqui proposto de ocupação do espaço social. Ocupar o espaço não soluciona a realidade de exclusão da pessoa com deficiência, por ora, ameniza por meio da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho. Nesse sentido, a ocupação do espaço social é um processo que lentamente acontece, com seus limites, enquanto domesticado, sem oferecer grandes riscos ao metabolismo do capital, mas, também se apresenta em seu caráter dialético, como instrumento de luta. A inclusão no mundo do trabalho pensada a partir de elementos que construam o ser social e o fundamento como humano, torna-se substantiva mediante uma ruptura total com a exploração da força de trabalho. A significação concreta da igualdade substantiva, tem na inclusão da pessoa com deficiência um caráter de aproximação.

Nesse sentido, Engels e Kausky podem ajudar novamente na reflexão até aqui empreitada, sem também perder de vista a dignidade humana com seu caráter burguês, pois justamente apontam para a direção da realização histórica concreta presente nos anseios da classe trabalhadora. Tanto a luta por aprofundamento do ideal burguês igualitarista ou mesmo a realização integral da produção do trabalho para o(a) trabalhador(a) não alcançam a dimensão real da luta de classe, pois estipulam sua realização reformista para o porvir. E assim eles colocam,

[...] a reivindicação da igualdade, assim como do produto integral do trabalho, perdia-se em contradições insolúveis tão logo se buscava formular seus pormenores jurídicos, e deixava mais ou menos intacto o cerne do problema, a transformação do modo de produção. A rejeição da luta política pelos grandes utópicos era, ao mesmo tempo, rejeição da luta de classes, portanto da única forma de ação possível para a classe cujos interesses defendiam.⁶³⁸

O fato é que, de acordo com as palavras de Engels e Kausky, a defesa que anteriormente Pachukanis fazia a respeito da inutilidade de conceitos burgueses fora do sistema capitalista, se realiza na superação da sociedade de classes. Com o rompimento real com a exploração da força do trabalho, termos como igualdade e dignidade humana já não são mais necessários, pois de fato, conjuga-se positivamente a igualdade substantiva. A luta por direitos só faz sentido numa sociedade que é pautada pela desigualdade substantiva, que tem como seu motor propulsor a exploração do ser humano pelo seu semelhante. Tais termos deixam de existir, pois de fato são vivenciados como concretude histórica. Da mesma forma,

⁶³⁸ ENGELS; KAUSKY, 2012, p. 20.

falar em ocupação do espaço social, torna-se infame, pois já não há espaços para serem demarcados e ocupados.

Mészáros então aponta o caminho a ser trilhado para além do capital, uma mudança estrutural que se apoia no caráter fatalista de um fadado fim da história, que significa apenas a manutenção de um sistema excludente como o capitalismo, como também, uma ruptura com ideias reformistas que atuam como mudanças graduais que tem como finalidade minar as reivindicações de uma igualdade substantiva. Na opinião de Mészáros, a alternativa de ruptura com o metabolismo do capital está na universalização da educação e do trabalho. Se nota que o elemento da educação e do trabalho mencionados por Mészáros justamente corresponde a uma ruptura formal com conceitos que garantem a perpetuação do capital como a educação escolar e o emprego. O autor sintomaticamente aponta para os elementos constituidores do humano como ser social.⁶³⁹

A universalização da educação e do trabalho vai muito além da sugestão jurídica da universalização da escola ou do emprego. Ambos associados ao direito, tem um caráter em sua formalidade que sintonizam a vida como elemento fadado a ser da forma como é produzida no capital, uma mercadoria reificada. Isso significa, na realidade da pessoa com deficiência, a perpetuação de sua condição como cotista, ou melhor, como especial em ser inferior. Quer dizer, a universalidade da escola e do emprego, como sugere o ordenamento jurídico burguês, reforça um caráter negativo vinculado à deficiência, colocando-a, num caráter de especialidade que ignora a diversidade do desenvolvimento e qualifica as ausências como definidoras do humano deficiente. Nesta forma, com Mészáros, universalizar a educação e o trabalho significa tornar a capacidade de ser humano o centro do sistema social.

Outra necessidade alternativa que ressignifica os sujeitos e estabelece relações pautadas pela superação da sociedade de classe, conjuntamente com seus conceitos burgueses utilizados para manter a estrutura ideológica do capital,⁶⁴⁰ diz

⁶³⁹ MÉSZÁROS, 2008, p. 59-69.

⁶⁴⁰ MÉSZÁROS, 2011, p. 115-117. “Naturalmente, os grandes pensadores que conceituaram o mundo do ponto de vista do capital perceberam que algo essencial estava ausente de sua descrição da ordem socio-reprodutiva estabelecida sem o qual esta não poderia de forma alguma ser sustentada sobre uma base duradoura, e muito menos estar qualificada como a primeira e única forma de reprodução sociometabólica da humanidade, já que a declararam ser. Assim, a partir de uma impressionante – ainda que misteriosa – reconsideração, eles introduziram as ideias da ‘mão invisível’ (Adam Smith), do ‘espírito comercial’ (Kant) e da ‘astúcia da razão’ (Hegel) [...] desta maneira, a divisão hierárquica do trabalho estruturalmente imposta e determinada por

respeito, ao rompimento com o caráter reificado da mercadoria. Como Mészáros coloca, estabelecendo a dimensão da qualidade de uma alternativa ao capitalismo, frente a uma realidade de quantificação da proposta burguesa, que “o fetichismo da mercadoria prevalece na ordem sociometabólica do capital de tal modo que as mercadorias se sobrepõem à necessidade, mensurando e legitimando (ou insensivelmente negando a legitimidade da) necessidade humana”.⁶⁴¹ O rompimento com a reificação da mercadoria precisamente resgata a dimensão do valor de uso e exclui o valor de troca, que já não faz sentido, numa realidade de igualdade substantiva.

Há que se abrir um parêntese no final deste ponto, pois a igualdade substantiva tendo como princípio ético as necessidades reais e vitais do coletivo de sujeitos, tendo como identidade básica, à cada um conforme sua capacidade e sua necessidade, mostrando-se efetivamente uma alternativa à superação da sociedade de classes e da exploração da força de trabalho, um de seus principais entraves: a disposição consciente dos sujeitos a sua participação.⁶⁴² Esse é o elemento primordial de entrave da realização da igualdade subjetiva, pois compreendendo uma opção dos sujeitos, requer uma homogeneidade quase impossível de se conseguir. Tal consciência só é alcançável no nível utópico e por si não é possível de ser realizável, sem compreender uma ruptura histórico-material com a estrutura que movimenta o sistema capitalista. Portanto, vincular a transformação apenas ao nível conceitual é inviável.⁶⁴³

classes – que constitui o real substrato do irreconciliável e definitivamente explosivo antagonismo fundamental do sistema do capital – poderia ser deixada intocada na sociedade”.

⁶⁴¹ MÉSZÁROS, 2011, p. 118.

⁶⁴² MÉSZÁROS, 2011, p. 125.

⁶⁴³ MARX; ENGELS, 2005, p. 49-51. Marx e Engels entendiam de forma concreta que o proletariado era a classe revolucionária, pois é a produção do próprio capitalismo. “de todas as classes que hoje se opõe à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico”. (p. 49). Esta ideia evidencia que a determinação da consciência passa pela dimensão material da história, que, promovida pelo aprofundamento das contradições do capital, proporcionam o campo aberto para a superação da sociedade de classes. O limite atual se coloca na dimensão da união revolucionária do proletariado que tem aprofundado de forma mais ampla a concorrência entre si do que propriamente a intensificação da luta de classes. Como Marx e Engels colocam: “a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu

Esse é o fundamento básico que vem sendo amadurecido no decorrer desta pesquisa, a saber, que as conceituações sobre a deficiência que sistematicamente sugerem uma relação de limitação frente às imposições capitalistas de capacidade e de produtividade só poderão ser superadas a partir da transformação sintomática das estruturas que fundamentam o sistema capitalista burguês. É nessa perspectiva que a proposta de ocupação do espaço social do trabalho tende a se inserir, à medida que, apresenta-se como instrumento de luta dentro do próprio capitalismo. É uma alternativa que tende a fortalecer a identificação do momento oportuno que, como discorrido anteriormente, provoque a ruptura com as estruturas capitalistas das quais o direito é partícipe. Sendo assim, as conceituações sobre a deficiência incidem como instrumento ideológico a partir das estruturas de desigualdade inerentes ao capitalismo.

4.2.2 A materialidade da inclusão na ocupação do espaço social do trabalho

Na perspectiva de avançar o debate empreitado até aqui sobre o espaço social, bem como, a sua perspectiva de ocupação por meio da inclusão no ambiente de trabalho é necessário, ter no horizonte, a discussão a respeito da cidadania, da participação democrática e do caráter de possibilidades e limitações impostas pelo sistema capitalista frente a concreta materialização da inclusão da pessoa com deficiência. É sobremaneira perspicaz compreender que os processos apresentados na primeira parte deste capítulo, sobretudo, no que diz respeito à compreensão do direito e da igualdade, continuará a reverberar nesta segunda parte, tendo em vista que, tais conceitos podem facilmente mascarar os processos de produção de desigualdade do capitalismo burguês, pelo fato de se pretender uma dimensão humanista do capitalismo, deixando, portanto, intactas as estruturas que moldam o seu metabolismo.

Sendo assim, destaca-se de imediato, o entendimento de Demo, no qual ele defende que a cidadania é um subsídio importante para a construção dos direitos humanos e o processo democrático e emancipatório, percebendo desde o princípio da organização equitativa das oportunidades. Ele identifica que na cidadania tutelada, realizada por políticas verticais, a concessão e a dádiva são fundamentos

regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do próprio proletariado são igualmente inevitáveis". (p. 51).

que regem as políticas públicas. Por outro lado, a cidadania assistida, elabora uma noção embrionária de direito, mas não toca nas questões estruturais relacionadas à economia e ao mercado. Nesse sentido, a cidadania que alcança a capacidade de “fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”⁶⁴⁴ passa necessariamente pela ocupação do Estado de regulação do mercado, monopolista e concentrador.⁶⁴⁵

Não se pretende discutir a efetividade da ação regulatória do Estado, tendo em vista que, o capital regula o Estado, vide privatizações e a transformação dos meios de vida em mercadoria. Neste caso, a ocupação do Estado, como espaço social, é importante, porém não definitiva para a construção de uma cidadania pautada pela exigência dos sujeitos de direitos. A leitura que se faz sobre a proposta de Demo, justamente aceita uma dimensão intrínseca ao capitalismo na qual algumas mudanças ou adequações do sistema devem necessariamente passar por reorganizações estruturais econômicas, de uma forma a modificar a estruturação produtiva, a partir de políticas públicas, que resguardem o acesso aos recursos básicos da vida humana. Este é o limite dentro do Estado burguês moderno que para superá-lo necessitaria de uma transformação radical das estruturas econômica, política, social e cultural.⁶⁴⁶

Demo então propõe uma cidadania qualificada como emancipada que, ao entendimento teórico deste estudo, possui limitações consideráveis quanto a sua efetividade prática, porém, há pontos que podem ser considerados. O princípio da crítica a ser tecido, por seu caráter extremamente idealista, é de uma cidadania pautada na conjunção de conceitos estabelecidos sem alterações estruturais sistemáticas. Elementos como superação da pobreza política, competência do(a) trabalhador(a) cidadão(ã) e organização política são pontos pertinentes para a construção da cidadania burguesa, no entanto, quando alinhadas com o capitalismo, ou mesmo, como uma tentativa de civilizar o mercado capitalista se torna uma tarefa

⁶⁴⁴ DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995. p. 1.

⁶⁴⁵ DEMO, 1995, p. 1-8.

⁶⁴⁶ MARX, 2010b, p. 30. Marx lembra que o limite da economia nacional justamente está na sua constituição a partir da acumulação de capital como ele mesmo descreve: “é evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como gômem no seu tempo livre-de-trabalho (arbeitslose Zeit), mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (Bettelvogt)”.

vã, tendo em vista, que sua função é aprofundar a margem do mais valor e, assim, garantir o metabolismo do capital.⁶⁴⁷

Nessa perspectiva, a frase de Duarte é cristalina “[...] não se pode superar essa situação moralmente inaceitável, a comercialização da humanidade dos indivíduos, por meio de cursos de ética e cidadania, por melhores que sejam”.⁶⁴⁸ Este é o ponto nevrálgico que precisa ser entendido na dimensão da cidadania. Ela possui aspectos qualitativos que se vinculam com a moral, trazendo para o âmbito político, do ser humano abstraído, as relações de exploração que tem suas raízes na vida real cotidiana concreta. Tratar de uma cidadania burguesa compreende tirar o foco do que é o verdadeiro significado da desigualdade substantiva, a sociedade de classes baseada na exploração da força de trabalho. Ao se falar em cidadania, esse é o elemento chave que deve ser ponderado, fora disso, tende a ser apenas falácia de uma realidade que se perpetua.

Por outro lado, é pertinente a vinculação que Demo estabelece entre a cidadania emancipada e o emprego, enquanto ideia a ser aprofundada. Evidentemente, na forma como o autor trabalha, procurando harmonizar o mercado capitalista, como uma forma de superar as discrepâncias de classe de forma afeiçoada, quase que num nível de conversão religiosa do capitalismo, é um tanto quanto ingênua. Porém, o destaque que se quer apresentar caminha na perspectiva do entendimento de que a cidadania burguesa, compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, com uma atuação para o aprofundamento da luta de classes, contribui, de forma significativa, para a compreensão dos mecanismos utilizados na exploração da força de trabalho, bem como, na possibilidade de construir alternativas de luta para o proletariado, pois tem como vislumbre a sua emancipação.

Evidentemente que em tempos de golpe a segurança jurídica burguesa, com o avanço da ferocidade do capital financeiro estrangeiro e com uma elite local que prefere ser subalterna aos interesses imperialistas a suportar ocupar espaços conjugados com o proletariado, não é suficiente para garantir que, mesmo a partir das regras do capitalismo, possa-se garantir a estabilidade democrática pelas vias legais do direito. Dessa forma, é imprescindível olhar para as dimensões da

⁶⁴⁷ DEMO, 1995, p. 133-154.

⁶⁴⁸ DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 75-87, 2010. p. 79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

cidadania e para as oportunidades equitativas com desconfiança, para não se surpreender com os descabros promovidos pelo Estado burguês, principalmente, atacando direitos coletivos que ainda resguardavam alguma seguridade social, para não ser solapado pela surpresa de uma reviravolta que justamente regressa ao passado, com o aprofundamento trágico, da destruição de conquistas da classe trabalhadora.

Há que se considerar o fato que na realidade brasileira, a dimensão da cidadania tem uma caracterização e identificação com os privilégios familiares que de alguma forma perduram atualmente mascarados pela ideia do mérito. É possível entender e afirmar que a meritocracia tem um papel fundamental na dissimulação das estruturas de produção da desigualdade do capitalismo brasileiro. Este é um elemento primordial da cidadania brasileira, a perpetuação dos privilégios de classe que ancorado no mito da brasilidade⁶⁴⁹ assume um caráter de justiça e de superioridade. E vai além, esses mesmos privilégios que garantem a perpetuação da elite brasileira também são responsáveis, em sua conotação negativa, em garantir que os(as) cidadãos(ãs) desafortunados(as) reconheçam o seu fracasso na sua incapacidade de aproveitar as oportunidades iguais para todos(as). Como tão bem coloca Souza:

[...] “no passado, o pertencimento à família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, como veremos adiante, mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado. Existiria, no mundo moderno, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade. Os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. [...] o “privilégio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática,

⁶⁴⁹ SOUZA, Jessé. A construção do mito da brasilidade. In: SOUZA, Jessé; GRILLO, André et al. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 39. Souza analisa que o mito da brasilidade com a ideia fundante do povo brasileiro enquanto cordial, como defendido por Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala*. Desta forma, “[...] a aversão ao conflito é o núcleo de nossa “identidade nacional”, na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional. O mito da brasilidade, assim construído, é extremamente eficaz de norte a sul e constitui-se em base indispensável para qualquer discurso sobre o país”.

fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição”.⁶⁵⁰

Na construção de uma cidadania de ralé, a constituição do trabalho teve valor fundante por compreender o elemento estrutural que forneceu as bases para a constituição do estabelecimento de classes no Brasil. Como visto no primeiro capítulo, a realização do trabalho forçado, baseado no escravagismo, desenvolveu uma ideia negativa relacionado ao trabalho e ao ócio, tendo como ponto de partida, uma dimensão vinculada ao castigo. À medida que o sistema capitalista brasileiro se desenvolve há a necessidade do estabelecimento da força de trabalho livre que assim rompe com a lógica escravocrata. No entanto, a libertação dos(as) escravos(as) não possibilitou a incorporação destas pessoas para dentro do sistema social burguês brasileiro, mas determinou que esta massiva parcela de libertos(as) se constituísse a partir de uma cidadania inferior, ao qual, Souza denuncia como ralé.⁶⁵¹

Esse panorama sintomático que Souza apresenta sobre uma cidadania de ralé, possui um caminho possível de ser trilhado e que se aproxima das reflexões aqui realizadas até o momento. O autor assim coloca que a inclusão social de parcelas da sociedade que historicamente foram marginalizadas e estigmatizadas se

⁶⁵⁰ SOUZA, Jessé. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA; GRILLO et al, 2009. p. 42-43.

⁶⁵¹ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p. 47-48. Souza compõe da seguinte forma, em consonância com Florestán Fernandes, o que tem se refletido neste momento como a qualidade da cidadania brasileira vinculada com os privilégios de classe, muito aquém de uma possível ideia constituinte de direito. Assim o autor escreve: “o quadro geral da sociedade de classes que se cria depois da escravidão apresentava para Florestan o seguinte formato: no topo da hierarquia social, a preservação e reprodução do poder estava nas mãos das antigas famílias proprietárias rurais de cafeicultores com pouco espaço de competição. [...] abaixo da aristocracia rural que se moderniza, no entanto, na esfera aberta pela livre empresa em expansão, prevalecia a ideia liberal do homem certo para o lugar certo. O “estrangeiro” aparecia aqui, inclusive, como a grande esperança nacional de progresso rápido. [...] abaixo do segmento dos novos incluídos no mercado competitivo existiria uma plebe nacional composta por brancos que vinham do campo para as cidades e para quem os interstícios da nova ordem eram de qualquer modo um ganho em relação à miséria material e moral da dependência pessoal. Mais abaixo ainda, dá-se a constituição histórica daquilo que chamo de “ralé brasileira”: composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então. Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica”.

estabelece como um “aprendizado político” que construído de forma coletiva, não decorre da naturalidade dinâmica do mercado, “ao contrário, o mercado, deixado a si mesmo, tende a adaptar a marginalização de alguns e torná-la produtiva e funcional para os estratos superiores”.⁶⁵² A respeito dessa reflexão de Souza, duas questões devem ser analisadas para dentro das ponderações realizadas por este capítulo, considerando a influência weberiana no pensamento de Souza, mas, principalmente, possibilitando a fundamentação da ocupação do espaço social aqui empreendida.

Ao compreender a inclusão como um aprendizado político, como defende Souza, aproxima-se ao desenvolvimento de uma consciência do sujeito quanto a sua participação que concretizaria a igualdade substantiva defendida por Mészáros. Em certa medida, a dimensão do aprendizado político também pode se aproximar com a definição de Marx sobre o caráter revolucionário do proletariado que, por ser autêntico do sistema capitalista, é o ponto de virada para a concretização de um sistema que supere a sociedade de classes. Dessa forma, a ocupação do espaço social pela pessoa com deficiência comporia esta aglutinação na luta de classes compondo com um aprimoramento da luta local de um grupo excluído para dentro do embate amplo da classe trabalhadora. Porém, essa perspectiva só é aprofundada com o desenvolvimento econômico do sistema capitalista e nisto consiste a segunda interpelação.

Concorda-se com Souza em sua afirmativa de que a inclusão social tende a ser incorporada pelo sistema capitalista para a satisfação da elite burguesa e, mais profundamente, para corresponder as necessidades metabólicas do capital. Este é um processo que se insere a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, como apresentado ao longo deste estudo. Para além da necessária e imperativa luta por direitos das pessoas com deficiência ao trabalho, está o vislumbre do capital em absorver uma parcela da classe trabalhadora que acirraria a disputa entre a própria massa de indivíduos trabalhadores e possibilitaria o aprofundamento da precarização do trabalho, tendo em vista, o conceito de incapacidade e inferioridade envolto à deficiência, postulando a pessoa com deficiência como exemplo aos(às) demais trabalhadores(as).

Dessa forma, ao entender o direito como mercadoria, o estabelecimento de trocas entre os(as) trocadores(as) de mercadoria, poderia ser aventado este

⁶⁵² SOUZA, 2017, p. 48.

processo por meio da cidadania burguesa. E considerando que, ao proletariado resta apenas a desigualdade substantiva, o direito ao trabalho também se efetiva de forma precária por meio do emprego. Porém, ao considerar a construção do sujeito egoísta de direitos, enquanto indivíduo histórico há que se destacar que, para além da precariedade da exploração da força do trabalho, para a pessoa com deficiência a dimensão da identidade social de ser trabalhador(a), tem valor significativo, pois possibilita a ela o exercício da cidadania. Nesse sentido, este processo de inclusão, carregado de significações estruturais controversas do capitalismo, possui um caráter de participação para além da marginalização.⁶⁵³

É o que mostra os excertos a seguir retratando a dimensão positiva que o emprego, enquanto manifestação do trabalho, significa na vida as pessoas entrevistadas. O caráter cidadão do trabalho, mesmo na sua manifestação burguesa, compreende significado para uma parcela da classe trabalhadora, entre elas as pessoas com deficiência, desde um ponto de vista enquanto uma vivência de precariedade no qual tal direito lhe foi negado. É o que se discutia no final do segundo capítulo, e que, constituindo como um reconhecimento bidimensional, a realidade precarizada de ausência de direito, também precisa considerar o seu caráter individual constituidor de sua compreensão como sujeito e como pessoa. Neste sentido, nada está fora da lógica do capitalismo, pois a própria precariedade é construída com este propósito, mas se considerar sua perspectiva positiva torna-se impossível o engajamento na luta de classes.

Eu não fazia nada, quando eu não tinha emprego eu ficava em casa. Depois quando eu procurei emprego eu não ficava mais em casa, eu já trabalhava já. Aí, agora eu quero, eu não quero sair dali eu quero ficar ali um bom tempo eu quero ficar pelo menos uns vinte anos ou mais né. Eu quero ficar mais né, um bom tempo ali trabalhando ali no mercado. (E1).

Eu gosto é de trabalhar! (E5).

Mas antes eu era impossível. Eu não saía de dentro do meu quarto. Eu chorava dentro do quarto. Não tinha amigos, não tinha ninguém. Só tinha eles (pai e mãe), não tinha amigos. Agora que eu estou começando a sair. A soltar as asinhas, como é que se fala né. Para ter amigos, ter amigas,

⁶⁵³ MOREIRA, Jaqueline Oliveira; ARAÚJO, José Newton Garcia; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, v. 3, n. 1, p. 77-89, 2006. p. 82-83. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v3_n1/dificuldades_relativas_a_a_inclusao_social_das_pessoas_com_deficiencia_no_mercado_do_trabalho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

agora eu tenho bastante amigas, bastante. Os amigos que eu fiz aqui (trabalho) está muito bom. (E7).

Essa variação de posição social possibilitada pelo exercício do direito ao trabalho amplia o seu campo relacional e a valoração do emprego como um espaço social a ser ocupado. Porém, no seu mesmo bojo, o exercício da cidadania burguesa, carrega a compreensão que a inclusão é um processo heterônomo realizado por meio do estabelecimento de cotas, embasadas no modelo médico-jurídico, que compreende a deficiência como condição de anormalidade e incapacidade.⁶⁵⁴ Dessa forma, também é possível perceber a exploração da força de trabalho, a partir das imposições do contexto organizacional, apropriações de exigências na realização de multitarefas, individualismo, desvalorização e falta de reconhecimento, como é possível verificar nos excertos expostos abaixo.⁶⁵⁵

É... Serviços gerais, eu empacoto três caixas, embalando ali mercadoria, recolhendo carrinho lá atrás lá no corredor, recolher certinho para não ir muito rápido assim né tem as pessoas que está vindo e, tem que recolher certo né se não daí depois eles trocam as pessoas e botam outro e tem que fazer tudo... Tem um limite senão (expressão inaudível) a coisa fica feia daí. (E2).

Bom, bom não é, mais ou menos. Não sabe o quanto que é. Daí o cara quer passear e não consegue. A gente recebe pouquinho, pouquinho. (E3).

Começa sete e meia e saio às quatro e vinte. Se eles pedirem, pode passar um pouco mais do horário. Só que não pagam [...] eles olham só a partir de seis horas até às dez horas, é por hora compensada, como eles falam. (E6).

Dessa forma, o conceito burguês de cidadania, pois pautado pelo direito requer uma qualidade de participação enquanto sujeito egoísta, apresenta limites sistemáticos da sua própria constituição, porém, tem no seu sentido amplo de exercício a possibilidade de inclusão junto ao sistema capitalista, podendo assim, tornar-se um ponto de partida para transformações necessárias para superação da exploração da força de trabalho e da sociedade de classes, por justamente proporcionar a qualidade de partícipe junto ao coletivo de sujeitos egoístas. É esta experimentação que possibilita que a classe trabalhadora empunhe sua bandeira de luta contra a classe burguesa. É na materialidade histórica da vida que, ocupando o

⁶⁵⁴ MOREIRA; ARAÚJO; ROMAGNOLI, 2006, p. 85.

⁶⁵⁵ COELHO, Cecília Martins; SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Trabalhadores com deficiência: vivências de prazer e sofrimento. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 214-223, 2014. p. 219-221. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/23.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

espaço social do trabalho, é possível, enquanto elemento autêntico, a organização e o vislumbre de uma realidade social pautada pelo bem comum.

Esse detalhamento, apresenta uma possibilidade de comparação da participação dos bens sociais de forma na qual há uma aproximação ou afastamento em maior ou menor grau das pessoas em geral destes bens que corresponderiam a uma vida boa, que são convencionados pelo direito, em especial, pelos direitos humanos. Nesse caso, aleatoriamente, pode-se citar o exemplo da moradia, como direito básico no rol dos direitos sociais presente no artigo 6º da Constituição Cidadã de 1988.⁶⁵⁶ Entre os sujeitos egoístas existem aqueles que se fartam do da mercadoria como moradia;⁶⁵⁷ aqueles que alcançam alternativas à precarização da vida pelo direito de morar;⁶⁵⁸ aqueles que resistem na busca de um horizonte do direito de morar, tendo o próprio direito contra eles⁶⁵⁹ e aqueles que nem ao menos vislumbram a possibilidade de exercer tal direito.⁶⁶⁰

Essa compreensão da participação cidadã em relação à moradia pode ser estabelecido partir da seguinte proposta de organograma:

⁶⁵⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. O artigo 6º transcreve-se assim: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

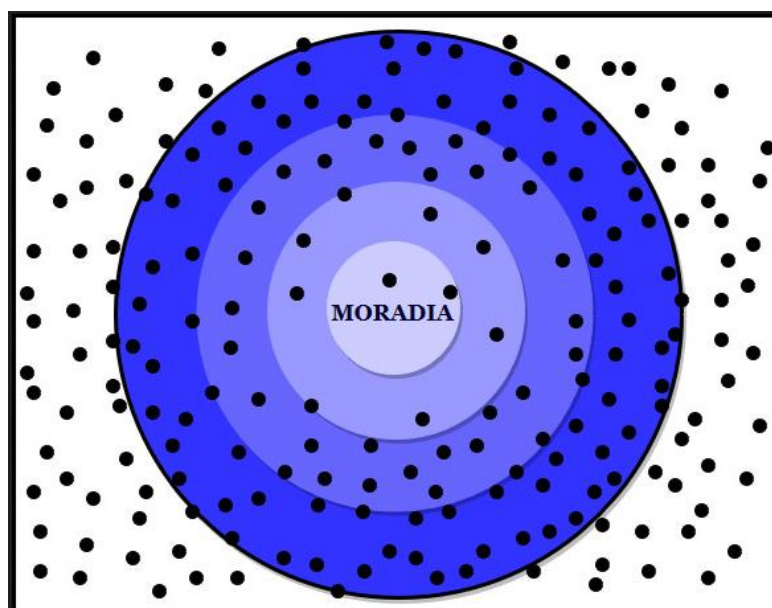
⁶⁵⁷ PIERRY, Flávia. **Juízes e procuradores fazem greve nesta quinta por auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil**. 14/03/2018. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/juizes-e-procuradores-fazem-greve-nesta-quinta-por-auxilio-moradia-de-r-43-mil-0c48788abkxuuru02nrectxqt>>. Acesso em: 28 mar. 2018. FOLHA DE SÃO PAULO. **As 10 maiores mansões de SP**. 22/07/2016. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/45247-as-10-maiores-mansoes-de-sp#foto-624284>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁶⁵⁸ BRÉTAS, Pollyanna. **Trabalhadores com dívidas de financiamento imobiliário podem usar FGTS**. 13/06/2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/minha-casa-minhas-duvidas/trabalhadores-com-dividas-de-financiamento-imobiliario-podem-usar-fgts-21470084.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁶⁵⁹ MATOS, Eduardo. **BM cumpre reintegração de posse em prédio que abriga a Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre**. 14/06/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/bm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-predio-que-abriga-a-ocupacao-lanceiros-negros-em-porto-alegre-9816507.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁶⁶⁰ ROSA, Vitor. **14 toneladas de lixo são recolhidas em ação para retirada de moradores de rua**. 10/03/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/03/14-toneladas-de-lixo-sao-recolhidas-em-acao-para-retirada-de-moradores-de-rua-cjelv6vcz01zj01r4eu9qw8ig.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Figura 1 - Déficit habitacional



Fonte: Baseado no Relatório brasileiro para o Habitat III.⁶⁶¹

Souza justifica essa qualidade da cidadania, que ele classifica como subcidadania, como “esquemas avaliativos compartilhados objetivamente” que se confecciona em “habitus primário”, que ele toma emprestado do conceito de *habitus* de Bourdieu. Para Souza, existe na sociedade brasileira o compartilhar de ideias que classificam as pessoas, segundo suas concepções de classe, como mais dignas ou menos dignas.⁶⁶² Pode-se estabelecer um comparativo com o reconhecimento dos sujeitos egoístas capazes de exercer direitos, porém, com o cuidado de identificar as classificações como resultante das estruturas. Concebido em geral como opaca, irrefletida e inconsciente, constituem-se como “acordos e consensos sociais mudos

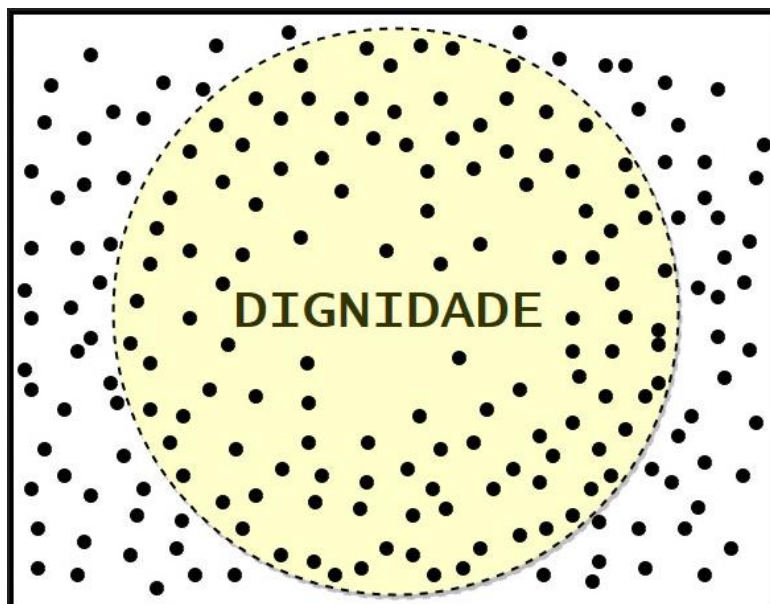
⁶⁶¹ IPEA. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília: ConCidades, 2016. p. 100. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160408_relatorio_habitat_iii.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018. “Dados os aprimoramentos das especificações do cálculo do déficit habitacional nos últimos anos – evidentemente necessários, mas que podem criar dificuldades à elaboração de séries históricas –, é conveniente utilizar como indicador de acesso à habitação adequada o percentual da população vivendo em moradias adequadas. Constata-se que cresceu o percentual da população nessa condição: de 44,74% para 53,77% e 59,89% em 1996, 2006 e 2013. Mas ainda se mantêm grandes diferenças regionais: no Sudeste, 75,63% da população mora em condições adequadas, enquanto apenas 39,4% da população do Norte e 45,57% da do Nordeste vivem nessas condições. Já as RMs mostram sempre percentuais mais altos que os das respectivas grandes regiões onde se inserem; no conjunto das RMs: o percentual da população em moradias adequadas chega, em 2013, a 73,15%; nas regiões, o valor mais alto está entre as RMs do Sul, 78,63%”.

⁶⁶² SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 1. reimpr. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2006. p. 174.

e subliminares, mas, por isto mesmo tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis”.⁶⁶³

Nesse sentido, poderia-se pensar a proposta apresentada por Souza da seguinte forma:

Figura 2 - Dignidade



Para se pensar a partir de uma cidadania pautada pela inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, como forma de ocupação social, é preciso então perceber como esse processo acontece dentro da estrutura organizacional do capitalismo burguês. Nesse sentido, uma das conclusões de Ribeiro et al., sobre o cenário da participação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, é relevante para a discussão aqui apresentada, pois sugere a apreciação da realidade concreta como parte fundamental do processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. A partir de revisão da literatura apresentada sobre o tema, a pesquisa concluiu que a inclusão da pessoa com deficiência sistematicamente se encontra limitada às barreiras diversas que dificultam o acesso dela ao mundo do trabalho. Os(as) autores(as) colocam da seguinte forma:

[...] os resultados encontrados revelam que, apesar dos esforços para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o caminho para inserção ainda está repleto de barreiras no que tange à aceitação da sociedade. A situação atual revela uma sociedade ainda preconceituosa, e não inclusivista. A pessoa com deficiência precisa ser capaz de superar barreiras físicas, programáticas, atitudinais e culturais para se inserir no mercado de trabalho. A lei de cotas é fundamental para garantir o acesso da

⁶⁶³ SOUZA, 2006, p. 175.

peessoa com deficiência no mercado de trabalho, mas não assegura a sua real inclusão.⁶⁶⁴

Baseado nas reflexões elaboradas ao longo deste estudo, é importante observar que Ribeiro et al. identificam em primeiro lugar as barreiras físicas a serem superadas. Ao colocar a dimensão estrutural como uma primeira situação de acessibilidade a ser suplantada, os(as) autores(as), conscientemente ou não, sugerem a relação da construção dos conceitos sobre as pessoas com deficiência com a ocupação do espaço social, tendo em vista que, esta se dá a partir de uma relação concreta da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, ou mesmo, como eles(as) destacam identificando um movimento bilateral de inclusão em que se deve oferecer as “[...] condições para que as pessoas com deficiência exerçam a sua cidadania [...] e as pessoas com deficiência busquem [...] participar ativamente da sociedade”⁶⁶⁵.

Esse é o ponto chave ao falar sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, no qual, sistematicamente a organização estrutural do capitalismo sucumbe o processo de inclusão de minorias, ou melhor, agrega ao seu metabolismo de forma a impossibilitar uma mudança estrutural que altere, de fato, uma igualdade formal para uma igualdade substantiva. Compreender as conceituações sobre a deficiência apenas como uma definição ideológica, construída a partir dos conceitos, é olhar o problema de costas do que consiste a inclusão substantiva⁶⁶⁶ da pessoa com deficiência. É necessário que se diga assim para que fique nítido que identificar a versão conceitual sobre a deficiência como início do impedimento da inclusão da pessoa com deficiência significa compreender que o capitalismo pode ser domesticado a partir de alguns ajustes humanistas.

É correto perceber que alguns desses ajustes já foram implantados e que não surtiram o efeito real de uma inclusão substantiva, como bem destacado por Ribeiro et al. na citação anterior, ao colocar a Lei de Cotas (8213/91) como

⁶⁶⁴ RIBEIRO, Aline Pereira et al. Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 268-276, 2014. p. 275. Disponível em: <[https://dialnet.unirioja.es/servlet\(a\)articulo?codigo=4901232](https://dialnet.unirioja.es/servlet(a)articulo?codigo=4901232)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁶⁶⁵ RIBEIRO, 2014, p. 275.

⁶⁶⁶ A compreensão aqui estabelecida de inclusão substantiva subscreve-se ao conceito de Mézàros de igualdade substantiva que, como discutido anteriormente, vislumbra o aprofundamento da igualdade para além dos limites burgueses de uma igualdade seletiva, mas, de fato, exige uma igualdade que alcance a todas as pessoas. Neste sentido, a inclusão substantiva tem como compreensão o aprofundamento da inclusão em suas diversas facetas (social, econômica, política, cultural e religiosa) para todas as pessoas com o intuito de formular uma sociedade capaz de atender a participação de todos os grupos marginais.

fundamental para o acesso da pessoa com deficiência ao trabalho. Porém, é sintomático perceber que o processo de legislar sobre a inclusão, pode-se citar também a Lei Brasileira de Inclusão (13146/15)⁶⁶⁷, vem acompanhado de práticas que não conseguem cumprir com suas promessas, ou as cumpre em parte. É o que as autoras Lino e Cunha observam que “a obrigatoriedade legal de contratação destes indivíduos não garante a aceitação e o acolhimento dos mesmos por parte das empresas”.⁶⁶⁸ Isso significa dizer que, a mudança jurídica não altera a concepção sobre a pessoa com deficiência como um ato peremptório.

É fundamental não perder de vista que o direito no capitalismo tem esta dimensão de assumir um caráter de pontualidade. Isso porque, cria a dimensão de um embuste na qual as exceções confirmam a regra. Exercer direitos sociais e econômicos é uma exceção para pessoas de categorias inferiores. Os achados de Lino e Cunha reforçam ainda mais esta posição ao identificarem que o processo de modificação das conceituações sobre a deficiência teve certa mudança com a ocupação social do trabalho pela pessoa com deficiência, “entretanto, ainda existem muitos preconceitos em relação à capacidade produtiva da pessoa com deficiência, tendo em vista o nível competitivo que hoje orienta o mundo empresarial”.⁶⁶⁹ Está evidente que sem tratar de uma mudança estrutural da exploração da força de trabalho, far-se-á apenas processos de inclusão engodados.

Daí eu fiz assim, eu não colocava mais no meu currículo que eu era portador de necessidades. Eu fazia meio de sacanagem assim, porque eu

⁶⁶⁷ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Em seu primeiro artigo a lei define de forma nítida que se trata de sistematizar juridicamente a participação cidadã da pessoa com deficiência de acordo com outras legislações vigentes. “Art. 1º - É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno”. E mais, identifica de forma clara que a deficiência é uma construção social definida a partir das barreiras estruturais. “Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

⁶⁶⁸ LINO, Michelle. Villaça; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 3, n. 1, p. 65-74, 2008. p. 72. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf/Lino_Cunha.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

⁶⁶⁹ LINO; CUNHA, 2008, p. 73.

sabia que o troço não ia dar certo [...] daí eu chegava e via na cara das pessoas assim, olhando, e as pessoas não sabiam como lidar com aquela situação até que alguns processos seguiram, e claro que não fui selecionada, e alguns processos eles me chamavam e diziam – mas esta vaga não é para pessoas portadoras de necessidades. Mas eu não quero a vaga de portadores de necessidades, eu quero a outra, não dá? Não, não dá. Então isso eu não entendia, porque foi uma lei que ela veio, meio que assim, vocês vão ter que engolir o portador de necessidades, neste sentido, ele está aí e precisa deste mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo... É a mesma questão da inclusão nas escolas. Joga todo mundo lá, arranja um lugar assim... Aqui no Bourbon, no Big, você não vê nenhum portador, sabe, ninguém fazendo uma atividade, fazendo um trabalho um pouquinho mais, só juntando carrinho e empacotando, não tem ninguém, nem no caixa, sabe? (E13).

O excerto acima, é de uma das entrevistas realizadas durante esta pesquisa e apresenta exatamente o caráter do engodo da operacionalização do direito burguês por meio da cidadania, isso porque, o depoimento justamente aponta para uma limitação estrutural do capital frente à ocupação do espaço social do trabalho pela pessoa com deficiência, a saber, reserva de vagas de emprego apenas por aquelas definidas como para deficientes. A pessoa entrevistada justamente relata sua experiência ao ser “incluída” no mundo do trabalho. A partir do momento em que ela começa a perceber que o seu corpo é diferente da norma que define um corpo com dois braços, sem que isso seja um problema para ela, começa a surgir as barreiras que limitam sua atuação como cidadã. A lei que estipulou a dimensão da cota como inclusão foi usada como elemento de exclusão e limitação para que a pessoa entrevistada exercesse o seu direito cidadão na perspectiva burguesa.

Como é que foi isso, sabe? Como é que o Ministério do Trabalho pensou tudo isso assim. Ah, vamos botar os portadores de deficiência no mercado de trabalho..., mas porque estas pessoas não podem, sabe, participar de um processo junto com outras pessoas, assim. Eu não entendo e eu também não tenho assim uma resposta – ah, eu acho que deveria ser assim, ah eu acho que deveria ser feito de outra forma, porque eu também não sei como poderia ser feito, eu não sei como, de repente assim... Eu sei que hoje todos os meus colegas de trabalho, de todos estes meus empregos assim, hoje eles têm uma visão diferente, porque eles já tiveram este contato comigo. Então eu acho que, talvez seja um trabalho de formiguinha, sabe? As pessoas não têm muito contato. Tenho certeza que as pessoas que trabalharam comigo, hoje, se elas tiverem que selecionar uma pessoa, elas vão ter outro olhar, outra visão das pessoas portadoras de necessidades, mas eu não sei também o que poderia ser feito, não sei, não tenho esta resposta. (E13).

O excerto selecionado apresenta duas dimensões que merecem destaque. A primeira diz respeito ao questionamento por uma alternativa que fosse substantivamente inclusiva. A pessoa entrevistada procura elaborar, dentro da perspectiva da cidadania burguesa, uma forma de se adequar o sistema baseado na

exploração do trabalho, para uma efetiva igualdade substantiva, na qual, todas as pessoas com deficiência pudessem de fato ser incluídas. A resposta que ela mesma se oferece não é satisfatória para ela mesma, porque ela percebe que se trata de uma ação lenta. O “trabalho de formiguinha” resolve os processos de exclusão que ela vivenciou a partir da modificação de algumas percepções de mundo de colegas de trabalho, mas, frente à universalidade da vida concreta das pessoas com deficiência ainda é pouco. Ela está defronte um dilema: a estrutura do capitalismo não é inclusiva.

Para além de apontar esta dimensão de uma mudança estrutural que significaria o rompimento com a sociedade de classes, a pessoa entrevistada elabora que foi a partir de sua ocupação do espaço social do trabalho que ela pôde promover uma sintética modificação nas concepções sobre a deficiência. Em sua fala, fica evidente que os conceitos que qualificam as pessoas com deficiência como incapaz de ocupar uma vaga de emprego que não seja para “portador de necessidades” só foi possível a partir da sua presença concreta. Da mesma forma como sua limitação foi construída de maneira concreta (não poder ocupar uma vaga que não fosse de deficiente), a ressignificação do conceito sobre o que significaria ser deficiente passou pela sua convivência concreta com seus(as) colegas(as). Dessa forma, a ocupação do espaço social do trabalho possibilita a modificação dos conceitos sobre a deficiência.

Em outro trecho a pessoa entrevistada diz o seguinte:

[...] quanto ao processo de inclusão, bem posso dizer que foi tranquilo acredito que seja por minha deficiência não ter tantas limitações e também não haver necessidade de mudanças no local de trabalho para me adequar à vaga oferecida. Um dos pontos positivo que eu vejo, é que mesmo não tendo muita experiência existe a oportunidade para aprendizado, mas aí vem o ponto negativo junto que seria onde para algumas empresas o importante de ter uma deficiente é só por conta de conta, e a empresa então acaba nos limitando, e não oferece nenhum aprendizado e nem forma de crescimento. (E15)

A entrevistada identifica alguns pontos pertinentes a discussão realizada a respeito da limitação do exercício da cidadania burguesa. O primeiro destaque, limitando-se a sua experiência de vida com o trabalho enquanto emprego, a entrevistada afirma que a inclusão foi tranquila por sua deficiência “não ter tantas limitações”. Essa frase descreve o que se vem desenvolvendo ao longo deste estudo, pois denota uma percepção de que a inclusão ocorre sem sobressaltos, se

não houver a necessidade de mudanças na estrutura física do espaço de emprego a ser ocupado. Logo, é possível denotar que, a partir da experiência vivida pela entrevistada, em necessitando de uma mudança profunda que remodele o espaço físico, bem como, a dimensão organizacional da empresa, o processo de inclusão se torna uma cantilena obsoleta.

Não obstante, a entrevistada oferece outro ponto a ser destacado que revela a acomodação realizada pelo capitalismo quando oferece a participação das lutas dos grupos minoritários no seu metabolismo. Ela reconhece que o processo de inclusão, baseado no exercício cidadão burguês, possui características positivas, pois possibilita à pessoa com deficiência usufruir de sua capacidade de sujeito egoísta de direito “mesmo não tendo muita experiência”. A fragilidade de uma vida pautada pela desigualdade substantiva que tem como definição a participação da margem, do caráter incapacitante da deficiência, promulga que ao ser oferecido uma forma de participação com a exigência prévia de ser o que é, ser deficiente, possibilita à entrevistada reconhecer que, mesmo com todas as limitações, o processo de inclusão é sentido como algo positivo.

Contudo, ela é perspicaz e vê de forma crítica esta inclusão⁶⁷⁰, pautando de forma significativa a expectativa para além do indivíduo egoísta, sujeito de direitos, que floresça para o reconhecimento coletivo da luta de classe, ao perceber que, na verdade, a oferta da cidadania burguesa no seu processo de inclusão fica aquém da necessidade humana de participação provocado pelo anseio de um aprendizado, resumindo-se à contagem de um número de cota. O crescimento estagna apenas no processo de estar presente numa vaga de emprego. Fica evidente que esse processo de inclusão burguês está fadado à desigualdade substantiva que apenas reforçará o estigma da pessoa com deficiência como incapaz e improdutivo. A experiência vivida pela entrevistada e relatada nesta passagem desmascara o processo de engodo que envolve a inclusão burguesa da pessoa com deficiência.

⁶⁷⁰ MOREIRA, Fabiana Wanderley. Gramáticas discursivas da Educação Especial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 46-57, 2005. p. 54-55. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v25n1/v25n1a05.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018. A autora questiona especificamente que o processo de transformação da pessoa deficiente, no seu caso a deficiência mental, como campo de ações pedagógicas acaba por excluí-la, pois a reduz à qualidade de inferências racionais bem-intencionadas, “assim, a própria gramática gerativa, que rege o discurso sobre ele, deficiente, ao decidir o que ele é e como deveria ser tratado social e pedagogicamente, revela a ambiguidade e o tom tutelar de um discurso “cidadão”, o que faz desse mesmo discurso uma irresolúvel aporia, mesmo que nosso intento não seja falar dele, mas de uma política que o elegeu como campo de fala”. Desta forma, destaca-se a importância do relato da entrevistada, tendo em vista, o seu caráter crítico.

O próximo destaque relata ainda de forma mais evidente o malfadado processo de inclusão burguês.

[...] em 2005 eu saí porque eu estava me formando em jornalismo e eu gostaria de trabalhar na área, daí eu fui tentar fazer estágio e foi a parte mais sofrida do mercado de trabalho para mim no caso. Daí eu fiz entrevistas na (cita nomes de rede de telecomunicações). E aí a (cita nome uma rede de telecomunicação) por exemplo, quando eu fui fazer, a vaga que eles tinham não era para jornalista, era para vender jornal, para ser telemarketing para a pessoa com deficiência. Eles não liberam qualquer vaga para a pessoa com deficiência, é aquela específica. E na (cita nome uma rede de telecomunicação) eu fui, o cara me deixou esperando uma hora e quarenta, daí ele me olhou e disse – esta vaga não é para ti. Ele não olhou meu currículo, não fez nada, só disse que esta vaga não é para ti porque tu tens que andar na rua, mas eu tinha a cadeira motorizada, eu podia andar na rua. Eu ando na rua normal. Só ando de cinto de segurança, mas eu ando na rua, poderia entrevistar as pessoas normalmente, mas ele simplesmente, não avaliou meu currículo, não fez nenhuma pergunta. Ele só olhou para minha cara e disse que a vaga não era para mim. Isso que era para fazer oral, não era nada muito... E era de novela, e eu falei, era variedade e eu falei, mas ele não quis nem saber. Daí depois, eu meio que me decepcionei com os meios de comunicação e acabei não tentando mais. Daí eu fiz meu trabalho, me formei em 2007. Daí eu fui... Eu fiquei cinco anos sem trabalhar. (E10).

Ao longo do processo bibliográfico foi identificado, por meio de pesquisas realizadas⁶⁷¹, que um dos limitadores do processo de inclusão burguês está

⁶⁷¹ Estudos que elucidam a invariável constatação de baixa ou falta de qualificação profissional para o exercício de determinados empregos. É importante ressaltar que esta justificativa transfere um limite estrutural do capitalismo com sua igualdade formal para a pessoa com deficiência, transformando-a em responsável por sua não inclusão. Ver: “Os empregadores querem e necessitam contratar pela produtividade e competência, e as pessoas com deficiência enfrentam a falta de qualificação para obter melhores oportunidades de trabalho”. SHIMONO, Sumiko Oki. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. 118p. p. 38. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062008-162039/pt-br.php>>. Acesso em: 02 abr. 2018. No estudo com instituições que facilitam a inclusão de pessoas com deficiência junto às empresas “todos os profissionais entrevistados criticaram a imposição do ensino fundamental para o ingresso no mercado de trabalho e apontaram [...] a necessidade de maior flexibilidade das empresas quanto às exigências do ensino formal, para a adaptação à realidade destas pessoas”. TOLDRÁ, Rosé Colom; De MARQUE, Cecília Berni; BRUNELLO, Maria Inês Britto. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 158-165, 2010. p. 163. Disponível em: <[http://www.revistas.usp.br/rto\(a\)rticle/view/14099](http://www.revistas.usp.br/rto(a)rticle/view/14099)>. Acesso em: 02 abr. 2018. Ou mesmo como destaca o estudo: “a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ciente que o mercado de trabalho exige cada vez mais do profissional, procura através do Projeto Parceiros pela Capacitação, promover o treinamento e viabilizar o processo de inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual. É preciso sair dos modelos que implicam apenas a inclusão destas pessoas como uma obrigação legal, por assistencialismo e benemerência, mas reconhecer suas reais capacidades, competências e habilidades produtividade, como pessoa humana, em seu exercício de cidadania”. LIMA, Julia Pires; SILVA, Thays Brás da; GALVÃO, Elizabeth Correia Ferreira. A percepção dos empregadores sobre a admissão de trabalhadores com Síndrome de Down. **Journal Health Sciences Institute**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 17-20, 2010. p. 19. Disponível em: <https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2010/01_jan-mar/V28_n1_2010_p17-20.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2018.

marcado pela baixa ou quase nula qualificação das pessoas com deficiência para atuarem em empregos que exigissem uma especificação mais sofisticada. No entendimento desta pesquisa, mais um engodo da organização estrutural do capitalismo. Não será neste momento que se discutirá a questão da inclusão da pessoa com deficiência na educação, o que de fato é evidente é que, tendo em vista que, sistematicamente, as pessoas com deficiência são caracterizadas como incapazes. Isto é demonstrado nitidamente no depoimento concreto de uma experiência de vida que vivenciou o engodo da desqualificação, ainda em nível de estágio, que, justamente, tem a característica de experiência e aprendizado para o(a) futuro(a) profissional.

Novamente aparece algo parecido com o relato observado anteriormente, com um detalhe complicado, a decepção de ser desqualificada por sua deficiência proporcionou à pessoa entrevistada vivenciar a desistência de exercer uma profissão que escolheu como realizadora de sua capacidade criativa enquanto humana. Esse é um exemplo crasso de como as estruturas da organização do emprego enquanto trabalho, produzem caracterizações incapacitantes sobre a deficiência.⁶⁷² Primeiro, a vaga destinada à pessoa com deficiência exigia uma qualificação, porém, para realizar outras atividades laborais. Segundo, o currículo da entrevistada se resumia a uma cadeira de rodas, “ele não olhou meu currículo”. Não havia necessidade de qualificação. Havia a necessidade de uma pessoa que não alterasse a rotina estrutural da empresa, mas que servisse para contemplar os requisitos das cotas.

No próximo trecho analisado abaixo, ter-se-á o relato de uma experiência vivenciada que precisamente denuncia que o exercício do direito na cidadania burguesa infringe o seu próprio conceito de dignidade.⁶⁷³ A pessoa entrevistada

⁶⁷² FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUSA, Antonia Félix de. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 418-423, 2009. p. 421. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a25.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2018. As autoras justamente destacam que a reinterpretação dos conceitos sobre a deficiência, passa por questões relacionadas à estrutura organizacional da sociedade.

⁶⁷³ MIRANDA, Denismar Borges et al. Experiência de familiares de pessoas com deficiência física: subsídio para inclusão e garantia dos direitos. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Brasília, v. 6, n. 2, p.1530-1549, 2015. p. 1540. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/rgs\(a\)rticle/view/22484](http://periodicos.unb.br/index.php/rgs(a)rticle/view/22484)>. Acesso em: 03 abr. 2018. É interessante destacar que o estudo aqui citado constatou que há uma “lacuna entre o que é garantido em lei e o que acontece no cotidiano das pessoas com deficiência. Muitos direitos são assegurados legalmente, mas conquistá-los de modo efetivo é para poucos, uma vez que há inúmeros problemas e obstáculos quase intransponíveis”.

relata o caso que ocorreu com ela junto a uma instituição que lhe contratou, mas que não possuía as mínimas condições concretas para atender as suas necessidades adaptativas de acessibilidade.⁶⁷⁴ Se não bastasse isso, condicionada a condições degradantes pela ausência de adaptação, também sofreu com o fato de se constituir num número a ser incluído. O fato dela sentir-se inútil na atividade laboral que realizava reforça a argumentação construída ao longo deste estudo que percebe a base material da constituição do trabalho enquanto emprego, logo, exploração da força de trabalho, num elemento decisivo para a construção do conceito da deficiência.

Outro elemento importante que aparece na declaração da pessoa entrevistada está no fato de que a perspectiva de mudança de emprego também se motiva pela remuneração salarial. Aqui há uma discrepância que gera conflito entre a concepção de uma política pública de direito enquanto assistencialista, parte da amortização da luta por meio do metabolismo do capital e o anseio por reconhecimento e participação por parte do sujeito de direitos, isso porque, como apresentado, a partir do momento que a pessoa com deficiência acessa o mundo do trabalho por meio de um emprego, espera-se que este seja a sua realização enquanto indivíduo, constituindo-o, como sujeito histórico. No entanto, quando essa dimensão não é considerada, vem à tona a realidade do mais valor, no qual o salário precisa ser precarizado para garantir o lucro.⁶⁷⁵

Essa dimensão assistencialista, religiosa no sentido da caridade, fica evidente quando o empregador chama a pessoa entrevistada e resolve pagá-la um mês em casa. Essa ação, mostra que a lei de cotas, que por um lado foi fruto de pressão social e de luta das pessoas com deficiência, é entendida, por outro lado, como uma autorização concessória de participação junto sujeitos capazes de exercerem direitos. Essa é uma contradição relevante da inclusão burguesa e do

⁶⁷⁴ GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.165-187, 2014. p. 183-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v12n1/10.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018. O autor destaca cinco itens que constituiriam impeditivos da inclusão substantiva da pessoa com deficiência: acessibilidade precária que possibilite uma maior amplitude de ocupação dos espaços pelas pessoas com deficiência; permanência de estereótipos e preconceitos que caracterizam sistematicamente as pessoas com deficiência como incapazes; passivo escolar e na formação profissional que se manifesta na limitação de acesso à educação; inadequação e insuficiência da legislação que somente por meio das cotas não atende todas as pessoas com deficiência e questões culturais e próprias à temática da deficiência que se materializam por meio de construções pessoais e familiares da incapacidade.

⁶⁷⁵ MARX, 2010b, p. 23. "O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador".

exercício da cidadania. A participação nos espaços sociais possui um caráter de autorização que, se não for concretamente ocupado constituir-se-á sem o contraponto dialético. É bem provável que a instituição empregadora da pessoa entrevistada não percebeu a dimensão concreta de sua inclusão substantiva, porém, para resolver os problemas de consciência, não se fez a mudança estrutural, mas a caridade.⁶⁷⁶

Segue então o relato reflexionado acima.

[...] daí em março de 2010 me ligaram da (cita nome da instituição) perguntando se eu queria trabalhar lá, me ligaram numa sexta-feira para eu começar numa segunda. E aí me ofereceram, dava uma diferença de salário, daí eu peguei e fui, né, eu digo, vou arriscar, vamos ver qual que é. Daí eram três meses normal. Daí eu fui, só que daí não deu certo porque eles simplesmente, eles só queriam contratar, eles querem pela lei, mas não tinha, eu ia no banheiro de porta aberta. Os advogados todos homens, entrando e saindo e a pessoa indo no banheiro de porta aberta. Não tinha espaço físico para eu ficar. Eu tinha que ficar num canto assim, daí as pessoas, atrapalhava né, porque o espaço físico não é. E além do mais, no primeiro mês eu tive coisas para fazer, porque a secretária lá queria uma pessoa para fazer, queria uma pessoa para enumerar as folhas dos processos que estavam tudo atrasado. Só que em um mês eu fiz isso e daí depois não tinha mais o que fazer. E aí ela não sabia mais o que fazer comigo mais porquê... Eu estava lá atrapalhando, eu me sentia mal, as pessoas se sentiam mal. Me senti inútil porque eu sempre trabalhei direitinho. Estava me sentindo meio que, eu não tenho o que fazer aqui. Nisso, o tempo todo o RH da (instituição anterior) me ligando, - volta, eu consegui outra coisa para tu fazeres, não vai mais ser telefonista. Porque telefonista eu era seis horas, daí eu ganhava menos e por isso que eu fui para outro lugar. Daí era para trabalhar na (cita nome do setor), junto com (cita nome do colega) e era para trabalhar oito horas e eu ganharia mais do que eu estava ganhando lá. Eu disse, tá, deixa eu tentar mais um pouco. Daí fechou os três meses, o presidente da (cita nome da instituição) me chamou e disse – (cita nome próprio) a gente gosta muito de ti, fora que outra coisa, todo mundo que chegava lá, dos advogados, eu conhecia, como eu disse antes, conheço meio, como sempre morei aqui, eu conheço, chegavam lá, as pessoas vinham falar comigo, tipo, ficar conversando, e isto eles também não gostavam, sabe porquê... É o lugar mais burocrático que eu já vi é este, onde tu tens que chamar um piá, recém formado de doutor, porque se não chamar é uma falta de respeito, porque para mim doutor é quem faz doutorado. E eles só tem uma faculdade de direito e querem ser chamados de doutor, mas tudo bem. Isso daí eu já não curtia. Aí o doutor me chamou e disse então que ele ia fechar meu contrato nos três meses, mas como, para eu não ser prejudicada porque eles me tiraram

⁶⁷⁶ VIOLANTE, Rômulo Rodrigues; LEITE, Lúcia Pereira. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011. p. 88. Disponível em: <[http://www.revistas.usp.br/cpst\(a\)rticle/view/25717](http://www.revistas.usp.br/cpst(a)rticle/view/25717)>. Acesso em: 02 abr. 2018. O estudo em questão constata de forma elementar: “o principal aspecto que dificulta a contratação e o posterior exercício do trabalho das PCD é com relação à estrutura física das empresas, ou seja, às barreiras arquitetônicas para locomoção das PCD dentro das dependências das empresas pesquisadas. Para os entrevistados, as barreiras arquitetônicas e a falta de adaptação do ambiente físico inviabilizam a contratação de determinados tipos de deficiências, tais como deficiência visual e deficiência física, principalmente no caso de cadeirantes”.

daqui correndo, para eu não ser prejudicada, ele iria deixar mais um mês. Daí a (cita nome da instituição que trabalhou anteriormente) precisava que eu ficasse mais três meses parada para que eu fechasse o tempo para eu poder voltar, daí em setembro eu voltei. Fiquei recebendo o seguro, daí eu fiquei o quarto mês parado, ele me pagou o mês parado, daí eu peguei dois de seguro e aí eu já voltei. (E10).

Ao findar esse ponto, percebe-se que a temática da cidadania associada com a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, como dimensão do exercício de direitos como sujeito, necessita de um olhar crítico que perceba a materialidade histórica que constitui a realidade da sociedade burguesa. A partir dessa compreensão, é possível perceber as contradições e limitações em que os conceitos burgueses estão impregnados frente os desafios da igualdade substantiva. Tendo esse pano de fundo, é possível perceber que para dentro da sociedade de classes burguesa, a ocupação do espaço social do trabalho torna-se uma alternativa que atende aos desejos egoístas dos sujeitos de direitos, como uma forma de inclusão formal, e, como instrumento de luta, contribui para o estabelecimento de contrapontos frente aos paradigmas universais burgueses.

5 A PEDAGOGIA DA VISIBILIDADE: UMA CONSTRUÇÃO PROFÉTICO-PEDAGÓGICO

Ao longo da pesquisa apresentada até aqui veio se construindo a compreensão sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho com um olhar voltado para as conceituações sobre a deficiência e sua ocupação do espaço social. Foi possível perceber que a diferenciação sobre trabalho e emprego são fundamentais para entender as nuances sobre o trabalho como ato criativo e constituidor do ser humano e sua outra faceta parte da exploração que o caracteriza como castigo. Ao mesmo tempo apresentou-se a identificação da construção sobre o conceito de deficiência, que marcado por uma dimensão histórica, é construído por práticas que indicam a deficiência como algo negativo, constituindo assim, a pessoa com deficiência como incapaz e parte de um grande grupo de pessoas marginalizadas. Estes elementos são importantes, pois incidem diretamente em como a pessoa com deficiência entende a sua inclusão no mundo do trabalho e sua ocupação do espaço social.

Toda esta caminhada empreendida até o momento aponta para um limite significativo da inclusão em sua perspectiva burguesa, que anuncia uma promessa de participação universal que não se materializa na vida concreta. Percebe-se então, que os limites presentes no sistema capitalista que tem como ato principal a exploração da força de trabalho na sua constituição, limita também o acesso das pessoas aos espaços sociais. Esta é uma contradição com qual se está lidando, pensar a inclusão num sistema excludente. Desta forma, é possível perceber que a inclusão da pessoa com deficiência apresenta limites, mas também, compreende um caráter propositivo, que vislumbra no processo de ocupação dos espaços sociais, o seu caráter plausível para a transformação das estruturas de exclusão. Neste caminho, torna-se fundamental perceber que a luta da pessoa com deficiência é parte da luta para a superação da sociedade de classes.

Nesta parte final então da tese, perceber-se-á como as ações de Jesus junto às pessoas com deficiência podem contribuir para a concretização de uma realidade social inclusiva que valoriza a pessoa com deficiência para além de suas deficiências. Não se entende esse processo como proselitista, mas como uma

atualização teológica das ações de Jesus que têm como perspectiva o ouvir, o encontrar e o conviver. A princípio parece que a asserção pedagógica de Jesus tem como base a viabilização da participação (cura), bem como, a visibilização da pessoa com deficiência para o convívio, pautada especialmente pela transformação das estruturas de exclusão. Dessa forma, objetiva-se *estimular* a percepção teológica da inclusão das pessoas com deficiência a partir da estratégia de visibilidade presente na prática profético-pedagógica de Jesus como contribuição para as discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

A dimensão do questionamento ao fazer teológico tenciona sobre como a Teologia se coloca frente aos desafios presentes da realidade das pessoas que estão à margem, entre elas as pessoas com deficiência. Qual o papel que a Teologia assume no debate discursivo e prático da luta das pessoas com deficiência, junto à luta de classe, por reconhecimento, igualdade e inclusão? Como a comunidade é desafiada a atuar de forma concreta e histórica em seu contexto? O testemunho evangélico possui alguma gramática plausível fora dos muros eclesiais? Esses questionamentos acompanharão o desenvolvimento deste capítulo com a tarefa de compreender a Teologia presente na vida cotidiana e concreta das pessoas. O fazer teológico não é uma tarefa apenas metafísica, mas alicerçada na vida, ele encarna o testemunho evangélico de forma profético e didática, assumindo assim, o seu papel transformador.⁶⁷⁷

Ao que parece a pedagogia de Jesus está embasada, não numa perspectiva de transmissão de conhecimento (da fé), mas de um conhecimento construído junto com o povo com o intuito de transformar a sociedade para uma realidade de inclusão substantiva. Dessa forma, as ações de Jesus junto às pessoas com deficiência podem inicialmente significar um olhar para estas que são as excluídas das excluídas (visibilizar, olhar para a situação contextual) e o comprometimento de quem lhe segue (multidão, discípulos(as), cristandade) de continuar a tarefa de cuidado para com essas pessoas.⁶⁷⁸ Essa tarefa de cuidado também está vinculada

⁶⁷⁷ GAEDE NETO, 2001, p. 37. “Já que Deus mesmo tem o mundo como alvo da implantação do seu Reino, a teologia não se relaciona apenas com a Igreja, mas também com o mundo. Portanto, a Igreja não existe para se ocupar consigo mesma nem para manter apenas uma relação vertical com Deus: ela está a serviço do Reino de Deus no mundo; assim sendo, a teologia trabalha a relação Deus-mundo-Igreja”.

⁶⁷⁸ VIDAL, Ricardo Garrido. Discapacidad e historia de salvación: la discapacidad en textos del antiguo Israel y en tiempos de Jesús. In: RED ECUMÉNICA EN DEFENSA DE LAS PERSONAS

numa forma de perceber a deficiência de maneira diferente, que traz para além de uma percepção negativa para uma dimensão da constituição humana, considerando as pessoas com deficiência como sujeitos históricos capazes de participar.

Assim, o que se encontra em Jesus é a transformação da estrutura de divisão de classes, baseada na exploração e produção de desigualdades, para a igualdade substantiva das relações que promovem vida em abundância para todas as pessoas.⁶⁷⁹ É por isso que a ação de Jesus é profético-pedagógica, pois denuncia a estrutura de classes como desagrado/desconformidade com o Reino de Deus.⁶⁸⁰ O ministério de Jesus contradiz a percepção classista do Reino de Deus de quem será o primeiro e reformula a compreensão sobre o rei e o mestre. Contrariando uma percepção de Reino de Deus como pompa e poder bélico, dentro da História, ele é construído com as pessoas que estão à margem. Jesus apresenta-se como aquele que serve, aquele que se esvazia, aquele que caminha com as pessoas excluídas e marginais.⁶⁸¹ Essa postura profético-pedagógica de Jesus demonstra que a diaconia é o modo de se viver transformado no mundo.

Portanto, é possível perceber que uma atualização pedagógica das ações de Jesus frente às pessoas com deficiência pode oferecer elementos importantes para se pensar numa Pedagogia da Visibilidade que tem como perspectiva a transformação das estruturas de exclusão para uma inclusão substantiva. Além disso, essas ações contribuem para a luta das pessoas com deficiência por ocupação dos espaços sociais como alternativa concreta que ressignifique os conceitos negativos da deficiência. O trabalho entendido como emprego não é suficiente para constituir a pessoa com deficiência como pessoa pautado apenas pelo lucro. Assim, a atuação profético-pedagógica de Jesus, testemunhado pelos evangelhos, tende a contribuir para o entendimento da pessoa com deficiência como

CON DISCAPACIDAD. **Iglesia: inclusión, discapacidad, violencia**. Buenos Aires: Red Euménica en Defensa de las Personas con Discapacidad, 2011. p. 128-130

⁶⁷⁹ GAEDE NETO, Rodolfo. Banquetes de vida: a diaconia nas comunhões de mesa de Jesus. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 306-318, 2010. p. 312. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos\(a\)rticle/view/104/96](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos(a)rticle/view/104/96)>. Acesso em: 08 maio. 2018. Gaede Neto destaca que a relação de comensalidade de Jesus, presente em sua prática, tinha entre seus objetivos “a eliminação do abismo social que separava essas duas pessoas (e as classes sociais que representam) e a criação de uma comunidade inclusiva, construída sobre o paradigma da partilha, da distribuição dos bens acumulados”.

⁶⁸⁰ WENZEL, João Inácio. **Pedagogia de Jesus segundo Marcos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 77.

⁶⁸¹ SCHIPANI, Daniel S. **El reino de Dios y el ministerio educativo de la iglesia**: fundamentos y principios de educación cristiana. Miami, Florida: Editorial Caribe, 1983. p. 94-96.

sujeito integral, capaz e, principalmente, participante como igual do projeto de Deus dentro da História.

5.1 A encarnação contextual da ação profético-pedagógica de Jesus

Para iniciar o debate sobre o que convencionou-se conceituar neste estudo de Pedagogia da Visibilidade, tem como ponto de partida a compreensão contextual da ação profético-pedagógica de Jesus. Entender a formação econômica, política, social, cultural e religiosa da época em que Jesus exerceu o ministério tem valor fundamental para atualizar a mensagem evangélica para o contexto hoje,⁶⁸² compreendendo que a concretude da mensagem jesusânica não atravessa a História de forma abstrata, mas, justamente é construída, essencialmente, com as pessoas que estão à margem. Perceber que Jesus tinha como princípio a construção no caminho com as pessoas, significa reconhecer que o processo de testemunho da comunidade também necessita estar arraigado junto às pessoas que estão à margem, reconhecendo-as como sujeitos, muito além de beneficiárias.

Esse parece ser um desafio profundo que a mensagem da ação profético-pedagógica de Jesus deixa a partir dos testemunhos evangélicos, o projeto econômico de Deus dentro da História é construído ao longo do caminho junto com o povo. Este não é qualquer povo, mas, as pessoas pobres. A opção de Deus dentro da História remonta a construção de um projeto econômico, político, social, cultural e religioso que tem por base a igualdade substantiva. Sendo assim, a transformação proposta por ele contraria a lógica do sistema baseado na produção de desigualdades, mas a supera, no vislumbre de um Reino no qual não há senhor. O paradigma que se estabelece é o do suporte, no qual o servir ao(à) próximo(a) é o centro. Para além de ser servido, servir significa ser o primeiro e mais importante. Contra o modelo de exclusão, Jesus constrói o caminho com a comunidade, no qual, todas as pessoas podem vivenciar a vida em abundância.

⁶⁸² BONHOEFFER, Dietrich. **A comunhão dos santos**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017. p. 214-218. "Não existe proclamação evangélica sem conhecimento da atualidade". (p. 216).

5.1.1 A opção de Jesus pelas pessoas pobres

O tema da deficiência é uma pauta importante na atuação ministerial de Jesus. São consistentes os relatos evangelísticos nos quais Jesus é confrontado a se relacionar com as pessoas com deficiência, que, em geral, corresponde-lhes com uma ação de cura.⁶⁸³ Ao longo deste primeiro ponto, como um pano de fundo, pretende-se entender como as pessoas com deficiência estavam alocadas socialmente nesta época. Essas assertivas são pertinentes, pois retratam o contexto da atuação de Jesus, tendo em vista que, como ver-se-á ao longo deste capítulo, a ação profético-pedagógica de Jesus está profundamente alicerçada na realidade concreta do cotidiano da vida. Nesse sentido, Jesus assume uma postura de construção conjunta com a comunidade, principalmente, com aquelas pessoas que estavam à margem social e religiosa, denominadas neste ponto de pobres.

Quando se fala sobre as pessoas com deficiência na época de Jesus⁶⁸⁴, à primeira vista, há elementos contextuais significativos de que estas estavam designadas a ocupar a margem da sociedade, incluídas num grande grupo de excluídas (Jo 5.3), que, por vezes, são chamados genericamente de pobres (Lc 6.20).⁶⁸⁵ De fato, Jesus estava sempre se relacionando, principalmente, com aquelas pessoas que não estavam no centro da sociedade judaica da época (Mc 2.15-17). Dessa forma, pode-se sugerir que as pessoas com deficiência faziam parte desse grupo de excluídos. Tendo como foco de atuação de Jesus, aquelas pessoas que estavam à margem, as pobres, pode-se afirmar de forma categórica que o

⁶⁸³ HOORNAERT, Eduardo. **O movimento de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 76. “Nos evangelhos se relatam detalhadamente 31 milagres praticados por Jesus, dos quais 17 são curas e 6 exorcismos”.

⁶⁸⁴ KILPP, Nelson. Deficientes físicos no Antigo Testamento. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 27, p. 38-46, 1990. p. 39. O autor salienta que “quando, pois se fala de doentes ou deficientes físicos na Bíblia, deve-se ter em mente que não estamos lidando com casos isolados, mas com um problema social. Considere-se também que doentes e deficientes estavam quase sempre destinados à pobreza e mendicância. Lv 21.18-20 pode dar-nos uma impressão das doenças e deficiências existentes na época do Antigo Testamento. O texto menciona cegos, coxos, desfigurados e deformados (conforme alguns, pessoas de nariz fendido e portadoras de membros desproporcionais, respectivamente), aleijados (braço ou pé fraturados), corcundas, anões, eunucos e, além disso, pessoas com belida (albugem no olho), darto ou pragas purulentas”.

⁶⁸⁵ REIMER, Ivoni Richter; REIMER, Haroldo. Cuidado com as pessoas empobrecidas na tradição bíblica. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 40, p. 181-197, 2011. p. 181-189. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Methodista-SP/ER/v25n40/v25n40a10.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018. O texto aborda como se dava as principais formas de empobrecimento nos tempos bíblicos do povo judeu que, em geral, estava vinculado à tributação monárquica, intempéries climáticas, saques de guerra ou empréstimos. O texto ainda salienta que leis protetivas como levirato e resgate perdem força com a acentuação da desigualdade econômico-social entre ricos e pobres e, principalmente, pela ampliação da concentração de terras.

contexto da atuação social de Jesus era destinado àqueles e àquelas que estavam à margem das decisões da sociedade. A Teologia jesuânica é construída caminhando às margens.

Ao aproximar-se do tema discutido, destaca-se que um termo comumente utilizado nos evangelhos sinóticos é a palavra grega *ptochos*. Esse termo, literalmente, pode ser traduzido como mendigo, no entanto, sua utilização assume um sentido expandido, referindo-se a uma situação de extrema pobreza e miserabilidade. Como é possível perceber em Mc 10.21, Lc 16.19ss, Lc 14.21,23, Mt 11.2-5 ou Lc 6.25. Além disso, o vocábulo, na sua forma plural (*ptochoi*), fortalece ainda mais a tese de que no grupo designado como pobres estavam presentes um grande número de pessoas marginalizadas, dentre elas, as pessoas com deficiência. Assim, é possível relacionar que os termos *ptochos* ou *ptochoi*⁶⁸⁶ são mencionados nos evangelhos para descrever uma situação relacionada a um grupo de pessoas que por questões sociais, vivem numa situação de miséria e fome.⁶⁸⁷

A utilização do termo *ptochos* ao invés de *penes* (pobre) reforça a ideia de um contexto histórico marcado pela opressão da classe trabalhadora. A observação de Crossan ao identificar a tradução de *ptochos* como pobre justamente aponta para uma dimensão mais profunda do que *penes* como o termo correlato para pobre. *Ptochos* é então um aprofundamento da pobreza, uma vivência extrema que ultrapassa os limites da subsistência. Crossan afirma que esse nível de pobreza se encontra à miserabilidade provocada por um processo de exclusão que constrói a miséria que está associada às dívidas ou doenças que perdem os meios vitais para a manutenção da subsistência individual e familiar e está associada às famílias camponesas. Ser *ptochos* significa ser o extrato mais baixo da sociedade. Como coloca Crossan:

[...] o principal problema, no entanto, está em traduzir como “pobre” a palavra *ptochos* que aparece no original grego dos três últimos textos. A palavra usada em grego para designar os “pobres” é *penes*, enquanto

⁶⁸⁶ REIMER; REIMER, 2011, p. 192-193. A autora e o autor descrevem que junto ao termo *ptchos* é relacionado o termo *tapeinoi* (humildes) e designavam às pessoas que não tinham outra forma de conseguir sua subsistência a não ser pela mendicância. A situação era de extrema pobreza e neste grupo estavam pessoas com deficiência, viúvas, órfãs, idosas e doentes. Além deste grupo de miseráveis, existiam aqueles(as) que eram pobres, mas que serviam de alguma forma para conseguirem o seu sustento, designados(as) sob o termo *pénetes*. Estas pessoas estavam associadas à escravidão por dívidas, trabalho por dia (diaristas) ou prostituição. Este grupo de pessoas formava a maior parte do movimento de Jesus.

⁶⁸⁷ SCHOTTROFF, Luise; STEGEMANN, Wolfgang. **Jesus de Nazaret, esperanza de los pobres**. Trad. Manuel Olasagasti. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1981. p. 38-39.

ptochos realmente significa “miserável, necessitado”. A primeira dessas palavras refere-se ao status de uma família camponesa que vive toda a sua vida no nível da pura subsistência; a segunda, por outro lado, indica o status que aquela mesma família alcança quando, vítima de doença ou dívidas, seca ou morte, é expulsa de suas terras e é reduzida à miséria e forçada a viver da mendicância. (tradução nossa).⁶⁸⁸

Outra questão importante que corrobora com o proposto acima, é a situação histórica na qual se encontrava a população da região da palestina nos períodos próximos e no próprio contexto de Jesus. Ao analisar a situação social generalizada do Império Romano é possível perceber que a pobreza estava posta como um fenômeno generalizado por todo o território.⁶⁸⁹ Nesse sentido, as revoltas civis que se sucedem na Palestina no século I também dão conta disso, pois além de questões religiosas e políticas, as rebeliões estavam sempre formadas, em sua massa, por pessoas sem perspectivas econômicas (Josefo). E não só nessa época, mas já com Herodes Antipas (4 a.C. – 30 d.C.), os estudos dão conta de uma situação miserável de grande parte da população (construção de Tiberíades colonizada por pobres recolhidos por todo país - Josefo).⁶⁹⁰

Essa condição de *ptochos* era aprofundada principalmente pelo modelo de arrecadação de impostos do Império Romano que, associado com a aristocracia local, provocavam uma profunda espoliação da população, em geral, das pessoas que viviam nas classes mais baixas. Wegner expõe que havia o imposto romano cobrado por pessoa com idade entre 14 e 65 anos e que correspondia a 1% por pessoa (*tributum capitis*), correspondendo a 17,25% da arrecadação anual *per capita* da Palestina, enquanto que, o imposto fundiário, recolhido a partir da produção e bens da terra (*tributum soli/agri*), variava entre 20% e 30% da produção total. Além dessa forte carga tributária, como todo sistema que produz desigualdades, esse também era corrupto, pois os censores manipulavam as

⁶⁸⁸ CROSSAN, John Dominic. *Jesús: biografía revolucionaria*. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: Grijaldo Mondadori, 1996. p. 77. “El principal problema, sin embargo, está en traducir por ‘pobre’ la palabra piochas que aparece en el original griego de los tres últimos textos. La palabra utilizada en griego para designar al ‘pobre’ es penes, mientras que ptochós significa realmente ‘miserable, menesteroso’. El primero de estos vocablos alude al status de una familia campesina que vive toda su vida al nivel de la pura subsistencia; el segundo, en cambio, indica el status que alcanza esa misma familia cuando, víctima de la enfermedad o de las deudas, de una sequía o una muerte, es expulsada de sus tierras y se ve reducida a la miseria y obligada a vivir de la mendicidad”.

⁶⁸⁹ HOORNAERT, 1994, p. 45.

⁶⁹⁰ SCHOTTROFF; STEGEMANN. 1981. p. 39-40.

declarações para que pudessem ampliar a arrecadação, como também, desconsideravam questões como doença e intempéries climáticas.⁶⁹¹

Uma característica importante do relacionamento romano a respeito de sua organização social, que era estendida também para a diversas comunidades estrangeiras conquistadas, era a relação de patrocínio e clientelismo. De forma rústica, tal forma de constituir as relações sociais baseava-se na troca de favores que, concebida pelos patronos, gerava uma ligação de dependência junto ao cliente favorecido. Logo, havia uma grande rede de células de elites que se constituíam a partir do patrocínio que mantinham vários grupos de pessoas organizadas por meio de privilégios conseguidos à base do seu leque de relações sociais. Dessa forma fica evidente que alguma ascensão social para os(as) trabalhadores, *ptochos*, tornava-se essencialmente nula. A proposição de vida boa para estas pessoas só poderia ocorrer por meio de uma alteração na estrutura social que não dependesse mais, por exemplo, do patrocínio.⁶⁹²

Ao caracterizar as pessoas que estavam à margem é possível perceber que estes eram pertencentes à classe trabalhadora da época, que desenvolvia as mais diversas tarefas laborais. A própria identidade de Jesus está associada a uma categoria de trabalho, era carpinteiro (Mc 6.3). Esse fato evidencia o processo de construção da ação profético-pedagógica de Jesus e sua contextualidade concreta. Jesus era um trabalhador que sabia das necessidades e aflições pelas quais o povo pobre passava. Por não pertencer à aristocracia ou mesmo à elite religiosa vinculada ao templo, a manutenção da vida era entendida a partir do trabalho. A sua vida constituiu-se assim, percebendo na sua própria realidade de vida a marginalização e exclusão. Logo, não é possível ignorar que a atuação de Jesus está encharcada da vida da classe trabalhadora, fazendo-o ver o mundo pelos olhos dos(as) trabalhadores(as).⁶⁹³

⁶⁹¹ WEGNER, Uwe. Jesus, a dívida externa e os tributos romanos. In: REIMER, Ivoni Richter (Orgs.). **Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos**. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, p. 111-134, 2006. p. 118-122.

⁶⁹² CROSSAN, John Dominic. **Jesús: vida de un campesino judío**. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 1994. p. 95-102.

⁶⁹³ GASDA, Élio Estanislau. **Cristianismo e economia: repensar o trabalho além do capitalismo**. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 169-171. Gasda afirma de forma convicta: “[...] o Verbo se faz trabalhador [...] o trabalho é uma exigência natural de sua condição social, e necessário para a subsistência de sua família, pois não é membro da aristocracia [...] o trabalho, que ocupava a centralidade na vida dos pobres, também o será na vida familiar de Jesus”. (p. 170).

A identificação das pessoas pobres com a ação profético-pedagógico de Jesus tem como principal elemento a própria identificação das pessoas que estavam à margem como pobres. Essa afirmativa torna-se relevante na medida em que se identifica Jesus como parte da classe trabalhadora, quer dizer, aquele que compreende o mundo da exploração do trabalho pautado pela luta de classes. Esse é o fator preponderante da opção de Jesus em construir junto com a classe trabalhadora um caminho pautado pela transformação concreta da realidade de exploração e produção de pessoas à margem. Dessa forma, por se identificar com a classe trabalhadora, Jesus tinha a compreensão de que a transformação dos processos de exclusão em processos de vida só poderia ser viável com uma produção radical de mudança pautada por uma nova forma de vivência comunitária.⁶⁹⁴

Eis o elemento principal desta construção social, a mensagem radical do Reino de Deus. Tendo junto de si e sendo parte da classe trabalhadora que tinha sua força de trabalho explorada como camponeses, pescadores ou escravos, a construção de uma alternativa só poderia ser construída com a própria classe trabalhadora, porém, para isso, os(as) próprios(as) trabalhadores(as) deveriam perceber a dimensão da construção de uma outra lógica de organização social e comunitária, uma que já não tinha mais espaço para o privilégio de ser servido, mas, pelo contrário, pelo servir, pelo amor e pelo cuidado.⁶⁹⁵ É com as pessoas da margem que Jesus constrói uma perspectiva de mundo de vida baseada numa forma nova de estruturação. Uma realidade de liberdade comprometida com seu/sua próximo(a), com os(as) pobres.

É interessante lembrar que a ação profético-pedagógica de Jesus está localizada num emaranhado amplo de resistência à exploração romana e aristocrática (herodianos, famílias sumo-sacerdotais) que levou a região palestina a quatro grandes revoltas no período de dois séculos e diversos focos de ataques de resistência. Esses grupos eram organizados e se movimentavam na direção da expulsão dos grupos estrangeiros que ocupavam a terra que lhes fora prometida por YAHWEH, concentrando-se especialmente na Galileia. Fundamentavam-se na libertação do povo da exploração egípcia e no projeto comunitário construído ao

⁶⁹⁴ IHU-Online. **Os pobres e a libertação. Artigo inédito de José Comblin.** 04/04/2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42086-os-pobres-e-a-libertacao-artigo-inedito-de-jose-comblin>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁶⁹⁵ GAEDE NETO, 2001, p. 46-50.

longo do deserto entre YAHWEH e Israel. Jesus situa-se nesse caldo cultural e desenvolve a sua personalidade e sua constituição histórica de gente percebendo as ações que resistiam aos processos produtores de desigualdade e de retorno à implantação do projeto do Êxodo.⁶⁹⁶

Outro fator relevante a ser considerado com relação à opção da ação profético-pedagógico de Jesus pelos pobres, dá-se pela significação da mensagem por ele trazida. Em conformidade com os profetas, a pauta do Reino de Deus era justiça e misericórdia que só poderia ser concretizada com o rompimento da opressão econômica, social, cultural, política e religiosa, quer dizer, com a ruptura estrutura da sociedade de classes. Jesus opta por aquelas pessoas que estavam à margem, não por uma questão de caridade como o fazer teológico construiu posteriormente, mas porque estas pessoas eram oprimidas.⁶⁹⁷ O pecado estava manifestado nas relações que produziam a desigualdade e destinava a maioria da população, a classe trabalhadora, a uma vida pautada pela morte. É contra este sistema de produção de excluídos(as) que Jesus elabora seu fazer teológico.

A opção de Jesus pelas pessoas pobres tem como princípio teológico o bem-estar humano. E, esse bem-estar não é algo generalista ou mesmo vinculado a uma outra vida, outro tempo, pelo contrário, ele acontece no momento tempo histórico de sua época. Ao mesmo tempo, o bem-estar humano refere-se não às estruturas de poder, das quais, as elites já usufruíam, por meio da exploração da classe trabalhadora, mas, por uma transformação da realidade de morte em realidade de vida. Essa perspectiva de bem-estar tinha o endereço direto para as

⁶⁹⁶ HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império: o Reino de Deus e a nova desordem mundial**. Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004. p. 41-60. Ainda o autor destaca que “com toda probabilidade, os protestos e movimentos populares sobre os quais temos informações escritas representam apenas a ponta do *iceberg* da resistência popular ao domínio romano. É perfeitamente compreensível que os camponeses, analfabetos, não deixaram registros do seu modo de pensar e agir. E apenas alguns movimentos populares que pareciam representar problemas sérios à ordem estabelecida entraram nos registros de historiadores antigos como Josefo”. (p. 59). Também: SANTOS, João Batista Ribeiro. Jesus de Nazaré e suas milícias: a oralidade da preleção nas “bem-aventuranças” na historiografia canônica de uma comunidade primitiva. **Revista de História**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-21, 2010. Disponível em: <[www.revistahistoria.ufba.br/2010_2\(a\)01.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_2(a)01.pdf)>. Acesso em: 02 maio. 2018.

⁶⁹⁷ COMBLIN, José. O pobre, critério para a profecia. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 59, n. 2, p. 131-154, 2011. p. 137. Disponível em: <[https://revista.facasc.edu.br/ret\(a\)rticle/view/231/220](https://revista.facasc.edu.br/ret(a)rticle/view/231/220)>. Acesso em: 19 abr. 2018. Assim escreve o autor: “Os pobres não foram eleitos porque seriam mais religiosos. Pelo contrário, eram tratados como pecadores, ignorantes da lei. Mas Jesus não se preocupava com isso. A preocupação de Jesus era a opressão. Os pobres foram escolhidos porque eram oprimidos, e o reino de Deus era o fim da opressão e o advento da justiça e do perdão das dívidas. Os antigos profetas já tinham ensinado que Deus não quer sacrifícios, mas quer justiça e misericórdia”.

peças que estavam à margem da sociedade. A promoção de vida proposta pela ação profético-pedagógico de Jesus não se baseava no modelo de exploração de privilégios da classe dominante de sua época, porém, partia de uma sensibilidade histórica, de construção de um novo tempo a partir das necessidades dos(as) pobres.⁶⁹⁸

Nesse sentido, entender a categoria pobre como um substrato espiritual, como uma posição vinculada com um sentido abstrato da vida, fora da realidade concreta de exclusão e sofrimento, significa negar a condição da atuação profético-pedagógica de Jesus como histórica, colocando-O como um conciliador de classe, mantendo as relações estruturais de opressão intactas. Essa dimensão é importante de ser destacada, porque um dos subterfúgios utilizados na atualização da mensagem evangélica para os dias atuais constitui em colocar a pobreza e a miséria como um bônus a ser desfeito na escatologia. O Reino de Deus deixa de ser uma realidade concreta para se tornar uma aparência e Jesus é apresentado como um pacificador que se abstém de denunciar os processos de exclusão e, ainda mais, justifica-os a uma aceitação subalterna e alheia aos ao sofrimento das pessoas à margem.⁶⁹⁹

Compreendendo Jesus a partir de seu contexto é previsível que sua ação profético-pedagógica não tenha outro desenvolvimento do que de fato uma opção pelos(as) pobres na pretensão de uma igualdade radical. Essa é a tese que Crossan defende, de que, como trabalhador vinculado com a classe camponesa, a sua luta pela superação da opressão e a defesa de uma igualdade radical é mais do que aceitável, mas, principalmente, esperada. Com Crossan é possível aventar que a construção do projeto do Reino de Deus, construído com as pessoas da margem, deveria ter como objetivo justamente a promoção de estruturas de igualdade radical que transformassem as estruturas de classe que produziam a desigualdade. Logo, a opção de Jesus não foi uma escolha pessoal que o distingue como superior àquelas pessoas com as quais caminhava, mas, por sofrer como trabalhador.⁷⁰⁰

Horsley caminha na mesma direção de Crossan e entende que no contexto jesuânico havia uma marcação evidente de divisão de classe entre a elite (romanos, herodianos e sacerdotais) e o povo comum. A região da Galileia,

⁶⁹⁸ SEGUNDO, Juan Luis. **La historia perdida y recuperada de Jesús de Nazaret**: de los Sinópticos a Pablo. Santander: Sal Terrae, 1991. p. 228-232.

⁶⁹⁹ CROSSAN, 1996, p. 78.

⁷⁰⁰ CROSSAN, 1996, p. 87-90.

predominantemente marcada por uma sociedade agrária campesina, que formava pequenas aldeias/vilas que eram administradas por assembleias locais, tendo os anciãos como dirigentes. Marcadamente pelo analfabetismo, Horley defende que essa população a priori já se constituía como margem e era aprofundada ainda mais com o seguimento dos ensinamentos religiosos da “pequena tradição”, inspirada principalmente nos ensinamentos mosaicos, tendo como traço principal, o projeto societário do Êxodo, o que contrapunha, evidentemente, a “grande tradição”, vinculada com a elite, tendo escribas e fariseus como representantes dessa tradição oficial.⁷⁰¹

Por fim, outro ponto a ser destacado também é sobre as pessoas com deficiência e seu relacionamento com Jesus como parte central de sua ação profético-pedagógica. Isso pode ser afirmado a partir do relato de Lc 14 15-33, especialmente no v. 21, no qual o evangelista faz uma lista daquelas que foram convidadas a participar da mesa do Reino após a recusa dos(as) convidados(as) mais próximos(as). Essas pessoas eram pobres, aleijadas, cegas e coxas. É interessante observar que tanto nessa passagem como em Mt 11.5, os evangelistas fazem questão de distinguir as pessoas com deficiência do grupo das pessoas pobres. Dessa forma, é perceptível que nas duas listas está o centro da ação ministerial de Jesus. O fato de elas terem destaque mostra que eram as que mais necessitavam de ações específicas que atendessem às suas demandas.

Esse fato sugere outro elemento importante que pode ser formulado da seguinte maneira: as pessoas com deficiência constituíam dentro do grupo de pessoas marginalizadas, aquelas com maior nível de vulnerabilidade. Com base no relato evangélico, pode-se sugerir que em torno de 75% das pessoas que estavam no grupo dos excluídos, com o qual Jesus se relacionava, possuíam relação com algum nível de deficiência. O destaque para esse fato não se dá a partir de uma diferenciação que crie categorias e níveis de proximidade junto à ação profético-pedagógica de Jesus, mas caracterizar a dimensão do significado do foco de sua atuação. Esse elemento precisa ser evidenciado, pois ele tem impactos profundos no chamado evangélico da comunidade cristã, à qual, o testemunho bíblico da salvação tem caráter comprometedor para aqueles e aquelas que almejam o seguimento dos ensinamentos de Jesus.

⁷⁰¹ HORSLEY, 2004, p. 65-69.

A ideia de que uma das frentes centrais da atuação ministerial de Jesus eram as pessoas com deficiência fica mais evidente quando se encontra nos evangelhos sinóticos uma grande quantidade de relatos de curas.⁷⁰² Num olhar rápido, apenas selecionando as menções às curas, e não quantas pessoas curadas, pode-se perceber, respectivamente, 14 eventos de cura em Mateus, 15 em Marcos e 16 em Lucas. Parece que, para os evangelistas sinóticos, a atuação prática de Jesus em relação às curas tinha um papel fundamental para a proclamação do Reino de Deus. Já no início do relato do ministério de Jesus, após o batismo e tentação, é exposta uma série de descrições de acontecimentos de curas. Lucas ainda é mais enfático, porque coloca a vocação dos discípulos após a ocorrência de curas, o que pode dar a entender que a realização de sinais do Reino é pedagogicamente mais eficaz para que as pessoas acreditassem.

Esses relatos ajudam dar um breve panorama de como as pessoas com deficiência viviam naquela época. Ao que tudo indica, na época de Jesus como posteriormente, as pessoas com deficiência compunham um quadro social de pessoas pobres, sem acesso a um lugar social de pertencimento e participação da sociedade como um todo. É provável, que elas estavam abandonadas à sua própria sorte pelas praças e ruas (talvez até ao redor do templo?),⁷⁰³ sem assistência, destinadas à benevolência assistencialista alheia e ainda mais tachadas como impuras. E é em direção a essas pessoas que a missão jesuânica se encaminha, num processo muito maior do que propriamente a cura física ou psíquica, mas numa relação profunda de afeto e de construção da participação das pessoas em geral para a concretização de uma realidade de inclusão substantiva.

⁷⁰² MEIER, John P. **Um judeu marginal**: repensando o Jesus Histórico. Trad. Laura Rumchinsky. v. 2, tomo 3. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 263-264. O autor salienta no fim de sua análise sobre a veracidade histórica das curas realizadas por Jesus que as curas em sua maioria estavam relacionadas a pessoas com deficiência física, doenças de pele, cegos e surdos. E continua “é fácil perceber que as pessoas sofrendo de algum tipo de paralisia ou algum tipo de deficiência visual se destacam entre esses candidatos”. Desta forma, ele afirma que entre as pessoas com deficiência, aquelas que mais se destacavam nas curas realizadas por Jesus eram as deficientes visuais e físicas, possivelmente, por apresentarem uma presença mais perceptível de acordo com o princípio da normatividade.

⁷⁰³ Como é possível observar em At. 3.1-11.

5.1.2 A leitura hermenêutica dos relatos evangélicos de cura

Na investigação sobre o significado das curas relatadas nos evangelhos é inevitável que, anteriormente, faça-se uma associação quase automática sobre esse assunto com os milagres. Esse é um debate amplo que se opta em não o fazer neste momento por entender que o objetivo deste capítulo se vincula especialmente pelo caráter teológico-social da atuação de Jesus. Desse modo, define-se que a relação da cura com o milagre possui características de proximidade, quase idêntica. Pode-se então definir que a cura está associada especificamente as questões de saúde, enquanto o milagre as relações mais amplas de fenômenos incomuns, logo, é possível considerar que a cura seja um milagre.⁷⁰⁴ Sobremaneira, entende-se que a definição de Meier sobre milagre parece pertinente neste momento, apesar de que se fixará mais a sua primeira definição.

“[...] um milagre é: (1) um evento incomum, surpreendente ou extraordinário que, em princípio, é perceptível a qualquer observador interessado e imparcial, (2) um evento que não se encontra explicação razoável nas habilidades humanas ou em outras forças conhecidas que agem em nosso mundo de tempo e espaço, e (3) um evento resultante de um ato especial de Deus, fazendo o que nenhum poder humano consegue fazer”.⁷⁰⁵

O princípio aqui adotado não é de comprovar ou não os acontecimentos de milagres/curas em nível histórico,⁷⁰⁶ mas, a partir dos relatos evangélicos, encontrar elementos pedagógicos que podem contribuir na elaboração de instrumentos de inclusão das pessoas com deficiência. Ler e interpretar os textos buscando “provas” tais eventos de fato aconteceram, numa tentativa de apologia ou de refutação à fé, perde o valor principal do relato evangélico sobre as ações de Jesus. A mudança paradigmática que acontece com Jesus em sua época é um desafio válido para os dias de hoje, a saber, a desigualdade social causada pela deficiência num sistema marcado pela ‘caricaturação’ do diferente como inferior, com menos valor de uso,

⁷⁰⁴ MEIER, 1998, p. 167. “Falando de uma forma mais concreta, Jesus empenhou-se em executar ações extraordinárias como curar os enfermos e exorcizar os endemoninhados; e tanto ele próprio como seus seguidores consideravam que os bons resultados dessas ações eram milagres (na linguagem de nossos evangelhos gregos: *dynameis* [feitos poderosos], *semeia* [sinais], *terata* [prodígios], *paradoxa* [feitos assombrosos] e *thaumasia* [feitos maravilhosos])”.

⁷⁰⁵ MEIER, 1998, p. 17.

⁷⁰⁶ THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. **O Jesus histórico**: um manual. Trad. Milton Camargo Mota; Paulo Nogueira. São Paulo: Loyola, 2002. p. 310-315. Neste trecho citado são apresentadas seis fases de discussão elaboradas ao longo do último século a respeito da interpretação histórica dos relatos sobre os milagres de Jesus. O traço característico entre estas seis fases é a tentativa de reinterpretá-los palatáveis às ideias iluministas ou refutá-los como uma forma automática de negação da fé.

logo também, com menos valor de troca. Dessa forma, convém um olhar para tais relatos procurando decifrar elementos importantes que auxiliem a interpretar a realidade atual.

Ao tratar a questão das curas é importante destacar que este tema corresponde em parte à atuação jesuítica junto às pessoas com deficiência. Em muitos relatos do evangelho (Lc 13.10-17, Mc 2.1-12, Mt 9.27-31 etc.) são descritos com detalhes a forma como Jesus age nos momentos de cura, delineando cada ação de como esta interlocução acontece. Além disso, há outros casos de cura realizados por Jesus que são apenas mencionados como grandes empreitadas (Mt 14.34-36, Mc 3.7-12), sempre acompanhados por uma grande multidão. Meier fez um minucioso estudo sobre a historicidade dos milagres de Jesus, os quais ele classifica em quatro grandes blocos: exorcismos, curas, ressurreição de mortos e milagres da natureza. Na sua opinião, a atuação de Jesus por meio de milagres possui referências em várias fontes sugerindo seu caráter histórico. Importa o fato de que as pessoas com deficiência tiveram um papel protagonista na atuação ministerial de Jesus, tendo em vista, as diversas ocorrências.⁷⁰⁷

Aliás, as práticas de cura eram bastante comuns na tradição judaica, associando taumaturgia e ciência. Esses relatos podem ser encontrados nos depoimentos de Josefo, Filão de Alexandria, como também, nos textos do Talmude e de Qumram. Em muitos casos são destacados os poderes de cura de personagens importantes do judaísmo como Salomão e Davi ou mesmo, posteriormente, rabinos como Rabi Akiva e Hanina ben Dossa. Por outro lado, porém, não há unanimidade na tradição rabínica sobre a associação direta entre pecado e doença vs virtude e saúde. Alguns creditavam aos cuidados científicos e medicinais a tarefa de sarar o corpo humano, tendo a possibilidade de intervenção humana, sem a imediata recorrência à mediação divina (Rabi Akiva). No entanto,

⁷⁰⁷ MEIER, 1998, p. 206. “[...] primeiro mesmo independente dos exorcismos, existe uma ampla múltipla confirmação de fontes e formas para o ministério de Jesus de curar os doentes e enfermos. Referências à atividade de curas de Jesus – na verdade, histórias inteiras – são encontradas em quase todas as fontes do evangelho: Marcos, Q, L e João. Segundo, apesar de ser perfeitamente correto dizer que Jesus foi um exorcista judeu do século I, esta não chega a ser a descrição adequada, mesmo da perspectiva limitada da realização de milagres. Há nos evangelhos seis histórias de exorcismos, além da referência a Maria Madalena em Lc 8.2. Em contraste, existem cerca de 15 diferentes histórias de curas, além da lista geral de Q em Mt 11.2-6/Lc 7.18-23”.

outra ala associava diretamente a cura à relação com a divindade (Hanina ben Dossa), sendo o taumaturgo um instrumento da ação divina.⁷⁰⁸

Nesse sentido, um primeiro ponto que se quer chamar atenção é para o entendimento de cura e doença nas sociedades pré-modernas. Como destaca Hoornaert “nas culturas pré-modernas o conceito de doença cobre fenômenos como pobreza, falta de trabalho, situações de conflito social”.⁷⁰⁹ Se considerar esse entendimento cultural de doença, a cura também estará relacionada a estratégias amplas de resolução das causas de doenças, podendo estar elencadas a níveis físicos, psicológicos ou sociais.⁷¹⁰ Sobremaneira, é possível perceber que as ações de Jesus, como também seu discurso, vislumbram uma ordem social pautada pela vida (Jo 10.10b), promovendo uma reconstrução de identidades pessoais e sociais.⁷¹¹ Esse caráter da cura excede a perspectiva de vislumbrá-la como um ato sobrenatural, vinculado apenas com uma identidade divina, mas chama a atenção para a comunidade e para mudanças estruturais da sociedade.

Também é necessário deixar claro que as curas realizadas por Jesus tinham uma intenção pedagógica importante para a proclamação do Reino de Deus: elas se apresentavam como sinais visíveis de sua presença (Mt 11.5). Remontando à descrição de Isaías, as pessoas conseguiam ver concretizado o discurso utilizado por Jesus como sinais visíveis deste Reino. E por mais que em geral os evangelhos destaquem a exigência pessoal da fé, a mensagem trazida não era apenas destinada às pessoas que eram atendidas em suas necessidades, mas tinha a intenção de mobilizar a comunidade que se achegava e acompanhava da trajetória jesuânica. Isso é muito significativo, porque as pessoas ansiavam por uma vida com menos miséria e exploração e esperavam que o messias pudesse transformar essa realidade de dor. Nos atos concretos de Jesus as pessoas testemunhavam a chegada deste novo tempo.⁷¹²

⁷⁰⁸ REIMER, Ivoni Richter. **Milagre das mãos**: curas e exorcismos de Jesus em seu contexto histórico-cultural. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: UCG, 2008. p. 32-38.

⁷⁰⁹ HOORNAERT, 1994, p. 76.

⁷¹⁰ HOORNAERT, 1994, p. 76-77.

⁷¹¹ CORREIA JÚNIOR, João Luiz. O encontro com o poder salvífico de Deus na pessoa de Jesus: aproximações hermenêuticas sobre o duplo relato de curas em Marcos. São Leopoldo, **Estudos Teológicos**, v. 52, n. 1, p. 128-141, 2012. p. 136.

⁷¹² MEIER, 1998, p. 53-55. Como salienta o autor “todos os milagres de Jesus visavam a conduzir as pessoas à fé, ao arrependimento e à adesão” (p. 54) e “são apresentados como sinais e realizações do poder misericordioso do Deus de Israel, agindo no fim dos tempos para salvar na apenas o indivíduo, mas o povo de Israel como um todo, através de seu agente Jesus” (p. 55).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que Jesus apresentava esse chamado a acreditar, ele transgredia significativamente contra as forças do templo (poder da época).⁷¹³ Essa nova forma de se organizar socialmente com o poder estando junto com o povo descentralizava o monopólio e o interesse da oligarquia do templo. E, ainda mais, desautorizava os líderes espirituais, econômicos e políticos de realizarem a intermediação entre o povo e IAHWEH. Talvez aqui se tenha o cerne da batalha que se trava com Jesus e as autoridades da sua época que culmina na cruz. Isso porque, como será destacado posteriormente, numa vertente da compreensão judaica muito presente no contexto de Jesus, a doença provinha do pecado cometido contra IAHWEH e somente Ele poderia realizar a cura.⁷¹⁴ Ter o controle sobre a fé do povo garantia a manutenção da elite religiosa.

No imaginário judaico estava presente que a representação da doença era a evidência do Mal/pecado.⁷¹⁵ Assim, a pessoa que se encontrava numa situação de saúde debilitada tinha como diagnóstico a sua infidelidade à IAHWEH, como pode ser percebido em Lv 26.16⁷¹⁶ e Ex 23.25.⁷¹⁷ Logo, o corpo da pessoa doente era o lugar escolhido para que o Mal/pecado se manifestasse. Nesse sentido, uma das principais doenças destacadas no mundo antigo era a lepra que se apresentava na deterioração da pele da pessoa leprosa⁷¹⁸, tomando para si o rótulo de impura e

⁷¹³ HOEFELMANN, Verner. A crítica de Jesus à Lei como opção pelos marginalizados. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 27, p. 54-63, 1990. p. 54. O autor destaca que o sistema político na Palestina no tempo de Jesus era teocrático, logo, os representantes divinos eram destinados a governar sob a batuta da divindade. Assim, continua o autor, “a mais alta instância política da Palestina era o Sinédrio, um grupo de 71 pessoas que representavam os escribas (os que faziam e interpretavam as leis), os anciãos (os grandes proprietários de terra) e os sacerdotes (Mc 14.53)”.

⁷¹⁴ HOORNAERT, 1994, p. 77.

⁷¹⁵ KILPP, 1990, p. 42-46. O autor faz uma reflexão sobre a ideia de doença/deficiência vinculada com pecado. Em sua opinião esta ideia surge como uma dedução lógica a partir do exílio e no pós-exílio, como também, por influência das religiões vizinhas. Outro pensamento que denota esta ideia é a Sabedoria presente principalmente no livro de Provérbios. No entanto, o autor destaca que a relação da impureza com a deficiência era muito forte, pois o sacrifício não podia ter nenhum “defeito” (Dt 15.21; Lv 22.22). O autor ainda destaca que existem textos que defendem a causa da pessoa com deficiência no Antigo Testamento como Dt 27.15-26, que é um texto bem antigo e reforça a ideia da relação de impureza e deficiência à época exílica, e Lv 19.13ss. Também os profetas (Is 29.18ss; Is 42.6ss; Is 43.8ss; Is 35.5ss; Jr 31.8ss) vislumbram um tempo futuro de cuidado com as pessoas com deficiência e sua participação social-religiosa. Esta visão futurística reforça ainda mais a ideia de que na época em que foram escritos estes textos as pessoas com deficiência estavam à margem da sociedade.

⁷¹⁶ “Então eu vos farei isto: porei sobre vós o terror, a tísica e a febre ardente que fazem desaparecer o lustre dos olhos e definhar a vida; e semeareis debalde a vossa semente, por que os vossos inimigos as comerão”.

⁷¹⁷ “Servireis ao Senhor vosso Deus, e ele abençoará o vosso pão e a vossa água; e tirará do vosso meio as enfermidades”.

⁷¹⁸ OLIVA, José Raimundo. Proteção divina ao justo versus castigo ao pecador. **Bíblia e Saúde**, Petrópolis, p. 74-84, 2011. p. 80. O autor destaca vários casos em que o castigo de IAHWEH foi a

destinando-a a segregação do grupo. O castigo então era visualmente perceptível.⁷¹⁹ Dessa maneira, além de carregar o estigma da transgressão, a pessoa doente ainda deveria ser segregada do convívio da comunidade, deixando uma mensagem clara para que as pessoas não ousassem contrapor os conceitos da elite religiosa.

Com um rápido olhar para o Antigo Testamento poderá se perceber que a Teologia da Retribuição perpassa os grandes eventos da tradição judaica. Desde a criação e a inserção do pecado com a punição para Adão e Eva. Talvez aqui se tem o centro dessa teologia, sem pecado não há punição, logo, não há retribuição. Fica evidente nas ações posteriores de grandes figuras como Moisés e Abraão, que Deus retribui com saúde e riqueza a quem segue suas ordens que sempre é representada por uma elite vinculada mais tarde com o templo. O próprio evento do Êxodo e a tomada da terra é caracterizada com o sacrifício do povo egípcio e dos povos originários da Palestina. Dessa forma, outra ideia importante é a eleição, na qual o povo temente à IAHWEH é destinado/eleito a subjugar seus inimigos. Logo, o povo judeu é eleito, por sua observância às leis de IAHWEH⁷²⁰, a desfrutarem da paz (*salôm*).⁷²¹

O cerne dessa elaboração teológica era que a divindade destinava àqueles(as) que lhe prestava sacrifícios e seguia suas regras, riquezas e saúde. Para aqueles(as) que não cumpriam com essas tarefas, castigava com pobreza e doença e eram classificados como pecadores(as). Para que a pessoa pudesse então ser regenerada de sua doença, era preciso que a doente se voltasse para a obediência a IAHWEH. Num raciocínio lógico, sendo o pecado causador da enfermidade perdoada, a pessoa estaria curada. Novamente o corpo é um fator fundamental na representação da cura (Lc 5.12-16). Se por um lado a cólera da divindade se manifesta no corpo, para que a pessoa fosse novamente aceita no grupo e tivesse a certeza de que a divindade havia aceitado o seu pedido de perdão,

lepra destinada à pessoa que não seguiu aos ordenamentos religiosos. Como é o caso de Miriã (Nm 12.1-16), do rei Ozias (2Rs 15.1-5), Giezi e Naamã (2Rs 5.1-27).

⁷¹⁹ REIMER, 2008, p. 54-55.

⁷²⁰ HOEFELMANN, 1990, p. 55. O autor destaca que as leis que definiam a vontade de Deus se encontravam no Pentateuco e de acordo com alguns escribas existiam 613 leis, sendo que 365 eram de proibições e 248 de ordens.

⁷²¹ OLIVA, 2011, p. 76-81.

o corpo também deveria representar isso. Dessa forma, o perdão era imprescindível para que o Mal fosse superado e a saúde restabelecida.⁷²²

Logo, para que essa cura/perdão dos pecados acontecesse, era necessário passar pelos canais oficiais que intermediavam as bênçãos alcançadas. Para que as pessoas então pudessem alcançar a IAHWEH era necessário um tributo que se constituía no sacrifício. Portanto, quanto maior fosse a necessidade ou, por assim dizer, o pecado, maior era o preço do sacrifício. Desse modo, quando Jesus oferece às pessoas que sofriam a possibilidade de mesmo em situação de miserabilidade alcançar a IAHWEH, a ponto de chamá-lo de Pai (Mt 7.7-11) e obter perdão dos pecados sem a necessidade de um sacrifício (Mc 2.1-12), ele desestabiliza todo um sistema econômico-religioso que sustentava as elites que detinham o poder da época, protagonizando uma possível ruína desse modelo, caso as elites continuassem a ser desestabilizadas por essas práticas pautadas pela coletividade.⁷²³

A partir do exposto até o momento pretende-se aprofundar um segundo quesito que está intimamente ligado ao tema das curas que é a relação de pureza e impureza associadas às degenerações do bem-estar da pessoa.⁷²⁴ Isso porque, além da pessoa acometida de alguma doença ou deficiência ser considerada pecadora, ela era separada da convivência comunitária, caracterizada como impura.⁷²⁵ Simplificadamente poder-se-ia dizer que, se IAHWEH é vida, tudo que é relacionado à morte impede de se chegar a IAHWEH e deve ser evitado. Isso explica a situação em que se encontravam as pessoas com deficiência, às margens sociais. No caso das pessoas com lepra, esse quadro era ainda pior, pois elas eram afastadas das cidades e do contato com as pessoas ou auxílio em suas necessidades básicas, sendo obrigadas a gritar de longe que eram leprosas, caso alguém se aproximasse, condenando-as, de forma indireta, à morte.⁷²⁶

⁷²² REIMER, 2008, p. 56.

⁷²³ HOORNAERT, 1994, p. 77.

⁷²⁴ Mc 1.40-42. “Aproximou-se dele um leproso rogando-lhe de joelhos: se quiseres podes purificar-me. Jesus, profundamente compadecido, estendeu a mão, tocou-o, e disse-lhe: quero, fica limpo/puro (*katharisthetai*). No mesmo instante lhe desapareceu a lepra, e ficou limpo/puro (*ekatharisthe*)”.

⁷²⁵ É válido lembrar que a relação de pureza/impureza era muito forte no imaginário judaico que as mulheres também eram isoladas em seu período de menstruação e sistematicamente necessitavam passar por rituais de purificação por causa disso.

⁷²⁶ PALLARES, José Cárdenas. **Um pobre chamado Jesus**: releitura do evangelho de Marcos. Trad. Carlos Felício da Silveira. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 42. “Tocar num leproso incapacitava para o culto de Deus. Daí a explicação da fobia do rabi Resh Lakish, que chegava a apedrejá-los

Nos relatos evangélicos, Jesus é confrontado incessantemente com essa dualidade entre pureza e impureza. Os seus desafiadores sempre tentavam encontrar em suas práticas, elementos que viessem a condená-lo dentro da tradição religiosa da época. Novamente, é importante destacar que a pureza sempre estava associada ao templo ou aos seus/suas frequentadores(as) mais assíduos(as). No ideal judaico, até não muito distante do ideal moderno, os(as) puros(as) tinham um caráter de superioridade e de preferência. Era uma distinção de classe reservada para aquelas pessoas que possuía as condições necessárias para seguir tais regramentos. Esse fato também direcionava a quem detinha o poder de decidir sobre o que poderia ser considerado puro ou impuro.⁷²⁷ Novamente fica evidente que, além das questões religiosas presentes, também, tratava-se de relações de poder.⁷²⁸

É importante destacar que os rituais de pureza eram muito presentes no imaginário judaico⁷²⁹, principalmente na época de Jesus. Os principais representantes figuravam no grupo dos fariseus, os porta-vozes da lei.⁷³⁰ Jesus era constantemente desafiado a cumprir à risca a lei trazida de Moisés. O principal ponto de discórdia era que, na visão dos fariseus, Jesus não cumpria a lei presente no Pentateuco. Já pela ótica de Jesus, pelo contrário, os fariseus haviam acrescentado tantos desdobramentos da lei, que esta havia perdido o sentido inicial e se tornara um peso sobre o ser humano que apenas o condenava, e não lhe auxiliava a seguir

quando os via. Assim também se explicam tantas meticolosidades de outros rabinos, como não comer ovos de galinha que tinham posto em local onde vivera um leproso”.

⁷²⁷ KILPP, 1990, p. 43-44. O autor destaca que também o sacerdote, no contato com o sagrado, não podia ser deficiente, como ele afirma: “a santidade de Deus requer a santidade dos sacerdotes. Por isso, os sacerdotes e, de forma intensiva, o sumo-sacerdote, que ‘sobem ao altar’, isto é, levam o sacrifício ao lugar sagrado, estão sujeitos a determinações e impedimentos especiais. Eles não podem, entre outras coisas, ser deficientes”. Porém, não significava que não havia sacerdotes deficientes (Lv 21.16-24, especialmente v. 22) e eles podiam comer do sacrifício, mas não realizá-los. Era uma assistência restrita à classe sacerdotal. Mas aqui se tem uma diferença: enquanto a pessoa com deficiência pobre precisava mendigar para sobreviver, a pessoa com deficiência das elites (principalmente filhos de sacerdotes) tinha a assistência institucional (templo).

⁷²⁸ CORREIA JÚNIOR, 2012, p. 137. Destaca-se a interpretação do autor sobre Mc 5.21-43 no qual afirma que “antes de obter a graça de ver sua filha de volta à vida saudável, Jairo teve que suportar uma espera que, ao nível psicológico, deve ter parecido muito longa... Jesus só o atendeu após a hemorragia. Contudo, sua vida transformou-se ao fazer a experiência de ser o último (ele que tinha status social, enquanto um dos principais da sinagoga); transformou-se ao ser colocado depois de uma mulher impura (ele que era um judeu praticante, considerado puro) [...]”.

⁷²⁹ Lv 11-15; Dt 23.10-14 etc.

⁷³⁰ HOEFELMANN, 1990, p. 55. O grupo de leis que os fariseus mais prezavam estava na categoria cúlticas ou rituais que são encontradas em Lv 17-26. Estas leis, a princípio, eram destinadas aos sacerdotes, mas acabou-se estendendo para toda a população, tendo o grupo farisaico como seu representante principal.

os mandamentos de IAHWEH. Dentre as várias controvérsias estão a lei do sábado⁷³¹, do contato com pessoas impuras e das formas de alimentação. Todas estas imbricações legais eram observadas sistematicamente pelos fariseus que se horrorizavam com a forma com que Jesus as relativizava.

A título de exemplo, apreciar-se-á dois textos bastante conhecidos nos evangelhos sobre o assunto encontrados em Mc 7.1-23 (também Mt 15.1-20) e Jo 9.1-11. A controvérsia de Jesus com os fariseus presentes em Mc 7.1-23, sobre a temática da pureza vs impureza, está sob a questão da alimentação. A tradição praticada pelos fariseus orientava que era necessário um ritual de purificação das mãos e dos utensílios utilizados na refeição para que a comida ingerida não viesse a tornar impuro(a) aquele(a) que a comesse.⁷³² O problema que Jesus aponta não é o fato de lavar ou não as mãos, mas que o não cumprimento desse preceito inviabilizava a participação das pessoas das relações sociais e religiosas. Quer dizer, aquele(a) que se encontrava em situação de impureza precisava se dirigir às autoridades religiosas para passar por um processo de oblação e, assim, viesse a ser reintegrado ao convívio social/religioso.

É fundamental que se tenha essa questão bem viva na relação entre pureza e impureza: ela causa a exclusão daqueles(as) que não conseguem seguir as diversas variações da lei e os(as) impossibilita da participação plena da sociedade e da religião. E é por isso que Jesus vai acusar os fariseus de estarem desvirtuando o mandamento de IAHWEH, pois estão tornando impuro o que é consagrado (*qorban*): as pessoas. Assim, como destaca Nardoni:

[...] Jesus felicita a seus adversários por seu êxito em invalidar o mandamento divino referente ao pai por meio da prática do *qorban*. É uma ironia de tipo paradójico. Por um lado, o narrador mostra a Moisés que compromete toda a autoridade para proteger a obrigação divina de honrar pai e mãe, anexando o mandamento a pena de morte. Por outro lado, os fariseus e escribas, invalidam o mandamento divino usando simplesmente uma interpretação fundamentada na tradição humana. (tradução nossa).⁷³³

⁷³¹ SEGUNDO, 1991, p. 223-226.

⁷³² NARDONI, Enrique. Lo puro y lo impuro en Marcos 7,1-23: la respuesta del lector. **Revista Bíblica**, v. 59, n. 3, p. 135-154, 1997. p. 140. Também em Mc. 7.3-4.

⁷³³ NARDONI, 1997, p. 141-142. “[...] Jesús felicita a sus adversarios por su éxito en invalidar el mandamiento divino referente al país por medio de la práctica del *qorban*. Es una ironía de tipo paradójico. Por un lado, el narrador muestra a Moisés que compromete a toda autoridad para proteger la obligación divina de honrar a padre y madre, adjuntando el mandamiento a la pena de muerte. Por otro lado, los fariseos y escribas invalidan el mandamiento divino usando simplemente una interpretación fundamentada en la tradición humana”.

A relação de pureza vs impureza produzia a exclusão das pessoas da participação dos ambientes sociais religiosos, como também, uma relação de dependência das autoridades religiosas em busca de purificação.⁷³⁴ Com o pecado havia algo parecido. Jesus também foi confrontado por comer com pecadores(as) (impuros(as)). A situação de isolamento social é praticamente intrínseca entre o pecado e a impureza. E junto a isso, soma-se a ideia de castigo pelo pecado. Tamez então aponta que a deficiência era considerada como uma enfermidade causada por um castigo divino por causa do pecado. Dessa forma, a pessoa com deficiência era culpada pelo seu pecado ou dos pecados de sua mãe e de seu pai. Jesus contrapõe-se⁷³⁵ a essa compreensão da deficiência e propõe uma prática inclusiva que visa à participação da pessoa com deficiência no meio social, cultural, político, familiar e econômico.⁷³⁶

Nesse sentido, Jo 9.1-11 apresenta-se como um relato que elucida de forma bastante significativa o imaginário sobre a relação entre deficiência, pecado e impureza. Nesse evento, Jesus é confrontado com a situação de um cego de nascença e os seus/suas próprios(as) discípulos(as) o questiona sobre quem pecou.⁷³⁷ O fato dessa pergunta ser elaborada dessa forma destaca que este pensamento era presente entre as pessoas daquela época, que a deficiência era causada pelo pecado da própria pessoa ou da família.⁷³⁸ Nesse caso, é importante lembrar que esta temática já havia sido abordada pelos profetas como percebido em Jr 31.29-30⁷³⁹ e Ez 18.2-4⁷⁴⁰ e, na apreensão destes, cada qual responde por seus pecados contra IAHWEH. Claro que Jesus intervém de uma forma diferente dos

⁷³⁴ HOEFELMANN, 1990, p. 61.

⁷³⁵ IMMIG, Claudio Vicente. **A presença profética das pessoas com deficiência no atual contexto cultural**: questões antropológicas, éticas e sociais. Tese de doutorado. Roma: Pontificia Universitas Lateranensis, 2010. p. 193. Também em Jo 9.1-11 é possível perceber que a perícopes é um exemplo muito claro da perspectiva da deficiência como resultado do pecado, no qual, Jesus contrapõe seus(as) discípulos(as) afirmando que nem é decorrência do pecado da pessoa, nem do pecado de seu/sua pai/mãe, foi para manifestar o poder de Deus, o que novamente demonstra o papel pedagógico das curas.

⁷³⁶ TAMEZ, 2008, p. 78.

⁷³⁷ “Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” (v. 2).

⁷³⁸ BEZERRA, Benedito Gomes. Pecado e doença na Bíblia: uma relação necessária? **Bíblia e Saúde**, Petrópolis, p. 35-44, 2011. p. 42.

⁷³⁹ “Naqueles dias já não dirão: os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos é que embotaram. Cada um, porém, será morto pela sua iniquidade; de todo homem que comer uvas verdes os dentes se embotarão”.

⁷⁴⁰ “Que tendes vós, vós que, acerca da terra de Israel, proferis este provérbio, dizendo: os pais comeram uvas verdes, e os dentes dos filhos é que se embotaram? Tão certo como eu vivo, diz o Senhor Deus, jamais direis este provérbio em Israel. Eis que todas as almas são minhas; como a alma do pai, também a alma do filho é minha; a alma que pecar, essa morrerá.”

profetas, porque ele apresenta o fator profético-pedagógico da deficiência que é para se manifestar as obras de Deus (v. 4).⁷⁴¹

O importante a destacar nesta passagem de Jo 9.1-11 que a provocação dos questionamentos apresentam a compreensão de que a deficiência, não é um problema social, ao qual a comunidade/sociedade é desafiada a achar alguma solução, mas uma responsabilidade própria pessoa com deficiência ou sua família são culpadas pela deficiência.⁷⁴² Esse detalhe é essencial para que se possa entender o movimento iniciado por Jesus, no qual, tira-se o foco da deficiência da pessoa, objetivando-se na pessoa o fundamental para além de sua deficiência. Logo, é evidente que a impureza ou o pecado não pode ser a justificativa para se excluir as pessoas caracterizadas como impuras ou pecadoras do convívio social religioso, mas, pelo contrário, são voltadas para estas pessoas que se devem direcionar as ações em prol da construção de uma sociedade/comunidade pautada pelo Reino de Deus.

Percebeu-se ao longo deste capítulo que a situação socioeconômica, cultural e religiosa das pessoas com deficiência era degradante que as incluíam num grande grupo que os sinóticos denominam de pobres. Em geral eram lhes destinadas as situações de mendicância e em alguns casos estavam totalmente excluídos do convívio social. Nesse sentido, as curas realizadas por Jesus eram fundamentais para evidenciar que as leis baseadas na relação dualista de pureza e impureza, que destinavam as pessoas com deficiência ao isolamento, e a relação casuística, que as deficiências eram causadas pelo pecado, acabavam por descumprir o mandamento de Deus, pois impossibilitava as pessoas de participarem da comunidade/sociedade. Assim, o cuidado de Jesus com as pessoas com deficiência apontava para o caráter profético-pedagógico de presença, a Pedagogia da Visibilidade.

⁷⁴¹ SOBRINO, Jon. Humanizar uma Sociedade Enferma. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. **Concilium**, Petrópolis, v. 329, n. 1, 70-80, 2009. p. 78-80. O autor elabora uma fórmula em três passos para aquilo que ele chama de desumanização da pessoa excluída que são: dar nome às vítimas, misericórdia conseqüente e gratidão às pessoas excluídas. Este último passo vai de encontro com o que Jesus vem a afirmar no v. 3. Assim, a gratidão às pessoas excluídas é porque com seu grito, abrem os ouvidos e por sua situação de exclusão abrem os olhos de toda a sociedade (comunidade cristã).

⁷⁴² Cabe uma nota neste momento para chamar a atenção para um detalhe importante. Em geral, ficava-se fixo nesta ideia de pureza e pecado e se esqueciam as outras orientações relacionadas às questões sociais como a opressão do(a) próximo(a), os empréstimos em altos juros ou mesmo os tributos que eram algumas das causas da pobreza na época.

5.1.3 A ação profético-pedagógica de Jesus: Deus dentro da História

O Jesus que caminha pelas margens junto com os(as) pobres é a encarnação concreta de Deus dentro da História. A relação metafísica que se criou ao redor de Jesus como um ser humano supra histórico, manifestadamente como o Cristo, como aquele que transpassa a História e seu desenvolvimento, relativizou a atuação profético-pedagógica de Jesus e o transformou num ser divino descontextualizado⁷⁴³, quando, pelo contrário, em seu ministério, o relato evangélico faz questão de elucidar que ele construiu o caminho do Reino junto às pessoas que estavam à margem de forma concreta. Comblin chama essa tentativa teológica de renegar o caráter histórico da atuação de Jesus ou mesmo de relativizá-la, de blasfêmia, pois transfigura Jesus num projeto conciliador das estruturas de opressão e de construção da desigualdade, quando ele, justamente, coloca-se em conflito com esse sistema.⁷⁴⁴

Os elementos levantados no decorrer da primeira parte deste capítulo, a partir da compreensão histórica da atuação profético-pedagógica de Jesus, remetem à compreensão de que Jesus participava de seu contexto social, político, econômico, cultural e religioso. A partir dos relatos literários é possível perceber que Jesus não estava alheio à situação real da sociedade a qual fazia parte, bem como, manifestava-se como contraponto às relações estabelecidas a partir da oficialidade da elite. Ele transparecia, a partir de suas práticas, principalmente, influenciadas pela compreensão do mundo a partir da margem, que o projeto econômico de Deus na História, diferia essencialmente no caráter exploratório a partir da distinção de classes. Nesse sentido, Jesus enfrenta o debate e, principalmente, propõe evidentemente uma ação transformadora das estruturas de exclusão, a partir da realidade da margem.

Não é ingenuidade que os profetas e as profetisas do imperialismo moderno procuram transparecer uma condição a-histórica da construção absoluta de um sistema que tenta maquiagem a sua própria formação social. Faz parte do processo de manutenção do poder, aparentar uma identidade que remete a uma ideia de fim da história. Quando se assume este caráter, o imperialismo torna-se um fim e si mesmo, ignorando toda a relação dialética que constrói a História. Dessa forma, a

⁷⁴³ HORSLEY, 2004, p. 61.

⁷⁴⁴ COMBLIN, 2011, p. 137-141.

religião (neste caso também a Teologia) pode assumir também este papel, desde que, mantendo-se como instrumento supra-estrutural, transforme a mensagem evangélica numa construção descontextualizada, fora da História. Esse processo metafísico de constituir a realização da religião tende a corroborar com os processos de naturalização das estruturas de produção da desigualdade.⁷⁴⁵

O processo sistemático da ideologia de finalizar a História em si mesma é o que Hinkelammert caracteriza como cultura da desesperança que tem como o objetivo a produção de sobras que classifica aquelas pessoas que são supérfluas. Essa forma de reduzir a História tem como alvo a manutenção do poder juntamente a um grupo mínimo de pessoas. Essa estrutura prevê a uma parcela significativa de pessoas a negação da existência presente. Significa estar à margem, existir, mas não ser reconhecido. Hinkelammert aprofunda “o ser humano supérfluo deve ser considerado como tal, de modo que ele se destrua - um ao outro. Essa é uma condição de estabilidade da sociedade sem esperança”. (tradução nossa).⁷⁴⁶ Dessa forma, é possível verificar que o processo de transformação estrutural do projeto econômico de Deus na História tem como critério primordial a participação de todas na vida em abundância.

Jesus como encarnação do próprio Deus na História manifesta não ser conivente com os processos de um sistema de classe produtor de desigualdades.

⁷⁴⁵ DUSSEL, Enrique. **Filosofia etica latinoamericana V**: Arqueológica latino-americana: Una filosofía de la religion antifetichista. Bogotá: Centro de Enseñanza Desescolarizada, 1980. p. 106. “A divinização ou absolutização do sistema europeu e depois norte-americano na Idade Moderna significa uma des-historicização da totalidade social, a formação social concreta. Significa des-dialectizar um processo que tem sua origem, crescimento, plenitude e propósito histórico. O império não resiste em se reconhecer como um evento histórico, finito e modificável que terminará. Possibilidade e contingência consomem as pretensões absolutas do sistema. O fetichismo indica, exatamente, a constituição a-histórica, com pretensão de eternidade (por sua origem e termo), da totalidade social atual. A fetichização consiste em identificar a estrutura atual do sistema com a natureza (como no caso dos estóicos com seu "cosmopolitismo"), com o que o homem é por essência, com o que a divindade decidiu”. (tradução nossa). “Divinización o absolutización del sistema europeo y después norteamericano en la Edad Moderna, significa un des-historificar la totalidad social, la formación social concreta. Significa des-dialectizar un proceso que tiene origen, crecimiento, plenitud y fin histórico. El imperio no resiste a reconocerse como un hecho histórico, finito, modificable, que tendrá fin. Posibilidad y contingencia carcomen las pretensiones absolutas del sistema. El fetichismo indica, exactamente, la constitución a-histórica, con pretensión de eternidad (por su origen y término), de la totalidad social vigente. La fetichización consiste en identificar la estructura actual del sistema con la naturaleza (como en el caso de los estoicos con su "cosmopolitismo"), con lo que el hombre es por su esencia, con lo que la divinidad ha decidido”.

⁷⁴⁶ HINKELAMMERT, Franz. La crisis de poder de las burocracias privadas: el socavamiento de los derechos humanos en la globalización actual. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 117-133, 2003. p. 130. “[...] el hombre hecho superfluo tiene que considerarse como tal, para que se destruya a sí mismo - uno al otro. Eso es condición de estabilidad de la sociedad sin esperanza”.

Negar o caráter histórico da atuação histórica de Jesus, bem como, de sua opção pelas pessoas pobres⁷⁴⁷, significa negar a própria realidade do Reino de Deus vivenciada em Jesus. Ao colocar-se no caminho com as pessoas que estão à margem, Jesus professa um Pai contextualizado, concreto e sem a pretensão de ser poderoso. Pelo contrário, Ele entra em conflito com as estruturas de um sistema produtor de desigualdades, desestabilizando a elite que deste sistema mantém o poder. A partir disso, o Reino de Deus como alternativa é construída com as pessoas, sem imposição pela força. Esse projeto de amor, de justiça e de solidariedade é concretamente contrário às estruturas de poder que sistematicamente produzem morte, desigualdade e exclusão.⁷⁴⁸

A reflexão proposta por Nuñez a respeito da figura escatológica do Filho do Homem é interessante. Ele entende que a compreensão de Jesus com esta figura, principalmente em Marcos, corresponderia, na apocalíptica judaica, à identificação com um ser angelomórfico. Dessa forma, Jesus é reconhecido como justo, característica adquirida por ele ao longo do seu ministério, tendo como fato a sua atuação concreta junto às pessoas que estavam à margem. Nesse sentido, em Jesus, encontra-se uma inversão escatológica que, a partir de seu sofrimento, o justo que sofre, constituir-se-ia o reconhecimento emergente de uma classe de sujeitos antes não reconhecida, a saber, os(as) marginais, como expressa Nuñez, “a inversão escatológica, mostra uma questão axiológica, quer dizer, na humilhação e opressão do justo se produz paradoxalmente a constituição emergente de sujeitos marginalizados”. (tradução nossa).⁷⁴⁹

O destaque à reflexão de Nuñez reafirma o caráter profético-pedagógico da atuação concreta de Jesus. Nela está contida uma relação que constrói, desde a margem, o projeto econômico de Deus dentro da História, que parte a superação da

⁷⁴⁷ RICHARD, Pablo. Jesús Histórico en la Teología de la Liberación. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 181-192, 2003. p. 187. “Os problemas dos pobres não são novos, mas estão nas origens dos evangelhos e do cristianismo. O movimento de Jesus nasceu entre os pobres e o cristianismo nasceu na periferia do Império Romano. Estudar os evangelhos desde os pobres é estudá-lo com o mesmo espírito com que foram escritos”. (Tradução nossa). “La problemática de los pobres no es nueva, sino que está en los orígenes mismos de los Evangelios y del Cristianismo. El movimiento de Jesús nace entre los pobres y el Cristianismo nace en la periferia del Imperio Romano. Estudiar los Evangelios desde los pobres es estudiarlo con el mismo espíritu con el cual fueron escritos”.

⁷⁴⁸ COMBLIN, 2011, p. 141-146.

⁷⁴⁹ NUÑEZ César Carbullanca. El Hijo del Hombre: y la pregunta por el sufrimiento. In: ECCO, Clóvis et al. **Justiças**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 93-120, 2018. p. 100. “[...] la inversión escatológica, muestra una cuestión axiológica, es decir, en la humillación y opresión del justo se produce paradójicamente la constitución o emergencia de sujetos marginados”.

divisão societária de classes, que tem como ponto de partida, essencialmente, a necessidade de reconhecer aquelas pessoas que estavam à margem. Ao contrário de sucumbir a História a um evento metafísico de uma igualdade formal que caracteriza todas as pessoas como universais e igualizadas, partindo de um evento místico-filosófico, Jesus contraria e parte da concreticidade da vida desde aquelas pessoas pobres. A sua ação demonstra e evidencia a existência de um grupo à margem social, econômica, política, cultural e religiosa. Ao invés de negar e conciliar as classes e suas mazelas produzidas por um sistema excludente, Jesus as ilumina.

É por essa perspectiva que se constrói o caminho de Jesus como Filho do Homem, como uma ação dentro da História, e não como uma ação descomprometida com a realidade das pessoas à margem. Nesse sentido, é possível compreender que a convicção de Marcos é que aqueles que são justos, que lutam por justiça, são ressuscitados por Deus. Ele não se abstém, Ele age na História, escolhe um lado. Essa é a mensagem para todos os povos e que deve ser anunciada (Mc 16.15). O Filho do Homem também é vítima de um sistema cruel, não apenas com uma dimensão religiosa e por isso que Ele é morto na cruz fora de Jerusalém. Justamente este evento aponta para o entendimento da morte de Jesus, como a finalidade da História, transformar o mundo. Ao assumir as dores do mundo, Deus transforma a História. Logo, seguir Jesus é transformar o mundo. Esse é o valor do martírio, a transformação concreta da História.

Este caráter de reflexão de transformação da História de forma concreta tem um elemento importante a ser considerado, principalmente, em relação à sua atualização junto ao povo de Deus, de acordo com o pensamento de Comblin. Isso porque, o povo de Deus é uma construção histórica que a oficialidade das instituições eclesiais assumiu como mantenedora. Neste sentido, Comblin afirma que “os bons pobres são os pobres bem-comportados e agradecidos!”.⁷⁵⁰ Quer dizer, a igreja assume uma posição ativa de ser para o povo, ignorando a ação profético-pedagógica de Jesus de ser do povo. Com o intuito de esconder a classificação de classe no interior de sua organização, a institucionalidade eclesiológica nega a sua evidente constituição histórica construída a partir de uma oficialidade elitista.

⁷⁵⁰ COMBLIN, José. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 239.

Esse destaque é importante, porque denuncia uma postura regulatória da institucionalidade eclesiológica que tem como princípio a manutenção da estrutura de produção de desigualdade, tendo em vista, que uma pequena parcela desta institucionalidade se mantém parte de uma aristocracia religiosa. Ela reproduz o templo no contexto jesuânico. Nesse sentido, é fundamental perceber que quando não se transforma as bases da estrutura econômica que produzem a exclusão e a desigualdade, estas mesmas bases são repetidas para dentro da igreja. Comblin auxilia: “o ritmo paroquial supõe nível cultural mais elevado, mais exigente, mais organizado [...] como sempre acontece na história da Igreja, o nível social e cultural das instituições fundadas para os pobres ou pelos pobres sobe, e os pobres ficam para trás”.⁷⁵¹ Assim, a ação profético-pedagógica de Jesus não é um fato cristalizado, mas está por dentro da História.

Outro elemento que Nuñez chama a atenção é a autoridade de Jesus referente à expulsão de demônios.⁷⁵² É necessário mencionar esse evento, tendo em vista que, há correspondência nos evangelhos da relação das possessões e a situação de doenças.⁷⁵³ Nuñez apresenta que ao compreender Jesus numa dimensão angelomórfica, lhe era conferido a capacidade de exorcismo. No entanto, compreendendo a partir do imaginário judeu de demônio, este constituir-se-ia no causador de males, quer dizer, tanto de doenças como da pobreza. Logo, um sistema econômico que se valia da exploração e marginalização de classes figurava-se como endemoninhado. Este fato sugere que a atuação profético-pedagógica de Jesus atuava de forma transformadora que exorcizava os “demônios estruturais” de uma sociedade possessa por um sistema pautado pela produção de exclusão.⁷⁵⁴

⁷⁵¹ COMBLIN, 2002, p. 239-240.

⁷⁵² O objetivo é apontar diferentes aspectos relacionados à atuação profético-pedagógica de Jesus, porém, sem a intenção de aprofundá-los por compreender a necessidade de discussão de outros conceitos importantes como messias, Filho de Deus, Reino de Deus, demônio, o que acarretaria na dispersão do objetivo do capítulo, a saber, ressignificar a percepção teológica da inclusão das pessoas com deficiência a partir da estratégia de visibilidade presente na prática profético-pedagógica de Jesus.

⁷⁵³ Para uma aproximação introdutória pode-se verificar WEGNER, Uwe. Demônios, maus-espíritos e a prática exorcista de Jesus segundo os evangelhos. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 82-103, 2003.

⁷⁵⁴ NUÑEZ, 2018, p. 103-106. “A experiência histórica do sofrimento e da injustiça, da peste, da violência, das patologias mentais é entendida no âmbito da demonologia, ou seja, os maus espíritos que entram no enlutado e absorvem o ego da vítima, são produtos de espíritos malignos ou demônios. Essa crença é bem refletida em vários textos da apocalíptica judaica e no Qumrân onde se fala do ‘domínio da injustiça’, ‘o domínio da impiedade’”. (tradução nossa). “La experiencia histórica del sufrimiento y la injustiça, de las pestes, violencia, patologías mentales son entendidas dentro del imañinario de la demonología, esto es, espíritus malignos que se introducen em el interior del doliente y absorven el yo de la víctima, son productos de malos espíritus o demonios.

Negar a atuação de Deus dentro da História significa naturalizar o processo de produção de vítimas de exclusão, é tornar legítimo o processo de assassinio de pessoas (e toda a criação) de forma direta por meio da negação dos meios de vida abundante.⁷⁵⁵ Nesse sentido, quando a Teologia abandona o seu caráter histórico de construção do seu fazer, bem como, de sua concentricidade para uma escuta caminhante com a vida concreta das pessoas pobres, refugia-se à institucionalidade religiosa, que engessada nas estruturas de poder, conserva uma produção idolátrica que justifica atos de opressão, bem como, dá alento àqueles e àquelas que usufruem da exclusão. Quando a Teologia nega a sua vocação de ser construída contextualmente⁷⁵⁶ com aquelas pessoas que sofrem com um sistema econômico-político-social, resta ser conivente com a opressão.

Segundo propõe que necessitam ser observados para que a fé não se abstenha da história e aqui fala-se desde a perspectiva da Teologia. A primeira seria um fechamento em si mesmo da Teologia, não dialogando com os instrumentais teóricos de discussão da realidade histórica, construindo-se como improdutiva da sua qualidade transformadora. Essa ação proporcionaria um anacronismo universalizante que pouco contribuiria de fato com uma transformação de uma realidade de opressão. Nesse sentido, abster-se da História poderia significar uma mediação que não se realiza em nada, mas acaba por sustentar o *status quo* do modelo sistêmico. Ao pretender-se salvar a si mesma, fora do que acontece na História, contribui para uma existência salvífica vazia que molda o testemunho evangélico a uma construção longínqua da atuação de Jesus, como um elemento figurativo.⁷⁵⁷

Esta creencia está bien reflejada en diversos textos de la apocalíptica judía y en Qumrán en donde se habla del 'dominio de la injusticia', 'el dominio de la impiedad'". (p. 103).

⁷⁵⁵ MO SUNG, Jung. **Deus numa economia sem coração**: pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 91.

⁷⁵⁶ GUTIÉRREZ, Gustavo. Teología y momento histórico. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 485-493, 2003. p. 486. Cabe um destaque compreendido desde Gutiérrez de que toda Teologia é contextual. Assim o é de fato. Chama-se a atenção para o caráter contextual desde a perspectiva do(a) pobre como opção coerente à atuação profético-pedagógica de Jesus. "Deste modo, a teologia está ligada ao momento histórico e ao mundo cultural em que os crentes que o formulam vivem e de onde vêm as questões de que ele tenta responder. Por isso, rigorosamente falando, dizer que uma teologia é contextual é tautológico; de um jeito ou de outro, toda teologia é". (tradução nossa). "De este modo, la teología se vincula al momento histórico y al mundo cultural en el que viven los creyentes que la formulan y de donde provienen las preguntas a las que trata responder. De allí que, rigurosamente hablando, decir que una teología es contextual resulte tautológico; de un modo u otro, toda teología lo es".

⁷⁵⁷ SEGUNDO, 1991, p. 102-105.

Este caráter contextualizado da atuação profético-pedagógica de Jesus e seu contraponto ao sistema econômico-político-religioso de sua época provoca uma ação que envolve toda a comunidade que vivenciou a experiência com Jesus, bem como, o compromisso ético-teológico para aqueles e aquelas que vieram posteriormente. Dessa forma, a atualização do fazer teológico é desafiado a assumir o compromisso deixado pelo testemunho evangélico em todos os tempos e lugares, isso porque, por compreender Deus dentro da História, a atuação profético-pedagógica de Jesus não se resume ao tempo histórico do início da era cristã. Justamente por compreender a ação de Deus como histórica, que a comunidade cristã tem o dever de manifestar a opção de Deus dentro da História: junto com as pessoas que estão à margem para a transformação dos processos estruturais de produção da exclusão.⁷⁵⁸

Assim, a Teologia nos dias de hoje é compelida pelo Evangelho a colocar-se de forma profética frente aos desmandos de um sistema econômico que tem como princípio a exploração da força de trabalho, contrapondo uma relação antiga, também presente no tempo histórico da atuação profético-pedagógica de Jesus, a sociedade de classes. A esses temas, a Teologia possui elementos basilares consistentes que foram construídos ao longo do testemunho bíblico de caminhada de Deus dentro da História com a comunidade (Gn 4.10; Ex 2.23-25; Dt 26.7-8 etc.). O Deus histórico que se manifesta em Jesus tem uma opção muito evidente pela vida, e não apenas como subsistência, mas em abundância (Jo 10.10), não apenas para um grupo de pessoas privilegiadas, mas para toda a criação. A opção que Deus faz pelas pessoas oprimidas não significa trocar de lugar com as opressoras, mas transformar as estruturas de opressão.

Porém, é preciso ter em vista a perspectiva de que a opção pelas pessoas que estão à margem não é uma distinção de mérito arrolada àqueles e àquelas mais crentes, mas, como visto anteriormente, tem o caráter fundamental da construção conjunta do anúncio que vem de baixo. Mo Sung afirma da seguinte forma: “mesmo que todas essas doutrinas e ensinamentos sejam bons para nós, também não

⁷⁵⁸ DUSSEL, Enrique. Transformaciones de los supuestos epistemológicos de la “Teología de la Liberación”. In: _____. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 403-412, 2003. p. 403. A Teologia da Libertação em seu fazer vem buscando destacar a compreensão de Deus dentro da História “que parte discursivamente de uma opção ética pelos pobres, para a construção prática agora e aqui do Reino de Deus”. (tradução nossa). “[...] que parte discursivamente de una opción ética por los pobres, para la construcción práctica ahora y aquí del Reino de Dios”.

podemos esquecer que no anúncio da boa-nova o juízo sobre a 'novidade' e a 'bondade' deve ser dado pelo ouvinte, e não pelo proclamante".⁷⁵⁹ Isso significa dizer que as pessoas pobres não são objetos de ação de caridade. Quem define o caráter de novidade e bondade é aquela pessoa com a qual se anuncia. É um processo conjunto que vislumbra uma ação transformadora desde a realidade do interlocutor, como propriamente ocorreu com Jesus.

Nesse sentido, a Teologia deve ter os ouvidos voltados para os clamores das pessoas oprimidas (Lc 9.38; Mc 10.47-48; Mt 9.27), como Mo Sung descreve de forma significativa: "o clamor pressupõe uma relação social e um sistema social que o gera, que leva o oprimido a clamar. [...] nessa relação de injustiça, o pobre/oprimido é negado como pessoa. Ele não é. [...] não tem voz, só pode clamar".⁷⁶⁰ O clamor sintetiza o último recurso daquela pessoa que vive sob a opressão. É a manifestação singular daquele e daquela que lhe foi tirada a voz. Apresenta uma situação de desigualdade que expõe as relações sociais que sintetiza as definições da estratificação de classes da sociedade e expõe aqueles e aquelas que assumem e usufruem das benesses da opressão. Para que ela se constitua necessariamente é preciso que se relacionem e classifiquem as pessoas nos diferentes níveis de ser.

Quando se ouve o clamor das pessoas que estão à margem sintomaticamente se coloca em oposição ao dogma do mercado de individualidade, quer dizer, ouvir o clamor das pessoas oprimidas significa compreender o mandamento de amor de Jesus como princípio básico da vida concreta que solidariamente supera os interesses egoístas do indivíduo. À concepção do mercado burguês, os interesses individuais regem a organização social e garante a sociabilidade coletiva das pessoas, garantindo assim, que cada qual possa satisfazer suas vontades.⁷⁶¹ No entanto, ao compreender a partir da construção teológica de Jesus, esse paradigma é sobreposto pela concepção de um olhar atento às necessidades de vida em abundância daquelas pessoas mais necessitadas. É um disparate. O olhar para a coletividade daquelas pessoas que estão à margem é uma heresia frente à crença mercadológica, tendo em vista que,

⁷⁵⁹ MO SUNG, 1992, p. 16.

⁷⁶⁰ MO SUNG, 1992, p. 20.

⁷⁶¹ MO SUNG, 1992, p. 96.

novamente, recai sobre a pobreza a dimensão de produção individual, de impureza, de pecado, de escolha.

Jesus representa o projeto econômico de Deus dentro da História, contrária à economia produtora de desigualdades. A dimensão das pessoas que estão à margem como sujeitos históricos principais demonstra que esse projeto econômico tem como base a eliminação dos processos produtores de pessoas excluídas. Ele contraria a lógica econômica que sistematicamente justifica a produção de desigualdades como uma atividade ontológica do sistema, natural, do jeito como há de ser, principalmente, vinculando a exclusão com o fracasso individual. O projeto econômico de Deus dentro da História tem seus indicadores marcados pela prática da igualdade substantiva que tem na diaconia a construção de seus pilares fundamentais da construção de uma realidade concreta de amor.⁷⁶² O serviço é a qualidade da constituição das relações que fundamenta o ser humano em seu valor de uso.

Nesse sentido, a associação ao sistema econômico baseado nos processos de produção da exclusão significa estar em contradição, em sentido adversativo, com o projeto econômico de Deus dentro da história. É o que demonstra Wegner ao interpretar a perícopes de Mc 12.13-17. Com um entendimento alternativo a uma compreensão de maioria, que pode ser ingênua ou não, o autor demonstra que ao contrário de compreender a afirmação de Jesus “dai, pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (v. 17) como uma afirmativa simplesmente justificante do regime de dominação do Império Romano, como uma simples resposta à pergunta “é lícito dar tributo a César, ou não?” (v. 14), corroborando assim com a cobrança de impostos do império, é necessário compreendê-la pela solicitação de Jesus pelo denário “trazei-me um denário para que eu o veja” (v. 15).⁷⁶³

Nesse momento, Jesus justamente evidencia e denuncia com quem estava o denário, quer dizer, quem estava alinhado com o poder que justamente promovia a produção da pobreza e da exclusão.⁷⁶⁴ Ao pedir o denário Jesus mostra que

⁷⁶² REIMER. Ivoni Richter. Economia de Deus e diaconia - estratégias de esperança para o mundo (Mt 25.31-46). In: REIMER. Ivoni Richter (Orgs.). **Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos**. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, p. 192-213, 2006. p. 210.

⁷⁶³ WEGNER, 2006, p. 124-127.

⁷⁶⁴ Uma frase de Marx, neste contexto, tem um significado pertinente. Ele escreve “na medida em que o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, desse modo, fonte de riqueza e cultura, desenvolvem-se a pobreza e o abandono do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura do lado do não trabalhador”. O denário se constitui como riqueza e o elemento concreto da divisão de classe. Estar com o denário significa estar com os não trabalhadores. MARX, 2012, p. 26.

carregar a moeda, ter como sua posse o símbolo da opressão, era estar aliado, ser parte do processo de produção de pessoas à margem. O detalhe justamente se constitui que as pessoas pobres não possuíam o denário, logo, quem o trouxe até Jesus? Possivelmente, justamente aqueles que o interpelavam. O denário com a imagem de César era a representação do domínio romano sobre o povo judeu, significava justamente, a onipresença de César em contraposição ao poder do Reino de Deus. Logo, “dar a César o que é de César” refere-se especialmente a dar a César o que realmente é de César, suas moedas, nada mais.⁷⁶⁵

É fundamental o destaque de Wegner neste momento, pois ele desmistifica uma relação proximal construída ao longo da história cristã da instituição eclesiástica com o Estado, baseado especialmente numa relação associada, caracterizando como fundamento para o estabelecimento de governos baseados nos sistemas econômicos vigentes. De acordo com a sugestão de Wegner e, principalmente, por meio da atuação profético-pedagógica de Jesus é possível perceber que esta é uma associação inviável de ser realizada, se o sistema continua tranquilamente a promover a construção da pobreza e da exclusão, isso porque, a proposta do Reino de Deus manifestada em Jesus, justamente contrapõe esse processo. A conciliação de classes não é possível sem sua superação. É uma tentativa de juntar água e azeite, quimicamente impossível. É irrealizável domesticar o sistema econômico excludente, mas transformá-lo.

Esta dimensão do conhecimento da “pequena tradição”, tratada no início deste capítulo, que tinha como elementos primordiais:

[...] além das proibições do Decálogo mais conhecidas, como de cobiçar, roubar e matar; as comunidades aldeãs continuavam a cultivar e a praticar os princípios da aliança adicionais da cooperação econômica mútua, e dos mecanismos da aliança de moderar a exploração, como o incentivo a ajudar os necessitados, proibições contra o juro, e o cancelamento sabático regular das dívidas.⁷⁶⁶

Isso, remete ao argumento defendido até aqui: a ação profético-pedagógica de Jesus revela em si a apreensão de Deus como atuante dentro da História. Logo, imerso na “pequena tradição”, que se diga de passagem, é considerada algo de

⁷⁶⁵ WEGNER, 2006, p. 127-130. O autor ainda destaca que a melhor tradução para a sentença “e a Deus o que é de Deus”, seria “mas a Deus o que é de Deus”. Isto porque a conjunção *kai* pode ser entendida como “e”, no entanto, também como “mas/porém”, logo, traduzi-la como “mas” denotaria justamente esta dimensão adversativa entre o projeto econômico de Deus e a dominação romana e da aristocracia local.

⁷⁶⁶ HORSLEY, 2004, p. 69.

menor valor por ser construído junto às famílias camponesas analfabetas, tem como memória uma ação concreta de Deus na História, a saber, a libertação da opressão egípcia. Esse fato lembra a um pensamento de Schwantes que merece destaque: “ora, para dominar é preciso desestruturar. Afinal, gente com raízes e memória não é fácil de domesticar. Os antepassados são parte dessa memória”.⁷⁶⁷ O processo de dominação tem como estrutura a desestruturação da História marcada pela libertação das pessoas à margem. Na ação profético-pedagógica de Jesus, Deus reafirma seu compromisso concreto com os e as marginais dentro da História.

Este é o primeiro ponto que se quer destacar. Ao descaracterizar a tradição das pessoas simples, classificando-a como menor, estabelece-se a dimensão de um projeto econômico de Deus que já havia sido manifestada na História concreta das pessoas que estavam à margem. A ação profético-pedagógica de Jesus reafirma essa aliança de Deus com os(as) pobres. Dessa forma, é fundamental perceber que a tentativa da elite de finalizar a História em si mesma, constitui em sua estrutura primeira que é descaracterizar a libertação dos(as) oprimidos em outro momento histórico. É a primeira etapa de um processo que posteriormente se manifestará na naturalização da pobreza e da exclusão. Logo, tirar da memória a ação libertadora de Deus na História, que compreende o projeto econômico de Deus de uma igualdade radical/substantiva, significa apreender os(as) pobres como uma categoria abstrata natural.

Jesus justamente aponta para o fato de que não, não foi sempre assim! Como também não será sempre assim! E assim, destaca-se o segundo ponto. Revigorar-se da seiva das raízes históricas de um projeto econômico pautado pela igualdade radical/substantiva significa não naturalizar a pobreza e a exclusão como fatos dados. Ambas são produções de um sistema marcado por um processo que coloca à margem uma maioria da sociedade em prol do fetiche egoísta de uma minoria que vampiriza o sangue da classe trabalhadora. Este é o fato! Jesus contrapõe essa estrutura que justamente nega Deus dentro da História e o coloca junto ao templo. Jesus desnuda a face de Deus que se encontra com as pessoas marginais e dali constrói um projeto que alcança vida abundante a todas as pessoas.

⁷⁶⁷ SCHWANTES, Milton. Diferentes e solidários: observações sobre Gênesis 25.1-18. In: _____. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 193-204, 2003. p. 193.

O projeto econômico de Deus dentro da História é inclusivo como transformação estrutural, não como acesso benevolente.

Comblin então apresenta uma reflexão interessante que tem como perspectiva a dimensão do povo como de Deus. O autor é categórico ao responder à pergunta sobre o que é o povo de Deus: “são os pobres que querem governar-se a si próprios, livres dos senhores da terra, submissos somente ao Senhor do céu”⁷⁶⁸ e continua mais adiante: “o povo é formado de leigos que se opõe ao clero”.⁷⁶⁹ Essa reflexão apresenta dois aspectos importantes que fundamentam os argumentos aqui empreendidos. O primeiro diz respeito à identificação de Deus com as pessoas marginais, reforçando a tese da manifestação do projeto econômico de Deus na História na ação profético-pedagógica de Jesus com um detalhe que tem sido compreendido nesse trabalho de uma igualdade radical/substantiva, não apenas entre as pessoas que compõe o povo, mas também na construção conjunta deste projeto de Deus na História.

Esse é o caráter radical/substantiva da igualdade inclusiva do projeto econômico de Deus presente na ação profético-pedagógica de Jesus: Deus dentro da História na sua diversidade é um igual. É por isso que Jesus constrói o caminho de seu ministério junto com as pessoas que estavam à margem e dali elabora a transformação estrutural que propunha desde a realidade concreta do povo de Deus. É por esse caminho que Jesus trilha a perspectiva do Reino de Deus, não acabado, mas construído no caminhar (Lc 24.13-35). Se assim o é, não é possível manter a diferenciação de classes e privilégios de um grupo que se coloca como a elite. E aqui, à qualidade de clero, deve-se agregar também aquele grupo que denominado como leigos atuam de forma a se posicionar socialmente beneficiados por um sistema de exclusão. Na igualdade radical/substantiva do Reino não há espaço para a diferenciação de classe.

Míguez é ainda mais contundente.

O Reino de Deus não é construído, ele irrompe. Nesse sentido, o reino messiânico não é um modelo de uma sociedade alternativa, mas a possibilidade da própria alternativa para qualquer e todos os modelos de sociedade. Pois todo modelo humano causará alguma exclusão, e esse excluído será constituído, a partir de sua exterioridade, no transcendente de onde é concebida a crítica radical. A transcendência não é o poder que nos governa de cima, é o excluído da história que retorna como seu

⁷⁶⁸ COMBLIN, 2002, p. 199.

⁷⁶⁹ COMBLIN, 2002, p. 202.

questionamento mais radical, é uma “transcendência de baixo”, da manjedoura e da cruz. (tradução nossa).⁷⁷⁰

O pensamento de Míguez condensa de forma sistemática a reflexão apresentada ao longo deste capítulo, sintetizando a compreensão da ação profético-pedagógica de Jesus como manifestação do projeto do Reino de Deus dentro da História como uma irrupção. Essa é a qualidade radical da transformação estrutural proposta por Jesus. Reforça, como já destacado, que o projeto econômico de Deus dentro da História não pode ser conciliado com uma estrutura de classe, mas demanda a sua superação de forma transformada para uma igualdade substantiva. É por esta perspectiva que se compreende o ministério jesuânico. A transformação proposta por Jesus é mais do que montar uma tenda para que se viva uma realidade alternativa (Mt 17.1-13; Lc 9.28-36), mas entra no templo com um laço (Mc 11.15-18; Lc 19.45-48; Mt 21.12-13). Ela é a sociedade inclusiva em sua radicalidade da igualdade substantiva.

Da mesma forma, esse projeto econômico de Deus dentro da História não vem do alto como sistematicamente os sistemas baseados na produção da exclusão e de desigualdade se estabelecem, constroem-se e impõem-se, mas sua transcendência vem desde baixo.⁷⁷¹ Ele não irrompe do centro, do palácio ou do templo, mas transcende desde à margem, à manjedoura e à cruz. É daqueles e daquelas que são invisíveis, que não existem, que não são reconhecidos como sujeitos que o projeto econômico de Deus surge como transformação radical. É o projeto libertador que vai até o Egito para resgatar o(a) oprimido(a) (Ex 3), porque ele ouve o clamor da transcendência que vem de baixo. Essa é a opção do projeto econômico de Deus dentro da História encarnada na ação profético-pedagógica de Jesus, com o qual a multidão e os(as) discípulos(as) são desafiados(as) a participar.

Na primeira parte deste capítulo foi possível perceber que Jesus atua de uma forma transformadora em relação à estrutura de poder de um sistema baseado

⁷⁷⁰ MÍGUEZ, Néstor. La posibilidad de una religión liberadora: Teología de la Liberación y las utopías político-religiosas de los excluidos. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.). **O capitalismo como religião**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012. p. 201. “El Reino de Dios no se construye, irrumpe. En esse sentido el reino mesiánico no es un modelo de sociedad alternativa, sino la posibilidad de la alternativa misma a todo y cualquier modelo de sociedad. Pues todo modelo humano provocará alguna exclusión, y eso excluido se constituirá, desde su exterioridad, en el trascendente desde donde se plante la crítica radical. La trascendencia no es el poder que nos gobierna desde arriba, es lo excluido de la historia que regressa como su cuestionamiento más radical, es una 'trascendencia desde abajo', desde el pesebre y la cruz”.

⁷⁷¹ PIXLEY, Jorge. **O Deus libertador na Bíblia**: Teologia da Libertação e filosofia processual. São Paulo: Paulus, 2011. p. 17-34.

na produção da exclusão e da desigualdade. Sua ação é profético-pedagógica e manifesta a ação de Deus dentro da História. Foi perceptível a argumentação que o ministério de Jesus fez uma opção clara pelas pessoas que estavam à margem, entre elas, as pessoas com deficiência. É com elas que ele constrói a radicalidade do Reino de Deus, projeto que tem como fundamento principal, a libertação das pessoas vítimas dos processos de exclusão. A radicalidade da inclusão substantiva do projeto econômico de Deus dentro da História tem como ponto nevrálgico a vivência concreta da igualdade substantiva e a superação das estruturas excludentes e classificatórias de uma sociedade de classes.

5.2 Transformar estruturas de morte em estruturas de vida em abundância: desafios comunitários da Pedagogia da Visibilidade

Ao se iniciar a segunda parte deste capítulo, faz-se importante traçar um esboço do caminho percorrido até o momento. Em linhas gerais, é possível descrever que a primeira parte deste capítulo teve uma preocupação de expor conceitos considerados pertinentes para a discussão do que se tem chamado de Pedagogia da Visibilidade, relacionados com o contexto de Jesus. Sem uma tentativa de comprovar ou refutar discursos testemunhados nos evangelhos, arriscou-se elaborar um pano de fundo sobre como se desenvolvia o contato de Jesus no específico das pessoas com deficiência. Nesse sentido, percebeu-se que as pessoas com deficiência estavam incluídas num grande grupo de excluídos(as) chamados de pobres. É essencial frisar esse detalhe, porque na ação profético-pedagógica de Jesus, relatada nos evangelhos, demonstra um espaço especial.

A partir disso, fica claro que a ação profético-pedagógica de Jesus não é baseada em discursos homiléticos, elaborados de forma erudita, mas ela é caminhante junto àquelas pessoas que estão às margens da sociedade, daquelas que estão ali, mas não são vistas, não são reconhecidas ou mesmo são ignoradas e simplesmente naturalizadas como parte do cenário social. São figurantes! Frente esta realidade de *apartheid* social, Jesus propõe uma ação que vislumbra o cuidado com as pessoas com deficiência. Este não se baseia em ações sociais assistencialistas ou como alguns discursos modernos burgueses gostam de bradar como “dar o peixe”, mas como perceber-se-á ao longo de todo este capítulo quarto, que as ações de curas de Jesus têm um papel fundamental de inclusão substantiva

que é trazer para o convívio econômico-social-religioso aquelas pessoas que estavam postas do lado de fora.

5.2.1 A virada paradigmática: um novo mundo possível

As ações realizadas por Jesus, em geral, constituem-se de formas diferentes das convencionais de sua época. A virada paradigmática justamente acontece na perspectiva de uma mudança de direção, da transformação de uma realidade de exclusão numa realidade construída comunitariamente que tem a inclusão daquelas pessoas que estão à margem no processo de participação da vida. A sua postura de mudança substantiva de superação dos processos de produção de desigualdade presente na distinção de classe aponta para uma mudança estrutural e superação da sociedade de classe.⁷⁷² Isso não quer dizer que Jesus estava descontextualizado da realidade social, política, cultural, econômica e religiosa de seu tempo. Jesus apresentava práticas comuns às pessoas do seu entorno e seguia preceitos como ir à sinagoga e visitar o templo nos tempos de festas⁷⁷³, nesse sentido, Jesus era um bom judeu.⁷⁷⁴

No entanto, ao mesmo tempo em que frequentava esses lugares, possivelmente por tradição, a sua atuação ministerial constitui-se em lugares bem diferentes dos grandes centros de poder. Esse é um elemento importante a ser destacado, pois manifesta a dimensão de sua teologia construída na margem social,

⁷⁷² E13. A pessoa entrevistada faz um apontamento interessante que claramente aponta para o limite estrutural do direito burguês. É nesta perspectiva dialética que Jesus apresenta sua proposta profético-pedagógica, pois compreende uma ação radical, com a superação substantiva da desigualdade: “[...] a lei, na verdade ela ajudou, mas por outro lado ela criou esta divisão. Deficiente só pode se candidatar à vaga de deficiente, a outra vaga eu não posso me candidatar, porque? Claro que existem algumas situações que a pessoa precisa de alguma necessidade de adaptação, então a empresa precisa de adaptar, eu tinha um colega que era surdo. Então, toda a questão dos computadores, eram adaptados, daí a empresa também precisa se adaptar”.

⁷⁷³ COMBLIN, 2011, p. 134. Comblin destaca que “[...] Jesus não quis fundar uma religião. Era judeu, e criticou radicalmente não somente os doutores, os sacerdotes, os fariseus, mas a própria religião que defendiam e que Jesus não reconheceu como a verdadeira expressão da vontade do Pai. Jesus não se opôs à prática religiosa do povo. Não propôs outra religião. Sempre se considerou como judeu, seguindo a herança de Abraão. Veio como um profeta que quer reformar a religião do povo de Israel e todo o seu comportamento, toda a sociedade de Israel. Queria libertar Israel de todas as ataduras, mas não queria formar outra coisa ao lado de Israel. Praticamente esvaziou o judaísmo de todo o seu aparelho religioso que, para ele, não eram a expressão das promessas feitas a Abraão. Jesus quis ser fiel ao verdadeiro Israel e por isso esvaziou o sistema religioso. Mas não quis fundar outra religião”.

⁷⁷⁴ HOEFELMANN, 1990, p.56-57. A contrariedade de Jesus estava principalmente revelada na relação de exclusão que as elites da época faziam pela lei (leis orais e pureza vs impureza). Este seguimento da lei para transgredir a vida era rechaçada por Jesus.

na periferia. É o que se pode perceber através dos relatos evangélicos. Em sua grande maioria Jesus encontra-se no meio da multidão em casas, praias, montes e pequenos vilarejos. Essa diferença é fundamental das autoridades religiosas da época que ostentavam seu poder nos centros como templo e as sinagogas. Na ação pedagógica de Jesus, encontrar-se-á o contrário, a sua autoridade surge da poeira de suas sandálias.⁷⁷⁵ É junto com as pessoas excluídas e marginalizadas (multidão) que Jesus está.⁷⁷⁶ É com elas que Jesus come (Mc 2.15-17; Mt 9.10-13; Lc 5.29-32), chora (Jo 11.1-46) e caminha (Lc 24.13-35).⁷⁷⁷

A atuação de Jesus parte da ocupação do espaço social destinado àquelas pessoas que estavam à margem. É interessante observar que todo o movimento de Jesus é construído da periferia para o centro. Esse elemento é significativo, porque tem a característica da construção participativa das pessoas que estavam à margem. Esse é o fato primordial que tem uma percepção fundamental para a construção de mudanças estruturais. Ocupar o espaço social de poder não significa transformação da realidade concreta de exclusão, pelo contrário, a mensagem deixada por Jesus sugere empiricamente que esta, necessariamente, passa pela construção junto à multidão. Este é o diferencial jesusuânico que aproxima a mensagem evangélica com as pessoas e lhe confere autoridade para atuar junto aos/às pobres, ao ponto de ser reconhecido como Filho de Deus (Lc 8.28; Mt 16.15-17; Mt 27.54; Mt 20.30 etc.).

Essa é uma virada paradigmática significativa, pois constitui-se como fundamental para que Jesus entendesse o que se passava com as pessoas com deficiência, as suas realidades de vida e suas lutas cotidianas contra os estigmas que as qualificavam como pecadoras e impuras. Essa é sem dúvida umas das principais questões para que Jesus se compadecesse da causa das pessoas com

⁷⁷⁵ PALÁCIO, Carlos. Para uma pedagogia do diálogo. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 35, n. 97, p. 369-376, 2003. p. 369-372. Baseado no conceito de alteridade de Levinas, o autor propõe três etapas de uma pedagogia a partir do diálogo, que o autor identifica como prática pedagógica de Jesus. Para Palácio, o diálogo pressupõe “ver”, “escutar” e “acolher” o(a) outro(a) em sua diferença. Este processo de alteridade que parte do ser-em-si para ser-no-outro tem como ponto principal a possibilidade de caminhada que pode ser realizada em conjunto. Sem considerar esta perspectiva de reconhecimento do(a) outro(a) presente na ação de Jesus, não é possível pensar numa Pedagogia da Visibilidade.

⁷⁷⁶ SESBOÛÉ, Bernard. **Pedagogia do Cristo**: elementos de cristologia fundamental. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 26. O autor destaca que Jesus é sua própria atividade, quer dizer, o seu discurso vinculado ao Reino de Deus se manifesta nas suas ações cotidianas.

⁷⁷⁷ OLIVA, 2011, p. 81-84. O autor faz um levantamento e encontra a palavra multidão (*ochlos*) mencionadas 137 vezes nos evangelhos sendo que em Mateus 48, Lucas 37, Marcos 33 e João 18.

deficiência que estavam à margem. É praticamente impossível sensibilizar-se a uma luta sem conhecer a realidade em que as pessoas se encontram. A convivência é que constrói as pessoas humanas. No caminho de convívio construído por Jesus junto às pessoas pobres, a dimensão do pecado dava-se por meio de uma sociedade que era mantida pela organização estrutural do poder religioso, econômico, social, cultural e político construído à base da segregação. Jesus mostra que é a partir da vida concreta que a transformação se torna alternativa.

Outro ponto fundamental é que as alternativas de mudanças brotam da realidade das pessoas.⁷⁷⁸ Não é a partir de uma decisão discursiva ou de um mandato legal, mas é construído na base, na relação dialética, no contato e na tensão com a diferença. Nesse sentido, é interessante observar o que Wenzel destaca, ao que ele elenca como características da personalidade de Jesus, que “quanto na escolha dos primeiros discípulos, quebrando a estrutura do mestre que espera por seus discípulos, para ir ao encontro deles em seu meio de vida (Mc 1.16-19)”. Essa observação destaca a maneira como Jesus age frente às estruturas paradigmáticas de sua época que classificava as pessoas em extratos sociais de dominação.⁷⁷⁹ Jesus caracteriza-se por estar encharcado de gente.⁷⁸⁰ Olhar para virada paradigmática de Jesus é perceber o processo presente de construção de uma sociedade sem classes.

A atuação de Jesus junto às massas não significa uma negação dos sujeitos com suas identidades pessoais, pelo contrário, ele tem a perspicácia pedagógica de partir do coletivo para o sujeito e da cotidianidade concreta específica realizar seus ensinamentos. Essa é uma marca da atuação de Jesus, ele parte do todo para o específico para construir com a coletividade. Essa forma de atuar, proporciona uma proximidade com seus interlocutores(as), pois a partir das coisas triviais, estabelece-se o ponto de partida para seu ensinamento sobre as coisas do Reino de Deus.⁷⁸¹ Isso se manifesta principalmente nas parábolas que Jesus contava. Numa linguagem de fácil acesso às pessoas que o seguia, o discurso de Jesus condizia com sua prática. Essa ação pedagógica de Jesus é possível ser percebida, por

⁷⁷⁸ DAUSÁ, Alejandro. **Encuentros con el maestro: la pedagogía de Jesús de Nazaret.** La Habana: Editorial Caminos, 2002. p. 45.

⁷⁷⁹ WENZEL, 1997, p. 53.

⁷⁸⁰ DEPARTAMENTO DE CATEQUESE DA IECLB. **Pedagogia de Jesus.** São Leopoldo: Sinodal, 1988. p. 14.

⁷⁸¹ PRICE, J. M. **A pedagogia de Jesus: o mestre por excelência.** Trad. Waldemar W. Wey. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980. p. 39-44.

exemplo, no contato com as pessoas com deficiência quando na realização das curas.

A autoridade de Jesus constrói-se a partir de sua atuação prática junto às pessoas, como também, a sua capacidade de propor alternativas concretas aos processos de exclusão presentes em sua época (Mc 1.21-28). Há uma enorme diferença entre Jesus e as autoridades de sua época (escribas, fariseus, saduceus, anciãos). Esta, fundamentalmente, constitui-se a partir do compromisso e responsabilidade de Jesus junto àquelas pessoas que sofriam com a exclusão por diversos fatores, como a pobreza, a doença e o pecado. Além disso, enquanto os doutores da lei (escribas) repetiam as leis como chavões para justificar a exclusão, Jesus propunha a reflexão e reinterpretação que valorizasse a vida de todas as pessoas.⁷⁸² Assim, a caminhada que Jesus fazia não era vazia ou para agregar seguidores(as), mas ela era a própria vida de Jesus, o seu próprio trabalho, a sua verdadeira missão.

Outra virada paradigmática importante acontece quando Jesus coloca em debate uma nova forma⁷⁸³ de propor a organização da realidade social/religiosa.⁷⁸⁴ Como se pretende aprofundar mais adiante, as curas tinham uma função pedagógica de reinserção da pessoa com deficiência no convívio social/religioso⁷⁸⁵, conferindo-lhe um novo papel que passa de excluída para participante.⁷⁸⁶ Fazendo um paralelo entre os paradigmas modernos, discutidos no segundo capítulo, pode-se afirmar que Jesus propõe uma relação de inclusão (suporte) que tira da pessoa com deficiência toda a carga estigmatizada de que ela era culpada de seu sofrimento e de sua exclusão. Jesus inverte este polo. Se no pensamento da lei a pessoa com deficiência era condenada pelo pecado, na proposta de Jesus, todas as pessoas eram convidadas e conduzidas a participarem da festa do Reino (Lc 14 15-33). É o Reino que vem até elas.

⁷⁸² WENZEL, 1997, p. 54.

⁷⁸³ WENZEL, 1997, p. 59. O autor define esta forma diferenciada de interpretar a lei em alusão à Mc 2.18-22 de “colocar vinho novo em odres novos”.

⁷⁸⁴ RASCH, 2008, p. 85-86. O autor destaca que visualizando em direção à graça de Deus só é possível constatar que “devemos gerar a inclusão de todas as pessoas da comunidade sem restrições de qualquer tipo. Sua cor, idioma, cultura ou condição não importarão. E dentro da condição de deficiência deve incluir todos”. (tradução nossa). “deberemos generar la inclusión de todas las personas a la comunidad sin restricciones de ningún tipo. No importará su color, idioma, cultura ou condición. Y dentro de la condición de discapacidad se deberá incluir todas”.

⁷⁸⁵ CERIGNOMI, Francisco Nuncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência: uma questão política?**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 48.

⁷⁸⁶ DAUSÁ, 2002, p. 58-61.

Nesse sentido, Jesus constitui-se num transgressor das ordens estabelecidas de sua época.⁷⁸⁷ Ele está sempre em conflito com os interesses e práticas que de alguma forma impedem as pessoas de participarem de forma ativa da realidade social/religiosa. Jesus contradiz a lei puritana defendida pelas elites e a ressignifica colocando no centro as pessoas. Nessa ressignificação, a lei foi feita para as pessoas, e não o contrário (Mc 2.27). Dessa forma, a tensão faz parte de sua missão. Jesus insere-se na sociedade como um espinho na carne. Fica incomodando as elites e desnuda o jogo que está posto. As aparências que tendem dar uma noção de que assim se constitui as relações, sem perspectiva de mudança (quem é pecadora continuará pecadora sem possibilidade de ser aceita pela divindade), Jesus as desnuda e mostra “as suas vergonhas”, causando uma indigestão para os olhos.

A banalidade da pobreza⁷⁸⁸ fazia com que as pessoas já não enxergassem o sofrimento como ultraje à vida. Quer dizer, tudo que afrontava a visão já não era mais possível de ser visto, tinha sido naturalizado, parte da paisagem estabelecida como uma causalidade do mundo. Os processos de invisibilidade eram tão sofisticados que, mesmo existindo um grande número de pessoas pobres (a maior parte da população), estas não eram reconhecidas como capazes de participar do banquete. Elas estavam ali, mas não eram vistas. Um processo de invisibilidade visível, que consiste num processo fatalista de existência inexistente, de ausência presente, de normalidade deficiente. Com os olhos voltados para o alto (templo), a comunidade já não percebia as práticas excludentes em seu seio e deixava-se de enxergar a desgraça que caía à direita e à esquerda (Lc 10.25-37).⁷⁸⁹

E, por fim, é possível destacar uma última virada paradigmática de Jesus como a inversão dos papéis pré-estabelecidos do(a) melhor, do(a) privilegiado(a) e do(a) primeiro(a). Contrariando os pressupostos de sua época, que colocava algumas poucas pessoas (elites) como respeitadas e privilegiadas, Jesus propõe que aquela pessoa que quer ser exaltada é a primeira que se coloque a serviço. O título de “excelentíssimo”, tão comumente utilizado nos dias atuais para diferenciar

⁷⁸⁷ WENZEL, 1997, p. 66.

⁷⁸⁸ Aqui se refere pobreza como a totalidade de mazelas que afrontava a maioria da população (doença, deficiência, fome, miséria etc).

⁷⁸⁹ REIMER, 2008, p. 70, 77. A autora destaca que nesta parte central de Marcos, as curas de dois cegos (Betsaida e Jericó) iniciam e terminam um processo de seguimento a Jesus, que prevê um reconhecimento de suas ações como sinais do Reino e, principalmente, para a marginalização de pessoas que estavam fora do sistema social-religioso da época.

as pessoas que estão com o poder, na lógica de Jesus, deveria estar a serviço das pessoas, e não sendo servidas com benefícios e regalias, com privilégios que se transformam em direitos. A ação de inversão de papéis de Jesus, propõe uma relação de cuidado/cura social que transforma a realidade da exclusão a partir de mudanças estruturais concretas de superação da sociedade de classe. É por esse caminho que Jesus aponta para uma inclusão substantiva.

Com toda a certeza este tipo de privilégio (servir) é escândalo para seus/suas contemporâneos(as). Romper com a ordem construída como natural que destina às pessoas a subir a escalada social almejando lugares altos e com maiores privilégios é uma virada paradigmática importante e constrangedora.⁷⁹⁰ Logicamente, como é possível perceber até o momento, em sua prática pedagógica ele a realiza e causa espanto para aquelas pessoas que estavam com ele (Jo 13.1-11; Lc 22.24-30), pois compreender e fomentar novas práticas é um processo que demandam ações radicalizadas de uma vivência comprometida com práticas cotidianas que exigem o desnudar-se de posições de destaque, mesmo entre a comunidade de pobres. As ações implementadas por Jesus em seu ministério exigem o aprofundamento ao máximo do mandamento do amor e suas consequências (Lc 6.27).

A reflexão aqui apresentada sobre as práticas de Jesus que se constituíam como viradas paradigmáticas são fundamentais para entender a ação profético-pedagógica de Jesus junto aos desafios presentes em seu contexto. Perceber essas diferenças é necessário para que se entenda que o movimento de Jesus não estava pautado por dogmas estabelecidos pelo sistema legalista de sua época, mas, a partir dele, Jesus propunha a transformação radical das estruturas baseadas na produção de desigualdade e de distinção de classe. Esse processo revolucionário, que parte do meio do povo, tinha como ponto fundamental a possibilidade de as pessoas participarem de uma vida boa, de uma inclusão substantiva. Quer dizer, elas não eram usadas por Jesus para alcançar algum benefício político-religioso ou

⁷⁹⁰ GAEDE NETO, 2001, p. 67-73. “Percebemos, assim, que a proposta da ordem fundamental possui claramente também uma dimensão profética: fundamentando um contramodelo em relação a uma forma de vida escravista (mantida por um aparato de dominação política, econômica e religiosa), a ordem fundamental faz a comunidade cristã assumir uma função denunciadora contra a elite que mantém essa situação e, positivamente, a faz anunciar a vontade libertadora de Deus, que pode se tornar experimentável e vivenciável na comunidade em que, quem quiser ser grande, seja *diákonos* de todos”.

para beneficiar uma classe, mas as pessoas eram convidadas a se responsabilizarem e se posicionarem frente às realidades de exclusão.

A ação profético-pedagógica de Jesus alcançou as pessoas de sua época de diferentes maneiras. Por um lado, possibilitou a participação das pessoas de forma concreta para dentro da história presente, porém, por outro lado, desestabilizou aquelas pessoas que sempre se acostumaram a seguir o fluxo dos acontecimentos sociais, tendo como princípio, a naturalização e a banalização da exclusão. A atuação de Jesus deixa uma mensagem singular: proporcionar mudanças estruturais reverbera a resistência do sistema pautado pelas classes. Por isso, há que ter como horizonte que a transformação real da sociedade é um processo histórico e concreto. Ela necessita inevitavelmente transformar as estruturas de poder. E nesta manifestação construtiva da história YAHWEH participa, caminha junto e vai até aquelas pessoas que estão na margem. É com este horizonte de serviço que a Teologia tem o dever de construir o seu fazer epistemológico, superando assim os paradigmas da exclusão.

5.2.2 A Pedagogia da Visibilidade

Ao falar sobre a Pedagogia da Visibilidade é importante perceber que Jesus em suas curas propõe uma relação dialógica. Ele simplesmente não diz o que vai fazer pelas pessoas com deficiência, como um ato mágico, pelo contrário, ele questiona: “o que queres que eu te faça?” (Mc 10.46-52; Lc 18.41). Essa postura é interessante, porque parte da pessoa com deficiência a autoridade do que ela gostaria que fosse transformado para que ela pudesse participar da realidade social/religiosa. Assim, o pano de fundo do que aqui se chama de Pedagogia da Visibilidade é a participação ativa das pessoas com deficiência de dizerem o que querem para sua vida, em um processo dialógico que demonstra o reconhecimento e sua qualidade de ser sujeitos. Nesse sentido, elas rompem com a dependência assistencialista (mendicância, por exemplo), para assumir um papel ativo de afirmação e ocupação dos espaços sociais.⁷⁹¹

Para entender esse processo de mudança estrutural proposto nas práticas de Jesus, aprofundar-se-á em elementos considerados como fundamentais e

⁷⁹¹ REIMER, 2008, p. 76.

presentes nas realizações de cura⁷⁹² que caracterizam a prática do que nesse texto tem-se designado como Pedagogia da Visibilidade. O primeiro pressuposto que se identifica como componente da prática pedagógica é a *acessibilidade para se achegarem até Jesus*. Ele mesmo solicita à comunidade que deixem que se achegue os(as) pequeninos(as) (Mc 10.14) e os(as) sobrecarregados(as) (Mt 11.28). A prática de Jesus constitui-se em abertura para encontrá-lo. Todas as pessoas tinham acesso para chegar até ele.⁷⁹³ Mesmo no meio da multidão, qualquer pessoa podia interceptá-lo para as mais variadas necessidades da vida. Sua exortação era direta quando a comunidade impedia que alguém se achegasse a ele (Mc 10.14, Lc 13.15; Lc 18.39-40; Mc 3.4-5 etc.).

A atuação de Jesus dava-se no caminho junto com as pessoas (Mt 20.30). Não era um atendimento institucionalizado, com horário fixo no templo ou na sinagoga, mas de acordo com a necessidade das pessoas. Dessa forma, Jesus transmitia um “senso de proximidade” que instrumentalizava as pessoas a poderem se aproximar. Esse “senso de proximidade” pode ser explicado pela justificação. Quer dizer, as pessoas com deficiência eram aceitas na sua condição de pessoas, não precisavam ser purificadas ou prestar sacrifícios anteriormente, como forma de expiação. Na presença de Jesus, todas as pessoas podiam se achegar.⁷⁹⁴ Logo, essa acessibilidade pode ser caracterizada de três formas: momento em que as pessoas se achegavam (Mc 5.25-34); em outro eram trazidas, conduzidas (Mc 2.1-

⁷⁹² REIMER, 2008, p. 71. Em consonância com a autora, este estudo acredita que as formas tradicionais de interpretar as curas coloca em Jesus um protagonismo que torna o cuidado/cura como algo sobrenatural. Trazer para o cotidiano as ações de Jesus e mostrar a sua ação pedagógica num âmbito relacional propicia uma apreensão do cuidado/cura como uma responsabilidade possível nos dias atuais.

⁷⁹³ MEIER, 1998, p. 52-54. Os autores destacam que as curas têm uma associação importante que é o papel da fé, seja na prerrogativa de se achegar até Jesus, seja no ato após a realização da cura. Na opinião deles, este fato e a relação de proximidade de Jesus com as pessoas na relação das curas, tornar-se-iam o diferencial para refutar a ideia de que os milagres de Jesus se constituíam como magia.

⁷⁹⁴ STARNITZKE, Dierk. **Diaconia**: fundamentação bíblica, concretizações éticas. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2013. p. 137-140. O autor faz uma reflexão interessante sobre a apreensão protestante da temática da dignidade humana. Ele ressalta que em geral se referencia a dignidade humana a uma inerência à pessoa por causa da imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26ss). Para ele isto é um equívoco, pois em primeiro lugar não uma evidência segura de que o texto refere a imagem humana exatamente à imagem de Deus e, em segundo lugar, esta imagem é marcada pela condenação do pecado (Gn 3 e 4). Desta forma, o autor propõe que se fale em dignidade a partir da imagem de Cristo Ressurreto. É nesta imagem que está a aceitação indubitável do ser humano como ele é. É a partir de Jesus que as pessoas são aceitas e a partir de sua ressurreição que se pode entender a garantia de direitos a todas as pessoas, pois com sua morte Jesus paga os pecados de toda a humanidade e em sua ressurreição traz a esperança de uma nova criação, como o próprio Paulo destaca, “porque assim como em Adão todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo” (1Co 15.22).

12); ou por iniciativa própria de Jesus de ir até ao encontro daquelas que ainda estavam acanhadas a chegar (Lc 19.1-10).

Dessa maneira, qualquer palavra pronunciada ou ato realizado de Jesus estava contextualizado com a realidade da comunidade. Jesus não era um alienígena ou um super-herói que trazia a solução de fora, ou se preferir, Jesus não prestava assistência técnico-social. A acessibilidade a Jesus não era a possibilidade de se achegar, receber um serviço e voltar a viver como se vivia antes. O contato com Jesus proporcionava uma mudança estrutural que comprometia as pessoas com uma forma diferente de viver. A Pedagogia da Visibilidade de Jesus tinha como o pressuposto a inclusão social/religioso das pessoas por meio da participação dos processos da vida cotidiana. Contrapondo a integração como um subterfúgio de mascarar a exclusão⁷⁹⁵, o livre acesso à Jesus pelas pessoas pobres significava a prática concreta de um novo tempo, de rompimento com a sociedade de classes da época.

Nesse sentido, o segundo pressuposto identificado da Pedagogia da Visibilidade é o *movimento da margem para o centro, da invisibilidade para a visibilidade*. Essa é a parte fundamental da prática pedagógica de Jesus. Nos processos de cura relatados pelos evangelhos, o principal sujeito não é Jesus e seu poder de realizar maravilhas, mas a pessoa que se achega até ele. Jesus chamava a atenção da multidão para aquelas pequeninas e sobrecarregadas que andavam no meio dela e que passavam despercebidas. Ele chamava atenção para a comunidade que havia inúmeras pessoas que estavam necessitadas, mas que o poder estabelecido na seletividade classista, impedia de reconhecer que aquelas pessoas fossem dignas de compaixão. A Pedagogia da Visibilidade tem seu cerne justamente nesse processo de desnudamento de uma realidade embaçada que já não reconhecia as pessoas excluídas a sua volta (Mc 10.46-52).⁷⁹⁶

⁷⁹⁵ Dois elementos eram fundamentais no processo de manutenção da aparência inclusiva da religiosidade da época: o sacrifício e as leis. Isto porque ambos tinham um caráter de estabelecimento dos *status quo*. Jesus contrapõe esta lógica e coloca-se a serviço, vai na direção daquelas pessoas necessitadas (Mt 9.13-14), mesmo que isso contradiga a legalidade de exclusão estabelecida (Lc 14.3-5). Ao contrário de uma desobediência que promulgava a liberdade como forma pura de igualdade, uma liberdade de mercado, como defendeu Thoreau, Jesus aponta para o colocar-se como servo, ao cuidado com o(a) próximo(a), ao amor (Mc 10.42-45). THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Trad. Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997. p. 5-56

⁷⁹⁶ No versículo 48, o evangelista testemunha que enquanto o cego clamava por Jesus, muitas pessoas que estavam a sua volta o repreendiam. Esta forma de agir com o cego demonstra a concepção ideológica da multidão: as pessoas com deficiência não deveriam ter acesso a Jesus.

Em todos os casos relatados pelos evangelhos sinóticos de cura, Jesus faz questão de mostrar a quem estava por perto que no meio deles(as) existia uma realidade profundamente presente, mas extremamente invisível. Esse processo fica evidente no relato da cura da mulher enferma (Mc 5.25-34). O fato de alguém ter-lhe tocado as vestes e ter acontecido uma cura poderia simplesmente ser ignorado, pois uma cura a mais ou uma a menos não faria diferença para a fama de Jesus, mas ao contrário ele pede que a pessoa se manifeste para que as pessoas percebam que mesmo seguindo a Jesus, elas não conseguiam ver aquela que sofria a tanto tempo. É como se fosse uma lição de cuidado e de responsabilidade com aquelas pessoas que sofrem deixada a cada um e a cada uma que lhe estava seguindo pelo caminho. Caminhar com Jesus significa estar atento às margens.⁷⁹⁷

Sutilmente Jesus está colocando os seguintes questionamentos: “como vocês conseguem não perceber estas pessoas que sofrem no meio de vocês? E mais, como vocês conseguem achar que isto não é problema de vocês?”. É aqui o centro de sua prática pedagógica. Ele não quer que as pessoas se tornem dependentes de suas ações, até porque ele supõe que em algum momento essa forma de agir lhe levará para um caminho de morte (Mc 9.30-32; 10.32-34), mas, pelo contrário, a percepção substantiva daquelas pessoas que estão à margem significa uma mudança estrutural da organização social pautada pela distinção de classe. Assim, é preciso que a sociedade se comprometa em estar atenta a estas pessoas, rompendo com as definições locais que as destinavam à margem, significando, portanto, a superação distintiva de classe para a dimensão de cuidado e de serviço com o(a) próximo(a).

A proposta de Jesus desestabiliza, pois ela supera a divisão classista e coloca as pessoas em movimento, em contato, em convivência! Essa desestabilização acontece quando a pessoa é desafiada a deixar o lugar social que ocupa em busca daquelas pessoas que não ocupavam os lugares privilegiados,

Mesmo entre a população pobre havia uma distinção de níveis de diferenciação de classe. O mesmo ocorria entre os discípulos que disputavam quem era o maior (Mc 9.33-35) Contrariando a multidão e os discípulos e mostrando que eles estavam cegos para as realidades próximas delas, Jesus chama o cego para o centro para ocupar um lugar de visibilidade.

⁷⁹⁷ RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/fateo/noticias/ElizabeteRenders.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2018. p. 99-104. No diagnóstico da autora a temática da deficiência ainda está invisível das elaborações teológicas. Neste sentido, a própria Teologia precisa aprender com Jesus a olhar para as margens e perceber aqueles e aquelas que estão ficando fora do fazer teológico.

daquelas de segunda classe.⁷⁹⁸ A Pedagogia da Visibilidade promovida por Jesus denuncia a todos(as) de suas pré-concepções valorativas que se autoproclamam melhores (melhor discípulo(a) – Mc 10.35-44, o(a) mais puro(a) – Mt 15.1-20, o(a) mais convicto(a) – Lc 22.31-34). Nesse processo de desestabilização da segmentação de classe, que se tornaram estáveis, tanto por parte da sociedade (multidão, discípulos(as), elites) como por parte das pessoas que estão em busca de cura (pessoas com deficiência) *Jesus junta às palavras a dimensão concreta do toque*, é o terceiro pressuposto de sua prática pedagógica.

Em praticamente todas as suas curas, a não ser naquelas em que ele destina uma ordem⁷⁹⁹ (Mt 5.1-8⁸⁰⁰), Jesus entra em contato com a pessoa através do contato pessoal realizado pelo toque concreto dele na pessoa a ser curada. O corpo tem muito a falar sobre a situação social e política que o indivíduo ocupa em sua realidade, conforme visto no terceiro capítulo.⁸⁰¹ Um corpo concreto também requer uma ação concreta, nesse sentido, a dimensão do toque é fundamental, porque torna as curas um processo humanamente possível. Como entender essa afirmativa? Retomando um pouco o que foi dito acima, Jesus estava no meio das pessoas e com elas propõe práticas que sejam construídas com as próprias. Dessa forma, o toque aproxima e demonstra que é gente ajudando gente. Ele aproxima a dimensão da cura social para a realidade concreta da comunidade e rompe com o estigma da extraordinariedade.

Jesus apresenta para a comunidade que o fato de estar próximo não é uma posição abstrata, longínqua e descompromissada, mas, pelo contrário, ela exige o envolvimento completo da vida completa. Ao apontar para a cura social como um elemento a ser desenvolvido por aquelas pessoas que lhe seguiam e

⁷⁹⁸ É interessante notar que Jesus propõe uma dinâmica que complementa a ocupação do espaço social proposto neste estudo. Para além da ocupação do espaço social pela pessoa com deficiência, Jesus indica para uma ocupação inversa, a do servo. Isto significa que é possível aventar que um processo de mudança estrutural necessita de uma reorganização de todos os espaços, uma reestruturação total do sistema de organização social.

⁷⁹⁹ Um caso interessante acontece com a cura de um cego na entrada de Jericó. Nos relatos de Mc 10.46-52 e Lc 18.35-43 Jesus apenas ordena que o cego veja, já no relato de Mt 20.29-32 são dois cegos e, além disso, Jesus lhes toca os olhos para realizar as curas. O fato importante aqui não é dizer qual relato é mais fidedigno, mas a simples divergência entre os relatos demonstra que a dimensão do contato pessoal (toque) era uma prática significativa nas curas de Jesus. Neste sentido, o relato de Mateus faz questão de destacar uma característica peculiar no contato de Jesus com as pessoas.

⁸⁰⁰ Mesmo assim, neste relato é possível imaginar, a partir do *modus operandi* das curas de Jesus, que quando ele ordena – levanta-te e anda – ele use sua mão para levantar o paralítico.

⁸⁰¹ REIMER, 2008, p. 88. A autora destaca que “cada corpo pode plenificar-se na relação com outros corpos. Por isso, podemos dizer que nosso corpo é um órgão político-social: nele se espelha nossa realidade”.

compartilhavam da boa nova do evangelho que trazia ia em busca daquelas que estavam à margem, Jesus apresenta a possibilidade real e necessária do estabelecimento concreto para a realização da cura. Nesse processo de cura social, a participação da comunidade torna-se fator fundamental, pois coloca-se em relação mundos diferentes, que ao debruçarem-se sobre uma prática voltada ao encontro com o(a) próximo(a), as suas perspectivas de mundo já não são mais as mesmas, mas transformam-se na construção de uma nova síntese da vivência comunitária.

A ação de Jesus em sua Pedagogia da Visibilidade é completa associando a palavra à ação, assim como todo seu ministério. Em Jesus não é possível separar as ações práticas dos elementos discursivos de forma a isolá-los em partes desconexas. É esse fato que se ressalta quanto ao terceiro pressuposto. O caminhar de Jesus encontra pela frente a vida como um todo, como uma cotidianidade, com as necessidades de vivência humana. Nesse sentido, não se pode sugerir que as ações realizadas por Jesus sejam assistencialistas, pois de seus ensinamentos demandam uma mudança das práticas de exclusão para práticas de inclusão que passa pela dimensão da participação e convivência comunitária. O toque então assume o sinal visível dessa nova vida, desse compromisso deixado para aqueles(as) que o seguem. O cuidado/cura é deixado como dádiva de construção da realidade do amor concreto.

Na dimensão da fé, o simples fato de uma ordem divina, poderia ser suficiente para a cura ocorrer, mas como visto, Jesus queria desestabilizar as pessoas para uma responsabilização social de cuidado com aquelas que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Se Jesus utilizasse somente do “carteiraço divino”, provavelmente, esse trabalho perderia seu valor principal, porque o cuidado/cura seria apenas uma responsabilidade divina. Quando Jesus mostra que é humano, caminhando com as pessoas, comendo com elas e tocando nelas, ele demonstra que o cuidado/cura é parte das relações humanas. Além disso, o toque aproxima as pessoas e demonstra que o cuidado/cura depende da dimensão do afeto. A amorosidade faz parte da constituição humana. O toque humaniza a relação de cuidado/cura e valoriza a pessoa que está na posição de cuidado/cura, nesse processo, ambos são transformados.⁸⁰²

⁸⁰² REIMER, 2008, p. 71. A autora corrobora afirmando que “a *dynamis* de Jesus é relacional, e também se manifesta nas curas. A cura, portanto, acontece através da relação dinâmica entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo terapêutico. Neste sentido, ‘fé’ significa uma

Assim, encaminha-se para o quarto pressuposto da Pedagogia da Visibilidade que, após Jesus tornar acessível à chegada até ele, trazer para o centro a pessoa com deficiência que estava invisível e construir no encontro uma relação humana pautada pelo afeto, *Jesus empodera a pessoa com deficiência a seguir sua vida*. Isso acontece quando Jesus abençoa as pessoas que vieram ter com ele. A fórmula “vai, a tua fé te salvou”, presente em grande parte das curas realizadas por Jesus, tem uma conotação de fortalecimento da identidade da pessoa com deficiência como reconhecida à participação.⁸⁰³ Da mesma forma, a pessoa que alcança a cura já não é mais a mesma (Jo 9.13-34), o envio de Jesus age com autoridade frente às demais pessoas da comunidade e, mesmo que Jesus as oriente a não falar nada, elas contam/testemunham que foram curadas por ele ou lhe agradecem (Lc 17.11-19).

Nesse pressuposto, é que a ação de cura/cuidado de Jesus faz com que as pessoas com deficiência seguem a viver as suas vidas incluídas na sociedade que antes as desprezava.⁸⁰⁴ Os exemplos de curas de pessoas com lepra são os mais evidentes. Em geral, elas apresentam-se para algum representante religioso que ateste que estas estão curadas e que dessa forma possam participar novamente do convívio social/religioso do qual estavam afastadas, conforme regia a lei. É uma mudança de vida significativa. Como apresentado anteriormente, a doença que atingia a pessoa leprosa tinha o caráter de identificá-la como escória, sendo afastada totalmente do convívio da sociedade em geral. Ao ser atestada a sua purificação, a pessoa retorna à convivência no seio da comunidade e pode, a partir da ocupação do espaço social, promover o debate de um sistema classista de exclusão.

Porém, a frase “vai, tua fé te salvou” pode também ser entendida como uma mensagem direcionada para as pessoas que estavam acompanhando o acontecido.

capacidade e uma capacitação para despertar/reinvindicar a vivência da *dynamis*, o poder em relação. Não é Jesus que tem o monopólio da *dynamis*. Ela é compartilhada, porque intrinsecamente contém a dinâmica da troca, da reciprocidade, da cooperação e da interdependência”.

⁸⁰³ REIMER, 2008, p. 72-76. A autora chama este processo de (re)construção de identidades que acontece no acontecimento do cuidado/cura.

⁸⁰⁴ COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 91-100, 2010. p. 97. O autor, ao comentar a cura de Pedro e João relatada em At 3.1-11, corrobora afirmando que “o homem portador de deficiência da Porta Formosa, no Templo de Jerusalém, não recebeu ‘nem ouro nem prata’; mas conseguiu ser reconhecido como ser humano pleno, ser aceito na vida religiosa ao entrar no templo ‘dando saltos de júbilo’ e ser objeto de crítica e rejeição por parte dos inimigos do bem e do amor”.

A sentença tem o poder de chamar a atenção das pessoas da comunidade de que o cuidado/cura é um processo a ser construído a partir da superação de distinção de classe. Se Jesus estivesse somente preocupado em curar as pessoas com deficiência, não seria necessária toda essa ação pedagógica de mudança dos paradigmas sociais da exclusão. Simplesmente, Jesus poderia curar as pessoas e seguir adiante sem se preocupar com a vida que acontece depois da cura. O fato de Jesus agir da forma como relatam os evangelhos tem a intenção de mostrar que quando os polos da exclusão são invertidos para a inclusão é possível que todas as pessoas possam viver uma vida boa e abundante.

Para se encaminhar o fechamento deste ponto, ainda há um destaque que se julga importante, pois juntamente ao empoderamento às pessoas com deficiência através de suas palavras de envio, Jesus destina uma missão às pessoas que o seguiam. Em Mc 6.13, em relação aos doze discípulos mais próximos e em Lc 10.9, com relação à companhia de discípulo(as) (setenta), aparece a questão da cura das pessoas enfermas. Posteriormente, também em At 3.1-10 acontece novamente o relato de uma cura realizada por Pedro e João. Trazendo para a nossa realidade pode-se dizer que cabe aos/às seguidores(as) de Jesus realizar as curas das pessoas com deficiência.⁸⁰⁵ A cura apresentada por Jesus é a cura da participação substantiva, da inclusão com a transformação do modelo de sociedade pautada pelos processos de produção de exclusão e desigualdade. É uma cura social.

A partir das curas, Jesus denuncia a principal questão relacionada à deficiência: a exclusão da participação da realidade política, social, cultural e religiosa das pessoas com deficiência. Quer dizer, no contexto jesuânico, ser pessoa com deficiência significava ser deixada à margem. Os processos de cura de Jesus demonstram que a cura era incluir as pessoas com deficiência no convívio com a sociedade em geral de uma forma a testemunhar e denunciar que estas eram vítimas dos processos de exclusão de uma sociedade pautada pela distinção de classe. Dessa forma, Jesus também empodera seus/suas discípulos(as) a propor o exercício de superação das barreiras que colocam à margem as pessoas com deficiência.⁸⁰⁶ Cabe a eles/elas (e às comunidades cristãs!)⁸⁰⁷ a tarefa de

⁸⁰⁵ STARNITZKE, 2013, p. 146.

⁸⁰⁶ DUQUE, José. Evangelização como emancipação. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 153-167, 2010. p. 154. O autor destaca que “quem tem a experiência do evangelho passa por uma *metanoia*, uma transformação, uma mudança de conduta, de atitude, de

continuarem a promoção de mudanças estruturais que inclua aquelas que estão à margem, como as pessoas com deficiência.⁸⁰⁸

5.2.3 A Pedagogia da Visibilidade: algumas trilhas para uma inclusão substantiva

Percebeu-se até o momento que Jesus precisou lidar com o imaginário judaico e com as instituições econômica e religiosa presente em sua época que mantinha seu poder baseado nas construções conceituais pautadas pela naturalização da pobreza, pela pureza e impureza e pelo pecado. Estes elementos, constituídos como o centro da lei, eram referendados pela figura da divindade que agia, de acordo com os preceitos religiosos da época, de forma a retribuir com saúde e riqueza aquelas pessoas que seguiam à risca as leis e a castigar as outras que não andavam segundo os preceitos legais. Além disso, as pessoas pobres eram as mais prejudicadas por esta situação, pois sua pobreza/deficiência se constituía como duplo castigo: aprofundamento da situação por meio da dívida e a dificuldade em buscar o templo para a purificação e expiação de seus pecados.⁸⁰⁹

Dito isso, a parte final deste capítulo, arrisca-se a propor uma atualização das discussões elaboradas neste capítulo, à luz da reflexão empreendida neste estudo, como parâmetros considerados válidos na promoção de uma inclusão substantiva da pessoa com deficiência na sociedade como um todo, especialmente, no mundo do trabalho.⁸¹⁰ Essa pretensão vem alicerçada no entendimento deste pesquisador de que nos últimos anos vem se percebendo um aumento das

estilo de vida. Muda o conceito de si mesmo, da vida, de seu ambiente e de sua relação com os próximos, assim como sua relação com Deus e com a natureza. Essa mudança tem o horizonte, a visão, a perspectiva do reino de Deus, que o próprio Jesus Cristo nos mostrou como caminho”.

⁸⁰⁷ HELTZEL, Peter Goodwin, Jesus, o revolucionário: radicalizar a cristologia após Bonhoeffer. In: HOFFMANN, Martin; BEROS, Daniel C.; MOONEY, Ruth (Eds.). **Radicalizando a Reforma: outra teologia para outro mundo**. Trad. Hans A. Trein et al. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017. p. 216. Heltzel escreve da seguinte forma ao refletir sobre a caminhada de Bonhoeffer junto à comunidade negra do Halem: “carregar os pecados e o sofrimento de outros, para o que Jesus conclama a igreja, não é outra coisa senão uma imitação concreta da própria vida de Jesus, vida de cruz, vida fundamentalmente arriscada e que não pode ser contida nas categorias da religião. Já que Jesus era plenamente solidário com os que sofrem e com os oprimidos durante seu ministério terreno, os cristãos são chamados a ser solidários com os que sofrem”.

⁸⁰⁸ STARNITZKE, 2013, p. 148.

⁸⁰⁹ HOEFELMANN, 1990, p. 58-60. Além disso, ao autor salienta que as pessoas pobres não tinham a instrução necessária para compreenderem e seguirem o compêndio de leis, estando constantemente, em conflito com a lei. E mais, por estarem numa situação de impureza permanente, como os pagãos, de forma alguma poderiam ser purificados.

⁸¹⁰ A ideia também não é formatar um programa ou coisa do gênero, até porque, como afirmou Marx, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”. MARX, 2012, p. 22.

discussões sobre a relevância da Teologia nos debates diversos da sociedade, bem como, a ascensão dos preceitos religiosos nas decisões políticas, o que tem evidenciado um caráter fundamentalmente conservador, baseado numa compreensão teológica de um Deus religioso, ao lado das estruturas classistas de uma elite político-religiosa, contrariando, por exemplo, a reflexão aqui apresentada de um Deus dentro da História, junto com as marginais.

Não se quer defender a moda de transformar a Teologia em algo que ela já é, do âmbito completo da vida, mas empreender uma tarefa já iniciada com a(s) Teologia(s) da Libertação, que é a contribuição social que a Teologia pode compreender também a partir de uma tradução das questões relacionadas à fé para a vida em abundância de todas as pessoas.⁸¹¹ Nesse sentido, este trabalho, ao longo de seu desenvolvimento, encontra elementos que possam auxiliar na discussão e práticas de inclusão das pessoas com deficiência nos diversos âmbitos da sociedade em geral como uma responsabilidade também da Teologia. Enquanto ciência, o positivismo designou à Teologia apenas as questões relacionadas à metafísica, limitando sua voz para as realidades sociais concretas que desafiam todas as ciências. Assim, entende-se que a Teologia tem sua contribuição a dar, sem pagar pedágio para cientificismos positivistas.

Isso porque, a princípio, poder-se-ia dizer que um trabalho que pretende falar sobre uma Pedagogia da Visibilidade baseado na ação profético-pedagógica de Jesus tenderia a ser aceito somente no âmbito comunitário. De fato, ao falar sobre a pedagogia de Jesus, como faz Price em seu livro “A Pedagogia de Jesus: o mestre por excelência” é possível falar de uma forma fundamentalmente embasada em preceitos da fé *a priori* e comunicar de uma forma fechada para a formação cristã.⁸¹² Porém, também é possível traçar parâmetros que sejam possíveis de serem aceitos sem ser proselitistas. Para tanto é importante ler as ações pedagógicas de Jesus

⁸¹¹ ASSMANN, Hugo. **Crítica à lógica da exclusão**: ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994. p. 13. Ao ser questionado sobre a crise da Teologia da Libertação, Assmann responde da seguinte maneira: “incluiria, neste caso, no mínimo duas coisas: primeiro que a TL entrou numa fase de crise no sentido de confrontar-se, hoje, com um contexto que é desafiadoramente diferente daquele que lhe deu origem; segundo, que ela não está morta, mas, pelo contrário, continua merecendo toda atenção naquilo que lhe confere força interpeladora permanente”.

⁸¹² Acredita ser importante destacar que, a princípio, chama a atenção que livros, especificamente relacionados com o tema das ações pedagógicas de Jesus, deixem de lado as realizações das curas/milagres e, quando mencionados, direciona-se especificamente às questões de fé, como o faz também Sesboüé. Sistemáticamente se encontra reflexões sobre as parábolas, a formação dos(as) discípulos(as), da caminhada ou da mesa, porém, quanto às curas as menções mantêm-se no âmbito da fé.

relatadas nos evangelhos em sua época como uma ação concreta que ousou transformar preceitos econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos de seu tempo, causando desconforto das elites desde a margem.⁸¹³

É com esse espírito que encaminha a reflexão desta parte final do capítulo. Cabe destacar ainda que tais parâmetros apresentados não tem caráter de receituário, mas, pelo contrário, aponta para algumas trilhas conceituais, como destacado acima, para a construção de um processo de inclusão substantiva. Também é importante destacar que, como refletido no terceiro capítulo, bem como, a identificação da ação profético-pedagógica de Jesus, a construção da inclusão substantiva, alternativa à inclusão burguesa, necessariamente precisa transformar as estruturas que compõe a sistematização de produção de desigualdades, materializada neste momento histórico, no sistema capitalista neoliberal burguês, que esdruxulamente sintetiza-se na exploração da força de trabalho e aprofundamento da divisão societária por meio de classes.

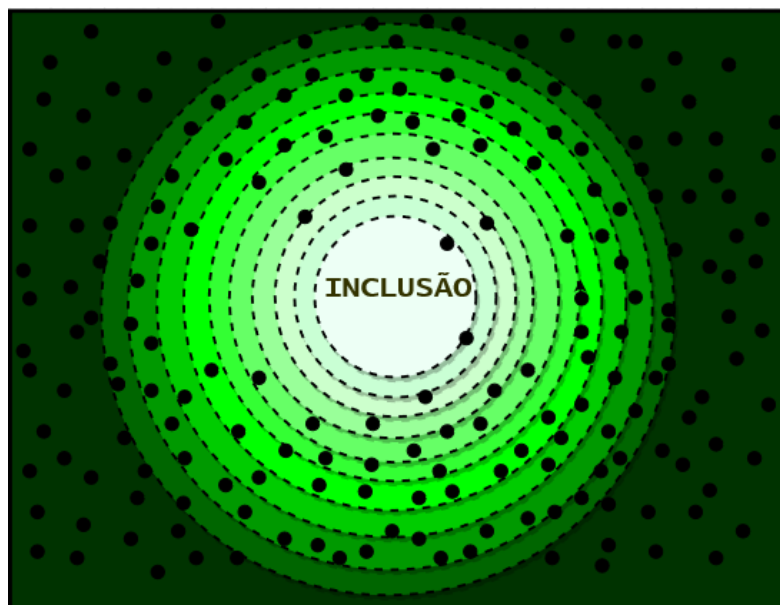
Dessa forma, tendo consciência dos limites históricos reais para uma irrupção radical, do que algumas vozes chamam de revolução, percebe-se como instrumentalização, principalmente, à organização da classe trabalhadora, o processo de ocupação do espaço social do trabalho, que se manifesta na construção de uma inclusão substantiva que caminha dentro da História. É com este olhar que se faz estas trilhas. Assim, expressa-se o primeiro parâmetro a ser considerado em relação à inclusão substantiva: a inclusão é um processo que se constrói pela ocupação do espaço social com participação ativa das pessoas com deficiência. A inclusão que se caracteriza como “para” as pessoas com deficiência, se confunde com a integração, como visto no segundo capítulo. A inclusão acontece “com”, na qual, transforma-se as relações econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas.

Sintomaticamente reconhece-se as profundas limitações relacionadas a este processo de inclusão substantiva. Isso porque, como visto no terceiro capítulo, os instrumentos burgueses como o direito, por exemplo, não conseguem contemplar uma transformação estrutural que possibilite de fato a concretização de uma igualdade substantiva que contemple todas as pessoas. Aqui também se esbarra nesses limites, principalmente, por compreender uma instrumentalização que propõe

⁸¹³ HOEFELMANN, 1990, p. 63.

uma transformação gradual dentro da História. Nesse sentido, poder-se-ia elaborar que o processo de inclusão, com o caráter de construção histórica, possui variáveis intercambiáveis de níveis de aproximação ou distanciamento de uma realidade concreta de inclusão, que podem ser alterados de acordo com a maior ou menor ocupação do espaço social do trabalho da pessoa com deficiência.

Figura 3 - Ocupação do espaço social do trabalho da pessoa com deficiência



O excerto abaixo apresenta o depoimento de uma pessoa entrevistada que consegue remeter à dimensão do engodo do processo de inclusão burguês praticado por corporações que agregam a dimensão ampla do capital, na qual, vagas reservadas para cotas podem ser simplesmente compradas. Em sua exposição, a pessoa entrevistada afirma que, de acordo com sua experiência, junto à militância dos movimentos de pessoas com deficiência, pôde identificar um dispositivo destas corporações, no qual, tornava-se mais viável no conjunto econômico-financeiro pagar uma pessoa parada do que “ter este contato direto”. É possível aventar que a menção ao “contato direto”, mesmo que não tenha detalhado este elemento, estejam as necessidades de mudanças estruturais que atendessem minimamente à inclusão da pessoa com deficiência. Popularmente falando “pagavam para não se incomodar”.

Houve casos em todo este tempo da minha militância em torno da causa social da pessoa com deficiência, principalmente no mercado de trabalho que é uma área que eu me dedico muito, que em contato, com o Ministério Público do Trabalho, que tem empresas que foram notificadas porque elas ousavam fazer o seguinte, elas te contratam, mas elas te deixam em casa.

Te pagam parado para tu não precisares ficar aqui. Bom, então sabendo que vai ocorrer uma vistoria do Ministério Público do Trabalho, que geralmente acontece entre setembro e dezembro, então vamos trazê-lo para cá e ele fica aqui, depois vamos leva-lo para casa, ou vem para cá faz um turno de três horas e paga turno integral e os encargos que forem precisos, mas que não precisem ter este contato direto. (E11).

Ela ainda continua a elencar o que ela considera ser a princípio a inclusão, a partir de sua concepção de mundo e de suas experiências. Em certa medida, o excerto abaixo expõe o fio condutor do que se pensa ser a inclusão chamada neste estudo de substantiva para diferenciar do modelo de inclusão burguês elaborado em etapas. Um elemento básico para se discutir a inclusão substantiva está no exposto depoimento da pessoa entrevistada de que a princípio todos os seres humanos são diversos, e, a partir disso, manifestam diferentes formas de atuar, o que a pessoa entrevistada chama de “limitações”, que compreende o princípio das limitações individuais e coletivas de encaixar-se na estrutura baseada na produção de desigualdades, como dizia a música, “de perto, ninguém é normal”.⁸¹⁴ Da forma como a sociedade está organizada, todos os humanos apresentam alguma limitação para se encaixar nos padrões estabelecidos.

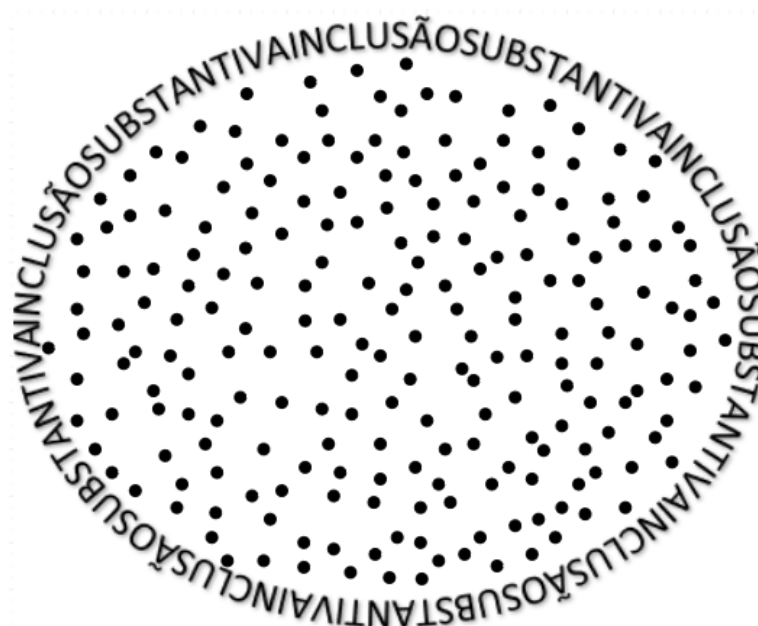
E quando você fala em mercado de trabalho acontece e muito, até mesmo que as empresas não investem na questão de capacitar o funcionário, preparar o colega, colaborador que já está ali e que vai trabalhar diretamente com a pessoa com deficiência, este é o fator que eu acho que é predominante para que haja inclusão no mercado de trabalho, porque você simplesmente contratar, assinar carteira, me levar para dentro da empresa e me deixar sentado ali, isso não é inclusão de forma alguma. A inclusão é a partir do momento que tu tens um RH preparado para isso, pessoas que trabalham diretamente com recursos humanos, preparados para isso. A partir do momento que você vai pegar aquele chefe, gestor ou o famoso encarregado, o encarregado ali, ele estar preparado para te receber, ele vai falar com os colegas que trabalham diretamente contigo naquele setor, para te preparar o que é sua deficiência, quais são as suas limitações, porque todos os seres humanos têm limitações, então, nós, pessoas com deficiência também temos, mas o que mais prevalece para nós são as limitações, e não limites. (E11).

Ao contrário de compreender um processo de inclusão construído em níveis de aproximação, a inclusão substantiva tem, e, a pretensão de ser um sistema que tem como princípio à igualdade substantiva que se manifesta na realização concreta da vida das pessoas sem a necessidade do tensionamento entre sujeitos egoístas de direitos. Pensar a inclusão substantiva, significa compreender a organização econômica, social, política, cultural e religiosa baseada na participação de todas as

⁸¹⁴ VELOSO, Caetano. **Vaca profana**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44789/>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

peças. Dessa forma, não há a necessidade de incluir ninguém, porque todas são incluídas. Não há necessidade de classificação entre níveis de pessoas, porque não existe classe. Não é preciso organizar movimentos de demandas de acordo com interesses comuns, pois todas as questões pertinentes à vida em abundância alcançam a todas as pessoas. Dessa forma, pode-se pensar a partir do seguinte esquema:

Figura 4 – Inclusão Substantiva



A diferenciação entre a proposta da inclusão burguesa e a inclusão substantiva é autoexplicativa e pode ser materializado no depoimento de uma das pessoas entrevistadas para este estudo que relata o seu processo de inclusão baseado num “pega todo mundo, joga e depois a gente vê o que a gente faz”. O seu relato situa-se num período de transição entre o vigor da Lei 8213/91 e sua adequação. No seu entender, a instituição na qual estava trabalhando, e não tinha se preparado anteriormente para receber as pessoas com deficiência, esse foi um processo posterior a ela ter assumido o posto de emprego. O exemplo abaixo então salienta duas questões: o processo de inclusão burgues e a importância da ocupação do espaço social do trabalho como instrumento de transformação das estruturas de produção de desigualdade, tendo em vista que, foi a partir da ocupação do espaço que se foi visto (adequações) do que se faria posteriormente.

Eu comecei a fazer faculdade e logo comecei a trabalhar na (cita nome da instituição), mais por uma questão de necessidade assim e a (cita nome da

instituição) estava iniciando um projeto de, aquela questão que a empresa precisa de um tanto de funcionários, então, esta questão financeira também, de se enquadrar, porque tem multa né, e daí eu comecei a trabalhar na biblioteca da (cita nome da instituição), mas, foi uma coisa assim, não me lembro direito, depois posso até te passar o ano, mas foi a época que iniciou a lei e as empresas tiveram pouco tempo para se adaptar e, sei lá, tipo assim, pega todo mundo, joga e depois a gente vê o que a gente faz. (E13).

Outro excerto destaca que o processo de acessibilidade é fundamental para que a pessoa entrevistada pudesse acessar o mundo do trabalho.⁸¹⁵ Ao mesmo tempo que a restrição de sua acessibilidade causa insegurança e incerteza referente ao futuro. A perspectiva que esta pessoa entrevistada aponta, diz respeito, a uma discussão fundamental a ser realizada, principalmente, pelo seu caráter do progresso burguês e sua universalização de acesso a todas as pessoas. No caso da entrevistada, este avanço significa um táxi adaptado que a levava para o emprego, mas que para de existir por motivos não explicitados na conversa. No caso dela, houve a possibilidade de uma adequação em relação a sua necessidade, principalmente, pela empatia de um colega de trabalho, que tratar-se-á no próximo destaque. Dessa forma, faz-se fundamental, discutir a dimensão dos avanços tecnológicos e sua universalização.

Quando parou o taxi, eu teria que ter parado de trabalhar porque, não tem, a minha mãe está com problema de visão, ela não dirige mais, então eu não tenho como vir. Se ela dirigisse até teria como eu vir, mas ela não dirige mais. [...] eu também penso em fazer alguma coisa em casa que eu não precise sair e tal, mas também nessa hora a gente também pensa, tá e aí você vai ficar presa em casa, e não vai ver ninguém e logo eu que converso com todo mundo. E nós já pensamos em mudar de casa porque é longe do centro, mas daí você vai para um apartamento que não é adaptado que nem a minha casa, toda adaptada para mim. É difícil para mim, agora que eu estou ficando mais velha que eu penso no assunto, antes não. Agora, quando o pai e a mãe vão ficando mais velho, a gente vai pensando no assunto, do que eu vou fazer depois. (E10).

Cumpre deixar evidenciado que o processo de inclusão substantiva tem como princípio fundamental o valor de uso das coisas, contrariando, o fundamento do sistema capitalista burguês que tem no valor de troca o seu mote. Esse é um dos empecilhos que impedem que as pessoas possam acessar os bens produzidos pela criatividade humana, tendo em vista, que tais avanços têm como a dimensão do

⁸¹⁵ BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Em seu artigo 2º, item I, conceitua-se acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

destaque e da divisão das classes de pessoas. Quer dizer, bens humanos tornam-se diferenciadores de pessoas de diversas categorias, que, as separa entre aquelas que se encontram junto ao grupo elitista que tudo tem, numa ponta da régua, e no outro, aquelas que nada tem, sem acesso algum aos bens humanos. E essa diferenciação ocorre baseado no poder de consumo a diferenciação de classe e a desuniversalização da produção de bens humanos.

O argumento apresentado acima, reforça a concepção de que a inclusão burguesa parte de uma autorização do sistema capitalista que tudo transforma em mercadoria, caso contrário, não seria necessária tal reflexão, pois automaticamente, os bens humanos seriam disponibilizados ao acesso das pessoas que deles necessitam. Botelho Filho resume da seguinte forma: “[...] numa economia consagrada ao deus do mercado, a ‘inclusão’ pretende criar entre as pessoas com deficiência um ‘nicho de mercado’, transformando-as em vítimas do consumismo e da competição de mercado”.⁸¹⁶ O autor justamente aponta para uma dimensão, na qual, torna-se um negócio lucrativo apoiar uma pseudoinclusão que não pretende transformar as estruturas de produção de desigualdade, logo, não ameaça a reprodução do capital, mas, pelo contrário, torna aquelas que estavam à margem, participantes do mercado.

Essa lógica mercadológica do desenvolvimento tecnológico de acessibilidade da pessoa com deficiência está carregada de uma identificação dos processos de exclusão ao indivíduo deficiente, isso porque, coloca-o numa posição de “livre-escolha” em relação à aquisição de tal tecnologia. O próximo depoimento destaca justamente esse elemento de sintomática identificação do acesso à busca da pessoa com deficiência pela inclusão. Ela encontra a oferta de vantagens na questão dos juros referente ao empréstimo que financiou o seu aparelho auditivo. Dessa forma, ignora-se que, mesmo à “juros baixíssimos”, ainda há a cobrança de juros, quer dizer, torna-se um negócio vantajoso, no qual, diversos grupos, entre eles os bancos, também lucram. A inclusão torna-se uma espécie mercado⁸¹⁷ em expansão com a possibilidade de agregar valor financeiro.⁸¹⁸

⁸¹⁶ BOTELHO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 41-48, 2010. p. 46.

⁸¹⁷ LAWTHERS, A. G.; PRANSKY, G. S.; PE TERSON, L. E.; HIMMELSTEIN, J. H. Rethinking quality in the context of persons with disability. **International Journal for Quality in Health Care**, Oxford, p. 289-299, 2003. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12930044>>. Acesso em:

Eu acho assim, que o deficiente, independente de qual seja a sua deficiência, deve sempre estar em busca, para tudo há soluções. Se hoje eu não tenho como comprar um aparelho auditivo porque o meu estragou, busca, tem soluções. Um exemplo, eu não estava conseguindo comprar, eu fui no (cita nome da instituição financeira) e descobri que o (cita nome da instituição financeira) tem juros baixíssimos para aquisição para aparelhos de audição porque tem auxílio. Então, se a gente vai em busca, conversa, quanto mais a gente conversa, mais a gente descobre coisas e para tentar se conectar de alguma forma, porque eu acho que a tecnologia, a internet está aí para ajudar muito, em todas as deficiências, tentar se conectar e formar grupo, participar de algum grupo para debater, para crescer, para ajudar o outro e também, você acaba sendo ajudado. (E12).

Nesse ponto, percebe-se que no sistema capitalista, a inclusão burguesa, significa a participação da pessoa com deficiência no mercado de consumo.⁸¹⁹ Dessa maneira, o reconhecimento da pessoa com deficiência passa pela sua propriedade de consumir mercadorias disponíveis no mercado, como já havia discutido no terceiro capítulo. O questionamento aqui apresentado não incide sobre o processo de fomento referente a pesquisas tecnológicas que vislumbram a facilitação da participação das pessoas com deficiência na sociedade em geral, mas, justamente, o processo de inclusão burguês, que classifica em níveis de qualidade de pessoas na categoria das pessoas com deficiência, quer dizer, há um processo de construção de um aprofundamento da exclusão agora em nível econômico, a

05 maio. 2018. O estudo justamente apresenta uma necessidade de flexibilização do financiamento da saúde para as pessoas com deficiência.

⁸¹⁸ Algumas notícias de negócios elucidam a mercadologização da deficiência: ROQUE, Wagner. **O mercado da acessibilidade está em alta.** Set./2007. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA1623726-2484,00.html>>. Acesso em: 02 maio 2018. OLIVEIRA, Filipe. **Negócios voltados a deficientes florescem com inclusão no mercado.** 21/01/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/01/1217888-negocios-voltados-a-deficientes-florescem-com-inclusao-no-mercado.shtml>>. Acesso em: 02 maio. 2018. REDE BRASIL ATUAL. **Cresce mercado de produtos e serviços para pessoas com deficiência.** Ago./2015. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/2015/08/cresce-mercado-de-produtos-e-servicos-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 02 maio 2018. GARCIA, Vera. **Produtos de última geração favorecem somente as pessoas com deficiência de alto poder aquisitivo.** 22/01/2018. Disponível em: <<https://www.deficienteciente.com.br/produtos-de-ultima-geracao-favorecem-somente-aos-deficientes-de-alto-poder-aquisitivo.html>>. Acesso em: 02 maio. 2018.

⁸¹⁹ GOODRICH, Kendall; RAMSEY, Rosemary. Are consumers with disabilities receiving the services they need?. **Journal of Retailing and Consumer Services**, n. 19, 88-97, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251630958_Are_consumers_with_disabilities_receiving_the_services_they_need>. Acesso em: 05 maio. 2018. SHI, Lei; COLE, Shu; CHANCELLOR, Charles, Understanding leisure travel motivations of frequent travelers with acquired mobility impairments. **Tourism Travel and Research Association: Advancing Tourism Research Globally**, v. 15, 2016. Disponível em: <<https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1587&context=ttra>>. Acesso em: 05 maio. 2018. Os presentes estudos apresentam a dimensão da necessidade de observar elementos relacionados à inclusão da pessoa com deficiência, como um importante grupo de consumidores.

exclusão dentro da exclusão, que define quem participa em maior ou menor grau dos bens humanos.

É por esse viés que a pesquisa de Faria; Casotti; Carvalho apresenta seus resultados. Por um lado, há uma identificação da pessoa com deficiência com a tecnologia do qual o seu uso transforma-se em parte de seu corpo, por promover a sua independência, como é o caso das pessoas com deficiência motora e que utilizam cadeiras de rodas para se locomoverem. Desta forma, elas esbarram em dois pontos cruciais que limitam seu acesso: o alto custo de tecnologias mais avançadas e as barreiras cotidianas de estruturas que impossibilitam o trânsito nos espaços públicos. Por outro lado, com relação às pessoas com deficiência visual tendem a desqualificar o principal elemento que constituiria numa tecnologia assistiva⁸²⁰ materializada na bengala, por compreender um elemento estigmatizante e pouco efetivo para a acessibilidade, o que necessitaria de outros instrumentos (informações em Braille, sinais sonoros, piso tátil etc.).⁸²¹

Faria; Casotti; Carvalho aprofundam e identificam, a partir das falas de representantes de empresas que participam de feiras especializadas em tecnologias assistivas, que, em geral, quer se atender este grupo de consumidores(as), porém sem estabelecer a identidade da empresa às pessoas com deficiência. Nesse sentido, o alto preço de determinado produto vem com o rótulo de “alto valor agregado”, mas que sintomaticamente, apresenta-se como uma forma de não “banalizar o produto”. Ora, se pensa em uma sociedade inclusiva desde sua perspectiva substantiva, o que mais que se quer é justamente a ampliação de sua utilização por um maior número de pessoas. O mesmo estudo ainda apresenta também que participar de determinadas feiras tem um caráter apelativo aos/às consumidores(as) em geral quanto ao caráter social da empresa, tornando assim, a deficiência um negócio rentável para as diversas mercadorias.⁸²²

⁸²⁰ BRASIL. **Tecnologia assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. p. 9. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br\(a\)pp/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br(a)pp/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf)>. Acesso em: 03 maio. 2018. “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

⁸²¹ FARIA, Marina Dias; CASOTTI, Leticia; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de. A perspectiva transformativa na análise de significados de produtos de tecnologia assistiva. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 15, n. 40, p. 172-203, 2015. p. 186-190. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/283534509>>. Acesso em: 03 maio. 2018.

⁸²² FARIA; CASOTTI; CARVALHO, 2015, p. 190-192.

É o que percebe uma das pessoas entrevistadas. Não sua opinião, ao contextualizar que sua dificuldade em alcançar uma vaga de emprego, relaciona as negativas nas entrevistas ao tipo de deficiência que possui. Nesse sentido, ela expõe que deficiências que não são tão evidentes em caráter físico e social, possuem uma apreensão melhor junto às empresas, especialmente, porque elas buscam esse tipo de perfil. Além disso, há uma diferença no que poder-se-ia chamar de valor de mercado da mão-de-obra de um determinado tipo de deficiência, especialmente, no que tange a aparência do(a) funcionário(a) e o pensamento do cliente a respeito de ser atendido por uma determinada pessoa com deficiência. Esse elemento reforça a colocação do estudo anterior de determinada marca não ser reconhecida produtora de produtos para deficientes, bem como, a construção negativa da deficiência tratada ao longo deste estudo.

Então este tipo de pessoa que tem uma deficiência física, intelectual, que ela é aparente, não é tão bem aceita no mercado de trabalho, porque as empresas, infelizmente, se preocupam muito com a aparência das pessoas e se preocupam muito com o que o cliente vai pensar. Não é algo humanizado. (E11).

É possível sublinhar que esse processo de mercadologização da deficiência sugere um avanço a respeito do reconhecimento da pessoa com deficiência⁸²³ e indica uma perspectiva de mudança de concepção societal sobre a deficiência. De fato, na perspectiva do sistema capitalista, não se nega a possibilidade que sugere algum tipo de avanço,⁸²⁴ porém, o que se quer ressaltar justamente aponta para uma dimensão da transformação da deficiência numa mercadoria rentável ou não,

⁸²³ BAKER, Stacey; HOLLAND, Jonna; KAUFMAN-SCARBOROUGH, Carol. How consumers with disabilities perceive “welcome” in retail servicescapes: a critical incident study. **Journal of Service Marketing**, Bingley, v. 21, n. 3, p. 160-173, 2007. Disponível em: <[https://www.emeraldinsight.com/doi\(a\)bs/10.1108/08876040710746525](https://www.emeraldinsight.com/doi(a)bs/10.1108/08876040710746525)>. Acesso em: 04 maio. 2018. CRUZ, Isabel Maria Fernandes da Silva. *Entre estruturas e agentes: padrões e práticas de consumo em portugal continental*. Tese doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20376/2/doutisabelcruzentreestruturas000085533.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018. FARIA, Marina Dias; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de; FERREIRA, Daniela Abrantes. Estratégias de marketing e consumidores com deficiências: diretrizes para empresas de serviços de lazer extra-doméstico. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, Ponta Grossa, v. 2, n. 12, p. 74-85, 2010. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Dez/362-948-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018.

⁸²⁴ Há que destacar ainda que, mesmo constituindo-se como um nicho de mercado, ainda há uma lacuna profunda a ser explorada no que trata sobre a produtos desenvolvidos especificamente para pessoas com deficiência. NASCIMENTO, Ana Carolina Richter do; CZIULIK, Carlos. Guia de referência para o desenvolvimento de produtos para portadores de deficiência visual. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 257-289, 2013. Disponível em: <[https://producaoonline.org.br/rpo\(a\)rticle/download/1134/992](https://producaoonline.org.br/rpo(a)rticle/download/1134/992)>. Acesso em: 02 maio. 2018.

que, por sua vez, corrobora para uma nova etapa de exclusão, a saber, a econômico-financeira. Além disso, a inclusão burguesa torna-se novamente um engodo ao perceber que mesmo adquirindo um bem acessível, a sua utilização torna-se um processo desgastante, pois a estrutura do sistema capitalista não está organizada para incluir, mas sim, para aprofundar a divisão de classe.⁸²⁵

Nesse debate, há que se acrescentar que a diferenciação que limita a acessibilidade das pessoas com deficiência a espaços programados ou a adendos de estruturas já construídas, dá a impressão de que apenas as pessoas com deficiência necessitam de inclusão, como também, por se constituírem como não eficientes, necessitam de uma disposição caritativa da sociedade como um todo. Nesse sentido, o estudo de Matthews; Hibberd; Speakman apresenta que há uma discrepância nos tipos de acessibilidade para as diferentes manifestações de deficiências, o que corrobora para um processo de conflito entre as adequações necessárias a serem realizadas na sociedade. Dessa forma, os autores e a autora destacam a importância de se pensar as organizações estruturais de forma colaborativa, apostando no modelo de desenho universal como perspectiva de construção de uma sociedade inclusiva.⁸²⁶

De acordo com Sasaki é possível elencar seis tipos de barreiras que constituem em limitações, não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas que de alguma forma são limitadas por essas barreiras. O autor

⁸²⁵ FARIA, Marina Dias de; CASOTTI, Leticia Moreira; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de. A decisão de compra de veículos adaptados por consumidores com deficiência motora. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 14, n. 3, p. 102-131, 2016. Disponível em: <[http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen\(a\)rticle/view/950/691](http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen(a)rticle/view/950/691)>. Acesso em: 05 maio. 2018. O presente estudo aponta uma profunda dificuldade na aquisição do veículo adaptado, bem como, posteriormente a sua utilização. “Um dos aspectos levantados no presente estudo – o qual faz notar que os problemas de locomoção persistem mesmo com a aquisição de um automóvel – refere-se à falta de vagas de estacionamento reservadas a pessoas com deficiência. Os sujeitos pontuaram que, em vários estacionamentos, a despeito da exigência legal, não há vagas demarcadas para PcD e que, quando elas existem, por diversas vezes elas são ocupadas por pessoas sem deficiência” (p. 132). “Proprietários de veículos adaptados confirmaram que a almejada independência pode ser alcançada com o carro, a despeito das dificuldades enfrentadas para a aquisição, manutenção e utilização do veículo, embora as dificuldades no processo de compra façam com que muitas pessoas com deficiência motora se refiram à “novela” de compra do carro”. (p. 135). Porém, a pesquisa deixa claro que este é um processo que tenta amenizar a questão da acessibilidade para um grupo seletivo de pessoas entre aquelas com deficiência motora: “para tentar diminuir essa exclusão, as pessoas com deficiência motora, quando têm condições físicas e financeiras, buscam a solução individual de comprar um carro”. (p. 134).

⁸²⁶ MATTHEWS, Bryan; HIBBERD, Daryl; SPEAKMAN, Kasia. The impact of street accessibility on travel and independence of disabled people. In: **14th International Conference on Mobility and Transport for Elderly and Disabled Persons (TRANSED)**, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://eprints.whiterose.ac.uk/101881/1/matthews%20hibberd%20and%20speakman%20final.pdf>>. Acesso em 05 maio. 2018.

define que essas limitações presentes na organização estrutural da sociedade são de caráter: arquitetônico, impedimento de acesso aos espaços físicos; comunicacional, relativo às barreiras relacionadas com sinalizações e linguagem; metodológica, relacionado ao âmbito dos métodos e técnicas adequadas ao cotidiano das diversas especificidades humanas; instrumental, diz respeito à utilização de utensílios, ferramentas ou instrumentos vinculados com os diversos âmbitos da vida; programática, presente em políticas públicas, normas e regulamentos, que limitam acesso de todas as pessoas; atitudinal, estigmas e preconceitos presentes nas relações sociais.⁸²⁷

Assim, a perspectiva do desenho universal é uma alternativa viável no caminho de uma sociedade inclusiva, definido como

[...] uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos.⁸²⁸

O conceito de desenho universal a compreensão de que todos os elementos que constituem os aspectos estruturais que compõem a sociedade devem ser expandidos a uma utilização para o máximo de pessoas, indiferentemente, de seu caráter diverso. Nessa perspectiva, ele deve atender ao uso por diversas pessoas, independentemente das características de idade e habilidade; flexibilidade ao atendimento ao maior número de preferências e habilidades humanas; que seja compreendido facilmente; que apresente informações legíveis; que ofereça o menor risco a ações acidentais; que necessite do menor esforço físico e que possibilite a utilização, independentemente do tamanho corporal da pessoa.⁸²⁹ Essa é uma alternativa que tem como princípio desenvolver uma sociedade que de fato se constitua como inclusiva para a participação de todas as pessoas.

A condição de uma igualdade formal, que tem na desigualdade substantiva o seu alicerce, tende a considerar a diversidade humana a partir de uma compreensão limitada a partir de uma padronização que exclui em algum nível todas as pessoas

⁸²⁷ SASSAKI, 2010, p. 67-68.

⁸²⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. p. 139.

⁸²⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 139-140.

em alguma etapa da vida. Estrutura de trânsito de pedestres,⁸³⁰ informações visíveis e de fácil compreensão ou mesmo ambientes com menos escadas são elementos essenciais para a constituição de uma vida em abundância para todas as pessoas. Ao simplesmente desconsiderar esses elementos que favorecem a construção de uma sociedade que tem como princípio a vida, tende a beneficiar-se a identidade um sistema produtor de desigualdades. Compreender a vivência comunitária como fundamental no estabelecimento dos pilares da sociedade é favorecer a participação de todas as pessoas.

É por este caminho que o excerto abaixo destaca o processo da ocupação do espaço social do trabalho como uma forma de transformar as estruturas que excluem, em novas formas que contribuam para o crescimento e inclusão de todas as pessoas. A pessoa entrevistada também destaca a compreensão histórica do processo, bem como, reconhece-se como sujeito histórico que atua de forma concreta na realidade cotidiana e modifica a paisagem em prol da vida em abundância de pessoas que lhe sucederão. Ela compreende que a História não termina em si, mas que continua e, por isso, pode ser transformada. A pessoa entrevistada percebe que sem sua participação e sua ocupação do espaço social do trabalho, manter-se-ia a estrutura da instituição que se interessa no currículo profissional da pessoa com deficiência, mas descarta-a por compreender a necessidade de uma transformação de sua estrutura de divisão de trabalho.

Eu mandei um currículo para uma instituição, me ligaram, mas não me ligaram mais. Eu acho que é porque eu necessito de ajuda para ir ao banheiro, e as empresas não estão preparadas, é como digo, elas estão incluindo, mas não estão preparadas para a inclusão. Agora que tem estes caminhos para eu andar, depois de sete anos (falando da instituição na qual trabalha). Banheiro sempre teve, mas também, não é o melhor banheiro do universo, mas tem gente que nem tem. Eu gosto que está sendo melhorado, porque se vier uma próxima pessoa, vai estar, isso aqui vai durar eternamente e para a pessoa cega também, tem o piso tátil para poder andar. (E10).

É possível então perceber que ao se falar em inclusão substantiva é preciso ter em vista a qualidade de comunitarização dos bens humanos a todas as pessoas. Nesse sentido, o direito à propriedade é submetido ao direito à vida em abundância.

⁸³⁰ MELO, Fábio Barbosa. **Proposição de medidas favorecedoras à acessibilidade e mobilidade de pedestres em áreas urbanas**. Estudo de caso: o centro de Fortaleza. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Centro de Tecnologia. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2005. 157 p. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4845/1/2005_dis_fbmelo.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018.

Se a humanidade desenvolveu ao longo da História um aparato científico-tecnológico, que rigorosamente, constituiu-se de forma comunitária por meio da construção coletiva do conhecimento, é justo que todas as pessoas possam ter acesso aos seus produtos. Logo, o caráter mercadológico dos bens humanos torna-se supérfluo e submetido às necessidades humanas de convivência e participação. Por isso, ao pensar uma aproximação à inclusão substantiva é necessário considerar a expansão da acessibilidade da pessoa com deficiência, não apenas a lugares ou informações, mas também, a todos os elementos que constituem os bens construídos pela humanidade.

No caminho de uma inclusão substantiva um parâmetro que também precisa ser compreendido como fundamental é a dimensão do cuidado. Pensar uma realidade de um projeto que vislumbra a inclusão de todas as pessoas, como apresentado na ação profético-pedagógica de Jesus, necessita o desenvolvimento de relações humanas que também se pautem pela dimensão do valor de uso em detrimento ao valor de troca.⁸³¹ Significa dizer, que um sistema baseado na compreensão de relações de cuidado, necessariamente, precisa ser transformado em seu preceito de construção de processos de desigualdade. É esta a perspectiva pela qual se ressignifica as conceituações sobre a deficiência, tendo como fundamento, práticas de cuidado que têm como elemento fundamental a pessoa em sua constituição enquanto ser coletivo, visível e reconhecido na comunidade social.

Esse elemento apresenta-se como uma trilha importante, pois denota uma relação proximal entre as pessoas pautada por uma dimensão do amor fraterno. É por ele que passam as relações de colaboração e de pertencimento, essenciais para se tratar de uma inclusão substantiva. Ele carrega em seu bojo a possibilidade de desenvolvimento integral dos seres humanos, contrariando a lógica do sistema capitalista, que tem como base a disputa e a concorrência como fomentadores do progresso. Na dimensão do cuidado, o processo de construção da vida em abundância tem maior importância e constitui-se como a base das relações. Contrariando a lógica positivista burguesa que se pauta por uma ignorância

⁸³¹ SCHAPER, Valério Guilherme. Diaconia e desenvolvimento – reflexões a propósito de uma diaconia encarnacional. In: CUYATTI, Patrícia; SCHAPER, Valério Guilherme (Eds.). **Diaconía: la transformación en las manos de Dios**. Genebra: Federação Luterana Mundial, p. 27-54, 2017. p. 53. Disponível em: <<https://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/diaconu-a-la-transformaciun-en-las-manos-de-dios.pdf>>. Acesso em: 09 maio. 2018. Como Schaper escreve: “[...] a diaconia é como a igreja pode encarnar-se no mundo”.

racionalista, o cuidado apresenta formas qualitativas de perceber o mundo e sua cotidianidade que favorecem o processo de ser-no-mundo.⁸³²

Essa perspectiva do cuidado aqui reflexionada tem como base de relevância a significativa menção junto ao conteúdo das entrevistas realizadas ao longo deste estudo. Como proposto pelo projeto, que efetivou 15 entrevistas, 12 pessoas entrevistadas mencionaram em alguma medida a temática da amizade⁸³³ como um elemento importante no processo de inclusão junto ao mundo do trabalho. O significado da amizade tem como princípio o bom relacionamento com os(as) colegas de trabalho, relações cotidianas de constante envolvimento que corroboram para o processo de adaptação ao ambiente de trabalho, de acessibilidade ao emprego que ocupa, de pertencimento fraterno, de satisfação, prazer e alegria, de participação e de cooperação na realização de tarefas que compreendem a realização das atividades que competem às exigências do trabalho.

Para elucidar os aspectos aqui apresentados, seguem alguns excertos sobre esta temática.

Eu até, às vezes, escrevo uns textos para não enferrujar, mas eu gosto do meu trabalho aqui, só, às vezes, tem umas coisas, como todo trabalho tem, a coisa humana, sempre tem, mas eu não tenho problema com meus colegas, pelo contrário. Aliás, eu nunca tive, nem na escola, nunca tive nenhum problema, sempre fui muito ajudada por todo mundo, sempre sou grata a isso. Que nem hoje, por exemplo, hoje em dia, não tem mais taxi adaptado né, então uma cadeira fica aqui e outra cadeira fica em casa, eu chego aqui o (nome do colega) me tira do carro, eu saio daqui o (nome do colega) me coloca no carro e eu vou embora. Se não fosse o (nome do colega), eu talvez não trabalhasse, mas ele faz com todo amor, carinho e atenção. Ele me cuida. É o meu irmão que eu não tenho. Ele me cuida

⁸³² BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 116. Boff assevera: “mais do que o cartesiano *cogito ergo sum*: penso, logo existo, vale o *sentio ergo sum*: sinto, logo existo [...] a dinâmica básica do ser humano é o *pathos*, é o sentimento, é o cuidado, é a lógica do coração”.

⁸³³ A amizade é um tema importante também em outros estudos sobre processos de inclusão e construção das relações sociais. RICARDO, Lorena Santos. *Amizade e inclusão no contexto escolar: um olhar piagetiano*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. 118 p. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3029/1/tese_3962_.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2018. SOUZA, Luciana Karine; HUTZ, Claudio Simon. Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 257-265, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2\(a\)08v13n2](http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2(a)08v13n2)>. Acesso em: 03 maio. 2018. BARROS, Carlos César. **Fundamentos filosóficos e políticos da inclusão escolar: um estudo sobre a subjetividade docente**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18082009.../BARROSCC.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018. CARVALHO, Alonso Bezerra de; COLOMBANI, Fabiola. A amizade na sala de aula e a educação inclusiva: reflexões filosóficas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 59, p. 603-614, 2017. Disponível em: <[https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial\(a\)rticle/view/28081/pdf](https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial(a)rticle/view/28081/pdf)>. Acesso em: 05 maio. 2018.

mesmo. Ele podia estar nem aí, e não fazer, daí é dele também isso [...]. (E10).

[...] de amizade, como irmãos. Tem outra também a (diz o nome da colega), ela gosta de mim como um irmão. Um dia eu estava de férias assim e ela me abraçou de saudade. (E3).

Bem, estou gostando muito. É tudo minha amiga que eu tenho aqui. (E5).

Eu gosto muito dos guris lá do mercado, são meus amigos, tenho amigos e são meus colegas também. [...] eu gostei muito deles, eu trabalho bastante com eles assim. Às vezes, eu os ajudo ali na frente, eu ajudo bastante eles ali. Quando eles precisarem eu estou ali na frente ajudando-os. Aí eu, bah, são meus colegas, aí eu gostei muito deles, eu não quero sair dali. Não gosto muito ali, quando xingam o cara ali. Tá, vai lá fazer as coisas lá, daí eu vou e faço. Eu gostei muito deles, trabalhar bastante para eles. Eu por mim não saía de lá. Por mim eu ficaria muito tempo lá, trabalhando... (E1)

Tem amizade e profissional, mas o mais é a amizade mesmo, zoação. Tem dias que é mais sério mesmo. Igual hoje, eu estou mais quieto. (E6).

Agora tenho. Na minha infância não tinha amigos. Quando eu era pequena eu fui criada dentro de casa, eu, minha mãe, meu pai e só. Era do quarto para sala, não, eu não ficava na sala com eu pai e minha mãe e meu pai e minha mãe sentiam muita falta disso. Agora eu fico na sala. Não, eu ficava só no meu quarto trancada. Mas antes eu era impossível. Eu não saía de dentro do meu quarto. Eu chorava dentro do quarto. Não tinha amigos, não tinha ninguém. Só tinha eles, não tinha amigos. Agora que eu estou começando a sair. A soltar as asinhas, como é que se fala né. Para ter amigos, ter amigas, agora eu tenho bastante amigas, bastante. Os amigos que eu fiz aqui está muito bom. (E7).

Eu gosto mais trabalhar (nome do local) amigos legais conversar. (E8).

Aqui com os colegas é tudo muito tranquilo, todos bem maduros, todos compreendem, porque não entraram todos ao mesmo tempo. Então tem aqueles concursados, que já tem onze anos que eu trabalho na (cita o nome da instituição), que eu conheço a mais tempo, que até participaram comigo do processo da adaptação do uso do aparelho, então, tem colegas que participaram disso, inclusive a colega que senta aqui do meu lado, que é sempre o meu ouvidinho, que é muito minha amiga e os outros à medida que vão entrando, eu vou conversando, vão compreendendo, é bem tranquilo. (E12).

Eu só converso com as minhas amigas, faço um monte de coisas, fazemos o rancho, um monte de coisas. Eu converso com meus colegas ali na frente. (E9).

É importante destacar que o aspecto salientado do cuidado com uma faceta encontrada nas entrevistas, relacionada ao amor fraterno, e caracterizada pelas pessoas entrevistadas como amizade, não corresponde a uma harmonização de um sistema pautado pela produção de processos de desigualdade, mas, pelo contrário, corresponde a uma dimensão ética que tem no reconhecimento do(a) outro(a) o seu

fundamento.⁸³⁴ O cuidado com o(a) próximo(a) também foi um elemento exposto na ação profético-pedagógica de Jesus, como visto acima, e tem como princípio ativo a promoção de práticas redundantes em vida em abundância.⁸³⁵ Como já refletido, essas ações tendem a fomentar a instrumentalização de sujeitos coletivos que reconheçam na superação da sociedade de classes, a alternativa para uma sociedade estruturada nas relações de igualdade substantiva e que de fato se constitua como inclusiva de todas as pessoas.⁸³⁶

Nesse sentido, a advertência de Schaper deve ser observada com o intuito de florescer a capacidade crítica para que não se justifique, a partir de princípios éticos, os processos de produção de desigualdade de um sistema pautado pela exclusão. Schaper, ao tratar a construção da ideia prática de desenvolvimento, identifica um processo que não atendeu aos seus ideais iniciais de progresso para a população, mas acabou por aprofundar as injustiças e desigualdades. Dessa forma, o autor descreve que “percebeu-se que as noções de caridade, de amor, de solidariedade permaneciam prisioneiras das complexas lógicas econômicas, transformando-as em moralidades administráveis”,⁸³⁷ possibilitando assim, a utilização de conceitos comunitários a serviço de estruturas de opressão. Dessa forma, o agenciamento das práticas de cuidado serviria ao sistema produtor de desigualdades.

Assmann também tem o cuidado de advertir que, o tema das pessoas pobres e sua dimensão ética, “o capitalismo é capaz de arranjar-se muito bem sem eles. Daí a fragilidade da denúncia contida em palavras como exploração, opressão e similares”.⁸³⁸ Ele argumenta que o discurso ético não tem a força necessária de

⁸³⁴ TEIXEIRA, 2017, p. 9-26. Teixeira faz um resgate do conceito filantropia e aponta para sua dimensão moderna que procura associar ações coletivas aos espaços deficitários do Estado, inaugurando uma forma organizada da sociedade civil de cuidado com grupos sociais marginalizados.

⁸³⁵ MESTERS, Carlos. **Com Jesús a contramano en defensa de la vida**. Trad. Andrés Assandri. Buenos Aires: Centro Bíblico Ecumênico, 1995. p. 63-76.

⁸³⁶ MARX, 2012, p. 40. “[...] com a abolição das diferenças de classes, desaparece por si mesma toda desigualdade social e política delas derivada”.

⁸³⁷ SCHAPER, 2017, p. 34.

⁸³⁸ ASSMANN, 1994, p. 32. Um dos grandes desafios atuais e que reforçam a perspectiva de Assmann está na perspectiva da Revolução 4.0, denominada de a Quarta Revolução Industrial, que ainda tem seus efeitos sendo conjecturados, mas que já apresenta um processo de redução da mão-de-obra da classe trabalhadora. SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2016. “[...] as novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações. A incerteza fundamental tem a ver com a quantidade de postos de trabalho que serão substituídos pela automação. Quanto tempo isso vai demorar e aonde chegará?”. (p.42). IHU-ONLINE. **Revolução 4.0**. O mundo está mudando para melhor ou para pior?. 04/04/2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78->

promover por si transformações se não estiver alicerçado numa dimensão concreta que construam práticas de solidariedade e, proporcione assim, um reordenamento psíquico que compreenda a participação de todas as pessoas como essencial para o desenvolvimento da História. Fora disso, o discurso ético tende a tornar-se uma gramática que dialoga apenas com aquelas pessoas que compartilham deste conceito. A advertência de Assmann salienta que ressignificações conceituais compreendem uma apreensão prática e estrutural, instrumentalizada pela superação das classes sociais.

O princípio da igualdade substantiva e da concretização da ação profético-pedagógica de Jesus pelas primeiras comunidades é o elemento central que Gaede Neto destaca na relação entre diaconia e cuidado. O autor destaca uma série de ações realizadas pelos(as) cristãos/ãs das comunidades cristãs dos primeiros séculos que urgiram em realizar a transformação de estruturas sócias de produção de pessoas excluídas, num ambiente comunitário, no qual todas as pessoas comungavam de uma igualdade extrema a ponto de haver a possibilidade de escravos(as) tornarem-se bispos da igreja. Essa vivência comunitária tinha como espelho os ensinamentos de Jesus resumidos especialmente em Mt 25.31-46, mas amplamente vivenciada no ministério jesuânico, tendo em vista, que o foco principal do cuidado comunitário dos(as) primeiros(as) cristãos/ãs eram as pessoas pobres que estavam à margem.⁸³⁹

Nesse debate, Boff identifica o *ethos* do cuidado de forma bem mais profunda na constituição ontológica do ser humano, identificando assim, o ser humano capacitado ao cuidado. Sem a pretensão de discutir os elementos que possivelmente constituiriam o ser humano como cuidadoso, e não desleixado, cabe destacar algumas intuições interessantes de Boff relativo ao tema. Ele afirma que “é mais que um ato, é uma atitude [...] representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro [...] é uma maneira do próprio ser de estruturar-se e dar-se a conhecer”.⁸⁴⁰ Aqui, destaca-se a perspectiva de um cuidado construído a partir de uma estruturação que se apresenta dispendioso e responsável pelo(a) outro(a) como um(a) reconhecido/o como capaz

noticias/566443-revolucao-4-0-o-mundo-esta-mudando-para-melhor-ou-para-pior>. Acesso em: 10 maio. 2018.

⁸³⁹ GAEDE NETO, 2015, p. 316-332.

⁸⁴⁰ BOFF, 2014, p. 37-38.

de ser dispendido cuidado. É uma ação concreta sistemática, para além de obras caritativas isoladas. Um modo-de-ser.⁸⁴¹

Esse reconhecimento tem seu fundamento também na relação que Bonhoeffer conceitua de pessoas coletivas éticas, que expressa para além de um reconhecimento individual, que consiste na manutenção da lógica dos contratos burgueses, para os sujeitos coletivos com deficiência históricos. Bonhoeffer diz da seguinte forma: “onde povos são chamados, ali está a vontade de Deus para fazer história”.⁸⁴² Fazendo uma reflexão à construção da coletividade de povo de Deus, o autor vincula a atuação de Deus dentro da História ao chamado a cumprir a vontade de Deus, manifesta na ação profético-pedagógica de Jesus, pelo povo. A inclusão substantiva então reconhece as pessoas coletivas éticas com deficiência de forma histórica, ressignificando sua qualidade como sujeitos para dentro da História. Assim, a humanidade, compreendida num corpo coletivo, é chamado a transformar as estruturas de morte em vida.

Boff ainda identifica junto à constituição humana pelo cuidado, a relação do trabalho como fundamento autêntico do ser humano. Relembrando a discussão do primeiro capítulo desta pesquisa, a associação de Boff de cuidado e trabalho, resgata a dimensão que havia sido defendida anteriormente, que o trabalho como constituidor do ser humano, diferencia-se da organização do trabalho na forma do emprego. Boff então argumenta da necessidade de rebuscar a extensão do trabalho e associá-la ao cuidado. Dessa forma, na sua compreensão, poder-se-ia vislumbrar uma relação transformada entre o ser humano, o Criador e toda criação que tem como fundamento a vida em abundância. Este é o ponto que tem se defendido ao longo deste estudo: a inclusão substantiva significa extinguir a exploração da força de trabalho.⁸⁴³

É importante destacar que na trilha do cuidado que se apresenta como um dos indicadores de uma perspectiva da inclusão substantiva, um elemento importante é a compreensão apresentada na ação profético-pedagógica de Jesus e profundamente refletida e defendida de pela Teologia da Libertação, está a qualidade de ser humano na sua representação daqueles que estão à margem.⁸⁴⁴

⁸⁴¹ BOFF, 2014, p. 103. Ou mesmo como Boff coloca “o cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim”, significa dizer que cuidar é reconhecer.

⁸⁴² BONHOEFFER, 2017, p. 97.

⁸⁴³ BOFF, 2014, p. 100-120.

⁸⁴⁴ SCHAPER, 2017, p. 37, 50.

Dessa forma, o cuidado deixa de ser uma ação benemérita, para atuar com voz ativa na construção de uma sociedade pautada pela igualdade substantiva. Nesse sentido, o cuidado também tem o caráter de integralidade conjuntamente com toda a criação, pois compreender um processo de inclusão substantiva significa a construção de estruturas que convivem de forma cooperativa e colaborativa com a criação a promover o princípio da vida em abundância.

A compreensão defendida neste capítulo final diz respeito à compreensão de que a Teologia, inserida no contexto de sua atuação, tem na ação profético-pedagógica de Jesus a atuação de Deus dentro da História por uma opção às pessoas marginalizadas e desde o lugar eminente da exclusão transforma as estruturas produtoras de desigualdade em estruturas de vida em abundância. Esse é o elemento chave que rege este último capítulo como o condensador das construções elaboradas ao longo deste relatório. Nesse sentido, a Pedagogia da Visibilidade, que tem como parâmetros básicos a acessibilidade, visibilidade, toque e empoderamento, remete à perspectiva de uma inclusão substantiva que se baseia na realização concreta de uma inclusão substantiva, manifestando assim, um projeto radical de opção de fato à centralidade da vida.

Consequentemente, a Teologia é desafiada a trilhar um caminho cada vez mais profético frente uma realidade social presente de um sistema pautado pela produção da exclusão. A ela não cabe esconder-se nos muros eclesiásticos, mas, justamente, derrubá-los. O desafio de transformação lançado pela ação profético-pedagógica de Jesus não pode estar alheio às mazelas produzidas por um sistema baseado na diferenciação de classes e na exploração da força de trabalho alheia, nem muito menos, ignorado como um processo natural, ao qual, resta-se apenas os mistérios metafísicos. Ao contrário, a Teologia, entendida como ciência e como comunidade, é chamada a vivenciar uma realidade concreta e cotidiana, que tenha como princípio a vida e faça uma opção evidente por aquelas pessoas que estão à margem. Esse é o Espírito que motiva, anima e vivifica todo o povo de Deus.

6 CONCLUSÃO

Após esta caminhada empreitada ao longo da reflexão destas páginas chega o momento de apresentar algumas considerações para finalizar este trabalho, não com o intuito de reduzir a construção aqui apresentada como um fim em si, mas como uma forma de indicar a relação dos achados aqui apresentados com os objetivos propostos. Neste sentido, pretende-se fazer algumas ponderações de elementos considerados importantes ponderando as diversas afirmativas realizadas e direcionando o olhar para algumas ideias que são consideradas centrais na leitura dos resultados presentes nesta tese. Mais do que apenas repetir os pontos principais desta pesquisa, compreende-se elaborá-los de forma reflexiva como um elemento pedagógico de avaliação que possa também indicar possíveis caminhos a serem seguidos em outras oportunidades.

Com o entendimento de que estas considerações finais também apontam para uma dimensão de sistematização dos conhecimentos aqui construídos, tendo em vista, o objetivo proposto por este estudo, *compreender* a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e em que medida a estrutura do mundo do trabalho interfere nas concepções sobre a deficiência e na ocupação do espaço social, compreende-se pertinente rememorar o caminho epistemológico construído até aqui. Com relação ao objetivo geral é possível entender que este foi alcançado. Esta afirmação entende que as elaborações epistemológicas aqui construídas foram apresentadas de forma conexa com argumentos substanciais que satisfizeram as demandas apresentadas pela pesquisa. Isto não significa dizer que os achados aqui exibidos estão além da crítica, pelo contrário, esta enriquece a discussão.

Mesmo assimilando a satisfação do objetivo geral proposto, há que se destacar alguns elementos que poderiam ser aprimorados, principalmente, visando melhores resultados em próximas pesquisas, como também, para apontar novos processos investigatórios. O primeiro destaque aponta para o que foi considerado um dos pontos altos desta pesquisa, considerado como elementar que foi a possibilidade da ação ativa da voz da pessoa com deficiência como protagonista. Neste sentido, o instrumento história de vida é uma bela opção para utilização no recolhimento dos dados empíricos, no entanto, para algumas pessoas, ele se

apresentou limitado. Isto porque, em algumas entrevistas, houve a necessidade do pesquisador estimular de forma mais sistemática o diálogo. Já para outras pessoas ele funcionou muito bem, com relatos riquíssimos em detalhes e fluência na conversa, apontando para elementos que até então não eram percebidos pelo pesquisador.⁸⁴⁵

Sobre isto, algumas reflexões são pertinentes. É possível que o instrumento história de vida seja mais produtivo para aquelas pessoas que possuem o hábito mais apurado de refletir sobre as coisas da vida, seja de fatos sociais, seja de acontecimentos sobre sua própria vida, em nível pessoal nas suas relações próximas (família, grupo de amigos(as), trabalho etc.). Desta forma, se percebeu que, em alguns momentos, algumas pessoas entrevistadas se mostravam ansiosas, tímidas ou nervosas ao falar. A este fato pode estar associado a ausência de espaço para fala das pessoas entrevistadas, compreendendo assim, num ato bastante excepcional em sua rotina cotidiana,⁸⁴⁶ tendo em vista que lhes são exigidas características no trabalho que realizam, que não necessariamente desenvolvem a habilidade de expressão. Este fato foi mais percebido entre as pessoas que trabalhavam no setor de serviços.

Uma outra ponderação que pode ser associada à primeira, tem como princípio a compreensão que, possivelmente, o instrumento de história de vida poderia apresentar resultados melhores caso construísse um processo de pesquisa mais amplo que criasse uma intimidade de pesquisa, quer dizer, que proporcionasse uma metodologia de conhecimento entre as pessoas participantes da pesquisa, por exemplo, associado a grupos focais ou observação participante. Acredita-se que esta observação é importante por entender que contar sobre sua história é um

⁸⁴⁵ É possível destacar a percepção sobre o emprego na vida de algumas pessoas com deficiência como algo positivo, mesmo realizando atividades que possivelmente outras pessoas não teriam interesse em realizar, como, por exemplo, empacotar mercadorias.

⁸⁴⁶ Este fato pode estar associado à discussão apresentada por esta pesquisa que compreende a dimensão da deficiência como incapacitante. Para citar um evento elucidativo, numa das conversas realizadas com uma pessoa entrevistada, após a conversa, a mãe do rapaz, indaga se “deu para aproveitar alguma coisa” do depoimento, pois conforme sua compreensão, ele não é de falar muito, e não fala nada com nada. Este pode ser considerado como um fato isolado, mas percebendo também que a análise dos dados não se dá apenas pelo alto índice com que aparecem, mas especialmente, por aqueles dados que nem sempre são tão evidentes, é necessário compreendê-lo dentro de sua dimensão global que justamente aponta para visão incapacitante da deficiência. Por outro lado, como pode ser observado ao longo da pesquisa e no recolhimento das narrativas, algumas pessoas entrevistadas realizam tarefas muito práticas (recolher carrinhos, cestas, organizar prateleiras etc.) que exigem habilidades que invariavelmente necessitam de uma reflexão filosófica sobre os acontecimentos da vida, mas, justamente, indica uma dimensão extremamente prática e automática.

processo de desnudar-se, de colocar-se nas mãos do(a) outro(a), de expor fatos de sua vida e que, muitas vezes, este processo torna-se um modo bastante ponderado sobre quais eventos devem ou não devem ser mencionados, mesmo com todas as garantias legais⁸⁴⁷, descrição da pesquisa e discricção do pesquisador.

Neste sentido, uma terceira reflexão a ser destacada diz respeito à própria compreensão do instrumento de história de vida que justamente aponta para uma familiaridade do próprio pesquisador com o instrumento. Isto porque, torna-se um processo de construção epistemológica compreender que os depoimentos apresentados indicam os caminhos pelos quais a pesquisa percorrerá. Nem sempre esta torna-se uma tarefa fácil, principalmente, quando se classifica pontos que são mais importantes para a temática pesquisada. Por exemplo, um questionário pode ser mais diretivo daquilo que se pretende no objetivo da pesquisa, porém, pode não apontar com tanta riqueza detalhes que compõe o universo do objeto pesquisado, o que justamente corresponde o ponto alto da história de vida. Cabe então esta observação sobre o processo pelo qual o pesquisador é pesquisado pela pesquisa.

Na compreensão do pesquisador este é o destaque sobre o ponto forte do instrumento de história de vida, o seu caráter de provocar o olhar do pesquisador para outros ângulos da realidade que por motivos diversos acabam não sendo percebidos. Posso mencionar que um dos aprendizados que construí ao longo desta pesquisa é que a vida não é feita por uma compreensão teórica pura, mas está recheada de contradições. Isto significa reconhecer que elas constituem a vida e, principalmente, movimentam os atos concretos. Neste sentido, perceber que a realidade é composta de forma diversa, nos possibilita um esforço em não forçar a realidade para se encaixar em nossos achados teóricos com nossas hipóteses. Estes podem ser ressignificados e conduzidos por caminhos que, inicialmente, poderiam não ser compreendidos como lugares a serem frequentados.

Outro destaque que se quer evidenciar é sobre uma curiosidade epistemológica a respeito de como se comportaria a proposta da pesquisa aqui apresentada frente outros objetos similares na perspectiva de aprofundar este estudo. Explico. Nas considerações iniciais deixa-se claro que esta pesquisa tenta perceber o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho

⁸⁴⁷ Cita-se neste caso o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que prevê os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 – item IV do Conselho Nacional de Saúde.

como forma global, sem fixar-se em determinado tipo específico de deficiência. Porém, considerando que a inclusão burguesa é um processo de aproximação em diversos níveis, é possível que, como mostrou alguns excertos apresentados durante a pesquisa, exista uma diferença significativa na inclusão de determinadas pessoas com relação às características de sua deficiência, principalmente associada, à demanda mais específica de transformação das estruturas para a acessibilidade desta pessoa ao emprego.

Também, pode se mostrar igualmente interessante observar como a proposta de pesquisa aqui realizada se manifestaria junto a outros grupos sociais que compõem a grande maioria de pessoas marginalizadas, como foi possível perceber ao longo da elaboração deste estudo. Isto porque, fica a impressão de que a percepção negativa, que no caso da pessoa com deficiência manifesta de forma evidente na sua compreensão como incapaz, também se manifesta em outros grupos sociais, mas com outras facetas. Neste sentido, a ocupação do espaço social pode também constituir-se como instrumento de luta que em algum momento poderia ser associado num engajamento comum entre lutas por reconhecimento de grupos distintos, mas imbuídos de um processo de construção da inclusão substantiva a partir da transformação das estruturas produtoras de vítimas de exclusão.

Tendo apresentado estas considerações, passa-se para a apresentação dos elementos que respondem aos objetivos propostos nesta pesquisa. Neste sentido, o mundo do trabalho é alcançado de forma tenaz por uma dimensão que se vincula a uma diversidade de entendimento. Desde sua perspectiva enquanto castigo, pecado, exploração e neg-ócio a sua compreensão como parte da natureza humana, como construção do ser social, como ocupação do espaço social e sua relação com a inclusão da pessoa com deficiência. Estas diferentes manifestações do trabalho vislumbraram entendê-lo como ato criativo, fruto do cuidado com a criação, pautado pelo projeto de vida que contraria o projeto de morte do pecado. Assim, o trabalho se apresenta como uma relação de cuidado que excede seu caráter penoso e possibilita uma aproximação que compreende seu caráter criador para além das relações de exploração da força de trabalho.

Desta feita, o trabalho duro é parte da vida e do ato de trabalhar, não como fruto do pecado (o próprio Javé trabalha e cria por meio do trabalho), mas a transgressão com seu caráter usurpador do conhecimento sobre todas as coisas faz

com que se transforme o ato de comer num sofrimento, pois o ato de trabalhar, como fonte de sustento, é conduzido pelo exercício de poder sobre o(a) outro(a). O trabalho passa de um ato de cuidado, para ser ressignificado com um caráter negativo (exploração), deixando de compartilhar o excedente de forma festiva na comunhão com toda a comunidade, para torná-lo acumulável. O trabalho então não mais pertence ao(à) trabalhador(a), e assume uma dimensão mediada não mais pelas necessidades, mas pautada, como mercadoria, por uma relação contratual que se manifesta na figura do emprego, tornando o trabalho um fardo que leva o(a) trabalhador(a) ao pó.

Nesta relação contratual-mercadológica do trabalho, a relação de dependência torna todos(as), patrão(oa) e trabalhador(a), escravos(as) da mercadoria. Porém, mesmo dentro deste trabalho transformado pelo pecado, é possível resgatá-lo compreendendo o descanso como uma alternativa de mudança estrutural. Isto porque, no descanso, o(a) trabalhador(a) manifesta-se de forma substantivamente livre, no qual é possível observar a vida desenvolvendo-se, comungando com a criação e seu caráter gratuito de ato criador, sendo um espaço de superação do trabalho como exploração por meio da organização de classe na busca por alternativas que transforme o projeto de morte em projeto de vida. Neste sentido, ao separá-lo do seu caráter de emprego, é possível recuperá-lo desde uma compreensão da relação que constrói os seres em humanos capazes de exercerem sua vocação para o cuidado.

O trabalho, então, enquanto espaço social, assume um lugar importante na superação da exploração da força de trabalho que, associado à sua percepção da luta de classes, parte de uma compreensão desde a pessoa em seu caráter histórico de sujeito, mas fundamentalmente na coletividade de uma massa de pessoas que se encontram nas margens sociais. Este é o caminho também no qual a pessoa com deficiência está imbricada, pois tendo sua inclusão pautada por uma compreensão do trabalho enquanto emprego, acaba por se vincular a uma formalidade incapaz de alcançar todas as pessoas. A inclusão, então, apresenta-se como uma forma limitada e acaba por servir como instrumento de construção prática de conceituações e classificações que significa a deficiência como negativa. Assim, a deficiência perde seu caráter diverso do ser humano, para tornar-se instrumento de definição a serviço da exclusão.

Contudo, esta mesma manifestação do trabalho como emprego pautado por uma relação de exploração da pessoa trabalhadora deve ser entendida, desde uma contradição, como um processo que também oportuniza a participação da pessoa com deficiência. Isto significa dizer que, de acordo com a perspectiva de organização social em que vivemos, ter um emprego significa vivenciar uma situação de exploração que toma até mesmo sua subjetividade enquanto pessoa, porém, estar fora do emprego significa uma precariedade ainda maior. Este elemento contraditório justamente desafia a compreensão sobre o trabalho não apenas vinculado em sua perspectiva da exploração, mas, também, compreender que, mesmo sob a faceta do emprego, o trabalho pode se manifestar enquanto constituidor da capacidade co-criativa do ser humano.

Caminhando nesta direção torna-se necessário compreender a deficiência como uma construção histórica, que se articula com elementos prático-estruturais de produção de desigualdade e de exclusão e os espaços sociais da margem destinados às pessoas com deficiência. Por outro lado, por serem construídas historicamente, as definições sobre a deficiência se dinamizam num processo de conservação e reformulação. É por esta dinamicidade que se torna possível perceber ecos dos conceitos modernos sobre a deficiência pelo curso histórico. Neste sentido, remexendo pelos sulcos da história é perceptível as diversas práticas destinadas às pessoas com deficiência que passam desde uma perspectiva da eliminação, para um cuidado caritativo, segregador até conceber, nos tempos atuais, a tentativa de concebê-las como pertencentes à sociedade.

Neste processo, se menciona que a perspectiva que fica sobre a deficiência é sua compreensão como algo negativo. Neste sentido, as práticas de inclusão são muito recentes e ainda não alcançaram a percepção da deficiência como uma normalidade humana. Um dos motivos por esta conturbada realização prático-conceitual se dá pelos limites estruturais engendrados pelo próprio sistema capitalista. Isto porque, a estrutura econômico-social está alicerçada justamente sobre as bases da exploração da força de trabalho e sua diferenciação das classes sociais. Um sistema que, baseado na reificação da mercadoria, projeta a sua satisfação insaciável nas relações humanas e extirpa do ser humano a sua vocação de co-criador, enquanto sua constituição, para tornar-se um mero trocador de mercadorias. Neste contexto, não há espaço para todas as pessoas, ainda menos para todas as pessoas com deficiência carregadas de um estigma.

Porém, compreender a lógica do capitalismo também significa entender a sua capilaridade de tornar tudo mercadoria. Neste sentido, ele não é preconceituoso, mas pelo contrário, ele quer que todos participem de sua reprodução. Na sua forma religiosa, ele não faz acepção de pessoas desde que estas prestem sacrifícios. Quer dizer, todas as pessoas podem participar, mas há um preço a ser pago por isso. Ao contrário da constituição do ser humano enquanto ser co-criador que desfruta da graça como princípio, no capitalismo, quem não presta sacrifício não presta. Significa dizer que para participar é preciso incluir-se à lógica da mercadoria e submeter-se, enquanto mercadoria, para acessar o mercado com suas vãs promessas que apenas se concretizam plenamente a uma pequena parcela de pessoas. Neste caso, as pessoas com deficiência também são vistas como capazes para acessar ao sacrifício, desde que, se ofereçam como mercadoria.

É por este viés que o reconhecimento da pessoa com deficiência pode ser compreendido, no qual, associada à vítima que pode ser sacrificada, veste-se de panos que a projeta como sujeito capaz de exercer direitos. Neste processo de merecimento, o movimento da pessoa com deficiência pauta-se pela luta por direitos que, fora deste, não existe para o sistema. Entrementes, o seu reconhecimento articula-se de forma bidimensional entre a redistribuição e a compreensão como fundamental das suas bandeiras específicas enquanto pessoa e grupo. Este é seu caráter positivo que coloca a pessoa com deficiência como capaz de participar, mesmo que ainda desfrute de uma invisibilidade visível. Contudo, no fim das contas, a sua ocupação dos espaços sociais gera tensão, pois ao entrar no mercado dos direitos, acirra ainda mais a concorrência entre os(as) trocadores(as) desta mercadoria.

Qual é então a saída para este imbróglio? A saída é que não há saída que vislumbre a participação de todas as pessoas dentro do sistema capitalista, neste sempre haverá alguém de fora, faz parte de sua necessidade ontológica. Isto não quer dizer que não há saída por outros rumos, mas estes, demandam de uma capilaridade organizativa ainda distante, pois exigem uma gratuidade na direção do(a) outro(a). Ainda se constitui num desafio esmagador a compreensão de bandeiras unitárias que compreendam a classe trabalhadora como uma maioria de pessoas marginalizadas. Pode-se dizer que isto é quase um idealismo tendo em vista a diversidade de grupos e sujeitos que compõem a grande maioria dos(as) excluídos(as). Porém, esta parece ser a direção possível de ser seguida e

necessária de ser empreitada, pois, como foi mostrado ao longo deste estudo, todos(as) sucumbiremos no aprofundamento da desigualdade e da exclusão.

Como um processo, a proposta desta pesquisa entende que a ocupação do espaço social nas suas diversas manifestações (econômica, política, social, cultural e religiosa) consiste numa alternativa instrumental organizativa de classe. Neste sentido, o espaço social do trabalho também compõe sua importância, pois compreende uma dimensão prática da vida que, associada à presença real das pessoas com deficiência, proporciona, por meio da convivência, a construção de ressignificações. O corpo, então, apresenta-se como uma presença real visível e experiencial do contraponto às estruturas produtoras de vítimas de exclusão, pois, exerce um papel profético-pedagógico na transformação destas estruturas. Este também é uma relação histórica que tem como fundamento a percepção da pessoa com deficiência como sujeito histórico capaz de denunciar, com sua presença real, as estruturas de exclusão.

Então, este seu caráter profético-pedagógico de ocupação dos espaços sociais deve ser entendido de forma bidimensional como parte da luta de classes empreendido pela classe trabalhadora. Como visto, as pessoas com deficiência são parte desta imensa maioria de pessoas marginalizadas. Porém, as suas especificidades, constituem uma empreitada de ressignificações que as descaracterizam na forma negativa, mesmo dentro do grupo de pessoas excluídas. Neste sentido, a tensão na ocupação do espaço social não pode ser compreendida apenas como uma disputa por espaço contra a luta da classe trabalhadora, mas junto, como parte dela, contra uma organização estrutural de um sistema que parte do princípio da exclusão como forma de se metabolizar. Assim, a luta das pessoas com deficiência necessita de reconhecimento para poder construir um processo de participação na transformação das estruturas de exclusão.

Logo, a ocupação do espaço social do trabalho também constitui um local de articulação do belo que, contrariando a estética capitalista que transforma o belo numa reificação mercadológica, se apresenta como uma opção organizativa da subjetividade. Esta, que em geral foi alcançada pela burguesia, é tomada de assalto para tornar-se parte da organização de classe que ganha corações e mentes. É um instrumento pedagógico que não termina em si, mas vai na direção do(a) outro(a) em sua forma gratuita, manifestando-se assim, como sublime e libertador. Compreender a realização do belo em sua dimensão do trabalho como ato criativo, é

perceber que a estética possui uma tarefa ética de contrapor as estruturas produtoras de exclusão e, sendo assim, de passar por si uma percepção da inclusão substantiva como construção necessária da vida em abundância.

A discussão num sentido subjetivo da ocupação do espaço social do trabalho faz parte de um processo amplo de compreender a articulação de elementos-chaves na inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. É preciso perceber que o processo de inclusão substantiva tem na realização materialista a transformação das estruturas de exclusão do capitalismo, porém sem prescindir da constituição das pessoas. É entender que o direito e a cidadania se articulam para preservar a perpetuação destas estruturas como forma de conservar o metabolismo do capital, mas também serve para proporcionar o espaço à participação. A estratégia da luta de classes precisa compreender o terreno estabelecido e os desafios que ele apresenta. Neste sentido, não se pretendeu fazer terra arrasada destes elementos na reflexão realizada, mas, justamente, apontar para o seu caráter propositivo que pode se tornar eficiente e eficaz como um todo, especialmente, na inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

Participar dos direitos e exercer cidadania tornam-se aspectos importantes na transformação das estruturas de exclusão, pois compreendem uma forma de ocupar os espaços sociais de forma concreta. Mais que apenas domesticá-los, é um processo de problematização que proporciona o contato real com os desafios apresentados pela diversidade humana. É mais que uma igualdade formal. É a presença visível que desafia os processos de invisibilidade do(a) outro(a) fora da norma. É a convivência que exige uma aproximação não pautada pela reificação da mercadoria, mas por meio das relações entre seres constituídos socialmente como sujeitos co-participantes da criação. Este é o caminho apresentado que desembocará na Pedagogia da Visibilidade, que tem na ação profético-pedagógica de Jesus, a compreensão de uma construção conjunta, desde o grande grupo de pessoas marginalizadas.

A transformação das estruturas de exclusão não virá por meio de uma compreensão de uma teoria pura ou por meio de técnicas receituárias. A transformação tem como princípio a construção histórica de práticas que dialogam com as contradições presentes na vida concreta. Se assim o é, não há como empreender um movimento transformativo sem a participação das pessoas como sujeitos no caminho de uma sociedade inclusiva substantivamente. O que também

não significa um praxismo irrefletido que percebe apenas a atuação como prática sem perceber as movimentações conceituais que se articulam por meio das ações. Este é um processo reflexivo que tem como princípio a construção coletiva da realidade histórica, contrariando assim, a mensagem do capitalismo e seus estabelecimentos contratuais entre sujeitos egoístas.

A Teologia também participa deste movimento e a partir de sua gramática indica caminhos que podem ser percorridos e que percebam as pessoas que fazem parte da grande maioria de pessoas marginalizadas presentes em sua contemporaneidade. Ela articula-se com os elementos da fé da comunidade, apontando justamente para o que é maior no seu testemunho que é a encarnação de Deus dentro da História. Neste sentido, abster-se de participar de forma concreta para dentro da realidade da vida das pessoas significa abandonar sua vocação transformadora presente na ação profético-pedagógica de Jesus que indica a promoção do acesso à participação, desde a margem para o centro, num movimento concreto que, como sujeitos, possibilita a ação transformadora. Assim a Teologia torna-se encarnada na realidade social como espaço de sua atuação.

Por tudo que foi discutido até aqui, elenca-se então abaixo as considerações que configuram o fechamento desta pesquisa em breves assertivas.

O trabalho apresenta-se como força motriz da constituição do ser social em sua capacidade de criação, mas é corrompido por meio da exploração da força de trabalho.

A construção de um conceito tem como princípio as práticas históricas de atuação na realidade social.

As ressignificações conceituais são pautadas pelas transformações estruturais que são possíveis de acordo com os instrumentos disponíveis em cada uma de suas épocas dentro da história.

A deficiência significada como negativa, tendo na incapacidade sua faceta principal, é parte do processo de produção de desigualdade de uma estrutura pautada pela acumulação e concentração dos meios de produção.

A ressignificação do conceito da deficiência passa por um processo de transformação das estruturas produtoras de exclusão, sendo a exploração da força de trabalho, a principal delas, pois significa um processo desigual que movimenta o sistema capitalista.

A ressignificação do conceito da deficiência sem a transformação das estruturas produtoras de exclusão é um processo aproximativo da inclusão no mundo do trabalho, pois mantém o processo de exploração e a produção de vítimas. A transformação estrutural sem a ressignificação dos conceitos das pessoas que estão à margem, neste caso, as pessoas com deficiência, perpetua o caráter negativo da deficiência.

A construção histórica do conceito de deficiência apresenta elementos que a vincula diretamente com a marginalização de outros grupos sociais que formam uma grande maioria de pessoas à margem englobando elementos econômicos, sociais, políticos culturais e religiosos.

Compreender a transformação social como uma mudança apenas individual é uma afirmativa limitada. Também, em pequenos grupos mostra-se restrita. Há que compreendê-la na amplitude da luta de classes na busca pela construção da inclusão substantiva.

A partir do reconhecimento bidimensional é possível perceber a luta das pessoas com deficiência como parte da luta da classe trabalhadora.

A ocupação do espaço social do trabalho constitui-se como um instrumento de luta para a ressignificação do caráter negativo da deficiência com uma apreensão prática de convivência e de participação.

A inclusão substantiva, baseada na igualdade substantiva, é construída desde a margem, com a participação das pessoas que ali ocupam e suas vidas concretas.

O testemunho evangélico da ação profético-pedagógica de Jesus corresponde a um processo de visibilidade que vai ao encontro das pessoas que estão na margem e de lá promove práticas que transformam as relações estruturais produtoras das vítimas de exclusão.

Portanto, compreender a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é perceber que as conceituações sobre a deficiência são construídas historicamente a partir de práticas sociais realizadas sobre as pessoas com deficiência. Os conceitos construídos sobre a deficiência constituíram-se de maneira negativa por meio de práticas de eliminação, caridade, segregação e integração. Desta forma, a ressignificação do conceito negativo da deficiência passa pela ocupação do espaço social pela pessoa com deficiência, como instrumento profético-pedagógico, tendo como princípio o seu reconhecimento bidimensional

como sujeito de direitos no exercício de cidadania como forma de proporcionar a transformação das estruturas de exclusão na direção da construção de uma inclusão substantiva. O trabalho é parte importante na ressignificação dos conceitos sobre a deficiência, pois compreende um espaço social pautado pela exploração que perpetua o metabolismo do capital, que reifica as relações pautadas por uma igualdade formal, distantes da constituição do ser humano como ser social capacitado como co-criador. Ocupar o espaço social do trabalho e transformar suas relações constitui numa tarefa primordial, pois significa escancarar os limites das promessas burguesas e engajar a luta das pessoas com deficiência como parte da luta da classe trabalhadora na superação da sociedade de classes.

Em suma, a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho se constitui como uma alternativa histórica que por meio da ocupação do espaço social auxilia ressignificar a construção negativa da deficiência.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA Sagrada. *Antigo e Novo Testamento*. Trad. João Ferreira de Almeida. ed. rev. atual. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990.
- AERTSEN, Jan. A tríade “Verdadeiro-Bom-Belo”: o lugar da beleza na Idade Média. **Viso – Cadernos de Estética Aplicada**, n. 4, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_4_JanAertsen.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.
- AFONSO, Filipa Maria Oliveira de Almeida. **Figuras da luz**: uma leitura estética da metafísica de São Boaventura. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p. 159. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3745/1/ulsd60892_td_Filipa_Afonso.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- AGOSTINHO, Santo. **As confissões**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas, 1961.
- AGUIAR, Murilo. **10 dicas para ser promovido no trabalho**. 01/05/2014. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/2014-01-05/10-dicas-para-ser-promovido-no-trabalho.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMIRALIAN, Maria et al. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000. p. 98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.
- ANDRADE, Márcia Campos; COSTA-ROSA, Abílio da. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 27-41, 2014. p. 35. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/331/320>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Aos loucos, o hospício. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 263, 90-93, 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2018/01/090-093_memoria_263.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses. In: BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs.). **Representações do lúdico**: II ciclo de debates “lazer e motricidade”. Campinas: Autores Associados, p. 21-26, 2001.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica** – Volume I. Trad. Alexandre Corrêa. 2. ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. p. 164-165. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademico_paradigmas.pdf>. Disponível em: 24 abr. 2018.

ARAÚJO, Eduardo Santana; BUCHALLA, Cassia Maria. O uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde em inquéritos de saúde: uma reflexão sobre limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 720-724, 2015. p. 722. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v18n3/pt_1415-790X-rbepid-18-03-00720.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AREOPAGITA, Pseudo Dinísio. Los nombres de Dios. In: MARTÍN, Theodoro (Coord.). **Pseudo Dionísio Areopagita**: Obras seleccionadas. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Cury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ASSMANN, Hugo. **Crítica à lógica da exclusão**: ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ÁVILA, Eliana de Souza. Capacitismo como queerfobia. In: FUNCK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira (Orgs.). **Linguagens e narrativas**: desafios feministas. v. 1. Tubarão: Copiart, p. 131-156, 2014.

BADIOU, Alain. **Corpos, linguagem, verdades: sobre a dialética materialista. Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, São Paulo, n. 16, p. 111-121, 2011.

BAKER, Stacey; HOLLAND, Jonna; KAUFMAN-SCARBOROUGH, Carol. How consumers with disabilities perceive “welcome” in retail servicescapes: a critical incident study. **Journal of Service Marketing**, Bingley, v. 21, n. 3, p. 160-173, 2007. Disponível em:

<[https://www.emeraldinsight.com/doi\(a\)bs/10.1108/08876040710746525](https://www.emeraldinsight.com/doi(a)bs/10.1108/08876040710746525)>. Acesso em: 04 maio. 2018.

BALTHASAR, Hans Urs von. **Gloria: uma estética teológica**. La percepción de la forma. Livro I. Madrid: Encuentro, 1985.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHERM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4224/5265>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Monopoly capital: an essay on the american economic and social order**. New York/London: Modern Reader Paperbacks, 1968.

BARBOSA, Talita Prado; SILVA, Odair Vieira da. Origens e significados do lazer. **Revista Eletrônica de Turismo**, Garça, v. 8, n. 14, p. 1-5, 2011. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos\(a\)rquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos(a)rquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BARNES, Colin. The social model of disability: valuable or irrelevant?. In.: WATSON, Nick; ROULSTONE, Alan; THOMAS, Carol. **The routledge handbook of disability studies**. London: Routledge, p. 12-29, 2012.

BARROS, Carlos César. **Fundamentos filosóficos e políticos da inclusão escolar: um estudo sobre a subjetividade docente**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18082009.../BARROSCC.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

BARROS, José Augusto C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, 2002. p. 72-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v11n1/08>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BASSO, Pietro. O walmartismo no trabalho no início do século XXI. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**, São Paulo, n.18, p. 25-30, 2012.

BENEDICTO, Marcelo. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. 27/04/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Ensaio sobre Brecht**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. V. 1. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet São Paulo:

Brasiliense, 1987, p. 222-232. Teses 4, 7, 11, 13. Disponível em: <<http://www.rae.com.pt/wb2.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **O capitalismo como religião**. Trad. Nélio Schneider; Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERENBAUM, Michael. *T4 program*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/T4-Program>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

BEZERRA, Benedito Gomes. Pecado e doença na Bíblia: uma relação necessária? **Bíblia e Saúde**, Petrópolis, p. 35-44, 2011.

BIANCHETTI, Lucídio. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 61-76, 2001. p. 65. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v07n01/v07n01a06.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BÔAS, Bruno Vilas. **Desemprego atinge 13,7 milhões de pessoas, diz IBGE**. 27/04/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5487887/desemprego-atinge-137-milhoes-de-pessoas-diz-ibge>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBSIN, Oneide. O subterrâneo religioso da vida eclesial: intuições a partir das ciências da religião. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 37, n. 3, p. 261-280, 1997. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/801/732>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. **Trabalhadores protestantes urbanos**: religião e ética do trabalho. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

BOFF, Leonardo. Cristologia a Partir do Nazareno. In: VIGIL, José María (Org.). **Descer da cruz os pobres**: Cristologia da libertação. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **Jesus Cristo Libertador**: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **São Francisco de Assis**: ternura e vigor. Uma leitura a partir dos pobres. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOITEMPO. **Gyorgy Lukács**. Disponível em: <[http://www.boitempoeditorial.com.br/v3\(a\)utores/visualizar/gyorgy-lukacs](http://www.boitempoeditorial.com.br/v3(a)utores/visualizar/gyorgy-lukacs)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BONHOEFFER, Dietrich. **A comunhão dos santos**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017.

BOTELHO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 41-48, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 maio. 2018.

_____. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 468. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 04 maio. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 15 maio. 2018.

_____. **Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995**. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9010.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. **Tecnologia assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. p. 9. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br\(a\)pp/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br(a)pp/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf)>. Acesso em: 03 maio. 2018.

BRECHT, Bertolt. Elogio da dialética. Trad. Haroldo de Campos. In: CAMPOS, Haroldo de. **O arco-íris branco**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

BRÊTAS, Pollyanna. **Trabalhadores com dívidas de financiamento imobiliário podem usar FGTS**. 13/06/2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/minha-casa-minhas-duvidas/trabalhadores-com-dividas-de-financiamento-imobiliario-podem-usar-fgts-21470084.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRUNKHORST, Hauke. Marxismo e evolução: Alegações para a retomada de um programa de pesquisa. Trad. Patrícia da Silva Santos. **Tempo Social**, v. 27, n. 2, p. 153-165, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v27n2/1809-4554-ts-27-02-00153.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BUENAVENTURA, San (1221-1274). **Itinerario del alma a Dios**. p. 13. Disponível em: <<http://www.disc.ua.es/~gil/itinerarium-mentis-in-deum-esp.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BURIN, Aguielo. O sábado, descanso do trabalho. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 76-82, 1986.

BUSCAGLIA, Leo. *Os deficientes e seus pais*. Trad. Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS, José Guilherme Ferraz de; VASCONCELOS, Eduardo Pinheiro Gondim de; KRUGLIANSKAS, Gil (In Memoriam). Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 560-573, 2013. p. 566. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n3/13.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Maria MARIA Thereza Redig de Carvalho Barrocas. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; COLOMBANI, Fabiola. A amizade na sala de aula e a educação inclusiva: reflexões filosóficas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 59, p. 603-614, 2017. Disponível em:

<[https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial\(article/view/28081/pdf\)](https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial(article/view/28081/pdf))>. Acesso em: 05 maio. 2018.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras** – um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 36. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/CSPO-72UKVU/maria_nivalda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 maio. 2018.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da História: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n 41, p.59-78, 2007. p. 63. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v14n41/03.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

_____. Concepções de deficiência: as formas de ver a deficiência e suas consequências no trabalho. In: CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. **Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá, p. 237-252, 2010. p. 238-246.

CASTEL, Robert: **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CERIGNOMI, Francisco Nuncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência: uma questão política?**. São Paulo: Paulus, 2005.

CERQUEIRA, Monique Borba. Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 195-201, 2009. p. 197. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/26/14>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, Cecília Martins; SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Trabalhadores com deficiência: vivências de prazer e sofrimento. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 214-223, 2014. p. 219-221. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/23.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 91-100, 2010.

COMBLIN, José. O pobre, critério para a profecia. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 59, n. 2, p. 131-154, 2011. p. 137. Disponível em: <[https://revista.facasc.edu.br/ret\(article/view/231/220\)](https://revista.facasc.edu.br/ret(article/view/231/220))>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

COMISSÃO INTERLUTERANA DE LITERATURA. **Livro de Concórdia**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Trad. Arnaldo Schüler. 5. ed. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal. 1997.

COMPTON, Todd M. **Victim of the muses**: poet as scapegoat, warrior and hero in greco-roman and indo-european myth and history. Hellenic Studies Series 11. Washington: Center for Hellenic Studies. 2006. Chapter 1. The Pharmakos in Archaic Greece. Disponível em: <<https://chs.harvard.edu/CHS/article/display/4912.part-i-greece-1-the-pharmakos-in-archaic-greece>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

CORREIA JÚNIOR, João Luiz. O encontro com o poder salvífico de Deus na pessoa de Jesus: aproximações hermenêuticas sobre o duplo relato de curas em Marcos. São Leopoldo, **Estudos Teológicos**, v. 52, n. 1, p. 128-141, 2012.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 15-17. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009.../costafernando_do.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2018.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Mulheres intelectuais na Idade Média: Hildegarda de Bingen – entre a medicina, a filosofia e a mística. **Trans/Form(a)ção**, Marília, v. 35, p. 187-208, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v35nspe/13.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. **A inclusão na universidade**: as pessoas com deficiência e novos caminhos pedagógicos. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

COSTA-ROSA, Abílio da. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In.: AMARANTE, Paulo. (Org.). **Ensaio**s: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 141-168, 2000.

CROATTO, Severino. **El hombre en el mundo**. Crear y amar en libertad: estudio de Génesis 2:4-:24. Buenos Aires: La Aurora, v. 2, 1986.

CROSSAN, John Dominic. *Jesús*: biografía revolucionaria. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: Grijaldo Mondadori, 1996.

_____. **Jesús**: vida de un campesino judío. Trad. Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 1994.

CRUZ, Isabel Maria Fernandes da Silva. *Entre estruturas e agentes*: padrões e práticas de consumo em portugal continental. Tese doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20376/2/doutisabelcruzentreestruturas000085533.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

CUNHA, Ana Zoé Schilling da. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 235-242, 2002. p. 237. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v7n2/10243.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

CUNHA, Rogério I. de Almeida. Era uma vez o trabalho... Deus é criar, o mundo é Deus criando, nós somos o mundo. In.: CUNHA, Rogério I. de Almeida (org.). **Criação de um outro mundo**: Gênesis 1-11: nossa criação de um outro mundo possível. São Leopoldo/Belo Horizonte: CEBI/CEBI-MG, 2007.

_____. **Trabalho**: um caminho para Deus. São Paulo: Loyola, 1991.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAUSÁ, Alejandro. **Encuentros con el maestro**: la pedagogía de Jesús de Nazaret. La Habana: Editorial Caminos, 2002.

DEIFELT, Wanda. O corpo de Deus: a encarnação como subversão. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von (Orgs.). **Religião e Sociedade**: desafios contemporâneos. São Leopoldo: Sinodal/EST, p. 31-44, 2012.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEPARTAMENTO DE CATEQUESE DA IECLB. **Pedagogia de Jesus**. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura; BUCHALLA, Cassia Maria. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008. p. 331-332. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v11n2/14.pdf>>. Acesso em: 27 maio. 2018.

DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 10. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Maio 2017. Nota técnica 178. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia Barbosa, SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DONATO, Mauro. **A discrepância de tratamento entre ricos e pobres na Justiça gerou o descalabro de hoje**. 16/01/2017. Disponível em: <[https://www.diariodocentrodomundo.com.br\(a\)-discrepancia-de-tratamento-entre-ricos-e-pobres-na-justica-gerou-o-descalabro-de-hoje-por-mauro-donato/](https://www.diariodocentrodomundo.com.br(a)-discrepancia-de-tratamento-entre-ricos-e-pobres-na-justica-gerou-o-descalabro-de-hoje-por-mauro-donato/)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 75-87, 2010. p. 79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DUQUE, José. Evangelização como emancipação. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton. **Teologia e deficiência**. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, Quito: CLAI, p. 153-167, 2010.

DUSSEL, Enrique. **El humanismo semita**: estructuras intencionales radicales del pueblo de Israel y otros semitas. Buenos Aires: Eudeba, 1969.

_____. **Filosofia etica latinoamericana V**: Arqueológica latino-americana: Una filosofía de la religion antifetichista. Bogotá: Centro de Enseñanza Desescolarizada, 1980.

_____. Transformaciones de los supuestos epistemológicos de la “Teología de la Liberación”. In: _____. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 403-412, 2003.

EBC – AGÊNCIA BRASIL. **Empresas destinam apenas 49% das vagas para pessoas com deficiência, diz estudo**. 13/12/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-12/empresas-cumprem-apenas-49-das-vagas-para-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

ECO, Humberto. **História da feiura**. Trad. Eliana de Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

EL PAÍS. **O círculo vicioso da insatisfação com o corpo, dieta e compulsão por comida**. 05/01/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/02/ciencia/1514888494_704147.html>. Acesso em: 07 jan. 2018.

ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da 'anormalidade': psiquiatria e controle social. **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 547-563, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Trad. Livia Cotrim; Márcio Brilhaquinho Naves. 2. ed. ver. atual. São Paulo: Boitempo, 2012.

FARIA, Marina Dias de; CASOTTI, Leticia Moreira; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de. A decisão de compra de veículos adaptados por consumidores com deficiência motora. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 14, n. 3, p. 102-131, 2016. Disponível em: <[http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen\(a\)rticle/view/950/691](http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen(a)rticle/view/950/691)>. Acesso em: 05 maio. 2018.

FARIA, Marina Dias; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de; FERREIRA, Daniela Abrantes. Estratégias de marketing e consumidores com deficiências: diretrizes para empresas de serviços de lazer extra-doméstico. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, Ponta Grossa, v. 2, n. 12, p. 74-85, 2010. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Dez/362-948-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018.

FARIA, Marina Dias; CASOTTI, Leticia; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de. A perspectiva transformativa na análise de significados de produtos de tecnologia assistiva. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 15, n. 40, p. 172-203, 2015. p. 186-190. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/283534509>>. Acesso em: 03 maio. 2018.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132–144, 2011. p. 134. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018. PICCOLO; MENDES, 2012, p. 32-33.

FERREIRA, Ana Rita de Almeida Araújo Francisco. **Do escondido**: Santo Agostinho e os limites da estética. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. p. 40. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7501/1/ulsd063325_td_Ana_Ferreira.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

FERREIRA, Joel Antônio. Boyarin: um diálogo sobre a corporeidade em Paulo. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 69-83, 2005. p. 80-81.

FIGUEIREDO, Fernando Antônio. **Os padres da igreja e a questão social**. Trad. Cristina Penna de Andrade. Petrópolis: Vozes, 1986.

FINKELSTEIN, Vic. *The social modelo f disability repossessed*. Comunicação oral. Manchester: Manchester Coalition of Disabled People, p. 1-5, 2001. Disponível em: <<http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/finkelstein-soc-mod-repossessed.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FISCHER, Joachim. Introdução. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp. 2. ed., v. 1. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, p. 249-256, 2004.

FLECK, Amaro. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. **Ethic@**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 141-158, 2012. p. 147. Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br/txt/fleck-fetichismo.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **As 10 maiores mansões de SP**. 22/07/2016. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/45247-as-10-maiores-mansoes-de-sp#foto-624284>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FONSECA, Ana Flávia. **Como se destacar no trabalho e crescer profissionalmente?**. Disponível em: <<http://blog.unipe.br/pos-graduacao/como-se-destacar-no-trabalho-e-crescer-profissionalmente>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUSA, Antonia Félix de. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 418-423, 2009. p. 421. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a25.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FRANÇA, Tiago Henrique de Pinho Marques. **Deficiência e pobreza no Brasil**: a relevância do trabalho das pessoas com deficiência. Tese de doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. p. 97-100. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27101/1/Defici%C3%Aancia%20e%20Pobreza%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, São Leopoldo, v. 6, n. 11, p. 105-123, 2014. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/205>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Un debate político-filosófico. Trad. Pablo Manzano. Madri: Ediciones Morata; Corunha: Fundación Paideia Galiza, p. 17-88, 2006.

FRIEDLANDER, Henry. The T4 killers: Berlin, Lublin, San Sabba. In.: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J. **The holocausto and history**: the know, the unknow, the disputed, and the reexamined. Bloomington: Indiana University Press, p. 243-251, 1998.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Trad. Octavio Alves Velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAEDE NETO, Rodolfo. **A diaconia de Jesus**: uma contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina. São Leopoldo: Sinodal/Centro de Estudos Bíblicos; São Paulo: Paulus, 2001.

_____. Banquetes de vida: a diaconia nas comunhões de mesa de Jesus. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 50, n. 2, p. 306-318, 2010. p. 312. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos\(article/view/104/96\)](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos(article/view/104/96))>. Acesso em: 08 maio. 2018.

_____. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do cristianismo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 316-332, 2015. p. 326-329. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2615/2408>. Acesso em: 06 maio. 2018.

GALLAGHER Hugh Gregory. "Slapping Up Spastics". In.: BERENBAUM, Michael; PECK, Abraham J. **The holocausto and history: the know, the unknow, the disputed, and the reexamined**. Bloomington: Indiana University Press, p. 327-337, 1998.

GARCIA, Maria Fernanda. **Depois da reforma trabalhista, desemprego aumenta no Brasil**. 02/03/2018. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/noticias/depois-da-reforma-trabalhista-desemprego-aumenta-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GARCIA, Vera. **Produtos de última geração favorecem somente as pessoas com deficiência de alto poder aquisitivo**. 22/01/2018. Disponível em: <<https://www.deficienteciente.com.br/produtos-de-ultima-geracao-favorecem-somente-aos-deficientes-de-alto-poder-aquisitivo.html>>. Acesso em: 02 maio. 2018.

GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.165-187, 2014. p. 183-184. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v12n1/10.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, Jaén v. 10, p. 101-116, 2013. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

GASDA, Élio Estanislau. **Cristianismo e economia: repensar o trabalho além do capitalismo**. São Paulo: Paulinas, 2014.

GAUCHAZH. **Insatisfação com o corpo pode causar diversos distúrbios alimentares**. 15/04/2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/insatisfacao-com-o-corpo-pode-causar-diversos-disturbios-alimentares-4106826.html>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016. p. 3063. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIL, Marta (Coord.). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002. p. 19-20. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/25.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Trad. Martha Conceição Gambini. 3. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOMES, Adilson. **Preso rico e preso pobre**: A seletividade penal como ilusão da sociedade. Disponível em: <[https://\(a\)gnfilho.jusbrasil.com.br\(a\)rtigos/217388350/preso-rico-e-preso-pobre-a-seletividade-penal-como-ilusao-da-sociedade](https://(a)gnfilho.jusbrasil.com.br(a)rtigos/217388350/preso-rico-e-preso-pobre-a-seletividade-penal-como-ilusao-da-sociedade)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

GOMES, Maria Helena Scalabrin C.; CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GOMES, Marcos Cardoso. Identidade e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 180-205, 2015. p. 189-191. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/251>>. Acesso em: 18 maio 2018.

GONZÁLEZ, Miguel Toledo. **La escuela ordinaria ante el niño con necesidades especiales**. Madrid: Santillana, 1981.

GOODRICH, Kendall; RAMSEY, Rosemary. Are consumers with disabilities receiving the services they need?. **Journal of Retailing and Consumer Services**, n. 19, 88-97, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251630958_Are_consumers_with_disabilities_receiving_the_services_they_need>. Acesso em: 05 maio. 2018.

GRACIOSO, Joel. **Interioridade e filosofia do espírito nas Confissões de Santo Agostinho**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile bodies**: toward a corporeal feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org). **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Editora Biruta, p. 83-105, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teología y momento histórico. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 485-493, 2003.

HELTZEL, Peter Goodwin, Jesus, o revolucionário: radicalizar a cristologia após Bonhoeffer. In: HOFFMANN, Martin; BEROS, Daniel C.; MOONEY, Ruth (Eds.). **Radicalizando a Reforma**: outra teologia para outro mundo. Trad. Hans A. Trein et al. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017.

HENDERSON-KING, Donna; BROOKS, Kelly D. Materialism, sociocultural appearance messages, and paternal attitudes predict college women's attitudes about cosmetic surgery. **Psychology of Women Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 133–142, 2009. Disponível em: <[http://journals.sagepub.com/doi\(a\)bs/10.1111/j.1471-6402.2008.01480.x](http://journals.sagepub.com/doi(a)bs/10.1111/j.1471-6402.2008.01480.x)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

HINKELAMMERT, Franz. La crisis de poder de las burocracias privadas: el socavamiento de los derechos humanos en la globalización actual. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 117-133, 2003.

HOEFELMANN, Verner. A crítica de Jesus à Lei como opção pelos marginalizados. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 27, p. 54-63, 1990.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. p. 109. Canto II, v. 216-219.

HOORNAERT, Eduardo. **O movimento de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império**: o Reino de Deus e a nova desordem mundial. Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Eles ficam até morrer”**: uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil. Nova York: Human Rights Watch, 2018. p. 1-11. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0518port_web.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2018.

humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

IBSBUSINESS. *Você sabe quais são os critérios para uma promoção no trabalho?*. 23/01/2017. Disponível em: <<http://blog.soufgv.com.br/voce-sabe-quais-sao-os-criterios-para-uma-promocao-no-trabalho/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

IHU-Online. **Os pobres e a libertação. Artigo inédito de José Comblin**. 04/04/2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42086-os-pobres-e-a-libertacao-artigo-inedito-de-jose-comblin>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Revolução 4.0**. O mundo está mudando para melhor ou para pior?. 04/04/2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/566443-revolucao-4-0-o-mundo-esta-mudando-para-melhor-ou-para-pior>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

IMMIG, Claudio Vicente. **A presença profética das pessoas com deficiência no atual contexto cultural**: questões antropológicas, éticas e sociais. Tese de doutorado. Roma: Pontificia Universitas Lateranensis, 2010.

- IPEA. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília: ConCidades, 2016. p. 100. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160408_relatorio_habitat_iii.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Oficina Abrigada e a integração do deficiente mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 51-63, 1992. Disponível em: <[http://www.abpee.net/homepageabpee04_06\(a\)rtigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art05.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06(a)rtigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art05.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- JUÁREZ, Agustín Uña. San Agustín: la finitud bella. **Revista Española de Filosofía Medieval**, n. 3, p. 173-182, 1996. p. 178-179. Disponível em: <<https://www.uco.es/filosofiamedieval/sites/default/files/revistas/vol03/refmvol03a11.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden; António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- _____. **Fundamento da metaphysica dos costumes**. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, [19--].
- KASSER, Tim; RYAN, Richard M. Further examining the American Dream: differential correlates of intrinsic and extrinsic goals. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 22, n. 3, p. 280-287, 1996. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/246276634_Further_Examining_the_American_Dream_Differential_Correlates_of_Intrinsic_and_Extrinsic_Goal>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad. Mário R. Da Crux. Ed. Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- KILPP, Nelson. Deficientes físicos no Antigo Testamento. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 27, p. 38-46, 1990.
- KLIEVER, Gerd Uwe. O Deus criador e o homem consumidor. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 29-40, 1980.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Viana Boeira; Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Kairós, 1980.

- LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000. 135 p. p. 13-29. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/835/1/Samira%20Saad%20Pulch%C3%A9rio%20Lancillotti.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LAWTHERS, A. G.; PRANSKY, G. S.; PE TERSON, L. E.; HIMMELSTEIN, J. H. Rethinking quality in the context of persons with disability. **International Journal for Quality in Health Care**, Oxford, p. 289-299, 2003. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12930044>>. Acesso em: 05 maio. 2018.
- LE BRETON. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **O triunfo do corpo**: polêmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, p. 15-32, 2012. p. 16.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Trad. José Rivair de Macedo. Bauru: EDUSC, 2005.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Uma história do corpo na Idade Média**. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEAL, Débora Ribas; MATTOS, Gisele Domingues de; FONTANA, Rosane Teresinha. Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 1, p. 59-66, 2013. p. 61-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v66n1a09.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de Representação Social**: um enfoque quali-quantitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo. Brasília: Liber Livro, 2010.
- LIMA, Bianca Pinto. **Mérito é principal motivo de promoção no trabalho, diz pesquisa**. 16/06/2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/sua-carreira,merito-e-principal-motivo-de-promocao-no-trabalho-diz-pesquisa,23134e>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- LIMA, Julia Pires; SILVA, Thays Brás da; GALVÃO, Elizabeth Correia Ferreira. A percepção dos empregadores sobre a admissão de trabalhadores com Síndrome de Down. **Journal Health Sciences Institute**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 17-20, 2010. p. 19. Disponível em:

<https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2010/01_jan-mar/V28_n1_2010_p17-20.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2018.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

LINO, Michelle. Villaça; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 3, n. 1, p. 65-74, 2008. p. 72. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf/Lino_Cunha.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LIRA, Ariana Galhardi. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileira. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 3, p. 164-171, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v66n3/0047-2085-jbpsiq-66-3-0164.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LOPES, Marcela Almeida Marreiros et al. Percepção da imagem corporal e estado nutricional em acadêmicas de nutrição de uma universidade pública. **Demetria**, v. 12, n. 1, p. 193-206, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/22483/20073>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

LÜCHMANN, Lígia Helena; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 12, v. 2, p. 399-407, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n2/a16v12n2.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

LUCKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Gerog. **Estética**: la peculiaridad de lo estético – Livro IV. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1967.

LUTERO, Martim. Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã. In.: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Martin N. Dreher et al. 2. ed. v.2. São Leopoldo: Sinodal, p. 435-460, 2000.

_____. Comércio e usura. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp; Ilson Kayser.. v. 5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 374-428, 1995.

_____. Das boas obras. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Luís M. Sander et al. 2. ed. v. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 97-170, 2000a.

_____. Gênesis 3. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Geraldo Korndörfer. v. 12. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, p. 166-251, 2014.

_____. **Obras selecionadas**. Trad. Luís M. Sander et al. 2. ed. v. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 97-170, 2000.

_____. Um sermão sobre a contemplação do santo sofrimento de Cristo. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Trad. Walter O. Schlupp. 2. ed., v. 1. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, p. 249-256, 2004.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Inclusão e sexualidade**: na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARCUSE, Hebert. **A dimensão estética**. Trad. Maria Elisabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. A sociedade como obra de arte. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 60, p. 45-52, 2001.

MARTÍN, Mario Toboso. "Capacitismo". In: PLATERO, Lucas; ROSÓN, María; ORTEGA, Esther (Eds.) **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona: Bellaterra, p. 73-81, 2017.

MARTINS, Anabela Correia; ARAÚJO, Eduardo Santana de. Deficiência não é incapacidade: o que isso significa?. **Revista Científica CIF Brasil**, Jandira, v. 3, n. 3, p. 18-27, 2015. Disponível em: <<http://www.revistacifbrasil.com.br/ojs/index.php/CIFBrasil/article/view/19/26>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Nélio Schneider; Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Trad. Edgard Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASSON, Celso. **Ricos não ficam presos**. 05/05/2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/ricos-nao-ficam-presos/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MATOS, Eduardo. **BM cumpre reintegração de posse em prédio que abriga a Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre**. 14/06/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/06/bm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-predio-que-abriga-a-ocupacao-lanceiros-negros-em-porto-alegre-9816507.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MATTHEWS, Bryan; HIBBERD, Daryl; SPEAKMAN, Kasia. The impact of street accessibility on travel and independence of disabled people. In: **14th International Conference on Mobility and Transport for Elderly and Disabled Persons (TRANSED)**, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://eprints.whiterose.ac.uk/101881/1/matthews%20hibberd%20and%20speakman%20final.pdf>>. Acesso em 05 maio. 2018.

MAY, Roy H. **Discernimento moral**: uma introdução à ética cristã. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, Tanísia Hipólito; CAPUTO, Eduardo Lucia; DOMINGUES, Marlos Rodrigues. Insatisfação corporal em frequentadoras de academia. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 1, p. 38-44, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v66n1/0047-2085-jbpsiq-66-1-0038.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MEIER, John P. **Um judeu marginal**: repensando o Jesus Histórico. Trad. Laura Rumchinsky. v. 2, tomo 3. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MELO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. p. 3267. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MELO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 262 p. p. 94-95. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182556/PASO0431-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MELO, Fábio Barbosa. **Proposição de medidas favorecedoras à acessibilidade e mobilidade de pedestres em áreas urbanas**. Estudo de caso: o centro de Fortaleza. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Centro de Tecnologia. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2005. 157 p. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4845/1/2005_dis_fbmelo.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018.

MELO, Sandro Nahmias. **O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência**: o princípio constitucional da igualdade: ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESTERS, Carlos. **Com Jesús a contramano en defensa de la vida**. Trad. Andrés Assandri. Buenos Aires: Centro Bíblico Ecumênico, 1995.

MÉSZÁROS István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÍGUEZ, Néstor. La posibilidad de una religión liberadora: Teología de la Liberación y las utopias político-religiosas de los excluidos. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.). **O capitalismo como religião**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **RAIS cotas PcD**. 08/12/2017. PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/dados-pcd-por-cota>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MIRANDA, Denismar Borges et al. Experiência de familiares de pessoas com deficiência física: subsídio para inclusão e garantia dos direitos. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Brasília, v. 6, n. 2, p.1530-1549, 2015. p. 1540. Disponível em:

<[http://periodicos.unb.br/index.php/rgs\(a\)rticle/view/22484](http://periodicos.unb.br/index.php/rgs(a)rticle/view/22484)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MO SUNG, Jung. **Deus numa economia sem coração**: pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. Prefácio. In: COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. **A inclusão na universidade**: as pessoas com deficiência e novos caminhos pedagógicos. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. **Sujeito e sociedades complexas**: para repensar os horizontes utópicos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Fabiana Wanderley. Gramáticas discursivas da Educação Especial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 46-57, 2005. p. 54-55. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v25n1/v25n1a05.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MOREIRA, Jaqueline Oliveira; ARAÚJO, José Newton Garcia; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, v. 3, n. 1, p. 77-89, 2006. p. 82-83. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v3_n1/dificuldades_relativas_a_inclusao_social_das_pessoas_com_deficiencia_no_mercado_do_trabalho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MTE. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.

MURRAY, Mary E. **The pharmakos phenomenon**. Tese (Doutorado). Sidney: University of Western Sydney, 2004. p. 24-31. Disponível em: <<http://researchdirect.uws.edu.au/islandora/object/uws:3666>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

NARDONI, Enrique. Lo puro y lo impuro en Marcos 7,1-23: la respuesta del lector. **Revista Bíblica**, v. 59, n. 3, p. 135-154, 1997.

NASCIMENTO, Ana Carolina Richter do; CZIULIK, Carlos. Guia de referência para o desenvolvimento de produtos para portadores de deficiência visual. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 257-289, 2013. Disponível em: <[https://producaoonline.org.br/rpo\(a\)rticle/download/1134/992](https://producaoonline.org.br/rpo(a)rticle/download/1134/992)>. Acesso em: 02 maio. 2018.

NETO, Luiz Baggio; GIL, Marta. **Acessibilidade, humor, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 2. ed. atualizada. 2007. p. 03-21. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/acessodehumor/cartilha-acesso-humor-2007.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

NEVES-SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes, SILVEIRA, Andréa Maria. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p.

2549-2558, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2549.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O crepúsculo dos ídolos ou a filosofia a golpes de martelo**. Trad. Edison Bini; Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

_____. **Vontade de potência**. Trad. Mario Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

NUÑEZ César Carbullanca. El Hijo del Hombre: y la pregunta por el sufrimiento. In: ECCO, Clóvis et al. **Justiças**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 93-120, 2018.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 983-1010, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/19.pdf>>.

_____. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22n4/3432.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 128-141, 2004. p. 131-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n1/1415-4714-rlpf-7-1-0128.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: LUCKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVA, José Raimundo. Proteção divina ao justo versus castigo ao pecador. **Bíblia e Saúde**, Petrópolis, p. 74-84, 2011.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Niterói, v. 18, n. 55, p. 961-984, 2013. p. 976. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

OLIVEIRA, Filipe. **Negócios voltados a deficientes florescem com inclusão no mercado**. 21/01/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/01/1217888-negocios-voltados-a-deficientes-florescem-com-inclusao-no-mercado.shtml>>. Acesso em: 02 maio. 2018.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Trabalho, não-trabalho e contradições sociais. In: BRUHNS, Heolisa Turini (Org.). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, p. 47-64, 2000.

OLIVER, Michael. Capitalism, disability and ideology: a materialist critique of the normalization principles. In.: FLYNN, Robert J.; LEMAY, Raymond A. **A quarter-century of normalization and social role valorization: evolution and impact**. Ottawa: University of Ottawa Press, p. 163-174, 1999.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. **Disable people and social policy from exclusion to inclusion**. Londres/Nova York: Longman, 1998.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004. p. 287-289. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista10numero3pdf/3omote.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Texto adotado e proclamado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ORSI, Carlos. **Existe algo tóxico no mundo da pós-graduação. Mestres e doutores que se cuidem**. 06/06/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/existe-algo-toxico-no-mundo-da-pos-graduacao-mestres-e-doutores-que-se-cuidem-5m7gse13pzmbye6y2h4bypk9q>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 152-157, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v6n2/1415-4714-rlpf-6-2-0152.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PALÁCIO, Carlos. Para uma pedagogia do diálogo. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 35, n. 97, p. 369-376, 2003.

PALLARES, José Cárdenas. **Um pobre chamado Jesus: releitura do evangelho de Marcos**. Trad. Carlos Felício da Silveira. São Paulo: Paulinas, 1988.

PANNENBERG, Wolfhart. **Filosofia e teologia: tensões e convergências de uma busca comum**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Paulinas, 2008.

PASSERINO, Líliliana Maria; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. Educação, Inclusão e Trabalho: um debate necessário. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 831-846, 2014. p. 834. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n3/v39n3a11.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PEREIRA, Anna Carolinna Eduardo; MENDES, Davidson Passos; MORAES, Geraldo Fabiano de Souza. Do prescrito ao real: a imprevisibilidade e a importância do trabalho coletivo em um centro de usinagem de uma empresa metal-mecânica do interior do estado de Minas Gerais. **Laboreal, Porto**, v. 13, n. 1, p. 24-38, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/lab/v13n1/v13n1a03.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2018.

PEREIRA, Camila de Sousa; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência física?. **PsicoUsf**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 105-114, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a13.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PERRUSI, Artur. **Imagens da loucura**: representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo: Cortez; Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.

_____. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Nas pegadas da história: tracejando relações entre deficiência e sociedade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 29-42, 2012. p. 30-32. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4611/3091>>. Acesso em: 04 maio. 2018.

PIERRY, Flávia. **Juízes e procuradores fazem greve nesta quinta por auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil**. 14/03/2018. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/juizes-e-procuradores-fazem-greve-nesta-quinta-por-auxilio-moradia-de-r-43-mil-0c48788abkxuuru02nrectxqt>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. ed. digital. Rio de Janeiro: Intrínseca LTDA, 2014.

PINEL, Philippe. Tratamento médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania (1801) (estratos sobre a mania e sobre o tratamento moral). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 117-127, 2004. p. 126. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n3/1415-4714-rlpf-7-3-0117.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; DELLATORRE, Rochele. Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p.95-109, 2015. p. 105. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_537.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

PINTO, Geraldo Augusto. **Organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. O estigma do pecado: a lepra durante a Idade Média. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-144, 1995. p. 134-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/07.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

PIPOLLO, Miguel; MARINI, Luciano. **A Bíblia e o trabalhador**. São Paulo: Loyola, 1991.

PIXLEY, Jorge. **O Deus libertador na Bíblia**: Teologia da Libertação e filosofia processual. São Paulo: Paulus, 2011.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRICE, J. M. **A pedagogia de Jesus**: o mestre por excelência. Trad. Waldemar W. Wey. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

R7. **Insatisfação constante com o corpo pode ser sinal de doenças psiquiátricas**. 22/07/2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/insatisfacao-constante-com-o-corpo-pode-ser-sinal-de-doencas-psiquiatricas-22072014>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

RAMMINGER, Tatiana. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 111-124, 2002. p. 112-113. Disponível em: <<http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1178/a-saude-mental-do-trabalhador-em-saude-mental:-um-estudo-com-trabalhadores-de-um-hospital-psiquiatrico>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RASCH, Norberto. La gracia de Dios y la discapacidad. Un camino de Inclusión. COLLOT, Noel Fernandez; MENESES, Alexandra (coord.). **Primera consulta latinoamericana sobre teología y discapacidad**. Quito: CLAI, p. 83-90, 2008.

REDE BRASIL ATUAL. **Cresce mercado de produtos e serviços para pessoas com deficiência**. Ago./2015. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/2015/08/cresce-mercado-de-produtos-e-servicos-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 02 maio 2018.

REIMER, Ivoni Richter. **Milagre das mãos**: curas e exorcismos de Jesus em seu contexto histórico-cultural. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: UCG, 2008.

REIMER, Ivoni Richter; REIMER, Haroldo. Cuidado com as pessoas empobrecidas na tradição bíblica. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 40, p. 181-197, 2011. p. 181-189. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Methodista-SP/ER/v25n40/v25n40a10.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

REIMER, Ivoni Richter. Economia de Deus e diaconia - estratégias de esperança para o mundo (Mt 25.31-46). In: REIMER, Ivoni Richter (Orgs.). **Economia no mundo bíblico**: enfoques sociais, históricos e teológicos. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, p. 192-213, 2006.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/fateo/noticias/ElizabeteRenders.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério; COSTA, Nilton. **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 15-68, 1997.

RETEGUI, Antonio Ruiz. **Pulchrum**: Reflexiones sobre la belleza desde la antropología cristiana. 2. ed. Madrid: Rialp, 1999.

REY, Philippe-Marius. O Hospício de Pedro II e os alienados no Brasil (1875). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 382-403, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n2/12.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

RHPORTAL. **Carreiras**: quais qualidades fazem diferença no mercado de trabalho?. 02/09/2015. Disponível em: <[http://www.rhportal.com.br\(a\)rtigos-rh/carreiras-quais-qualidades-fazem-diferena-no-mercado-de-trabalho/](http://www.rhportal.com.br(a)rtigos-rh/carreiras-quais-qualidades-fazem-diferena-no-mercado-de-trabalho/)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

RIBEIRO, Aline Pereira et al. Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 268-276, 2014. p. 275. Disponível em: <[https://dialnet.unirioja.es/servlet\(a\)articulo?codigo=4901232](https://dialnet.unirioja.es/servlet(a)articulo?codigo=4901232)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19 n. 35, p.65-79, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2018.

RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organizações&Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009. p. 547. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n50/08.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RICARDO, Lorena Santos. *Amizade e inclusão no contexto escolar: um olhar piagetiano*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. 118 p. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3029/1/tese_3962_.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2018.

RICHARD, Pablo. Jesús Histórico en la Teología de la Liberación. In: FRAGOSO, Antônio et al. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 181-192, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.

RIETH, Ricardo Willy. Cruz e cura na teologia e na poimênica de Lutero. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 7-20, 2003.

ROQUE, Wagner. **O mercado da acessibilidade está em alta**. Set./2007. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA1623726-2484,00.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

ROSA, Vitor. **14 toneladas de lixo são recolhidas em ação para retirada de moradores de rua**. 10/03/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/03/14-toneladas-de-lixo-sao-recolhidas-em-acao-para-retirada-de-moradores-de-rua-cjelv6vcz01zj01r4eu9qw8ig.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ROXO, Roberto Mascarenhas. Trabalho e Teologia. In: SANTOS, Beni dos; COUTO, Márcio A. **Trabalho e teologia**. São Paulo: Paulinas, 1979.

SALES, Eugênio. **Qualidades exigidas do profissional considerado excelente**. 16/04/2013. Disponível em: <<https://www.administradores.com.br/artigos/carreira/qualidades-exigidas-do-profissional-considerado-excelente/70002/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; LUZ, Madel Terezinha. Funcionalidade e incapacidade humana: explorando o escopo da classificação internacional da Organização Mundial da Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 475-483, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2009.v25n3/475-483/pt>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SANT'ANNA, Denise Beruzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-68, 2003.

SANTOS, João Batista Ribeiro. Jesus de Nazaré e suas milícias: a oralidade da preleção nas “bem-aventuranças” na historiografia canônica de uma comunidade

primitiva. **Revista de História**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-21, 2010. Disponível em: <[www.revistahistoria.ufba.br/2010_2\(a\)01.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_2(a)01.pdf)>. Acesso em: 02 maio. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2003.

SAYEG, Ricaddo Hasson; BALERA, Wagner. **O capitalismo humanista**. Filosofia humanista de direito econômico. Rio de Janeiro: KBR Editora Digital, 2011.

SCHAPER, Valério Guilherme. Diaconia e desenvolvimento – reflexões a propósito de uma diaconia encarnacional. In: CUYATTI, Patrícia; SCHAPER, Valério Guilherme (Eds.). **Diaconía: la transformación em las manos de Diós**. Genebra: Federação Luterana Mundial, p. 27-54, 2017. p. 53. Disponível em: <<https://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/diaconu-a-la-transformaciu-n-en-las-manos-de-dios.pdf>>. Acesso em: 09 maio. 2018.

SCHIPANI, Daniel S. **El reino de Dios y el ministerio educativo de la iglesia: fundamentos y principios de educación cristiana**. Miami, Florida: Editorial Caribe, 1983.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação – Livro III**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Edição Acrópolis, versão EbooksBrasil, 2006.

SCHOTTROFF, Luise; STEGEMANN, Wolfgang. **Jesus de Nazaret, esperanza de los pobres**. Trad. Manuel Olasagasti. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1981.

SCHROER, Silvia. **Simbolismo do corpo na Bíblia**. Trad. Paulo Ferreira Valério. São Paulo: Paulinas, 2003.

SCHULTZ, Adilson. A violência e o sagrado segundo René Girard. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 3, p. 8-18, 2004. p. 12. Disponível em: <www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/download/2155/2063>. Acesso em: 22 maio. 2018.

SCHWANTES, Milton. “Seis dias trabalharás e farás toda tua obra” – iniciação à temática do trabalho e do trabalhador na Bíblia. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 6-21, 1986.

_____. **Amós**. Meditações e estudos. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1987.

_____. Diferentes e solidários: observações sobre Gênesis 25.1-18. In: _____. **A esperança dos pobres vive**: coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, p. 193-204, 2003.

_____. El descanso. **Presencia Ecumenica**, Caracas, v. 9, p. 5-7, 1988.

_____. **Ensaio sobre uma Teologia do Antigo Testamento**: questões abertas e Gn 1-11. São Leopoldo. Mimeografado, 1980.

_____. **Gênesis 1-11**: vida, comunidade e Bíblia. São Leopoldo: CEBI, 2007.

_____. **Projetos de esperança**: meditações sobre Gênesis 1-11. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1989.

SCHWANTES, Milton; MESTERS, Carlos. **Profeta**: saudade e esperança. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 1989.

SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). **Cartilha do censo 2010** – pessoas com deficiência. Brasília: SDH/PR/SNPD, 2012. p. 20.

Disponível em:

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. **Dados do último Censo indicam que 23,92% da população brasileira possui algum tipo de deficiência**. Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/pesquisas-demograficas>>. Acesso em: 02 mai. 2018. MINISTÉRIO DO TRABALHO. *RAIS cotas PcD*. 08/12/2017. PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/dados-pcd-por-cota>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SEGUNDO, Juan Luis. **La historia perdida y recuperada de Jesús de Nazaret**: de los Sinópticos a Pablo. Santander: Sal Terrae, 1991.

SESBOÜÉ, Bernard. **Pedagogia do Cristo**: elementos de cristologia fundamental. São Paulo: Paulinas, 1997.

SHI, Lei; COLE, Shu; CHANCELLOR, Charles, Understanding leisure travel motivations of frequent travelers with acquired mobility impairments. **Tourism Travel and Research Association**: Advancing Tourism Research Globally, v. 15, 2016.

Disponível em:

<<https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1587&context=ttra>>. Acesso em: 05 maio. 2018.

SHIMONO, Sumiko Oki. **Educação e trabalho**: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. 118p. p. 38. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062008-162039/pt-br.php>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SICRE, Jose Luis. **Profetismo em Israel**: o profeta, os profetas, a mensagem. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos**. Curitiba: IBPEX, 2010.

SILVA, Otto Marques da. **Hefesto na Vida dos Gregos**: um deus com deficiência física. Disponível em: <<http://www.crfaster.com.br/HEFESTO.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2018.

_____. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Valmor. O trabalho como festa. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, v. 11, p. 22-31, 1986.

SOBRINO, Jon. Humanizar uma Sociedade Enferma. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. **Concilium**, Petrópolis, v. 329, n. 1, 70-80, 2009.

_____. **Jesuscristo Liberador**: lectura histórico-teológica de Jesús de Nazaret. 2. ed. Madrid: Editorial Trotta, 1993.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Jessé. A construção do mito da brasilidade. In: SOUZA, Jessé; GRILLO, André et al. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 1. reimpr. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2006.

_____. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA; GRILLO et al, 2009.

SOUZA, Juliane Albani de. **A sexualidade e o controle do corpo no Scivias e no Causae et Curae de Hildegarda de Bingen (século XII)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2013. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5466_Juliane%20Albani.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SOUZA, Luciana Karine; HUTZ, Claudio Simon. Relacionamentos pessoais e sociais: amizade em adultos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 257-265, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2\(a\)08v13n2](http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2(a)08v13n2)>. Acesso em: 03 maio. 2018.

SOUZA, Ricardo Oliveira de. **As origens da dicotomia trabalho e ócio**: uma análise propositiva sob as perspectivas de Lafargue e Russel. Dissertação mestrado. Departamento de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 123f. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 102-107. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS->

9K9USL/disserta__o__ricardo_oliveira_de_souza__as_origens_da_dicotomia_trabalho_e__cio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2017.

STARNITZKE, Dierk. **Diaconia**: fundamentação bíblica, concretizações éticas. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2013.

STEFFEN, Luciana; MUSSKOPF, André S. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiência: implicações teológicas. **Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39-65, 2015. p. 45-46. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6108/5061>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

STRELHOW, Thyeles M. P. B. **Autismo e cotidiano**: um olhar para as experiências familiares. Paco Editorial: Jundiaí, 2016.

_____. A concretização dos direitos humanos: um olhar para as localidades. In: BEDIN, Gilmar Antonio; RODRÍGUEZ, Graciela Beatriz; MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo (Orgs.). **Direitos humanos, justiça e multiculturalismo**. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, p. 397-421, 2016.

_____. Direitos humanos: reflexões por um processo de descolonização. Bauru, **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 59-76, 2016. Disponível em: <[http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh\(a\)rticle/view/389/178](http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh(a)rticle/view/389/178)>. Acesso em: 22 fev. 2018.

STUCKI, Gerold et al. Developing human functioning and rehabilitation research from a comprehensive perspective. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-69, 2008. p. 64. Disponível em: <http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=164>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SUASSUNA, Ariano. **Farsa da boa preguiça**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1974.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SZMRECSANYI, Maria Irene. Lazer e consumo: espaços públicos e semipúblicos no cotidiano urbano. In: BRUHNS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs.). **Representações do lúdico**: II ciclo de debates "lazer e motricidade". Campinas: Autores Associados, p. 5-20, 2001.

TAMEZ, Elsa. Gracia y rechazo: reflexión bíblico-teológica desde los sujetos con discapacidades funcionales. COLLOT, Noel Fernandez; MENESES, Alexandra (Coord.). **Primera consulta latinoamericana sobre teología y discapacidad**. Quito: CLAI, p. 74-82, 2008.

TEIXEIRA, Hélio Aparecido. Filantropia e caridade/diaconia: dialética entre Juliano e os galileus. In: CUYATTI, Patrícia; SCHAPER, Valério Guilherme (Ed.). **Diaconía**: la transformación em las manos de Díos. Genebra: Federação Luterana Mundial, p. 9-26, 2017. Disponível em: <<https://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/diaconu-a-la-transformaci-u-n-en-las-manos-de-dios.pdf>>. Acesso em: 09 maio. 2018.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. **O Jesus histórico**: um manual. Trad. Milton Camargo Mota; Paulo Nogueira. São Paulo: Loyola, 2002.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Trad. Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TILLICH, Paul. **A era protestante**. Trad. Jaci Maraschin. São Paulo: Ciências da Religião, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **A beleza salvará o mundo**: Wilde, Rilke e Tsvetaeva: os aventureiros do absoluto. Trad. Caio Meira. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.

TOLDRÁ, Rosé Colom; De MARQUE, Cecília Berni; BRUNELLO, Maria Inês Britto. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 158-165, 2010. p. 163. Disponível em: <[http://www.revistas.usp.br/rto\(a\)rticle/view/14099](http://www.revistas.usp.br/rto(a)rticle/view/14099)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TOLSTOI, León. **¿Qué es el arte?** Trad. Víctor Gallego. Madrid: Eunsa, 2007.

TONET, Ivo. Lukács, trabalho e emancipação humana. In: ROIO, Marcos Del (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo; Marília: Cultura Acadêmica, p. 73-86, 2013.

TOSCANO, Christyane Vasconcelos Andrade; SOUZA, Rita de Cássia Santos. Representações conceituais na prática educativa especial e inclusiva do professor de educação física. In: DÍAZ, Félix et. al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, p. 137-146, 2009.

TREVISAN, Amarildo. **Reconhecimento do outro**: teorias filosóficas e formação docente. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

TRIPICCHIO, Adalberto. **MOREL, Bénédicte-Augustin (1809-1873)**. 20/02/2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2008/02/20/morel-b-n-dict-augustin-1809-1873/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TUPINAMBÁ, Ariane; REILY, Lucia Helena. Retratos de deficiência e doença mental: intersecções entre Educação Especial e História da Arte. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 16, p. 127-136, 2004. p. 129. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/293/276>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Guiding principles on business and human rights**. ONU: Nova York/Genebra, 2011. p. 13. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2018.

VACCARO, Stefania Becattini. Karl Marx e Hannah Arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 358-378, 2015. p.

364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v17n40/1517-4522-soc-17-40-00358.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Brasília, v. 35, n. 121, p. 41-52, 2010. p. 48. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/RBSO_121.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2018.

VASCONCELOS, Paulo Sérgio de. **Mitos gregos**. São Paulo: Objetivo, 1998.

VELOSO, Caetano. **Vaca profana**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44789/>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

VENANCIO, Ana Teresa. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, p. 35-52, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/03.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

VIDAL, Ricardo Garrido. Discapacidad e historia de salvación: la discapacidad en textos del antiguo Israel y en tiempos de Jesús. In: RED ECUMÉNICA EN DEFENSA DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD. **Iglesia: inclusión, discapacidad, violencia**. Buenos Aires: Red Ecuménica en Defensa de las Personas con Discapacidad, 2011.

VIOLANTE, Rômulo Rodrigues; LEITE, Lúcia Pereira. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011. p. 88. Disponível em: <[http://www.revistas.usp.br/cpst\(a\)rticle/view/25717](http://www.revistas.usp.br/cpst(a)rticle/view/25717)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 29-37, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEGNER, Uwe. Demônios, maus-espíritos e a prática exorcista de Jesus segundo os evangelhos. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p. 82-103, 2003.

_____. Jesus, a dívida externa e os tributos romanos. In: REIMER, Ivoni Richter (Orgs.). **Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos**. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, p. 111-134, 2006.

WÉNIN, André. **De Adão a Abraão ou as errâncias do humano**: leitura de Gênesis 1.1 – 12.4. Trad. João Carlos Nogueira. São Paulo: Loyola, 2011.

WENZEL, João Inácio. **Pedagogia de Jesus segundo Marcos**. São Paulo: Loyola, 1997.

WESTERMANN, Claus. **O livro do Gênesis**: um comentário exegético-teológico. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal; Faculdades EST, 2013.

WHO (World Health Organization); The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Trad. Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. p. 3. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2018.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. Trad. Antônio Steffen. São Paulo: Loyola, 1975.

YAMASAKI, Viviane et al. O consumo de cirurgia estética: a influência da autoestima e do materialismo. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 2, n. 2, p. 30-52, 2013. Disponível em:

<[http://www.revistargss.org.br/ojs/index.php/rgss\(article/view/77/106\)](http://www.revistargss.org.br/ojs/index.php/rgss(article/view/77/106))>. Acesso em: 04 abr. 2018.

YANNOULAS, Silvia; SOARES, Kelma. Políticas transversais (gênero, raça/etnia e deficiência) e educação/qualificação para o trabalho. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 31-42, 2009. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4926>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ZUBA, Fernando; CRISTINI, Flávia; ÂNGELO, Pedro. **Justiça Federal suspende ação criminal que tornou acusados réus por homicídio no desastre de Mariana**. 07/08/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-suspende-acao-criminal-que-tornou-acusados-reus-por-homicidio-no-desastre-de-mariana.ghtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018.